AGÁLIA

REVISTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 17

PRIMAVERA 1989

DIRECÇOM:

Presidência da AGAL

CONSELHO DE REDACÇOM:

Ricardo Carvalho Calero
José Ramom Chantada Acosta
Pedro Fernández-Velho
António P. Gil Hernández
José António L. Taboada
Jenaro Marinhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo
Jurjo Torres Santomé

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.

3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego),* ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a Revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s, a.
Corunha - Dep. Legal: C- 250 - 1985

CONSELHO ASSESSOR

GALIZA

José Agrelo Ermo
Isaac Alonso Estravis
Mário Alonso Nozeda
Maria Luísa Andrade
Maria das Dores Arribe Dopico
Carlos Campoi
Denis Conles
Júlio Garcia Santiago
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçálex Blasco
Marcial Gondar Portasany
Ernesto Guerra da Cal
Maria do Carmo Henríquez Salido
Aracéli Herrero
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
Pilar Palharês Garcia
Maria Sabela Pereira Barros
José Posada
Domingos Prieto
Maria das Dores Rei Teixeiro
Ramom Reimuñde Norenha
Felisindo Rodríguez
Antom Santamarinha
Xavier Seoane
Joám Trilho Pêrez
Amália Vilhar Calvo
Xavier Vilhar Trilho

BRASIL

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Sílvio Elia
Reynaldo Valinho

MOÇAMBIQUE

Fátima Mendonça

PORTUGAL

Maria Luísa Baptista
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Nogueira Gil
José Luís Pires Laranjeira
Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS: Apartado dos Correios 560. 15080-Corunha (Galiza)
Apartado dos Correios 289. 15780-Santiago de Compostela (Galiza)
ASSINATURAS: Apartado dos Correios 453. 32080-Ourense (Galiza)

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Núm. 17

Primavera 1989

SUMÁRIO

PÁG.

Aos nossos leitores 3

ESTUDOS

Questionário de História contemporánea, *por Lluís V. Aracil* 5

O «Congreso Pedagógico» de Barcelona (1888) e a reivindicaçom didáctica da língua galega, *por Narciso de Gabriel* 17

O popular em *Um olho de vidro,* de Afonso R. Castelao, *por Luís Martul Tobio* 33

O «direito» a informaçom mendaz (Algumhas consideraçons sobre a Jurisprudência Constitucional arredor das liberdades de informaçom), *por José Vilas Nogueira* 47

NOTAS

Produção e difusão de cultura no século XVIII (Cinco notas de orientação e um balanço conclusivo), *por Manuel Afonso Costa* 55

No nome da mai..., *por José M.ª Monterroso Devesa* 59

Apresentaçom da vida e da obra de Celso Emílio Ferreiro, *por Henrique Manuel Rabunhal Corgo* 65

ANTOLOGIA

A meiga do Leres, *por Carlos Ferreiro* 75

Brevidades e Conversas do nosso extermínio, *por José R. Rodrigues Fernandes* 78

Ruiva mulher de esperança, *por Alberto Sueiro* 81

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

Mais sobre discriminaçons «por razón de la lengua» 87

Solidariedade com o Prof. Alonso Nozeda 92

A Associaçom Galega da Língua dirige-se ao Presidente da Audiência Territorial para solicitar a máxima prudência e neutralidade 93

A Administraçom denega subsídios sistematicamente à A.Ga.L. 95

Folhas Novas e *Guia prático de verbos,* livros bem vendidos 96

As Deputaçons na Galiza premiam os «seus colaboradores» 97

Mais irregularidades administrativas 100

Apresentaçom do número 12 da revista *Agália* 102

Renovação, Embaixada Galega da Cultura. Madrid 102

Actividades da Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O) 103

Acordo Ortográfico para a lusofonia: mais umha vez 104

Socializaçom do reintegracionismo 105

O galego, «asignatura» pendente na Justiça 106

O «bilingüismo» também na U.R.S.S. 107

Memória da história 108

Sobre os Irmandinos 108

IN MEMORIAM

Na morte de Rodrigues Lapa, *por José Martinho Montero Santalha* 109
Morreu Aurélio Buarque de Holanda 112
Na morte de Fernando Namora 112

RECENSONS

A escrita da História. Teoria e métodos, *por Francisco Cobo* 115
A chave das noces, de Xabier P. Docampo, *por Vicente Montenegro* 116
Val de Ramirás, de Anxo Angueira Viturro, *por Vicente Montenegro* 118
Bibliografia de Lingüística Portuguesa, por Rui de Vilamor 119
Publicaçons recebidas e de interesse 120

CORREIO

«O traço de uniom entre o verbo e o pronome», *por Amaro Doce* 121
«Galiza, tupi ou nom tupi», *por Xavier Eirim* 123

DESENHOS: Xaquín Marín
BROCHES ILUSTRATIVOS: Castelao *(Um olho de vidro)* e Roi Gil Lourenço (11 anos)
CAPA: Júlio Gaioso

AOS NOSSOS LEITORES

Iniciamos com este número o quinto ano da revista *AGÁLIA*. Atrás ficam dezasseis volumes mais dous monográficos que já fazem parte da história, nom apenas da história modesta da nossa Associaçom, mas sobretudo da História nova em que bem diferentes colectivos estamos a organizar a Galiza.

Temos de reconhecer, com alegria intensa, que é mercê aos colaboradores, aos redactores e designadamente aos assinantes e leitores de *AGÁLIA* que a revista se acha nos princípios valiosos da sua consolidaçom tanto na Galiza quanto na Comunidade Lusófona. O objectivo, contudo, requer ainda um grande esforço de maneira que, entre todos, colaboradores, redactores e nomeadamente assinantes e leitores, firmemos definitivamente a continuidade frutuosa de *AGÁLIA*.

Cumpre-nos a honra de proclamarmos que, tanto onte, quando começávamos a nossa caminhada, quanto hoje, que a prosseguimos animosos, os ideais que nos movem nom variárom substancialmente: mantemo-nos no compromisso de impulsarmos o processo normalizador do idioma galego, a nossa *língua nacional,* e insistimos, porque ainda por bastante tempo será necessário, na mesma linha estandardizadora que provocou a constituiçom da Associaçom Galega da Língua e que vimos defendendo desde aquele ano de 1981, já relativamente longínquo.

Quanto à organizaçom interna da revista, o leitor pode comprovar algumhas novidades: abre-se, como secçom isenta, a que denominamos *«In memoriam»,* destinada a lembrar a pessoa e actividades dos vultos que notabilizarom em vida a nossa Comunidade Lingüístico-Cultural; seguimos a reforçar as secçons *«Documentaçom e Informaçom», «Livros recebidos e de interesse«* e *«Correio»,* que estimamos de muita utilidade para conhecer os acontecimentos presentes e em particular para possibilitar que no futuro, quando a Galiza goze da dignidade que procuramos também por meio de *AGÁLIA,* as novas geraçons podam julgar o labor dos autênticos galeguistas e o «deslabor» dos outros. Porque de facto todos aqueles que militamos precariamente na organizaçom cultural da Galiza estamos a erigir para o Povo galego a dignidade que na história certos indivíduos e instituiçons lhe estám a substrair sem piedade. A tal fim, continuando a melhor tradiçom galeguista trabalhamos, livre e decidamente, nom por umha glória efêmera, como a que as entidades espanholas rendem a publicaçons e escritores da sua parcialidade nesta Galiza ainda nom dignificada, mas aquela, séria e decente, que caracteriza os nossos associados e simpatizantes: é glória consistente compartilharmos, também desde as páginas de *AGÁLIA,* as tarefas solidárias da construçom nacional da Galiza segundo a desenharam os nossos predecessores das *Irmandades da Fala,* do Grupo *Nós* e do *Seminário de Estudos Galegos.*

ESTUDOS

QUESTIONÁRIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÁNEA

Lluís V. Aracil

(Apresentaçom, adaptaçom e notas por
C. C. MORÁM FRAGA e J. MATO FONDO)

«E saiban os da perguiza
Qeu sin traballo e sin tempo
Ninguén fixo nunca nada
Nin se fará sin comenzo».
(Joám M. Pintos)

Apresentamos um texto inédito do notável sócio-lingüista catalám, que foi no seu dia ponência no *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza,* celebrado na cidade de Ourense em Setembro de 1984.

Quantos naqueles dias participámos activamente numhas reunions sem precedentes para a nossa história, nuns debates que julgávamos altamente esclarecedores e que, sem dúvida, o fôrom, tivemos a feliz oportunidade de perceber em Lluís V. Aracil umha das análises mais rigorosas a respeito da situaçom lingüística e do problema nacional: rigorosa na sua brevidade, precisa sa sua focagem e especialmente desmitificadora polo procedimento discursivo empregado. Por causas diversas nom foi possível que a ponência aparecesse publicada nas Actas, mas felizmente tinhamo-la recolhido íntegra em fita magnetofónica e conservamo-la até hoje.

Transcorridos quatro anos e meio das jornadas anteditas, e quando a AGAL já tem organizado e celebrado um II Congresso, a situaçom política, cultural e lingüística nom mudou substancialmente, embora se podam registar factos susceptíveis de análise em diferentes planos, factos a que nom vamos fazer referência. Seja como for, o texto aqui reproduzido mantém toda

a vigência do primeiro dia, toda a força dinamizadora, toda a luz, e também toda a sua carga de possível «incomodidade» em tantos e tam diversos potenciais receptores.

Nom é este o lugar para fazer um comentário do texto que, aliás, pudesse condicionar os leitores. Cumpre, no entanto, explicar o critério aplicado nesta publicaçom.

Os leitores devem saber, em primeiro termo, que nom se parte de umha conferência «lida», mas de umha dissertaçom mais ou menos improvisada, submetida —é claro— a umha organizaçom prévia. Isto deixava aberta umha possibilidade: adaptar o «texto oral» até convertê-lo num «texto escrito» mais «formalizado» ou «académico», despossuído assim de certas brincadeiras e pretendidos desajustamentos próprios da oralidade. Porém, pareceu mais oportuno —e científico— respeitar integramente o fio do discurso por manter umha total fidelidade à expressom dos conteúdos.

Se este proceder for válido em qualquer caso, aqui atinge umha validez singular, pois é precisamente no fluir da linguagem discursiva onde se manifesta, talvez, o maior interesse que apresenta o discurso de Lluís V. Aracil. Quer dizer, deixando de parte —e fora de dúvida— a importância do *significado,* achamos que tem um valor especialmente apreciável o *significante,* isto é, o procedimento analítico, a imagem humorística carregada de ironia, a linguagem ilusiva ou a redundância consciente, o paradoxo ou a tautologia, etc., como meios efectivos sempre utilizados, para chegar a um tema, polo autor de *Dir la realitat* ou *Papers de Sociolingüística.*

Eis a justificaçom do critério empregado. Mas isso nom impediu algumha modificaçom necessária sem alterar em absoluto o sentido original: tais variantes atingem apenas a algumhas expressons cuja redundância era inútil na escrita, à supressom de brevíssimos comentários marginais (quase imperceptíveis na gravaçom) ou determinadas interjeiçons (nom todas), nomeadamente algumha de carácter onomatopeico.

Além disso, cumpre assinalar que, para facilitar a compreensom sintética dos diferentes pontos, optámos por apresentar o texto de maneira seqüencial, responsabilizando-nos portanto das epígrafes, restringidas —isso sim— ao mínimo possível, pois quando há subdivisons recorre-se apenas à numeraçom arábica e às letras do alfabeto para nom interferir a linearidade expositiva. Contudo, e por respeito ao fio do discurso, algumhas epígrafes pode-se dizer que fam parte de outras ou estas estám superpostas a aquelas.

Finalmente, assumimos a responsabilidade de empregarmos diferentes tipos de letra (negra, cursiva, maiúsculas), o qual, se por um lado pode influir (isso se pretende!) no leitor, por outro tenta reflectir no plano da escrita as pertinências fónicas e gestuais próprias da oralidade.

César-Carlos Morám Fraga
José Mato Fondo

A Corunha, Primavera de 1989

Introduçom

«Umha consideraçom interessante, talvez nom bem sabida, é que o sentido etimológico da palavra HISTÓRIA é **investigaçom.** Isto pode surpreender, mas é assim. *História, «historía»* (1), é *investigaçom.* Pesquisa, inquérito, e só secundariamente «informe», «narraçom», sobre os resultados do inquérito. Digo-o porque realmente é importante diferenciar estes dous sentidos da palavra HISTÓRIA: a *história questom,* a *história resposta.* E é importante fazermos esta diferenciaçom porque na História achamos **perguntas sem resposta** —e algumhas que eu plantejarei som assim— e achamos também, sem dúvida, **respostas sem pergunta.** Som o que se costuma chamar «questons retóricas» ou de «catecismo», e o catecismo é um exemplo flagrante de respostas sem pergunta: inventa-se umha pergunta a algo para justificar como pretexto a resposta que nos perguntam.

«...de *História CONTEMPORÁNEA:* limitaçom, a meu ver, esclarecedora: «História contemporánea» é o que os livros de texto chamam *História contemporánea* (2). Por algo cumpre começar, e isso quer dizer que me limitaria a falar dos dous últimos séculos grosso modo, e entre meados do século XVIII (ou fins) e nós: portanto dous séculos.

História sócio-lingüística da Galiza

Umha primeira cousa a fazer seria um inventário de que história sócio-lingüística da Galiza existe, o que é que há, o que se tem produzido.

1. Descobriríamos, em primeiro termo, que quanto a «história-narraçom» **(história-resposta)** —e acho que sairám algumhas soluçons, talvez já saírom (3)— fundamentalmente há dous tipos de «história-resposta», dous tipos de «história narraçom» (a que é mais ou menos institucionalizada): umha chama-se «História do Espanhol» (com «h» diante de «História», nom de «Espanhol») e outra diríamos que é «auto-história», «auto-crónica» «do Rexurdimento» (4). Som duas histórias típicas que respondem a perguntas que realmente, creio, ninguém se planteja, e é um exemplo bastante claro o «catecismo» (o qual me recorda a época em que havia catecismos e um neno perguntava ao mes-

---

(1) Trata-se do termo grego *(historía),* que significava simplesmente um conhecimento adquirido por busca ou investigaçom, sem referência expressa ao passado. Com efeito, na antigüidade clássica, como conseqüência da busca da verosimilitude, procura-se umha compreensom humana dos acontecimentos restando validez à intervençom divina. Assim mesmo rejeitam a história concebida de modo literário e introduzem o rigor científico mercê ao confronto das fontes, o enquadramento geográfico e o estabelecimento da cronologia, com o qual ponhem os alicerces da erudiçom moderna. Porém, na Idade Média desaparece o espírito crítico na historiografia, ao se admitirem sem nengum reparo como verdadeiros factos fantásticos e mitológicos: abandona-se o enquadramento dos acontecimentos narrados num espaço e num tempo bem definidos e debilita-se a individualizaçom das personagens.

(2) A *tautologia* é um recurso freqüente em Aracil, que contribui, pola via humorística, a incidir sobre o receptor no sentido de partir de zero e nom dar nunca nada por sabido.

(3) *«talvez já saírom»:* refere-se ao ambiente do Congresso, neste caso às sessons anteriores ao acto. É importante porque reflecte umha visom de tais jornadas como umha unidade em processo ascendente.

(4) *«Rexurdimento»* ou «Ressurgimento». Respeita-se o vocábulo utilizado na conferência, que está matizado foni-camente a modo de cita.

tre: «conte-me a Criaçom», pergunta absolutamente espontánea e própria do neno).

2. Em troca, brilha mais pola sua ausência a «**história-questionário**». Eu limitarei-me a isso. E a este respeito tenho a impressom de nom se poder alegar falta de dados. Os dados existem, eu próprio espero assinalar alguns, e na realidade o que falta nom som os dados mas a curiosidade. O que faltou, até agora mesmo, fôrom as perguntas, até o ponto de parecer que os dados sobrem. É o que costuma acontecer nos países pobres: o limite da pobreza é que já lhes sobram os recursos, porque nom sabem como utilizá-los.

Umha primeira questom global, mas que só nos serve para acedermos à matéria, seria perguntarmo-nos «QUE TEM FALADO, QUEM, NA GALIZA NA HISTÓRIA CONTEMPORÁNEA». Quer dizer, «COMO TEM FALADO» a gente na Galiza na História Contemporánea. Trata-se de umha pergunta muito geral que cumpriria esmiuçar, analisar. QUEM?, ONDE?, PARA QUE?, QUANDO? Cumpriria nom apenas esmiuçá-la, mas também acrescentar algumhas precisons como, por exemplo, o que é que se tem dito e se tem feito nos diferentes idiomas que se usárom. Bem, isso só nos facilita o acesso à matéria.

As duas direcçons, os dous níveis de investigaçom que, por analogia com casos semelhantes, julgo especialmente produtivos, seriam, por um lado, indagar o que chamaríamos **tendências demográficas** —quantitativas— e por outro lado o que chamaríamos o «**multidiscurso**». (Prefiro chamá-lo *«multi*-discurso» para reconhecer, desde o prefixo, que nom é simples).

Tendências demográficas

Falarei de *«tendências demográficas quantitativas»,* tendências de um certo volume. Que tendências tem havido na História Contemporánea na Galiza? Globalmente haveria umha resposta, bastante brutal, que por sua vez nos leva à pergunta. A resposta brutal e simples seria que na História Contemporánea —e o que de la fica— poderia-se dizer: *a História da Galiza é a história de como retrocede umha língua.* Mas esmiucemos: quais fôrom as tendências mais volumosas e mais significativas?

1. Nom há dúvida de terem sido duas, mas principalmente umha: a «umha» tendência foi a **bilingüizaçom,** isto é, a generalizaçom da competência num idioma que nom por açar era umha *língua nacional* e que foi unida a cousas como a *alfabetizaçom.* Facto curioso: quando na Galiza se plantejou o problema de difundir o saber de letras, nom se questionou em que idioma, pois os que sabiam e exerciam de letras já tinham claro em que idioma o faziam. A *bilingüizaçom* dos falantes do galego, o facto de umha proporçom mais e mais grande da gente falante do galego ter adquirido —e nom apenas adquirido mas também coloquializado, e nom só coloquilizado más também à longa«nativizado»— o outro idioma, é sem dúvida, creio, a tendência mais grande da História Contemporánea da Galiza, sociolingüisticamente falando. Sem dúvida e a muita distáncia. O impressionante é que se umha pessoa pudesse voltar ao mundo após douscentos anos —e nom digo douscentos se-

nom talvez cinqüenta, mas polo menos douscentos com segurança— ficaria abraiada ao ver que, por exemplo, o argumento típico para se dirigir em público em galego era *antes* o de ser o único idioma que entendia todo o mundo, argumento típico empregado *agora* para usar o castelhano. Isso é um cámbio, e a História, em parte ao menos, consiste em cámbios.

a) Porém, essa tendência, que alguns acham tam natural e que parece imemorial, foi a **minorizaçom** mesma. Quer dizer, esta tendência chegou a um ponto no qual praticamente se extinguírom os falantes unilíngües do galego. (Nesta altura pode-se dizer que se extinguírom, e se nom for assim estám para se extinguir. Antes de desaparecerem já há muito tempo que nom contam! O menosprezo absoluto do falante unilíngüe do galego no seu próprio país é um dos aspectos mais sinistros e desagradáveis desta história: como foi maltratado, como foi pisado, como foi ignorado, em fim, é desagradável). E reparai bem: a desapariçom dos falantes unilíngües do galego significa ter chegado a umha situaçom em que, na prática, todo o falante do galego é falante do castelhano, até tal ponto que saber galego implica saber castelhano, até tal ponto que a comunidade ou subcomunidade lingüística galega é um subconjunto da castelhana: **relaçom de inclusom** (e portanto é minoria, pois umha parte é sempre menor do que a totalidade). Isto é: a *minorizaçom.*

b) Outro aspecto que me limito a assinalar é o seguinte: neste processo, por razons que vocês já imaginárom, *tem sido mais forte a* ***adesom*** *da comunidade ou subcomunidade lingüística galega à castelhana do que a* ***coesom*** *da própria comunidade lingüística galega ou galego-portuguesa.* Precisamente um fenómeno típico das situaçons minoritárias nos processos de minorizaçom é que, amiúde, a *adesom* a outra comunidade é mais forte do que a *coesom* da própria comunidade.

2. É, pois, umha tendência, e agora assinalo outra que foi consecutiva e portanto tem um desfasamento, um «décalage», um atraso, embora seja também digna de ser estudada. É consecutiva: é a **unilingüizaçom.** Se a bilingüizaçom fora a adquisiçom de um idioma (o castelhano neste caso), a *unilingüizaçom* foi o abandono do galego. Evidentemente ulterior, evidentemente posterior por razons que nom expliço. Como se produziu a *unilingüizaçom?* Como se abandonou o galego? Som questons a plantejarmos e eu, dispondo de mui pouco tempo, limitar-me-ei a recordar em público e aqui umha anedota, umha anedota que acho insuperável: um amigo galego que fala em galego aos seus filhos contava-me que os vizinhos galegos, lhe perguntavam: «E entendem-vos?» (5). Fim do chiste. O chiste nom tem apéndice, o chiste

---

(5) *«E entendem-vos?».* Observe-se que a pergunta verificada em tais «vizinhos galegos» é tam possível formulada em galego como em espanhol: *«¿Y os entienden?».* Seria interessante experimentarem os leitores se em ambos os casos se trata do mesmo «discurso» e da mesma consciência (ou inconsciência). Poderiam-se detectar as seguintes possibilidades: a) pergunta formulada em galego por um vizinho que fala habitualmente em galego, embora nom o faga com os filhos; b) pergunta formulada em espanhol por esse mesmo indivíduo ou outro das mesmas características; c) pergunta formulada em espanhol por um vizinho que fala habitualmente em espanhol; d) pergunta formulada em galego por esse mesmo indivíduo ou outro das mesmas características (raro, mas possível). Haveria ainda mais duas possibilidades: e) pergunta formulada em galego por um vizinho que fala também em galego aos seus filhos, mas com um grau de notável inconsciência; f) pergunta formulada em espanhol por esse mesmo indivíduo ou outro das mesmas características.

acaba aqui: «E entendem-vos?». Nada mais! Poderia ser que este tipo de gracejo fosse difícil de compreender em Portugal, pois —nom se sabe por que— as crianças em Portugal nom brincam em castelhano, e cumpriria realizar um inquérito internacional para esclarecer este fenómeno e até que ponto a água do Minho a partir de umha certa altura ou baixura produz estes efeitos. Nom nos equivoquemos. A *unilingüizaçom,* o abandono do galego, é perfeitamente compreensível num contexto cujo esquema seria este:

Há douscentos anos neste país havia dous idiomas, ambos os dous **necessários** para viver umha vida normal, e os dous, conseqüentemente, eram **insuficientes.** Era necessário o galego para a gente em geral se entender e para qualquer viver normalmente, e o castelhano era necessário talvez nom para isso, mas sim para muitas cousas. Entom, os dous eram *necessários* e portanto os dous eram *insuficientes.* Pois bem, hoje chegámos a umha situaçom na qual um idioma continuou a ser *insuficiente* e ademais chegou a ser *desnecessário* (o galego), mentres o outro continuou a ser *necessário* e ademais fixo-se *suficiente.* (O castelhano, nom é?). Mesmo um filósofo poderia detectar umha lógica neste sentido! Mesmo um filósofo... ajudado por um analfabeto insistente.

Tais tendências podem ser detectadas, podem ser quantificadas, e a falta de dados censais é umha vergonha. A falta de dados censais deve-se a que as autoridades estatísticas desta parte do mundo pensárom com razom que «ojos que no ven corazón que no siente». E nisso tenhem toda a razom: como nom há estatísticas, aqui nom se tem passado nada!

Porém, embora fosse assim, quero dizer —e darei umha pista elementar— que é possível entendermos isto bastante bem. Eis o truque mais elementar: num momento dado os diferentes níveis de idade correspondem, «coeteris paribus», a épocas sucessivas. Há umha correlaçom brutal. Por conseqüência, se quigermos ter umha perspectiva diacrónica a partir de um panorama sincrónico, cumpre repararmos nos contrastres de idade. Elementar, querido Watson!... Justamente por isso mencionei as crianças. É o primeiro nível de idade que mencionei nesta história. Isto é, se comparávamos níveis de idade, compararíamos que se ainda há gente que nom sabe castelhano serám mais bem os velhos; que nom saber galego é mais bem próprio dos nenos..., etc. Evidentemente.

As interferências

Falei até aqui de umhas tendências que podem ser estudadas demograficamente —devem sê-lo—, que podem e devem ser estudadas geograficamente (A geografia, de facto, é sumamente interessante. Nom há dúvida de existirem desfasagens, atrasos, fortes desnivelamentos dentro da Galiza entre umhas zonas e outras. Nem há dúvida que estes fenómenos som significativos). Assinalarei, aliás, outro tipo de tendências para serem estudadas: as **interferências.** Todos sabemos que as interferências entre os dous idiomas em contacto fôrom enormemente unilaterais. Sabemos também que as inteferências do castelhano sobre o galego a esta altura nom som já umha infiltraçom,

mas umha *invasom.* Todos sabemos isso. Sem dúvida produziu-se num contexto. Poderíamos chamá-lo a «castrapizaçom» ou como se quiger, mas para umha pessoa que nisto —sou eu— tem a vantagem de nom ser galego, isso representa-se de umha maneira terrivelmente patética. Poderíamos dizer: qualquer cousa que for castelhano pode pasar por galego. A única condiçom é ser castelhano. Se nom, pode ser, por exemplo. «estrangeiro» ou português!

Pois bem. Aqui introduziria outro ponto de investigaçom com o qual assinalo um abismo, um abismo de ignorância, um abismo de «incuriosidade»: qual é o fenómeno sociológico mais interessante que há na Galiza? Poderemo-lo adivinhar entre todos? Nom digo o mais interessante do mundo, mas sim o mais interessante da Galiza, a meu ver:

A RAIA, A RAIA, A RAIA! (Primeiro prémio, segundo e terceiro do concurso, pois merece-os todos). A RAIA (6). Bem, e que cousa é «A RAIA»? Nom o vou descrever. No entanto recordarei, por exemplo, que as fronteiras tenhem a ver com o senso da realidade. Cousas fantásticas! As fronteiras som, na verdade, umha sorte de laboratório super-realista. Tenhem a ver com o senso da realidade, tenhem a ver com o que é, com o que nom é, com o que deve ser, com o que pode ser, como o que nom pode ser, com o que se vê, com o que nom se vê... Mas centremo-nos. Indubitavelmente a RAIA é anterior à idade contemporánea. Porém, na idade contemporánea —e precisamente nela— adquiriu uns caracteres inéditos e terrivelmente novos. Eu proporia um tipo de inquérito que ainda nom foi, ao que parece, nem concebido e que poderia ser maravilhosamente revelador: fazer simplesmente um inquérito dialectal, a banda e banda, a lado e lado da RAIA, a diferentes níveis de idade. Arrisco umha orelha —felizmente tenho duas— a que se observaria que a gente mais velha fala mais semelhante; os jovens mais apartado. Já nom digo porque uns *«falam»* português e outros *«hablan»* espanhol! Isso, creio, deveria-se incluir no inquérito. Seria «o limite»...

Quer dizer, que efeito fijo a RAIA? A RAIA, na realidade, é um fenómeno que assinalo como catalám, fenómeno ao qual sou singularmente sensível. A RAIA é, por um lado, um fenómeno local, que podemos estudar «in situ», aqui mesmo. Podemo-nos instalar e depois olharmos o que se passa, quanto passa, quando passa, quem passa, quem os deixa passar ou nom os deixa passar, por que dianho os deixa pasar, com que cara os deixa passar ou nom os deixa passar... Todos estes fenómenos podemos estudá-los «in situ» e som muito interessantes. Como argumento sociológico número 1, A RAIA. Isso é certo.

Ora bem, nem todos os fenómenos som locais. Eis outro ponto mais interessante: afinal *seria ridículo pensar que a RAIA separa Tui de Valença do Minho.* Pois que separa a RAIA? Nom nos equivoquemos. A RAIA separa a Espanha de Portugal. E também nom separa a Galiza de Portugal. Nom. Nom fagamos chistes. A RAIA separa a Espanha de Portugal como o seu

---

(6) Aqui, como noutros casos, conservamos a brincadeira, embora seja índice da oralidade, por contribuir a reforçar (como procedimento «tautológico») a evidência do que deveria ser óbvio.

nome indica ou como as suas bandeiras indicam de umha maneira avondo clara. Entom, que quer isto dizer? Que quer dizer a RAIA? Que importância tivo na História Contemporánea a RAIA? Daria umha pista também: o facto de as fronteiras serem essencialmente filtros por definiçom, e portanto serem substancialmente discriminatórias (ou nom serem nada. Também pode ser que nom sejam nada, mas entom significa que nom som fronteiras, obviamente).

Destarte, surgem as questons: o que é que discriminou! O que é que filtrou a RAIA? O que é que deixou passar? O que é que nom deixou passar? A RAIA é um fabuloso quantificador, um fabuloso discriminador. É permeável ou impermeável segundo de que e de quem e de como e quando se tratar. A RAIA é um analisador fabuloso de fenómenos sociais. Umhas cousas coam-se sem ninguém o perceber, as outras detenhem-se absolutamente e nom passam em mil anos...

Aliás, a nível dialectal de coloquiais locais eu nom sei qual seria o resultado do inquérito, pois parece nem ter sido concebido. O típico é que os mapas dialectais do português providencialmente chegam até a RAIA, os mapas galegos-espanhóis providencialmente chegam até a RAIA, e providencialmente os uns com os outros encaixam simplesmente porque a RAIA anterior é a mesma. É óbvio, ao ser a mesma encaixam, mas nom há imbricaçom. Porém um facto é bem sabido: a **língua nacional** a um lado e a outro sim coincide perfeitamente com a RAIA. Eis outra prova da providência. Com efeito, há muitas provas da providência. Suponho que o sabedes: umha das provas da providência é que a abertura das pálpebras coincide justamente diante dos olhos e nom no cogote. Pois o facto de a língua nacional espanhola e a língua nacional portuguesa terem a sua fronteira justamente na RAIA é umha das provas da providência. Isso coincide com exactitude. Nom há um pelo de diferença. Coincide com os uniformes, coincide com a moeda. Alá onde houver um tipo de uniforme, um tipo de moeda, um tipo de comboios, por exemplo..., isso sim coincide. Curioso!

Nom sei se os companheiros portugueses terám reparado num fenómeno bem esclarecedor (7). Realmente a RAIA nom foi ainda —embora poda chegar a sê-lo— umha raia entre duas gentes. *É a RAIA entre dous estados,* a RAIA entre duas naçons, o qual é muito mais complexo. Nom se trata apenas de gente. Um estado, umha naçom, implica umha organizaçom, implica outras cousas, nom é? E um aspecto dessa organizaçom é o facto elementar de essa língua de comunicaçom moderna, de comunicaçom intelectual, de comunicaçom pública... ter sido neste lado o castelhano. E foi o castelhano porque a gente deste país que sabia, a gente deste país que importava, que contava, estava de acordo em que fosse o castelhano, e avonda. Em troca isso nom foi assim em Portugal: eis a diferença que explica, diria eu, o noventa por cento das demais diferenças. Tam simples como isso. O povo falava mais ou

(7) Alude, naturalmente, aos congressistas vindos de Portugal, num claro intento de amplificar a focagem mercê ao troco do ponto de vista. Tal perspectiva (a portuguesa) seria de grande interesse no Congresso, e talvez susceptível de umha análise esmiuçada.

menos o mesmo, mas o povo, felizmente, nom contava. O povo era feliz, o povo nom contava. E os outros, os que nom eram povo, ah, os que nom eram povo! Os que nom eram povo, alguns eram espanhóis e os outros eram portugueses, e estes contavam e contam. Contarám, mas...

O multidiscurso

Espero que se fale também (8) do «**multidiscurso**». Do *multidiscurso* daria eu assim mesmo pistas muito elementares para começar a indagar. Assinalaria a existência de, polo menos, dous discursos principais:

1. Um **discurso da necessidade,** por chamá-lo assim, que vai unido ao espalhamento da língua nacional. Curiosamente esse discurso aqui, a este lado da RAIA, vai anterior ao espalhamento do castelhano. A gente há de saber de letras em que língua? A dúvida ofende! Ham-se civilizar! Cumpre pôr a RAIA! Em que língua falará a RAIA? (...!) Bem, curiosamente, e felizmente, ao outro lado da RAIA também nom o questionavam. Uns e outros o tinham igualmente claro, salvo que nom coincidiam. Por que? Um *discurso da necessidade* de promoçom de umha língua nacional, e de resto a língua nacional significava o saber de letras, significava a vida moderna, significava as luzes, significava a comunicaçom, a discussom, etc., etc. TEM HAVIDO A ESTE LADO DA RAIA A PROPOSTA DE O GALEGO SER LÍNGUA NACIONAL? Questiono. Deixo a questom como questom. A minha impressom é que nom. Um dos fenómenos estranhos da Galiza contemporánea é ter chegado a pulular um certo nacionalismo galego centrado num idioma, o qual (idioma) nom foi concebido como *língua nacional.* Cousa, aliás, bastante absurda. Quer dizer, o nacionalismo galego baseava-se na língua galega, a qual (língua galega) (9) nom era concebida como língua nacional!... Ao que parece, o chiste continua! Um fenómeno muito estranho! Parece que continua! Umha língua que nem sequer sabem como escrever! Umha língua na qual é «natural» ser analfabeto, como suponho o é o Senhor Reitor da Universidade de Santiago! E nom é umha indirecta. Eu sou sociólogo: isso supom que sei certas cousas. Se nom seria um néscio, um impostor. Portanto é essa a minha obrigaçom: supor que o Reitor da Universidade de Santiago é analfabeto em galego, porque se nom eu seria incompetente.

2. Há, pois, um *discurso da necessidade,* que invoca a necessidade como promoçom da língua nacional (aqui o castelhano unicamente, no outro lado o português), e há também outro que poderíamos —e deveríamos— chamar o **discurso da boa vontade.** O *discurso da boa vontade* é muito difícil de descrever, pois estamos tam afeitos a ele que nem caímos na conta, e como nom caímos na conta já nom sabemos a quem identificamos. Eu ponho por exemplo umhas palavras pronunciadas por Frédéric Mistral o 25 de Maio de 1884

---

(8) Manifesta, com esta expressom, a esperança em que saiam à luz este e outros temas em sessons posteriores. Tem, pois, o mesmo sentido do já comentado na nota 3.

(9) Polos possíveis valores que podam apresentar, respeitamos as redundáncias («idioma», «língua galega»), que escrevemos, no entanto, entre parénteses.

no parque de Sceaux, perto de Paris, há justamente cem anos (10), e portanto merece esta lembrança. Trata-se de umha frase que condensa, a meu ver, o *discurso da boa vontade.* Umha frase que vocês acharám familiar, e eu lereina em francês precisamente. E nom a traduzirei, pois justamente nom a traduzindo será como vós próprios a acharedes familiar. Ei-la:

«Oh France, mère France,
laisse-lui donc à ta Provence,
à ton joli midi, la langue si douce
dans laquelle elle étudie, ma mère.
Et puis à notre langue
qu'ont parlé nos aïeux,
que parlaient là-bas tes paysants et
[tes marins,
tes soldats et tes (...),
à notre langue de famille
fais-lui dans tes écoles
une petite place à côté du français».

O *discurso da boa vontade* é, pois, um discurso ao qual estamos afeitos. Eu dei-vos umha mostra que suponho vos terá evocado —a quantos conhecedes este país— toneladas de papel impresso onde se diz o mesmo. E é o programa geral de todas as partes e o programa geral de todos os pontos da Galiza, etc., como vós bem sabedes. Nom é?

Bem, e com isso acabei de assinalar pontos e questons de História Contemporánea. Espero ter sido polo menos bastante provocativo —é o meu dever—, e para rematar quereria fazê-lo com umha cita, um dos poucos textos polos quais se poderia dizer que alguém concebeu o galego como *língua nacional.* E pois o texto mesmo é a mesma atitude, eu leio-vo-lo, respeitosamente, a apresento-o à vossa atençom. Trata-se de *A gaita gallega tocada polo gaiteiro, ou sea Carta de Cristus para ir deprendendo a ler, escribir e falar ben a lengua gallega* (11). Inimaginável! Para que é apreender a ler e escrever a língua galega? Este homem estava louco! Em todo o caso esse homem era de Ponte-Vedra, tanto se estava louco como sen nom, e chamava-se Joám M. Pintos.

As passagens que eu acho pertinentes som as que seguem, passagens de verdadeiro interesse. Lerei no meu galego (12):

---

(10) Recordamos que a ponência data de 1984. Também agradecemos à professora Maria Sánchez Seoane a sua ajuda na transcriçom do texto de Mistral.

(11) Com efeito, a obra de Pintos —citada freqüentemente como *A gaita gallega*— tem por título completo *A gaita gallega tocada po lo gaiteiro, ou sea Carta de Cristus para ir deprendendo a ler, escribir e falar ben a lengua gallega, e ainda mais,* e foi publicada pola imprensa de «José y Primitivo Vilas», Pontevedra, 1853. Por diferentes razons é verdadeiramente revelador o facto de Aracil eleger esta obra, da qual Cabanillas dixera ser —nom por acaso— a pedra de alicerce da nossa renascença.

(12) Citamos pola antedita ediçom, a original, para que o leitor veja nom só os erros, mas também as virtudes lingüísticas de Pintos. Porém, na pronúncia de Aracil apreciam-se as variantes *se* (versos 1, 11), *Galiza* (v. 1), *galego* (vv. 2, 30), *quatro* (vv. 3, 11, 12), *galeguinhos* (v. 11), *Deus* (v. 19), *dizer* (v. 19), *gosto* (v. 20), *sem* (vv. 26, 28), *nem* (vv. 28, 31, 32, 33, 34), *começo* (v. 28), *declaraçons* (v. 33), *pobres* (v. 35). Os interessados em cotejar o texto, podem achá-lo na página 37.

«Si non se imprime en Galicia
Un triste libro en gallego
E catro farafulliñas
Se gaban de non sabelo,
Poida que non tarde muito
En andar o idioma impreso
E que se lle suba às barbas
A outros que andan mui tesos.
E aposto cento por un
E mais poño o que non teño
Que si catro galleguiños
Das catro esquinas do reino
Se sacoden, co él abrochan
Con patriótico empeño
Po las aldeas é vilas,
E cuiden de recollelo,
De compolo e arrombalo,
E facer un todo inteiro,
Juro a Dios volvo a decire,
Que ha de ser un gusto velo
Chegar a donde chegaron
Os outros, e en anos menos,
E mais inda rebasalos,
E deixalos ben arredro.
E saiban os perguiza
Que sin traballo e sin tempo
Ninguén fixo nunca nada
Nin se fará sin comenzo.
E verdá que hoje non usan
O noso idioma gallego
Para leis, nin escrituras,
Nas oficinas, nin tempros,
Nin poñen declaracios
Nin estenden testamentos,
De maneira que a mil probes
Lles meten gato por coello.
Mais isto ten outro rabo
Que enrrosca asoballamento,
E ten conta desfolalo
E desroscalo con tempo».

Estou perfeitamente de acordo com o autor. Muito obrigado pola vossa atençom» (13).

---

(13) Som de grande interesse as intervençons de Lluís V. Aracil no posterior colóquio, as quais ficárom assim mesmo gravadas, mas que nom transcrevemos aqui por nom romper a unidade estrutural da publicaçom.

R. 780

Actas

del

Congreso Nacional Pedagógico

iniciado por la

Asociación de Maestros públicos

de la

provincia de Barcelona

celebrado en dicha ciudad

desde el día 5 al 12 inclusive del mes de Agosto de 1888.

Barcelona

Tipografía de la Casa Provincial de Caridad

1889

O «Congreso Pedagógico» de Barcelona (1888) e a reivindicaçom didáctica da língua galega

Narciso DE GABRIEL
Universidade de Santiago de Compostela

INTRODUÇOM

Um dos temas abordados no «Congreso Pedagógico» que tivo lugar em Barcelona no ano 1888 dizia assim: «En las provincias del Norte y del Este de España, donde no es la nativa la lengua castellana, ¿qué procedimientos deben emplearse para enseñarla a los niños?»[1]. Enunciado nestes termos, o problema que se submetia à consideraçom dos congressistas nom contradizia em absoluto as directrices oficiais, segundo as quais o castelhano era o único idioma que devía ensinar-se e empregar-se nas aulas. Se nos cingimos à literalidade do tema proposto a debate, nom se tratava de fomentar o desenvolvimento escolar das línguas periféricas, senom de investigar os procedimentos mais ajeitados para o ensino dos castelhano naqueles territórios que tinham um idioma diferente do oficial.

Cabe pensar, nom obstante, que os convocantes desta reuniom pedagógica nom só estavam interessados em achar as melhores fórmulas para a apredizagem do castelhano; mas, se enunciarom assim a questom, foi para respeitar os limites da legalidade vigente. Com efeito, um dos propósitos que parece presidir a presença deste tema no Congresso, e assim o demonstra o curso dos debates, nom era outro que o de reivindicar a incorporaçom dos idiomas catalám, basco e galego às escolas, ainda que tal medida se justificasse como necessária enquanto favoreceria a inculcaçom do castelhano aos nenos que non tinham este idioma como própio. Além disto, era esta a primeira vez que num congresso pedagógico se debatia a problemática lingüística e as suas im-

(1) *Actas del Congreso Nacional Pedagógico iniciado por la Asociación de Maestros públicos de la provincia de Barcelona, celebrado en dicha ciudad desde el día 5 al 12 inclusive del mes de Agosto de 1888,* Barcelona, Tipografía de la Casa Provincial de Caridad, 1889, p. 137. Em adiante, *Actas.*

plicaçons escolares. E nom é de estranhar que fosse justamente em Barcelona onde se abordase esta questom, dado o importante desenvolvimento alcançado polo regionalismo em Catalunya[2].

Os debates centraram-se na problemática catalá, ainda que os oradores adoitavam fazer extensivos os seus diagnósticos e soluçons a Euskádi e Galiza. No Congresso participou também um representante galego, o mestre José Soto Campos, ao que prestaremos umha especial atençom neste trabalho. A intervençom deste mestre defendendo a presença do idioma galego nas aulas foi impugnada na imprensa por José Núñez Sarmiento, segundo veremos nas páginas que seguem. Mas antes de entrarmos nestas consideraçons, examinaremos o conteúdo e a dinámica das discussons que se produzirom no Congresso.

1. *UM DEBATE CONFLITIVO*

Ivonne Turin tem escrito que no Congresso Pedagógico de Barcelona «se abordó serenamente la cuestión de la enseñanza en catalán»[3]. Ora bem, se revisamos as actas desta assembleia poderemos comprovar que a serenidade nom sempre presidiu os debates. Ainda mais, registarom-se momentos de umha forte tensom, como nom podia ser menos ao discutir-se um assunto destas características.

O conferenciante encarregado de desenvolver o tema foi o mestre barcelonês Inácio Ferrer y Carrió, que começou declarando a sua vontade de defrontar o problema desde umha óptica estritamente pedagógica, desentendendo-se, por conseguinte, das suas implicaçons políticas. De seguido, expujo as directrizes teóricas que se deviam seguir na aprendizagem de umha língua estrangeira.

Em primeiro lugar, «es necesario que el profesor sea de la nación a la cual pertenecemos o que entienda nuestra lengua no siéndolo, y que ambos [professor e aluno] se expliquen en ella» *(Actas,* p. 139). Este principio, na opiniom do conferencista, nom precisa de umha especial justificaçom, já que vem ditado por critérios lógicos: um dos requisitos do processo de ensino-aprendizagem é que o mestre e os seus discípulos podam entender-se através da palavra.

Em segundo lugar, o procedimento que deve seguir-se para o ensino de um idioma estranho é o teórico-prático-comparativo, tomando «como término de comparación en primer lugar la lengua nativa, y en segundo, cualesquiera otra por profesor y alumno conocida» *(Actas,* p. 140). Nem a aprendizagem puramente teórica nem a meramente práctica produzem resultados satisfatórios, sendo necessário, portanto, um ensino teórico-prático, que se beneficie, além disso, das avantagens que fornece o recurso comparativo.

---

(2) «Aquest congrés, és bo recordar-ho, se celebrava en una època propícia perque començava a manifestar-se públicament, almenys entre alguns sectors, un cert interès envers l'oficialització de la llengua catalana i, consegüentment, un corrent a favor de la legalització del català com a llengua educativa». (Jordi Monés i Pujol-Busquets, *La llengua a l'escola (1714-1939),* Barcelona, Editorial Barcanova, 1984, p. 92).

(3) Yvonne Turin, *La educación y la escuela en España de 1874 a 1902. Liberalismo y tradición,* Madrid, Editorial Aguilar, 1967, p. 262.

Em terceiro lugar, «en la enseñanza de una lengua extraña a la nuestra ha de preceder el conocimiento o estudio de la lengua que hablamos, o aquella que nos sirve de medio de comunicación o de inteligencia» *(Actas,* p. 140). Este postulado é umha conseqüência do anterior, já que o método comparativo exige um conhecimento prévio da língua que ha de funcionar como ponto de referência.

Umha vez formulados estes princípios básicos, Inácio Ferrer i Carrió aplicou-nos à situaçom concreta que se debatía no Congresso. Esta aplicaçom justifica-se porque o catalám, o basco e o galego nom som dialectos do castelhano, mas idiomas dotados de entidade própria e perfeitamente diferenciada[4]. Mais concretamente, o castelhano é umha língua estranha em Galiza, Euskádi e Catalunya, tam estranha como poda sê-lo o francês no conjunto do Estado espanhol (cfr. *Actas,* p. 141). Portanto, para ensinar o castelhano aos meninhos instalados no catalám, basco e galego cumpre seguir as directrices que som usuais na apredizagem de idiomas estrangeiros.

A proposta do conferencista é que na escola de párvulos[5] o mestre se expresse na língua própria dos nenos pois, em caso contrário, estes nom o entenderiam, e que lhes ensine oralmente o castelhano, de forma que quando se incorporem à escola elementar podam seguir as explicaçons neste idioma. A aprendizagem da leitura realizará-se nom obstante em castelhano, traduzindo o mestre todas aquelas expressons que os alunos nom fossem capazes de compreender (cfr. *Actas,* p. 142). O próprio Inácio Ferrer i Carrió pergunta-se se isto nom está em contradiçom com um dos princípios básicos anteriormente enunciado, o que postulava a necessidade de estudar a língua nativa antes que a estranha:

> «A esto debemos contestar que aquí no se trata de la enseñanza plena y por escrito del castellano, sino de la oral, y por lo tanto, como el conocimiento oral de la lengua nativa lo suponemos, de ahí que no haya inconveniente en que desde luego se inicie al niño en la lectura de la lengua castellana, sin que esto obste para que cuando el niño se encuentre en disposición se le hagan notar las diferencias fónicas que hay entre el castellano y la lengua nativa, siendo conveniente para ello el que el libro destinado para enseñar a leer, contenga algunas páginas en las cuales en la una haya el texto en castellano y en la otra en lengua nativa» *Actas,* p. 142).

Argumento escassamente convincente, polo menos tal e como aparece recolhido nas *Actas* do Congresso. Com efeito, afirma o conferencista que

---

(4) Esta era a opiniom do conferencista sobre o idioma galego: «El gallego, aunque similar al castellano, y muy similar, es lengua diferente, no sólo por su vocabulario, mas también por su fónica, por la representación de la misma, y por su sintaxis, caracteres todos que contribuyen a singularizar un idioma y a distinguirle de los demás. De origen igual al del castellano, pues como él es hijo de la transformación del latín, no aplicó al verificarla los mismos principios, y de ahí la similitud por una parte y la diferencia por otra. Encontrándose en tales circunstancias constituye una lengua propia, y por tanto una lengua que en manera alguna puede confundirse con la castellana, lo cual significa que el gallego comparado con él, es lengua extraña, ni más ni menos que el vasco». *(Actas,* p. 140).

(5) No século XIX havia vários tipos de escolas destinadas à populaçom infàntil: as de párvulos, que estavam muito pouco generalizadas, as elementares, que eram as mais numerosas e podiam serem completas, incompletas ou de temporada, e as superiores, que também tinham um escasso peso.

no parvulário se trata apenas de aprender oralmente o castelhano, e dá por suposto que os nenos galegos, bascos e cataláns ja possuem esse conhecimento dos seus respectivos idiomas. Ora, de tais premissas nom se deduz em absoluto que a aprendizagem da leitura deva realizar-se em castelhano, senom que, polo contrário, se efectivamente o estudo da língua própria ha de preceder ao da alheia, parece claro que os escolares cataláns, bascos e galegos deveriam aprender a ler nos seus idiomas particulares. Desta forma obviariam-se ademais as dificuldades adicionais que implica aprender umha nova destreza, a de ler, num idioma que se ignora. Como pode apreciar-se, nom som directrizes pedagógicas as que ditam que a aprendizagem da leitura se verifique em castelhano, senom que tal medida está inspirada em consideraçons político-ideológicas.

Na escola elementar, e tendo em conta que os meninhos já foram capacitados no parvulário para comprenderem o castelhano, este seria o idioma no que se produziriam as explicaçons do mestre e no que se redigiriam os livros de texto. O ensino do castelhano realizaria-se segundo o método teórico-prático-comparativo já assinalado, o que implicava tomar como ponto de referência à língua nativa (cfr. *Actas,* pp. 142-43). Os idiomas galego, basco e catalám nom seriam objecto de umha aprendizagem específica, senom que se estudariam na medida em que assim o requerisse o ensino do castelhano: «La enseñanza de la lengua nativa se simultaneará en lo posible con la de la lengua castellana, esto es, siempre que lo exija la naturaleza particular de la comparación» *(Actas,* p. 143).

Inácio Ferrer i Carrió rematou a sua exposiçom afirmando que o procedimento por ele defendido nom estava mediatizado por tendências regionalistas, senom que respondia a critérios exclusivamente pedagógicos. Em todo o caso, se o uso da língua nativa no parvulário fomentava o afecto «a la región o a la comarca», tal circunstáncia nom seria em absoluto censurável, porque «¿desde cuándo no hemos de querer ese amor, ese afecto, ese cariño, que es el que hace grandes a las comarcas todas y por tanto a la nación en general?» *(Actas,* p. 143). Além disto, o emprego escolar do catalám, basco e galego, nos termos propostos na conferência, justifica-se para conseguir assim umha melhor assimilaçom do castelhano por parte dos nenos instalados naqueles idiomas. Para dizê-lo com palavras do conferencista, «en lengua nativa se habla siempre a todo el mundo cuando de él se pretende obtener alguna utilidad, ventaja, modificación o transformación» *(Actas,* p. 143), e cita a este respeito um exemplo sumamente significativo, o dos missionários que aprendem a expressarem-se na língua dos «nativos» para poder assim comunicar-se com eles e ganhá-los para a sua causa.

A posiçom sustentada polo conferencista foi considerada excessivamente moderada por alguns congressistas e avançada demais por outros. Entre estes últimos achava-se o mestre barcelonês Rafael Sancho, que entendia desnecessário utilizar a língua nativa para ensinar o castelhano, propondo, polo contrário, que o mestre se exprimisse constantemente no idioma oficial e que impidesse aos seus discípulos falarem qualquer outro. Duas som as razons que aduz para excluir o basco, catalám e galego dos recintos escolares. A pri-

meira consiste en argumentar que o meninho, quando ingressa na escola, «no habla, balbucea» *(Actas,* p. 148). Argumento absolutamente falaz, pois o 67,59 por 100 dos nenos se incoporavam às escolas depois de cumpridos os seis anos, mentres a maioria dos que o faziam antes superavam os quatro[6], idades nas que já se possui um domínio considerável da língua de socializaçom. A segunda razom é que, se os mestres empregam na prática docente procedimentos intuitivos, que garantam a compreensom dos objectos por parte dos nenos, se tornaria supérfluo dirigir-se a eles na sua língua nativa:

> «[...] usad los ejercicios de traducción al al dar lecciones sobre objetos, y holgará una de las dos cosas, o la traducción o la intuición; porque al detallar las cualidades y propiedades de un objeto y decir después el nombre del mismo, el trabajo ya está hecho, la percepción ya es clara y distinta, y tanto monta entonces dar nombre a la cosa en idioma regional como en el nacional» *(Actas,* p. 148).

Este argumento é mais inteligente que o anterior, ainda que também nom sirva para justificar a exclusom escolar das línguas periféricas, porque as necessidades de comunicaçom entre o professor e os seus discípulos desbordam amplamente as possibilidades que oferecem os procedimentos intuitivos, que por outra banda também requerem o emprego da palavra.

Mas se a intuiçom é insuficiente, a comunicaçom do mestre com os seus alunos canalizaria-se através do afecto que aquele deve professar a estes, porque, afinal, a língua materna nom tem pátria, é a linguagem universal e eterna do amor[7].

Se acaso as razons expostas nom forem suficientes para convencer os congressistas da bondade das suas ideias, Rafael Sancho nom dúvida em apelar ao corporativismo dos mestres castelhanos para que assuman as conclusons por ele defendidas, advertindo-os de que, em caso contrário, se condenariam ao ostracismo profissional, «porque no podríais ejercer vuestra noble profesión en las regiones donde no fuera nativa la lengua castellana por el grave delito de hablar en el rítmico, sonoro idioma de Cervantes, siendo como extranjeros en vuestra misma patria» *(Actas,* p. 150).

Esta oposiçom frontal à presença do catalám nas escolas, nom impede ao mestre barcelonês professar um acentuado sentimentalismo regionalista:

> «Jamás he de olvidarte, ¡amada Cataluña! ¡Muera el ingrato!, diremos con Aribau, ¡muera el ingrato, que al sonar en su oído el acento de la lengua nativa no llora y se consume de nostalgia!» *Actas,* p. 150).

Em consonáncia com tal sentimentalismo, admite que se ensinem nas escolas as chamadas literaturas regionais, lembrando porém aos seus colegas

---

(6) Segundo dados correspondentes à estatística de 1885, o 32,41 por 100 dos alunos matriculados nas escolas primárias espanholas ingressaram nelas antes dos seis anos, o 40,53 por 100 entre os seis e os nove e 27,06 despois de cumprir os nove (cfr. *Estadística general de primera enseñanza correspondiente al quinquenio que terminó en 31 de diciembre de 1885,* Madrid, Imprenta y Fundición de Manuel Tello, 1888, cadros 36 e 45).

(7) «¡La lengua materna! ¡Si la lengua materna no tiene patria, señores! ¡Si el lenguaje de las madres es el universal, el eterno lenguaje del amor! ¡Madre! ¡nombre santo! ¡mi madre, mi primera educadora! la que después de haberme dado la vida del cuerpo me dio la vida del alma con el inmenso tesoro de su cariño inmenso! ¡Bendita seas, madre mía! ¡Benditas sean todas las madres!» *(Actas,* p. 149).

que toda a tarefa educadora deve ter um norte bem preciso: «la unidad de esta patria tan amada» *(Actas,* p. 149).

Bem diferente foi a postura adoptada polo advogado e jornalista barcelonês Sebastiám Farnès. Este começou declarando que se considerava com direito a dirigir-se aos congressistas em catalám por ser esta língua tam nacional como a castelhana, renunciando nom obstante a ele por deferência com os forasteiros presentes na sala (cfr. *Actas,* p. 150). De seguido questionou a formulaçom do problema que se propunha a debate:

> «[...] este problema presupone la necesidad de que a los niños se les enseñe una lengua distinta de la que les es propia, y ante todo deberíamos averiguar si esta necesidad existe, o mejor, si es conveniente, si es útil que a los niños se les enseñe no sólo una lengua extraña, sino en una lengua que no entienden» *(Actas,* p. 151).

Nom culpava Sebastiám Farnès os organizadores de formular o tema nos termos propostos, porque era conhecedor dos condicionantes legais aos que tiveram de defrontar-se para inclui-lo no Congresso. Ora, estes condicionantes legais punha justamente de manifesto que o problema objecto de debate nom podia analisar-se «prescindiendo del aspecto político y social que envuelve» *(Actas,* p. 151). Com efeito, a imposiçom do castelhano como única língua escolar é umha decisom política encaminhada a conseguir que em todo o Estado se fale um único idioma (Vide *Actas,* p. 152). Decisom adoptada contra os postulados da Pedagogia, vulnerados por um legislador que, se figesse acto de presença no Congresso, deveria ser castigado por «desaplicado e incorregible en asuntos pedagógicos» *(Actas,* p. 151):

> «Porque es un acto doblemente criminal la imposición del castellano a los niños de Cataluña, imposición que rechaza la educación a que tienen derecho, y el desarrollo natural de sus facultades que queda perjudicado al pretender que aprendan una lengua extraña en la edad en que únicamente deberían perfeccionar la propia» *(Actas,* p. 152).

Por outra banda, a recuperaçom escolar das línguas periféricas havia de fazer-se em funçom de exigências pedagógicas, agora si, mas também políticas: «Es preciso que todas esas regiones hagan causa común: lo reclaman la ciencia y el patriotismo» *(Actas,* p. 152).

Atendendo a tais exigências científicas e patrióticas, Sebastiám Farnès propujo ao Congresso a seguinte conclusom: «En las escuelas primarias se enseñará en una sola lengua, y una sola lengua, la materna de los niños» *(Actas,* p. 152). O castelhano ficaria excluido das escolas elementares, reservando-se o seu estudo para as superiores, «cuando los niños tengan la necesaria aptitud para aprender una lengua extraña» *(Actas,* p. 152).

Na mesma linha que Sebastiám Farnès, se bem num tom menos agressivo, inscreve-se a intervençom de José Franquesa, professor de ensino secundário. Este congressista defendeu que o galego, o basco e o catalám eram idiomas, contra os que pretendiam reduzi-los à condiçom de simples dialectos, «pues el ser uno u otro depende de causas internas y cualidades propias que

subsisten a pesar de quien se oponga a reconocerlas» *(Actas,* p. 157)[8]. Também criticou na sua exposiçom que se impugera o castelhano como único idioma oficial em todas as escolas do Estado, conculdando-se assim o «axioma» pedagógico segundo o qual «para enseñar a los niños es preciso hablarles de manera que nos entiendan» *(Actas,* p. 155). A imposiçom do castelhano como único idioma escolar produzia ademais umha aprendizagem deficiente desta língua por parte dos meninhos que foram socializados em outra:

> «lengua ruin y repulsiva o mejor rara, esa informe mescolanza de dos lenguas heterogéneas, liga infeliz y contubernio inverosímil, con que resulta en lugar de un nuevo idioma, una menguada parodia de los dos, una vestidura de arlequín, objeto de rechifla en nuestros sainetes y objeto de aversión y repugnancia para todos los moradores de nuestros campos y aldeas. A esto, sí, señores, que yo le llamo dialecto, a la corrupción torpe y miserable de las lenguas» *(Actas,* p. 158).

Finalmente, solicitou que o Congresso reivindicasse nas suas conclusons que nos territórios onde se falasse um idioma diferente do castelhano, este se ensinasse empregando como língua veicular a materna (vide *Actas,* p. 159).

O debate adquiriu a sua maior tensom com motivo da intervençom de Castro y Legua. Este mestre valenciano que exercia em Madrid fijo uso da palavra para lamentar que as discussons discorressem por roteiros políticos, desviando-se do carácter estritamente pedagógico que as devia presidir. Também censurou algumhas expressons vertidas no Congresso, que consideraba ofensivas para o magisterio castelhano: «[...] se ha dicho con poco miramiento que la enseñanza de la lengua castellana es un crimen (protestas), que esa enseñanza, obligatoria por la fuerza, es preciso que desaparezca por la fuerza también (fuertes rumores), y estas expresiones hay que retirarlas» *(Actas,* p. 162). Alude-se aqui à intervençom de Sebastiám Farnès, que é responsabilizado de imprimir ao debate umha direcçom netamente política. No caso de nom se retirarem as expressons estimadas como ofensivas, ameaça Castro y Legua com abandonar o Congresso e o desacreditar perante a opiniom pública: «Si estos conceptos y otros que no recuerdo en este momento no se retiran, los maestros no catalanes abandonaríamos este local y diríamos en nuestras provincias, que en Barcelona no habíamos encontrado hospitalidad; que se nos había llamado a Cataluña a discutir temas pedagógicos y luego estos temas se habían trocado por temas políticos y regionales» *(Actas,* p. 162). Destarte, para conseguir os seus propósitos, nom duvida o mestre valenciano em acudir à chantagem, e para a exercer apela a um dos tópicos mais manuseados: o pressumível exclusivismo dos cataláns.

---

(8) Um dos argumentos utilizados por José Franquesa para demostrar que o galego, o basco e o catalám som idiomas, consiste em salientar a sua riqueza literária. No tocante ao galego, afirma que «de algo serviría la lengua gallego-portuguesa que es dulce como un arrullo, y melancólica como la oración de la tarde, cuando el Rey Sabio la rindió tributo y la vio elevarse al rango de idioma oficial de la poesía de Castilla, y los trovadores la encontraron apta para tejer con ella una perenne guirnalda de armonías [...]». Mas nom se trata somente de umha riqueza histórica, senom também actual: «[...] no son tan dignos de desprecio *dialectos* que producen poesías tan varoniles como las que cada día aparecen en las Vascongadas, estrofas tan valientes como las de Rosalía de Castro, de Pondal, de García Ferreiro y de Curros Enríquez en Galicia, o poetas y prosistas por centenares, como los que enriquecen portentosamente la literatura catalana» *(Actas,* p. 157).

No tocante aos procedimentos mais ajeitados para o ensino do castelhano aos nenos que falarem outra língua, entendia Castro y Legua que podiam reduzir-se a três: «prohibición del uso del dialecto en todo lo posible», traducçom de umha a outra língua e exercicios gramaticais (cfr. *Actas,* p. 163). Para aplicar estes procedimentos nada mais indicado que recorrer a mestres castelhanos, pois tenhem um melhor conhecimento da língua a ensinar «y nunca se dejarán arrastrar por su aficción al dialecto, la cual, unida a la necesidad de comunicación rápida con los niños, nos hace abandonar la lengua nacional y acudir al lenguaje que más pronto responda a la necesidad de un momento, que en las escuelas es continuo e interminable» *(Actas,* pp. 162-63). Os problemas que teriam os mestres castelhanos para se entenderem com os escolares bascos, cataláns e galegos seriam de pouca entidade, dado que «esta dificultad se vence forzosamente a los ocho días» *(Actas,* p. 163). Ora bem, tendo em conta que esta medida atentaria contra os direitos de muitos mestres, propujo-se umha soluçom menos radical:

> «Todo maestro que no sea castellano y que ejerza en un pueblo en que se habla dialecto, deberá prestar tres años de servicios en pueblo castellano, aunque sea en comisión y con reserva del derecho de su escuela. (Rumores)» *(Actas,* p. 163).

Com a finalidade de restablecer a calma no Congresso, vários mestres cataláns elaborarom un escrito, cuja leitura foi seguida de grandes aplausos; nele rejeitava-se qualquer frase vertida nas discussons que pudesse ter ferido a sensibilidade dos seus colegas de Castela (cfr. *Actas,* p. 163). O próprio Sebastiám Farnès tomou a palavra para se rearfirmar nas suas posiçons e protestar contra algumhas tergiversaçons que Castro y Legua fijera da sua intervençom. Sobretudo insistiu em que considerava efectivamente «un crimen la imposición de una lengua extraña en las escuelas, cuando los niños carecen del necesario desarrollo de sus facultades intelectuales» *(Actas,* p. 163). Nom obstante, tendo em conta que esta expressom produzira reacçoms alporizadas nalguns congressistas, manifesta-se presto a retirá-la, «haciendo este sacrificio personal en aras de la buena armonía y de la tolerancia que deben reinar en las asambleas de la índole de la que estamos celebrando» *(Actas,* p. 163). Outros mestres intervirom animados polo mesmo espírito de harmonía e toleráncia, rematando a sessom com vivas a España e a Catalunya (cfr. *Actas,* pp. 163-64).

Os congressistas forom parcos quando chegou a hora de extrair conclusons a respeito do tema que nos ocupa. Com efeito, das quarenta e três submetidas a votaçom, somente duas fazem referência à relaçom entre escolarizaçom e práctica lingüística, dedicando-se as restantes aos outros cinco temas objecto do debate. Eis o conteúdo das duas conclusons:

> «La ciencia pedagógica reclama que a los niños se les instruya en la lengua que conocen.
>
> »El mejor procedimiento para enseñar a los niños la lengua castellana, donde no es ésta la nativa, consiste en la práctica y comparación de aquélla con la suya propia» *(Actas,* p. 222).

Estas conclusons recolhem, como pode observar-se, as posiçons mais avançadas do Congresso. Convém sinalar porém que forom aprovadas por maioria, mentres que as mais delas resultarom ratificadas por unanimidade ou recebidas com aplausos.

2. *JOSÉ SOTO CAMPOS RECLAMA A INCORPORAÇOM DO IDIOMA GALEGO À ESCOLA*

Possuimos escassos dados biográficos acerca de José Soto Campos, que, como já antecipamos, foi um dos oradores que intervirom no Congresso de Barcelona. Sabemos que em 1867 dirigia a escola pública incompleta de Taboadela (Ponte-Caldelas) e que posteriormente exerceu noutras escolas da provincia de Ponte-Vedra, entre elas a de Barro. A finais do século XIX foi nomeado inspector provincial de primeiro ensino, desempenhando este cargo primeiro em Málaga e mais tarde em Lugo, província esta em que permaneu desde 1900 até 1904[9].

José Soto Campos participou activamente nas associaçons do magistério pontevedrês, como ele próprio declarou no Congresso de Barcelona[10], ao que acudiu em representaçom da Associaçom de Mestres de Caldas de Reis. Também interveu nos principais congressos pedagógicos que tivérom lugar no século XIX: Madrid (1882), Pontevedra (1887) e Barcelona (1888). No Congresso Pedagógico de Ponte-Vedra dissertou sobre a intuiçom e os procedimentos intuitivos[11], tema que já tinha tratado noutras ocasions. Provavelmente fosse no Congresso Pedagógico de Madrid quando entrasse em contacto com a *Institución Libre de Enseñanza,* que aproveitou esta assembleia para difundir o seu ideário entre o magistério. Em qualquer caso, Soto Campos converteu-se num defensor das ideias sustentadas pola *Institución,* e nomeadamente dos passeios escolares, escrevendo um artigo em *El Magisterio Gallego* intitulado «La Institución Libre de Enseñanza y los paseos escolares»[12]. As colaboraçons na imprensa é justamente outra das dimensons que cumpre destacar na trajectória de Soto Campos, já que os seus escritos aparecerom com relativa freqüência tanto nos jornais do magistério *(La Luz* ou *El Magisterio Gallego)* como nos de informaçom geral *(El Anunciador, Diario de Pontevedra,* etc.).

A primeira intervençom de José Soto Campos defendendo a presença do idioma galego nas escolas produziu-se, que nós saibamos, nas páginas de *La Luz,* especificamente no número correspondente ao 20 de dezembro de 1878. Este escrito foi contestado polo *Boletín de Primera Enseñanza* de Gerona, iniciando-se assim umha disputa da que desgraçadamente nom conhecemos

---

(9) Cfr. Arquivo Histórico Universitario de Santiago, expedientes pessoais, leg. 385. O expediente de José Soto Campos conserva-se incompleto.

(10) «[...] yo he hecho cuanto pude en la creación de algunas asociaciones en la provincia de Pontevedra, que por cierto funcionan con bastante regularidad». *(Actas,* p. 159).

(11) Este discurso foi publicado em *El Anunciador,* 14 e 15-IX-1887.

(12) Neste artigo di-se que a *Institución* constitui «una gloria tan grande para España como grandes son los beneficios que presta a la causa de la civilización y del progreso de nuestro país». *El Magisterio Gallego,* 25-IV-1878.

mais que um artigo. O *Boletín* catalám opunha-se ao ensino do galego argumentando que se os mestres careciam de tempo para aprenderem o castelhano, dificilmente o teriam para fazer o próprio com o galego; também considerava o idioma galego responsável da «santa ignorancia» em que se achavam grandes camadas populacionais na Galiza; finalmente, a pobreza da literatura galega era outro dos factores que desaconselhava a incorporaçom da língua galega à escola. Soto Campos rebateu cada um destes argumentos, que considerava escassamente convincentes, e reafirmou-se na conveniência de que nas escolas se ensinassem simultaneamente o galego e o castelhano. Eis alguns exemplos do jeito como poderia discorrer o estudo comparativo das duas línguas:

> «Un maestro observa que un niño dice a otro: *¿No es verdad que tú y mas yo tomamos ayer mucho leche?* Al momento el profesor interrumpe al alumno diciéndole: niño, a ver como pronuncia V. en buen gallego lo que acaba de decir en mal castellano. El chico contesta sin vacilar: *non é verdade que ti amais eu tomamos onte muito leite.* Esta bien, prosigue el Maestro, pero ¿cómo diremos en buen castellano eso acaba V. de hablar en gallego? El niño, después de meditar un poco, traduce, como es natural que suceda, literalmente, y vuelve a pronunciar en castellano lo que antes. Y el maestro entonces le advierte que la conjunción gallega *amais* no puede traducirse por *y mas* sino solamente por *y,* de suerte que en castellano no podemos decir *tú y mas yo* sino *tú y yo.* Además el sustantivo leche en gallego lleva el género masculino, como hemos visto, y así decimos: *ó leite preso, ó leite bó, o leite callado,* y sin duda por esto da V. en castellano el mismo género al tal sustantivo, lo que no es admisible porque no podemos decir *el leche bueno, el leche cuajado,* sino *la leche buena, la leche cuajada,* etc.
>
> De esta manera el niño aprende castellano y perfecciona el gallego»[13].

O discurso pronunciado por José Soto Campos no Congresso de Barcelona tivo de ser improvisado, porque, segundo ele mesmo confessou, desconhecia as bases desta reuniom pedagógica antes de chegar à capital catalá. Animou-se, nom obstante, a intervir quer polas alusons que alguns congressistas figeram à Galiza quer polo encargo de saudar ao Congresso que lhe encomendara a Associaçom de Mestres de Caldas de Reis. A primeira parte da sua intervençom dedicou-na tanto a salientar a importáncia das associaçons de mestres e dos congressos pedagógicos, que contribuíam a complementar a deficiente formaçom que os professores adquiriam nas Escolas normais, quanto a cantar as excelências dos procedimentos intuitivos, prestando particular atençom às aplicaçons educativas dos passeios ou excursons escolares. Também aproveitou a ocasiom para se laiar de que a sua participaçom no Congresso Pedagógico de Madrid (1882) nom tivera nengum eco na imprensa, que, porém, recolhera generosamente a presença nesta acontecimento de dous catedráticos da Escola normal de Ponte-Vedra. Além disto, os catedráticos foram subsidiados pola Deputaçom provincial para acudir a Madrid, enquanto ele nom recebera nengum tipo de ajuda económica (cfr. *Actas,* pp. 159-60).

---

(13) José Soto Campos, «Al 'Boletín de Primera Enseñanza' de Gerona», *La Luz,* 24-III-1878.

Entrando já na matéria, pronunciou-se quer contra os que propugnavam o ensino e o uso exclusivos do catalám nas escolas quer contra os que reivindicavam essa exclusividade para o castelhano. Tais tendências extremas estavam representadas no Congresso por Sebastiám Farnès e por Castro y Legua, respectivamente, autores a que Soto Campos aludiu em termos críticos, ainda que sem os citar expressamente. A posiçom sustentada por Soto Campos ao respeito era conciliadora, pois entendia que a escola devia acolher tanto a língua oficial quanto as periféricas: «En aquellas regiones como Cataluña, Galicia y Vascongadas y demás provincias donde se hable otra lengua además de la oficial, se enseñarán las dos» *(Actas,* p. 160). Para justificar esta recomendaçom pedagógica insiste nas avantagens que fornece o método comparativo na aprendizagem das línguas, segundo figera o conferencista encarregado de desenvolver este tema. Argumenta também que nas escolas da Galiza em que os mestres permitiam o emprego do galego, os meninhos aprendiam melhor o castelhano que naqueloutras onde se proscrevia o idioma do país:

> «En corroboración de estas afirmaciones, se ha observado la poca corrección con que hablan el castellano y aun el gallego mismo los niños de las escuelas de mi país cuyos maestros no permiten hablar una sola palabra en la lengua materna a sus discípulos. Así como se observa la propiedad y hasta la soltura con que se expresan los alumnos de aquellas escuelas donde alternan el castellano y el gallego, como acontece en la vida íntima, con sólo el cuidado de no mezclar voces de una a otra lengua, lo que es muy común en los niños poco adelantados» *(Actas,* p. 161).

Esta intervençom de José Soto Campos no Congresso Pedàgógico de Barcelona, assim como os seus escritos em *La Luz,* resultam particularmente interessantes porque foi a primeira vez, que saibamos (e cumpre sublinhar que as investigaçons históricas sobre escolarizaçom e pŕatica lingüística na Galiza se achan ainda muito pouco desenvolvidas), em que um mestre reclamou publicamente a incorporaçom da língua galega à escola. O conjunto do magistério galego decimonónico nom parecia, porém, muito sensível a esta reivindicaçom, que será asumida polos mais egrégios representantes do regionalismo, como é o caso de Manuel Murguia e Alfredo Branhas[14]. Esta falta de sintonia do magistério com as aspiraçons regionalistas reflexou-se no Congresso Pedagógico celebrado em Ponte-Vedra no ano 1887, em que nom se incluiu nengum tema relativo à problemática lingüística. Em 1894 tivo lugar nesta mesma cidade umha «Asamblea Pedagógica» durante a qual se tratou o ensino do idioma na escola primária, mas as poucas referências que se figeram à língua galega tiveram carácter negativo. O mestre García Díaz afirmou que os «dialectos» constituiam um atranco para que «el idioma patrio se conserve en toda su pureza», mentres que Federico García, mestre de Ginzo de

(14) Acerca das reivindicaçons pedagógicas do diferencialismo galego, pode consultar-se o trabalho de Antón Costa Rico e Narciso de Gabriel, «O galeguismo e o debate escolar (1853-1936)», *II Xornadas da língua galega no ensino,* Santiago, Xunta de Galicia, 1985, pp. 193-212.

Limia, declarava que «el dialecto es causa grave que se opone grandemente al aprendizaje del armonioso, rico, inimitable, melodioso idioma de nuestra hermosa España»[15].

3. *RESISTÊNCIAS AO ENSINO DO GALEGO*

O discurso pronunciado por José Soto Campos em Barcelona foi publicado em *El Diario de Pontevedra*[16] e duramente criticado desde as páginas de *El Magisterio Gallego* por um indivíduo que firmava com o pseudónimo de *Lamparilla.* Este pseudónimo correspondia a Eduardo Núñez Sarmiento (1865-1905)[17], mestre, jornalista e autor de vários ensaios científicos e composiçons literárias, algumhas delas redigidas em galego. Eduardo Núñez Sarmiento publicou três artigos combatendo as teses e a pessoa de José Soto Campos. Os dous primeiros, intitulados «Sotos y Campos», tenhem escasso interesse, já que consistem basicamente numha desqualificaçom pessoal do mestre pontevedrês[18]. O terceiro, intitulado «Regionalismo y obcecación», merece ser considerado com mais atençom, porque os argumentos que nele se exponhem para justificar a exclusom escolar de qualquer idioma que nom seja o castelhano gozarám de grande audiência e longa persistência.

Año VIII — Santiago 5 de Noviembre de 1888. — Núm. 224

EL MAGISTERIO GALLEGO

REVISTA DE INSTRUCCIÓN PRIMARIA,

DESTINADA Á DEFENDER LOS INTERESES Y DERECHOS DE LOS MAESTROS DEL DISTRITO UNIVERSITARIO DE GALICIA.

ORGANO OFICIAL DE LA ASOCIACIÓN DE SOCORROS DEL MISMO,

PRECIOS DE SUSCRICION.

Un año. . . . . 5 pesetas.
Un Semestre. . . . . 3 id.
Un trimestre. . . . . 1'50 id.
El pago se hará siempre adelantado.
Ni los libros que se nos remitan se hará un estudio crítico bibliográfico.
La correspondencia se dirigirá *toda* al Director, calle de la Senra. 25.

Se publica los dias 5, 15 y 25.

PUNTOS DE SUSCRICION.

En Santiago: calle de la Senra, 25, pral.; y en Orense D. Del fin Varela, auxiliar de la Junta.
En Pontevedra, D. Ramon Tuvar, y D. Vicente E. Viñas.
Los Maestros que quieran suscribirse á esta Revista util y necesaria para los intereses, pueden hacerlo por medio de *cualquier Sr. Habilitado*, los que tienen autorizados para esto y para recibir el importe de las suscriciones.
Las cartas que exijan contestación se acompañarán del sello ó sellos correspondientes sin lo cual no se contestarán.
Comunicados á precios convencionales.

EL REGIONALISMO Y LA OBCECACIÓN.

También soy regionalista á carta cabal.
Veo á las venerandas tradiciones de los antiguos reinos y condados españoles, surgir como núcleos de gloria de los cuales brotan raudales de patriotismo y torrentes de amorosas afecciones; veo en pugna eterna al peculiar carácter del regionalista con los ruegos, siquier exigencias ó alusiones, del que impelido por los lazos invulnerables de un loable unitarismo, proclama el abolengo de nacionalidad como al verdadero punto de convergencia á que nuestras visuales deben dirigirse; veo en vertiginosa balumba y en confusa precisión involucrar la supremacía histórica y destinados á cualquiera parte de la Peninsula, lo mismo que á sus posesiones. Y ¿qué haria ese catalán sin mas conocimientos que los de su idioma, en Galicia? ¿qué haria en otra region cualquiera en la cual se entendiese aunque someramente el castellano á parte de hablarse el idioma regional? Esto prueba de un modo contundente la necesidad de enseñar el castellano, tanto en Galicia y en Cataluña, como en las Vascongadas, pues siendo partes integrantes de una nacion, deben corresponderse mútuamente y relacionarse por medio de un lenguaje comun.

Hablese en buen hora el catalán en Cataluña, el gallego en Galicia, el vasco en las Provincias, promuóvanse asambleas y certámenes que refinen y pulan el espíritu regional; pero cuelas puramente gallegas, puramente vascas, puramente catalanas, y sin embargo los gallegos hablan el gallego, los vascos el vascuence y los catalanes el catalan; hasta hoy no existieron maestros puramente gallegos, vascos, ni catalanes, y sin embargo, el gallego se escribe, el vascuence se escribe y el catalán se escribe; Galicia tiene su literatura, rica, viril y si se quiere propia é independiente; Cataluña la suya; vivaracha, salpimentada, propia y á veces con repulgos de adolescente pulcela; las Provincias la suya, magestuosa como las escarpadas montañas que las defienden, fresca como las auras que del Cántubro se lanzan á los flancos, melancólica y sombría como los valientes puestos y escarpes que las adornan: allí en contacto con el Valter Scot de la montaña crujo la cimi-

(15) *Crónica de la Asamblea Pedagógica y Exposición Escolar,* 18-VIII-1894, p. 19 e 24-VIII-1894, p. 66, respectivamente.

(16) Cfr. *El Diario de Pontevedra,* 30-VIII-1888. Aproveito a ocasiom para agradecer a localizaçom deste trabalho ao bibliófilo e erudito Antonio Odriozola, recentemente desaparecido.

(17) Cfr. *Gran Enciclopedia Gallega,* t. XXII, p. 254.

(18) Cfr. *El Magisterio Gallego,* 15 e 25-XI-1888.

Eduardo Núñez Sarmiento começa a exposiçom manifestando a sua adscriçom ao regionalismo: «También soy regionalista a carta cabal»[19]. Seguidamente reconhece o direito ao cultivo literário das línguas regionais, às que lhes concede categoria de idioma. Estas línguas tenhem, porém, uns limites bem precisos que cumpre nom desbordar:

> «[...] mas por Dios, encerremos el gallego en Galicia, al catalán en Cataluña y al vasco en las provincias, sin que puedan penetrar dentro de las Escuelas Primarias. Para los idiomas regionales la Escuela principal, la mejor escuela está en el hogar doméstico. [...] Maestro, pues, del idioma regional lo será el hogar doméstico; maestro del idioma nacional, seralo cada mentor en su escuela»[20].

A distribuiçom funcional de ambos os dous idiomas aparece aqui perfeitamente delimitada: o castelhano é o idioma público, e como tal debe ser aprendido nos centros de ensino, mentres que o galego reduzese ao ámbito privado, sobretudo ao familiar, adquirindo-se da mao dos progenitores, e nomeadamente da mai, à que ficará definitivamente vinculado: «es la voz del alma de la madre amorosa y el grito de reconvención del padre»[21]. Esta identificaçom da língua com a figura materna fai que os dous termos participem de um mesmo campo semántico: amorosas, doces, tenras, sentimentais, etc.

As virtualidades que o galego tem no lar, e mesmo no campo literário, nom se podem fazer extensivas à escola, já que para este ámbito lhe faltaria «riqueza», e além disto carecia-se do material didáctico necessário: «¿dónde están esas obras exclusivamente escritas para ser leídas y estudiadas en una escuela?»[22]. Ora, esta circunstáncia nom se torna alarmante, dado que os idiomas regionais permanecem vivos, tanto ao nivel oral quanto na escrita, apesar de nunca terem existido escolas «puramente gallegas, puramente vascas, puramente catalanas»[23]. O ensino institucionalizado destas línguas seria, portanto, supérfluo.

Se a escola puramente galega é inviável e supérflua, polas razons assinaladas, e, acima, indesejável, polo «exclusivismo y aislamiento ridículos» que acarretaria, umha escola em que coexistissem o galego e o castelhano também nom seria recomendável, dado o confusionismo que se produziria entre os nenos. Em fim, as línguas regionais na escola ham de limitar-se a funcionar como simples recurso analógico para a aprendizagem do idioma oficial: «El idioma regional debe darse como conocido y debe ser empleado como simple auxiliar para la distinción análoga de las palabras»[24].

Nom foi esta a única ocasiom em que umha proposta favorável ao ensino do nosso idioma suscitou contestaçons negativas em certos sectores da sociedade galega decimonónica. Vejamos, a título de exemplo, a reacçom pro-

---

(19) *El Magisterio Gallego*, 5-XI-1888.
(20) *Ibidem*.
(21) *Ibidem*.
(22) *Ibidem*.
(23) *Ibidem*.
(24) *Ibidem*.

vocada por um chamamento que *El Heraldo Gallego* fijo em 1876 aos seus colegas demandando colaboraçom para a difusom da língua galega. A revista ourensana, funda e dirigida por Valentín Lamas Carvajal, expressava-se nestes termos:

> «Consagrando cada periódico semanalmente una sección destinada a la inserción de composiciones en prosa y verso, escritos en nuestro melodioso lenguaje, y a la publicación de refranes y cantares populares de nuestro país, mucho podríamos adelantar en la noble y honrosa tarea a que estamos consagrados»[25].

Esta proposta emitia-se atendendo ao Ressurgimento literário produzido na Galiza desde meados do século XIX. Além disto, a experiência de *O Tio Marcos da Portela,* fundado e dirigido igualmente por Valentín Lamas Carvajal, demostrou que o jornalismo em galego despertava interesse nom só na populaçom urbana, mas também na rural[26].

O projecto apresentado por *El Heraldo Gallego* aos seus colegas nom se caracterizava precisamente polo seu radicalismo. Isto nom impediu, porém, que alguns jornais reaccionassem alporizadamente perante o mesmo. Tal foi o caso de *El Diario de Lugo*[27], cuja contestaçom tem de qualificar-se, cuando menos, como desmesurada. Examinemos a linha argumental despregada por este jornal, que exemplifica o posicionamento de certo tipo de imprensa em relaçom com o tema.

Depois de louvar a actuaçom de *El Heraldo Gallego* em defesa dos interesses da Galiza e de afirmar que «somos gallegos ante todo», declaraçom que, como tivemos ocasiom de comprovar, também encabeçaba outros escritos beligerantes com os postulados galeguistas, numera *El Diario de Lugo* as razons que determinan a sua discrepáncia com a revista ourensana. A sua oposiçom realiza-se, em primeiro lugar, em nome do progresso, já que este implica a «unificación» dos povos em geral e das suas línguas em particular[28]. E se o jornal lucense reclama para si a sintonia com o «progreso», aos regionalistas nom lhes resta mais opçom que a de serem caracterizados como retrógrados. Em segundo lugar, e sempre nesta linha de «progreso», no caso de que se propagasse o galego *«puro»,* acentuariam-se as dificuldades para estabelecer relaçons comerciais com os foráneos, que já existem, apesar de se usar um «dialecto mixto en la generalidad». O isolamento do resto do Estado, de que a miúdo se laiam os galegos, veria-se igualmente acentuado a prospera-

---

(25) «A la prensa de Galicia», *El Heraldo Gallego,* 20-XII-1876.

(26) Cfr. *Ibidem.*

(27) Cfr. *«A 'El Heraldo Gallego'»,* artigos publicados em *El Diario de Lugo* os dias 31-XII-1876, 3, 6 e 10-I-1877 e 22-II-1877.

(28) «En el movimiento progresivo de la humanidad; en la revolución que en el mundo se verifica para intimar más y más los lazos que unen a pueblos y pueblos, tienden precisamente las razas a su fusión, las naciones a su fraternidad y, por ende, los idiomas a su unificación» («A 'El Heraldo Gallego' II», *El Diario de Lugo,* 3-I-1877). O termo unificaçom nom se emprega aqui com muita propriedade, funcionando de facto como sinónimo de substituiçom lingüística.

rem os anseios regionalistas. Alén disto, e este já é o argumento definitivo, «o somos o no españoles: o debemos ocupar un puesto en el concierto de las cuarenta y nueve provincias o vivimos sólo para nosotros»[29]. Por todas estas razons, *El Diario de Lugo* decanta-se em prol do ensino do espanhol:

> «Nosotros creemos que lo que debe enseñarse es el idioma español (no *castellano* como impropiamente se le llama) porque es el idioma de la nación, el idioma oficial y del que debemos servirnos y nos servimos en nuestras relaciones sociales y comerciales»[30].

Esta opçom, entende o articulista, nom impede que se faga propaganda do galego, sempre e quando non exceda do ámbito «puramente literario». Ora, «cuando su enseñanza quiera hacerse oficial; cuando se prefiera a la del español [...], perdónenos el colega orensano, pero nos opondremos a ello [...]»[31].

Apesar de o seu projecto ser objecto de críticas tam radicais no fundo, ainda mantendo as formas, segundo acabamos de comprovar, nom por isso deixou de insistir Lamas Carvajal na necessidade de favorecer o desenvolvimento do idioma galego. Doze anos mais adiante, quer dizer, no 1888, e esta vez desde as páginas de *O Tio Marcos da Portela,* apela-se de novo a todos os jornais para que, quando menos, e mentres nom chegue o momento em que a maior parte deles se escrevam inteiramente em galego, redactem umha das suas secçons neste idioma. Assim se combateriam os principais problemas com os que se defronta a língua galega: o facto de grande parte da populaçom possuir competéncia lingüística deficiente quer para falar o seu próprio idioma, quer para o ler, e a vergonha que os galegos sentem a fazer uso da sua fala:

> «Aproveitarse d'os diarios para esta empresa é a cousa máis natural, porque son muy poucos os que non se ven n-a precisión de ler algún, e d'esta maneira conseguirase que todos se vayan afacendo ó lenguaxe que usan os enxebres d'a terra, e que dando a prensa o exempro pra que se perda a inxusta vergonza que pol-a falta de costume teñen moitos, chegue pronto o día de que os galegos non falemos máis que a propea e verdadeira fal, que non sei cometese ningún pecado pr'andar por ahí medosa e derreganda»[32].

Em resumo, na sociedade galega do passado século reivindicou-se em diferentes ocasions o ensino da língua galega. Esta reivindicaçom foi protagonizada nalguns casos por indivíduos que ainda permanecem no anonimato histórico (José Soto Campos) e noutros por personalidades suficientemente conhecidas (Valentín Lamas Carvajal). As instáncias através das quais se pretendia difundir o conhecimento do galego eram fundamentalmente duas: a escola e a imprensa. E merece salientar-se o facto de essas tentativas serem combatidas desde posiçons pretensamente regionalistas. As limitaçons do regionalismo literário e folclórico ponhem-se nidiamente de manifesto quando se enfrenta com projectos que implicam umha certa normalizaçom social do idioma.

---

(29) *Ibidem.*
(30) *Ibidem.*
(31) «A 'El Heraldo Gallego' IV», *El Diario de Lugo,* 10-I-1877.
(32) «Fora vergonza», *O Tio Marcos da Portela,* 1-VII-1888.

Ao aproximarmo-nos a *Um olho de vidro* parece um bom ponto de partida referir-nos ao acto que tivo lugar na Academia Galega, no ano 1920. Como é sabido Castelao leu naquela altura umha primeira versom (3) do conto, que estivo acompanhada de umha breve e valiosa dissertaçom sobre o humorismo e Galiza. Postula aqui a sua firme conviçom de que todo humor tem de ser nacional (e, portanto, acrescentemos, popular, embora seja evidente): «...que toda Arte, como todo idioma, é movimento que non escacha nunca as suas carauterísticas nacionaes». A orientaçom do seu pensamento a respeito disto fica perfeitamente clara. Na mesma ocasiom Castelao acarreta mais precisons sobre o seu conceito do humor e da criaçom artística e literária. A partir da noçom de compromisso com Galiza, da responsabilidade do intelectual para com a sua pátria e língua, no quadro mencionado de formaçom da naçom galega ele efectua umha rectificaçom do riso popular. Castelao nom se entrega de cheio ao domínio do riso popular, exerce umha reformulaçom do absoluto do seu poder, e outorga-lhe ao conteúdo satírico um sentimento tenso de responsabilidade. Dada a evoluçom do pensamento na Europa e o momento histórico concreto nom é possível ver o mundo desde o riso e as suas implicaçons de maneira dominante, mas encarrilá-lo numha visom abertamente ética de dimensom colectiva e nacional. A cita de Mark Twain que preside o conto, qualificando o humor, é sintomática:

> «Debaixo do humorismo hai sempre unha grande dolor; por iso no ceo non hai humoristas».

A selecçom destas palavras dizem muito sobre o cámbio pessoal que Castelao introduz na tradiçom popular. O facto de um escritor, vinculado conscientemente ao povo, caracterizar o humor com umha referência à dor, situa-o depois do grande corte que exerceu o romantismo também neste terreno. Castelao efectua umha ligeira separaçom do material e desenvolve simultaneamente umha operaçom de abstracçom que se liga com a evoluçom do humor na Europa ao longo do séc. XIX (4). Por esta evoluçom cinde-se o humor do riso popular.

No autor galego o espaço do riso deve estar ocupado polo satírico, o irónico e o paródico, por serem formas de humor responsável, igualmente de raiz popular, de inerente visom desde abaixo, e que necessariamente implica umha presença do trágico e do triste porque a arte humorística se articula directamente com a sua sociedade e deve ser verdadeira e útil. A sua posiçom é rotunda; o humor possui a densidade da ideia e tem de ser justo nas suas duas acepçons de acertado e exigente de justiça contra os opressores.

---

(3) Alfonso R. Castelao, *Humorismo. Dibuxo humorísteco. Caricatura. Conferencia. Marzo. 1920.* Publicaciós da Real Academia Gallega. A Cruña, Litografía e Imprenta Roel, S. A., 1961.
Cfr. o trabalho em processo de realizaçom de José Maria Dobarro e Maria Teresa López sobre as variantes textuais na obra de Castelao.

(4) M. Bajtin, op. cit., pp. 39 e ss.

«O humorismo interpret'a Vida d'unha maneira sinxela e forte, non somente plástica senón ideolóxica, e así coma no dibuxo puro a forma é o fin, no humorismo é un medeo para eispresar ideas.

«Os dibuxos humorísticos teñen un outo valore pra Estoria, pois debaixo da risa ou da sonrisa repousa un comentario xusto á Realidade» (5).

Dado o seu planeamento sem concessons, Castelao promove umha cisom entre o que seria o humor, identificado com o festivo e intrascendental, e a sátira, que é possível, nota, que já nom entre na categoria do humor. É bem significativo que Castelao vacile pola sua suspicácia face às formas de riso optimista, às quais Rabelais se entregara sem reservas, mas que para o tempo de Castelao os efeitos de reinterpretaçom da burguesia tinham já vaziado de conteúdo ou reduzido aos seus aspectos formais. No entanto, cumpre destacar a aguda distinçom do escritor rianjeiro entre grotesco, dotado de força autêntica, e deforme, com vacuidade formalista.

Em conseqüência, parece que para Castelao existe umha primazia da responsabilidade sobre aquele império do riso (optimismo, regeneraçom, confiança própria + sátira, paródia, subversom). O optimismo como componente do riso entende-o como frivolidade ou simplificaçom, nom admite que se poda ser optimista e satírico, ao mesmo tempo. O riso como regeneraçom contraditoriamente marcando-se com a sátira e a ironia, desenvolvendo portanto umha funçom ideológica de envergadura, cede perante a urgência e a exclusividade da responsabilidade, a honestidade e a preocupaçom. Nom se vê que o riso *solicitado* pola dominaçom e os temores seja capaz de dar umha resposta própria que os supere com base nas qualidades antes apontadas, de optimismo e crítica. O autor efectua umha dicotomia drástica pola qual o humor se cinde em termos de constituiçom simples; a um país «ben gobernado» corresponde um humor alegre; o contrário acontece num país magoado. Em conclusom, a situaçom real de Galiza é tam árdua que o escritor humorista tem que adoptar um tom fortemente moral que se expressa unicamente naquelas formas privilegiadas:

«...mais con todo coido que diante das mágoas da Terra asoballada, calquera humorista de boa cepa galega ten de convertirse en satírico ou ironista».

A conseqüência imediata desta decisom é a especificaçom do riso como visom popular, já que para o autor, como temos dito, está fora de lugar o optimismo, enquanto se escuitem os lamentos de Galiza. Ele funda nesta circunstância a razom do seu pessimismo que deve actuar, até ao ponto de ser libertador e nom simplesmente passivo. Desta maneira recuperaria-se parte da força regeneracional.

---

(5) Alfonso R. Castelao, op. cit., p. 27.

Céltiga

CASCUAO
PIRULO
DAVIDSO

A unidade contraditória da concepçom tradicional do humor popular parece inverter-se ou redistribuir-se perante a situaçom objectiva. À confiança final do povo, periodizada temporalmente, junta-se a dúvida sobre um futuro feliz e a necessidade de fazer mais sério o humor que ajuíza a realidade. Daí a relevância da frase da Mark Twain e o papel da dor no seu conceito do riso. É preciso conferir-lhe a este umha seriedade de natureza mui peculiar que domine o festivo o que é expressom de umha mudança na maneira de conceber a realidade presente e futura. O humor adquire além do seu valor físico, umha funçom adestradora mui clara nos seus termos, porque assi o necessita a sociedade galega, onde nom pode existir o riso desbordante, confiado em si mesmo. É, por todo isto, significativo que a expressom do seu ideal de riso, que corresponderia a um mundo futuro sem opressons, se despregue numha série de imagens de bondade, pureza, felicidade, corroendo a simbologia ambivalente ou contraditória, tam conatural ao popular.

> «Po-lo que vai dito parece que eu non sou amigo de rir e trabucado estará quen tal pense. Eu ben quixera que o meu ente rise con esa risa dos meniños, dos bos, dos sans e dos felices, mais como humorista galego, fondamente e sinceramente galego, teño que afogar as miñas risas diante d'unha Verdade que chora» (6).

A interpretaçom parece estar mais fixada por umha dicotomia do que por umha unidade dual e é a urgência moral e ideológica de Castelao a que a provoca. É pois imprescindível ter presente o projecto, em que se inscreve o pensamento de Castelao, de consolidaçom de umha literatura nacional como parte do processo global de independência de Galiza e a selecçom e interpretaçom dos componentes que configuram o ser nacional e popular. Em último termo, a relaçom que ele estabelece entre o nacional e a universidalidade popular emancipadora.

Em *Um olho de vidro* reconhece-se umha intensa pegada popular, ainda que nom se pode exigir umha minuciosa ou ambiciosa representaçom da sua mundivisom, dado o carácter de obra breve e selectiva. Dos possíveis caminhos de penetraçom no conto podemos seleccionar inicialmente o próprio tema. É umha amostra clara de tratamento humorístico do mundo dos mortos, com umha notável fidelidade às crenças próprias do mundo cultural galego. O que resulta evidente é que a condiçom mesma deste espaço ultra-terreno se subtrai à classificaçom e qualificaçom que a religiom oficial lhe assinala. Carece da situaçom esperável: nom é céu nem purgatório, limbo nem inferno, nom participa de nengum dos espaços da geometria religiosa. É um Além quase do lado de aquém, é simplesmente o mundo dos mortos, segundo é imaginado na cultura popular: é o lugar sob terra, o cemitério, lugar vizinho dos vivos, tam próximo que é intrascendente; Além nom celeste, é o outro mundo situado ainda neste. Temos aqui um componente mui representativo do po-

---

(6) Alfonso R. Castelao, op. cit., p. 26.

pular no referente à morte: os mortos nom se vam, ficam para participarem em diferentes assuntos dos vivos; hai pois umha relaçom de comunicaçom (o pai do anónimo narrador irá a Santo André de Teixido). No conto tropeça-se com freqüentes notícias e contactos com a sociedade, quer sejam vítimas da repressom quer seja a figura do cacique sob a forma sobrenatural de vampiro, se bem este nom possui filiaçom popular algumha no mundo galego; mais ainda, pola tradiçom de literatura culta em que está inserida nom pode ter umha articulaçom frutífera, a razom da sua utilizaçom vem motivada pola intençom ideológica de Castelao.

O espaço do cemitério pom de manifesto umha direcçom mui característica do pensamento ideológico do autor. O adro de umha igreja possui um significativo mui particular em Galiza e é umha prova da atitude comunicativa do povo, já que aí se fala de infinidade de assuntos e tenhem lugar actos mui diversos, desde um baile a umha subasta. Nom é o adro (cemitério) lugar especializado mas compartilhado. Ora bem, Castelao, movido pola sua ideologia, vai introduzir um deslindamento, ao preferir, no fim do conto, o cemitério de aldeia ao de cidade. É o reflexo do ideário galeguista daqueles anos que considerava o campo como o núcleo do que é galego e estabelecia umha contraposiçom campo/cidade. Daí, as palavras e a aventura final do autor que fecham o conto e que tenhem o seu complemento quando o esqueleto expressa os seus desejos de estar num cemitério de aldeia. Neste que lhe correspondeu estar, de cidade, as atitudes som opostas às populares: estabelecem umha separaçom já que no cemitério as gentes falam só de mortos, fora falam das cousas dos vivos, quando em velórios ou em adros de aldeia nom hai esta especificaçom. Os cidadaos nom entendem a dualidade morte/vida como processo colectivo, nom fazem outras actividades e além disto o que dizem som «parvadas» porque estám a repetir os ensinamentos religiosos. As atitudes destes mortos de cidade resultam doestadas polo individualismo que os encerra na sua vida pessoal e polo mesmo vulgar, e numha moral miserável e curta; nom admitem a morte nem de mortos, para eles a vida é o exclusivo valor, com o que estabelecem umha dicotomia entre as duas. Alem disto, mostram umha atençom polo mais trivial, som posturas e forom vidas vazias. Assi pois, a diferença campo/cidade sobredetermina o planeamento ideologicamente.

Este mundo subterráneo oferece, aliás, a imagem de umha vida quotidiana em que se torna a reafirmar a continuidade com a realidade anterior, tanto polas lembranças e condutas que se prolongam como no próprio feito da quotidianeidade. Em linhas gerais é possível afirmar que em *Um olho de vidro* a concepçom popular galega do outro mundo aparece como reproduçom deste, os mortos continuam a ter características e actividades semelhantes (veremos a seguir como também estám invertidas, que é o importante); para Castelao e para o seu povo, alargando um pouco as cousas, nom hai que esperar o juízo final para recuperarem os corpos e almas que tiverom. Quer dizer, a morte nom se concebe mais que sob as formas da vida. A morte nom é, segundo quijo impor a Igreja católica, umha realidade hierática, séria, maniqueia, individual, mas um discorrer com a sua própria normalida-

de, «social», libertado do pesado aparato alegórico, feito de pequenas circunstancias, onde se continuam a manifestar de modo mui peculiar vícios e virtudes. A morte é o duplo da vida e ainda as crenças fantásticas (Santa Companha, Santo André de Teixido) encontram confirmaçom. Deste modo atenuado, como em parte cria que era o humor galego, Castelao neutraliza formas adustas e imagens atemorizadoras correspondentes à cosmogonia católica e expom umha clara superaçom do medo, umha gozosa, mas nom trivial, burla de todo o que tem de atemorizante. Assim, os símbolos medonhos de tumbas e esqueletos tornam-se inofensivos. O terrorífico resulta ridículo. Sem dúvida, este tratamento do mundo de Além é já umha subversom.

A conseqüência mais imediata a extrair é que Castelao lhe tira toda a transcendência à morte no sentido religioso e oficial e expom-na como um incidente comum. Ocorre, entom, como um acontecimento natural que nom se reprime nem se quer evitar a todo trance; polo contrário, o princípio moral que aqui rege é o da sua aceitaçom, sem lhe conceder umha importância absoluta. De umha maneira concisa e suficiente o autor mostra-nos esta atitude de naturalidade na sua personagem. As precisons comparativas e usos indicam que a sua morte foi umha de tantas. Nom hai umha insistência ou atençom especial ao aspecto individual da desapariçom. Noutras palavras, a morte do protagonista ou narrador está integrada numha colectividade, a morte é um assunto colectivo:

> «Morrin antre cobertores como morren a cotío os bos homes, e ben peiteado e co meu traxe dos días de festa... fun para debaixo dos terróns...».

Nom obstante, podemos submeter esta noçom de quotidianeidade a umha revisom para apreciar mais ajustadamente as eleiçons do autor, e, em concreto, pôr a ausência de outros aspectos pode ajudar nesta tarefa. O mundo de além-túmulo é, no ámbito literário a que nos referimos, profundamente grotesco e é por isto que Castelao o recolhe, só que na sua concepçom deste mundo imaginário nom o povoa de figuras carnais, como nos grandes textos do realismo grotesco; em conseqüência, priva-se da possibilidade de desenvolver plenamente o material orgánico, que só fugazmente aparece. Tampouco hai procissons nem actos multitudinários, nem banquetes, nem referências à fisiologia, ao comer ou ao beber. Polo contrário, a simbologia mantém um tom longe do abigarrado; é um mundo apaziguado no qual a grotesca dança dos esqueletos nom é desenvolvida em todas as suas possibilidades. Quer dizer, a vida nom se instala na morte mais que de maneira matizada: os esqueletos vivos, a morte-vida ou o princípio vital actuante na nom-vida nom alcança a complexa simbologia e numerosos motivos do realismo grotesco. Mas isso nom tira, como apontamos, que a destruiçom da imagem atemorizada por meio do quotidiano e da irreverência resulte especialmente crítica, pois fai que a morte nom seja algo cortado da vida.

Assi pois, os símbolos da dualidade morte-vida estám *encarnados* nos esqueletos, as imagens costumam carecer da ambigüidade, componente necessário da visom processual do realismo popular. Neste sentido, nom se en-

contram símbolos desapariçom/procriaçom (como a anciá grávida, tam comentada por Bakhtine) e o predomínio da simbologia do esqueleto fala-nos de umha reduçom das possibilidades do grotesco. Com a sua dureza e desnudez indica-nos umha compacticidade na qual é difícil imaginar a ideia de fluxo. No entanto, se esta perspectiva nom está mais que ligeiramente empregada, nom quer isto dizer que nom haja sinais atribuíveis a umha estética do realismo grotesco. A antedita dança dos esqueletos é um deles e tam evidente que ademais entronca com um dos componentes tradicionais desta literatura. (Apesar da referência culta a Saint-Saens que vem a ser umha interrupçom dentro da linha dominante do conto, mas que se recupera na comparaçom final dos esqueletos com os ossos). O baile é um topos constante do relato carnavalesco e popular. A imagem dos esqueletos, conduz-nos em si mesma ao gosto grotesco; nom já pola irreverência mas polo exagero, por se situar fora da norma, actua como umha clara deformaçom.

Polo mesmo, a descriçom da descomposiçom do corpo, dos «vermes que fan cóchegas» ou bem «os farrapos de carne fedenta apegados nos osos», incluem-se na estética do grotesco, da burla do sério e convencional. É a aceitaçom do *mau gosto,* da atracçom polo grosseiro e material, oposto ao refinado e delicado das classes altas. E ainda isto resulta mais evidente quando o escritor das memórias recorda que os esqueletos nom podem rir porque «Os esqueletos non rin a cachón. *O bandullo é a fonte da gargallada e sen bandullo non pode habere gargallada* (itálico nosso)». Aqui temos um dos instantes mais claramente pertencentes à tradiçom humorística popular no conto. O todo-poderoso riso está situado no lugar baixo do corpo, nom numha parte nobre; nasce do corporal e delicia-se na sua condiçom grosseira e orgánica. Este riso nom é cerebral nem requintado, surde do ventre, da cozinha do corpo, em contacto com a comida e o excremento. É um torniquete irónico que incide sobre a sociedade dos vivos, que enuncia um princípio básico do realismo grotesco. Vemos como Castelao em vez de recriar numha descriçom esta ideia do esqueleto com bandulho, entregado à gargalhada, prefere estilizar a situaçom e plasmá-la no texto num jogo de presença/ausência. Ele busca mais o golpe irónico que o desenrolo actual do motivo no conto. Temos que perguntar-nos em que medida há umha limitaçom sob a perspectiva do realista grotesco, porque é possível que deste modo o mundo recriado no texto nom adquira todo o seu vigor, ao privar a imagem de um esqueleto com bandulho.

De todas as maneiras a sociedade de além-túmulo exerce um efeito grotesco com respeito à dos seres vivos como conjunto ou posicionamento geral. Nesse quadro é que se deve interpretar outras situaçons, como a mençom de a sociedade ultra-terrena nom tolerar «farrapos» de carne fedorenta pegados aos ossos. Desta noçom da sociedade mortuória como reflexo partem outros componentes do conto. Em particular resulta necessário matizar a relaçom —e entidade— do narrador com essa sociedade de esqueletos, que se caracteriza pola distáncia. Embora oscile nalgum instante e efectue umha maior aproximaçom, noutros o comentário negativo estabelece a sua diferença ou nom participaçom. Poderia pensar-se que a causa disto vem a saber-se na parte final quando o narrador comenta que gostaria de estar num cemitério de al-

deia. Seria, entom, a rejeiçom da cidade a que explicasse essa atitude distinta. No entanto, ainda admitindo a importância desta ideia, poderia supor-se que a oposiçom narrador/esqueletos reflecte umha situaçom particular do intelectual galeguista naquela sociedade do primeiro terço do século. Certas pontualizaçons tenhem umha intençom clara:

> «Os esqueletes son tan parbos como as persoas. Abonda decir que non pensan mais que en beilar. Pra min todos os esqueletes son o mesmo... todos parecíanme iguales. En troques iles, antre si, coñécense moi ben».

Castelao parece ter preferido deixar mui clara a diferença entre a sua personagem e o resto da sociedade, baseada na necessidade de deslindar campos, e nom em criar umha comunidade dominada polo burlesco e satírico popular. Isto permite-nos imaginar se este facto estará em relaçom com o conceito de humor irónico, em surdina, que Castelao cria próprio dos galegos. Quiçá Castelao nesse momento histórico nom pudesse admitir como apropriado umha ideia de povo confiado, dado que a sua realidade era a de oprimido, e utilizasse as armas próprias de um povo nom emancipado. Por carácter do ser galego e por situaçom histórica Castelao elege esta soluçom solapada, circunscrita, antes que reflectir um amplo fresco de actuaçom popular dominante que nom estava em consonáncia com a realidade histórica do povo galego. O problema é que o humor retranqueiro é débil, pois nom supera a dominaçom; é um humor que parte do reconhecimento do seu submetimento.

Som estas condiçons históricas que estám na origem do planeamento remodelador da tradiçom popular. Por definiçom, no mundo carnavalesco e grotesco da festa popular, das visons do inferno ou de além-túmulo, nom hai espectadores que a umha certa distáncia contemplem; o próprio ser da festa popular é a participaçom de todos, assi que, se hai contemplaçom, este princípio perde-se. Como veremos a seguir, o símbolo do olho en si mesmo implica umha observaçom, embora tampouco haja que olvidar que o narrador manifesta um interesse que devém solidariedade nalgumhas ocasions.

Andando o relato o narrador mostra-se como porta-voz de um pensamento político concreto, por que entrará em discussom com outros esqueletos; é um dos procedimentos possíveis para poder expor os conteúdos ideológicos. É a funçom adoutrinadora ou propagandística que exprime postulados galeguistas acerca da língua nacional, do federalismo ou do caciquismo. Assi acontece que esta personagem se perfila como alguém interessado em conhecer, e em actuar nessa *sociedade* —nom é indiferente como os esqueletos—, em transmitir condutas e atitudes, em defender as suas próprias ideais. Analisador agudo, ao fio das palavras daqueles com que vai topando, constituindo estes encontros os episódios ou vinhetas.

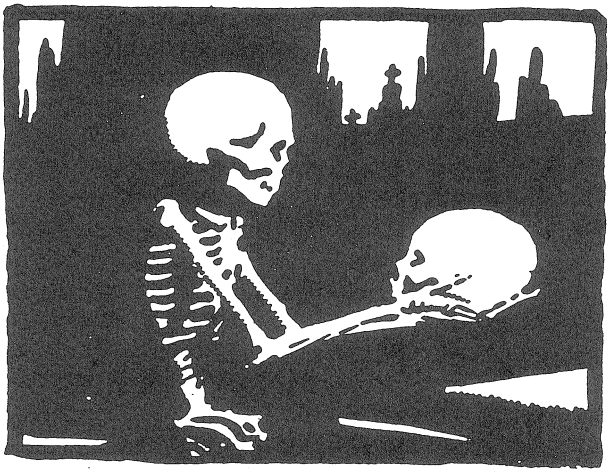
Por isto, *Um olho de vidro* será um compêndio de temas de ordem ideológica, cultural, humorística, etc. Nom é ocioso lembrar que o olho faz parte do título do livro e possui umha grande riqueza significativa. Assi, o conto é possível polos poderes insuspeitados do olho de vidro, que é o que ao permi tir ver no outro mundo sustém o significado de inversom da realidade: o que

nom via, e servia para enganar no terreno amoroso, debaixo da terra pode ver. A inversom, como antes a comunicaçom, actua como princípio fundador do conto e situa-o na ampla rota da tradiçom do realismo grotesco. Voltamos a encontrar este princípio inversor, se bem contrapesado pola resignaçom, no episódio da jovem, vítima do senhorito, que depois de ter sofrido no mundo, agora descansa; mas especialmente a seqüência dos «pataqueiros», a pomposa actividade do filántropo fica reduzida a nada:

> «O filántropo non fai nin di nada que merezca contarse. Sin diñeiro ten mortas todas as suas actividades»;

e o poeta é ridicularizado e descrito como umha personagem oca e fingida:

> «Anda sempre pidindo unha calivera emprestada para recitar o monólogo de Hamlet, e ainda fai outras tolerías».



O POETA

Exactamente em ambos a sua verdade expom-se na troca da sua actividade.

O facto de esse olho ver quer dizer que vai existir umha dilucidaçom do mundo real. A inversom que supom o olho inicialmente tem força: o inerte resulta vivificado na morte. O falso tornou-se verdadeiro. Encontramos aqui a ambivalência pola qual um olho cego vê ao mesmo tempo ou também, que ao contacto com a morte se vivifica. Ao princípio, nos actos que acompanham o descobrimento apreciam-se motivos grotescos no gosto polo exagerado de um gesto, como acontece com o beijo que lhe dá a caveira. No entanto, ainda tendo em conta todo isto, é preciso matizar outros aspectos do símbolo central do conto. Nom hai que esquecer que o olho é um órgao corporal e

de estendida utilizaçom na tradiçom popular mas no texto de Castelao é um objecto: aquele que olha e torna diferente ao seu dono mas nom pertence a umha esfera do carnal e vital, submetido à periodizaçom descomposiçom/regeneraçom. Só em medida limitada pode estar ligado com um processo do carnal como veremos a seguir. O olho como mediaçom que estabelece umha continuidade entre vida e morte, e se significa pola sua inversom, carece porém da materialidade orgánica presente no humor popular. Polo contrário, o própria tessitura, o cristalino, a sua compacticidade, o ser de vidro, umha matéria delicada, aponta a certa nobreza, leva-nos a pensar que Castelao interpretou o olho como um objecto mágico, como pedra preciosa ou bola de cristal que vê o desconhecido e neste aspecto o conto localiza-se no terreno do mágico ou maravilhoso.

A rastejar polos começos esta *história do olho* achamos que se nos relata como o olho natural adoeceu, quedou goro e posteriormente foi comido por um galo. Nesta seqüência Castelao engasta elementos da tradiçom humorística popular. Primeiro, o galo tem umha significaçom simbólica sexual, embora lhe chame Tenório, dando-lhe umha identificaçom culta e deslocando ligeiramente a sua vinculaçom popular (como antes ocorrera com Saint Saens). Segundo, o olho, ao ser comido introduze-o num processo em que a sua perda serve de alimento, de vida, ao galo. Por sua vez, este foi atraído polo olho doente, polos significados vitais do turvo. Tradicionalmente as suas doenças se originam em causas orgánicas.

Contodo, se o olho nublado é um órgao deforme e quiça desorbitado (7), ao ser subsituído polo de vidro esta característica desaparece. O protuberante é tradicionalmente sintoma de um impulso interno, mas este foi substituído aqui por um acto mecánico. O olho efectivamente *projecta-se* ainda para adiante, mas como resultado da acçom de ser tirado. Tornou-se, como quem di, desmontável, traço que já nom é próprio do ámbito da organicidade. Assi mesmo, o acto em que a caveira beija o olho tem um forte valor paródico. A boca (um dos grandes símbolos vitais da tradiçom grotesca, por mais que convertida aqui numha fileira de dentes) compartilha com o visual a importáncia do significado do episódio. A respeito disto Bakhtine aponta algo que nos parece esclarecedor:

> «Los ojos no juegan ningún rol: expresan la vida puramente *individual* (itálico do autor) y en algún modo interna, que tiene su existencia propia, la del hombre, que no cuenta mucho para lo grotesco» (8).

Remontando-nos um pouco mais até à introduçom do autor o motivo do olho leva-nos a outras implicaçons. Nesta altura resulta óbvio que o herói do conto é umha transposiçom do próprio Castelao, ao que se referirá ironicamente ao começo e ao fim da indicaçom ao leitor. Quando nos di como, em certa ocasión, umha vaca devia de estar a julgá-lo polos óculos, estabele-

(7) M. Bajtin, op. cit., p. 285.
(8) M. Bajtin, op. cit., p. 285.

ce a semelhança com o olho de cristal, corroborada pola vinculaçom estre esta cena e a do galo que olha ao protagonista do conto. Com o seu comentário irónico Castelao indica-lhe ao leitor que, depois de mortos, os óculos/olho de vidro som os que permitirám conhecer e definir-se. A referência final, tópico literário, de nom fazê-lo solidário das opinions do esqueleto sublinha a identificaçom.

Continuando com a significaçom do protagonista, víramos que era um curioso interessado nas história e condutas pessoais e que mantinha umha certa distáncia individual, mas ligadas a um fundo colectivo. No conto nom há umha informaçom concreta da sua localizaçom na sociedade, porém a sua identificaçom com os humildes e o seu sentido da honestidade (as palavras referentes à sua morte «entre cobertores» e considerar-se entre «os bos») nom deixam dúvidas. O significado da personagem nom termina aí, polo próprio feito de escrever uns papéis, está ligada à elaboraçom de um texto. O olho que observa e o «garabullo» que escreve som pegadas de umha configuraçom intelectual e non estritamente oral. Dada a concepçom do conto de se apoiar na tradiçom do humor popular completada com aspectos cultos, é necessária a figura de um mediador que acarreta os conteúdos ideológicos do momento histórico. É outra razom pola qual podemos deduzir ser o mesmo Castelao quem se está a pôr na pele, ou melhor, no esqueleto do narrador, e quem imprime um cunho mui próprio de um horizonte histórico-cultural polo sentido da sua atitude e comentários.

Polo mesmo comprendemos a relaçom estabelecida entre projectos mais gerais e mais específicos de umha realidade concreta. Nom existe no conto umha formulaçom global do futuro, falta um projecto utópico como integrante da mundivisom popular de que fala Bakhtine, mas nom está ausente a universidalidade do popular. Contodo, hai umha passagem em que umha ideia de totalidade aparece na noçom do cósmico ou do valor cósmico do corpo pola sua uniom com a terra. Quer dizer, pola condiçom de processo absoluto que estabelece umha continuidade entre homes e terra; outra vez o colectivo se impom sobre o particular. É um dos pontos do conto onde a ambivalência se mostra mais claramente:

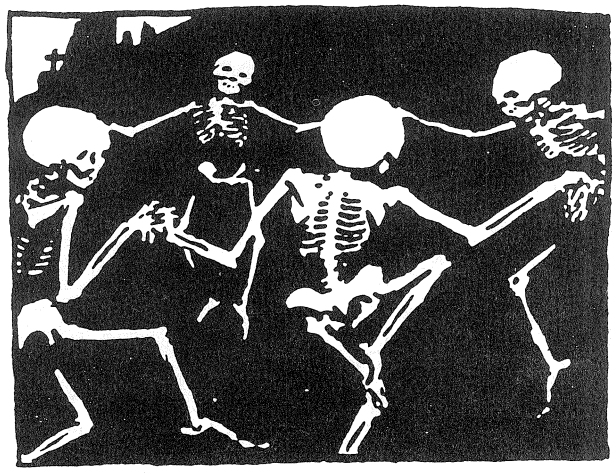
> «Eu penso que non morreríamos si a terra non precisase de nós pra botar herbiñas e floriñas e lucirse a conta dos apodrecidos».

O que morre é origem da vida, a morte nom é um feito individual, nom está cortada de um todo que é o que lhe dá a sua significaçom real. É também nesta seqüência que Castelao afirma a importáncia que lhe concede à paisagem, como um dos pontos do pensamento nacionalista. Torna a vincular um aspecto da tradiçom popular com outro da ideologia. A diferença entre terra e paisagem marca os termos geral e particular. Terra e paisagem formam um todo próprio. Nesta unidade contraditória, Castelao afirma o universal e exige o particular.

No que respeita à concepçom do tempo, de óbvia importáncia polo que afecta ao conceito de periodizaçom e de processo, o conto mostra umha certa

debilidade ou desleixo. Em concreto numha das exclamaçons o narrador di: «¡Ai! Eu xa morrín e non sou nada e ainda seréi menos cando a terra me coma de todo». Este tipo de reflexons son as que ocasionam um maior distanciamento da tradiçom popular, visto que a referência a ser «nada» depois de morto e ao acabamento absoluto e definitivo, ao ser comido pola terra, entra em contradiçom com passagens anteriores e situa o texto numha herança culta. Polo contrário, na tradiçom popular nom hai vazio nem fim, o conceito do nada nom existe. Como Castelao bem sabe o materialismo espontáneo popular nom concebe um acabamento definitivo já que o processo o é todo. É possível que o conceito de quotidiano, a que figemos referência antes, conduzisse Castelao a nom dotar à temporalidade de projecçons maiores.

Resulta impossível deixar sem um mínimo comentário as gravuras que acompanham o texto, por causa da dupla personalidade artística do autor quem já indicava na sua conferência que muitos contos partem de umha imagem ou desenho pensado, ou vice-versa (9), prática que é possível ser a origem de um género novo (10).



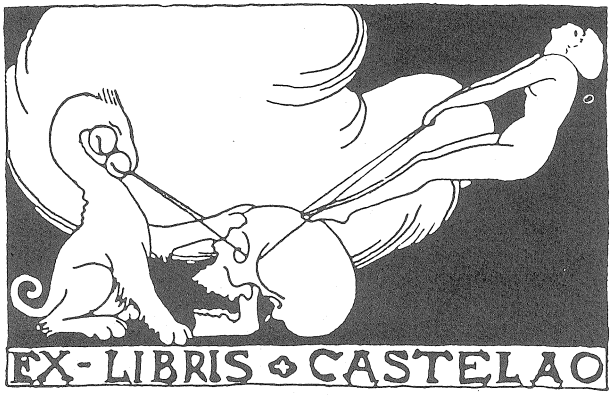
A DANZA

É indiscutível que desenho e texto tenhem umha complementariedade palpável, inclusive em traços de planeamento básico. Podemos partir da inteligente apreciaçom de V. Bozal (11), do choque entre texto (aqui, nomes) e imagem, e dirigir a atençom a como grotesco se dá na gravura, com umha decisi-

(9) Kathleen March, «Arte y arte de la narracción en el cuento «Sabela» de Castelao». *Cuadernos de Estudios Gallegos,* vol. XXXVI, n.º 101, 1986, pp. 367-76.
(10) Pilar García Negro: «A narrativa de Castelao», in *Castelao contra a manipulación.* Santiago, Ed. Xistral, 1984, pp. 61-83.
(11) Valeriano Bozal, *Sátira y tragedia: Las imágenes de Castelao.* Sada, Ediciós do Castro, 1987, pp. 28 e ss.

va presença do paródico e rebaixador, plasmados nuns fortíssimos contrastes entre tinta negra e brancos. No entanto, nesta ocasiom o tenebroso do desenho parece ceder a um princípio naturalista. O violento claro-escuro outorga-lhe umha ênfase especial que dissente dos traços que pareceriam mais próprios de um desenho grotesto. Na imagem do «oitocentista» com a sua grande dentadura exageradamente aberta ou na dança dos esqueletos, as linhas criam umha figura grotesca mas o *meio* comunica-lhe umha dimensom excessivamente enfática.

No Aviso de *Cincoenta homes por dez reás* Castelao indicava a brincar que ainda tinha muitos mais homes mas que deviam ficar para melhor ocasiom e concluía: «...Teño tantos!». O mesmo podíamos dizer das certeiras e ágeis percepçons que se acumulam nas escassas vinte e cinco páginas de *Un ollo de vidro.* Através de las Castelao mostra, na sua grande sensibilidade e conhecimento ajustado, por quê se converteu num dos mais destacados intelectuais do projecto galego de amancipaçom cultural e política.



O «direito» à informaçom mendaz (Algumhas consideraçons sobre a Jurisprudência Constitucional arredor das liberdades de informaçom)

José VILAS NOGUEIRA
Professor de Teoria de Estado
Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais
Universidade de Santiago de Compostela

1. *O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E A PROTECÇOM DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS.*

Tem-se sustentado que «o Tribunal Constitucional como ««intérprete supremo da Constituiçom»»», é revestido dumha ampla e mesmo heterogénea sorte de funçons entre as quais a protecçom das liberdades públicas nom costuma ocupar um lugar primordial nem é, tampouco, a razóm de ser da criaçom deste órgao. O Tribunal Constitucional é, fundamentalmente, um juiz da correcçom da actuaçom do legislativo e até um árbitro da actuaçom dos poderes constitucionais, mas a sua actuaçom em matéria de protecçom de liberdades públicas é, a todas luzes, anexa e alheia ao seu labor fundamental» (Embid, 1981, 905-6).

Esta opiniom sobre a relaçom do Tribunal Constitucional com a sua funçom de protecçom das liberdades públicas, pola via do recurso de amparo, corresponde-se com a teoria geral que atribui a tal tipo de instituiçons, como funçons prevalentes, as numeradas na cita anterior. Mas, ainda com essa referência, declarar como funçom *«anexa e alheia»* ao labor fundamental do Tribunal a de protecçom das liberdades públicas, parece excessivamente rotunda. Em todo o caso, essa configuraçom nom acha base positiva no nosso ordenamento. O artigo 161.° da Constituiçom Espanhola (em adiante CE), que especifica as funçons do Tribunal Constitucional (em adiante TC), inclui o «recurso de amparo» pola violaçom dos direitos e liberdades junto com as outras competências, sem estabelecer nengumha jerarquizaçom entre elas. Na Lei Orgánica do Tribunal Constitucional (em adiante LOTC), define-se este órgao, efectivamente, como *«intérprete supremo da Constituiçom»* (art. 1.°),

mas este qualificativo nom exclui a sua referência à protecçom das liberdades individuais. Máxime, dado que a variedade e heterogeneidade das funçons que a CE atribui ao TC é ainda susceptível de ampliaçom, toda vez que a enumeraçom das suas competências termina com umha cláusula aberta: «as demais matérias que lhe atribuam a Constituiçom ou as leis orgánicas» (art. 161.°.1.d, CE), reiterada polo art. 2.°.1.h, LOTC, sistema que encontra precedente na Lei Fundamental de Bonn: «a Corte constitucional federal actuará assi mesmo nos demais casos que lhe forem conferidos por lei federal» (art. 93.°.2, cito por De Esteban, 1979, II, 187).

Se se quer encontrar umha base positiva de hierarquizaçom das funçons do TC haverá que acudir à distribuiçom de competências entre o Pleno e as Salas do Tribunal (arts. 10.° e 11.° LOTC) e aos diferentes procedimentos contemplados nos títulos II a VI LOTC. Isso nom exclui que a funçom de «amparo» ofereça singularidades a respeito da declaraçom de inconstitucionalidade ou da resoluçom de conflitos constitucionais, pois

> «o que nom se requer no amparo é que esses actos sejam lícitos (formal e materialmente), com o que, ao controlar-se qualquer tipo de actos da autoridade, sejam lícitos ou ilícitos, a instituiçom do amparo excede os limites estritos do controlo de constitucionalidade, ao menos tecnicamente, para entrar no campo da defesa da Constituiçom, sem que tampouco seja este o seu, pois o amparo, mais do que umha instituiçom de defesa da Constituiçom, é-o de defesa dos direitos dos particulares constitucionalmente consagrados» (Aragón, 1979, 176-7).

Em qualquer caso, a jurisprudência do TC tem insistido na vinculaçom entre direitos fundamentais e elementos jurídicos do ordenamento. Assim, o TC, na sentença 25/1981, declarou que os direitos fundamentais resultam ser *«elementos essenciais de um ordenamento objectivo da comunidade nacional»*. Em sentenças posteriores, o TC reiterou o destacado interesse público que se acha na base dos direitos fundamentais. E ultimamente (TC, na sentença 159/1986, de 12 de dezembro, fundamento jurídico 6.) sinala que

> «tanto as normas de liberdade como as chamadas normas limitadoras integram-se num único ordenamento inspirado polos mesmos princípios no que, em último termo, *resulta ficticia a contraposiçom entre o interesse público que, em certos supostos, aconselha a sua restriçom. Antes ao contrário, tanto os direitos individuais como as suas limitaçons, enquanto estas derivam do respeito à lei e aos direitos dos mais, som igualmente considerados polo art. 10.°.1 da Constituiçom como ««fundamento da ordem política e da paz social»»* (o itálico é meu).

2. *O DIREITO À LIBERDADE DE INFORMAÇOM.*

Se isto é assim a respeito das liberdades em geral, acha ainda um 'plus' com referência às liberdades de expressom e informaçom e, em geral, a todas as indicadas no art. 20.° CE, pois este artigo

> «garante o mantenimento dumha comunicaçom pública livre sem a qual ficariam vaziados de conteúdo real outros direitos que a Constituiçom consagra, reduzidas a formas vácuas as instituiçons representativas e absolutamente falseado o principio de legitimidade democrática» (TC, na sentença 6/1986, de 31 de março),

doutrina reiterada ultimamente pola sentença 104/1986, (de 31 de março, fundamento jurídico 5.) a concluir que esta circunstância «outorga às liberdades do art. 20.° umha valoraçom que trascende à que é comum e própria de todos os direitos fundamentais».

3. *O «DIREITO» À INFORMAÇOM MENDAZ.*

O art. 20.°.1.d, inciso primeiro, da CE reconhece e protege o direito *«a comunicar ou receber livremente informaçom veraz por qualquer meio de difusom»*. O TC (nas sentenças 105/1983, de 23 de novembro, fundamento jurídico 11., 13/1985, de 31 de janeiro, fundamento jurídico 2., e ultimamente 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 2.) tem insistido na individualizaçom dos direitos do apartado a) e do apartado d) do art. 20.°. 1. da CE e na particular relevância do elemento de garantia objectiva do direito à informaçom:

> «o texto do art. 20.°.1.d., da Constituiçom, distinto do que se refere à difusom de pensamentos, ideias e opinions (art. 20.°.1.a), reconhece dous direitos, intimamente conectados, que, em prol do interesse de todos em conhecer os factos de actualidade que podam ter trascendência pública, concretam-se na livre comunicaçom e recepçom de informaçom veraz, de tal modo que os sujeitos deste direito nom som só os titulares do [...] meio difusor da informaçom ou os profissionais do jornalismo ou os que, ainda sem o serem, comunicam umha informaçom através de tais meios, senom, primordialmente, ««a colectividade e cada um dos seus membros»». Ao incluir estes direitos no art. 20.°, a Constituiçom tem em conta [...] a posiçom jurídica subjectiva dos que comunicam a informaçom, mas protege também, com a garantia reforçada que lhe outorga os direitos fundamentais e liberdades públicas, a faculdade de cada persoa e da [...] colectividade de acceder livremente ao conhecimento, transmitido polos meios de comunicaçom, dos factos de relevância realmente ocorridos» (TC, na sentença 168/1986, fundamento jurídico 2.).

A minha tese é que este elemento de garantia da liberdade de comunicar e receber informaçom que, como se viu, o próprio TC considera suposto inescusável do governo representativo e do princípio de legitimidade democrática (TC, na sentença 6/1981, de 16 de março, citada), debilita o requisito da veracidade da informaçom, que poderia ter algum sentido desde a exclusiva perspectiva do direito subjectivo, convertendo-o num enunciado vazio (afortunadamente). De acordo com os princípios democráticos, a veracidade nom condiciona, em geral, a comunicaçom ou difusom de informaçom, mas, em termos gerais, pode ser un elemento justificativo que inerve a tipificaçom, como ilícitas, de aquelas actividades informativas que podam lesionar outros bens jurídicos protegidos, como a honra, a intimidade, a imagem pessoal e a protecçom da juventude e a infância. Como di o próprio TC «é claro que quando o acusado num processo alega como causa de justificaçom da sua conduta o ter obrado «no exercício legítimo dum direito» (art. 8.°.11 do Código Penal) o que se trata de justificar é a lesom de outro bem jurídico» (TC, na sentença 104/1986, de 31 de março, fundamento jurídico 6.). Voltando à questom central, o que realmente condiciona a liberdade de informaçom no art. 20.°.1.d, da CE é a concorrência informativa, nom a veracidade. Ainda mais,

poderia sentar-se que ambas as exigências, na maior parte dos casos, som antitéticas.

Por outra parte, tal subordinaçom em geral da liberdade de informaçom ao requisito da veracidade é de notável ingenuidade. Um cidadao tam respeitável como um Reitor da Sorbona enfatizava nom há muito sobre a pertinência do velho adagio *non turpe est mentiri in publicis rebus gerundis* (Polin, 1982). E, independentemente de posiçons antropológicas pessimistas, sujeitos nom menos respeitáveis fazem-se eco da relatividade da diferenciaçom entre opinions e comunicaçons de factos:

> «sob a expressom «opiniones» [...] só se compreendem, segundo umha doutrina ainda dominante, os juízos, quer dizer, as posiçons de conteúdo valorativo, nom as simples comunicaçons de factos. Contodo, isto nom é completamente claro, porque nom existem, do ponto de vista da teoria do conhecimento, meras comunicaçons de factos sem conteúdo valorativo, especialmente quando se trata de sucessos nos quais a audiência está interessada: quando se trata de sucessos coetâneos. Toda «mera comunicaçon de factos» contém sempre umha toma de posiçom sobre as fontes de informaçom e um juizo valorativo que consiste em declarar que os factos ocorreram assim e nom de outra maneira» (Stein, 1973, 128).

Com efeito, a mera selecçom dos factos e a sua forma de apresentá-los estám inevitavelmente presididos por apreciaçons e preferências subjectivas que acarretam umha particular valorizaçom; com isto a fronteira entre a notícia e a opiniom deixa freqüentemente de estar claramente definida. «Justamente porque o Estado democrático nom se funda sobre um dogma, senom sobre o pluralismo e o direito à livre procura da *Verdade,* esta, como categoria metafísica, nom pode ser limite do direito à informaçom» (Fernández Miranda, 1984, 531).

A ingenuidade do legislador constitucional, quando subordina em geral ao requisito da veracidade a liberdade de informaçom, tem sido reiterada por declaraçons do TC, nom muito afortunadas na sua literalidade a respeito da relaçom entre operadores judiciais e princípios de veracidade. Más, além dessa literalidade, o reconhecimento da necessidade de garantir a concorrência informativa tem levado o TC a minimizar, correctamente, o alcance do requisito da veracidade. Concorrem, assim, numha só sentença, fundamentaçons jurídicas que, omitindo a referência à questom da veracidade, insistem no princípio de concorrência informativa. Mas o falho corresponde-se com estas últimas e nom com as primeiras. Por exemplo:

> «o direito a receber umha informaçom veraz é [...] instrumento essencial de conhecimento dos asuntos que cobram importância na vida colectiva e que, polo mesmo, condiciona a participaçom de todos no bom funcionamento do sistema de relaçons democráticas auspiciado pola Constitución, assim como o exercício efectivo de outros direitos reconhecidos no art. 20.°.1.d, da Constituiçom tanto se se impede comunicar ou receber umha informaçom veraz como se se difunde, se impom ou se ampara a transmisom de notícias que nom respondem à verdade, sempre que isso suponha cercear o direito da colectividade a receber, sem restriçons ou deformaçons, aquelas que sejam verazes» (TC, na sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 2.).

Contrariamente, na evidência de o TC nom perceber a problematicidade da associaçom entre princípio de veracidade e princípio de concorrência informativas, diz a mesma sentença, pouco mais adiante:

> «o direito de informaçom, junto com o de livre expressom, garante a existência dumha opiniom pública livre, condiçom necessária também para o recto exercício de todos os demais direitos em que se fundamenta o sistema político democrático» (TC, na sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 3.).

Ora, desde o conceito aristotélico de verdade que parece inspirar ao TC *(«informaçom que [...] se adequa à realidade do acontecido»,* sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 5.) é de lógica que duas versons diversas nom podem ser simultaneamente e sob o mesmo respeito verazes; se umha é veraz, a outra nom pode sê-lo; se por acaso, nengumha das duas o será por inteiro, mas freqüentemente umha o será algo mais do que a outra *(«adequará-se mais à realidade do acontecido»).* Se tal construçom é lógica e útil para determinar os efeitos jurídicos que puderem derivar-se dumha informaçom, é no entanto contraditória com os princípios democráticos quando pretende aplicá-la nom à determinaçom de aqueles efeitos, senom ao momento anterior do exercício particular do direito a comunicar ou a receber informaçom, suposto inescusável da associaçom de conseqüências jurídicas a essa informaçom.

Podemos exemplificar esta tese pola referência à Lei Orgánica 2/1984, de 26 de março, reguladora do direito de rectificaçom (LO 2/1984). A *ratio legis* deste texto parece ser a protecçom do direito à honra face ao exercício do direito de informaçom, através dum procedimento «interdital». Em conseqüência, adiando conclusons, na minha opiniom o direito que articula a LO 2/1984, é um direito de «réplica», mas que nom de rectificaçom (apesar da denominaçom utilizada polo legislador), que deve conectar-se, portanto, nom com o requisito de veracidade do art. 20.°.1.d, CE, senom com o 20.°.4, porquanto o direito à honra é um limite à liberdade de informaçom, que se protege aqui provisoriamente, como em todo o procedimento «interdital», mediante o asseguramento da concorrência de versons diferentes. Só num procedimento ulterior se poderám determinar as conseqüências jurídicas das informaçons. É nesse procedimento que jogará o elemento de veracidade, por exemplo, como causa justificativa dumha lesom à honra alheia ou, em caso de mendacidade, como origem de responsabilidade civil ou criminal, segundo os casos. Portanto, na minha opiniom, o elemento de veracidade (ou nom) de umha informaçom só é pertinente num conflito jurídico concreto, qualquer que for, nom como condicionante geral do direito à informaçom; todo o contrário do que acontece com o elemento de concorrência informativa, que opera em termos gerais, independentemente da sua referência a um conflito jurídico concreto, apesar de aquela poder também dar-se.

O TC faz sentença de acordo, mais ou menos, com esta construçom, mas, vinculado pola literalidade do art. 20.°.1.d, da CE e renuente a plantejar-se a problematicidade da coexistência entre veracidade e concorrência informativas, mantém nos seus razoamentos a referência à veracidade, o que conduz

a razoamentos um tanto ambíguos. Assim, diz o TC que se a sentença no procedimento da LO 2/1984

> «tiver ordenado a publicaçom dumha informaçom ou relato fáctico cuja falsidade ou inexactitude lhe constasse ao órgao judicial ou for manifesta»

teria-se produzido infracçom do art. 20.°.1. d, da CE,

> «ou, com maior razom, se o Tribunal tiver imposto aos responsáveis do meio de comunicaçom afectado a obrigaçom de desdizer-se ou negar a veracidade da versom dos factos inicialmente publicada, sem ter contrastado previamente a sua falta de veracidade e exactitude, ou bem [...] se tiver outorgado carta de autenticidade à versom oferecida por quem solicita a rectificaçom, sem ter procedido a umha prévia e adequada investigaçom da verdade» (TC, na sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 3.).

Declaraçons deste estilo parecem estar subentendidas, como se dixo antes, por umha inadequada compreensom da relaçom entre operadores judiciais e princípio de veracidade. A missom dos juízes nom é pronunciar-se sobre a veracidade ou mendacidade de informaçons ou quaisquer outros factos, mas resolver um conflito entre pretensons jurídicas contrapostas. Decerto, para a resoluçom deste conflito é preciso estabelecer «factos provados» e deduzir juízos, de veracidade; o qual pode parecer o mesmo, mas nom o é. O juízo de veracidade deduzido polo operador judicial está constrangido por determinadas regras processais (diferentes segundo os tipos de processo) e o seu valor e eficácia acha-se, obviamente, limitado ao plano da resoluçom do conflito jurídico. Digo isto a propósito da hipótese contida no precedente razoamento do TC de que ao juíz que resolve sobre umha demanda de «rectificaçom» lhe conste a falsidade ou inexactitude da informaçom ou relato fáctico que se pretende publicar.

Que lhe conste, como? Por elementos alheios ao procedimento da LO 2/1984? Ora, legalmente é possível: «O Juiz, de ofício e sem audiência do demandado, ditará auto nom admitindo a trámite a demanda se [...] estimar a rectificaçom manifestamente improcedente» (art. 5, § 2, LO 2/1984). A lei nom exclui que esse juízo de improcedência da demanda poda fundar-se na constância da falsidade ou inexactitude da informaçom «de rectificaçom». Mas creio que um juiz só em casos extremos, mais freqüentes como hipóteses de escola do que na realidade, decretará a nom admissom de demanda por tal motivo. Antes parece que esta faculdade se concretará, na prática, no controlo do disposto no parágrafo 2. do art. 2.° da LO 2/1984: «a rectificaçom deverá limitar-se aos factos da informaçom que deseja rectificar».

Pode o juiz adquirir constância da falsidade ou inexactitude da informaçom de «rectificaçom» no juízo verbal que regula a LO 2/1984? Pode também, só em casos extremos, dada a sumariedade do procedimento, em particular a limitaçom da prova («só se admitirám as provas que, sendo pertinentes, podam praticar-se no acto», art. 6.°, b) e a extrema brevidade do prazo para ditar sentença («a sentença ditara-se no mesmo ou ao seguinte dia do juízo», art. 6.°. c, da LO 2/1982). Só umha informaçom muito grosseiramente mendaz pode ser excluída do direito de publicaçom, tendo em conta o jogo concertado do princípio de concorrência à honra. Por isso pode dizer o TC que a decisom de instância que ordena a publicaçom da sedicente «rectifica-

çom» nom impom ao meio de comunicaçom afectado a obriga de se desdizer ou negar a veracidade da versom dos factos inicialmente publicada nem implica outorgar carta de autenticidade à versom «rectificadora». Trata-se dum direito de réplica, nom de rectificaçom.

Por isso, se se abstrai a perturvadora referência à veracidade do art. 20.º 1.d, da CE nom há neste momento conflito entre o direito que consagra esse artigo e o do 18.º 1 da CE. Nom se trata de que «o conflito entre ambos os direitos fundamentais nom pode resolver-se outorgando prevalência ao proclamado no art. 18.º 1 da Constituiçom, senom que se impom sempre umha ponderaçom entre um e outro» (TC, sentença 168/1986, de 22 de Dezembro, fundamento jurídico 3.). É umha cousa diferente e mais: apesar da literalidade do art. 20.º 1.d, da CE, a mendacidade informativa nom constitui, por si só, um ilícito; a veracidade informativa, polo menos em regime democrático, nom é um bem juridicamente protegido. O que acontece é que a liberdade de informaçom pode concretar-se em factos atentatórios a outros bens jurídicos protegidos e, nalgum destes casos, a mendacidade faz parte do tipo social de ilícito penal e, noutros, a veracidade é causa de justificaçom que debilita a ilicitude civil ou penal.

Naturalmente, para isso,

> «o ordenamento jurídico estabelece as acçons penais e os procedimentos necessários para investigar a verdade dos factos publicados ou difundidos, assim como para obter a devida reparaçom dos prejuizos causados por informaçons inexactas ou falsas; acçons e procedimentos que os interessados podem exercitar em qualquer caso e dos que há de resultar, *também em benefício da colectividade* (o itálico é meu) a determinaçom dos factos como certos ou incertos, com os efeitos da cousa julgada» (TC, sentença 168/1986, fundamento jurídico 4.).

Com efeito, para terminar, conforme ao razoamento exposto, na minha opiniom, nom há nengum interesse da colectividade, salvo o muito genérico, presente em todo o caso, de que se cumpra o ordenamento. A colectividade está interessada na concorrência informativa, nom na veracidade, que, na maior parte dos casos, é um juízo que se estabelece numha perspectiva parcial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALZAGA, Oscar, ed., *Comentarios a las leyes políticas. Constitución Española de 1978.* Madrid, Ed. Revista de Derecho Privado/Eds. de Derecho Reunidas, T. II, 1984.

ARAGON, Manuel, «El control de constitucionalidad en la Constitución Española de 1978», in *Revista de Estudios Políticos,* n.º 7, Janeiro-Fevereiro 1979.

CONTENCIOSO DEL ESTADO, Dirección General de LO, *El Tribunal Constitucional.* Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1981.

CRANSTON, Maurice; MAIR, Peter, eds., *Langage et politique. Language and politics.* Bruxelles, Bruylant, 1982.

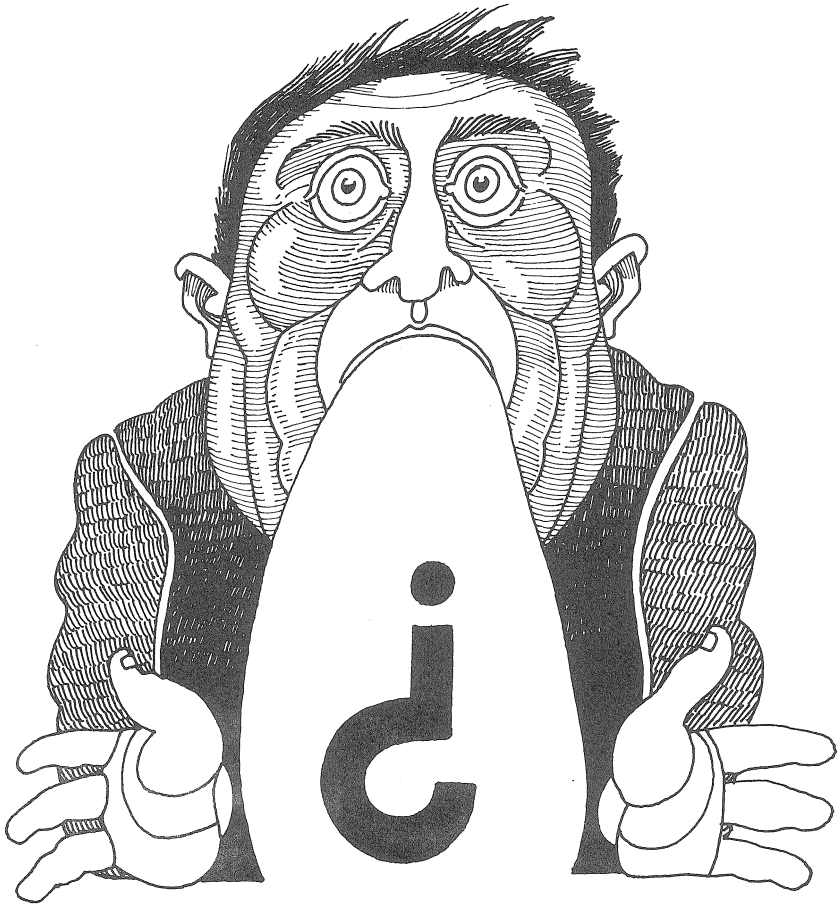
DE ESTEBAN, Jorge, ed., *Constituciones españolas y extranjeras,* (2 vols.) 2.ª ed. Madrid, Ed. Taurus, 1979.

EMBID, Antonio, «El Tribunal Constitucional y la protección de las libertades públicas en el ámbito privado», in CONTENCIOSO DEL ESTADO, 1981, I.

FERNANDEZ MIRANDA, Alfonso, «Libertad de expresión y derecho de la información», in ALZAGA, 1984, II.

POLIN, Raymond, «Non turpe est mentiri in publicis rebus gerundis», in CRANSTON y MAIR, 1982.

STEIN, Ekkehart, *Derecho Político.* Trad. española. Madrid, Ed. Aguilar, 1973.



NOTAS

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CULTURA NO SÉCULO XVIII

Cinco notas de orientação e um balanço conclusivo

Manuel AFONSO COSTA
Universidade de Vila Real

1. *QUESTÃO NUCLEAR.*

O interesse metodológico do conhecimento dos mecanismos de produção e difusão da «cultura». Como diz Ehrard: «Seja em que caso for, a história das ideias só se torna verdadeiramente uma disciplina histórica quando se esforça por situar um objecto nas condições concretas em que ele apareceu».

O século XVIII é um século revolucionário. Nos mais diversos campos ele produz ideias novas. Ideias que pôem em causa todo o edifício tradicional. Sob os auspícios da *razão* tudo é levado a tribunal. Como diz Paul Hazard: «Estamos, sem dúvida, perante a crítica universal». Daqui irá resultar um novo direito em ruptura com o direito divino, uma nova moral sem teologia, assim como novas concepções políticas, religiosas e pedagógicas. Sem dúvida: Crítica e Razão são o suporte desta época de crise. Da sua acção irá resultar *um novo espírito.*

Ora em termos de uma história social, não interessa menos que o pensamento dos grandes homens, o reflexo desse pensamento nas massas; e daí a importância de se deslindarem os meandros da produção e «distribuição» das ideias. Trata-se em última análise de procurar saber da eficácia e do grau de penetração dos novos quadros filosóficos, científicos e culturais sobre e na sociedade em que deflagraram.

2. *INSTRUMENTOS.*

Instrumentos de difusão da cultura são então os livros, os periódicos, os salões, os cafés... Estes últimos que aparecem explícitos em obras de autores da época são talvez a grande novidade relativamente a épocas precedentes.

A importância deste tipo de estudo reside, por exemplo e a título de curiosidade, em podermos medir o significado epocal de publicistas com grande audiência social e que progressivamente se apagaram na história das ideias. É o caso de Mirabeau entre outros. Isto que dizemos, implica a já clássica questão de saber quem desempenhou papel mais relevante na sua época. Quem é mais representativo? O autor de primeiro plano ou o conjunto dos minores? Goldman por exemplo considera que só nos grandes autores se abandona a superfície e se vislumbram as tensões insuspeitadas, os conflitos latentes, as contradições insolúveis.

3. *O LIVRO.*

Não é tanto o seu conteúdo que interessa aqui, mas, e originando mesmo uma autêntica «Sociologia do Livro», toda uma série de dados com o livro relacionadas, tais como: a produção livreira, a censura, a repressão, o comércio, etc. Ainda é importante dar resposta a questões do tipo: o que se lê?; como se lê?; quem compra?; quanto se compra?

E esta última série de questões não é de resposta fácil. Escondem-se sob a sua aparente linearidade problemas, por vezes até irresolúveis. Já se pensou por exemplo no fenómeno que é o livro emprestado de controle tão difícil à distância de séculos, ou ainda, na determinação do sector que não lê o livro mas que é por ele influenciado. Determinação quase só hipotética.

Donde deve partir o historiador das ideias?: dos livros em si mesmos ou do público presumível a que os livros se destinaram? Mas como saber com rigor qual o público que foi atingido, se tantas vezes o público real não corresponde ao público virtual (1).

Relativamente à censura e à repressão, é importante conhecer a acção da Igreja como instância ideológica dominante ainda; assim como a acção do Rei através dos seus funcionários. (Ex. Chef du Maison du Roi).

A este propósito a organização da Librairie de France é exemplar, dado que a sua actividade regulamentadora se estendia a todos os níveis, até mesmo ao próprio comércio do livro. A censura funcionava com uma certa liberalidade até 1737, depois foi-se acentuando o seu peso ao longo do século, como se compreende aliás. De facto entre 1741 e 1763, por exemplo, o número de censores passou de 79 para 121. Pelas mãos destes censores passavam todos os escritos com mais de duas páginas. Escrito com menos de duas páginas não incomodavam o censor mas eram alvo de vistoria policial. Claro que

---

(1) Neste ponto Voltaire numa carta a D'Argenson dá ideia de uma hierarquia no consumo do livro onde se depreende uma nítida desproporção entre o livro sério e a obra de teatro. Algo como 40 para 200.

só chegavam à censura as obras alvo de privilégio, ou seja, aquelas que tinham tido já autorização prévia, que podia ser de três tipos: A permissão simples oral, a permissão do selo e a permissão táctica. Esta última bastante utilizada pois funcionava na prática como uma fuga aos meandros da permissão.

Ao nível da impressão as dificuldades eram igualmente sensíveis. Só os «Maître em Primeur» podiam imprimir e em 1720 o seu número está calculado em apenas 36. Bem, havia evidentemente a literatura clandestina que se insinuava através de vários processos. Dentre estes, são curiosas as invenções de editoras ou de cidades como lugar de publicação. E talvez ainda mais significativos culturalmente os manuscritos que circulavam de mão em mão, nalguns casos profusamente. Alguma desta literatura era certamente licenciosa. Põe-se então a questão de saber o que é ou não é clandestino, o que é ou não é licencioso. Pretensão difícil de satisfazer e que pressupõe um conhecimento bastante profundo da mentalidade da época, ou melhor, dos níveis de mentalidade dos vários estratos sociais.

Nota: Não esquecer a questão da libertinagem e da psicologia do libertino. Da sua evolução, desde o século XVII até finais do século XVIII. Desde Cirano de Bergerac até Sade.

4. *OS TEMAS.*

Apesar das grandes modificações mentais, cerca de um terço aproximadamente do que se publica é de carácter religioso. Nos outros dois terços de literatura os grandes temas reflectem as luzes do século: a crença no progresso, o optimismo pedagógico, etc. Neste domínio multiplicam-se os catecismos de fundo educativo ou científico assim como as obras do tipo «Make yourself» com alcance prático e técnico. São as preocupações do mundo burguês e os seus valores. Fortemente eivada deste espírito prático está a História Natural de Buffon que como sabemos foi condenado pela faculdade de Teologia.

5. *ENFIM.*

É ainda o problema das relações entre o autor e o editor, relação conflituosa que termina com a vitória dos autores. Estes, liberados por Beaumarchais, fazem reconhecer o direito à propriedade literária. Esta restrição tinha atirado para a miséria um Rousseau e um Diderot, entre outros, ao ponto deste último se ter visto obrigado a vender a sua vasta biblioteca por 100.000 libras a Catarina II.

BALANÇO CONCLUSIVO.

Que ensinamentos se podem recolher da especifidade setecentista relativamente à dinâmica de produção e difusão da cultura?

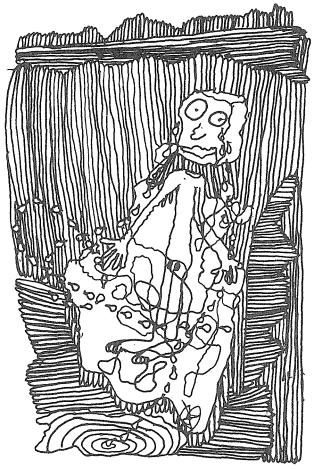
A) Que ela confirma a evolução da cultura sob as luzes.

B) Que se pode constatar uma atitude vincadamente repressiva por parte das ordens dominantes.

C) Que se assiste ao longo do século à arreigada luta pela propriedade literária.

D) Que as reivindicações neste domínio têm um carácter acentuadamente burguês.

Ao mesmo tempo (e isto é importante), que não há uma base impírica para provar os efeitos do livro na consciencialização ideológica do século XVIII.



NO NOME DA MAI...

In memoriam Rs. Lapa

José M.ª MONTERROSO DEVESA

da Associaçom Galega da Língua

No nome e apelidos do home actual confluem, por umha parte, o velho costume do ser humano de lhe dar nomes às cousas e actos para identificá-los (o que fai neste caso consigo mesmo) e, pola outra, a impronta da sua cultura natal e/ou ancestral (que podem nom coincidir).

Neste segundo matiz é a língua (natal e/ou ancestral) a que joga o seu papel determinante, até o ponto de podermos afirmar que, mesmo morto um idioma, perduraria na onomástica, ainda deturpada, dos indivíduos do povo que a criara. Eis por quê pensamos que, depois da fala, é polo apelido que melhor e dantes se pode identificar (e autoidentificar) um indivíduo na sua nacionalidade (ou, quando menos, na sua nacionalidade cultural ou ancestral).

Assi, um indivíduo apelidado Fernandes e nacido na França, será francês polo berço, mas individualmente hispánico (da velha Hispánia) polas raízes ou determinadas raízes paternas (nacionalidade ancestral), que, se som mui próximas (do próprio pai), podem mesmo determinar umha influência cultural (nacionalidade cultural).

Claro é que umha convençom mais que o apelido, na nossa como em todas as civilizaçons, o indivíduo ostenta um, dous e pode que até quatro apelidos, com inevitável desprezo do resto deles (resto que se estenderia até o infinito) e, ao recorrer a um ordenamento também convencional, dá preferência à linha paterna (a maioria das vezes em exclusiva).

Este ou outro qualquer ordenamento convencional leva a casos tam chocantes como semelharem mais parentes pessoas de um mesmo apelido com desvantage para outras de apelidos diferentes, inversamente ao que é real. Como escandalizar-se quando alguém desbota o apelido paterno, sem que se reaccione assi quando se fai isso, com tanta freqüência como se fai, com o materno? Mas é ainda bem mais chocante este sistema patriarcalista, se cairmos na conta de que os indivíduos ostentan, tam amiúde, apelidos que, em rigor, puderem nom corresponder-lhes, pois se algo é incontestável é unicamente a

ascendência uterina; noutras palavras: quantos que passam por pais nom o som mais que legalmente? Ou seja, um indivíduo Fernandes Rodrigues sabe fixo, sempre que nom for adoptado, que é filho da Rodrigues, mas nom pode ter a mesma segurança com respeito ao pai... Claro é que com a sua mai passa outro tanto (com o qual nem o mesmo Rodrigues do caso é seguro, pois esse tal Rodrigues pudera nom ter sido o pai dessa mai), e assi sucesivamente, resultando, embora, ser a mais segura a linha uterina dada polos apelidos mais recuados na orde convencional. Daí que estimemos mais justo a escolha do apelido materno à hora de dar preferências e de desbotar-se o resto.

Com todas as salvaguardas que acarreta problema tam complexo, dificilmente sistematizável, e fazendo abstracçom de momentos históricos e classes sociais —que já é abstrair—, podemos esboçar, para ilustraçom do leitor, o panorama seguinte, baseado em sistemas onomásticos do denominado *mundo ocidental.*

A) **Sistema maioritário:**

Priva o apelido paterno e, para a mulher casada, o paterno do marido; este *patriarcalismo* e *maritalismo,* segundo a nossa denominaçom, daria-se na Europa (excepto Portugal e, em determinados aspectos, a Espanha e as Ilhas Británicas) e nas Américas (agás o Brasil e, de algumha maneira, os EUA), onde poderíamos exemplificar, sem sairmo-nos da França, com Napoleon Bonaparte e umha qualquer Mme. *Michel* Hennequin (caso extremo, em que nom só se adopta o apelido, mas o nome-de-pia do marido!).

B) **Sistema minoritário:**

Priva o apelido materno e a mulher casada conserva o apelido próprio; este *matriarcalismo* limitaria-se a Portugal e ao Brasil, assi como, parcialmente, à Espanha e aos EUA; onde, para exemplificarmos, avondaria com citarmos um caso concreto do Brasil, com JJ. Baptista Tubino (pai), I. de Souza Tubino (mai) e A. de Souza Tubino (filho). Com a carga pitoresca que o caso acarreta, nom nos resistimos a citar aqui o sonado exemplo do neto maior do maior ditador espanhol a quem se lhe antepujo o apelido da mai, para que, com espúrios afans dinásticos, perpetuasse o Franco do avó materno.

Para a sua clarificaçom, considero útil ampliar este tema a seguido:

OS SISTEMAS ONOMÁSTICOS NALGUNS ESTADOS DA *ÁREA OCCIDENTAL* DO MUNDO MODERNO

HOME E MULHER SOLTEIRA	MULHER CASADA E CONJUTOS FAMILIARES
I. FRANÇA	
1. Napoleon Bonaparte (Ramolino)	
1. bis. Jean-Jacques Rousseau	
1. Maria Casares (Pérez)	
1. Geneviève Briand	2. Geneviève Hennequin, ou Mme. Hennequin, ou Mme. *Michel* Hennequin

II. GRAM BRETANHA

1. bis. Arthur Conan Doyle
2. Elisabeth Barrett ..... 3. Elisabeth Barrett Browning
2. Jane Baillie Walsh ..... 3. Jane Baillie Walsh Carlyle
2. Mary Godwin Wollstonecraft ..... 3. Mary Godwin Wollstonecraft Shelley

III. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1. Thomas S. Eliot (T. S. Eliot), ou
2. Thomas Stearns Eliot
1. bis. Dwight David Eisenhower
1. John F. Kennedy, ou
2. John Fitzgerald Kennedy
3. John F. Kennedy Jr.
2. Jacqueline Lee Bouvier ..... 4. Jacqueline Kennedy, ou
4. Mrs. Kennedy
1. Harriet Beecher ..... 5. Harriet Beecher-Stowe

IV. ESPANHA

1. Miguel de Unamuno, ou
2. Miguel de Unamuno y Jugo
1 bis. Benito Jerónimo Feijoo
1. María Barbeito, ou
2. María Barbeito y Cerviño ..... 3. Sra. de Martínez Morás
4. Manuel (Martínez) Murguía

V. PORTUGAL

1. (pai) Cabete *Loureiro*
(mai) Cordeiro Correia
(genro) Fernandes Pereira
(filha) Correia *Loureiro* Pereira

2. (pai) Barbosa Serrão *Marreiros*
(mai) Leite Serrão *Marreiros*
(genro 1) Homem de Oliveira Themudo
(filha 1) Leite *Marreiros* Homem Themudo
(genro 2) Duarte Silva Caseiro Alves
(filha 2) Leite *Marreiros* Caseiro Alves
(filho 3) Leite *Marreiros*
(nora 3) Mascarenhas Leite *Marreiros*
(filho 4) Leite *Marreiros*
(nora 4) Lisboa Leite *Marreiros*

3. (pai) de Valadares *Botelho* e Oliveira [Leite
(mai) Baptista dos Reis *Botelho* e Oli- [veira Leite
(filho) dos Reis *Botelho* e Oliveira Leite
(nora) Teixeira Alves Monteiro *Botelho*
(neto) Monteiro *Botelho*

VI. BRASIL

1. Alphonsus de Guimaraens
2. Alphonsus de Guimaraenes Filho

2 (pai) Correa *Chagas*
(mai) de Freitas *Chagas*
(filho) de Freitas *Chagas*

VII. URUGUAI

1. Jose Artigas
1. bis. José Gervasio Artigas
2. José Batlle y Ordóñez
1. Juana Fernández, ou
2. Juana Fernández Morales ..... 3. Juana Fernández de Ibarbourou, ou Juana Fernández Morales de Ibarbourou, ou
4. Juana F. de Ibarbourou, ou Juana de Ibarbourou, ou Sra. de Ibarbourou

1. bis. Luis Alberto Romero
5. Luis Alberto Romero, hijo,ou Luis Alberto Romero (h)

Comentemos agora estes supostos para tirarmos as conclusons pertinentes.

A) O que consideramos **sistema maioritário**, calificamo-lo de *patriarcalista* e *maritalista*. Nel, o indivíduo solteiro usa (caso extremo) só o apelido paterno (I.1, III.1, IV.1, VII.1): em casos, ao chamar-se igual do que o pai, engade, antes do apelido materno, o apêndice: *filho* (que joga como verdadeiro segundo apelido em VI.2), *hijo* ou *(h)* (VII.5) ou *junior* (III.3, que também se tem exportado a outras áreas). Ou, de usar dous, paterno e materno, vam por esta orde, dando preferência ao primeiro (IV.2, VII.2), ou ainda leva quatro apelidos, com o mesmo tratamento. Hai casos em que, como se quiger prolongar o onomástico, o indivíduo, no suposto de um apelido só, acode a usar dous nomes-de-pia (avondo corrente hoje no Ocidente, I.1 bis, II.1 bis, III.1 bis, IV.1 bis, VII.1 bis).

A respeito da mulher casada, perdendo o seu, ou, por vezes, limitando-o à inicial, usa só o apelido paterno do marido, o que é constante quase universal (e concretamente nos I.2, III.4, IV.3, VII.4), com o caso (extremo) francês em que mesmo aquela adopta o nome-de-pia deste (I.2).

B) Ao **sistema minoritário** chamamo-lo *matriarcalista,* e joga sempre com dous apelidos. Nel, o indivíduo solteiro leva anteposto o materno (típico de V e VI, também, por vezes, em III.2), mas nom o transmite, nem mesmo opera tal apelido materno à hora de relacionar indivíduos alfabeticamente (v.g. nos dicionários): trataria-se de outorgar-lhe ao apelido materno, e por mera cortesia, um cometido simplesmente decorativo, sem efeitos posteriores. Também hai casos em que, por excepçom, mesmo se usa, entre nós, o materno como único apelido, v.g., quando o paterno é mui vulgar (IV.4) e nom o é aquel, ou para chamarem o indivíduo na prática do serviço militar. E, curiosamente, na Galiza, a certa altura do século XVIII e começos do XIX, em que se usava geralmente um apelido só, as filhas levavam, frequentemente, o da mai (enquanto os filhos o do pai). (Ver quadros núms. 1 e 2).

Ampliando o exposto nos apartados V e VI anteriores, vejamos como, nestes países, se dá umha grande flexibilidade, até raiarem no caótico: se bem, por regra geral, os solteiros anteponhem o apelido materno, ao casarem as mulheres complica-se a questom: seguem a usar o/s seu/s apelido/s e engadem-lhe/s, sem preposiçom nengumha, o/s do home (como, às vezes, nos apartados II e III); assi, resulta que o filho solteiro levará, com freqüência, os apeli-

dos segundo o fai a mai (VI.2). No apartado V os apelidos que afinal se transmitem som os que vam em itálico: Loureiro, Marreiros (salvo as mulheres), Botelho... e no apartado VI é o Chagas. Mais hai casos de sumo caos, quando cada irmao escolhe ou se lhe impom, ao jeito medieval, apelido diferente —levando ao sumum o exemplo galego dos séculos XVIII-XIX, v.g.:

(pai) Coutinho *Gago*
(mai) Bernardo Soares *Gago*
(filha1) *Gago* Rolão (por casamento com Rolão)
(filha 2) Soares *Gago* Horta (por casamento com Horta)
(filha 3) *Gago* Pacheco (por casamento com Pacheco)
(filha 4) Dourado Eusébio (por casamento com Dorado Eusébio)...

família portuguesa onde a filha 2 assina com dous apelidos, o materno anteposto, as filhas 1 e 3 assinam com um, só o paterno, e a filha 4 renunciou aos seus dos apelidos.

Retomando o fio do sistema B), a respeito da mulher casada, nel conserva esta os seus apelidos, como já se adiantou nos páragrafos anteriores, *bem com, bem sem* a preposiçom *de* (IV, V e VI e no VII.3) e ainda, por vezes, nos II.3 e III.5. Sendo o caso extremo quando, como no Estado espanhol, só usa os próprios, prescindindo dos apelidos maritais, o que choca num país tam *machista,* na medida em que choca o contrário em país tam *feminista* como o Uruguai (do apartado VII.4). Outro suposto curioso foi o que temos detectado na antiga Galiza quando, ainda assumindo a filha o apelido paterno, o feminizava, v.g.: a filha de Chrespo era chamada Maria Chrespa, a filha de Prieto era Prieta, a de Rey era Reyna, etc.

É do caso pensar em por quê, levando este limitadíssimo feminismo hispano ao máximo, o home nom é aqui conhecido polo apelido da mulher, assi como esta o é polo do home; por exemplo: o indivíduo casado com Joana Ferreiro, por quê nom pode ser o Sr. de Ferreiro? Isto acontece com os títulos nobiliários, onde, v.g., aos esposos das marquesas de Pontejos e Valladares se lhes chamou marqueses de Pontejos e Valladares, embora fossem marqueses-consortes.

Como é de complicado o tema! Bem que nos gostaria ter ajudado ao seu conhecimento e comprensom através desta esquematizaçom tam relativa como limitada. Também nos alegraria saber que contribuímos a abrir a mente dos galegos para olharem o sistema luso-brasileiro, com as salvaguardas apontadas, como mais justo ou mais ajustado a natureza e digno de, mesmo neste aspecto, reintegrarmo-nos nesse campo cultural de que é mostra: mais umha volta o povo português dá, com tal proceder, testemunha da sua fineza espiritual.

Na Corunha, Abril de 1989.

QUADRO NÚM. 1

RELAÇOM CRONOLÓGICA DE ALGUNS CASOS DOCUMENTADOS
EM QUE A MULHER PORTA O APELIDO DA MAI (ENQUANTO O HOME O DO PAI)

DATA PARTIDA	CLASSE ID.	LIVRO/ FÓLIO	PARÓQUIA E MUNICÍPIO	DIÓCESE	FIGURA	FILIAÇOM
1706 II 2	c	I	Giá-Friol	Lugo	Gregoria Vidal	f Antonio do Bernadal e Isabel Vidal
1723 VI 29	b	I/70v	Prado-Friol	Lugo	Antonia do Folgar	f Juan Gil e Isabel do Folgar n Juan da Uzeira e María do Folgar
1723 X 3	c	I	Laje-Laje	Santiago	Gertrudis de Añón	f Joseph de Anido e Marta de Añón
1739 III 11	c	I/107v	Prado-Friol	Lugo	Antonia do Folgar	f Juan Gil e Isabel do Folgar
1747 I 22	b (filho)	II/90v	Prado-Friol	Lugo	Antonia do Folgar	f Juan Gil e Isabel do Folgar
1753 I 7	c	VI	S.Eufémia N. Ourens	Ourens	Josepha Pereyra y Soto	f Martín de Soto e María Pereyra
1791 X 13	b	II	Laje-Laje	Santiago	Fernando Cousillas	f Fernando Cousillas e Rosa de Pazos n Gregorio Vásquez e Andrea de Pazos
1794 — —	b	com. 1766/93	Valonga-Pol	Lugo	Josefa Sanjurjo (1)	f Pedro Fernández e Rosa Sanjurjo n Pedro Villamide e Josefa Sanjurjo
1805 I 8	c	II	Laje-Laje	Santiago	M.ª Josepha Vásquez	f Fernando Cousillas e Rosa Vásquez
1805 XII 31	b (filho)	II/182	Laje-Laje	Santiago	M.ª Josefa de Pazos	f Fernando Cousillas e Rosa de Pazos

Abreviaturas: c = casamento, b = baptismo, f = filho/a, n = neto/a, materno/a, v = fólio volto, com. = começa.
(1) mai do recentemente canonizado Sam José-Maria de Suegos.

QUADRO NÚM 2

ESQUEMA GENEALÓGICO DE ALGUNS DOS CASOS ANTERIORES

A) JUAN DA UZEIRA - MARIA DO FOLGAR	B) GREGORIO VASQUEZ - ANDREA DE PAZOS
JUAN GIL - ISABEL DO FOLGAR	FERNANDO COUSILLAS - ROSA DE PAZOS
ANTONIA DO FOLGAR naceu em 1723	FERNANDO COUSILLAS (filho) naceu em 1791 / M.ª JOSEFA PAZOS (filha) naceu em 1779

Apresentaçom da vida e da obra de Celso Emílio Ferreiro [1]

Henrique Manuel RABUNHAL CORGO

I. B. Misto. Arteixo (Corunha)

Celso Emílio pertence a umha geraçom de escritores formados política e culturalmente no tempo da II República e que vivêrom a experiência e a tragédia da guerra civil, facto que os vai condicionar individualmente e também de maneira colectiva. Umha geraçom repartida entre os que se vírom obrigados a um exílio demorado, os que deixárom a sua vida durante a contenda bélica e os que como no caso do nosso autor contribuírom para a recuperaçom cultural e política do galeguismo nas décadas de posguerra numha situaçom pessoal difícil e apurada.

Falar hoje de Celso Emílio constitui umha tarefa arriscada e problemática. E isto por múltiples razons. Em primeiro lugar, porque vive muita gente que o tratou e conheceu, gente que em qualquer momento pode aclarar um extremo biográfico ou literário. Em segundo lugar porque o nosso poeta foi um home tremendamente conflitivo e polémico quando nom desconcertante. De Celso Emílio discutiu-se praticamente todo: a sua conduta idiomática, a sua visom do mundo da emigraçom galega em América, as suas adesons políticas... Em terceiro lugar porque Celso Emílio sofreu um certo processo de mitificaçom, processo que no plano literário originou nom poucas imitaçons e que no plano pessoal provocou opinions contraditórias.

O que queremos fazer hoje aqui é apresentar a sua biografia e a sua bibliografia mas sen nengum tipo de paixom. Nom tivemos a sorte de tratá-lo

---

(1) Conferência pronunciada em Ordes, o 10 de Fevereiro de 1988, e organizada pola Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O.).

e nom fomos testemunhas do impacto que causou na vida política e cultural da Galiza em certa altura. Visto assim, Celso Emílio parece-nos em primeiro termo um grande escritor e antes do que isso um escritor, quer dizer, um home que se serviu da literatura para participar e participar-nos da sua própria existência e dalguns dos acontecimentos que nos afectam como naçom particular e concreta. Em segundo lugar esquecer agora a sua para nós militança idiomática ou a sua adscriçom às mocidades galeguistas na preguerra e à primeira upegá na posguerra seria decididamente falseador.

Organizaremos a nossa exposiçom em cinco grandes períodos referidos à vida e à obra do nosso autor: 1. 1912-1936; 2. 1936-1950; 3. 1950-1966; 4. 1966-1973; 5. 1973-1979.

1. *1912-1936*

Os primeiros vinte e cinco anos do poeta som determinantes para comprendermos a sua ulterior peripécia biográfica e sobretodo para desembrulhar importantes segmentos da sua produçom literária. Celso Emílio interioriza definitivamente a paisagem da sua Celanova natal, lê desde criança os poetas do XIX, em particular Curros, fala a língua do país porque lhe é útil e familiar, integra-se no galeguismo militante e começa, desde os 17 anos, a escrever poesia.

Celso Emílio Ferreiro Miguez naceu en Celanova o dia de reis de 1912 no ámbito de umha família de labregos acomodados. Foi o sétimo filho do casal formado por Venáncio e Obdúlia, sexagenário e cinqüentenária respectivamente ao nacer Celso Emílio. Por serem adultos seus irmaos, o poeta tem umha infáncia mais de filho único do que de membro de família numerosa. Os pais de Celso Emílio som gente sensível e cultivada. Na casa paterna há reunidos um grupo de livros cuja leitura polo meninho fomenta especialmente a mai. O pai, membro das Irmandades da Fala e amigo íntimo de Porteiro Garea, morre em 1928. O poeta tivo umha infáncia feliz, de contacto com a natureza em Celanova e em Azevedo do Rio, lugar este onde moravam seus avós maternos e onde Celso Emílio para alem de passar as férias escuita contos fabulosos, cheios de superstiçom e que provocam medo no cativo, medo que Obdúlia escorrenta com a sua «doce voz de mel». A obra de Celso Emílio está cheia de referências a estes primeiros anos na sua pátria primordial. Como muitos rapazes daquelas terras, o poeta estudou gratuitamente nos Escolápios instalados no século XIX em Celanova. Celanova e Azevedo vam-se converter depois da guerra nesse paraíso perdido que o poeta resgata nos seus poemas e narraçons.

A sua entrada na política data de 1930. Vinculado desde entom às Mocidades Galeguistas participa em actos políticos com oradores como Castelao, Bóveda, Risco ou Otero. Em 1934 participa na fundaçom da Federaçom das Mocidades Galeguistas com Castro Arines, Dónega, Fontenla, Galám, Álvarez Blázquez, Pinheiro, Taboada, Isla Couto, Pedreira, Ramos e o seu grande amigo Pepe Velo Mosquera. Em Ourense funda e dirige *Guieiro,* o periódico quincenal em que se expressavam os membros das Mocidades. Por um

artigo de Celso Emílio sobre Gil Robles é processado em 1935 e a seguir absolto. Na cidade das Burgas, assiste também às tertúlias no Café Roma onde se reuniam os homes da chamada geraçom Nós.

Em 1935 o nosso poeta entra na literatura galega com o célebre e misterioso *Cartafol de poesia* que foi mandado polos seus autores, Celso e Pepe Velo, a duaszentas pessoas. Despois do cartafol os poetas enviam vinte poemas, dez de cada autor. Celso Emílio acharia na Biblioteca Municipal de Celanova um exemplar com cinco poemas que podem ler-se no volume III das suas obras completas. A crítica literária coincide em afirmar o carácter premonitório e primeiriço de estes textos. Em 1936 Celso Emílio envia nove poemas para a Antologia de poesia que preparava Filgueira Valverde —algum texto pode ler-se também no citado volume das obras completas, e onde o nosso poeta reconhece a sua predilecçom por Ibsen, Wilde, Otero Pedrayo e Cunqueiro.

2. *1936-1950*

Os artistas, os da palavra também, tenhem o privilégio de exteriorizar e comunicar o que vivem e o que sofrem. Celso Emílio soubo transmitir-nos a brutalidade daquela guerra fraticida. Ferreiro, secretário da Federaçom de Mocidades Galeguistas, é obrigado a fazer, de soldado, a guerra em Astúrias e no bando franquista. De férias em Celanova e por umhas declaraçons atrevidas é condenado a morte polo Governador Militar de Ourense. A condena afinal nom se consumou mas o poeta passou três dias e quatro noites no cárcere do Mosteiro celanovês onde concebe alguns dos textos que tardarám mais de vinte anos em vir a lume. Já em Astúrias, convalescente no Hospital de Luarca, conhece Maria Luísa Moraima Loredo com quem casa em Gijóm em 1943.

Rematada a guerra reside por algum tempo em Astúrias, trabalhando de radiotelegrafista. Desde 1941 reside em Ponte-Vedra onde ocupa um posto na Fiscalia de Taxas. Também em 1941 publica *Al aire de tu vuelo* poemário de amor dedicado à sua noiva. Nos anos pontevedreses figura como redactor principal da revista Finisterre que dirigia Emílio Canda e colabora em Sonata Gallega que dirige Ramom Penha. Também em Pontevedra funda com Cunha Novás e Benito Torres a colecçom de poesia Benito Soto em que publicam Cunqueiro, Carvalho, Pimentel, Manuel Maria e os irmaos Álvarez Blázquez. Em 1947 edita *Bailadas, cantigas y donaires.*

Hoje parece admitido por todos que nesta época Ferreiro nom abandonara o cultivo literário do galego e que mesmo trabalha em livros que edita muitos anos mais tarde.

Na época pontevedresa o casal tem os três primeiros filhos: Luís, José Maria e Isabel, nacidos respectivamente em 1945, 1947 e 1948.

Depois da guerra, Celso Emílio cursara por livre as carreiras de magistério e direito que nunca exercerá mas que lhe som úteis em diferentes ocupaçons que desempenhou ao longo da sua vida.

3. *1950-1966*

Em 1950 Ferreiro traslada-se a Vigo onde trabalha como Procurador dos Tribunais e onde funda umha companhia de seguros com um sócio. Em 1950 nace o quarto e último filho do casal: Xavier. Ao ano seguinte publica em Benito Soto *Musa alemá,* um conjunto de textos alemáns traduzidos com António Blanco Freijeiro que era quem realmente conhecia a língua original. Os poetas traduzidos som Höderlin, Heine, Dehmel, Rilke, Mieguel e Werfel. No Faro de Vigo leva a secçom La jaula de los pajos raros e colabora também em Vieiros, Papeles de son Armadans e na revista Alba que dirige González Alegre e em que escrevem os principais poetas do momento (Cunqueiro, Iglésia Alvarinho, Pimentel, etc.).

Em 1954 publica Celso Emílio a sua biografia de Curros na Corunha. Um bissavó do poeta fora compadre do pai de Curros e a própria mai de Ferreiro tratara a Curros polo que muitos dos dados da biografia foram recolhidos oralmente. Ferreiro sentia-se atraído pola imagem de poeta cívico, anticlerical, inconformista e progressista que possuia Curros, cuja terrível infância fora abordada num texto de O sono sulagado.

Em 1955 publica Celso Emílio o seu primeiro poemário importante: *O sono sulagado.* Este livro forma parte já da obra original do poeta ao incorporar os traços definitórios da sua melhor poesia. Abundam textos de carácter existencial e confessional nos que o poeta refere nostalgicamente a sua infância celanovesa, aspecto que conecta com a reflexom sobre a passagem do tempo. Nesta linha quase auto-biográfica estám O medo, Falaréivos de min, Sáudade, Olláime ben, O neno preguntaba, Os ollos, Moi lonxe, Nai, O val e outros. Outro grupo de textos pertencem ao que poderíamos denominar poesia beligerante, crítica, de intervençom. O poeta escreve sobre a tragédia da guerra, fazendo apologia do anti-belicismo, critica a energia nuclear, ridiculiza o mundo da burocracia e reclama aquel cosmos natural e primitivo em que nacera. A este grupo pertencem poemas como Dempois, Oración polos parvos, Cantiga de amor cicáis, Os fuxitivos, Palabras a un morto, O asasino, Poema nuclear e outros. Há também algum poema circunstancial como a Postal a Carmen Conde, Curros, neno, etc. O tema da emigraçom aparece em dous poemas: Historia dunha muller e Emigrantes. O primeiro está na linha rosaliana de reflectir sobre o que de tragédia afectiva provoca a emigraçom. Neste caso, Ferreiro refere a história de umha mulher, viúva de vivo, à que se lhe marcham os seus dous filhos, o legítimo e o «de achego». O segundo poema exprime a primeira teoria do autor sobre o fenómeno migratório. Ferreiro sente alegria ao ver marchar aos emigrantes em Vigo que assim se afastam do fascismo e da pobreza. Polo demais o livro, que passou quase desapercibido, exibe umha maturidade enorme e contém a particular imaginística de Ferreiro que se vai complementar e consolidar em poemários ulteriores.

Também em 1955 o nosso autor publica *Voz y voto* em Vigo (e nom em Montevideu como figura no volume) já na linha social de poemários ulteriores: Soy nieto de pechero y campesino,/ mi sangre no es azul, es sangre roja/. Os poemas de este livro escritos originariamente em galego vam formar parte

mais tarde de livros nesta língua. Assim Os honorábeles, Bautismo de sangue, Nunca poderei esquencelo e Os asoballados aparecem em *Longa noite de pedra,* dous poemas em *Viaxe ao país dos ananos* (os números 4 e 9) e Carta a Papai do Ceo em *Onde o mundo se chama Celanova.* O resto dos poemas podem ler-se no volume III das suas Obras Completas.

Por estas datas e com motivo da publicaçom do volume IV da *Escolma de poesía galega* (1955) de Fernández del Riego, Ferreiro expom as suas ideias poéticas criticando o neotrovadorismo (arqueologia estéril) e o ruralismo e propugnando que o poeta deve mergulhar-se no mundo social da Galiza, nos seus problemas vivos e nas angústias da gente. Mas para essa poesia comprometida Celso Emílio reclama «palavras de hoje» e «fórmulas novas».

Em 1959 Ferreiro acode a Formentor a um Encontro de Poetas e vive uns momentos de grande felicidade, recuperados, por exemplo, no poema Formentor de *Longa noite de pedra.*

Em 1962 vem a lume na colecçom Salnés da editora Galáxia um dos livros mais editados da nossa literatura e se calhar o mais lido do nosso autor: *Longa noite de pedra.* Trata-se de um poemário de lenta e esmerada elaboraçom. Do episódio autobiográfico, que existe, passamos à crítica contra o franquismo e de esta à censura contra qualquer agressom à liberdade e ao ser humano. Para além do alento político do volume, claríssimo, Celso Emílio recupera os motivos da sua infáncia e da sua pátria celanovesa. A oposiçom entre os símbolos da opressom e os da liberdade serve para estruturar internamente um poemário redigido numha língua coloquial e prosaica mas enormemente eficaz e coerente com os propósitos do emissor. A combinaçom de heptassílabos e hendecassílabos, o uso de imagens simbólicas e de estruturas paralelísticas som também recursos de que se serve o autor para denunciar a degradaçom do home, o conformismo, a injustiza e para exprimir umha terrível solidariedade com o mundo dos oprimidos. Mesmo a ironia é empregada como procedimento crítico. Anotemos finalmente que há poemas circunstanciais como Formentor e os dedicados a Carles Riba e a Joan Miró. Polo que se refere à história externa do livro devemos aclarar que os 750 exemplares da primeira ediçom se esgotárom aginha mas a definitiva difussom do livro vai ocorrer durante a estadia americana do nosso autor. Segundo Alonso Montero em 1962 Celso Emílio militava no Partido Comunista.

Em 1966 Celso Emílio decide marchar a Venezuela onde a Irmandade Galega lhe oferece trabalho como professor de língua e literatura, como director do boletim Irmandade e como responsável de umha emissom radiofónica semanal. Tenhem-se discutido as razons exactas dessa viagem. Alguns apontárom as estritamente económicas. O próprio Ferreiro tem aludido ao aburrimento e ao nojo vital. Seja como for, o certo é que o 15 de Maio de 1966 se lhe rende umha homenagem no Hotel Roma de Ourense. O acto aproveitou-se para fazer um protesto conjunto de intelectuais e labregos contra a decisom de FENOSA de assulagar o rico Val de Castrelo de Minho. Neste acto participam Otero Pedrayo, Blanco Amor, Alonso Montero, Méndez Ferrim, Antom Tovar, Emílio Álvarez Blázquez, Castroviejo, Arturo Reguera e Josefa Romám. O 22 de maio embarca o poeta e três meses depois tem con-

sigo o resto da família. Dous anos antes, o 25 de julho de 1964, Ferreiro tomara parte no acto de fundaçom da UPG, no merendeiro da Rocha, em Compostela.

4. *1966-1973*

Em 1967 a ediçom bilíngüe em El Bardo de Barcelona serve para que *Longa noite de pedra* se conheça de maneira definitiva em toda a Península. A partir de entom as ediçons do livro, visto como produto político e estético, sucedem-se e a sua popularidade na Galiza e em Espanha aumenta. O livro é cantado polos autores da Nova Cançom Galega, representado nos palcos, fotocopiado nos meios universitários, comentado polos críticos de mais prestígio.

Mas também em 1967 a sorte vital e laboral do nosso poeta cámbia drasticamente quando a directiva da Irmandade passa a ser controlada por elementos franquistas e reaccionários que pretendem a defenestraçom total de Celso Emílio. Este funda entom, em 1968, o Padroado da Cultura Galega e passa dificuldades económicas, parcialmente aliviadas com os seus trabalhos de professor de gramática e de corrector de provas de imprensa.

Esta etapa americana é porém mui intensa no plano literário. Em 1968 publica a sua *Viaxe ao país dos ananos* para combater os emigrantes despolitizados e pouco informados, partidários do franquismo. O livro está dividido em duas partes. Na primeira Gulliver Ferreiro fai umha proclama em contra da emigraçom. Os galegos como Anteo precisamos da terra e devemos ficar nela. Na segunda parte, Ferreiro volve à estética dos livros precedentes. Este livro vai-lhe provocar a Celso Emílio numerosos enfrentamentos pessoais com intelectuais galegos do exílio e também do interior. Na defesa do autor saiu Alonso Montero com um texto que formava parte da segunda ediçom do livro, aparecida em 1970 em El Bardo de Barcelona.

Nessa mesma linha crítica Ferreiro cria o heterónimo de Arístides Silveira, versom satírica de Celso Emílio, nacido em 1936 em Ourense. Silveira figura como autor das *Cantigas de escarnio e maldecir,* poemário publicado também em 1968 e dirigido contra a directiva da Irmande de Caracas.

Em 1969 publica Celso Emílio *Terra de ningures* na colecçom Val de Lemos que dirigia Manuel Maria. Som poemas de carácter popular, com presença de Neruda e Cardenal, assinados em diferentes pontos da geografia americana (Miami, Montevideu, Caracas, Mérida, Ciudad Bolívar, Rio de Janeiro, Buenos Aires, etc.) e em grande medida dedicados a amigos do autor. Os textos rematam por via de regra com coplas em espanhol, e neles Ferreiro descreve cousas dos países que conheceu ao tempo que sente e manifesta umha grande nostalgia pola sua terra.

Desde 1970 a situaçom laboral do poeta melhora ao formar parte do gabinete de imprensa do presidente da República de Venezuela, D. Rafael Caldera. Nesse ano de 1970 publica, em espanhol, os seus *13 poemas iracundos* e em galego o romance de cego *Paco Pixiñas.* Historia dun desleigado contada por il mesmo. Romance de Arístides Silveira cun limiar dos proverbios do

Conde de Vimioso (O vello) e un epílogo de Celso Emílio ferreiro, com música de Isidro B. Maiztegui e debuxos de Isaac Diaz Pardo. Nesta obra, como se sabe extensom do Monólogo do desertor, Paco Pixiñas conta-nos a sua história. Pobre e famento embarca para Venezuela onde depois de um lustro de vida difícil consegue a riqueza à margem da cultura e da política. Ferreiro ridiculiza a posiçom de este labrego que esqueceu falar a sua língua e nom quer saber nada de rebeldias e de protestos.

Em 1972 publica a editora portuguesa Razão Actual a *Autoescolha poética* de Ferreiro com um estudo de Alonso Montero. Nela Celso Emílio segue definindo a sua poesia como engagée, contestatária e beligerante, concebendo-a como um elemento que quer contribuir à transformaçom de umha sociedade com a que está em total controvérsia.

Também em 1972 publica em espanhol *Antipoemas.* Trata-se de um livro escrito originariamente em galego para vir a lume na colecçom Val de Lemos e que resultou ganhador do IV Prémio Internacional de Poesia Álamo celebrado em Salamanca em 1971. No volume II das Obras Completas podemos ler parcialmente este poemário em que Ferreiro insere material publicitário, periodístico e literário para criticar o tecnologismo e o consumismo desumanizadores. Neste ano de 1972 aparece igualmente o seu volume de narrativa breve *A fronteira infinda.* Trata-se de um conjunto de sete relatos de ambiente americano e onde nom faltam actantes galegos para a abordagem de temas fundamentais na vida dos homes daquel continente. Os relatos em questom som O galego Esteban, As raigames no aire, Mi pana bulda, A derradeira noticia de Pánfilo Sobreira, Estrano intermedio, A caza de bruxas, Sangue no rio, O filántropo e O emprego. No volume III das Obras Completas de Ferreiro pode ler-se também o relato intitulado O alcalde. A miséria dos índios, a actuaçom dos caciques, a vida dos emigrantes, as guerras contra os militares, o tribalismo, a questom religiosa, a tortura, o amor som alguns dos aspectos presentes no conjunto. Mi pana bulda, para nós dos melhores, narra a história de amor entre um funcionário de prisons (Candelário) e umha mulher (Lésbia). Esta mantém relaçons sexuais com aquel para libertar, cousa que consegue, a um hóspede da prisom. Estrano intermédio, para nós o melhor, conta as torturas e violências exercidas sobre Queirano Peres Padrón, acusado de comunista por umha mulher de quem tem um filho ilegítimo que nom aceita.

5. *1973-1979*

O 10 de maio de 1973 Celso Emílio volta à Península instalando-se em Madrid como redactor da revista Tribuna Médica. Na capital do Estado dirige a Cátedra de Língua e Literatura Galega do Ateneu madrilenho. As férias passa-as numha casa que tinha adquirido em Vigo. No mesmo ano da sua volta e com o pseudónimo de Alexis Vainacova publica *Os autentes* e *Cimenterio privado.* Neste último poemário o autor, em chave de epitáfio, vai expondo as suas ideias críticas sobre certas personagens: o cacique, o socialmente neutro, o poeta venal, etc.

Em 1975 Celso Emílio publica *Onde o mundo se chama Celanova;* neste poemário volve o autor à poesia intimista de apologia da sua terra natal e da sua infância concebida e escrita evidentemente desde a perspectiva do exílio. Há umha parte do livro que funciona a modo de homenagem a Moraima. Como se sabe, por este livro Ferreiro foi galardoado com o Prémio da Crítica em poesia galega.

Em 1977 Ferreiro publica a traduçom para o espanhol da poesia de Curros e em 1978 *A taberna do galo,* relato onde combina a memória autobiográfica com a imaginaçom e que formava parte de umha narraçom maior, *Memorias de nunca,* em que trabalhava quando morreu em Vigo, o 31 de agosto de 1979.

Já morto o autor publicou-se *O libro dos homenaxes* com poemas dedicados a Pablo Iglésias, Otero Pedrayo, Lutero King, Joám Miró, Carme Conde, Alberti, Lorca, Aleixandre, Neruda, Machado, Rosalia, Castelao, Guevara, etc.

Desde 1975 a editora Akal vem publicando as Obras Completas do nosso autor. Ainda nom se editou o volume IV em que aparecerám poemas, ensaios, cartas, entrevistas e o inédito *Memorias de nunca.*

Como terá observado o leitor, Ferreiro nom escreveu para o teatro. Tem-se declarado negado para essa arte. Mas o grupos de teatro galegos e é ocasiom de lembrá-lo tenhem utilizado textos do nosso autor para os seus espectáculos. Assim o Grupo de Teatro O Facho em *Longa noite de pedra* (1966), Histrión 70 em *Tempo de chorar. Arpexos da door e da saudade (1974) e em S.O.S. do estrelecer,* O Facho também em *Paco Pixiñas* e o Grupo Sarabela em *Poema nuclear.*

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO MONTERO, X. *Celso Emilio Ferreiro,* Ed. Júcar, Madrid, 1982, 2 vol.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, X. M.ª Ediçom comentada de *Longa noite de pedra,* Ed. do Castro, Sada, 1985.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, X. M.ª Limiar à obra de Celso Emílio no volume trilíngüe *Antología* de G. Aresti, S. Espriu e C.E. Ferreiro, Erein, Donostia, 1988.

ANTA ANTA, José. Celso Emilio Ferreiro en su Longa noite de pedra (Memória de licenciatura, 1977).

BORREGUERO, M.ª dos A. Galicia na poesia de Celso Emilio Ferreiro, em Grial, núm. 66, 1979.

BORREGUERO, M.ª dos A. *A poesia de Celso Emilio Ferreiro,* Galáxia, Vigo, 1981.

FREIXANES, V. *Unha ducia de galegos,* Galáxia, Vigo, 1976.

GONZÁLEZ GARCÉS, M. *Poesia gallega de posguerra (1939-1975),* Ed. do Castro, Sada, 1976.

LIÉNARD, Cynthia. *La poesía de Celso Emílio Ferreiro* (Memória de licenciatura, 1977).

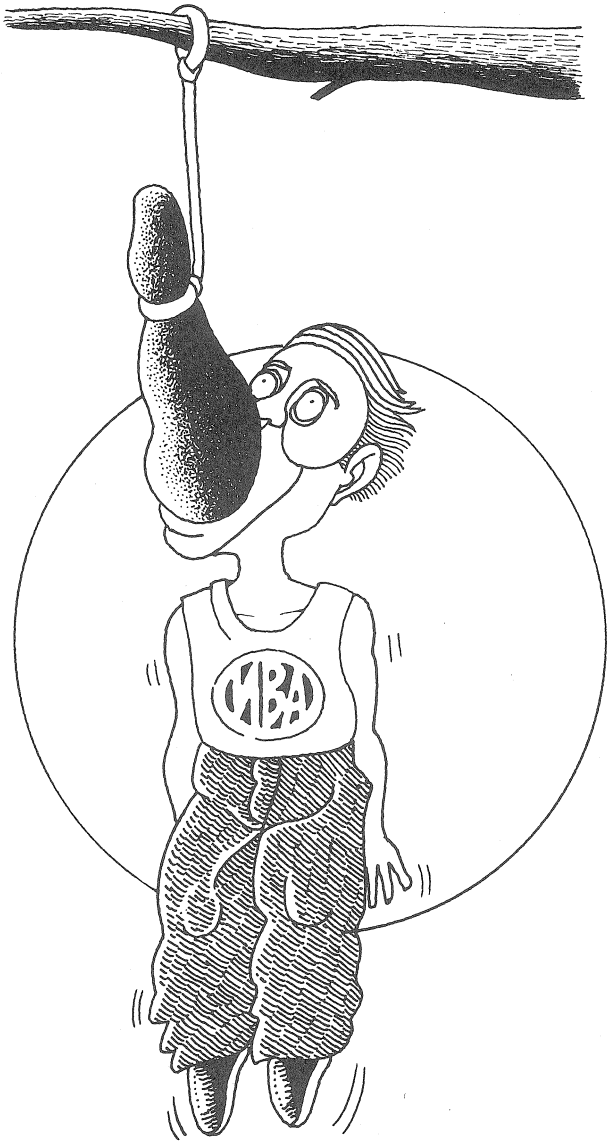
LOSADA, B. FERREIRO, Celso Emilio, na Gran Enciclopedia Gallega, vol. 12, 1980.

MARIA, Manuel. A poesia galega de Celso Emilio Ferreiro, em Grial, núm. 6, 1966.

MÉNDEZ FERRIN, X.M. *De Pondal o Novoneyra,* Ed. Xerais, Vigo, 1984.

PORTEIRO, M.X. e PEROZO, J.A. *Celso Emilio Ferreiro, compañeiro do vento e das estrelas,* Akal, Madrid, 1981.

VÁZQUEZ CUESTA, P. Literatura gallega em *Historia de las literaturas hispánicas no castellanas,* Taurus, Madrid, 1980.


CBA

ANTOLOGIA

A MEIGA DO LERES

Carlos FERREIRO

Um dia encontrei ao meu amigo Paulo Aguia perto da sua casa, junto ao mosteiro de Leres. Poda que no mesmo lugar por onde andavam os Pes. Sarmiento e Feijóo e vendo alá abaixo como o rio Leres caminhava para o mar.

Era um desses amigos que se vem de tempo em tempo, quando a casualidade nos ajunta. Nada mais vê-lo notei que lhe passava algo raro, como se tivesse algumha doença, tinha os olhos afundidos como da cor da farinha do milho miúdo; o cabelo que a última vez que o vira era preto como a noite, agora tinha muitas febras de prata. Eu sabía que gostava muito de sonhar desperto e deixar vogar a imaginaçom, quiçá por influência do seu apelido que el dizía que lhe vinha dos seus antergos, que eram de um povo que chamam Ninho de Aguia, alá em terras de Ourense, perto do Alto do Couso, entre Junqueira de Espadanhedo e Foirobal, deste último som os meus.

Diante de duas cuncas de bom vinho de Alvarinho, fresquinho qual umha noite de geada, que já foram enchidas e valeiradas nom sei quantas vezes, depois de falar-me dos seus trabalhos para organizar um partido político que quería que se chamasse «Irmandade Galega», onde se juntassem e coubessem todos os galegos que quigessem luitar por Galiza, desatou-se- -lhe a língua e contou-me umha estranha história que lhe passara à beira do Leres, o rio de verdejantes águas, a baixar desde o monte de Sam Bieito, na parróquia de Milheirada perto de Forcarei, com as beiras cheias de penedos e moínhos e amostrou-me um mangado de cabelos vermelhos, que a mim, me pareceram como os de muitas rapazas de A Piolha, O Couso, O Castelo...

Aconteceu —começou contando-me o meu amigo— umha tarde de outono, quando as folhas já amarelas escorregam das árvores e caem como folerpas, cobrindo o chao com umha alfombra rengente e mol.

Eu encontrava-me deitado na erva, na mesma beira do rio; naquela mistura de cores formada polas árvores, alguns com as suas folhas já esmorecentes, penduradas como farrapos humanos, que ía desde a verde escura dos loureiros, passando pola gris dos eucalitos, até a amarela dos carvalhos e amieiros, sem esquecer os castinheiros, a branca dos vidueiros e o negrume dos pinheiros. Todos eles reflectiam-se nas águas tranquilas e verdejantes do rio que caminhava, cara ao Atlántico, entre duas beiras cheias de vegetaçom e mistério.

No céu de um azul perfeito, só passava algumha nuve branca, que semelhava um monge da mercê caminhando polos claustros celestes, impelida polo ventinho mareiro.

O silêncio era majestoso, só se escuitava o rumor de água que caía de um pequeno cadoiro que chamam a Cauda do Cavalo, e o canto mais ou menos harmonioso dos páxaros, desde o formoso rechouchio dos sílgaros e verderolos ou dos merlos e reisenhores ao acocorar das pombas e o dessagradável das pegas e dos corvos que, em procura de carne podre, voavam por cima dos eucalitos que pareciam chegar ao céu. Nas pólas mais altas de algum carvalho quase sem folhas, via-se, quedo e imóvel, algum moucho com os olhos parece que despedindo lume.

No rio só as tranquilas águas eram turbadas por algum peixe que saía da água, dava um ou dos brincos e voltava-se a mergulhar como maravilhado de tanta formosura ou por algum martinho peixeiro que voava tam baixo que molhava as asas na água.

Eu, adorminhado, deixava que as horas transcorressem lentas, mentres a minha imaginaçom voava ao tempo dos celtas que adoravam a natureza como a umha deusa, e faziam-lhe sacrificios de sangue à luz branca da lua.

Já na igreja do antigo mosteiro bento de Leres os sinos tocaram a vésperas. A vermelha bola de fogo do sol começava a esconder-se e a claridade a fugir, quando na superfície do rio, perto de onde eu estava, um pequeno tremor da água chamou-me a atençom; crim que sería umha troita ou umha londra, quando de súbito vim sair de entre a água verdejante, umha cousa vermelha, quase no mesmo lugar, onde fai um intre se reflectia o sol. Ao início crim que os meus olhos nom viam bem. O estupor nom me deixava articular palavra, o que saía do mais fundo do rio era umha mulher de cabelos vermelhos como o fogo, que, caindo-lhes polas costas e os ombros, lhe cobriam todo o corpo até mais abaixo dos joenlhos, como umha coroça de palha que os nossos lavregos ponhem para nom se molhar quando chove. Os seus olhos brilhavam como duas estrelas em noite sem lua, eram de um verde que se confundia com a cor da água do rio e pareciam os de umha donzela polo olhar brincadeiro e ledo.

Ante o meu maior estupor, e caminhando por riba da água, achegou-se a mim e falou-me:

—Que fas aí?, Estás agardando-me?

A sua voz era doce e garimosa como a de um anjo; eu, como se perdesse

a fala, nom soubem que respostar e calei; parecía como se na garganta se me pugera umha mao gigante que me afogava.

Já tinha o pé posto na verde erva; era um pé pequeno e jeitoso como umha joia; já lhe distinguía a sua face, de umha formosura turbadora e sublime. Achegou-se mais a mim e sentou-se à minha beira, colheu as minhas maos entre as suas, eram de umha brancura marfilenha, de dedos longos e finos rematados por unhas de nácar. Os seus olhos brilhavam como se tivessem febre, o seu cabelo despedía lume; achegou a sua face á minha, sentim o seu alento ardente na minha boca, os seus lábios juntarom-se com os meus e queimavam como um ferro ardente; fortemente colhidos rolamos pola erva...

Quando voltei em mim, já a lua brilhava com a sua luz pálida e sobrenatural e as estrelas parecía que me chiscavam os seus olhos reluzentes fazendo-me burla.

O silêncio era tenebroso, só rachado polo ouvear a morto, alá longe, de algum cam e o asuviar arrepiante das curuxas. O rio continuava a sua carreira para o mar, e por enriba, com o seu voar quedo, passavam e repassavam os morcegos sem ver a ninguém.

Lembrei-me do que passara e crim que todo fora um sono; mas nom, na minha mao tinha um mangado de cabelos loiros. Lembrei-me da mulher e chamei-na, mais só o eco me respondeu como rindo-se de mim.

Voltei ali muitas vezes agardando vê-la de novo, chamei-na e o mais que me pareceu foi vê-la alá no fundo, sentada sobre de um penedo e fazendo-me senhas de que fosse junto a ela.

Umha manhá topou-no flutuando na água, um pescador e caçador ao mesmo tempo, chamado por mal nome o Filoxera. Grande amigo meu, contou-me que, ainda que tinha muita corrente o rio, el estava imóvel como se umha áncora invisível o tivesse sujeito ao fundo. Tinha os olhos desencaixados e na sua mao esquerda agarrava com força um mangado de cabelos vermelhos como o fogo.

Enterrarom-no no cimitério da Lomba, ali mui perto, e dim, que em noites de lua, tenhem visto baixar desde o campo-santo até o rio umha mulher que parecia resplandecente como se tivesse fogo, e que ao chegar a água mergulhava-se sem fazer ruido. Algumas rapazas das que guardam gando por ali tenhem topado pendurados dos tojos e bandeando ao vento, cabelos vermelhos como o sangue, longos como palha de centeio e cobertos de umha banha que cheirava a peixe.

Claro que o Filoxera, que nom lhe tem medo nem ao demo, di que essas som parvadas de velhas, e segue navegando com a sua gamela nas noites mais escuras, sendo o anjo exterminador das londras e raposos que caem nas suas trampas.

BREVIDADES*

José Ramom RODRIGUES FERNANDES
(Moncho de Fidalgo)

O Manoel Espeteira Gavela é um sujeito estranho. Mora nesta grande cidade sem quase fazer-se notar. Sem estudos específicos nem conhecimentos especiais da vida, nom vai além do que qualquer sujeito da classe trabalhadora. Mas o Gavela tem umha filosofia da vida própria do que poderíamos denominar «autodidacta». Jamais leu nada de Sartre ou Kant nem de Karl Jaspers ou Nietzsche... Contudo, ele sabe muito bem o que significa o «existencialismo» ou qualquer outra etiqueta filosófica. Diariamente toma o Metro em Diogo de Leom e vai até aos Quatro Caminhos estudando cada movimento das diferentes tribos urbanas. Em Novos Ministérios descem os burocratas da administraçom do Estado... Nos meses de calor as empregadas luzem os seus seios baixo transparentes e belos vestidos. Os modistos melhores da Europa transitam polo caminho de ferro subterrâneo acima de tam esquisitos bicos mamarios onde os filhos, legitimos e ilegitimos, da futura classe dominante tomarám o seu primeiro colostro materno.

Mas constata o Gavela que de um tempo para esta parte as joias que estas damas luzem som mais modestas e menos abundantes. Nos longos passadiços da estaçom do Metro de Novos Ministérios talvez lhes dado mais um susto!! É onde caça a presa o novo caçador da urbe desumanizada e insolidária. É outra tribo, outra vestimenta e outros valores polos que se regem estes sujeitos sem trabalho (decerto ainda que se lhes oferecesse nom o aceitariam), sem poder aquisitivo nem posibilidades de encher as apetências provocadas polo constante bombardeio televisivo. Os sujeitos desta tribo ignoram o nome dos grandes desenhadores de moda e as «movidas» modernas e após-moderas impulsadas pola «plebe progre» e governante no poder local.

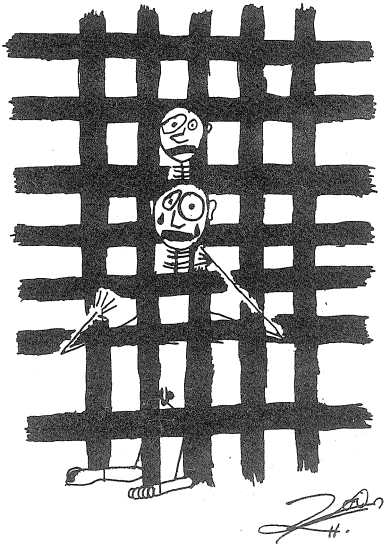
Nom é felix o Gavela; nom compartilha os novos modos de governar, nom compartilha as novas maneiras de criar riqueza só para os que já

(*) Este conto e o seguinte foram redigidos polo seu autor, José Ramom Rodrigues Fernandes, na Ortografia Simplificada do Acordo assinado no Rio de Janeiro em Maio de 1986.

tenhem mais fortuna que a que podem gastar. Nom compreende porque os pobres som cada dia mais pobres com um governo «socialista»? Nom comparte a insofrível frivolidade da televisom do Estado con mil concursos. Nom pode compreender porque uns governantes teoricamente progressistas e de esquerdas tenhem feito do Estado um casino abominável. Nom é feliz; é infinitamente desgraçado o Gavela... Um cidadao que nom é livre nem para se suicidar. Pensa diariamente em dar essa pancada que o liberte de tanta infelicidade, de tanta injustiça, de tanto clientelismo político... Nom compreende porque a mediocridade intelectual se tem apoderado dos subsídios de certos governos «autonómicos»... Lamenta que haja «governos» que só atendem ao sectarismo enquanto há outros, por sorte para esses povos, que mantenhem critérios de equidade e honradez.

O Gavela nom é livre para suicidar-se... Sua mulher ficaria numa situaçom de penalidade económica e seus três filhos passariam-no muito mal. Mas ainda assim, nom pode tirar do seu cérebro esse fatídico pensamento.

Recuperado da crise «suicida» volta a tomar o Metro o nosso personagem. Às seis da manhá aguarda-o, como todos os dias, na estaçom de Diogo de Leom —linha seis— e mais umha vez os mesmos representantes das tribos a bordo. Os privilegiados funcionários, os párias que vam e venhem no comboio —todo o dia— para nom passar frio. Os proletários —som a maioria— que já nom se consideram tais. As amas de casa que carecem de carro próprio... Enfim, os estudantes que já nom se solidarizam com quase nada, salvo com o seu egoismo! E também vai nosso filósofo, triste e abatido caminho de seu trabalho rotineiro e desconsiderado. Serve bebidas num «Burger-King» à nova juventude.



CONVERSAS DO NOSSO EXTERMÍNIO

O Xavier Loureiro Seixas tem um tormento interior que lhe vem roendo as estranhas mais de dez anos. Quase desde que retorna à sua terra umha vez por ano. É agora, que tem trinta e cinco anos... Mas da sua privada nom che vou falar, amigo porque ele é muito reservado nisso. Eu só coincido com ele polo mês do Agosto nos poucos dias que passo na Fonda Vide da Ferraria do Íncio.

Neste Agosto, como em todos os já ditos antes, de novo encontrei-me com o Xavier com sua mulher, a doutora Álvares, e seus filhos. Eles venhem desde Madrid: lá e onde moram. Eu venho de mais perto. No primeiro jantar coincidimos na mesma mesa. Ele estivo a comida inteira a falar do que o nosso país podia ser se tanta mediocridade e tan infamia nom tivessem assentado no escaso poder que o Governo galego e suas instituiçons possuem nesta nossa naçom avassalada. Falou-me na dor de coraçom que experimenta quando olha à gente sempre a falar espanhol com esse sotaque galaico que tam formoso é adornando a língua de Rosalia ou do Camões e que se torna tam impróprio e ridículo quando se usa para musicar o duro idioma da Castela invassora.

—Estou convencido, tristemente seguro de que ao idioma da Galiza só o pode salvar uma mudança radical e profunda de mentalidade nas futuras geraçons; mas, se as cousas continuam polo camino actual, amigo José, nom temos língua nem para noventa anos mais. É dramático, mas é assim.

—Eu quigera crer —dixem entom eu quando ia-mos polos cafés— que isso nom chegará a produzir-se; qué, se a Galiza resistiu quinhentos anos, nom vai agora morrer em noventa...

—Nom por certo: estás totalmente equivocado. Observa o léxico que agora empregam os falantes e o que utilizavam nossos avós. As ondas hertzianas matarom o nosso idioma...

—Mas da TVG que me dizes?

—Vai lá. E que estas de brincadeira? A onde vam eles com essa absurda, incoerente e vulgar norma-patois... Eles empregam «ata» por até, «preto» por *perto...;* entom, como é que é o segundo sinónimo galego de negro! Em espanhol é «prieto», em galego-português é de lei que seja *preto.* Isso arranjaria-se optando por *perto* para indicar «próximo». Que sei eu...! Nom sou linguista, mas olho nesse castrapo deles incoêrencia avondo como para resultar odioso.

—Bom, mas é que sempre ham de governar os actuais políticos? —Erguim entom eu a voz—. Como o nosso povo o nosso povo vai permitir o suicídio colectivo? Não o posso acreditar!

—Pois crê que está próximo. Olha para toda esta gente que cá come; quem é que fala galego? Nós e a conzinheira, e ningúem mais.

Escuitando o Xavier vinha-me à memória o poemario do Pondal quando amostrava a sua dor polas vozes castelhanas polas moças da Corunha. En-

tom, tanto sofrimento de balde? A morte do Alexandre ou o desterro de Castelao forom inúteis? Nom posso acreditar, nom quero crer que tanta ingratidom tenha este povo, que, nesse caso, seria povo cruel e mal nascido, ruim e suicida.

—Bom, se é certo o que tu afirmas, Xavier, o Lebrija e tanto outros «imperiais» estarám a revolverse de alegria nas suas tombas? Por fim lograriam impor o «espirito» da Castela à rebelde Galiza!

—Eles, os espanhois, —quem diz Castelha diz Espanha—, crem que, em morrendo o galego, eles ganham... Triste erro o deles. Se bem estamos a falar da indignidade da maioria deste povo, nom temos que esquecer aos quase cem mil galegos que votam partidos autodeterminacionistas. Desse verdadeiro povo galaico surgirám, quando a agoania seja palpável, legions de homens dispostos a tudo pola sua pátria.

—É que temos que chegar à proximidade do extermínio para que alguém mova umha mam por esta naçom.

—Desgraçadamente. Desgraçadamente os que matarom o Viriato ainda estám vivos! O que é pior, reproduziram-se como coelhos.

RUIVA MULHER DE ESPERANÇA

Alberto SUEIRO (Galiza)

O sol e as abafantes areias do deserto cobriam a sua cintura. Dunas e turbas de enlouquecido vento percorriam a superfície do país. Casas brancas, queimadas, ruas despidas e torradas, portas abertas, moradas sem alma, cans que ladram ao inexistente, doentes na fúria e ímpeto.

O amarelado pó rebulia entre os macilentos prédios, enquanto a luz do sol escoava por entre a levidade das areias. Na infinidade do tempo as gentes dormem. Dorme o povo inteiro. Só a presença dos cans denota vida. As ilusons som agora sonhos. As mentes nom descansam e reproduzem sombras de esperança na procura de pedaços de existência para crer e luitar por algo, libertá-los da incredulidade, do medo.

Chegou. As gentes forom acordando docemente, faces sorridentes, morenas, coiros enxuitos e enrugados, prendas ligeiras, pés descalços, cabelos pretos e riçados, olhos espectantes. Cumplicidade. Multidom de almas cingidas por um mesmo sentimento.

Acalmou o vento, e o sol, fraco, minguava em forças para dar tréguas a aquele histórico instante. As almas impertérritas aguardavam nas bocas das

suas moradias. Surgiu polo fundo das montanhas amarelas abrindo caminho com o seu presto passo, ruiva, o rosto povoado por um mesto mar de pintas, magra, vestida num formoso traje verde, subtil como o reflexo das águas do oásis ao amanhecer.

Entrou pola rua principal da povoaçom, resoluta, as gentes espreitantes. Falou umha língua estranha que ninguém sabia. No entanto conheciam tudo sobre ela, já a sonharam.

Nom demorou a tardinha e as primeiras luzes do sol-pôr começarom a tingir o horizonte. Os manjares estavam servidos e as longas mesas cobertas com os seus mantéis de melhores galas tecidos nas finas teias de cortiça de palmeira. Carne de cabra assada, copiosos condimentos de especiarias, saladas de tenros cardos, confeitadas de dáteis e riquíssimo licor de extracto de flores de laranjeira. O ritual banquete prolongou-se até à meia-noite, as lumieiras lampejando chamas de mil cores na noite estrelada e calma. Rostos risonhos, pandeiros soando ao compasso das flautas, braços entrelaçados abarcando talhes, pés brincadeiros subindo e baixando ao ritmo ardente.

A estrangeira presidia o alegre festim pousada sobre umha mole moreia de coxins de seda, calada, deleitante, olhando fixamente desde o fundo dos seus claros olhos a acompassada e monótona dança do deserto. Os lenços multicores recendiam a gostosos cheiros, às açucenas, às roseiras, a ungüentos

e azeites vegetais. Os dançarinos agitavam-nos, os coros faziam-se e desfaziam-se, os pandeiros repenicavam nos seus coiros, e os estridentes e agudos gritos dos músicos ficavam suspensos no morno ar da noite à luz do lume.

A inocente rapariga assistia alheia à simbologia, desconhecia o significado final daquele prazenteiro festejo. O singular ritual engaiolava o seu ser, turbava-o como um elixir de afrodisíacas propriedades. Subitamente ergueu o seu moço corpo e deixou cair o verdoso manto água de oásis. A sua pele era branca, suave, e as suas cadeiras moviam-se balanceantes e extasiadas sob o febril e indómito ritmo reflectido do ardoroso sol diurno. As dunas redondas dos seus peitos tremiam enredando com a brisa das notas, hirtos e túrgidos de vez, dona do baile, centro de olhadas virginais, púdicas. Púbis exalante de aromas terrenos, mais, subterraneidade, Gea metamorfoseada em deusa viva. Pupilas fitando a beldade materna, pele branca como túnica de sacros homes, gotas de claro café inundando a sua integridade, mata de ruivos e encaracolados abruptando a suavidade da doce pele pintada.

A dança cessou repentinamente e o êstaxe tornou em veloz e grácil carreira costa abaixo na procura das mornas águas cristalinas. O resplandor da lua guiava os seus passos, ágil até o denso vergel, floresta de palmeiras e roseiras, onde a pequena lagoa seduz ao banho espiritual a ruiva donzela. Penetrou nas escuras águas rachando a tona virginal do ventre do deserto, húmido, cálido também, plenitude do acto purificador que envolve o seu corpo.

Despertou entre lenes almofadas e sedas finas. Suspenso no ar cálido um gostoso recendo a incenso. A estáncia ampla, transparente, paredes de duro cristal. Apenas umha frágil escada de corda comunicava com o exterior. Abriu bem os seus grandes olhos para se assegurar daquilo que sonhava. Nom. Ergueu-se do seu leito e adiantou-se até a umha janela fechada. Desistiu. Estava encerrada e nada compreendia. Bateu contra o duro vidro, berrou, mas ali estava na vidrosa torre, no minarete, naquele hermetismo de tabiques de transparência.

Cativa contra vontade isolada num oceano de alfomadas e roupagens de seda, de suculentos manjares servidos por jovens donzelas. Vaporosos cheiros de plantas aromáticas espalhavam-se com a cadência que o vaivém do leque produzia abanado polo fiel eunuco.

Murchava o tempo o seu decurso. Entre etéreos lençóis e sedas, leituras de maravilhosas literaturas e paredes de vidro, transcorria a sua cativa vida. Mercadores de países longínquos, navegadores do alto mar, nómadas que provam novas rotas, gadeiros, gentes aos centos que se achegaram ali e observavam com olhos fascinados aquela beleza incomparável, a princesa-divina guardada em vida que trouxera a seiva, o sangue nutrício a aquele povo condenado à inexistência.

A tristeza foi desterrada para outras paragens, a regiom buliu em novas, chegarom milhares de pessoas que desejavam ver a divindade, a deusa viva. Achegavam-se às multitudes ao pé da torre de vidro e ficavam extasiadas, enleadas dos seus encantos, estáticas horas inteiras até que o entardecer as devolvia à realidade. O país mudou numha peregrinaçom constante. Vinham

homes e mulheres de toda a parte e condiçom, ricos e pobres, mercadores e infelizes escravos tentando achar um pedaço de felicidade para retê-lo na sua memória até a eternidade. À beira dos caminhos animosos viageiros contavam a sua história em cantos e romances como sortilégios que prendiam os caminhantes.

As jornadas decorriam lentamente compactadas em horas de calor, afogo incessante, raios de sol que inutilmente o leque e a água combatiam. Monotonia na estáncia. Melopeias das raparigas que desgranam em vozes harmoniosos acordes de violas, mentres a moça deidade escuita, e embelezada esquece o tempo perdido. A jovem tece madeixas num ábaco de tempo que os seus captores pretendem alongar, que escorrega manso, pinga a pinga, desfiando-se em segundos de frescura, de mocidade.

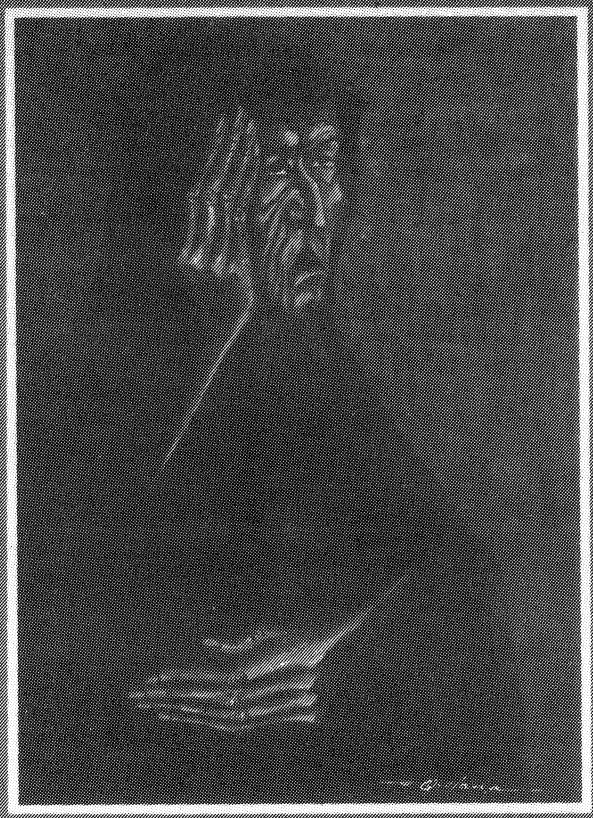
A ruiva esperança emagrece devagar, a velhice prematura nasce dos elixires, das poçons suministradas. A eterna juventude muda em breve. Os túrgidos peitos tornam-se flácidas peles, a tersa cute enruga-se em seca uva passa, o suave e doce ventre transforma-se num áspero e proeminente bandulho. Só ficam intactas as lindas pintas e o ruivo cabelo, apenas umha sombra da rapariga que conheceram.

As vagas de areia começam a varrer a povoaçom. Nuvens de poeira amarela e de tristeza envolvem o lugar. Silêncio. Somente os cans ouveiam e ladram na solidom e tempestade do deserto, frenéticos, loucos com o ar abafante que transporta as diminutas areias que golpeiam os seus corpos. As moradas pretas, mudas, dormidas.

Esvaecerom-se os comerciantes, os navegadores, os ricos, os pobres, os gadeiros, os escravos. Tudo. Erecta no meio da praça umha torre de cristal, quatro paredes e umha janela. umha ruiva e velha mulher nos seus estertores. Nom há jovens donzelas nem eunuco, solitária, esquecida das cantoras de melopeias que a embelezavam, dos seus elixires, feita um novelo nos seus cobertores, nas sedas finas. Entrementres já lembra, um caminho no deserto, umha linda e ruiva jovem, umha dunas, umha povoaçom. As ruas vazias, o chao varrido polo enfadado vento, as casas brancas por fora e mouras por dentro que assemelham caveiras. E a morte.

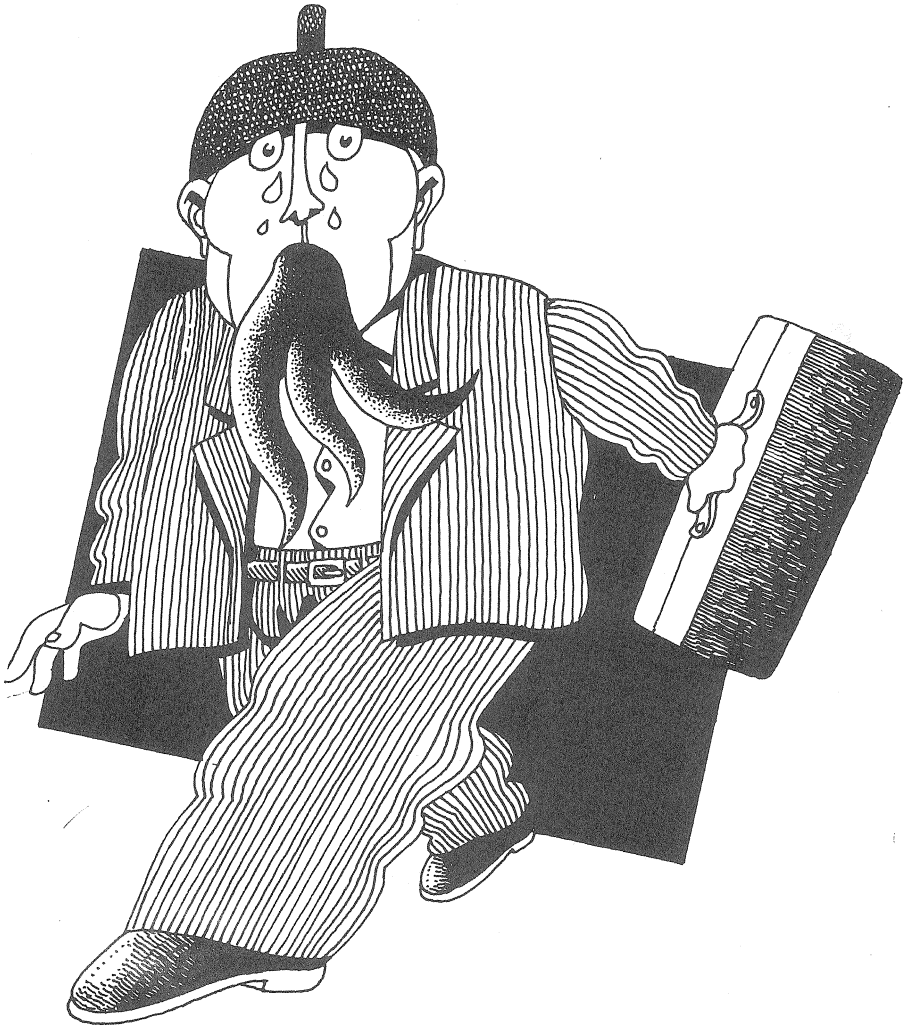
E o povo que um dia chegou a existir já nom existe, a ruiva esperança tampouco existe. Tudo com ela começou e findou.

A vida escura



Jenaro Marinhas del Valle

Ilustracións Celso Oroza



DOCUMENTAÇOM INFORMAÇOM

MAIS SOBRE DISCRIMINAÇONS
«por razón de la lengua» *(vide* EAG, *art. 5.º.4)*

O CASO DO PROF. LÓPEZ SUEVOS

No núm. 9 (Primavera de 1987) de AGÁLIA já tivemos de ocupar-nos, tristemente, da discriminaçom padecida polo Prof. López Suevos no concurso-oposiçom à Cátedra de Economia Aplicada da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Compostela.

O caso, desgraçadamente ainda continua; a proclamada nom discriminaçom cívica pola circunstáncia *língua* tanto na Declaraçom Universal dos Direitos do Homem, quanto nas Leis Fundamentais do Estado espanhol parece ser só simples e mera proclamaçom. Por isto o Conselho da Associaçom Galega da Língua viu-se na precisom de emitir mais um comunicado, com data 30 de Setembro de 1988, que, por certo, nom foi recolhido e nem sequer citado por nengum meio de comunicaçom a que se enviara (sigam também proclamando isso da liberdade de expressom...!):

Texto do comunicado

No mês de Abril de 1987, a «Associaçom Galega da Língua» já denunciou a discriminaçom lingüística manifesta na concessom de umha Cátedra de Estructura Económica da Universidade Galega e nomeadamente a atitude inaceitável a respeito da nossa língua de dous dos cinco membros do Júri, os professores Yabart Sterling e Fernández Díaz.

Nesta ocasiom, a AGAL tem conhecimento polos meios de comunicaçom que este concurso foi anulado polas arbitrariedades cometidas por parte do Júri e que o senhor Reitor, cedendo às pressons dos seus membros traslada a Madrid *a celebraçom deste concurso-oposiçom.*

Ante este feito, a AGAL tem que denunciar a agressom e prejuízo que se comete com um dos concursantes, o professor López Suevos, que exerce a sua docência e publica os seus trabalhos de investigaçom no idioma nacional da Galiza, enquanto se beneficia ao outro candidato, que ocupava e ocupa um posto político executivo em Madrid.

O traslado da Comissom fora do País Galego vai descontextualizar a praxe lingüística e a categoría científica da obra de um dos opositores, constituindo por isto um grave insulto e ofensa contra os direitos lingüísticos dos galegos. Por todo isto, a AGAL solicita da Reitoria da Universidade que revoque esta decisom e desatenda assi as pretensons de um Júri que, por certo, já tem dado abundantes provas de arbitrariedade e de desprezo polo idioma dos galegos.

A «história» continua...

Com efeito, o Prof. López Suevos, que apresentara recurso perante as autoridades académicas nom apenas contra a decisom da Comissom, mas antes de mais nada contra a composiçom da própria Comissom, nom conseguiu que se lhe figesse justiça, tanto a ele quanto à Comunidade Lingüística de que faz parte, com o afastamento da Prof.ª Yabart, confessa de ignorância do idioma galego, e com o estabelecimento administrativo de umhas condiçons mínimas de tratamento equitativo. A professora antedita, além de insistir por si e por outros, na legitimidade do seu nomeamento e exercício «imparcial» no Júri, declarava-se «amadora» e admiradora da língua galega (e na Galiza nengum dos «bempensantes» elevou nengum protesto pola burla e «cachondeo» da língua também oficial na Universidade de Compostela, antes a equipa reitoral parece *consentir* desvergonhentamente...).

Por outra parte, na «procura de imparcialidade» o Reitor trasladou unilateralmente a celebraçom das provas à capital do Reino, a Madrid. Ou tentou trasladá-la, porque ainda nom se pudo verificar. Houvo protestos desde instáncias e pessoas bem diversas, já que a «manobra» patenteava *descaradamente* a parcialidade do reitorado, controlado polo partido governante em Madrid, a favor do candidato desse mesmo partido, Sr. Pérez Touriño. Este, que, além de nom exercer hoje a docência, é subsecretário no Ministério de Transportes e Comunicaçons da Administraçom do Estado, permitiu-se desmentir «a existência de tráfico de influências neste concurso» e até assegurar «que a composiçom do Tribunal nom tem nada a ver com o seu cargo público»; inclusivamente aventurava «que nom o beneficia a presença de Ana Yabart já que nom pode aceitar que se deixe de emitir um juízo sobre o trabalho dum dos opositores porque esteja escrito em galego». E mesmo humildemente confessava que «o seu cargo público o limitava à hora de defender a sua posiçom, razom esta pola que mantivo silêncio até agora e que, se se decidia a fazer declaraçons, foi para que ninguém pensasse que carece de argumentos». Assim apareceu na imprensa do dia 1 de Novembro, Dia de Todos os Santos, como é sabido.

Por mor de sermos imparciais, simplesmente reproduzimos alguns dos textos jornalísticos aparecidos sobre o tema (estám tomados de diferentes jornais dos dias que se indicam):

23 de Setembro:

La Voz de Galicia, viernes, 23 de septiembre de 1988 GALICIA 23

UNIVERSIDAD

Según el investigador catalán y técnico del proyecto, César Coll

La reforma educativa no superará todo lo que ahora está mal, aunque lo transforme

Santiago (Redacción, por Concha Pino). «No hay que caer en el error de pensar que la reforma de las Enseñanzas Medias va a superar todo lo que ahora está mal, pero vale la pena intentarlo». César Coll, catedrático de Psicología de la Educación en la Universidad central de Barcelona y miembro de un grupo de investigación implicado en la parte técnica que prepara la reforma educativa, se mostraba en las declaraciones ofrecidas ayer a este diario tremendamente realista frente a lo que considera una necesidad «independientemente de que no sea la solución definitiva, porque será un proceso lento y renovador que exigirá la adecuación de todos, desde los profesores a los centros».

El catedrático e investigador catalán participa estos días en Compostela en las jornadas sobre Filosofía de la reforma que organizan la Facultad de Filosofía y la Conselleria de Educación, con el fin de discutir las características globales de los cambios educativos que se producirán, de manera especial, con relación a la Filosofía. La intervención de Cesar Coll se inscribió en el marco global de la primera jornada, con una conferencia sobre el proyecto de la reforma.

La filosofía de la reforma de las Enseñanzas Medias se reduce, de manera muy concreta y esencial para Coll, en tres principios. El primero de ellos es el de la comprensividad de los contenidos educativos y, para que esto funcione, los más avanzados. «Creo que nuestro sistema educativo no es tan malo ni los otros son tan buenos. El problema no es ese, sino que radica en plantearse la situación en relación al marco de uno mismo». Asegura que si bien nuestros problemas son muy gordos, «puedo decir que los de los otros países europeos también lo son. No tiene sentido resolverlos en ningún caso a partir de compararlos y buscar modelos. El reto está en resolverlos tal y como se plantean aquí, en nuestra realidad concreta».

Modelos revolucionarios

Por el mismo motivo, no cree en la revolución de los modelos educativos «porque se cambian también los contenidos. Cada materia tiene manera inevitable, surgirán otras distintas. Son medidas lentas, pero dirigidas a mejorar la calidad de la enseñanza obligatoria hasta los 16 años».

Coll reconoce la puesta al día del profesorado, su adecuación, como un paso igualmente inevitable y a medio-largo plazo: «todos tenemos que ir construyendo el nuevo sistema poco a poco, porque aparte de poner en marcha un proceso renovador y transformador, significa toda una movilización y una concienciación que necesita tiempo».

Frente a otras opiniones expuestas en Compostela en los últimos días en el sentido de que las innovaciones educativas no son bien aceptadas por parte de los poderes pú-

Los miembros del tribunal tenían problemas para viajar a Santiago

El rector alega «razones aceptables» para celebrar en Madrid el concurso de la cátedra de Economía Aplicada

Santiago (Redacción). La decisión de trasladar a Madrid la celebración del concurso para la cátedra de Economía Aplicada, a la que concurren los profesores López Suevos y Pérez Touriño, y que fue impugnado en su día por el primero de ellos, obedece a una serie de circunstancias que, según el rector de la Universidad, «non atentan contra a autonomía universitaria nen se trata dun feito escepcional». Las declaraciones de Carlos Pajares, tras las críticas del colectivo universitario Asduga y sus protestas por el traslado del concurso-oposición, se remiten a un proceso iniciado tras la impugnación, que ya rebasa los plazos establecidos legalmente «e que levaba camiño de dilatarse máis si non se determinaba unha data para a súa celebración inmediata».

La comisión de reclamaciones, según Pajares, «retrotouxo as actuacións do tribunal, polo que se deben repetir os dous exercicios do concurso. Esto siñifica que ten que ser o mesmo tribunal o que as xuzgue». Desde que se produjo esta decisión, los acontecimientos derivaron en una di-

del tribunal están en Madrid y alegaban sucesivamente los inconvenientes que les suponía el ponerse de acuerdo para venir a Santiago, relata el rector que el actual presidente le planteó la conveniencia de convocar el concurso en Madrid para no alargar más un proceso que ya rebasaba los plazos legales.

«O único de que se me pode culpar —puntualiza el rector— é de terlle otorgado o permiso, pero concedino porque as razóns alegadas polo presidente parecéronme aceptables». Añade a esto que su actitud es la de «seguir mantendo unha neutralidade no desenrolo deste concurso. O que me interesa é que a comisión me diga quen é o mellor e, dende logo, eu non vou influír para nada na súa decisión».

Dado que son los mismos miembros en el tribunal y que el problema surgió al negarse la doctora Yabar Sterling a considerar los trabajos de López Suevos escritos en gallego. Carlos Pajares asegura que no cree posible que se vuelva a producir una situación idéntica: «Non o admitiría si así sucede-

30 de Setembro:

El decanato de Filosofía exige la revocación del traslado a Madrid del concurso de la cátedra Suevos-Touriño

Santiago (Redacción). El equipo decanal de la Facultad de Filosofía y Ciencias de la Educación con el decano, Xosé Luis Barreiro Barreiro, a la cabeza, exige al rector la revocación de su decisión de trasladar a Madrid la celebración del concurso para la cátedra de Economía Aplicada a la que concurren los profesores López Suevos y Pérez Touriño.

Los términos de la carta son duros y explícitos a la hora de enumerar las razones de su

6 de Outubro:

Los miembros del tribunal se niegan a viajar a Santiago por los «insultos y amenazas» que recibieron antes de conocerse el informe de las pruebas

El rector afirma que, en las mismas circunstancias, volvería a convocar en Madrid la oposición a la cátedra de Economía

Santiago (Redacción). La cuestión del incremento de los presupuestos y la polémica de la cátedra de Economía Aplicada motivaron la convocatoria de una conferencia de prensa en la que el rector explicó ayer las posturas que mantiene al respecto, afirmando sobre la decisión de convocar el concurso de dicha cátedra en Madrid que «volvería a face-lo mesmo en idénticas circunstancias». La ordenación del tráfico en el campus y la adopción de medidas para averiguar las razones de las anacrónicas notas obtenidas en algunos centros por los estudiantes completaron la exposición ante los medios de comunicación de lo que constituyó el informe que Pajares ofreció poco antes a los miembros de la junta de gobierno.

La ratificación de lo adelantado en el discurso de inauguración del curso, en el sentido

tor repitió lo que ya declaraba a este diario días pasados. Fue más explícito a la hora de argu-

implantación de la ORA en Santiago, en base a que la zona conocida como la Residencia

12 de Outubro:

No desvela qué decisión adoptará si es desautorizado en el caso de la cátedra de Economía Aplicada

Carlos Pajares anuncia que el claustro será convocado para antes del día 21

Santiago (Redacción). En la reunión que celebrará a finales de esta misma semana la mesa del claustro se decidirá la fecha de celebración de la sesión del máximo órgano universitario, lo que se producirá con seguridad antes del día 21, según declaró el rector en la mañana de ayer, al término del acto de toma de posesión del nuevo vicerrector, en el que estuvieron presentes un gran número de profesores con cargos universitarios cuyas firmas apoyaron la petición de convocatoria del claustro. Carlos Pajares, que no quiso pronunciarse sobre la decisión que adoptaría en el caso de que la mayoría del claustro votase a favor de que revoque su acuerdo de celebrar en Madrid el concurso para la cátedra de Economía Aplicada, afirmó que, de cualquier manera, «o claustro é competente para tomar unha decisión. Outra cousa é a actitude que vou tomar e si ten execución ou non. Falará o claustro, pero eu, por propia iniciativa, non vou revocar nada. Por outra parte, os firmantes que avalan a convocatoria do claustro únicamente piden a 'discusión, e no seu caso revocación, da decisión', polo que ainda está por ver qué se vota».

Para el rector, tampoco está claro que la totalidad de los que firman la petición de convocar el claustro vayan a votar en contra de su decisión: «A maioría deles están de acordo, que podrían introducirse más puntos que el de la discusión de la polémica convocatoria del concurso para la cátedra a la que optan los profesores López Suevos y Pérez Touriño.

rector del Departamento de Economía Aplicada, profesor Beiras, entregó con fecha de registro el mismo día de la pruebas, y que motivaron un contencioso al acuzar este pro-

25 de Outubro:

Acusan a Pajares de actuaciones irregulares y antidemocráticas

Aunque el rector anuló el concurso Económicas pide su dimisión

■ J.L. / Santiago

Pese a que el rector, Carlos Pajares, decidió a última hora de la mañana de ayer "suspender cautelarmente" la oposición que iba a celebrarse hoy en Madrid para cubrir la vacante en la cátedra de Economía Aplicada, la junta de la Facultad correspondiente decidió pedir su dimisión "para salvaguardar a dignidade da Universidade galega, da súa autonomía e do seu funcionamento democrático".

La causa directa de la suspensión de la convocatoria está en el recurso que uno de los aspirantes a la cátedra, el nacionalista Ramón López-Suevos Fernández, presentó a primera hora de la mañana de ayer en el registro del rectorado. En el es-

actuaciones posteriores, así como la retroacción de las mismas a la fase inmediatamente anterior a la del sorteo de los

1 de Novembro:

Nas súas primeiras declaracións, o opositor desminte o de tráfico de influencias

Touriño asegura que o conflicto en torno ó concurso de Economía é político

■ DdG / Santiago

A oposición para cubrir-la cátedra de Economía Aplicada na Universidade de Santiago estase a convertir nunha "trincheira de enfrentamentos políticos e ideolóxicos que nada teñen que ver co concurso", en opinión dun dos aspirantes á praza, Emilio Pérez Touriño. O profesor e subsecretario do

Mi.isterio de Transportes fixo onte por primeira vez manifestacións públicas sobre o conflicto xenerado polo traslado da oposición a Madrid, precisamente cando as probas están cautelarmente suspendidas pola presunta irregularidade na pertenencia ó tribunal xulgador da profesora Ana Yabart, que apoiara a Touriño na anterior convocatoria.

Emilio Pérez Touriño desmentiu a existencia de tráfico de influencias neste concurso e asegurou que a composición do tribunal non ten nada que ver co seu cargo público, xa que dous dos membros son nomeados polo director do departamento, neste caso o nacionalista Xosé Manuel Beiras, e os outros tres sorteanse entre tódolos catedráticos de España. "Estas protestas demostran o sentido patrimonial da vida universitaria, onde as creencias ideolóxicas son as únicas que pesan", declarou. O seu xuicio, ainda que non fose subsecretario de Transportes haberíia oposición cara a él porque non comparte a ideoloxía do departamento. Dixo tamén que a presencia no tribunal de Ana Yabart, que o apoiou nas probas de abril do 87, posteriormente anuladas, non lle beneficia, xa que non pode aceptar que se deixe de emitir un xuicio sobre o traballo dun dos opositores porque está escrito en galego.

Pérez Touriño xustificou o seu silencio durante todo este tempo alegando que o seu cargo público no Goberno limitabaio á hora de defende-la súa posición en torno ó conflicto e declarou que si finalmente se decidira a falar foi para que ninguén pensara que carece de argumentos. Manifestou o seu apoio á decisión da comisión examinadora sobre o lugar de celebración da oposición, ainda que amosou a súa preferencia pola Universidade de Santiago. "Se os membros do tribunal non se sinten en condicións mínimas de tranquilidade e normalidade académica para emitir un xuicio e valorar a uns candidatos, son eles os que teñen que pedir e plantexar o sitio de celebración".

Touriño asegurou que na primeira convocatoria do concurso foi testigo das "ameazas, coaccións, temores e feitos violentos" que ali tiveron lugar e dixo que nestes momentos o que menos parece importar e a valoración das traxectorias investigadoras e docentes dos dous opositores. "Estase entrando nun xogo que fai olvida-la esencia da oposición en favor dun enfrentamento alleo á Universidade", declarou.

Para Pérez Touriño a oposición simplificouse a unha batalla entre os defensores dun candidato galego contra outro que ven de fora e neste sesno adiarou que él forma parte da Universidade compostelana desde o ano 1968, que foi profesor desde o 73 e que tivo adicación exclusiva ata o 85, ano en que marchou con excedencia especial a Madrid, polo que, ó seu xuicio, carecen de base as acusacións de que traicionou ós principios que él mesmo defendera desde a coordenadora de PNNs, cando militaba no

24 de Novembro:

La penúltima batalla de la oposición al rector

Santiago (Por Federico Cocho). A cinco días de que el Claustro ordinario examine el informe anual del rector, todos los indicios hacen pensar que el cierre de filas de los profesores del grupo «Renovación», sobre el que se apoya el equipo de gobierno de la Universidad de Santiago, evitará la caída de Carlos Pajares. El *error Pajares* en el caso de la cátedra de Economía Aplicada desencadenó este verano las protestas de un amplio sector de la comunidad universitaria gallega, incluso en el seno de su propio grupo, parte del cual propició la derrota que el rector sufrió en el Claustro del 18 de octubre. Ahora, mientras algunos sectores sindicales (CXTG, ASDUGA y CSIF) y estudiantiles (CAF), así como la mayoría de los representantes del personal administrativo y de servicios, insisten en que el rector debe pagar sus culpas y dimitir por haber incumplido los acuerdos del Claustro, las *bases* del equipo rectoral (con amplia presencia en la órbita socialista y comunista, CC OO y UGT) intentan aislar la polémica actual del conjunto de la gestión desde 1984. Con este informe se abre hoy el primero de una serie de trabajos sobre la situación actual de la Universidad.

La oposición a Pajares duda estos días sobre la postura definitiva que adoptará ante el la reunión ordinaria del Claustro, máximo órgano representativo de la comunidad universitaria, el próximo día 26. El rector re-

Claustro».

El descontento de un importante sector de los estudiantes, representados por los Comités Abertos de Facultade (CAF) viene de más atrás. Para Xosé Manuel Munín, estudiante de 5º

Este dia, na mesma página que acima reproduzimos parcialmente, dizia-se sob o título *El «error Pajares»,* num «suelto» que traduzimos:

O reitor insiste em que fijo o que devia fazer, mas admite agora que cometeu um erro político. «O Claustro me dixo que me equivoquei. Doeu-me, mas aceitei e o reitor tem de saber 'encaixar' as cousas».

O conflito da Cátedra de Economía Aplicada da Faculdade de Económicas, a que concorriam os professores Pérez Touriño (PSOE), actual subsecretário do Ministério de Transportes, e López Suevos (próximo ao Bloco Nacionalista Galego), se suscitou em Abril de 1987. A Prof.ª Yabar, parlamentária liberal (do CDS) e membro do Tribunal, nom avalia a obra de López Suevos por estar escrita em galego. A tensom originada por esta decisom obriga a suspender o concurso e o reitor acede a trasladar a oposiçom a Madrid «para evitar coaçcons ao tribunal em Santiago».

Esta decisom acende a polémica e o Claustro, integrado por quinhentos (500) representantes da Universidade, reprova o reitor e insta-o a que revoque aquela decisom. Pajares, o reitor, declara que nom é competente para o fazer e chega a celebrar-se em Madrid a apresentaçom de documentaçom, mas o decanato de Económicas da Universidade Complutense proíbe que se celebre a prova nas suas aulas. O reitor suspende cautelarmente o concurso. ASDUGA (aliança eleitoral representada no Claustro) solicita do Prof. Meilán Gil, catedrático de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade compostelana, um relatório, rebatido por Pajares, em que se indica que o reitor si pudo revocar a autorizaçom para trasladar o concurso a Madrid. *(LVG).*

A verdade é que a oposiçom tivo de suspender-se porque também está *sub iudice* a actuaçom da equipa reitoral e dos membros do tribunal; apesar de tudo, nem o reitor demite, nem a sua equipa, salvo umha vice-reitora, demite nem tenta solucionar a discriminaçom inferida a um cidadao de um Estado que se diz democrático; nem os membros do tribunal se questionam a procedência do seu role: no entanto, a Constituiçom espanhola diz que «todos somos iguales ante la Ley» e o Estatuto de Autonomia de Galiza, que «nadie será discriminado por razón de la lengua.

O CASO DO PROF. RODRÍGUEZ SÁNCHEZ

Entrementres, por essas mesmas datas, o Prof. Francisco Rodríguez, conhecido intelectual e dirigente do Bloco Nacionalista Galego, sofria outra grave discriminaçom. Aspirava a umha praça de Literatura Galego-Portuguesa, adscrita ao Departamento de Filologia Galega, de que faz parte um já catedrático, secretário do ILG, o também director deste instituto e quase todos os seus integrantes. O Prof. Rodríguez viu-se na precisom de recorrer a decisom da Comissom Qualificadora por entender que outougar a praça à esposa de aquele catedrático e secretário (e nom estritamente por estes motivos) fora nom conforme com o Direito. Basta com repassar as notícias sobre o caso publicadas pola imprensa aqueles dias.

O «caso» é que a professora-esposa, antes que a Comissom Avaliadora se reunisse, já aparecia como titular da praça para o curso 1988-89. Cousas da «política democrática» reinante em Espanha...

24 de Setembro:

Unha comisión otorga a plaza de literatura galega antes do fallo do concurso

■ DdG / Santiago

O profesor Francisco Rodríguez ven de presentar recurso contra a resolución da comisión xulgadora do concurso público para dota-la praza número 1.048 de literatura galego-portuguesa para quinto curso na Facultade de Filoloxía. Francisco Rodríguez Sánchez sostén que a praza foi irregularmente adxudicada alomenos oito días antes de que a comisión se pronunciara, por canto nos tabuleiros universitarios aparecía o nome da profesorea Ríos Panisse como adxudicataria da devandita praza. O feito tamén foi denunciado polo Agrupamento Sindical Docente para unha Universidade Galega que anunciou que se reservaba o uso de accións legais nos órganos docentes.

Francisco Rodríguez indicou que ademáis das irregularidades detectadas por unha universitaria membro da comisión, acontece que a plaza en cuestión, a cubrir de modo interino, sacaráse a concurso no plazo de ano e medio, cunha avantaxe desigual para quen dende agora ostente o posto.

"Antes de que a comisión avaliadora se reunira os días 14 e 20 —explicó— xa figuraba Ríos Panisse, dona de Antón Santamarina, exposta como profesora, con horario e todo. Pero agora ca impugnación, vai chegar o día tres e os alumnos non terán profesora porque o rectorado non a pode nomear sin resolver antes o recurso. É conste que non protesto porque lle derán a praza a outro señón porque o procedimento é impresentable".

A comisión a formaban Ramón Lorenzo, Ramón Villares, Darío Villanueva, Rosario Alvarez e Anxo Tarrío, entre outros, pero moitos deles enviaron sustitutos "sospeitando o que se lles viría enriba". A representante do alumnado conseguiu que a comisión celebrara tres xuntanzas das cais non se fixo pública ningunha acta, polo que aquela negouse a firmar un documento no que somentes se facia constar a calificación.

7 de Outubro:

Apela ante el rectorado por una plaza de profesor de literatura gallega

■ DdG / Santiago

El profesor Francisco Rodríguez presentó ayer ante el vicerrector de profesorado un recurso de apelación contra la decisión de adjudicar la plaza de titular de literatura galega a la profesora Ríos Panisse, por entender que la comisión evaluadora violó los preceptos legales establecidos para la selección del profesorado.

Rodríguez Sánchez, que ya había recurrido ante la propia comisión, de la que obtuvo una respuesta "no razonada", alude al hecho de que uno de sus miembros no llegó a firmar las actas y a que no se le facilitó el contenido de las mismas.

En el recurso asegura que su "contrincante" recibió puntuaciones especialmente "xenerosas, discriminatórias e inxustificadas" y a que, sin conocerse la decisión de la comisión ya figuraba en los tablones de anuncios como propietaria de la plaza, asunto que fue denunciado al decanato "ao considerar que se violaba o principio de igualdade de oportunidades, pois se estaba prexulgando quen sería o adxudicatario da plaza".

Por lo que se refiere a la valoración de méritos, Francisco Rodríguez asegura que no se le tuvieron en cuenta sus 21 años de docente en literatura gallega, en régimen exclusivo, al calificárselo con un cero, "mentres se lle concedeu a máxima calificación a unha candidata que non tivo sempre esta exclusividade". En investigación, el recurrente denuncia el tratamiento recibido como de "auténtico agravio comparativo" y hace referencia a sus 19 volumenes, entre libros y monografías, editados en Galaxia, Istmo, Grial, A Nosa Terra, Xiobral y en la propia Universidad.

Sobre el particular expresa su sorpresa de que sus trabajos analíticos sobre Curros y Rosalía se valoraran en 6 puntos frente a los 5 de la profesora Ríos Panisse "que cáseque nada ten que aportar no relacionado coa asignatura".

23 de Novembro:

Francisco Rodríguez eleva al rector su reclamación sobre la plaza de literatura

■ DdG / Santiago

El profesor Francisco Rodríguez Sánchez dirigió ayer una instancia al rector de la Universidad, Carlos Pajares, para que tome las medidas oportunas conducentes a que se reuna la comisión de apelaciones del concurso de la plaza de literatura gallega en la Facultade de Filología. El profesor, uno de los que concursó a la referida plaza, reclama, asimismo que "se esixan responsabilidades polo trato discriminatorio", a los que impidieron el estudio de la reclamación presentada por él mismo.

Rodríguez Sánchez había recurrido el pasado 21 de setiembre contra el dictamen de la primera comisión y, en segunda instancia, ante la comisión de apelaciones. De esta última no recibió contestación alguna mes y medio después de haberla formulado. A pesar de ello señala que la comisión se reunió este mismo mes, para resolver las reclamaciones presentadas en relación con la provisión de plazas de profesorado contratado o interino, y añade que desconoce cuáles fueron los resultados en cuanto a su reclamación. Manifiesta, asimismo, ser conocedor de que se estudiaron seis reclamaciones pero no la suya.

A juicio del recurrente, este comportamiento conculca gravemente los principios de igualdad de oportunidades, le perjudica 'notoriamente', y dificulta sus actuaciones administrativas, "por cuanto están en posesión dese Reitorado —agrega— documentos orixinais imprescindibles".

Francisco Rodríguez inició sus accciones al sentirse discriminado en la puntuación de su curriculum, frente a la profesora Ríos Panisse.

El referido profesor alegó que tras 21 años de dedicación exclusiva a la literatura gallega resultaba 'paradóxico' que se lo valoraran con cero puntos, mientras se le concedía la máxima puntuación a la otra candidata "que non tivo sempre esta exlcusividade".

SOLIDARIEDADE COM O PROF. ALONSO NOZEDA

Em números anteriores de AGÁLIA démos conta das irregularidades administrativas cometidas contra o Prof. Alonso Nozeda. Organizaçons sindicais e outras entidades, também informadas do «caso», tiveram a bem emitir um comunicado que, redigido nos denominados *mínimos,* foi assinado pola Federaçom do Ensino de *Comisiones Obreras,* pola FETE da *Unión General de Trabajadores,* pola UTEG da *Intersindical Nacional de Trabalhadores Galegos* e pola *CXTG-IN* («Confederación Xeral de Trabalhadores Galegos-Intersindical Nacional»), polo SGATE, *(Sindicato Galego de Trabalhadores do Ensino),* a que aderiram a MNL («Mesa pola Normalización Lingüística») e ERGA *(Estudantes Revolucionários Galegos).*

O texto do comunicado era o seguinte, já na escrita galego-portuguesa:

As organizaçons abaixo assinantes, ante o feito acontecido o passado dia 21 de Março de 1988, às 11,30 horas, no Colégio Público de E.G.B., «Torre Ilha de Arousa» (Ponte-Vedra), no que a inspectora técnica de E.G.B., D.ª Paz Lamela Vilariño se apresentou na aula quando se encontrava impartindo galego o professor de E.G.B. de dito centro D. Mário Alonso Nozeda, sem prévio aviso,

querem fazer as consideraçons a seguir:

1.ª É totalmente denunciável a forma em que a inspectora se dirigiu ao professor, por entender que atenta aos mais elementares princípios de respeito polo mesmo, agravado porque poderia provocar um conflito no normal desenvolvimento do labor docente, com a pretensom de desautorizar o trabalho educativo deste professor.

2.ª Assim mesmo, consideram totalmente inadmissível a pretensom da Inspectora de interferir no planeamento educativo e pedagógico do centro com a sua indicaçom feita ao director no sentido de que no curso próximo o citado professor impartiria sexto, em lugar de oitavo, quando este tema é de competência exclusiva da programaçom pedagógica do centro, que só está autorizado a fazê-la o próprio Claustro de professores.

3.ª Resulta totalmente lamentável que a inspecçom técnica de E.G.B., em lugar de velar polo cumprimento da normativa legal vigente en matéria de ***normalizaçom lingüística,*** *se dedique a ameaçar, coaccionar e interferir no labor docente de um professor de galego.*

4.ª As organizaçons abaixo assinantes consideram que, dada a falta de legitimidade e consenso com que conta a denominada normativa lingüística oficial, porquanto que está sendo contestada por amplos sectores, urgem da Administraçom a reabertura de um debate democrático que permita conseguir um ambiente e clima de diálogo, para abrir vias de resoluçom deste conflito.

Algum jornal deu conta do comunicado, mas desde esse momento parece ter-se chegado a um parto de silêncio: nem os sindicatos, nem a parte oficial, nem outras instâncias habitualmente reivindicativas dixerom mais sobre este «caso», cuja *resoluçom democrática* nom apenas evitaria conflitos desnecessários, mas sobretodo procuraria a progressiva normalizaçom cultural da Galiza. Só a AGAL, desde a sua acçom cultural, continua a apoiar explícita e constantemente o professor represaliado por querer exercer os direitos cidadaos num Estado que se proclama democrático.

A ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA DIRIGE-SE AO PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA TERRITORIAL PARA SOLICITAR A MÁXIMA PRUDÊNCIA E NEUTRALIDADE QUANTO À NORMATIVA DO GALEGO

Excmo. Sr. D. José Cora Rodríguez
Presidente da Audiência Territorial
A Corunha (Galiza)

Excmo. Sr.

Em nome da Associaçom Galega da Língua com o máximo respeito dirijo-me a Va. Exa. por motivo de solicitar a *máxima prudência e neutralidade* polo máximo órgao jurídico da Galiza, em questons relativas ao processo da construçom e elaboraçom da língua padrom da nossa Comunidade.

Esta prudência e neutralidade poderia estar concretizada em actuaçons como:

1.ª Nos cursos dirigidos a funcionários da Administraçon de Justiça a presença de professores que garantam o conhecimento dos modelos normativos presentes hoje na Galiza, nomeadamente, o defendido pola *AGAL,* modelo já utilizado numha sentença dita por esse alto Tribunal. O professorado deveria ser seleccionado por concurso público de méritos entre licenciados em galego-português e com preferência para os que estiverem na situaçom de desemprego.

2.ª Ter muito presente que a questom da precisom terminológica no campo do Direito é de suma importáncia. A este respeito, lembro com o máximo respeito, que já está em grande medida recolhido no Direito português.

3.ª A competéncia para regularizar juridicamente a língua nacional da Galiza *nom é do Governo galego,* mas do Parlamento. A Junta carece de competência tanto pola razom de hierarquia como por razom de matéria. Por razom de matéria, declarar oficiais umhas normas de um idioma ultrapassa a matéria de natureza administrativa. Um governo, neste caso o galego, nom pode pronunciar-se sobre *as próprias essências do idioma,* como é o tema da «norma lingüística», tema de alta política, pois afecta a um dos elementos do país como tal.

4.ª Lembro, com o máximo respeito, a esse alto Tribunal o que se recolhe nos artigos 3, 10, 14 e 20 (especificamente 20.2)* que o exercício destes direitos nom pode restringir-se mediante nengum tipo de censura prévia, censura que poderia estar presente e ser manifesta ao conceder cursos de galego para *um determinado grupo de professores, para uns determinados tradutores ou normativizadores,* para um modelo determinado de língua, etc. em detrimento de outros professores, outros tradutores ou normativizadores, outro modelo de língua, etc.

5.ª Ponho de manifesto como todos os respeitos a esse alto tribunal que nom hai um único critério de autoridade ortográfica na Galiza e que os direitos lingüísticos dos cidadaos galegos estám sendo conculcados pola Admnistraçom galega pois suprimem a liberdade, esnaquizam a igualdade, obstaculizam a integraçom social e impedem positivamente a participaçom dos cidadados na movimentaçom cultural.

---

* Constituiçom espanhola.

O que com o máximo respeito, ponho no seu conhecimento com o ánimo de solicitar, mais umha vez, a máxima *prudência e imparcialidade e/ou neutralidade* desse alto Tribunal.

É de justiça.

Em Ourense, a vinte e um de Fevereiro de 1989.

Ass. Maria do Carmo Henríquez
(Presidenta da AGAL)

AGAL exige «neutralidade» no referido às normativas da língua galega

Com este ou parecido encabeçamento dava-se notícia, polo 24 de Fevereiro, de um escrito elevado à Presidência da Audiência Territorial da Galiza, hoje Tribunal Superior de Justiça, pola Presidência da Associaçom Galega da Língua.

24 El Correo Gallego
Viernes, 24 de febrero de 1989

AGAL esixe «neutralidade» no referido ás normativas da lingua galega

SANTIAGO. Redacción

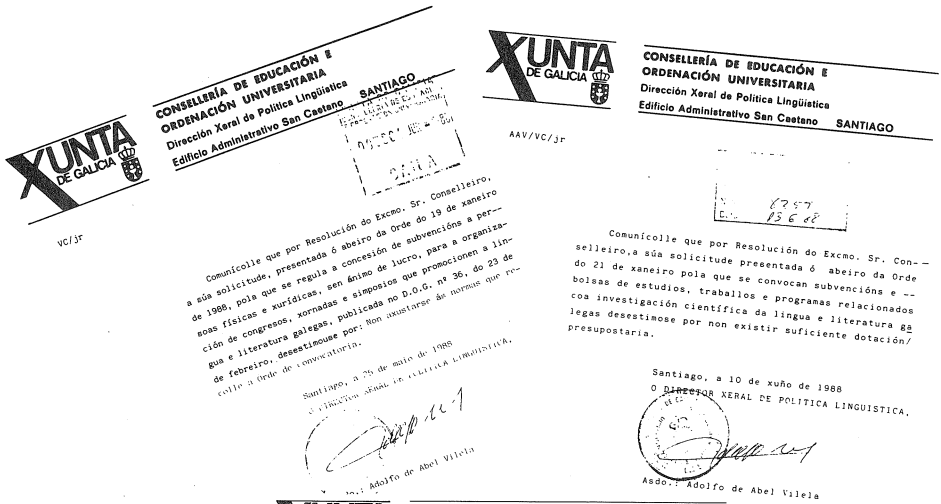
A "Associacom Galega da Lingua" —AGAL— tense dirixido por escrito á Audiencia Territorial galega solicitando a "máxima prudencia e neutralidade quanto á normativa do galego", prudencia que podería estar concretizada, entre outros casos, no feito de que nos cursos dirixidos a funcionarios da Administración de Xusticia estean impartidos por profesores "que garantam o conhecimento dos modelos normativos presentes na Galiza".

Segundo AGAL, a "censura" en concursos, certames ou calquera tipo de convocatoria polo simple feito de non seguir a normativa considerada como ficial é contrario a varios artigos da Constitución española, nos que se garanten os dereitos "lingüísticos dos cidadaos galegos". Estes dereitos, segundo a "Associacom da Lingua", están a ser conculcados pola Administración galega "pois suprimen a liberdade, esnaquizam a igualdade, obstaculizam a integracom social e impeden positivamente a participacom dos cidadaos na movimentacom cultural".

AGAL lembra que en Galicia non hai un "único critério de autoridade ortográfica", ó tempo que suliña a súa consideración de que a regulamentación xurídica da lingua non é competencia do Goberno galego senón do Parlamento.

A ADMINISTRAÇOM DENEGA SUBSÍDIOS SISTEMATICAMENTE À *AGAL*

Reproduzimos a seguir alguns dos *ofícios* recebidos das autoridades administrativas da «Xunta» dedicadas a «fomentar» a cultura galega. Considerem-se as «razons de peso» por que se denegam sistematicamente quaisquer ajudas ou subsídios a Associaçom Galega da Língua:



XUNTA DE GALICIA

CONSELLERÍA DE EDUCACIÓN E ORDENACIÓN UNIVERSITARIA
Dirección Xeral de Política Lingüística
Edificio Administrativo San Caetano SANTIAGO

VC/jr

Comunícolle que por Resolución do Excmo. Sr. Conselleiro, a súa solicitude, presentada ó abeiro da Orde do 19 de xaneiro de 1988, pola que se regula a concesión de subvencións a persoas físicas e xurídicas, sen ánimo de lucro, para a organización de congresos, xornadas e simposios que promocionen a lingua e literatura galegas, publicada no D.O.G. nº 36, do 23 de febreiro, desestimouse por: Non axustarse ás normas que rexe a Orde de convocatoria.

Santiago, a 25 de maio de 1988

Asdo.: Adolfo de Abel Vilela

XUNTA DE GALICIA

CONSELLERÍA DE EDUCACIÓN E ORDENACIÓN UNIVERSITARIA
Dirección Xeral de Política Lingüística
Edificio Administrativo San Caetano SANTIAGO

AAV/VC/jr

Comunícolle que por Resolución do Excmo. Sr. Conselleiro,a súa solicitude presentada ó abeiro da Orde do 21 de xaneiro pola que se convocan subvencións e bolsas de estudios, traballos e programas relacionados coa investigación científica da lingua e literatura ga legas desestimose por non existir suficiente dotación/ presupostaria.

Santiago, a 10 de xuño de 1988
O DIRECTOR XERAL DE POLITICA LINGUISTICA,

Asdo.: Adolfo de Abel Vilela

XUNTA DE GALICIA

CONSELLERIA DE CULTURA E DEPORTES
Dirección Xeral de Cultura
Edificio Administrativo San Caetano - Bloque 3 - SANTIAGO - Teléfono 56 60 00

PORTA DO CARME

CIACIÓN GALEGA DA LINGUA
OURENSE

Vistas as propostas da Comisión Avaliadora, constituida para o estudio das solicitudes presentadas ó abeiro da Orde de 14 de marzo de 1988, "Pola que se convocaba a concesión de axudas e subvencións de promoción e cooperación cultural, para persoas físicas e xurídicas" e máis a ampliación desta (Orde de 14 de xuño de 1988), a que se incorporan as solicitudes non subvencionadas na primeira, además das novas presentadas, a Consellería de Cultura e Deportes, non pode nesta ocasión, considerar / favorablemente a súa petición polos motivos seguintes: FALTA DE DISPONIBILIDADE PRESUPOSTARIA SUFICIENTE.

Santiago, 17 de Novembro de 1988

O XEFE DE SERVICIO DE RELACIONS CULTURAIS

CONSELLERIA DE CULTURA E DEPORTES
SANTIAGO DE COMPOSTELA
Rexistro Xeral SAIDA
Núm. 8715
Data 16 NOV 1988

ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA. OURENSE

Saberám as «nossas» autoridades o que é cultura galega? Saberám, simplesmente, o que é democracia e tratamento democrático aos cidados?

Folhas Novas E *Guia prático de verbos,* LIVROS BEM VENDIDOS

Segundo se lê em jornal corunhês o dia 26 de Março de 1989, os volumes editados pola Associaçom Galega da Língua *Folhas novas* e *Guia prático de verbos galegos conjugados* acham-se entre os des livros mais vendidos nas livrarias da Galiza. Os dados foram fornecidos polas livrarias Couceiro e Folhas Novas (de Santiago), Arenas e Nós (da Corunha), Hélios (de Ferrol), Alonso (de Lugo), Queixumes e Malheira (de Ourense), Lafer, Bertrand e Nóbel (de Vigo) e Michelena (de Ponte-Vedra).

Apesar da beligerância «antilusista» de autoridades académicas e administrativas, os cidadaos seguem a procurar as publicaçons escritas em bom galaico-português. Seguimos a ter esperança no futuro da Galiza!

LIBROS MAIS VENDIDOS EN GALEGO

TITULO	AUTOR	EDITORIAL
1. Don Hamlet	Alvaro Cunqueiro	Galaxia
2. A ceo aberto	X. Fernández Ferreiro	Do Castro
3. Fumes de papel	Xavier Docampo	Via Láctea
4. Ilustrísima	Carlos Casares	Galaxia
5. O ollo pecho e outras historias desagradables	Anxo L. Barranga e J.A.R.	Sotelo Blanco
6. Polaroid	Suso de Toro	Xerais
7. A fuxida	X.M. Martínez Oca	Xerais
8. Remuiños en coiro	Ursula Heinze	Xerais
9. Verbos galegos conxugados. Guía práctica	Varios	Agal
10. Follas Novas	Varios	Agal

Lista elaborada por la Federación de Libreiros de Galicia con datos facilitados por las siguientes librerías: Couceiro, Follas Novas (Santiago de Compostela); Arenas, Nós (La Coruña); Helios (Ferrol); Alonso (Lugo); Queixumes, Malleira (Orense); Lafer, Bertrand, Nóbel (Vigo); Michelena (Pontevedra).

Clásicos e novos autores compoñen unha lista de ventas pedagóxica

Os clásicos da literatura galega como «Don Hamlet» de Alvaro Cunqueiro mistúranse na lista de «máis vendidos» con autores contemporáneos que están a ter cada vez máis aceptación para os lectores. Carlos Casares con «Ilustrísima», Xosé Fernández Ferreiro con «A ceo aberto» ou Xosé Manuel Martínez Oca con «A fuxida» son algúns deles. O curioso é que as obras destes autores amosadas no cadro de «máis vendidos» non sexan as máis recentes da sua producción. A razón delo pode atoparse en que son libros recomendados nos institutos e nos colexios de toda Galicia. O mesmo acontece con «Don Hamlet» ou as dúas obras derradeiras do cadro que son máis libros de texto ca literatura propiamente dita. A conclusión de todo elo no é precisamente positiva para as letras galegas. Non embargantes, quedan mostras «minimalistas» como «Polaroid» de Suso de Toro ou «Ollo pecho e outras historias desagradables»

Agal edita una guía que enseña a conjugar más de 8.000 verbos gallegos

Santiago (Redacción). La Asociación Galega da Lingua (Agal) ha publicado un diccionario-guía de verbos gallegos, en la que se enseña a conjugar más de ocho mil.

La obra, titulada «Guia práticO de verbos galegos», informa asimismo de las diferencias y semejanzas de las formas gallegas con las brasileñas y portuguesas. Los autores lo califican como «un vademécum agil en que se evita o exceso de paradigmas».

Se ofrecen un total de 55 modelos, entre regulares, irregulares, y pronominales, así como de aquellos de conjugación más complicada, como los que tienen raíz que termina en vocal, y los que presentan problemas gráficos y radical alternante.

La autoría de esta obra, única de su estilo existente en Galicia, es de la comisión lingüística de dicha asociación cultural, en la que figuran profesionales de la Universidad y de otros niveles de la enseñanza, así como miembros de la Asociación de Profesores de Lingua e Literatura. En concreto, son José Antonio Souto Cabo, Isaac Alonso Estravis, Joan José Costa Casas, Julio Diéguez Gonzalez, Alberto García Bessada, António Gil Hernández, Luis Gonzalez Blasco, Maria do Carmo Henríquez Salido, Joan Carlos Rábade Castinheira, Henrique Rabunhal Corgo, José Luis Rodríguez, Felisindo Rodríguez Vilarinho y Paulo Valério Arias.

AS DEPUTAÇONS NA GALIZA PREMIAM OS «SEUS COLABORADORES»

A «Associaçom Galega da Língua (AGAL) já tem denunciado em várias ocasions o circuíto de prémios e auto-bombos e o clientelismo retro-alimentado apoiado nas estruturas do poder e nos fundos públicos de todos os galegos. Por motivo da concessom dos prémios *Otero Pedraio,* a AGAL tem que denunciar, mais umha vez, perante a opiniom pública:

1. Resulta verdadeiramente surpreendente que a uns prémios de tal quantidade económica se apresentam tam poucos candidatos, o que demonstra o grande desprestígio subjazente nesta modalidade de prémios.

O júri em nengum modo cumpriu o que se estabelecia nas bases (ver Boletim da Província de Ourense de 6 de Outubro), pois:

a) O «persoeiro» premiado nom se tem distinguido polo seu trabalho em defesa da *identidad nacional da Galiza,* e os seus trabalhos sobre língua e cultura nom som «sobranceiros».

b) Outro dos premiados tampouco se ajusta às bases, pois a obra «A Divina Comédia», entendemos a obra do Dante, já está traduzida desde hai muito tempo para o galego-português. Polo qual nom ten contribuído a exaltar o nosso único idioma nacional. Por outra parte, esta obra só é e vai ser lida por umha minoria ilustrada que pode lê-la na versom original, muito mais rica, ou na versom em galego-português. Neste caso tampouco se promocionam os valores «enxebres» da Galiza nem se prestígia aos seus homes e instituiçons.

3. Perante o obscurantismo manifesto na decisom do júri, a AGAL tem que perguntar-se que entidades culturais ou académicas, que presidente da Deputaçom ou que Conselharia tivo a ocorrência de propor ao senhor premiado, havendo na Galiza personalidades com muitos mais méritos para receber dito prémio.

4. Por último, a AGAL tem que lamentar que na Galiza se esteja instrumentalizando a cultura galega com finalidade clientelar, resultando premiados assi pessoas que, apesar das suas declaraçons públicas contra o sistema, nom tenhem o menor escrúpulo em receber e recolher o dinheiro público de todos os galegos.

Compostela, 28 Fevereiro 1989

As duas pessoas premiadas fôrom Jesus Alonso Montero e Dario Xohán Cabana.

Agal critica la concesión del «Otero Pedrayo» a dos de los premiados

Orense (Redacción). La asociación reintegracionista Agal hace una dura crítica a la concesión de los premios «Otero Pedrayo 1988» a dos de los galardonados, señalando que resulta sorprendente que a unos premios de tal cuantía económica se presenten tan pocos candidatos, lo que demustra el gran desprestigio subyacente en esta modalidad.

Aga l indica que el «persoeiro» premido no se ha distinguido por su trabajo en defensa de la identidad nacional de Galicia y que sus trabajaos sobre la lengua y cultura no son sobresalientes.

Otra de las obras premiadas tampoco se ajusta a las bases, según la asociación lusista, que entiende que la obra de Dante «La Divina Comedia» ya fue traducida hace mucho tiempo al «galego-portugués». Por otra parte, dice, esta obra va a ser leida por una minoría ilustrada, que puede hacerlo en la versión original o en «galego-portugués», por lo que estima que no se promocionan los valores «enxebres» de Galicia, ni a sus hombres e instituciones.

Se pregunta la Agal, ante el obscurantismo en la decisión del jurado, qué entidades académicas o culturales, o que autoridad provincial o autonómica, tuvo la ocurrencia de proponer al premiado, habiendo en Galicia personalidades con más méritos para recibir dicho premio. Lamenta, por último, que en se esté instrumentalizando la cultura gallega con finalidad clientelar.

AGAL ACUSA A LAS DIPUTACIONES DE PREMIAR LA ENDOGAMIA CULTURAL

OURENSE. Corresponsal

La Asociación Galega da Lingua, AGAL, hizo ayer público un comunicado en el que, bajo el título "Las diputaciones gallegas premian a dos colaboradoes de la camarilla endogámica cultural", critica abiertamente la concesión de los premios Otero Pedrayo de este año.

En el comunicado se afirma que la Asociación Galega da Lingua ya había anunciado en varias ocasiones el circuito "de premios y autobombos y el clientelismo retro-alimentado" apoyado en las estructuras del poder y en los fondos públicos de todos los gallegos. El comunicado de AGAL denuncia que, con motivo de la concesión de los premios Otero Pedrayo, "resulta verdaderamente sorprendente que a unos premios de tal cantidad económica se presenten ya pocos candidatos, lo que demuestra el gran desprestigio subyacente en esta modalidad de premios". Asimismo, AGAL denuncia que el jurado no cumplió lo establecido en las bases del premio, ya que el "persoeiro" premiado no se ha distinguido por su trabajo en defensa de la identidad nacional de Galicia, y sus trabajos sobre la lengua gallega y su cultura son "sobranceiros".

AGAL critica la designación de los premiados en el Otero Pedrayo

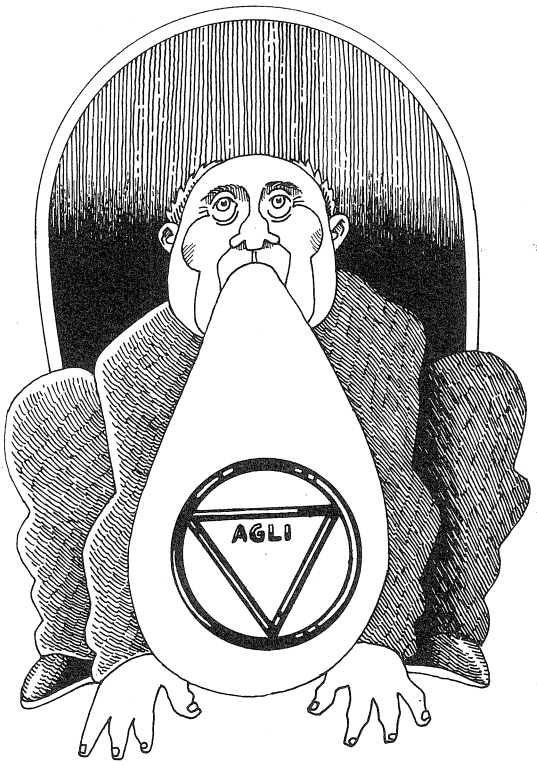
Redacción

Orense

La Asociación Galega da Língua denuncia lo que considera circuito de premios y "auto bombos y el clientelismo retroalimentado que se apoya en las estructuras del poder y en los fondos públicos". Las críticas se centran en el último Otero Pedrayo, entre otros motivos, por la presencia de tan pocos candidatos.

AGAL recuerda que el jurado no cumplió con las bases, puesto que el "persoeiro" premiado, Xesús Alonso Montero, no se distingue por su trabajo en defensa de la identidad nacional de Galicia. Sobre los otros premiados opina que tampoco se ajustan a las bases, caso de la traducción de la "Divina Comedia", puesto que no se promocionan los valores "enxebres de Galicia ni se prestigia a sus hombres e instituciones".

Pregunta AGAL quién tuvo la idea de proponer al premiado, habiendo personalidades "con más méritos", y lamenta que en Galicia se instrumentalice "la cultura gallega con finalidad clientelar,. resultando premiadas personas que,a pesar de sus declaraciones públicas contra el sistema, no tienen el menor escrúpulo en recibir y recoger el dinero público de todos los gallegos".


AGLI

MAIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

O dia 2 de Janeiro de 1989 dirigia a Presidência da AGAL um escrito à Mesa de Petiçons do Parlamento da Galiza nos seguintes termos:

Maria do Carmo Henríquez Salido, Presidenta da Associaçom Galega da Língua (AGAL) e no seu nome e representaçom, perante quem corresponder formula as seguintes perguntas:

1.ª Se os Directores ou Responsáveis dos Serviços de Normalizaçom Lingüística, que funcionam nas quatro Delegaçons Provinciais da Conselharia de Educaçom, ocupam praças convocadas a concurso público de méritos entre funcionários: quais som as bases da convocatória e em que D.O.G. se publicarom?

2.ª Se nom é assi, som cargos de *livre designaçom?*

Se a resposta é afirmativa: que *partido político* dos representados no Governo, avaliou ou considerou da *sua confiança* cada um dos quatro Directores Provinciais do Serviço de Normalizaçom Lingüística?

O que solicito para que exista maior transparência perante os cidadaos da Galiza e porque é de justiça.

Em Ourense a trinta e um de Dezembro de 1988.

Mesa de petiçons do Parlamento Galego. Santiago de Compostela (Galiza).

Por essas mesmas datas organizaçons políticas e sindicais faziam-se eco do mesmo tipo de irregularidades a que se referia o escrito da Associaçom Galega da Língua.

Eis a notícia dada pola imprensa diaria:

Varias organizaciones denuncian irregularidades en cursos de gallego

Orense (Redacción). Representantes de los sindicatos de enseñanza de CC OO, INTG y SGTE y de los partidos políticos PCG, FPG, PCLN y MCG firman un escrito en el que denuncian lo que consideran irregularidades cometidas por responsables del servicio de política lingüística de la delegación de Educación, al formentar el pluriempleo y discriminar a los desempleados en los cursos de gallego y discriminar a profesores por razones de norma ortográfica.

Los firmantes del escrito consideran lamentable que los responsables de la dirección general de política lingüística en la delegación, estén contrantando a pluriempleados, que ya tienen un salario digno, y no se atienda a personas tituladas en situación de desempleo para los cursos de gallego. Denuncia igualmente el escrito que no se puede consentir que las autoridades empleen sus despachos «para calumniar e difamar» a personas comprometidas con la cultura gallega y al mismo tiempo hagan «examen» de consciencia a los solicitantes de cursos de gallego.

Por ello, al organizaciones firmantes del escrito consideran necesario que se convoquen publicamente las plazas de profesores de los cursos de gallego, dando preferencia a los desempleados que presenten el correspondiente titulo y exigen que se repseten los acuerdos del Parlamento gallego en materia de normalización lingüística.

As Organizaçons abaixo assinantes ante certas irregularidades cometidas polos responsaveis da delegaçom provincial da Direcçom Geral de Política Lingüística na cidade de Ourense == QUEREM FAZER AS CONSIDERAÇONS QUE SEGUE;

1º.- NESTA DELEGAÇOM FOMENTA-SE O PLURIEMPREGO E DESCRIMINA-SE AOS DESEMPREGADOS

É lamentável que os responsáveis desta Direcçom Geral, para impartir cursos de língua, estejam contratando a pluriempregados, = que já tenhem um salário digno, e se deixe na rua a pessoas titula das em situaçom de desemprego.

2º.- EMPREGAM OS DESPACHOS PARA FAZER AMEAÇAS

Nom se pode consentir que as autoridades empreguem os seus despachos para caluniar e difamar pessoas comprometidas com a cultura galega e, ao mesmo tempo, fazer um "EXAME" de consciência aos solicitante de cursos de galego, sentindo-se estes coaccionados. É esta umha atitude que atenta contra o artigo 14 da constituiçom.

3º.- AS ORGANIZAÇONS ABAIXO ASSINANTES CONSIDERAMOS QUE, DADA A UTILIZAÇOM DE FUNDOS PUBLICOS PARA REALIZAR OS CURSOS DE LÍNGUA É= NECESSÁRIO QUE SE CONVOQUEM PUBLICAMENTE AS PRAÇAS DANDO-LHE PREFERÊNCIA AOS DESEMPREGADOS QUE APRESENTEM A TITULACOM CORRESPONDENTE.

4º.- EXIGIMOS QUE SE RESPEITEM OS ACORDOS DO PARLAMENTO EM MATÈRIA DE NORMALIZAÇOM LINGUÍSTICA e QUE PORTANTO NOM HAJA DISCRIMINAÇOM= POR RAZONS DE NORMA ORTOGRÁFICA.

Federación de Enseñ... de CC.OO
D.N.I. 34608.040

Partido Comunista de Galicia
Manuel Peñalva DNI 34.434.121.

Sindicato do Ensino UTEG-INTG
DNI 34719936

FRENTE POPULAR GALEGA
DNI 34.902.006

PCLN
34603916

U.P.G. (União do Povo Galego

M.ª P. Galo HCG.

SETE
35.434.901

APRESENTAÇOM DO NÚMERO 15 DA REVISTA *AGÁLIA*

O dia 31 de Janeiro, às 20,30 da tarde, na Galeria «Sargadelos» da cidade de Ourense, sita na Av. da Havana, tivo lugar o acto de apresentaçom do número 15 da revista *Agália,* por Nemésio Barxa (Advogado), Pedro Fernández-Velho (Professor), Ramom Nogueira (Médico) e Maria do Carmo Henríquez, Presidenta da AGAL.

Neste número incluem-se estudos como o do professor do Colégio Universitário de Ourense, Dr. José Manuel Cid Fernández, sobre «Nova educaçom republicana e propostas de galeguizaçom educativa em Ourense (1929-36)», em que se explica com rigor o significado de pessoas da cultura de Ourense e mestres, alguns deles mortos recentemente. Um trabalho do professor da Universidade de Gröningen, Dr. Domingos Prieto, sobre «O rotacismo galego», com abundantes exemplos desta particularidade fonética em referência a várias localidades da província.

Na secçom de «Documentaçom e Informaçom» insere-se abundante material sobre o conflito lingüístico na Galiza e o tratamento que tiverom nos meios de comunicaçom galegos, diversos comunicados elaborados pola AGAL, sendo fácil verificar as divergências presentes entre o original e os titulares dos jornais galegos em que se publicou a notícia ou também onde se silenciou.

Com Notas sobre «Um vilancico mindoniense de 1825 conservado em Toro (Çamora)» da autoria de José Martinho Montero Santalha, recensons sobre *Vida escura,* do escritor de A Corunha Jenaro Marinhas e outros livros recentemente publicados, textos de Antologia da autoria de Manuel Lourenço e Vergílio Alberto Vieira completa-se este número, correspondente ao «Outono de 1988».

RENOVAÇÃO EMBAIXADA GALEGA DA CULTURA. MADRID

A *Renovação* (Embaixada Galega da Cultura), associação cultural integrada fundamentalmente por galegos residentes em Madrid, informa à opinião pública que, apresentada toda a documentação no registo do Ministério correspondente para sua legalização, acaba de eleger o primeiro Conselho de Governo que está formado polas seguintes pessoas:

Presidência: D. José Ramom Rodrigues Fernandes (Escritor); *secretaria:* Dna. M.ª Dolores Alonso Paio (Professora); *tesouraria:* D. José Ramom Alvarez do Bairro; *vogais:* D. José Luis Galego Rolam (Professor de Arte), D. Crisanto Veiguela Martins (Estudante), D. Tomé Martins Rodriguez (Estudante).

Esta Associação empregará como idioma oficial o Galego-Português nos seus comunicados e publicações. Tirará uma revista com o mesmo nome da Associação e, num futuro próximo, aspiramos sacar a lume livros de temática diversa.

Trabalharemos sem descanso para que o galego atinja condição de idioma internacional que por direito lhe corresponde; sucederá isso no momento em que deixe de escrever-se nessa «sub-norma» do castelhano a que ficou reducido polos oficialistas dos sucessivos governos da Galiza.

Madrid, 19 de Janeiro de 1989

A direcção:

Renovação
Embaixada Galega da Cultura
Aptdo 40.047. 28080 Madrid

ACTIVIDADES DA ASSOCIAÇOM REINTEGRACIONISTA DE ORDES (A.R.O.)

A Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O) fundou-se nesta vila no mês de Junho de 1988. Nos seus estatutos define, como objectivo fundamental, a normalizaçom do galego-português na Galiza e sinala como ámbito de trabalho para desenvolver as suas actividades a vila e comarca de Ordes. Até o dia de hoje a A.R.O. tem trabalhado sem descanso pola consecuçom do fim proposto, com notável êxito porquanto as actividades da Associaçom tivérom eco e acolhida favorável na sociedade de Ordes e do seu entorno.

Entre as actividades desenvolvidas destacam as seguintes:

—Realizaçom de um *curso de galego-português* (normativa de AGAL) para membros da A.R.O., que durou desde o 3 de Setembro ao 12 de Novembro de 1988, com grande aproveitamento. Aos assistentes foi-lhes entregado un diploma acreditativo, expedido pola AGAL.

—Organizaçom de um *magosto popular,* o dia 12 de Novembro de 1988, com numerosa assistência de gente jovem da comarca e vila de Ordes.

—Colaboraçom na *campanha de apoio ao professor Mário Alonso Nozeda,* represaliado por impartir as suas aulas em normativa reintegrada.

—*Apresentaçom pública da A.R.O.* aos vizinhos de Ordes que tivo lugar o 13 de Janeiro de 1989. Nesse acto, celebrado no salom de actos da Cámara Agrária e que contou com numerosa afluência de público, membros do Conselho Directivo da A.R.O. explicarom os objectivos da Associaçom, assi como as actividades projectadas.

—*Ciclo de conferências.* Tivo lugar nos locais do Instituto de Bacharelato e na Cámara Agrária de Ordes. Participárom os seguintes conferencistas: Bernardo Penabade Rei, professor de língua e literatura e membro do Conselho da AGAL, que pronunciou a conferência intitulada «Análise global do conflito lingüístico na Galiza». O professor António Gil Hernández, filólogo e sócio-lingüista, cuja conferência versou sobre «Diglossia: conceito ajeitado à Galiza?». O professor Enrique Rabunhal Corgo, escritor e membro do Conselho da AGAL, que falou sobre «A vida e obra de C. Emílio Ferreiro«. E por último fechou o ciclo o professor Isaac Alonso Estravis, filólogo e lingüista, que falou sobre «O reintegracionismo em Otero Pedraio, Risco, Castelao e Viqueira». As conferências tivérom lugar o 20 e 27 de Janeiro e o 10 e 17 de Fevereiro.

—Apresentaçom ao concelho duns *escritos* solicitando a criaçom de umha Blibioteca Municipal e a recuperaçom dos nomes tradicionais e populares das ruas e praças do povo.

—Actividades de base como pegada de cartazes, contacto com outras associaçons para prováveis actividades conjuntas, etc.

Além de todos estes actos, a Associaçom tem publicado três números da sua revista, do mesmo nome, e tem-se financiado com a venda de auto-colantes, lotaria de Natal e a própria revista.

Para o futuro a Associaçom tem projectadas também outras actividades como:

—Realizaçom de um curso de galego-português para os vizinhos do concelho.

—Criaçom de um grupo de teatro.

—Organizaçom de um concerto de Rock.

—Apresentaçom ao Concelho de um projecto para um concurso literário.

—Continuaçom no labor de normalizaçom da nossa língua centrando-nos em todos aqueles colectivos culturais, desportivos e recreativos que convivem com nós na vila.

Quanto ao financiamento da Associaçom, a começos deste ano foi-lhe concedido um subsídio de 35.000 pesetas polo Patronato de Cultura Municipal de Ordes, organismo no qual A.R.O. conta com um representante.

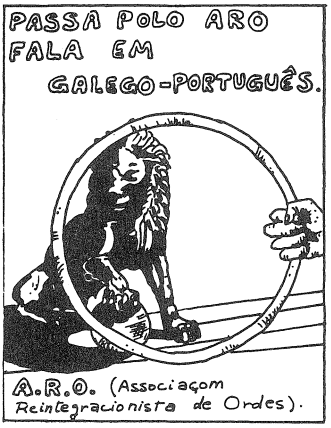
A.R.O. considera que o desenvolvimento das actividades citadas tivérom grande êxito tanto pola participaçom entusiasta dos sócios como pola acolhida do público, ao que se

fijo chegar umha grande quantidade de informaçom sobre o reintegracionismo. Boa prova disto é que o número de membros da A.R.O. continua crescendo, e aumenta também o número das pessoas que simpatizam e colaboram. Considera também o Conselho Directivo que A.R.O., como a primeira associaçom reintegracionista de ámbito local que surgiu na Galiza, tem direito, com toda a humildade até, a propor-se como exemplo do que se pode fazer, mesmo desde a mais absoluta precariedade de meios, quando há vontade decidida de trabalhar polo nosso idioma. Convidamos às pessoas e grupos que podam fazê-lo a criar por toda a Galiza associaçons como a nossa, que sejam capazes de incorporar ao labor de normalizaçom lingüística um grande número de pessoas sem necessidade de que estas sejam lingüistas profissionais nem técnicos na matéria. Cremos que neste ámbito é necessário pôr um maior esforço com o fim de alargarmos o campo de trabalho e de que cada vez colaborem mais pessoas.

O Conselho Directivo da A.R.O. quer fazer público o seu agradecimento aos membros de AGAL que nos dêrom o seu apoio e a sua valiosa e desinteressada colaboraçom.

Conselho Directivo da A.R.O.

Ordes, 12 de Março de 1989



Acordo ortográfico para a lusofonia: Mais umha vez

A *Comissão para a integração da Língua da Galiza no Acordo da Ortografia Unificada,* que preside o Membro de Honra da A.GA.L., Excmº Sr. Dr. D. Ernesto Guerra da Cal, tivo conhecimento das «Bases» e documentos correlativos por que se reforma o *Acordo Ortográfico* de 1986, assinado no Rio de Janeiro o 12 de Maio polas Delegaçons e Observadores de todas as naçons e entidades internacionais interessadas na vertebraçom da Comunidade Lusófona Transcontinental. (Deste Acordo figera-se eco a *Comissom Lingüística* da A.GA.L. e emitira um «parecer» oficioso, recolhido no núm. 8 (Inverno de 1986) da revista *Agália,* pp. 457-461).

As «Bases» reformadas reintroduzem os acentos gráficos, mantenhem a supressom extensa dos grupos cultos e reformulam as regras para o emprego do hífen. Afora decisons pontuais, sempre nalgumha medida discutíveis, a citada *Comissão* especifica «que as propostas das 'Bases de 1988' da Academia das Ciencias permitem a unificação gráfica da nossa lingua numa só norma padrão e reforçam a sua unidade estrutural, atendendo tanto à história, quanto aos estados atuais da lingua, evitando assim a sua desagregação». Esse é o sentido fundamental do «Parecer» enviado à Academia das Ciências de Lisboa pola antedita Comissom o 30 de Janeiro de 1989.

SOCIALIZAÇOM DO REINTEGRACIONISMO

Apesar dos atrancos administrativos, continuamos os «lusistas» a progredir (som os outros os que persistem em recuar...). Comprove-se:

No futebol:

No humor:

XAQUÍN MARÍN

Na Administraçom Local:

Concelho de S. Cristovo de Cea (Ourense)

EDITAL

Dando cumprimento ao disposto no art. 42 b) da Lei 11/1985, de adaptaçom da do Solo à Galiza, polo presente fai-se público que este Concelho tramita expediente para a seguinte autorizaçom:

Construcçom de local para forno, nas proximidades de Cea, no ponto conhecido como "O lameiro de Arriba", kilómetro 28,9 da estrada OR-204, solicado por Dª Maria Jesus Rodriguez Sarmiento e Dª Josefa Barrosa Pérez.

Este expediente poderá ser objecto de exame no escritório municipal durante o plazo de quinze dias a contar da inserçom do presente anúncio no diario **La Región**

Em Cea, a 22 de fevreiro de 1989
O ALCALDE,

Nos negócios:

«Este país está cada dia más desvertebrado, roto, sin valores comunes, sin unas élites que lo articulen y dirijan, pues son de una ineptitud pavorosa»

Adolfo Domínguez, un lusista votante del PSOE que cree que la etiqueta «moda de Galicia» es un anacronismo

Orense (Redacción, por Pepe Seoane). Adolfo Domínguez nació en Trives, en 1950. Está casado y tiene tres hijas: Adriana, Andrea y Tiziana. Es, hoy por hoy, el diseñador de moda que más pesa en España, aunque su apariencia física no sea, precisamente, la de un peso pesado. Tras varios años de silencio, ha vuelto a hablar. No cree que la etiqueta Moda de Galicia tenga el más mínimo futuro, se manifiesta especialmente crítico con «la derecha» y dice ser, en el plano estrictamente lingüístico, lusista. «¿Qué se puede ser, si no? La única posibilidad de supervivencia del gallego es su identificación con el portugués, que es el mismo idioma, pero evolucionado. A los no lusistas, una postura provinciana y poco lúcida, los barrerá el tiempo». Sin necesidad de que se le pregunte por ello, matiza inmediatamente que su identificación con los lusistas se limita al plano lingüístico. De la misma forma, dice que Felipe González es el político más lúcido de España y, en otro plano, que Gómez Franqueira fue el único líder con categoría que ha producido la derecha orensana.

O GALEGO, «ASIGNATURA» PENDENTE NA JUSTIÇA

Nos começos do mês de Fevereiro apareceram, mais umha vez, referências à normalizaçom lingüística, ainda pendente, nos ámbitos judiciários. O dia 5 deste mês a imprensa publicava umhas declaraçons do Magistrado Sr. de la Huerga Fidalgo, nado na província de León: «Sempre permitim que se declarasse na própria língua. O autêntico muro é a escrita. Há um par de anos ditei umha sentença *publicada no núm. 7 (Outono de 1986)* de AGÁLIA, *pp. 351-4)* neste idioma. A atitude da Audiência nom foi virulenta nem muito menos. Ninguém dixo nada; em todo o caso, forom os comentários próprios da novidade». E continua explicando o jornalista: «Coincidiu com outra em que foi ponente Claudio Movilla *(actual presidente da Audiência de Sevilha)* que emitiu o seu falho em galego normativo (?). De la Huerga fijo-o em reintegrado *(galaico-português)*. «A Sala aceitou que se figesse assim. A Audiência deu, inclusivamente neste caso, liberdade de actuaçom.

La próxima edición del Código Penal en este idioma, empleado sólo en media docena de sentencias, síntoma del lento camino de la normalización lingüística

Gallego, asignatura pendiente en la Justicia

La Coruña (Redacción, por Maria do Carme Cotelo). La lengua gallega vive en la actualidad una situación plena de anormalidades. Mientras para la mayoría de los ciudadanos de este país es el idioma corriente de expresión, en ciertos ámbitos sociales sufre una veda indefinida que lentamente se va venciendo. Una de las parcelas en las que más claramente se percibe es la Administración de Justicia, a pesar de que no faltan leyes que protejan este derecho. Pero, según franca confesión de un magistrado, «se se cumplira, dábame cun canto nos dentes». De todas formas, recogiendo el sentir de varios jueces, en estos momentos la situación es moderadamente optimista ya que, por lo menos, la andadura ha comenzado: media docena de sentencias dictadas en gallego, la próxima salida del Código Penal en este idioma y la posible creación de un gabinete de traducciones en la Audiencia Territorial son factores que avalan esta opinión. Afirman con convencimiento que la actitud del colectivo judicial no es el rechazo al gallego; en todo caso, hay una inercia generada por la comodidad a adaptarse a nuevas fórmulas. Las posturas abiertamente enfrentadas no pasan de dos o tres en toda Galicia.

La justicia en Galicia se administra en castellano

El presidente de la Audiencia Territorial alega que no tienen traductores

■ DdG / A Coruña

La justicia en Galicia se administra en castellano. Es igual que el juicio reúna a filólogos latinos, ultraderechistas o labregos que jamás practicaron la gramática del imperio. Delante del juez hay que hablar como Dios mandaba hace años, en el mismo español rancio que sigue usándose para redactar las sentencias. Ningún documento nacido en las audiencias gallegas va escrito en el que debiera ser su idioma natural. En realidad, es cuestión de pura ignorancia. El presidente de la Audiencia Territorial de Galicia, José Cora Rodríguez, ilustró perfectamente la situación: "Si no escribimos los documentos en gallego, es porque aquí no contamos con un equipo de traductores".

Hasta ahora no ha habido ningún tipo de comunicación oficial entre la Xunta y las audiencias gallegas en este sentido. En opinión de José Cora, la iniciativa debe partir del Gobierno gallego, que todavía no ha remitido ninguna 'recomendación' a los titulares de los juzgados.

La opinión del primer juez de Galicia no es del todo compartida por el director xeral de Política Lingüística, Adolfo de Abel Vilela: "Iso é un dicir. A normalización é cousa de todos e as iniciativas tamén deberían partir deles". Sin embargo, el propio Abel Vilela reconoció que la lentitud con que el idioma gallego va infiltrándose en la administración de justicia es la normal en estos casos: "Non lle debe extrañar a ninguén porque estas cousas non se fan en dous días".

De la misma opinión es José Luis Meilán Gil, catedrático de Derecho Administrativo y político de centro, que definió como "una operación de tiempo" el acercamiento del gallego a las salas de justicia. "Creo muy poco en las normalizaciones por decreto", dijo Meilán, "pero tampoco creo que exista una determinada postura en contra de la utilización del idioma gallego".

El abogado coruñés publicó hace dos meses cuatrocientas páginas bajo el título 'Dereito estatutario galego'.

El ritmo es lento, pero poco a poco va dando muestras de seguridad. El próximo otoño, las librerías pondrán a la venta las primeras traducciones al gallego de los códigos civil y penal, una medida "fundamentalísima", en palabras de Abel Vilela. Actualmen-

O «BILINGÜISMO» TAMBÉM NA U.R.S.S.

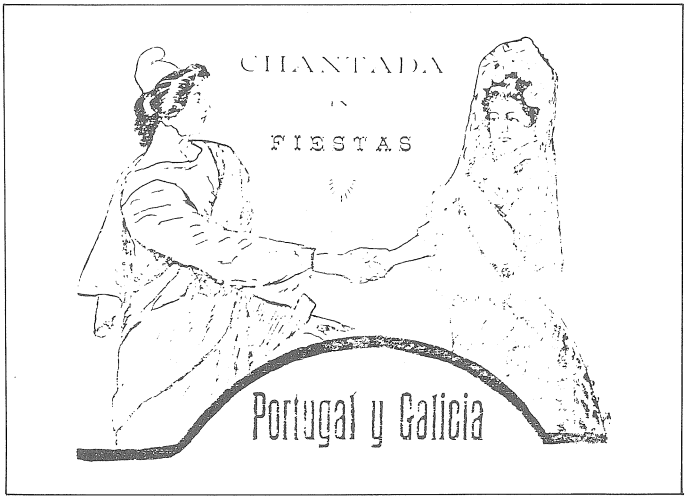
A Prof.ª Helena Mikhailovna, da Universidade de Leninegrado, convidada polo Departamento de Filologia Galega, explicou numha das suas intervençons públicas «o estado actual da situaçom lingüística da Uniom Soviética —onde coexistem quatrocentas línguas diferentes— e mais a problemática particular das Repúblicas bálticas e caucásicas *(em que se estám a padecer os denominados pola imprensa espanhola «conflitos nacionalistas»)*.

«Segundo expujo a especialista soviética, a teoria mais defendida na actualidade naquele Estado (URSS) é a defesa de um 'bilingüismo bilateral', mantendo-se o ruso como idioma nacional e fortalecendo-se todas as outras línguas das diferentes Repúblicas. Neste ponto, Helena Mikhailovna lembrou a existência de territórios em que chegam a conviver quatro ou mais línguas, o que exige que as diferentes problemáticas sejam atendidas de maneira individual e com base no conhecimento exacto e científico das particularidades de cada área».

Recolhemos da imprensa diária. Nom pudemos recolher informaçom pontual sobre o moldávio, por exemplo, ou sobre a rusificaçom progressiva da sociedade soviética em todo o território da URSS: a imprensa diária nom dizia nada destes «episódios»... Nom «soa» a exposiçom da professora a cançom já sabida?

MEMÓRIA DA HISTÓRIA

Em pleno coraçom da Galiza, no primeiro terço do século, com o ensejo da visita à vila de umha banda de música lusitana, aparecia no programa das festas locais a ilustraçom que se reproduz.



Ela, com o seu grafismo, reflecte, melhor que muitas expressons literárias, a visom que um galego —a autovisom da maioria dos galegos?— tinha do seu país em relaçom com o irmao.

Duas mulheres a darem-se a mao: —«Región gallega» colonizada, sem nada que a identifique como galega!— com cursis acenos espanholeiros, a luzir a clássica «mantilla»: a outra, toda umha Dona República Portuguesa, barrete frígio incluído, e atitude bem mais digna.

E ainda é de agradecer que, de fronte ao folclorismo alheio da «Galicia» —GAL. y CIA, que poderia sugerir um humorista— nom se apresente um Portugal «portuxés» e miserável como o vem tantos «ignorantes, imbecis e obscuros» indígenas desta banda da raia!

SOBRE OS IRMANDINOS

O 8 de Janeiro deste ano, em *El Correo Gallego,* publicava-se um artigo sobre o tema, da autoria de David González Castro. Nele diz-se: «No ano 1474, ao produzir-se a morte de Henrique IV, depois de vários intentos sobre os possíveis sucessores no reinado, proclamou-se herdeira a irmá dona Isabel, casada com dom Fernando de Aragom. Entrementres, o arcebispo de Santiago, dom Alonso de Fonseca, e o conde de Monterrei pretendêrom anexionar o reino de Galiza ao de Portugal. Mas os Reis Católicos, ao conhecerem tam disparatado propósito, embora a sua actividade nom lhes permitia acudir a todas as partes de vez, designárom dous magistrados de grande zelo na justiça, dom Fernando Acuña, filho do conde de Buendía, como viçorrei com plenos poderes, e o lincenciado dom Garci-López de Chinchilla, como corregidor».

Sem comentários.

IN MEMORIAM

Na morte de Rodrigues Lapa

José-Martinho MONTERO SANTALHA

No 28 de Março do presente ano de 1989 faleceu em Anadia o professor Rodrigues Lapa, a quem tanto deve a Galiza. Apresentamos aqui, em homenagem de urgência, um sucinto escorço bio-bibliográfico, restringido àqueles aspectos que fazem mais directamente referência à Galiza e às relaçons lingüístico-literárias galego-portuguesas (1).

Manuel Rodrigues Lapa nasceu na vila beiroa de Anadia, no distrito de Aveiro, o dia 22 de Abril de 1897.

A publicaçom em 1930 da sua tese de doutoramento *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média,* que ia tornar-se umha obra clássica e fundamental sobre o nosso lirismo medieval, ganharia para o seu autor um precoz prestígio de mestre sobre antiga língua e literatura galego-portuguesa.

O estudo das origens da nossa poesia medieval conduziu-no naturalmente a descobrir este pequeno país de língua portuguesa que é a Galiza, cujo desconhecimento em Portugal ele tantas vezes lamentou e procurou corrigir. Desde entom a Galiza ia arreigar tam profundamente no seu coraçom que já nunca na sua longa vida deixaria de estar presente na sua obra e nas suas actividades, como umha espécie de necessidade interior mas também por um sentido de dever moral, segundo o seu próprio testemunho. Até, por ter nascido uns 25 quilómetros ao norte do rio Mondego, limite meridional da antiga Gallaecia, Lapa sentirá orgulho em declarar-se galego.

---

(1) Quem desejar conhecer mais profundamente estes e outros aspectos da biografia de Lapa pode consultar os seguintes trabalhos nossos: «Os 80 anos de Rodrigues Lapa», em: *Teima* (Santiago de Compostela), núm. 24 (26 de Maio / 2 de Junho de 1977), pp. 30-31; «Rodrigues Lapa, mestre de galeguidade», em: *La Región* (Ourense), 14 de Maio de 1983, pág. 3; «Rodrigues Lapa e a Galiza (Crónica de um longo amor)» em: VÁRIOS, *Colectánea de Estudos em Homenagem a Rodrigues Lapa,* Anadia 1984, pp. 77-93 (com ulterior bibliografia); «RODRIGUES LAPA, Manuel», em: *Gran Enciclopedia Gallega* (Santiago-Gijón), tomo 27; («Río» - «Santa»), s.d. (1985), pp. 39-40 (com breve nota bibliográfica final); «Rodrigues Lapa, um galego de Anadia», em: *A Nosa Terra* (Vigo), núm. 381 (6 de Abril de 1989), pp. 16-17 (com falta de várias linhas, completadas na rectificaçom publicada no número seguinte; núm. 382 (13 de Abril de 1989), pág. 17); «Rodrigues Lapa: In Memoriam», em: *Nós: Revista internacional galaicoportuguesa de cultura, Revista da Lusofonia* (Pontevedra/Braga), núms. 13-18 (Janeiro-Dezembro 1989), pp. 529-534. Para determinados capítulos da biografia de Lapa é fundamental o seu livro *As minhas razoes: «Memórias de um idealista que quiso indireitar o mundo...»,* Coimbra Editora, Coimbra 1983, colectánea de artigos de índole auto-biográfica.

Também em 1930 aparece o seu opúsculo *Os vilancicos: o vilancico galego nos séculos XVII e XVIII,* onde saca à luz 20 vilancicos postos em boca de personagens galegas, que foram cantados em Portugal entre 1640 e 1705 e se conservam em arquivos portugueses.

Em Agosto de 1932 realiza a sua primeira viagem à Galiza com ocasiom de celebrar-se em Lugo umha homenagem a Castelao, de cuja figura ficará cativado. Das suas vivências nesta viagem deixou Lapa um emotivo relato na revista *Seara Nova* (núm. 309), logo reproduzido em *Nós* (núm. 105, Setembro de 1932).

Em 1934 publica outra obra clássica: as *Lições de Literatura Portuguesa: Época Medieval,* reeditada depois ininterruptamente (10.ª ediçom em 1981).

Em 1935 coordina um número especial de *Seara Nova* (núm. 425) dedicado ao poeta galego Eduardo Pondal no centenário do seu nascimento, com colaboraçons de escritores galegos. Anos mais tarde, em Fevereiro de 1951, será Castelao o objecto de homenagem num quádruplo número especial da mesma revista (núms. 1204-1207), em que se inclui umha estensa antologia do escritor e debuxante galego falecido. (Por sinal, Castelao cita as investigaçons medievalistas de Lapa na sua conhecida obra *Sempre em Galiza).*

Em Abril de 1964 imparte em Santiago um breve curso sobre o trovador Dom Lopo Lias. Com esta ocasiom, a revista *Grial* —na qual havia de colaborar repetidamente— dedicou-lhe o seu número 4 (Abril-Junho de 1964).

Em 1965 a Editorial Galaxia, de Vigo, publica umha obra de envergadura de Lapa: a ediçom crítica das *Cantigas d' escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses,* obra monumental que o autor abre com umha carinhosa dedicatória à Galiza. em 1970 será necessária já umha segunda ediçom, corrigida e aumentada.

Em 1971 Lapa participa na organizaçom de umha Semana Cultural Galego-Portuguesa em Coimbra, na qual pronuncia umha conferência sobre *A Galiza, o Galego e Portugal.*

Na sua *Estilística da língua portuguesa* inclui a partir da sétima ediçom (1973) exemplos literários de autores galegos, que irám aumentando nas ediçons sucessivas.

O ano 1973 ia resultar decisivo nas relaçons de Lapa com o galeguismo. No número 13 da revista lisboeta *Colóquio/Letras* publica o seu artigo «A recuperação literária do galego», que *Grial* reproduziria pouco depois (núm. 41). Lapa defronta aqui com franqueza a situaçom lingüística da Galiza embocando o último quartel do século; e conclui que o idioma da Galiza nom poderá sobreviver isolado da sua área natural e originária, ou, noutras palavras, da sua seiva vital, que é hoje o português culto.

Como o mesmo autor esperava já, este artigo provocou entre a intelectualidade galega reacçons diversas. Umha parte (em geral, o grupo de Galaxia, liderado especialmente por Ramom Pinheiro, mas com excepçons tam qualificadas como Carvalho Calero e Valentim Paz Andrade) entendeu que a proposta de Lapa era como umha tentativa de «anexionismo» lingüístico; assim, o citado Ramom Pinheiro (que escreveu umha réplica ao artigo de Lapa no seguinte número da mesma revista *Grial,* núm 42) e, mais matizadamente, Álvaro Cunqueiro e Otero Pedraio, estes seguramente mais arrastados polo grupo dominante do que convencidos nessa atitude. Outra parte do galeguismo (na qual devemos destacar, além dos citados Carvalho Calero e Paz Andrade a Ernesto Guerra da Cal e a Genaro Marinhas) achou substancialmente correctas as apreciaçons de Lapa (fora talvez dalguns aspectos de secundária importância), por corresponderem tanto à melhor tradiçom galeguista (Murguia, Viqueira, Antom Vilar Ponte, Risco, Castelao) como à visom científica dos grandes mestres da Filologia Românica.

Realmente, nom eram propostas que Lapa enunciava por primeira vez; esta conclusom resultará obvia para quem examinar os seus abundantes escritos anteriores sobre a problemática galega. De resto, essas ideias de unidade lingüística galego-portuguesa que Lapa propunha eram, como fica dito, clássicas tanto do pensamento galeguista como da Filologia Românica desde havia mais de un século. Simplesmente, o seu artigo acertou a formular, num tom franco de sinceridade quase brutal, umha inquietude e umha aspiraçom difundidas já em diversos sectores da intelectualidade galega, sentimentos esses que a previsom de umha próxima mudança política com a agonia do regime franquista tornava cada dia mais prementes.

Para compreender a situaçom de fundo desta dupla reacçom e do seu desenvolvimento posterior, cumpre ter em conta que desde uns anos antes existia em Santiago o Instituto da Língua Galega, cuja ideia difusamente inspiradora, sobre umha base explícita de investigaçom dialectológica, era a de fazer do «galego» umha língua própria da Galiza e, portanto, independente do português.

Entretanto, o labor «apostólico» de Lapa em prol da cultura galega nom se detém. Ainda no mesmo ano 1974 cuida a publicaçom na *Seara Nova,* que dirigia, do «Manifesto para a supervivência da cultura galega» elaborado por um grupo de galegos residentes em Roma.

Nos anos seguintes Lapa insistiu repetidamente sobre a sua proposta integradora em trabalhos diversos, alguns publicados em jornais da Galiza. Em 1979 vários dos seus estudos sobre o problema lingüístico da Galiza foram recolhidos num livro, intitulado *Estudos galego-portugueses: por umha Galiza renovada,* que constitui o primeiro volume da colecçom «Noroeste» da editora lisboeta Sa da Costa.

Em 1980 é convidado a participar num colóquio sobre a língua da Galiza, a celebrar na Universidade alemá de Tréveris; depois de aceitar o convite e de enviar um resumo do que seria a sua comunicaçom, ao comprovar finalmente que entre os participantes nom se incluía nenhum dos filólogos galegos defensores da unidade lingüística galego-portuguesa, renuncia a assistir, em parte porque o seu estado de saúde nom aconselhava grandes esforços mas sobretudo como protesto polo que considerava umha discriminaçom indigna de um acto científico. No mesmo resumo enviado, e depois publicado nas actas, nom deixa de censurar severamente o sectarismo anti-reintegracionista que começava a prevalecer no «galeguismo» oficial.

Em Junho de 1981 realizou a que seria a sua derradeira viagem à Galiza; acudiu a Santiago para intervir na apresentaçom pública de um livro de Carvalho Calero, *Problemas da língua galega,* segundo volume da citada colecçom «Noroeste».

A Associaçom Galega da Língua (AGAL), que em grande medida se sente devedora às suas ideias, nomeou-no membro de honra logo depois da sua fundaçom. No I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, que a AGAL organizou em Ourense em Setembro de 1984, Rodrigues Lapa foi um dos seis presidentes honorários (juntamente com Carvalho Calero, Guerra da Cal, Óscar Lopes, Leodegário de Azevedo Filho e Celso Cunha), e para o congresso, a que nom pôde assistir por motivos de saúde, enviou a sua comunicaçom sobre «Álvaro das Casas e a reintegração lingüística galego-portuguesa».

Também no II Congresso, celebrado na mesma cidade de Ourense três anos mais tarde, em Setembro de 1987, ostentou novamente a presidência de honra, embora desta vez a sua debilitada saúde nom lhe permitisse nem sequer elaborar umha comunicaçom.

A revista *Agália* reimprimiu três trabalhos seus: «Homenagem a Castelao» (núm. 1, primavera 1985, pp. 65-68), «Relações culturais entre Portugal e Espanha» (núm. 3, outono 1985, pág. 354), «Os vilancicos. A tradição do vilancico galego nos séculos XVII e XVIII» (núm. 11, outono 1987, pp. 351-363).

Quando faleceu, na madrugada do dia 28 de Março de 1989, estava próximo a cumprir os 92 anos.

A Associaçom Galega da Língua está a preparar um volume de homenagem ao distinto Professor, que nalgun modo, recupere e publicite o seu pensamento, aprofundando-o seriosamente.

MORREU AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA

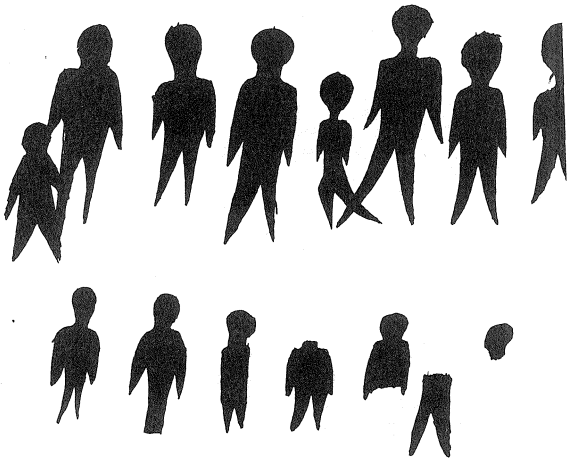
Alagoas, 1910 - Rio Janeiro, 1989. Apesar de se licenciar em Direito, preteriu a advocacia em favor da filologia. Entre nós é conhecido fundamentalmente como lexicógrafo, mais ainda, como autor do *Novo dicionário da língua portuguesa* (2.ª ediçom, 1986), O «Aurélio», e do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* 11.ª ed., 1983), acaso os dicionários «brasileiros» mais divulgados em Galiza, e cuja importáncia nem cumpre salientar-se, visto a americana ser umha das *vertentes* da *nossa* língua comum mais destinada a expandir-se. No entanto, Aurélio Buarque de Holanda deve ser também lembrado por obras como *Linguagem e estilo de Eça de Queirós* (1945), *O romance brasileiro* (1952), ou, de autoria compartilhada com Álvaro Lins, *Roteiro literário do Brasil e de Portugal* (1956).

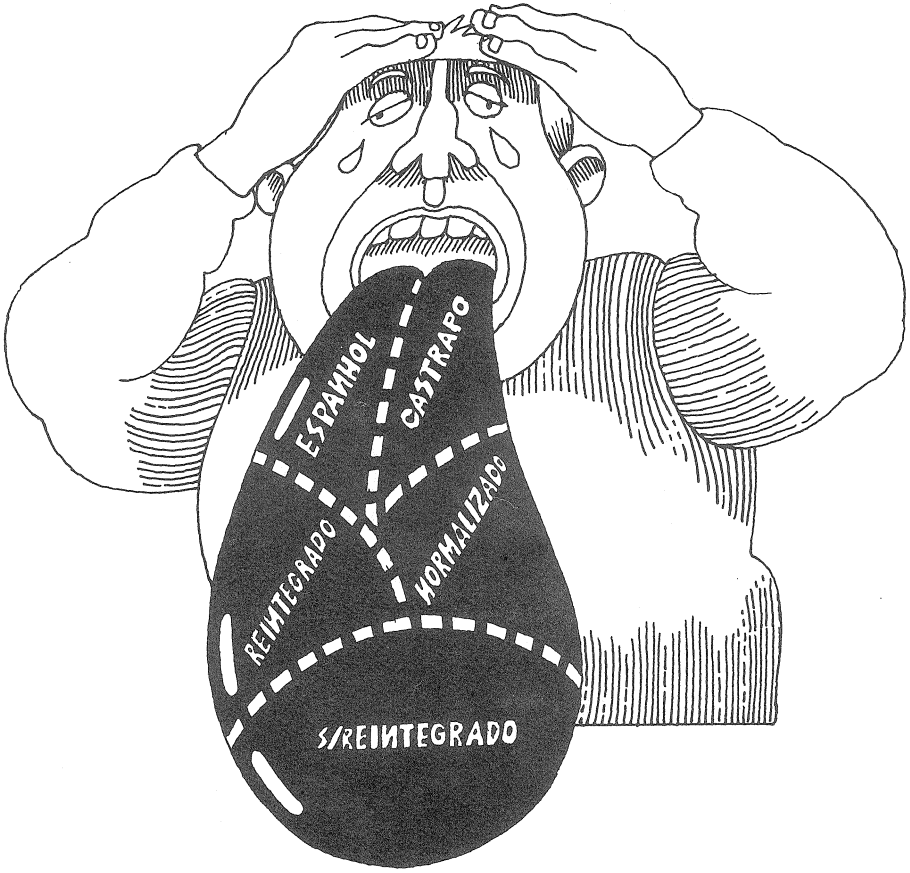
NA MORTE DE FERNANDO NAMORA

Morreu o 31 de Janeiro do presente ano Fernando Namora, um dos escritores mais representativos da literatura portuguesa, e da *nossa* língua, nesta segunda metade do século XX. Como sempre, os meios de difusom galegos nom apontarom, nem sequer minimamente, o facto, mau grado ter conferenciado na Galiza, mau grado o nome de Namora extravasar o espaço luso-brasileiro e ganhar autêntica repercussom internacional. Membro da Academia das Ciências de Lisboa e correspondente da Academia Brasileira de Letras, foi proposto pola primeira e polo PEN Clube em 1981 para o Prémio Nobel. As suas obras, com freqüentes adaptaçons ao cinema e à televisom, merecerom ser traduzidas para os idiomas da terra: espanhol *(Retalhos da vida de um médico,* em 1954, com prólogo de Gregorio Marañón), inglês, francês, italiano, russo, japonês..., sueco, finlandês, norueguês, polaco, holandês, búlgaro, checo, eslovaco, croata, ucraniano, lituano, estoniano..., catalám, mesmo esperanto. Namora foi, pois, um excelente embaixador das letras portuguesas, e um dos primeiros em conferir-lhes essa dimensom extra-fronteiras de que goza na actualidade.

Nascido nas proximidades de Coimbra (Condeixa) em 1919, e médico pola Universidade da Capital do Mondego em 1942, em Fernando Gonçalves Namora cumpre nom dissociar-se o home, de raizame campesino («Nasci camponês, camponês morrerei»), o médico, com longa experiência rural aliás (em povoaçons da Beira e do Alentejo), e o escritor, cujos temas, provenientes dessa dupla faceta, se orientam a um fim: a luita pola desalienaçom. Personalidade de acusado sentido ético, para quem «Todo o homem verdadeiro traz da juventude uma direcção. Depois, só lhe resta ter vergonha a manter-se-lhe fiel; ou, então, apodrecer«, Fernando Namora nom podia «apodrecer»; antes, a sua vida e obra foi, como aponta J. C. de Vasconcelos *(Jornal de Letras,* n.º 344), toda umha liçom de dignidade, e, decerto, de fraternidade.

A produçom de Namora, vasta e multifacetada, de romancista nomeadamente, mas também de novelista-contista, poeta, ensaísta..., nom poderá, assim mesmo, *apodrecer* (noutras acepçons) facilmente. Partindo do *presencismo* epocal, com *As sete partidas do mundo* (1938), e sobretodo com *Fogo na noite escura* (1942), que contribui, ao lado de outras iniciativas e autores, à afirmaçom do neo-realismo, neo-realista mesmo paradigmático ele próprio para alguns críticos, o autor de *O trigo e o joio* (1954), assumidas e integradas experiências do romance existencial *(O homem disfarçado,* 1957; *Domingo à tarde,* 1960) propujo-se levantar um quadro de meio século de vida portuguesa (última obra, *Jornal sem data,* 1988), rural e urbana, assim como, em crónicas romanceadas *(Diálogo em Setembro,* 1965; *Um sino na montanha,* 1968; *Os adoradores do sol,* 1971; *A nave de pedra,* 1975; *Cavalgada cinzenta,* 1977) desvendar problemáticas de outras terras e outros homes, aproximando-se das do seu próprio contexto. Afinal, nom tam diferentes, pois para o autor de *Rio triste* (1982) a alienaçom e a solidom ou solidade som, desgraçadamente, universais. E este universalismo humanista, atingido desde a própria raiz lusitana, é um dos alicerces em que se firma a permanência da obra de Namora. Umha obra, decerto, já clássica na literatura irmá.




ESPANHOL
CASTRAPO
REINTEGRADO
NORMALIZADO
S/REINTEGRADO

RECENSONS

A ESCRITA DA HISTÓRIA. TEORIA E MÉTODOS*

Francisco COBO

Catedrático de História Medieval na Universidade Nova de Lisboa e presidente do Instituto Português de Arquivos, o Prof. Mattoso é velho conhecido no nosso país, onde participou noutrora nas «I Jornadas de Metodologia Aplicada das Ciências Históricas», a começos dos anos setenta, em Santiago. Pola sua actividade como medievalista, nalgumha ocasiom se tem mergulhado ainda no passado galego, bem que quase sempre com um tom marxista e só no que atinge ao esclarecimento das próprias raízes da história portuguesa.

No livro que apresentamos recolhem-se umha série de artigos e conferências que abrangem um período de elaboraçom desde o ano 1985 até 1988 e submetidos a um labor de reagrupamento temático que lhes outorgue coerência. Aparecem assi como umha obra escrita dirigida para o campo da teoria e a metologia da história.

É para o campo da teoria, precisamente, que redige a primeira parte do livro com o título de «A Escrita». Através da sua reflexom o prof. Mattoso monstra-se como um afervorado defensor da «Nova História» (p. 49), que decerto, é bem sabido, representa umha simples transfiguraçom da velha escola dos «Annales» e, portanto, de umha «história total», que tenta estabelecer umha completa relaçom entre todas as ciências humanas. Porém, a eiva maior desta escola é a falta de umha *teoria* do homem que legitime o seu esforço científico, que explique a realidade humana. Esta carência nom é assumida polo autor. Há, em troca, o que poderíamos denominar umha teoria da história como transcendência, encarregada de explicar o mundo —concebido como um caos—, de ordená-lo, nom menos que qualquer outra ciência:

> «A representação mental que conduz ao texto histórico resulta da apreensão da realidade como harmonia, e como harmonia dizível. Como se existisse um Verbo eterno, imanente na realidade, e que apenas espera ser reconhecido para se revelar através da nossa voz. Da comunhão com ele resultam todas as linguagens, tanto as poéticas como as científicas. Os textos que elas constroem são como que as diversas interpretações de uma mesma partitura» (p. 24).

Isto situa a história nos antípodas da ciência, para se converter num sistema de crenças, num fideísmo. Embora todo isto nom seja gratuíto e carente de intencionalidade. Como o prof. Fontana demonstrara, a escola dos «Annales», desde a morte de Bloch, tentaria reconstruir a história sobre alicerces pouco comprometidos para os poderes dominantes, de jeito que nom submetesse a juízo a ordem estabelecida. Eis que o prof. Mattoso nem tan sequer exprima a velha teoria do Agostinho de Hipona, com a sua ideia da luta das duas cidades, senom que se achega ao Bossuet: «Desde o mais alto dos ceus Deus leva as rédeas de todos os reinos».

Nom é de estranhar, portanto, que, ao se debruçar noutra parte do livro sobre os problemas de*Portugal e a Europa* (págs. 129-141), se venha a propor o cristianismo (e ainda a Igreja Católica) como o esteo sobre o que construir umha nova Europa; todo um novo programa de educaçom das consciências que nom poderíamos dizer que nunca fora provado no passado com resultados muito conhecidos, tanto mais surpreendentemente quando se querem fornecer tais remédios como antídoto frente à *concentraçom de poder* e ao *desenvolvimento incontrolado da ciência* (págs. 135-136), sem reparar em que ambas as cousas quiça tenham muito a ver no seu desenvolvimento histórico com o cristianismo como ideologia do homem europeu. Mas o pior é que há um apelo para o medo como fautor desta nova (?) ideologia: «...o consequente medo que o homem tem do seu próprio poder podem, então, contribuir para recuperar o referencial de base da civilização europeia...». Sem dúvida isto pode reconhecer-se como o medo à liberdade de que nos falara Fromm, algo já muito conhecido nas sociedades peninsulares, e sem ter em conta que é precisamente esse mesmo medo o que travou as sociedades do Ocidente na busca de umha sociedade evoluída que pudesse frear essa concentraçom de poder que o prof. Mattoso deixa de explicar.

Nos temas 11 e 12 da parte III aborda pontos que puderam ter interesse para nós os galegos. Trata-se de dous trabalhos sobre *História nacional e nacionalismo* e *A formação de uma identidade nacional.* Esse interesse logo se traduz em desilusom relativamente ao intento de resolver os nossos próprios problemas. O prof. Mattoso alinha-se com o grupo de estudiosos que identificam naçom e estado, identificaçom que nasce de alguns dos gestores da revoluçom francesa (v.g. Sieyès), quando ao tempo que os ideais da mesma se expandem, espalha-se o nacionalismo entre povos sem estado, até dar-se o paradoxo que a Polónia que nunca se pensara a ela própria como naçom, começara a fazê-lo justo quando perde o seu estado a fins do século XVIII. Porém, nas origens desta conceptualizaçom está implícito um tremendo erro de partida: a identificaçom do estado, que é a expressom do poder de umha classe, com a naçom, que nesse momento essa classe cria como umha ideologia que suprime idealmente os antagonismos de classes. De aí que o mesmo autor tenha dúvidas se nom há «um exercício abusivo ou totalitário do poder» para manter essa situaçom (p. 160), e isso num país em aparência tam coesionado culturalmente como o português. De aí também a impossibilidade de explicar o nosso mundo contemporáneo, ou o passado, com umhas bases de partida tam restringidas às que se quer dotar de validez universal, e que se utilizam para justificar a ordem estabelecida sem tratar de explicá-la: «A História é aquilo que o tempo nos impõe» (p. 166), mesmo se isto se fai inconscientemente ou nom, até poder chegar-se a falar da repugnáncia dos historiadores pola história nacional e pola história política por situar-se num terreno «demasiado sujeito às armadilhas da ideologia».

A chave das noces, de Xabier P. Docampo*

Por Vicente MONTENEGRO

No objectivo sempre difícil, por vezes apaixonante, de irmos constituindo umha criaçom própria, sem mais dependências que aquelas de que nos queiramos dotar e das que venhem determinadas polo espaço cultural em que nos inserimos, é boa causa de satisfa-

* Via Láctea, Narrativa, A Corunha, 1987, 136 pp.

çom que apareçam romances como o presente; e isto nom por seguir esse critério, utilizado com freqüência, que pretende ver coberta a nossa História Literária de todos os géneros, temas e motivos que outros países produziram e produzem, por entender que assi e só assi esta se dignifica; tal crença, que ratifica a dependência referida, esquece que a principal responsabilidade da obra literária se situa, é a nossa consideraçom, nas relaçons do autor com a sua realidade e as mediaçons que pretenda estabelecer com o seu potencial público. Eis onde tem lugar a nossa saudaçom a *A chave das noces,* romance policíaco com aspectos interessantes; nom por apresentar inovaçons extraordinárias ou por dispor de um acabamento perfeito, mas por responder de seu a um horizonte de leitores com escassas oportunidades de desfrutar no seu idioma de um tema como o que nos ocupa.

E o romance nom é de leitura difícil ou pesada. Tem um ritmo ben construído, onde a distribuiçom e interrelaçom dos episódios está trabalhada, com umha boa dosificaçom do mistério, aliás nom mui abundante, e acertada articulaçom do caso principal que o protagonista tenta resolver. Observa-se porém, algum erro no manejo de perspectivas, (Cfr. pág. 75), sem grande relevância. Textos de cançons que este escuta, de Mick Jagger e Leonard Cohen, (música possivelmente nom mui de acordo com o 'decoro poético' num detective moço), e que vam sendo citadas ao longo da obra, relacionadas com o desenvolvimento das circunstáncias, sustentam esse ritmo, e mesmo lhe conferem certo carácter de incógnita, especialmente para um leitor nom mui instruído na língua inglesa, caso de quem isto escreve.

Manqueja o romance de excessivos lugares comuns, justificáveis, nom por beneplácito, mas polo facto de ser autor novel, e nom dispor tampouco de tradiçom própria que o sustente e informe; nom obstante som criticáveis episódios topicamente sentimentais e de escasso suspense, como a apariçom do cadáver de Henrique, um rapaz que Mauro, o detective protagonista, conhece na rua e que será o ponto de partida da trama; ou a história de amor deste com a sua companheira Inés, cujo desenvolvimento se ajusta ao igualmente tópico noutras literaturas e meios.

Nom escapam da mesma maneira as diferentes personages a estes moldes, o que tem vantages na recepçom, mas das quais o romance se ressente, podendo suscitar em algum leitor umha certa sensaçom de inverosimilhança. Possivelmente seja Mauro, para quem o narrador logicamente reserva atençom preferente, o carácter mais perfilado, e onde a introspecçom narrativa revela maior rendimento. Nom esquece nele o autor os 'pequenos detalhes', a sua sagacidade, a valentia, a dúvida ou o fastio; através dele exerce aquele a sua crítica da sociedade que pretende configurar, com referente, nom expresso, em algumha cidade portuária galega.

Devemos fazer referência à língua, reflexom triste mas necessária enquanto persista a situaçom que vivemos; e devemos louvar o cuidado observado por Xabier P. Docampo, e o seu bom uso; hai certas imprecisons léxicas ou escolhas discutíveis como o leitor verificará; mas comprovará de jeito parelho a tentativa em muitas ocasions conseguida de fixar a língua com rigor e altura; as transcriçons da variante portuguesa ou do inglês apresentam porém bastantes gralhas.

Renovamos pois a saudaçom a *A chave das noces,* romance para os amantes do género, seguramente muitos, no público juvenil em especial, e tamém para aqueles menos interessados, mas com o desejo de conhecer o estado da nossa produçom literária e o seu caminho de consolidaçom.

Val de Ramirás, de Anxo Angueira Viturro*

Vicente MONTENEGRO

Bem poderíamos definir o presente poemário, accésit do VIII Prémio Esquio de Poesia, como umha cançom da e à Natureza, 'locus amoenus' onde se projectam os sentimentos e vivências do seu jovem autor; cançom que com o suporte da tradiçom medieval manifesta ao tempo umha pretensom de originalidade muitas vezes conseguida. Hai em *Val de Ramirás* ritmo e rima que prende no leitor, fácil e ágil, poesia para ser cantada, poesia que reclama o adjectivo 'singela', quando o simples ganha categoria de arte. Complementa-se em ocasions o antedito com umha maneira acertada de contar, umha espécie de 'fabula ex poesia' que atrai, e que lembra poetas como o próprio Celso Emílio, por exemplo em «Ave nocturna».

Hai equilíbrio na obra; nom um equilíbrio entendido como compensaçom, mas umha expressom directa e sem excessos desnecessários; devemos criticar porém algumhas reiteraçons e interrogaçons retóricas que 'desnaturam' a autenticidade inequívoca que o autor possui; e acontece isto em poemas onde Angueira revela poderosas images, tam sugestivas que nos induzem a pensar que sobeja algum verso, («Agua de Trevón» e característico do comentado). Tem este feito um grande interesse na nossa opiniom; porque um poeta trabalhar com mestria a palavra e depois explicá-la, por temor a nom ser entendido, parecenos um sintoma gratificante; reafirma-nos na crença de que se apresenta um bom poeta, que, com o lógico esforço que toda arte demanda, pode conseguir a construçom justa e, daí, perfeita; no poema dedicado a Eusébio Lourenzo temos evidências que verificam a qualidade comunicativa do premiado: «verás con transparéncia as nosas barcas / ancoraren na sombra que deixaste /». Angueira tem beleza e autenticidade na palavra.

De poesia certa, autêntica, califica Manuel Forcadela a obra no magnífico prólogo que a acompanha; nom temos nós a menor dúvida. Esta 'poesia da natureza' amplifica-se, irradia e absorve os motivos que dam razom à expressom, que a solicitam. O tema da paisage nom se esgota em si mesmo, nom produz no autor a mera ensonhaçom; está presente o canto solidário (em «Casas», p.ex., com um certo tom decimonónico): a vivência do tempo; a elegia polo amigo desaparecido; a nostalgia o amor; todo, como antes indicávamos, projectado, inserido no meio natural de Angueira; e atravessam estes temas um longo caminho de tradiçom e intertextualidade, como com acerto sublinha Forcadela no prólogo de que fazíamos mençom. É curioso neste sentido o poema «Aqui», subintitulado 'Resposta que Hossain delega nun aprendiz de aluno', clara alusom a um poema de *A Caneiro Cheo,* de Luís G. Tosar, ganhador do último Esquio; encontrará o leitor que nom falta na poesia actual quem conteste efectivamente certas tendências, que nom estamos carentes de ironia necessária; (qual será, perguntamo-nos quase retoricamente, a 'acepçom' de versos como 'aqui tosar non quero'...?).

Nom está Angueira Viturro por umha poesia que cai no ruralismo ou no lirismo vácuos; opta por falar de si, que por extensom de círculos concêntricos na identificaçom de quem lê com o escrito, é igualmente falar de nós, galegos. A questom da vacuidade, do alheamento, digamo-lo mais umha vez, à custa de ser óbvios de mais, nom remete ao tema, mas

---

* Colecçom Esquio. Ferrol, 1989, pp. ??

ao seu tratamento. O autor mostra neste *Val de Ramirás* que dispom da força e consciência precisas para 'mallar habilmente na palavra'; agradecemos-lhe que reitere, através da sua criaçom, que a nossa História Literária nom é relíquia de um passado que só serve para recorrências retóricas. Angueira parece possuir a autenticidade, o compromisso e o trabalho paciente que conduz à grande poesia que dele se pode esperar.

Bibliografia de Lingüística Portuguesa*

Por Rui de VILAMOR

O trabalho realizado polo Núcleo de Estudos de Lingüística Contrastiva da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa é oportuno, e sempre necessário. Como se adverte na «Introdução», a *Bibliografia* tem umha finalidade prática; daí que, visando a facilidade de consulta, se tenha obviado umha excessiva pormenorizaçom na catalogaçom. Quanto a isto, «considerou-se como ponto de partida os diferentes ramos da Lingüística (Lingüística Geral, Lingüística Histórica, Lingüística Românica, Sociolingüística, Psicolingüística, Gramáticas, etc.) e os diferentes níveis de análise (Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, etc.)». Cada título registado figura numha única entrada, remetendo-se no fim de cada alínea a outras afins para fazer justiça ao carácter polivalente de certas obras. Inserem-se ainda «trabalhos que se situam na charneira da Lingüística com a Literatura como é o caso dos que se ocupam de Estilística e da Filologia», faltando livros didácticos de português (tanto língua materna quanto estrangeira). Indica-se a data da primeira ediçom, se possível, e as datas das ediçons subseqüentes. Para a recolha bibliográfica, seriam-se mais de 200 publicaçons periódicas, entre as quais nom se encontra, infelizmente, *Agália.* Também nom se aproveitam as *Actas* do *I Congresso da Língua Galaico-Portuguesa na Galiza (Ourense, 1984),* o que se deve, con certeza, a desconhecimento, porque a equipa autoral, com critério que aplaudimos, e que tem precedentes já nas Universidades lisboetas[1], inclui dentro da Lingüística Portuguesa (ou Galego-Portuguesa, rubricas à margem) os estudos efectuados, na Galiza ou noutra parte, sobre a modalidade galega do idioma comum, e assim figuram, v.gr., trabalhos como o do Prof. Carvalho Calero, *Gramática elemental del gallego común,* (1966), do Prof. García Gondar, *O infinitivo conjugado em galego* (1978), de R. Lorenzo, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português* (1968), da Prof.ª Vásquez C., «Situação e perspectivas do galego na Galiza» (1983) e de N. Ares V., «Tradiciones de Santa Eulalia de Bóveda-Lugo» (1970).

A *Bibliografia de Lingüística Portuguesa* supom, como antecipam os autores, *um marco num constante começar.* E assim é, com efeito. Há falhas que haverá que corrigir, v.gr., a citada obra de R. Lorenzo aparece incluída em dous parágrafos (pp. 32 e 140), contra o critério que se estabelece na introduçom, ou na p. 33, onde nom se insere a editora (Presença), número de ediçons (3 polo menos) e datas (1.ª 1952, 2.ª 1977), do *Manual de Filologia Portuguesa* de Serafim da Silva Neto. Nom obstante, é na parte galega que a obra é manifestamente insuficiente, em tal grau que nom tem sentido apontar as lacunas. Esperemos que se remediem, estas e outras, em posteriores ediçons, indubitavelmente próximas, como o trabalho decerto merece.

---

* Litoral Edições, Lisboa (1987). 147 pp.

(1) Assim, por exemplo, a *Bibliografia Dialectal Galego-Portuguesa,* elaborada, em 1976, polo Centro de Lingüística das Universidades de Lisboa; vol. 3 das «Publicações do Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal *e da Galiza*» (itálico nosso).

Publicaçons recebidas e de interesse

AJA, Boletim da Associação José Afoso, núm. 3 (Janeiro-Fevereiro-Março de 1989). Inclui um trabalhinho de G. Luca de Tena, «Resistir de poeta en poeta», e umha entrevista concedida por Zeca em Março de 1985, «Quanto mais pessimista é a visão que eu tenho do mundo, das coisas, mais vontade tenho de me envolver nelas». Pode solicitar-se ao Aptdo. 237. *2000 Setúbal* (Portugal).

Vicent Bello, *La pesta blava,* Eds. 3 i 4, València, 1988. Lúcida análise crítica da terceira via proposta no País Valenciano, de proveitosa leitura para os interessados polo que acontece na Galiza: as circunstâncias, sendo diferentes, parecem-se muito.

A. Vicente Campinas, *Ciladas de amor e raiva,* ediçom do autor, Lousã, 1987. Poemário dividido em duas partes (I. «Jogos na sombra imperfeita»; II. «Caminhos por recorrer»), do autor de *Fronteiriços.* Esperançador.

Contact Bulletin, do «Buereau Européen pour les langues moins répandues», Vol. 5, núm. 3 (Inverno 1988-1989) fai umha referência ao Colóquio EMU (Riis, Frísia) sobre o ensino de línguas «moins répandues» na primária assim como reproduz a declaraçom emitida.

Iskreiro, publicaçom independentista, núm. 4 (Março de 1989). Vale salientar o trabalho de Ivaro J. Vidal Boução, intitulado «De que concórdia falais?», de grande actualidade e digno de continuar um debate aprofundado.

John Earl Joseph, *Eloquence and power. The Rise of language Standards and Standard Languages,* Frances Pinter, London, 1987. A respeito do galego, o autor diz: «Galician is also the vehicle of a considerable literature; in fact, the early phases of its Ausbau are shared with Portuguese. But only regional chauvinists would of the 'Galician language'. In common parlance, Galician is a Spanish dialect, and not for lack of Abstand or Ausbau, but because of political dominion» (p. 3).

José do Carmo Francisco, *Jogos olímpicos,* Espiral/Poesia, 1988. Distribuido em «Dez poemas pessoais» e «Outros poemas», o poemário *liriza* o desporto, mais bem os desportos. Delicioso.

Maria Natália Miranda, *Uma rosa em cada gesto,* Espiral/Poesia, 1988. A autora, além de poeta, tem obras didácticas e de literatura infanto-juvenil. O poemário, bem ilustrado, é umha reflexom delicada sobre as vivências mais íntimas do ser humano.

Toni Mollà - Amadeu Viana, *Curs de Sociolingüística, 2.,* Eds. Bromera, Alzira, 1989. Continua o temário, iniciado no vol. 1, com os seguintes apartados: A comunidade lingüística, Sistemas de memória social, Regras e significados, As leis das línguas e Introduçom aos processos de cámbio sociolingüístico. Recomendável para entender a situaçom minorizada da Galiza.

A nosa Terra, em particular o núm. 372 (26 de Janeiro de 1989), em que se dá conta, mais umha vez, de umha nova chamada a um «consenso normativo do galego». Num *totum revolutum* (que beneficiará aos pescadores de sempre) aparecem consultados o Director Geral de Política Lingüística, que só diz verdades a médias, o director da editorial Galáxia, o presidente da *Mesa pola Normalización,* o secretário do ILG, etc. Também foi consultada a Presidenta da A.GA.L.; a Dra. Henríquez Salido dizia, entre outras razons: «O eixo fundamental para nós seria respeitar e ter presente a história do nosso idioma, a história inteira, pois é bem evidente que o galego nom nasce no XIX com Rosalia». Quando entenderá *a gente* que «la questione della lingua» sempre ultrapassou a grafia estrita e a gramática prescritiva, porque alicerça na concepçom prévia que se tenha sobre o Povo que há de usar a escrita e a gramática?

José R. Rodrigues Fernandez, *Luzia ou o canto das sereias,* Cadernos do Povo, 1989. O autor, depois de *O sereno* (1983), *Seguindo o caminho do vento* (1985) e *Contos de fada em do maior* (1987), publica este novo relato em que «mistura o real e imaginário de um país submetido em que o autor e os protagonistas pretendem fazer reflectir ao leitor sobre o necessário processo de libertação dem país nessas condições».

Amélia Vieira, *Poema,* Labirinto lírico, Barca Nova Ed., Lisboa, 1988. Reflexom poética em prosa sobre o ser e a vida do mundo.

«O traço de uniom entre o verbo e o pronome»

Meus amigos integracionistas (incluidos os lusófonos):

Acabo de ler um trabalhinho sobre o assunto enunciado no encabeçamento e vejo-me na obriga de vos escrever para comentá-lo.

O autor desse artigo redigiu-no decerto com o intuito de justificar a doutrina das *Normas ILG (RAG),* que a «Xunta» de Alianza Popular «oficializou» (sem as declarar oficiais) polo *Decreto Filgueira* em Novembro de 1982, publicado em Abril de 1983; nom obstante, pretende amostrar imparcialidade e mesmo «cientificidade», apesar de cair nas simplificaçons habituais dos adictos ao «oficialismo». Vale a pena, portanto, declarar quer a ideologia latente, quer os propósitos objectiváveis.

Esse autor, sem dúvida de boa fé, proclama no corpo do artigo que a Galiza é «nación» *[sic];* mas o só facto de bradar arreu 'Galicia, nación!, Galicia, nación!' *[sic]* nom constitui garantia de nacionalismo. Cumpre, porém, fornecer aos futuros cidadaos da futura entidade nacional galega um instrumento eficaz para conseguirmos a verificaçom nacional da Galiza. Refiro-me aqui ao *instrumento* lingüístico que, devendo ser *eficaz,* tem de ser também simbolicamente *identificador.* Os «oficialistas» acostumam preterir tais funcionalidades; neste aspecto o autor preenche generosametne os requisitos caracterizadores do «oficialismo».

Com efeito, nesse trabalhinho X. H. Costas González «razoa» obediente aos pressupostos que as Instituiçons académicas espanholas «legitimam» como científicos para o galego, ainda que nom sejam válidos para o castelhano, a sua *lingua nacional.* Podem reduzir-se a estes dous:

a) *A escrita ha de ser* fiel *à fala,* se bem nem este autor nem o «oficialismo» determinem ajeitadamente nem o grau nem as «razons» dessa fidelidade. Quiçá nesta indefiniçom radical estribe a «versatilidade» sucessiva das propostas oficializadas, mesmo depois de «oficializadas».

b) Porque *som fonicamente diversos até divergentes,* o galego e o português som línguas diversas, ainda que irmás.

Digo que esses pressupostos nom valem para o castelhano. Com efeito, apesar da diversidade fónica das falas, evidente e indiscutida, as Instituiçons espanholas sustentam o princípio da *unidade da língua* para além de territórios e divisons político-administrativas; nesse princípio justamente fundamentam a necessidade da *Ortografia unificada.* Por outro lado, baseando-se nessa *unidade lingüística necessária,* explicam e até «justificam» as impropriedades e desajustamentos da escrita comum em relaçom às divergentes falas do castelhano. Convém lembrar nesta altura que as Instituiçons espanholas, entre elas o ILG, a RAE, a RAG, a Universidade, quando dizem do castelhano, estám a dizer da sua *lingua nacional;* porém, quando dizem do galego, pontificam sobre umha língua, para eles, «autonómica» ou simplesmente «regional».

Portanto, desde os pressupostos acima enunciados cabe quer *argalhar* qualquer tipo de explicaçom, quer rejeitar, por «infiel» à fala, qualquer grafia, que admitir, por «fiel» à deri-

va do galego, qualquer escolha; e, ao dizer «qualquer», entendo qualquer, ainda as mais disparatadas. Por exemplo, quando o X. H. Costas afirma que a representaçom 'fan-no' ou 'visiten-na' «provocaría —provoca xa agora— unha lectura errónea e, deste xeito, o trazo xeraría unha alteración fonética e morfolóxica estéril e improductiva», parece conceber apenas o leitor de textos galegos ignorantes deste idioma, de modo a requerer, por ter só competência gráfica em castelhano, que se lhe forneçam exclusivamente textos escritos «fieis» à ortografia castelhana. Se, nom obstante, fosse certo aquilo de 'a escrita haver de ser fiel à fala', escrever «lectura», «alteración» ou «improductiva» (por exemplo) 'provoca já agora umha leitura errónea e está a gerar umha alteraçom fonética e morfológica' porque os galegofalantes pronuncian «letura», «alteraciong» e «improdutiva»; salvo que se procure, como processo produtivo, a castelhanizaçom do idioma galego.

O autor ousa também afirmar com desmesura. Por exemplo, acerca da «base histórica que xustifique o devandito trazo», diz impertérrito: «Facéndomos un pouco de historia, e buscándomos nos antigos textos galego-portugueses orixinais, non achamos rastro ningún deste grafema».

Ponhamos de parte se o termo *grafema,* aplicado ao hífen, é o adequado e consideremos a pertinência desse redondo asserto. Assim como existe rasto da acentuaçom e da palatalizaçom, também nos textos originais existe rasto da funcionalidade procurada polo hífen. De um lado, a sílaba tónica assinalava-se, com relativa freqüência, por meio da duplicaçom da vogal, como, aliás, a palatalizaçom de *L* e *N,* antes de marcar-se polo *H,* se indicava, também com relativa freqüência, por meio do *I* longo *(J),* anteposto ou posposto. De outro lado, a dupla funcionalidade do hífen (evidenciar elementos *diferentes* mas fortemente *relacionados)* é cumprida, também com relativa freqüência, polo *H,* signo-cuinga ou signo-complemento, que tanto reforça palavras de mínima letragem, como *é* (he), *um* (hũ), indicando assim a fronteira vocabular, quanto funge como hífen, cumprindo também a funçom precedente (do tipo *mandouhos),* quanto mesmo assinala a palatalizaçom.

Justamente porque a seqüência *'verbo + pronome átono'* é muito reiterada no galego-português é que se deve adoptar o signo (-), que separando ambos os elementos evidencia a sua forte relaçom, até ao ponto de o pronome compartilhar, na oralidade, o acento do verbo que o precede, precisamente o contrario do que acontece na seqüência *'artigo + nome',* em que é aquela a compartilhar o acento deste. Reveja o leitor as pp. 62-63 e 84-86 do *Estudio crítico,* publicado pola AGAL; explica-se nesses lugares que, por primarem o critério de oralidade ['escrever *como* se fala' (?)], os «oficialistas» teriam de transpor a seqüência *comer o caldo* destarte, «come-lo-caldo», con dous hífenes, e a seqüência *comê-lo* justamente assim «comê-lo».

Mas a congruência nom é qualidade que distinga o isolacionismo do ILG, como nom adoita distinguir as manobras dos políticos.

Polas razons aduzidas, «unidade da língua galego-luso-africano-brasileira», «suficiente correspondência entre as falas e a escrita» e «respeito pola tradiçom gráfica», tem de usar-se o hífen no galego. Além disto, vale lembrar que o francês e o catalám usam também este signo com a funcionalidade descrita.

Nom apenas a *incoerência* caracteriza o isolacionismo, mas também a *ocultaçom* de dados e até a *manipulaçom* dos textos. É o modo habitual de se conduzir a Notabilidade espanhola, quer a académica, quer a política, para levar adiante o seu projecto nacional; assim o fazem com os textos relativos à entidade nacional galega, segundo o comprovaremos imediatamente.

Com efeito, num outro artigo da mesma revista M. C. Noia trata dos «Usos e actitudes lingüísticas na 'Epoca Nós'»; nele cita trabalhos de Vilar Ponte, mas nas citaçons justamente **suprime** as frases mais substanciosas, que assinalo em **preto.** Vejamos dous simples exemplos:

Exemplo primeiro:

> «Galicia, *[quando Vilar Ponte escre* **Galiza]** espritoalmente é máis escrava aínda, pois non ten, xa non unha cultura propia en fala allea, que nen siguer unha cultura allea en fala propia. **Dun lado o traballo propio, que emprega a lingua nativa, esmagado polas aduanas e dirixido pola tralla de maioraes estranos, dentro**

dun atraso material fondísimo. Doutro lado unha cultura allea, en fala allea ó campo i á mariña, que non chega á Galiza, traballadora, rifada con tódalas arelas da raza. Dun lado o distanzamento do veciño Portugal, doutro lado o abandono da Terra por os millores».

(in *Pensamento e sementeira,* p. 70)

Exemplo segundo:

«[...] **Ahí representantes do 'Seminario** *[de Estudos Galegos]',* **da Academia Galega e da 'Irmandade da Fala' son os chamados a esculcaren no tema para concruir asinalando unha fórmula armónica. Coidamos que non hai estudo galego máis interesante de momento, nin orgaísmos de maor idoneidade para tratalo.** A loita ortográfica entre os partidarios da J e a G e os partidarios da X, **na citada xuntanza,** deberíase resolvérese sentando as bases preparatorias dun futuro 'abrazo de Vergara' *[normativa de concordia u acordo ortográfico lusófono?].* **Que neste caso chamaríamola 'aperta de Pontevedra'.**

«Emporiso, compre dicir —xa que moitos parecen iñoralo— que o Diccionario da Academia Galega axéitase a J e a G. O que ha é unha orientación. Mais non seríamos xustos si non manifestásemos que tanto como ós teóricos hai que ouvir ós práticos no preito de referenza. Porque en teoría, coidamos que cáseque todos imos convencidos da necesidade de unificar o linguaxe. Pro a práitic tamén ten as súas esixencias. Quenes pubricaron revistas e editan libros en galego, saben perfeitamente que o criterio do 'gran público' é de incompatibilidade co emprego da J e da G» (iab. p. 243).

O primeiro fragmento pertence ao artigo intitulado «Decatadevos do que é o nazonalismo galego»; o segundo, ao intitulado «Da loita ortográfica». A só constataçom dos temas «elididos» é indicio suficiente do discurso em que a autora se acha instalada; reveja-se. À sua luz concluir-se-á que M. C. Noia nunca citaria o parágrafo final do último trabalho:

«Porén, temos que pensar sempre 'que o Miño e o Douro gardan a vella irmandade galaica e manteñen a tradición do noso pobo'. E temos que pensar inda máis: que na América eisiste un país, de grande porvir, de corenta millóns de habitantes, que fala a la lingua que foi común nas dúas bandas do Miño ata o século XV. Tódolos países de idioma castelán, do Novo Mundo, son coitadiños enanos após de aquel. Cousa da que non queren decatarse os hispanoamericanistas. Sendo tan fundamental» (ibidem).

Amaro Doce

Marantes, Outubro de 1988

P.S. Os artigos contestados aqui publicaram-se no núm. 100 de *Grial.*

Galiza: tupi or not tupi

NOTA DA REDACÇOM: Como é costume em *Agália,* mas também com o intuito de promover um debate, necessário, a esclarecer o que o correspondente denomina «reintegracionismo político». Aliás, sabe-se bem que A.GA.L. *só* foi legalizada como «asociación cultural» e como tal, dentro da legalidade, desenvolve o seu labor.

Nom sei se AGAL está preparada para receber críticas profundas. Tal suspeita tem pouco a ver com pensar que o reintegracionismo seja maniqueu ou intransigente. Tampouco acho nessa Associaçom —eu nom formo parte dela— atitudes lingüísticas sem legitimidade, já que parto da base de que galego e português compartilham um mesmo diasistema.

A minha crítica, pois, trata de ser prudente. Por várias razons: tenho colaborado com AGAL, reconheço o trabalho importante feito até agora e considero científicos de relevância muitos inspiradores do projecto. Decerto, com mais relevância que o autor desta pequena intromissom. Espero, contodo, que as minhas opinions se ponderem na justa medida: polo conteúdo e nom polo nome, como simpatizante e nom como agressor. Tenho fe em que AGAL aprécie este esforço, porque sei que alguns havedes de coincidir nos fundamentos.

REINTEGRACIONISMO LINGÜÍSTICO, REINSERÇOM SOCIAL

A verdade existe, dim os iluminados. Quando começou a sério o dever de fazer do galego umha língua de cultura, quiçá nom havia outra alternativa que possuir essa verdade como um castelo firme. Nel tinham de entrar conceiçons diversas; assi o exigiam as circunstâncias tam peculiares dum país invadido polo sucursalismo.

A história do reintegracionismo é igual de velha que o nosso ressurgimento nacional. A história da verdade apresenta-se algo mais complexa, por isso nos estranha que alguém esteja seguro de tê-la findado precisamente agora. Avançar numha situaçom adversa cria a ilusom nom só de seguir o caminho correcto, senom de ir polo único possível. Porém, de vez em quando cumpre reflectir.

Hoje AGAL recolhe muitas tendências na ânsia comum por recuperar o galego. Os objectivos iniciais da Associaçom fôrom ampliados em várias frentes, em distintas estratégias. O debate enriquece, a divergência aviva o pensamento. Sem embargo, a sensaçom actual é que existe medo em certos sectores: medo por dizer com sinceridade o que se persegue, medo por escuitá-lo face a face.

E deixemos já as reviravoltas. Dentro do reintegracionismo lingüístico nasceu outro de significaçom política. A idea nom é nova. Desde o próprio Pondal até o heterodoxo Castelao respíra-se um afám, nunca além da poesia, por se achegar a Portugal com mais ou menos entusiasmo. O desenvolvimento da nossa cultura a partir da morte de Franco, a entrada na CEE, os contactos co além-Minho... Todo indica umha necessária olhada ao Sul. Nem sequer o empresário galego descuida esse movimento que recupera a comunicaçom e destrui umha época absurda. A santa cruzada do dinheiro segue a mandar.

Galiza foi lanhada, no sentido nortenho do termo, hai centos de anos. Transcorrerom séculos sem alento entre as duas terras da raia, pero o passado doloroso ensina bem a liçom. O povo que nom apreende a sua história, dizia Isaac Diaz Pardo recentemente, está condenado a repeti-la.

O nacionalismo galego tivo que elaborar de novo a crónica dumha repressom, que no caso da Galiza norte atingiu todos os terrenos, agás os relacionados cumha valiosíssima cultura popular. O atraso económico em que nos mergulhou Espanha salvou em grande medida os distintivos nacionais, mentres o norte de Portugal sofria outro império que falava a sua mesma língua, mas agia coa mesma indiferença que Madrid. Nom hai tal «Galiza livre» que alguns lusistas idealizam: só umha regiom triste, abandonada, que os tecnócratas da CEE descobrem sob a óptica da economia subdesenvolvida.

Plantejar a uniom política com Portugal oculta um trágico complexo de inferioridade, ou, ainda pior, umha absoluta falta de confiança na vontade colectiva do nosso povo. Rodrigues Lapa argumenta que os nacionalismos de *pátrias pequenas* levam a nengures, sem reparar em que Galiza revive de puro nacionalismo, pois Portugal nunca se interessou por nós como Estado. Nom falo com ressentimento, senom como memória. A relaçom cultural cos portugueses resulta urgente, positiva; como respirar o exterior desde dentro. Umha das primeiras cousas que eles devem assimilar de nós é o nojo polo imperialismo. Umha das primeiras aulas que nos devem recitar é a do orgulho, a da independência.

Gostaria de refutar ponto por ponto a teoria de «reintegraçom política», mas o facto de que nom fosse enunciada polos seus defensores preocupa-me em maior grau. Por acaso se teme a definitiva marginalidade?

O independentismo galego nom precisa reinserçom social, nem arrependimento, nem muito menos licença dum glorioso Estado colonizador. Por fortuna, certos nacionalistas sabemos distinguir as pessoas das instituiçons. Isso possibilita que reconheçamos quando um espanhol ou um português som capazes de falar como se nom fôssemos de províncias.

A SÍNDROMA DO NEÓFITO: DE ELITES, ILUMINADOS E OUTRAS PROEZAS

Começou-se pola *ortographia.* Todos queríamos dignificar o que a Constituiçom espanhola e o Estatuto autonómico chamavam na prática dialecto. A seguir, a *ortophonia,* fruto de viajar demasiado a Lisboa e descuidar Coristanco e Burela, fruto de desconhecer de jeito alarmante qualquier manual de fonética peninsular.

Ao final será a *ortodontia,* sob o pretexto de que o nacionalismo galego tem os dentes mui botados para diante. Sintomas da doença: exigir, por exemplo, que o nosso património léxico seja imediatamente incorporado aos dicionários, quendo nem sequer se admite ao nível das vozes tupis. Essa barbárie filológica denota umha carência de sensibilidade cercana à ignorância. A soluçom, sem dúvida, está num diálogo rápido e fértil.

Porém, nada se avança quando neste país alguns perdem a perspectiva histórica. Nas excelentes *Actas do I Congresso Internacional da Língua* propom Montero Santalha umha substancial muda: *«À língua portuguesa falada na Galiza nós, galegos, chamamos mais freqüentemente «galego» ou «galego-português», ou mesmo «língua galega» ou «idioma galego», mais por extrapolaçom inconsciente... do que por chovinismo idiomático. No entanto, a denominaçom mais satisfatória deverá ser «português da Galiza», seguindo o exemplo dos brasileiros, que chamam à língua do seu país «português do Brasil»».*

Estamos perante umha autêntica alfaia para a análise de discurso, mas traçaremos apenas o esqueleto desta declaraçom. Comparasse a Galiza —naçom moderna, filha da colonizaçom portuguesa—. Equipara-se em sincronia umha língua nacional por substrato —o galego— cumha língua imposta mediante aquela rapina colonial que muitos espanhois e portugueses denominam alegremente «descoberta».

Equiparam-se duas colónias, enfim? Decerto, nom do ponto de vista que nos interessa. A língua portuguesa do Brasil, como realidade, agasalha-nos a todos. Mas Galiza tem o privilégio histórico de chamar *galego* ao que fala, pois ela o forjou, e na sua palavra segue a viver, apesar do castelhano.

Se mal nom lembro, o empenho era recuperar a língua e ceivá-la do alheo: quer dizer, elevar o galego-português da Galiza à categoria de expressom normalizada. O rigor filológico garante a pureza, o contacto co povo a frescura, pero o galego perde terreno porque a língua dista de ser umha leituga preparada por universitários. Na salada, e desculpade

o símil, falta ainda consciência de pertencer a um colectivo nacional. É a única maneira de devolver dignidade, e sobretodo vida própria, ao veículo de comunicaçom dos galegos.

Por quê plantejar a uniom política com Portugal reflecte um complexo de inferioridade? Se cadra, pensei mais nas pessoas que na idea mesma, a qual acho umha simples traiçom. Sempre hai que conservar o respeito polos indivíduos, normalmente portadores de filantropia e interesse comum, por muito que se equivoquem.

Ora bem, quando se prescinde da gente em nome da ideologia, está o campo semeado para atitudes totalitárias. O *nacionalismo português* —fóra ambiguidade— olha para Lisboa buscando algo mais que o intercâmbio necessário entre as duas terras irmás. Nel acho desprezo por um país ainda rural e marinheiro, por um proletariado urbano em agonia, por umha fala vivente que o elitismo qualifica de *vulgar...* quiçá somos tamém um país vulgar.

A síndroma do neófito manifesta-se em indícios típicos: passado pouco comprometido com Galiza, vida na cidade, iluminaçom inesperada, radicalizaçom verbal, raçoamento monolítico e teima por levar a Razom às pessoas em vez de levar as pessoas à Razom. O Neófito olvida com facilidade que a ideologia é umha pirámide onde a cúpula culmina as experiências. Julga, ao contrário, que todos pensam mediante premissas formais (como Aristóteles) e que por tanto basta com desmontar as conclusons para ganhar adeptos à Causa.

A primeira vítima de mudar com excesso de velocidade é o próprio neófito. Abonda-lhe dizer «Portugal» ali onde figuráva «Espanha»; critica independentistas curtidos porque ignora que na cadea sofrem os revolucionários, nom os que desejam um mundo melhor substituindo a língua do Estado e o protocolo da cultura regional. Ignora, aliàs, que a sua iluminaçom política nasce já filha bastarda de quem dedicou o peito por esta *regiom* e a sua *língua vulgar.*

Portugal merece a nossa atençom admirada, a nossa paciência quando a inércia imperial contamina o seu delicioso sotaque. Devemos comunicar-nos sem demora. Viver de costas aos portugueses mostraria umha enfermidade mais maligna do que a xenofobia: o medo. Temor por contemplar-se no curioso espelho duns estrangeiros que nom som exactamente isso, senom o oposto, ao passarmos de Tui a Valença. Pânico por fazer adulta a cultura do nosso país sem o beneplácito espanhol, e poder assi sair de Coimbra a Dublim coa vontade da Europa verdadeira, a que se escreve longe dos governos.

TROCAR A MOINHEIRA POLO FADO; ESPERAMOS CONTESTAÇOM

Ao nacionalismo português da Galiza urge-lhe tirar o disfarce. Inicialmente, pola singela mecânica de oferecer umha alternativa aos galegos. Em segundo lugar, para que outros galegos nom estejam a trabalhar por outra história contada na mesma língua. Os que ostentam a limpa e rechamante verdade nom terám reparo em ensiná-la.

Di o subtítulo «trocar a moinheira polo fado». Se calhar, a proposta interpreta-se de jeito erróneo. O correcto seria «trocar o flamenco polo fado». Nom recordo que molestem especialmente os bailes regionais, e menos se integram a comitiva para dar a bemvinda a presidentes ou caudilhos.

No caso de alguém sentir-se ofendido por esta traduçom de tendências incipientes, é óptimo o caminho do ensaio, do programa eleitoral, mas, por favor, nom o da inconcreçom. Tempos tam pouco democráticos, onde quase toda a informaçom vém manipulada, pedem coerência na definiçom de objectivos finais. O nosso é a libertaçom dum país farto de ser Noroeste da Espanha, Norte de Portugal, Bretanha espanhola e Baviera ibérica: a independência, a dignidade, movem este nacionalismo. Quê é o que move o vosso?

Saberedes já os motivos que alguns aduzimos para bem distinguir reintegraçom lingüística de reinserçom política. A responsabilidade tem-na AGAL, agora e no futuro: *ser ou nom ser* a matriz dum solapado projecto. Aguardamos debate e linhas firmes e claras, porque muitos querem(os) participar numha associaçom galega da língua.

Xavier EIRIM

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro numeros): Membros da AGAL ..... 2.000 ptas.
Península Ibérica ..... 2.800 ptas.
Europa ..... 3.200 ptas.
Resto do Mundo ..... 3.500 ptas.

NOME.....

MORADA.....

.....

LOCALIDADE _____ PAÍS _____

DATA _____/_____/_____ **ASSINATURA**

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número _____ inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- ☐ Transferência bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.
- ☐ Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.
- ☐ Giro postal ou giro urgente n.º _____

A G A L — ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos _____

D.N.I. _____ Profissom _____

Endereço (Rua, Praça) _____

Vila, Cidade _____ País _____ Tfno.(_____) _____

Data de nacimento _____/_____/_____ **Quota Anual/Trimestral/Mensal**

Modo de pago: Ingresso directo na c/c núm. 06566121 (Caixa Postal de Ourense). Quando se verifique o pagamento anual (3.600 ptas./600 ptas/300 ptas.) pode domiciliar-se. A tal efeito roga-se juntar a este boletim notificaçom do número de c/c, Banco ou Caixa, Sucursal e localidade.

Quotas: **Normal:** 3.600 ptas./ano (300 ptas./mês).
Estudante e desempregado: 600 ptas./ano (50 ptas./mês).
Menores de idade: 300 ptas./ano (25 ptas./mês).

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Redacçom: Aptdo. 560 - 15080-Corunha.
Aptdo. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Aptdo. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Aptdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA

Publicaçons da Associaçom Galega da Língua

- *Colecçom «Universália»*

  Lôpez-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais,* 1983. (Esgotado).

  Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego,* 1983. 169 págs. (Esgotado).
  2.ª Ed. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

  Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas,* 1984. 349 págs.

  Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego,* 1985. 318 págs.

  Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

  Lôpez-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural,* 1987, 224 págs.

  Souto, Elvira: *Contribuiçom ao estudo do romance iniciático galego,* 1987, 95 págs.

  Haller, Michel, *Tratado de contraponto e de composiçom contrapontística.* Traduçom e adaptaçom de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

  Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados.* 1988. 128 págs.

- *Colecçom «Clássicos»*

  Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón,* Ediçom, estudo e adaptaçom ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

  Rosalia de Castro: *Folhas Novas,* Ediçom e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

- *Colecçom «Criaçom»*

  Manuel Maria: *A luz Ressuscitada,* Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

  Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985),* 1986. 192 págs.

  Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura,* 1987, 170 págs.

  Béjar, Julio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

- Revista *AGÁLIA.* Publicaçom trimestral desde o ano 1985. 128 págs.

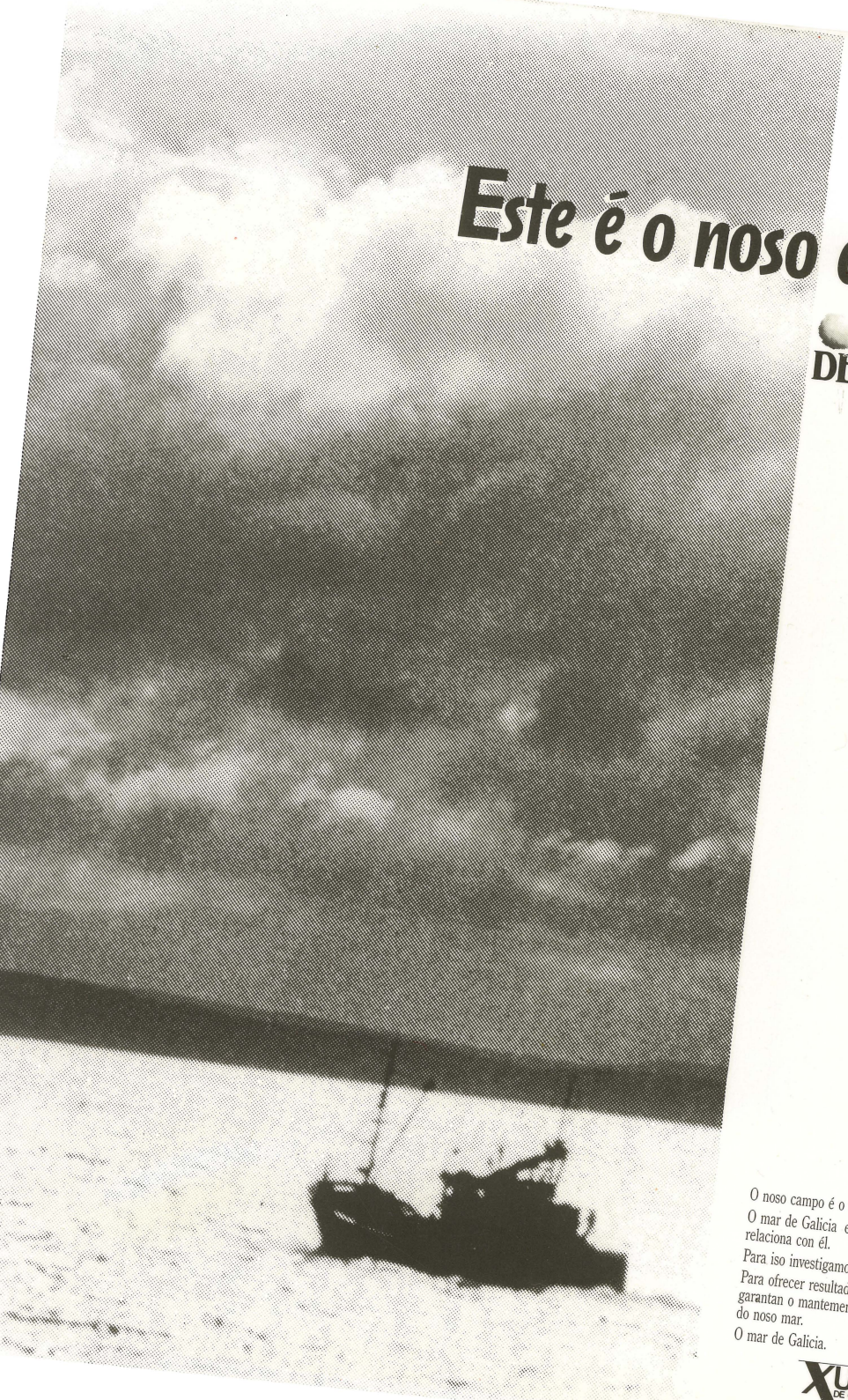
  Revista *AGÁLIA.* Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo,* dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

  Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economia de Galiza,* dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

- *Em breve*

  Actas do II Congresso internacional da língua galego-portuguesa na Galiza.

  Joao Guisám, *A origem certa do farol de Alexandria* (re-ediçom).



Este é o noso campo

mar
DE GALICIA

O noso campo é o mar.
O mar de Galicia e todo o que se relaciona con él.
Para iso investigamos sen descanso.
Para ofrecer resultados sólidos que garantan o mantemento da riqueza do noso mar.
O mar de Galicia.

XUNTA DE GALICIA

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Núm. 17

Primavera 1989

SUMÁRIO

PÁG.

Aos nossos leitores 3

ESTUDOS

Questionário de História contemporánea, *por Lluís V. Aracil* 5

O «Congreso Pedagógico» de Barcelona (1888) e a reivindicaçom didáctica da língua galega, *por Narciso de Gabriel* 17

O popular em *Um olho de vidro,* de Afonso R. Castelao, *por Luís Martul Tobio* 33

O «direito» a informaçom mendaz (Algumhas consideraçons sobre a Jurisprudência Constitucional arredor das liberdades de informaçom), *por José Vilas Nogueira* 47

NOTAS

Produção e difusão de cultura no século XVIII (Cinco notas de orientação e um balanço conclusivo), *por Manuel Afonso Costa* 55

No nome da mai..., *por José M.ª Monterroso Devesa* 59

Apresentaçom da vida e da obra de Celso Emílio Ferreiro, *por Henrique Manuel Rabunhal Corgo* 65

ANTOLOGIA

A meiga do Leres, *por Carlos Ferreiro* 75

Brevidades e Conversas do nosso extermínio, *por José R. Rodrigues Fernandes* 78

Ruiva mulher de esperança, *por Alberto Sueiro* 81

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

Mais sobre discriminaçons «por razón de la lengua» 87

Solidariedade com o Prof. Alonso Nozeda 92

A Associaçom Galega da Língua dirige-se ao Presidente da Audiência Territorial para solicitar a máxima prudência e neutralidade 93

A Administraçom denega subsídios sistematicamente à A.Ga.L. 95

Folhas Novas e *Guia prático de verbos,* livros bem vendidos 96

As Deputaçons na Galiza premiam os «seus colaboradores» 97

Mais irregularidades administrativas 100

Apresentaçom do número 12 da revista *Agália* 102

Renovação, Embaixada Galega da Cultura. Madrid 102

Actividades da Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O) 103

Acordo Ortográfico para a lusofonia: mais umha vez 104

Socializaçom do reintegracionismo 105

O galego, «asignatura» pendente na Justiça 106

O «bilingüismo» também na U.R.S.S. 107

Memória da história 108

Sobre os Irmandinos 108

IN MEMORIAM

Na morte de Rodrigues Lapa, *por José Martinho Montero Santalha* 109
Morreu Aurélio Buarque de Holanda 112
Na morte de Fernando Namora 112

RECENSONS

A escrita da História. Teoria e métodos, *por Francisco Cobo* 115
A chave das noces, de Xabier P. Docampo, *por Vicente Montenegro* 116
Val de Ramirás, de Anxo Angueira Viturro, *por Vicente Montenegro* 118
Bibliografia de Lingüística Portuguesa, por Rui de Vilamor 119
Publicaçons recebidas e de interesse 120

CORREIO

«O traço de uniom entre o verbo e o pronome», *por Amaro Doce* 121
«Galiza, tupi ou nom tupi», *por Xavier Eirim* 123

DESENHOS: Xaquín Marín
BROCHES ILUSTRATIVOS: Castelao *(Um olho de vidro)* e Roi Gil Lourenço (11 anos)
CAPA: Júlio Gaioso

AOS NOSSOS LEITORES

Iniciamos com este número o quinto ano da revista *AGÁLIA*. Atrás ficam dezasseis volumes mais dous monográficos que já fazem parte da história, nom apenas da história modesta da nossa Associaçom, mas sobretudo da História nova em que bem diferentes colectivos estamos a organizar a Galiza.

Temos de reconhecer, com alegria intensa, que é mercê aos colaboradores, aos redactores e designadamente aos assinantes e leitores de *AGÁLIA* que a revista se acha nos princípios valiosos da sua consolidaçom tanto na Galiza quanto na Comunidade Lusófona. O objectivo, contudo, requer ainda um grande esforço de maneira que, entre todos, colaboradores, redactores e nomeadamente assinantes e leitores, firmemos definitivamente a continuidade frutuosa de *AGÁLIA*.

Cumpre-nos a honra de proclamarmos que, tanto onte, quando começávamos a nossa caminhada, quanto hoje, que a prosseguimos animosos, os ideais que nos movem nom variárom substancialmente: mantemo-nos no compromisso de impulsarmos o processo normalizador do idioma galego, a nossa *língua nacional,* e insistimos, porque ainda por bastante tempo será necessário, na mesma linha estandardizadora que provocou a constituiçom da Associaçom Galega da Língua e que vimos defendendo desde aquele ano de 1981, já relativamente longínquo.

Quanto à organizaçom interna da revista, o leitor pode comprovar algumhas novidades: abre-se, como secçom isenta, a que denominamos *«In memoriam»,* destinada a lembrar a pessoa e actividades dos vultos que notabilizarom em vida a nossa Comunidade Lingüístico-Cultural; seguimos a reforçar as secçons *«Documentaçom e Informaçom», «Livros recebidos e de interesse«* e *«Correio»,* que estimamos de muita utilidade para conhecer os acontecimentos presentes e em particular para possibilitar que no futuro, quando a Galiza goze da dignidade que procuramos também por meio de *AGÁLIA,* as novas geraçons podam julgar o labor dos autênticos galeguistas e o «deslabor» dos outros. Porque de facto todos aqueles que militamos precariamente na organizaçom cultural da Galiza estamos a erigir para o Povo galego a dignidade que na história certos indivíduos e instituiçons lhe estám a substrair sem piedade. A tal fim, continuando a melhor tradiçom galeguista trabalhamos, livre e decidamente, nom por umha glória efêmera, como a que as entidades espanholas rendem a publicaçons e escritores da sua parcialidade nesta Galiza ainda nom dignificada, mas aquela, séria e decente, que caracteriza os nossos associados e simpatizantes: é glória consistente compartilharmos, também desde as páginas de *AGÁLIA,* as tarefas solidárias da construçom nacional da Galiza segundo a desenharam os nossos predecessores das *Irmandades da Fala,* do Grupo *Nós* e do *Seminário de Estudos Galegos.*

ESTUDOS

QUESTIONÁRIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÁNEA

Lluís V. Aracil

(Apresentaçom, adaptaçom e notas por
C. C. MORÁM FRAGA e J. MATO FONDO)

«E saiban os da perguiza
Qeu sin traballo e sin tempo
Ninguén fixo nunca nada
Nin se fará sin comenzo».
(Joám M. Pintos)

Apresentamos um texto inédito do notável sócio-lingüista catalám, que foi no seu dia ponência no *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza,* celebrado na cidade de Ourense em Setembro de 1984.

Quantos naqueles dias participámos activamente numhas reunions sem precedentes para a nossa história, nuns debates que julgávamos altamente esclarecedores e que, sem dúvida, o fôrom, tivemos a feliz oportunidade de perceber em Lluís V. Aracil umha das análises mais rigorosas a respeito da situaçom lingüística e do problema nacional: rigorosa na sua brevidade, precisa sa sua focagem e especialmente desmitificadora polo procedimento discursivo empregado. Por causas diversas nom foi possível que a ponência aparecesse publicada nas Actas, mas felizmente tinhamo-la recolhido íntegra em fita magnetofónica e conservamo-la até hoje.

Transcorridos quatro anos e meio das jornadas anteditas, e quando a AGAL já tem organizado e celebrado um II Congresso, a situaçom política, cultural e lingüística nom mudou substancialmente, embora se podam registar factos susceptíveis de análise em diferentes planos, factos a que nom vamos fazer referência. Seja como for, o texto aqui reproduzido mantém toda

a vigência do primeiro dia, toda a força dinamizadora, toda a luz, e também toda a sua carga de possível «incomodidade» em tantos e tam diversos potenciais receptores.

Nom é este o lugar para fazer um comentário do texto que, aliás, pudesse condicionar os leitores. Cumpre, no entanto, explicar o critério aplicado nesta publicaçom.

Os leitores devem saber, em primeiro termo, que nom se parte de umha conferência «lida», mas de umha dissertaçom mais ou menos improvisada, submetida —é claro— a umha organizaçom prévia. Isto deixava aberta umha possibilidade: adaptar o «texto oral» até convertê-lo num «texto escrito» mais «formalizado» ou «académico», despossuído assim de certas brincadeiras e pretendidos desajustamentos próprios da oralidade. Porém, pareceu mais oportuno —e científico— respeitar integramente o fio do discurso por manter umha total fidelidade à expressom dos conteúdos.

Se este proceder for válido em qualquer caso, aqui atinge umha validez singular, pois é precisamente no fluir da linguagem discursiva onde se manifesta, talvez, o maior interesse que apresenta o discurso de Lluís V. Aracil. Quer dizer, deixando de parte —e fora de dúvida— a importância do *significado,* achamos que tem um valor especialmente apreciável o *significante,* isto é, o procedimento analítico, a imagem humorística carregada de ironia, a linguagem ilusiva ou a redundância consciente, o paradoxo ou a tautologia, etc., como meios efectivos sempre utilizados, para chegar a um tema, polo autor de *Dir la realitat* ou *Papers de Sociolingüística.*

Eis a justificaçom do critério empregado. Mas isso nom impediu algumha modificaçom necessária sem alterar em absoluto o sentido original: tais variantes atingem apenas a algumhas expressons cuja redundância era inútil na escrita, à supressom de brevíssimos comentários marginais (quase imperceptíveis na gravaçom) ou determinadas interjeiçons (nom todas), nomeadamente algumha de carácter onomatopeico.

Além disso, cumpre assinalar que, para facilitar a compreensom sintética dos diferentes pontos, optámos por apresentar o texto de maneira seqüencial, responsabilizando-nos portanto das epígrafes, restringidas —isso sim— ao mínimo possível, pois quando há subdivisons recorre-se apenas à numeraçom arábica e às letras do alfabeto para nom interferir a linearidade expositiva. Contudo, e por respeito ao fio do discurso, algumhas epígrafes pode-se dizer que fam parte de outras ou estas estám superpostas a aquelas.

Finalmente, assumimos a responsabilidade de empregarmos diferentes tipos de letra (negra, cursiva, maiúsculas), o qual, se por um lado pode influir (isso se pretende!) no leitor, por outro tenta reflectir no plano da escrita as pertinências fónicas e gestuais próprias da oralidade.

César-Carlos Morám Fraga
José Mato Fondo

A Corunha, Primavera de 1989

Introduçom

«Umha consideraçom interessante, talvez nom bem sabida, é que o sentido etimológico da palavra HISTÓRIA é **investigaçom.** Isto pode surpreender, mas é assim. *História, «historía»* (1), é *investigaçom.* Pesquisa, inquérito, e só secundariamente «informe», «narraçom», sobre os resultados do inquérito. Digo-o porque realmente é importante diferenciar estes dous sentidos da palavra HISTÓRIA: a *história questom,* a *história resposta.* E é importante fazermos esta diferenciaçom porque na História achamos **perguntas sem resposta** —e algumhas que eu plantejarei som assim— e achamos também, sem dúvida, **respostas sem pergunta.** Som o que se costuma chamar «questons retóricas» ou de «catecismo», e o catecismo é um exemplo flagrante de respostas sem pergunta: inventa-se umha pergunta a algo para justificar como pretexto a resposta que nos perguntam.

«...de *História CONTEMPORÁNEA:* limitaçom, a meu ver, esclarecedora: «História contemporánea» é o que os livros de texto chamam *História contemporánea* (2). Por algo cumpre começar, e isso quer dizer que me limitaria a falar dos dous últimos séculos grosso modo, e entre meados do século XVIII (ou fins) e nós: portanto dous séculos.

História sócio-lingüística da Galiza

Umha primeira cousa a fazer seria um inventário de que história sócio-lingüística da Galiza existe, o que é que há, o que se tem produzido.

1. Descobriríamos, em primeiro termo, que quanto a «história-narraçom» **(história-resposta)** —e acho que sairám algumhas soluçons, talvez já saírom (3)— fundamentalmente há dous tipos de «história-resposta», dous tipos de «história narraçom» (a que é mais ou menos institucionalizada): umha chama-se «História do Espanhol» (com «h» diante de «História», nom de «Espanhol») e outra diríamos que é «auto-história», «auto-crónica» «do Rexurdimento» (4). Som duas histórias típicas que respondem a perguntas que realmente, creio, ninguém se planteja, e é um exemplo bastante claro o «catecismo» (o qual me recorda a época em que havia catecismos e um neno perguntava ao mes-

---

(1) Trata-se do termo grego *(historía),* que significava simplesmente um conhecimento adquirido por busca ou investigaçom, sem referência expressa ao passado. Com efeito, na antigüidade clássica, como conseqüência da busca da verosimilitude, procura-se umha compreensom humana dos acontecimentos restando validez à intervençom divina. Assim mesmo rejeitam a história concebida de modo literário e introduzem o rigor científico mercê ao confronto das fontes, o enquadramento geográfico e o estabelecimento da cronologia, com o qual ponhem os alicerces da erudiçom moderna. Porém, na Idade Média desaparece o espírito crítico na historiografia, ao se admitirem sem nengum reparo como verdadeiros factos fantásticos e mitológicos: abandona-se o enquadramento dos acontecimentos narrados num espaço e num tempo bem definidos e debilita-se a individualizaçom das personagens.

(2) A *tautologia* é um recurso freqüente em Aracil, que contribui, pola via humorística, a incidir sobre o receptor no sentido de partir de zero e nom dar nunca nada por sabido.

(3) *«talvez já saírom»:* refere-se ao ambiente do Congresso, neste caso às sessons anteriores ao acto. É importante porque reflecte umha visom de tais jornadas como umha unidade em processo ascendente.

(4) *«Rexurdimento»* ou «Ressurgimento». Respeita-se o vocábulo utilizado na conferência, que está matizado foni-camente a modo de cita.

tre: «conte-me a Criaçom», pergunta absolutamente espontánea e própria do neno).

2. Em troca, brilha mais pola sua ausência a **«história-questionário»**. Eu limitarei-me a isso. E a este respeito tenho a impressom de nom se poder alegar falta de dados. Os dados existem, eu próprio espero assinalar alguns, e na realidade o que falta nom som os dados mas a curiosidade. O que faltou, até agora mesmo, fôrom as perguntas, até o ponto de parecer que os dados sobrem. É o que costuma acontecer nos países pobres: o limite da pobreza é que já lhes sobram os recursos, porque nom sabem como utilizá-los.

Umha primeira questom global, mas que só nos serve para acedermos à matéria, seria perguntarmo-nos «QUE TEM FALADO, QUEM, NA GALIZA NA HISTÓRIA CONTEMPORÁNEA». Quer dizer, «COMO TEM FALADO» a gente na Galiza na História Contemporánea. Trata-se de umha pergunta muito geral que cumpriria esmiuçar, analisar. QUEM?, ONDE?, PARA QUE?, QUANDO? Cumpriria nom apenas esmiuçá-la, mas também acrescentar algumhas precisons como, por exemplo, o que é que se tem dito e se tem feito nos diferentes idiomas que se usárom. Bem, isso só nos facilita o acesso à matéria.

As duas direcçons, os dous níveis de investigaçom que, por analogia com casos semelhantes, julgo especialmente produtivos, seriam, por um lado, indagar o que chamaríamos **tendências demográficas** —quantitativas— e por outro lado o que chamaríamos o **«multidiscurso»**. (Prefiro chamá-lo *«multi*-discurso» para reconhecer, desde o prefixo, que nom é simples).

Tendências demográficas

Falarei de *«tendências demográficas quantitativas»,* tendências de um certo volume. Que tendências tem havido na História Contemporánea na Galiza? Globalmente haveria umha resposta, bastante brutal, que por sua vez nos leva à pergunta. A resposta brutal e simples seria que na História Contemporánea —e o que de la fica— poderia-se dizer: *a História da Galiza é a história de como retrocede umha língua.* Mas esmiucemos: quais fôrom as tendências mais volumosas e mais significativas?

1. Nom há dúvida de terem sido duas, mas principalmente umha: a «umha» tendência foi a **bilingüizaçom,** isto é, a generalizaçom da competência num idioma que nom por açar era umha *língua nacional* e que foi unida a cousas como a *alfabetizaçom.* Facto curioso: quando na Galiza se plantejou o problema de difundir o saber de letras, nom se questionou em que idioma, pois os que sabiam e exerciam de letras já tinham claro em que idioma o faziam. A *bilingüizaçom* dos falantes do galego, o facto de umha proporçom mais e mais grande da gente falante do galego ter adquirido —e nom apenas adquirido mas também coloquializado, e nom só coloquilizado más também à longa«nativizado»— o outro idioma, é sem dúvida, creio, a tendência mais grande da História Contemporánea da Galiza, sociolingüisticamente falando. Sem dúvida e a muita distáncia. O impressionante é que se umha pessoa pudesse voltar ao mundo após douscentos anos —e nom digo douscentos se-

nom talvez cinqüenta, mas polo menos douscentos com segurança— ficaria abraiada ao ver que, por exemplo, o argumento típico para se dirigir em público em galego era *antes* o de ser o único idioma que entendia todo o mundo, argumento típico empregado *agora* para usar o castelhano. Isso é um cámbio, e a História, em parte ao menos, consiste em cámbios.

a) Porém, essa tendência, que alguns acham tam natural e que parece imemorial, foi a **minorizaçom** mesma. Quer dizer, esta tendência chegou a um ponto no qual praticamente se extinguírom os falantes unilíngües do galego. (Nesta altura pode-se dizer que se extinguírom, e se nom for assim estám para se extinguir. Antes de desaparecerem já há muito tempo que nom contam! O menosprezo absoluto do falante unilíngüe do galego no seu próprio país é um dos aspectos mais sinistros e desagradáveis desta história: como foi maltratado, como foi pisado, como foi ignorado, em fim, é desagradável). E reparai bem: a desapariçom dos falantes unilíngües do galego significa ter chegado a umha situaçom em que, na prática, todo o falante do galego é falante do castelhano, até tal ponto que saber galego implica saber castelhano, até tal ponto que a comunidade ou subcomunidade lingüística galega é um subconjunto da castelhana: **relaçom de inclusom** (e portanto é minoria, pois umha parte é sempre menor do que a totalidade). Isto é: a *minorizaçom.*

b) Outro aspecto que me limito a assinalar é o seguinte: neste processo, por razons que vocês já imaginárom, *tem sido mais forte a* ***adesom*** *da comunidade ou subcomunidade lingüística galega à castelhana do que a* ***coesom*** *da própria comunidade lingüística galega ou galego-portuguesa.* Precisamente um fenómeno típico das situaçons minoritárias nos processos de minorizaçom é que, amiúde, a *adesom* a outra comunidade é mais forte do que a *coesom* da própria comunidade.

2. É, pois, umha tendência, e agora assinalo outra que foi consecutiva e portanto tem um desfasamento, um «décalage», um atraso, embora seja também digna de ser estudada. É consecutiva: é a **unilingüizaçom.** Se a bilingüizaçom fora a adquisiçom de um idioma (o castelhano neste caso), a *unilingüizaçom* foi o abandono do galego. Evidentemente ulterior, evidentemente posterior por razons que nom expliço. Como se produziu a *unilingüizaçom?* Como se abandonou o galego? Som questons a plantejarmos e eu, dispondo de mui pouco tempo, limitar-me-ei a recordar em público e aqui umha anedota, umha anedota que acho insuperável: um amigo galego que fala em galego aos seus filhos contava-me que os vizinhos galegos, lhe perguntavam: «E entendem-vos?» (5). Fim do chiste. O chiste nom tem apéndice, o chiste

(5) *«E entendem-vos?».* Observe-se que a pergunta verificada em tais «vizinhos galegos» é tam possível formulada em galego como em espanhol: *«¿Y os entienden?».* Seria interessante experimentarem os leitores se em ambos os casos se trata do mesmo «discurso» e da mesma consciência (ou inconsciência). Poderiam-se detectar as seguintes possibilidades: a) pergunta formulada em galego por um vizinho que fala habitualmente em galego, embora nom o faga com os filhos; b) pergunta formulada em espanhol por esse mesmo indivíduo ou outro das mesmas características; c) pergunta formulada em espanhol por um vizinho que fala habitualmente em espanhol; d) pergunta formulada em galego por esse mesmo indivíduo ou outro das mesmas características (raro, mas possível). Haveria ainda mais duas possibilidades: e) pergunta formulada em galego por um vizinho que fala também em galego aos seus filhos, mas com um grau de notável inconsciência; f) pergunta formulada em espanhol por esse mesmo indivíduo ou outro das mesmas características.

acaba aqui: «E entendem-vos?». Nada mais! Poderia ser que este tipo de gracejo fosse difícil de compreender em Portugal, pois —nom se sabe por que— as crianças em Portugal nom brincam em castelhano, e cumpriria realizar um inquérito internacional para esclarecer este fenómeno e até que ponto a água do Minho a partir de umha certa altura ou baixura produz estes efeitos. Nom nos equivoquemos. A *unilingüizaçom,* o abandono do galego, é perfeitamente compreensível num contexto cujo esquema seria este:

Há douscentos anos neste país havia dous idiomas, ambos os dous **necessários** para viver umha vida normal, e os dous, conseqüentemente, eram **insuficientes.** Era necessário o galego para a gente em geral se entender e para qualquer viver normalmente, e o castelhano era necessário talvez nom para isso, mas sim para muitas cousas. Entom, os dous eram *necessários* e portanto os dous eram *insuficientes.* Pois bem, hoje chegámos a umha situaçom na qual um idioma continuou a ser *insuficiente* e ademais chegou a ser *desnecessário* (o galego), mentres o outro continuou a ser *necessário* e ademais fixo-se *suficiente.* (O castelhano, nom é?). Mesmo um filósofo poderia detectar umha lógica neste sentido! Mesmo um filósofo... ajudado por um analfabeto insistente.

Tais tendências podem ser detectadas, podem ser quantificadas, e a falta de dados censais é umha vergonha. A falta de dados censais deve-se a que as autoridades estatísticas desta parte do mundo pensárom com razom que «ojos que no ven corazón que no siente». E nisso tenhem toda a razom: como nom há estatísticas, aqui nom se tem passado nada!

Porém, embora fosse assim, quero dizer —e darei umha pista elementar— que é possível entendermos isto bastante bem. Eis o truque mais elementar: num momento dado os diferentes níveis de idade correspondem, «coeteris paribus», a épocas sucessivas. Há umha correlaçom brutal. Por conseqüência, se quigermos ter umha perspectiva diacrónica a partir de um panorama sincrónico, cumpre repararmos nos contrastres de idade. Elementar, querido Watson!... Justamente por isso mencionei as crianças. É o primeiro nível de idade que mencionei nesta história. Isto é, se comparávamos níveis de idade, compararíamos que se ainda há gente que nom sabe castelhano serám mais bem os velhos; que nom saber galego é mais bem próprio dos nenos..., etc. Evidentemente.

As interferências

Falei até aqui de umhas tendências que podem ser estudadas demograficamente —devem sê-lo—, que podem e devem ser estudadas geograficamente (A geografia, de facto, é sumamente interessante. Nom há dúvida de existirem desfasagens, atrasos, fortes desnivelamentos dentro da Galiza entre umhas zonas e outras. Nem há dúvida que estes fenómenos som significativos). Assinalarei, aliás, outro tipo de tendências para serem estudadas: as **interferências.** Todos sabemos que as interferências entre os dous idiomas em contacto fôrom enormemente unilaterais. Sabemos também que as inteferências do castelhano sobre o galego a esta altura nom som já umha infiltraçom,

mas umha *invasom*. Todos sabemos isso. Sem dúvida produziu-se num contexto. Poderíamos chamá-lo a «castrapizaçom» ou como se quiger, mas para umha pessoa que nisto —sou eu— tem a vantagem de nom ser galego, isso representa-se de umha maneira terrivelmente patética. Poderíamos dizer: qualquer cousa que for castelhano pode pasar por galego. A única condiçom é ser castelhano. Se nom, pode ser, por exemplo. «estrangeiro» ou português!

Pois bem. Aqui introduziria outro ponto de investigaçom com o qual assinalo um abismo, um abismo de ignorância, um abismo de «incuriosidade»: qual é o fenómeno sociológico mais interessante que há na Galiza? Poderemo-lo adivinhar entre todos? Nom digo o mais interessante do mundo, mas sim o mais interessante da Galiza, a meu ver:

A RAIA, A RAIA, A RAIA! (Primeiro prémio, segundo e terceiro do concurso, pois merece-os todos). A RAIA (6). Bem, e que cousa é «A RAIA»? Nom o vou descrever. No entanto recordarei, por exemplo, que as fronteiras tenhem a ver com o senso da realidade. Cousas fantásticas! As fronteiras som, na verdade, umha sorte de laboratório super-realista. Tenhem a ver com o senso da realidade, tenhem a ver com o que é, com o que nom é, com o que deve ser, com o que pode ser, como o que nom pode ser, com o que se vê, com o que nom se vê... Mas centremo-nos. Indubitavelmente a RAIA é anterior à idade contemporánea. Porém, na idade contemporánea —e precisamente nela— adquiriu uns caracteres inéditos e terrivelmente novos. Eu proporia um tipo de inquérito que ainda nom foi, ao que parece, nem concebido e que poderia ser maravilhosamente revelador: fazer simplesmente um inquérito dialectal, a banda e banda, a lado e lado da RAIA, a diferentes níveis de idade. Arrisco umha orelha —felizmente tenho duas— a que se observaria que a gente mais velha fala mais semelhante; os jovens mais apartado. Já nom digo porque uns *«falam»* português e outros *«hablan»* espanhol! Isso, creio, deveria-se incluir no inquérito. Seria «o limite»...

Quer dizer, que efeito fijo a RAIA? A RAIA, na realidade, é um fenómeno que assinalo como catalám, fenómeno ao qual sou singularmente sensível. A RAIA é, por um lado, um fenómeno local, que podemos estudar «in situ», aqui mesmo. Podemo-nos instalar e depois olharmos o que se passa, quanto passa, quando passa, quem passa, quem os deixa passar ou nom os deixa passar, por que dianho os deixa pasar, com que cara os deixa passar ou nom os deixa passar... Todos estes fenómenos podemos estudá-los «in situ» e som muito interessantes. Como argumento sociológico número 1, A RAIA. Isso é certo.

Ora bem, nem todos os fenómenos som locais. Eis outro ponto mais interessante: afinal *seria ridículo pensar que a RAIA separa Tui de Valença do Minho*. Pois que separa a RAIA? Nom nos equivoquemos. A RAIA separa a Espanha de Portugal. E também nom separa a Galiza de Portugal. Nom. Nom fagamos chistes. A RAIA separa a Espanha de Portugal como o seu

---

(6) Aqui, como noutros casos, conservamos a brincadeira, embora seja índice da oralidade, por contribuir a reforçar (como procedimento «tautológico») a evidência do que deveria ser óbvio.

nome indica ou como as suas bandeiras indicam de umha maneira avondo clara. Entom, que quer isto dizer? Que quer dizer a RAIA? Que importância tivo na História Contemporánea a RAIA? Daria umha pista também: o facto de as fronteiras serem essencialmente filtros por definiçom, e portanto serem substancialmente discriminatórias (ou nom serem nada. Também pode ser que nom sejam nada, mas entom significa que nom som fronteiras, obviamente).

Destarte, surgem as questons: o que é que discriminou! O que é que filtrou a RAIA? O que é que deixou passar? O que é que nom deixou passar? A RAIA é um fabuloso quantificador, um fabuloso discriminador. É permeável ou impermeável segundo de que e de quem e de como e quando se tratar. A RAIA é um analisador fabuloso de fenómenos sociais. Umhas cousas coam-se sem ninguém o perceber, as outras detenhem-se absolutamente e nom passam em mil anos...

Aliás, a nível dialectal de coloquiais locais eu nom sei qual seria o resultado do inquérito, pois parece nem ter sido concebido. O típico é que os mapas dialectais do português providencialmente chegam até a RAIA, os mapas galegos-espanhóis providencialmente chegam até a RAIA, e providencialmente os uns com os outros encaixam simplesmente porque a RAIA anterior é a mesma. É óbvio, ao ser a mesma encaixam, mas nom há imbricaçom. Porém um facto é bem sabido: a **língua nacional** a um lado e a outro sim coincide perfeitamente com a RAIA. Eis outra prova da providência. Com efeito, há muitas provas da providência. Suponho que o sabedes: umha das provas da providência é que a abertura das pálpebras coincide justamente diante dos olhos e nom no cogote. Pois o facto de a língua nacional espanhola e a língua nacional portuguesa terem a sua fronteira justamente na RAIA é umha das provas da providência. Isso coincide com exactitude. Nom há um pelo de diferença. Coincide com os uniformes, coincide com a moeda. Alá onde houver um tipo de uniforme, um tipo de moeda, um tipo de comboios, por exemplo..., isso sim coincide. Curioso!

Nom sei se os companheiros portugueses terám reparado num fenómeno bem esclarecedor (7). Realmente a RAIA nom foi ainda —embora poda chegar a sê-lo— umha raia entre duas gentes. *É a RAIA entre dous estados,* a RAIA entre duas naçons, o qual é muito mais complexo. Nom se trata apenas de gente. Um estado, umha naçom, implica umha organizaçom, implica outras cousas, nom é? E um aspecto dessa organizaçom é o facto elementar de essa língua de comunicaçom moderna, de comunicaçom intelectual, de comunicaçom pública... ter sido neste lado o castelhano. E foi o castelhano porque a gente deste país que sabia, a gente deste país que importava, que contava, estava de acordo em que fosse o castelhano, e avonda. Em troca isso nom foi assim em Portugal: eis a diferença que explica, diria eu, o noventa por cento das demais diferenças. Tam simples como isso. O povo falava mais ou

(7) Alude, naturalmente, aos congressistas vindos de Portugal, num claro intento de amplificar a focagem mercê ao troco do ponto de vista. Tal perspectiva (a portuguesa) seria de grande interesse no Congresso, e talvez susceptível de umha análise esmiuçada.

menos o mesmo, mas o povo, felizmente, nom contava. O povo era feliz, o povo nom contava. E os outros, os que nom eram povo, ah, os que nom eram povo! Os que nom eram povo, alguns eram espanhóis e os outros eram portugueses, e estes contavam e contam. Contarám, mas...

O multidiscurso

Espero que se fale também (8) do «**multidiscurso**». Do *multidiscurso* daria eu assim mesmo pistas muito elementares para começar a indagar. Assinalaria a existência de, polo menos, dous discursos principais:

1. Um **discurso da necessidade**, por chamá-lo assim, que vai unido ao espalhamento da língua nacional. Curiosamente esse discurso aqui, a este lado da RAIA, vai anterior ao espalhamento do castelhano. A gente há de saber de letras em que língua? A dúvida ofende! Ham-se civilizar! Cumpre pôr a RAIA! Em que língua falará a RAIA? (...!) Bem, curiosamente, e felizmente, ao outro lado da RAIA também nom o questionavam. Uns e outros o tinham igualmente claro, salvo que nom coincidiam. Por que? Um *discurso da necessidade* de promoçom de umha língua nacional, e de resto a língua nacional significava o saber de letras, significava a vida moderna, significava as luzes, significava a comunicaçom, a discussom, etc., etc. TEM HAVIDO A ESTE LADO DA RAIA A PROPOSTA DE O GALEGO SER LÍNGUA NACIONAL? Questiono. Deixo a questom como questom. A minha impressom é que nom. Um dos fenómenos estranhos da Galiza contemporánea é ter chegado a pulular um certo nacionalismo galego centrado num idioma, o qual (idioma) nom foi concebido como *língua nacional.* Cousa, aliás, bastante absurda. Quer dizer, o nacionalismo galego baseava-se na língua galega, a qual (língua galega) (9) nom era concebida como língua nacional!... Ao que parece, o chiste continua! Um fenómeno muito estranho! Parece que continua! Umha língua que nem sequer sabem como escrever! Umha língua na qual é «natural» ser analfabeto, como suponho o é o Senhor Reitor da Universidade de Santiago! E nom é umha indirecta. Eu sou sociólogo: isso supom que sei certas cousas. Se nom seria um néscio, um impostor. Portanto é essa a minha obrigaçom: supor que o Reitor da Universidade de Santiago é analfabeto em galego, porque se nom eu seria incompetente.

2. Há, pois, um *discurso da necessidade,* que invoca a necessidade como promoçom da língua nacional (aqui o castelhano unicamente, no outro lado o português), e há também outro que poderíamos —e deveríamos— chamar o **discurso da boa vontade.** O *discurso da boa vontade* é muito difícil de descrever, pois estamos tam afeitos a ele que nem caímos na conta, e como nom caímos na conta já nom sabemos a quem identificamos. Eu ponho por exemplo umhas palavras pronunciadas por Frédéric Mistral o 25 de Maio de 1884

---

(8) Manifesta, com esta expressom, a esperança em que saiam à luz este e outros temas em sessons posteriores. Tem, pois, o mesmo sentido do já comentado na nota 3.

(9) Polos possíveis valores que podam apresentar, respeitamos as redundáncias («idioma», «língua galega»), que escrevemos, no entanto, entre parénteses.

no parque de Sceaux, perto de Paris, há justamente cem anos (10), e portanto merece esta lembrança. Trata-se de umha frase que condensa, a meu ver, o *discurso da boa vontade.* Umha frase que vocês acharám familiar, e eu lereina em francês precisamente. E nom a traduzirei, pois justamente nom a traduzindo será como vós próprios a acharedes familiar. Ei-la:

«Oh France, mère France,
laisse-lui donc à ta Provence,
à ton joli midi, la langue si douce
dans laquelle elle étudie, ma mère.
Et puis à notre langue
qu'ont parlé nos aïeux,
que parlaient là-bas tes paysants et
[tes marins,
tes soldats et tes (...),
à notre langue de famille
fais-lui dans tes écoles
une petite place à côté du français».

O *discurso da boa vontade* é, pois, um discurso ao qual estamos afeitos. Eu dei-vos umha mostra que suponho vos terá evocado —a quantos conhecedes este país— toneladas de papel impresso onde se diz o mesmo. E é o programa geral de todas as partes e o programa geral de todos os pontos da Galiza, etc., como vós bem sabedes. Nom é?

Bem, e com isso acabei de assinalar pontos e questons de História Contemporánea. Espero ter sido polo menos bastante provocativo —é o meu dever—, e para rematar quereria fazê-lo com umha cita, um dos poucos textos polos quais se poderia dizer que alguém concebeu o galego como *língua nacional.* E pois o texto mesmo é a mesma atitude, eu leio-vo-lo, respeitosamente, a apresento-o à vossa atençom. Trata-se de *A gaita gallega tocada polo gaiteiro, ou sea Carta de Cristus para ir deprendendo a ler, escribir e falar ben a lengua gallega* (11). Inimaginável! Para que é apreender a ler e escrever a língua galega? Este homem estava louco! Em todo o caso esse homem era de Ponte-Vedra, tanto se estava louco como sen nom, e chamava-se Joám M. Pintos.

As passagens que eu acho pertinentes som as que seguem, passagens de verdadeiro interesse. Lerei no meu galego (12):

---

(10) Recordamos que a ponência data de 1984. Também agradecemos à professora Maria Sánchez Seoane a sua ajuda na transcriçom do texto de Mistral.

(11) Com efeito, a obra de Pintos —citada freqüentemente como *A gaita gallega*— tem por título completo *A gaita gallega tocada po lo gaiteiro, ou sea Carta de Cristus para ir deprendendo a ler, escribir e falar ben a lengua gallega, e ainda mais,* e foi publicada pola imprensa de «José y Primitivo Vilas», Pontevedra, 1853. Por diferentes razons é verdadeiramente revelador o facto de Aracil eleger esta obra, da qual Cabanillas dixera ser —nom por acaso— a pedra de alicerce da nossa renascença.

(12) Citamos pola antedita ediçom, a original, para que o leitor veja nom só os erros, mas também as virtudes lingüísticas de Pintos. Porém, na pronúncia de Aracil apreciam-se as variantes *se* (versos 1, 11), *Galiza* (v. 1), *galego* (vv. 2, 30), *quatro* (vv. 3, 11, 12), *galeguinhos* (v. 11), *Deus* (v. 19), *dizer* (v. 19), *gosto* (v. 20), *sem* (vv. 26, 28), *nem* (vv. 28, 31, 32, 33, 34), *começo* (v. 28), *declaraçons* (v. 33), *pobres* (v. 35). Os interessados em cotejar o texto, podem achá-lo na página 37.

«Si non se imprime en Galicia
Un triste libro en gallego
E catro farafulliñas
Se gaban de non sabelo,
Poida que non tarde muito
En andar o idioma impreso
E que se lle suba às barbas
A outros que andan mui tesos.
E aposto cento por un
E mais poño o que non teño
Que si catro galleguiños
Das catro esquinas do reino
Se sacoden, co él abrochan
Con patriótico empeño
Po las aldeas é vilas,
E cuiden de recollelo,
De compolo e arrombalo,
E facer un todo inteiro,
Juro a Dios volvo a decire,
Que ha de ser un gusto velo
Chegar a donde chegaron
Os outros, e en anos menos,
E mais inda rebasalos,
E deixalos ben arredro.
E saiban os perguiza
Que sin traballo e sin tempo
Ninguén fixo nunca nada
Nin se fará sin comenzo.
E verdá que hoje non usan
O noso idioma gallego
Para leis, nin escrituras,
Nas oficinas, nin tempros,
Nin poñen declaracios
Nin estenden testamentos,
De maneira que a mil probes
Lles meten gato por coello.
Mais isto ten outro rabo
Que enrrosca asoballamento,
E ten conta desfolalo
E desroscalo con tempo».

Estou perfeitamente de acordo com o autor. Muito obrigado pola vossa atençom» (13).

---

(13) Som de grande interesse as intervençons de Lluís V. Aracil no posterior colóquio, as quais ficárom assim mesmo gravadas, mas que nom transcrevemos aqui por nom romper a unidade estrutural da publicaçom.

R. 780

Actas

del

Congreso Nacional Pedagógico

iniciado por la

Asociación de Maestros públicos

de la

provincia de Barcelona

celebrado en dicha ciudad

desde el día 5 al 12 inclusive del mes de Agosto de 1888.

Barcelona

Tipografía de la Casa Provincial de Caridad

1889

O «Congreso Pedagógico» de Barcelona (1888) e a reivindicaçom didáctica da língua galega

Narciso DE GABRIEL
Universidade de Santiago de Compostela

INTRODUÇOM

Um dos temas abordados no «Congreso Pedagógico» que tivo lugar em Barcelona no ano 1888 dizia assim: «En las provincias del Norte y del Este de España, donde no es la nativa la lengua castellana, ¿qué procedimientos deben emplearse para enseñarla a los niños?»[1]. Enunciado nestes termos, o problema que se submetia à consideraçom dos congressistas nom contradizia em absoluto as directrices oficiais, segundo as quais o castelhano era o único idioma que devía ensinar-se e empregar-se nas aulas. Se nos cingimos à literalidade do tema proposto a debate, nom se tratava de fomentar o desenvolvimento escolar das línguas periféricas, senom de investigar os procedimentos mais ajeitados para o ensino dos castelhano naqueles territórios que tinham um idioma diferente do oficial.

Cabe pensar, nom obstante, que os convocantes desta reuniom pedagógica nom só estavam interessados em achar as melhores fórmulas para a apredizagem do castelhano; mas, se enunciarom assim a questom, foi para respeitar os limites da legalidade vigente. Com efeito, um dos propósitos que parece presidir a presença deste tema no Congresso, e assim o demonstra o curso dos debates, nom era outro que o de reivindicar a incorporaçom dos idiomas catalám, basco e galego às escolas, ainda que tal medida se justificasse como necessária enquanto favoreceria a inculcaçom do castelhano aos nenos que non tinham este idioma como própio. Além disto, era esta a primeira vez que num congresso pedagógico se debatia a problemática lingüística e as suas im-

(1) *Actas del Congreso Nacional Pedagógico iniciado por la Asociación de Maestros públicos de la provincia de Barcelona, celebrado en dicha ciudad desde el día 5 al 12 inclusive del mes de Agosto de 1888,* Barcelona, Tipografía de la Casa Provincial de Caridad, 1889, p. 137. Em adiante, *Actas.*

plicaçons escolares. E nom é de estranhar que fosse justamente em Barcelona onde se abordase esta questom, dado o importante desenvolvimento alcançado polo regionalismo em Catalunya[2].

Os debates centraram-se na problemática catalá, ainda que os oradores adoitavam fazer extensivos os seus diagnósticos e soluçons a Euskádi e Galiza. No Congresso participou também um representante galego, o mestre José Soto Campos, ao que prestaremos umha especial atençom neste trabalho. A intervençom deste mestre defendendo a presença do idioma galego nas aulas foi impugnada na imprensa por José Núñez Sarmiento, segundo veremos nas páginas que seguem. Mas antes de entrarmos nestas consideraçons, examinaremos o conteúdo e a dinámica das discussons que se produzirom no Congresso.

1. *UM DEBATE CONFLITIVO*

Ivonne Turin tem escrito que no Congresso Pedagógico de Barcelona «se abordó serenamente la cuestión de la enseñanza en catalán»[3]. Ora bem, se revisamos as actas desta assembleia poderemos comprovar que a serenidade nom sempre presidiu os debates. Ainda mais, registarom-se momentos de umha forte tensom, como nom podia ser menos ao discutir-se um assunto destas características.

O conferenciante encarregado de desenvolver o tema foi o mestre barcelonês Inácio Ferrer y Carrió, que começou declarando a sua vontade de defrontar o problema desde umha óptica estritamente pedagógica, desentendendo-se, por conseguinte, das suas implicaçons políticas. De seguido, expujo as directrizes teóricas que se deviam seguir na aprendizagem de umha língua estrangeira.

Em primeiro lugar, «es necesario que el profesor sea de la nación a la cual pertenecemos o que entienda nuestra lengua no siéndolo, y que ambos [professor e aluno] se expliquen en ella» *(Actas,* p. 139). Este principio, na opiniom do conferencista, nom precisa de umha especial justificaçom, já que vem ditado por critérios lógicos: um dos requisitos do processo de ensino-aprendizagem é que o mestre e os seus discípulos podam entender-se através da palavra.

Em segundo lugar, o procedimento que deve seguir-se para o ensino de um idioma estranho é o teórico-prático-comparativo, tomando «como término de comparación en primer lugar la lengua nativa, y en segundo, cualesquiera otra por profesor y alumno conocida» *(Actas,* p. 140). Nem a aprendizagem puramente teórica nem a meramente práctica produzem resultados satisfatórios, sendo necessário, portanto, um ensino teórico-prático, que se beneficie, além disso, das avantagens que fornece o recurso comparativo.

---

(2) «Aquest congrés, és bo recordar-ho, se celebrava en una època propícia perque començava a manifestar-se públicament, almenys entre alguns sectors, un cert interès envers l'oficialització de la llengua catalana i, consegüentment, un corrent a favor de la legalització del català com a llengua educativa». (Jordi Monés i Pujol-Busquets, *La llengua a l'escola (1714-1939),* Barcelona, Editorial Barcanova, 1984, p. 92).

(3) Yvonne Turin, *La educación y la escuela en España de 1874 a 1902. Liberalismo y tradición,* Madrid, Editorial Aguilar, 1967, p. 262.

Em terceiro lugar, «en la enseñanza de una lengua extraña a la nuestra ha de preceder el conocimiento o estudio de la lengua que hablamos, o aquella que nos sirve de medio de comunicación o de inteligencia» *(Actas,* p. 140). Este postulado é umha conseqüência do anterior, já que o método comparativo exige um conhecimento prévio da língua que ha de funcionar como ponto de referência.

Umha vez formulados estes princípios básicos, Inácio Ferrer i Carrió aplicou-nos à situaçom concreta que se debatía no Congresso. Esta aplicaçom justifica-se porque o catalám, o basco e o galego nom som dialectos do castelhano, mas idiomas dotados de entidade própria e perfeitamente diferenciada[4]. Mais concretamente, o castelhano é umha língua estranha em Galiza, Euskádi e Catalunya, tam estranha como poda sê-lo o francês no conjunto do Estado espanhol (cfr. *Actas,* p. 141). Portanto, para ensinar o castelhano aos meninhos instalados no catalám, basco e galego cumpre seguir as directrices que som usuais na apredizagem de idiomas estrangeiros.

A proposta do conferencista é que na escola de párvulos[5] o mestre se expresse na língua própria dos nenos pois, em caso contrário, estes nom o entenderiam, e que lhes ensine oralmente o castelhano, de forma que quando se incorporem à escola elementar podam seguir as explicaçons neste idioma. A aprendizagem da leitura realizará-se nom obstante em castelhano, traduzindo o mestre todas aquelas expressons que os alunos nom fossem capazes de compreender (cfr. *Actas,* p. 142). O próprio Inácio Ferrer i Carrió pergunta-se se isto nom está em contradiçom com um dos princípios básicos anteriormente enunciado, o que postulava a necessidade de estudar a língua nativa antes que a estranha:

> «A esto debemos contestar que aquí no se trata de la enseñanza plena y por escrito del castellano, sino de la oral, y por lo tanto, como el conocimiento oral de la lengua nativa lo suponemos, de ahí que no haya inconveniente en que desde luego se inicie al niño en la lectura de la lengua castellana, sin que esto obste para que cuando el niño se encuentre en disposición se le hagan notar las diferencias fónicas que hay entre el castellano y la lengua nativa, siendo conveniente para ello el que el libro destinado para enseñar a leer, contenga algunas páginas en las cuales en la una haya el texto en castellano y en la otra en lengua nativa» *Actas,* p. 142).

Argumento escassamente convincente, polo menos tal e como aparece recolhido nas *Actas* do Congresso. Com efeito, afirma o conferencista que

---

(4) Esta era a opiniom do conferencista sobre o idioma galego: «El gallego, aunque similar al castellano, y muy similar, es lengua diferente, no sólo por su vocabulario, mas también por su fónica, por la representación de la misma, y por su sintaxis, caracteres todos que contribuyen a singularizar un idioma y a distinguirle de los demás. De origen igual al del castellano, pues como él es hijo de la transformación del latín, no aplicó al verificarla los mismos principios, y de ahí la similitud por una parte y la diferencia por otra. Encontrándose en tales circunstancias constituye una lengua propia, y por tanto una lengua que en manera alguna puede confundirse con la castellana, lo cual significa que el gallego comparado con él, es lengua extraña, ni más ni menos que el vasco». *(Actas,* p. 140).

(5) No século XIX havia vários tipos de escolas destinadas à populaçom infântil: as de párvulos, que estavam muito pouco generalizadas, as elementares, que eram as mais numerosas e podiam serem completas, incompletas ou de temporada, e as superiores, que também tinham um escasso peso.

no parvulário se trata apenas de aprender oralmente o castelhano, e dá por suposto que os nenos galegos, bascos e cataláns ja possuem esse conhecimento dos seus respectivos idiomas. Ora, de tais premissas nom se deduz em absoluto que a aprendizagem da leitura deva realizar-se em castelhano, senom que, polo contrário, se efectivamente o estudo da língua própria ha de preceder ao da alheia, parece claro que os escolares cataláns, bascos e galegos deveriam aprender a ler nos seus idiomas particulares. Desta forma obviariam-se ademais as dificuldades adicionais que implica aprender umha nova destreza, a de ler, num idioma que se ignora. Como pode apreciar-se, nom som directrizes pedagógicas as que ditam que a aprendizagem da leitura se verifique em castelhano, senom que tal medida está inspirada em consideraçons político-ideológicas.

Na escola elementar, e tendo em conta que os meninhos já foram capacitados no parvulário para comprenderem o castelhano, este seria o idioma no que se produziriam as explicaçons do mestre e no que se redigiriam os livros de texto. O ensino do castelhano realizaria-se segundo o método teórico-prático-comparativo já assinalado, o que implicava tomar como ponto de referência à lìngua nativa (cfr. *Actas,* pp. 142-43). Os idiomas galego, basco e catalám nom seriam objecto de umha aprendizagem específica, senom que se estudariam na medida em que assim o requerisse o ensino do castelhano: «La enseñanza de la lengua nativa se simultaneará en lo posible con la de la lengua castellana, esto es, siempre que lo exija la naturaleza particular de la comparación» *(Actas,* p. 143).

Inácio Ferrer i Carrió rematou a sua exposiçom afirmando que o procedimento por ele defendido nom estava mediatizado por tendências regionalistas, senom que respondia a critérios exclusivamente pedagógicos. Em todo o caso, se o uso da língua nativa no parvulário fomentava o afecto «a la región o a la comarca», tal circunstáncia nom seria em absoluto censurável, porque «¿desde cuándo no hemos de querer ese amor, ese afecto, ese cariño, que es el que hace grandes a las comarcas todas y por tanto a la nación en general?» *(Actas,* p. 143). Além disto, o emprego escolar do catalám, basco e galego, nos termos propostos na conferência, justifica-se para conseguir assim umha melhor assimilaçom do castelhano por parte dos nenos instalados naqueles idiomas. Para dizê-lo com palavras do conferencista, «en lengua nativa se habla siempre a todo el mundo cuando de él se pretende obtener alguna utilidad, ventaja, modificación o transformación» *(Actas,* p. 143), e cita a este respeito um exemplo sumamente significativo, o dos missionários que aprendem a expressarem-se na língua dos «nativos» para poder assim comunicar-se com eles e ganhá-los para a sua causa.

A posiçom sustentada polo conferencista foi considerada excessivamente moderada por alguns congressistas e avançada demais por outros. Entre estes últimos achava-se o mestre barcelonês Rafael Sancho, que entendia desnecessário utilizar a língua nativa para ensinar o castelhano, propondo, polo contrário, que o mestre se exprimisse constantemente no idioma oficial e que impidesse aos seus discípulos falarem qualquer outro. Duas som as razons que aduz para excluir o basco, catalám e galego dos recintos escolares. A pri-

meira consiste en argumentar que o meninho, quando ingressa na escola, «no habla, balbucea» *(Actas,* p. 148). Argumento absolutamente falaz, pois o 67,59 por 100 dos nenos se incoporavam às escolas depois de cumpridos os seis anos, mentres a maioria dos que o faziam antes superavam os quatro[6], idades nas que já se possui um domínio considerável da língua de socializaçom. A segunda razom é que, se os mestres empregam na prática docente procedimentos intuitivos, que garantam a compreensom dos objectos por parte dos nenos, se tornaria supérfluo dirigir-se a eles na sua língua nativa:

> «[...] usad los ejercicios de traducción al al dar lecciones sobre objetos, y holgará una de las dos cosas, o la traducción o la intuición; porque al detallar las cualidades y propiedades de un objeto y decir después el nombre del mismo, el trabajo ya está hecho, la percepción ya es clara y distinta, y tanto monta entonces dar nombre a la cosa en idioma regional como en el nacional» *(Actas,* p. 148).

Este argumento é mais inteligente que o anterior, ainda que também nom sirva para justificar a exclusom escolar das línguas periféricas, porque as necessidades de comunicaçom entre o professor e os seus discípulos desbordam amplamente as possibilidades que oferecem os procedimentos intuitivos, que por outra banda também requerem o emprego da palavra.

Mas se a intuiçom é insuficiente, a comunicaçom do mestre com os seus alunos canalizaria-se através do afecto que aquele deve professar a estes, porque, afinal, a língua materna nom tem pátria, é a linguagem universal e eterna do amor[7].

Se acaso as razons expostas nom forem suficientes para convencer os congressistas da bondade das suas ideias, Rafael Sancho nom dúvida em apelar ao corporativismo dos mestres castelhanos para que assuman as conclusons por ele defendidas, advertindo-os de que, em caso contrário, se condenariam ao ostracismo profissional, «porque no podríais ejercer vuestra noble profesión en las regiones donde no fuera nativa la lengua castellana por el grave delito de hablar en el rítmico, sonoro idioma de Cervantes, siendo como extranjeros en vuestra misma patria» *(Actas,* p. 150).

Esta oposiçom frontal à presença do catalám nas escolas, nom impede ao mestre barcelonês professar um acentuado sentimentalismo regionalista:

> «Jamás he de olvidarte, ¡amada Cataluña! ¡Muera el ingrato!, diremos con Aribau, ¡muera el ingrato, que al sonar en su oído el acento de la lengua nativa no llora y se consume de nostalgia!» *Actas,* p. 150).

Em consonáncia com tal sentimentalismo, admite que se ensinem nas escolas as chamadas literaturas regionais, lembrando porém aos seus colegas

---

(6) Segundo dados correspondentes à estatística de 1885, o 32,41 por 100 dos alunos matriculados nas escolas primárias espanholas ingressaram nelas antes dos seis anos, o 40,53 por 100 entre os seis e os nove e 27,06 despois de cumprir os nove (cfr. *Estadística general de primera enseñanza correspondiente al quinquenio que terminó en 31 de diciembre de 1885,* Madrid, Imprenta y Fundición de Manuel Tello, 1888, cadros 36 e 45).

(7) «¡La lengua materna! ¡Si la lengua materna no tiene patria, señores! ¡Si el lenguaje de las madres es el universal, el eterno lenguaje del amor! ¡Madre! ¡nombre santo! ¡mi madre, mi primera educadora! la que después de haberme dado la vida del cuerpo me dio la vida del alma con el inmenso tesoro de su cariño inmenso! ¡Bendita seas, madre mía! ¡Benditas sean todas las madres!» *(Actas,* p. 149).

que toda a tarefa educadora deve ter um norte bem preciso: «la unidad de esta patria tan amada» *(Actas,* p. 149).

Bem diferente foi a postura adoptada polo advogado e jornalista barcelonês Sebastiám Farnès. Este começou declarando que se considerava com direito a dirigir-se aos congressistas em catalám por ser esta língua tam nacional como a castelhana, renunciando nom obstante a ele por deferência com os forasteiros presentes na sala (cfr. *Actas,* p. 150). De seguido questionou a formulaçom do problema que se propunha a debate:

> «[...] este problema presupone la necesidad de que a los niños se les enseñe una lengua distinta de la que les es propia, y ante todo deberíamos averiguar si esta necesidad existe, o mejor, si es conveniente, si es útil que a los niños se les enseñe no sólo una lengua extraña, sino en una lengua que no entienden» *(Actas,* p. 151).

Nom culpava Sebastiám Farnès os organizadores de formular o tema nos termos propostos, porque era conhecedor dos condicionantes legais aos que tiveram de defrontar-se para inclui-lo no Congresso. Ora, estes condicionantes legais punha justamente de manifesto que o problema objecto de debate nom podia analisar-se «prescindiendo del aspecto político y social que envuelve» *(Actas,* p. 151). Com efeito, a imposiçom do castelhano como única língua escolar é umha decisom política encaminhada a conseguir que em todo o Estado se fale um único idioma (Vide *Actas,* p. 152). Decisom adoptada contra os postulados da Pedagogia, vulnerados por um legislador que, se figesse acto de presença no Congresso, deveria ser castigado por «desaplicado e incorregible en asuntos pedagógicos» *(Actas,* p. 151):

> «Porque es un acto doblemente criminal la imposición del castellano a los niños de Cataluña, imposición que rechaza la educación a que tienen derecho, y el desarrollo natural de sus facultades que queda perjudicado al pretender que aprendan una lengua extraña en la edad en que únicamente deberían perfeccionar la propia» *(Actas,* p. 152).

Por outra banda, a recuperaçom escolar das línguas periféricas havia de fazer-se em funçom de exigências pedagógicas, agora si, mas também políticas: «Es preciso que todas esas regiones hagan causa común: lo reclaman la ciencia y el patriotismo» *(Actas,* p. 152).

Atendendo a tais exigências científicas e patrióticas, Sebastiám Farnès propujo ao Congresso a seguinte conclusom: «En las escuelas primarias se enseñará en una sola lengua, y una sola lengua, la materna de los niños» *(Actas,* p. 152). O castelhano ficaria excluido das escolas elementares, reservando-se o seu estudo para as superiores, «cuando los niños tengan la necesaria aptitud para aprender una lengua extraña» *(Actas,* p. 152).

Na mesma linha que Sebastiám Farnès, se bem num tom menos agressivo, inscreve-se a intervençom de José Franquesa, professor de ensino secundário. Este congressista defendeu que o galego, o basco e o catalám eram idiomas, contra os que pretendiam reduzi-los à condiçom de simples dialectos, «pues el ser uno u otro depende de causas internas y cualidades propias que

subsisten a pesar de quien se oponga a reconocerlas» *(Actas,* p. 157)[8]. Também criticou na sua exposiçom que se impugera o castelhano como único idioma oficial em todas as escolas do Estado, conculdando-se assim o «axioma» pedagógico segundo o qual «para enseñar a los niños es preciso hablarles de manera que nos entiendan» *(Actas,* p. 155). A imposiçom do castelhano como único idioma escolar produzia ademais umha aprendizagem deficiente desta língua por parte dos meninhos que foram socializados em outra:

> «lengua ruin y repulsiva o mejor rara, esa informe mescolanza de dos lenguas heterogéneas, liga infeliz y contubernio inverosímil, con que resulta en lugar de un nuevo idioma, una menguada parodia de los dos, una vestidura de arlequín, objeto de rechifla en nuestros sainetes y objeto de aversión y repugnancia para todos los moradores de nuestros campos y aldeas. A esto, sí, señores, que yo le llamo dialecto, a la corrupción torpe y miserable de las lenguas» *(Actas,* p. 158).

Finalmente, solicitou que o Congresso reivindicasse nas suas conclusons que nos territórios onde se falasse um idioma diferente do castelhano, este se ensinasse empregando como língua veicular a materna (vide *Actas,* p. 159).

O debate adquiriu a sua maior tensom com motivo da intervençom de Castro y Legua. Este mestre valenciano que exercia em Madrid fijo uso da palavra para lamentar que as discussons discorressem por roteiros políticos, desviando-se do carácter estritamente pedagógico que as devia presidir. Também censurou algumhas expressons vertidas no Congresso, que consideraba ofensivas para o magisterio castelhano: «[...] se ha dicho con poco miramiento que la enseñanza de la lengua castellana es un crimen (protestas), que esa enseñanza, obligatoria por la fuerza, es preciso que desaparezca por la fuerza también (fuertes rumores), y estas expresiones hay que retirarlas» *(Actas,* p. 162). Alude-se aqui à intervençom de Sebastiám Farnès, que é responsabilizado de imprimir ao debate umha direcçom netamente política. No caso de nom se retirarem as expressons estimadas como ofensivas, ameaça Castro y Legua com abandonar o Congresso e o desacreditar perante a opiniom pública: «Si estos conceptos y otros que no recuerdo en este momento no se retiran, los maestros no catalanes abandonaríamos este local y diríamos en nuestras provincias, que en Barcelona no habíamos encontrado hospitalidad; que se nos había llamado a Cataluña a discutir temas pedagógicos y luego estos temas se habían trocado por temas políticos y regionales» *(Actas,* p. 162). Destarte, para conseguir os seus propósitos, nom duvida o mestre valenciano em acudir à chantagem, e para a exercer apela a um dos tópicos mais manuseados: o pressumível exclusivismo dos cataláns.

---

(8) Um dos argumentos utilizados por José Franquesa para demostrar que o galego, o basco e o catalám som idiomas, consiste em salientar a sua riqueza literária. No tocante ao galego, afirma que «de algo serviría la lengua gallego-portuguesa que es dulce como un arrullo, y melancólica como la oración de la tarde, cuando el Rey Sabio la rindió tributo y la vio elevarse al rango de idioma oficial de la poesía de Castilla, y los trovadores la encontraron apta para tejer con ella una perenne guirnalda de armonías [...]». Mas nom se trata somente de umha riqueza histórica, senom também actual: «[...] no son tan dignos de desprecio *dialectos* que producen poesías tan varoniles como las que cada día aparecen en las Vascongadas, estrofas tan valientes como las de Rosalía de Castro, de Pondal, de García Ferreiro y de Curros Enríquez en Galicia, o poetas y prosistas por centenares, como los que enriquecen portentosamente la literatura catalana» *(Actas,* p. 157).

No tocante aos procedimentos mais ajeitados para o ensino do castelhano aos nenos que falarem outra língua, entendia Castro y Legua que podiam reduzir-se a três: «prohibición del uso del dialecto en todo lo posible», traducçom de umha a outra língua e exercicios gramaticais (cfr. *Actas,* p. 163). Para aplicar estes procedimentos nada mais indicado que recorrer a mestres castelhanos, pois tenhem um melhor conhecimento da língua a ensinar «y nunca se dejarán arrastrar por su aficción al dialecto, la cual, unida a la necesidad de comunicación rápida con los niños, nos hace abandonar la lengua nacional y acudir al lenguaje que más pronto responda a la necesidad de un momento, que en las escuelas es continuo e interminable» *(Actas,* pp. 162-63). Os problemas que teriam os mestres castelhanos para se entenderem com os escolares bascos, cataláns e galegos seriam de pouca entidade, dado que «esta dificultad se vence forzosamente a los ocho días» *(Actas,* p. 163). Ora bem, tendo em conta que esta medida atentaria contra os direitos de muitos mestres, propujo-se umha soluçom menos radical:

> «Todo maestro que no sea castellano y que ejerza en un pueblo en que se habla dialecto, deberá prestar tres años de servicios en pueblo castellano, aunque sea en comisión y con reserva del derecho de su escuela. (Rumores)» *(Actas,* p. 163).

Com a finalidade de restablecer a calma no Congresso, vários mestres cataláns elaborarom un escrito, cuja leitura foi seguida de grandes aplausos; nele rejeitava-se qualquer frase vertida nas discussons que pudesse ter ferido a sensibilidade dos seus colegas de Castela (cfr. *Actas,* p. 163). O próprio Sebastiám Farnès tomou a palavra para se rearfirmar nas suas posiçons e protestar contra algumhas tergiversaçons que Castro y Legua fijera da sua intervençom. Sobretudo insistiu em que considerava efectivamente «un crimen la imposición de una lengua extraña en las escuelas, cuando los niños carecen del necesario desarrollo de sus facultades intelectuales» *(Actas,* p. 163). Nom obstante, tendo em conta que esta expressom produzira reacçoms alporizadas nalguns congressistas, manifesta-se presto a retirá-la, «haciendo este sacrificio personal en aras de la buena armonía y de la tolerancia que deben reinar en las asambleas de la índole de la que estamos celebrando» *(Actas,* p. 163). Outros mestres intervirom animados polo mesmo espírito de harmonía e toleráncia, rematando a sessom com vivas a España e a Catalunya (cfr. *Actas,* pp. 163-64).

Os congressistas forom parcos quando chegou a hora de extrair conclusons a respeito do tema que nos ocupa. Com efeito, das quarenta e três submetidas a votaçom, somente duas fazem referência à relaçom entre escolarizaçom e práctica lingüística, dedicando-se as restantes aos outros cinco temas objecto do debate. Eis o conteúdo das duas conclusons:

> «La ciencia pedagógica reclama que a los niños se les instruya en la lengua que conocen.
>
> »El mejor procedimiento para enseñar a los niños la lengua castellana, donde no es ésta la nativa, consiste en la práctica y comparación de aquélla con la suya propia» *(Actas,* p. 222).

Estas conclusons recolhem, como pode observar-se, as posiçons mais avançadas do Congresso. Convém sinalar porém que forom aprovadas por maioria, mentres que as mais delas resultarom ratificadas por unanimidade ou recebidas com aplausos.

2. *JOSÉ SOTO CAMPOS RECLAMA A INCORPORAÇOM DO IDIOMA GALEGO À ESCOLA*

Possuimos escassos dados biográficos acerca de José Soto Campos, que, como já antecipamos, foi um dos oradores que intervirom no Congresso de Barcelona. Sabemos que em 1867 dirigia a escola pública incompleta de Taboadela (Ponte-Caldelas) e que posteriormente exerceu noutras escolas da provincia de Ponte-Vedra, entre elas a de Barro. A finais do século XIX foi nomeado inspector provincial de primeiro ensino, desempenhando este cargo primeiro em Málaga e mais tarde em Lugo, província esta em que permaneu desde 1900 até 1904[9].

José Soto Campos participou activamente nas associaçons do magistério pontevedrês, como ele próprio declarou no Congresso de Barcelona[10], ao que acudiu em representaçom da Associaçom de Mestres de Caldas de Reis. Também interveu nos principais congressos pedagógicos que tivérom lugar no século XIX: Madrid (1882), Pontevedra (1887) e Barcelona (1888). No Congresso Pedagógico de Ponte-Vedra dissertou sobre a intuiçom e os procedimentos intuitivos[11], tema que já tinha tratado noutras ocasions. Provavelmente fosse no Congresso Pedagógico de Madrid quando entrasse em contacto com a *Institución Libre de Enseñanza,* que aproveitou esta assembleia para difundir o seu ideário entre o magistério. Em qualquer caso, Soto Campos converteuse num defensor das ideias sustentadas pola *Institución,* e nomeadamente dos passeios escolares, escrevendo um artigo em *El Magisterio Gallego* intitulado «La Institución Libre de Enseñanza y los paseos escolares»[12]. As colaboraçons na imprensa é justamente outra das dimensons que cumpre destacar na trajectória de Soto Campos, já que os seus escritos aparecerom com relativa freqüência tanto nos jornais do magistério *(La Luz* ou *El Magisterio Gallego)* como nos de informaçom geral *(El Anunciador, Diario de Pontevedra,* etc.).

A primeira intervençom de José Soto Campos defendendo a presença do idioma galego nas escolas produziu-se, que nós saibamos, nas páginas de *La Luz,* especificamente no número correspondente ao 20 de dezembro de 1878. Este escrito foi contestado polo *Boletín de Primera Enseñanza* de Gerona, iniciando-se assim umha disputa da que desgraçadamente nom conhecemos

---

(9) Cfr. Arquivo Histórico Universitario de Santiago, expedientes pessoais, leg. 385. O expediente de José Soto Campos conserva-se incompleto.

(10) «[...] yo he hecho cuanto pude en la creación de algunas asociaciones en la provincia de Pontevedra, que por cierto funcionan con bastante regularidad». *(Actas,* p. 159).

(11) Este discurso foi publicado em *El Anunciador,* 14 e 15-IX-1887.

(12) Neste artigo di-se que a *Institución* constitui «una gloria tan grande para España como grandes son los beneficios que presta a la causa de la civilización y del progreso de nuestro país». *El Magisterio Gallego,* 25-IV-1878.

mais que um artigo. O *Boletín* catalám opunha-se ao ensino do galego argumentando que se os mestres careciam de tempo para aprenderem o castelhano, dificilmente o teriam para fazer o próprio com o galego; também considerava o idioma galego responsável da «santa ignorancia» em que se achavam grandes camadas populacionais na Galiza; finalmente, a pobreza da literatura galega era outro dos factores que desaconselhava a incorporaçom da língua galega à escola. Soto Campos rebateu cada um destes argumentos, que considerava escassamente convincentes, e reafirmou-se na conveniência de que nas escolas se ensinassem simultaneamente o galego e o castelhano. Eis alguns exemplos do jeito como poderia discorrer o estudo comparativo das duas línguas:

> «Un maestro observa que un niño dice a otro: *¿No es verdad que tú y mas yo tomamos ayer mucho leche?* Al momento el profesor interrumpe al alumno diciéndole: niño, a ver como pronuncia V. en buen gallego lo que acaba de decir en mal castellano. El chico contesta sin vacilar: *non é verdade que ti amais eu tomamos onte muito leite.* Esta bien, prosigue el Maestro, pero ¿cómo diremos en buen castellano eso acaba V. de hablar en gallego? El niño, después de meditar un poco, traduce, como es natural que suceda, literalmente, y vuelve a pronunciar en castellano lo que antes. Y el maestro entonces le advierte que la conjunción gallega *amais* no puede traducirse por *y mas* sino solamente por *y,* de suerte que en castellano no podemos decir *tú y mas yo* sino *tú y yo.* Además el sustantivo leche en gallego lleva el género masculino, como hemos visto, y así decimos: *ó leite preso, ó leite bó, o leite callado,* y sin duda por esto da V. en castellano el mismo género al tal sustantivo, lo que no es admisible porque no podemos decir *el leche bueno, el leche cuajado,* sino *la leche buena, la leche cuajada,* etc.
>
> De esta manera el niño aprende castellano y perfecciona el gallego»[13].

O discurso pronunciado por José Soto Campos no Congresso de Barcelona tivo de ser improvisado, porque, segundo ele mesmo confessou, desconhecia as bases desta reuniom pedagógica antes de chegar à capital catalá. Animou-se, nom obstante, a intervir quer polas alusons que alguns congressistas figeram à Galiza quer polo encargo de saudar ao Congresso que lhe encomendara a Associaçom de Mestres de Caldas de Reis. A primeira parte da sua intervençom dedicou-na tanto a salientar a importáncia das associaçons de mestres e dos congressos pedagógicos, que contribuíam a complementar a deficiente formaçom que os professores adquiriam nas Escolas normais, quanto a cantar as excelências dos procedimentos intuitivos, prestando particular atençom às aplicaçons educativas dos passeios ou excursons escolares. Também aproveitou a ocasiom para se laiar de que a sua participaçom no Congresso Pedagógico de Madrid (1882) nom tivera nengum eco na imprensa, que, porém, recolhera generosamente a presença nesta acontecimento de dous catedráticos da Escola normal de Ponte-Vedra. Além disto, os catedráticos foram subsidiados pola Deputaçom provincial para acudir a Madrid, enquanto ele nom recebera nengum tipo de ajuda económica (cfr. *Actas,* pp. 159-60).

---

(13) José Soto Campos, «Al 'Boletín de Primera Enseñanza' de Gerona», *La Luz,* 24-III-1878.

Entrando já na matéria, pronunciou-se quer contra os que propugnavam o ensino e o uso exclusivos do catalám nas escolas quer contra os que reivindicavam essa exclusividade para o castelhano. Tais tendências extremas estavam representadas no Congresso por Sebastiám Farnès e por Castro y Legua, respectivamente, autores a que Soto Campos aludiu em termos críticos, ainda que sem os citar expressamente. A posiçom sustentada por Soto Campos ao respeito era conciliadora, pois entendia que a escola devia acolher tanto a língua oficial quanto as periféricas: «En aquellas regiones como Cataluña, Galicia y Vascongadas y demás provincias donde se hable otra lengua además de la oficial, se enseñarán las dos» *(Actas,* p. 160). Para justificar esta recomendaçom pedagógica insiste nas avantagens que fornece o método comparativo na aprendizagem das línguas, segundo figera o conferencista encarregado de desenvolver este tema. Argumenta também que nas escolas da Galiza em que os mestres permitiam o emprego do galego, os meninhos aprendiam melhor o castelhano que naqueloutras onde se proscrevia o idioma do país:

> «En corroboración de estas afirmaciones, se ha observado la poca corrección con que hablan el castellano y aun el gallego mismo los niños de las escuelas de mi país cuyos maestros no permiten hablar una sola palabra en la lengua materna a sus discípulos. Así como se observa la propiedad y hasta la soltura con que se expresan los alumnos de aquellas escuelas donde alternan el castellano y el gallego, como acontece en la vida íntima, con sólo el cuidado de no mezclar voces de una a otra lengua, lo que es muy común en los niños poco adelantados» *(Actas,* p. 161).

Esta intervençom de José Soto Campos no Congresso Pedàgógico de Barcelona, assim como os seus escritos em *La Luz,* resultam particularmente interessantes porque foi a primeira vez, que saibamos (e cumpre sublinhar que as investigaçons históricas sobre escolarizaçom e prática lingüística na Galiza se achan ainda muito pouco desenvolvidas), em que um mestre reclamou publicamente a incorporaçom da língua galega à escola. O conjunto do magistério galego decimonónico nom parecia, porém, muito sensível a esta reivindicaçom, que será asumida polos mais egrégios representantes do regionalismo, como é o caso de Manuel Murguia e Alfredo Branhas[14]. Esta falta de sintonia do magistério com as aspiraçons regionalistas reflexou-se no Congresso Pedagógico celebrado em Ponte-Vedra no ano 1887, em que nom se incluiu nengum tema relativo à problemática lingüística. Em 1894 tivo lugar nesta mesma cidade umha «Asamblea Pedagógica» durante a qual se tratou o ensino do idioma na escola primária, mas as poucas referências que se figeram à língua galega tiveram carácter negativo. O mestre García Díaz afirmou que os «dialectos» constituiam um atranco para que «el idioma patrio se conserve en toda su pureza», mentres que Federico García, mestre de Ginzo de

(14) Acerca das reivindicaçons pedagógicas do diferencialismo galego, pode consultar-se o trabalho de Antón Costa Rico e Narciso de Gabriel, «O galeguismo e o debate escolar (1853-1936)», *II Xornadas da língua galega no ensino,* Santiago, Xunta de Galicia, 1985, pp. 193-212.

Limia, declarava que «el dialecto es causa grave que se opone grandemente al aprendizaje del armonioso, rico, inimitable, melodioso idioma de nuestra hermosa España»[15].

3. *RESISTÊNCIAS AO ENSINO DO GALEGO*

O discurso pronunciado por José Soto Campos em Barcelona foi publicado em *El Diario de Pontevedra*[16] e duramente criticado desde as páginas de *El Magisterio Gallego* por um indivíduo que firmava com o pseudónimo de *Lamparilla*. Este pseudónimo correspondia a Eduardo Núñez Sarmiento (1865-1905)[17], mestre, jornalista e autor de vários ensaios científicos e composiçons literárias, algumhas delas redigidas em galego. Eduardo Núñez Sarmiento publicou três artigos combatendo as teses e a pessoa de José Soto Campos. Os dous primeiros, intitulados «Sotos y Campos», tenhem escasso interesse, já que consistem basicamente numha desqualificaçom pessoal do mestre pontevedrês[18]. O terceiro, intitulado «Regionalismo y obcecación», merece ser considerado com mais atençom, porque os argumentos que nele se exponhem para justificar a exclusom escolar de qualquer idioma que nom seja o castelhano gozarám de grande audiência e longa persistência.

Año VIII — Santiago 5 de Noviembre de 1888. — Núm. 224

EL MAGISTERIO GALLEGO

REVISTA DE INSTRUCCIÓN PRIMARIA,

DESTINADA Á DEFENDER LOS INTERESES Y DERECHOS DE LOS MAESTROS DEL DISTRITO UNIVERSITARIO DE GALICIA.

ORGANO OFICIAL DE LA ASOCIACIÓN DE SOCORROS DEL MISMO,

PRECIOS DE SUSCRICION.

Un año... 5 pesetas.
Un Semestre. 3 id.
Un trimestre. 1'50 id.
El pago se hará siempre adelantado.
De los libros que se nos remitan se hará un estudio crítico bibliográfico.
La correspondencia se dirigirá *toda* al Director, calle de la Senra. 25.

Se publica los dias 5, 15 y 25.

PUNTOS DE SUSCRICION.

En Santiago: calle de la Senra, 25, pral.; y en Orense D. Del fin Varela, auxiliar de la Junta.
En Pontevedra, D. Ramón Tovar, y D. Vicente E. Viñas.
Los Maestros que quieran suscribirse á esta Revista util y necesaria para los mismos, pueden hacerlo por medio *de cualquier Sr. Habilitado*, los que quedan autorizados para esto y para recibir el importe de las suscriciones.
Las cartas que exijan contestación se acompañarán del sello ó sellos correspondientes sin lo cual no se contestarán.
Comunicados á precios convencionales.

EL REGIONALISMO Y LA OBCECACIÓN.

También soy regionalista á carta cabal.
Veo á las venerandas tradiciones de los antiguos reinados y condados españoles, surgir como núcleos de gloria de los cuales brotan raudales de patriotismo y torrentes de amorosas afecciones; veo en pugna eterna al peculiar carácter del regionalista con los ruegos, siquier exigencias ó alusiones, del que impelido por los lazos invulnerables de un loable unitarismo, proclama el abolengo de nacionalidad como al verdadero punto de convergencia á que nuestras visuales deben dirigirse; veo en vertiginosa balumba y en confusa precisión involucrar la supremacia histórica y destinados á cualquiera parte de la Peninsula, lo mismo que á sus posesiones. Y ¿qué haria ese catalán sin mas conocimientos que los de su idioma, en Galicia? ¿qué haria en otra region cualquiera en la cual se entendiese aunque someramente el castellano á parte de hablarse el idioma regional? Esto prueba de un modo contundente la necesidad de enseñar el castellano, tanto en Galicia y en Cataluña, como en las Vascongadas, pues siendo partes integrantes de una nacion, deben corresponderse mútuamente y relacionarse por medio de un lenguaje comun.
Hablese en buen hora el catalán en Cataluña, el gallego en Galicia, el vasco en las Provincias, promuévanse asambleas y certámenes que refinen y pulan el espíritu regional; pero cuelas puramente gallegas, puramente vascas, puramente catalanas, y sin embargo los gallegos hablan el gallego, los vascos el vascuence y los catalanes el catalan; hasta hoy no existieron maestros puramente gallegos, vascos, ni catalanes, y sin embargo, el gallego se escribe, el vascuence se escribe y el catalán se escribe; Galicia tiene su literatura, rica, viril y si se quiere propia é independiente; Cataluña la suya; vivaracha, salpimentada, propia y á veces con repulgos de adolescente pulcela; las Provincias la suya, magestuosa como las escarpadas montañas que las defienden, fresca como las auras que del Cántabro se lanzan á los flancos, melancólica y sombria como los valientes puestos y escarpes que las adornan: allí en contacto con el Vulter Scot de la montaña cruje la cimi-

(15) *Crónica de la Asamblea Pedagógica y Exposición Escolar,* 18-VIII-1894, p. 19 e 24-VIII-1894, p. 66, respectivamente.

(16) Cfr. *El Diario de Pontevedra,* 30-VIII-1888. Aproveito a ocasiom para agradecer a localizaçom deste trabalho ao bibliófilo e erudito Antonio Odriozola, recentemente desaparecido.

(17) Cfr. *Gran Enciclopedia Gallega,* t. XXII, p. 254.

(18) Cfr. *El Magisterio Gallego,* 15 e 25-XI-1888.

Eduardo Núñez Sarmiento começa a exposiçom manifestando a sua adscriçom ao regionalismo: «También soy regionalista a carta cabal»[19]. Seguidamente reconhece o direito ao cultivo literário das línguas regionais, às que lhes concede categoria de idioma. Estas línguas tenhem, porém, uns limites bem precisos que cumpre nom desbordar:

> «[...] mas por Dios, encerremos el gallego en Galicia, al catalán en Cataluña y al vasco en las provincias, sin que puedan penetrar dentro de las Escuelas Primarias. Para los idiomas regionales la Escuela principal, la mejor escuela está en el hogar doméstico. [...] Maestro, pues, del idioma regional lo será el hogar doméstico; maestro del idioma nacional, seralo cada mentor en su escuela»[20].

A distribuiçom funcional de ambos os dous idiomas aparece aqui perfeitamente delimitada: o castelhano é o idioma público, e como tal debe ser aprendido nos centros de ensino, mentres que o galego reduzese ao ámbito privado, sobretudo ao familiar, adquirindo-se da mao dos progenitores, e nomeadamente da mai, à que ficará definitivamente vinculado: «es la voz del alma de la madre amorosa y el grito de reconvención del padre»[21]. Esta identificaçom da língua com a figura materna fai que os dous termos participem de um mesmo campo semántico: amorosas, doces, tenras, sentimentais, etc.

As virtualidades que o galego tem no lar, e mesmo no campo literário, nom se podem fazer extensivas à escola, já que para este ámbito lhe faltaria «riqueza», e além disto carecia-se do material didáctico necessário: «¿dónde están esas obras exclusivamente escritas para ser leídas y estudiadas en una escuela?»[22]. Ora, esta circunstáncia nom se torna alarmante, dado que os idiomas regionais permanecem vivos, tanto ao nivel oral quanto na escrita, apesar de nunca terem existido escolas «puramente gallegas, puramente vascas, puramente catalanas»[23]. O ensino institucionalizado destas línguas seria, portanto, supérfluo.

Se a escola puramente galega é inviável e supérflua, polas razons assinaladas, e, acima, indesejável, polo «exclusivismo y aislamiento ridículos» que acarretaria, umha escola em que coexistissem o galego e o castelhano também nom seria recomendável, dado o confusionismo que se produziria entre os nenos. Em fim, as línguas regionais na escola ham de limitar-se a funcionar como simples recurso analógico para a aprendizagem do idioma oficial: «El idioma regional debe darse como conocido y debe ser empleado como simple auxiliar para la distinción análoga de las palabras»[24].

Nom foi esta a única ocasiom em que umha proposta favorável ao ensino do nosso idioma suscitou contestaçons negativas em certos sectores da sociedade galega decimonónica. Vejamos, a título de exemplo, a reacçom pro-

---

(19) *El Magisterio Gallego*, 5-XI-1888.
(20) *Ibidem*.
(21) *Ibidem*.
(22) *Ibidem*.
(23) *Ibidem*.
(24) *Ibidem*.

vocada por um chamamento que *El Heraldo Gallego* fijo em 1876 aos seus colegas demandando colaboraçom para a difusom da língua galega. A revista ourensana, funda e dirigida por Valentín Lamas Carvajal, expressava-se nestes termos:

> «Consagrando cada periódico semanalmente una sección destinada a la inserción de composiciones en prosa y verso, escritos en nuestro melodioso lenguaje, y a la publicación de refranes y cantares populares de nuestro país, mucho podríamos adelantar en la noble y honrosa tarea a que estamos consagrados»[25].

Esta proposta emitia-se atendendo ao Ressurgimento literário produzido na Galiza desde meados do século XIX. Além disto, a experiência de *O Tio Marcos da Portela,* fundado e dirigido igualmente por Valentín Lamas Carvajal, demostrou que o jornalismo em galego despertava interesse nom só na populaçom urbana, mas também na rural[26].

O projecto apresentado por *El Heraldo Gallego* aos seus colegas nom se caracterizava precisamente polo seu radicalismo. Isto nom impediu, porém, que alguns jornais reaccionassem alporizadamente perante o mesmo. Tal foi o caso de *El Diario de Lugo*[27], cuja contestaçom tem de qualificar-se, cuando menos, como desmesurada. Examinemos a linha argumental despregada por este jornal, que exemplifica o posicionamento de certo tipo de imprensa em relaçom com o tema.

Depois de louvar a actuaçom de *El Heraldo Gallego* em defesa dos interesses da Galiza e de afirmar que «somos gallegos ante todo», declaraçom que, como tivemos ocasiom de comprovar, também encabeçaba outros escritos beligerantes com os postulados galeguistas, numera *El Diario de Lugo* as razons que determinan a sua discrepáncia com a revista ourensana. A sua oposiçom realiza-se, em primeiro lugar, em nome do progresso, já que este implica a «unificación» dos povos em geral e das suas línguas em particular[28]. E se o jornal lucense reclama para si a sintonia com o «progreso», aos regionalistas nom lhes resta mais opçom que a de serem caracterizados como retrógrados. Em segundo lugar, e sempre nesta linha de «progreso», no caso de que se propagasse o galego *«puro»,* acentuariam-se as dificuldades para estabelecer relaçons comerciais com os foráneos, que já existem, apesar de se usar um «dialecto mixto en la generalidad». O isolamento do resto do Estado, de que a miúdo se laiam os galegos, veria-se igualmente acentuado a prospera-

---

(25) «A la prensa de Galicia», *El Heraldo Gallego,* 20-XII-1876.

(26) Cfr. *Ibidem.*

(27) Cfr. *«A 'El Heraldo Gallego'»,* artigos publicados em *El Diario de Lugo* os dias 31-XII-1876, 3, 6 e 10-I-1877 e 22-II-1877.

(28) «En el movimiento progresivo de la humanidad; en la revolución que en el mundo se verifica para intimar más y más los lazos que unen a pueblos y pueblos, tienden precisamente las razas a su fusión, las naciones a su fraternidad y, por ende, los idiomas a su unificación» («A 'El Heraldo Gallego' II», *El Diario de Lugo,* 3-I-1877). O termo unificaçom nom se emprega aqui com muita propriedade, funcionando de facto como sinónimo de substituiçom lingüística.

rem os anseios regionalistas. Alén disto, e este já é o argumento definitivo, «o somos o no españoles: o debemos ocupar un puesto en el concierto de las cuarenta y nueve provincias o vivimos sólo para nosotros»[29]. Por todas estas razons, *El Diario de Lugo* decanta-se em prol do ensino do espanhol:

> «Nosotros creemos que lo que debe enseñarse es el idioma español (no *castellano* como impropiamente se le llama) porque es el idioma de la nación, el idioma oficial y del que debemos servirnos y nos servimos en nuestras relaciones sociales y comerciales»[30].

Esta opçom, entende o articulista, nom impede que se faga propaganda do galego, sempre e quando non exceda do ámbito «puramente literario». Ora, «cuando su enseñanza quiera hacerse oficial; cuando se prefiera a la del español [...], perdónenos el colega orensano, pero nos opondremos a ello [...]»[31].

Apesar de o seu projecto ser objecto de críticas tam radicais no fundo, ainda mantendo as formas, segundo acabamos de comprovar, nom por isso deixou de insistir Lamas Carvajal na necessidade de favorecer o desenvolvimento do idioma galego. Doze anos mais adiante, quer dizer, no 1888, e esta vez desde as páginas de *O Tio Marcos da Portela,* apela-se de novo a todos os jornais para que, quando menos, e mentres nom chegue o momento em que a maior parte deles se escrevam inteiramente em galego, redactem umha das suas secçons neste idioma. Assim se combateriam os principais problemas com os que se defronta a língua galega: o facto de grande parte da populaçom possuir competéncia lingüística deficiente quer para falar o seu próprio idioma, quer para o ler, e a vergonha que os galegos sentem a fazer uso da sua fala:

> «Aproveitarse d'os diarios para esta empresa é a cousa máis natural, porque son muy poucos os que non se ven n-a precisión de ler algún, e d'esta maneira conseguirase que todos se vayan afacendo ó lenguaxe que usan os enxebres d'a terra, e que dando a prensa o exempro pra que se perda a inxusta vergonza que pol-a falta de costume teñen moitos, chegue pronto o día de que os galegos non falemos máis que a propea e verdadeira fal, que non sei cometese ningún pecado pr'andar por ahí medosa e derreganda»[32].

Em resumo, na sociedade galega do passado século reivindicou-se em diferentes ocasions o ensino da língua galega. Esta reivindicaçom foi protagonizada nalguns casos por indivíduos que ainda permanecem no anonimato histórico (José Soto Campos) e noutros por personalidades suficientemente conhecidas (Valentín Lamas Carvajal). As instáncias através das quais se pretendia difundir o conhecimento do galego eram fundamentalmente duas: a escola e a imprensa. E merece salientar-se o facto de essas tentativas serem combatidas desde posiçons pretensamente regionalistas. As limitaçons do regionalismo literário e folclórico ponhem-se nidiamente de manifesto quando se enfrenta com projectos que implicam umha certa normalizaçom social do idioma.

---

(29) *Ibidem.*
(30) *Ibidem.*
(31) «A 'El Heraldo Gallego' IV», *El Diario de Lugo,* 10-I-1877.
(32) «Fora vergonza», *O Tio Marcos da Portela,* 1-VII-1888.

Ao aproximarmo-nos a *Um olho de vidro* parece um bom ponto de partida referir-nos ao acto que tivo lugar na Academia Galega, no ano 1920. Como é sabido Castelao leu naquela altura umha primeira versom (3) do conto, que estivo acompanhada de umha breve e valiosa dissertaçom sobre o humorismo e Galiza. Postula aqui a sua firme conviçom de que todo humor tem de ser nacional (e, portanto, acrescentemos, popular, embora seja evidente): «...que toda Arte, como todo idioma, é movimento que non escacha nunca as suas carauterísticas nacionaes». A orientaçom do seu pensamento a respeito disto fica perfeitamente clara. Na mesma ocasiom Castelao acarreta mais precisons sobre o seu conceito do humor e da criaçom artística e literária. A partir da noçom de compromisso com Galiza, da responsabilidade do intelectual para com a sua pátria e língua, no quadro mencionado de formaçom da naçom galega ele efectua umha rectificaçom do riso popular. Castelao nom se entrega de cheio ao domínio do riso popular, exerce umha reformulaçom do absoluto do seu poder, e outorga-lhe ao conteúdo satírico um sentimento tenso de responsabilidade. Dada a evoluçom do pensamento na Europa e o momento histórico concreto nom é possível ver o mundo desde o riso e as suas implicaçons de maneira dominante, mas encarrilá-lo numha visom abertamente ética de dimensom colectiva e nacional. A cita de Mark Twain que preside o conto, qualificando o humor, é sintomática:

> «Debaixo do humorismo hai sempre unha grande dolor; por iso no ceo non hai humoristas».

A selecçom destas palavras dizem muito sobre o cámbio pessoal que Castelao introduz na tradiçom popular. O facto de um escritor, vinculado conscientemente ao povo, caracterizar o humor com umha referência à dor, situa-o depois do grande corte que exerceu o romantismo também neste terreno. Castelao efectua umha ligeira separaçom do material e desenvolve simultaneamente umha operaçom de abstracçom que se liga com a evoluçom do humor na Europa ao longo do séc. XIX (4). Por esta evoluçom cinde-se o humor do riso popular.

No autor galego o espaço do riso deve estar ocupado polo satírico, o irónico e o paródico, por serem formas de humor responsável, igualmente de raiz popular, de inerente visom desde abaixo, e que necessariamente implica umha presença do trágico e do triste porque a arte humorística se articula directamente com a sua sociedade e deve ser verdadeira e útil. A sua posiçom é rotunda; o humor possui a densidade da ideia e tem de ser justo nas suas duas acepçons de acertado e exigente de justiça contra os opressores.

---

(3) Alfonso R. Castelao, *Humorismo. Dibuxo humorísteco. Caricatura. Conferencia. Marzo. 1920.* Publicaciós da Real Academia Gallega. A Cruña, Litografía e Imprenta Roel, S. A., 1961.
Cfr. o trabalho em processo de realizaçom de José Maria Dobarro e Maria Teresa López sobre as variantes textuais na obra de Castelao.

(4) M. Bajtin, op. cit., pp. 39 e ss.

«O humorismo interpret'a Vida d'unha maneira sinxela e forte, non somente plástica senón ideolóxica, e así coma no dibuxo puro a forma é o fin, no humorismo é un medeo para eispresar ideas.

«Os dibuxos humorísticos teñen un outo valore pra Estoria, pois debaixo da risa ou da sonrisa repousa un comentario xusto á Realidade» (5).

Dado o seu planeamento sem concessons, Castelao promove umha cisom entre o que seria o humor, identificado com o festivo e intrascendental, e a sátira, que é possível, nota, que já nom entre na categoria do humor. É bem significativo que Castelao vacile pola sua suspicácia face às formas de riso optimista, às quais Rabelais se entregara sem reservas, mas que para o tempo de Castelao os efeitos de reinterpretaçom da burguesia tinham já vaziado de conteúdo ou reduzido aos seus aspectos formais. No entanto, cumpre destacar a aguda distinçom do escritor rianjeiro entre grotesco, dotado de força autêntica, e deforme, com vacuidade formalista.

Em conseqüência, parece que para Castelao existe umha primazia da responsabilidade sobre aquele império do riso (optimismo, regeneraçom, confiança própria + sátira, paródia, subversom). O optimismo como componente do riso entende-o como frivolidade ou simplificaçom, nom admite que se poda ser optimista e satírico, ao mesmo tempo. O riso como regeneraçom contraditoriamente marcando-se com a sátira e a ironia, desenvolvendo portanto umha funçom ideológica de envergadura, cede perante a urgência e a exclusividade da responsabilidade, a honestidade e a preocupaçom. Nom se vê que o riso *solicitado* pola dominaçom e os temores seja capaz de dar umha resposta própria que os supere com base nas qualidades antes apontadas, de optimismo e crítica. O autor efectua umha dicotomia drástica pola qual o humor se cinde em termos de constituiçom simples; a um país «ben gobernado» corresponde um humor alegre; o contrário acontece num país magoado. Em conclusom, a situaçom real de Galiza é tam árdua que o escritor humorista tem que adoptar um tom fortemente moral que se expressa unicamente naquelas formas privilegiadas:

«...mais con todo coido que diante das mágoas da Terra asoballada, calquera humorista de boa cepa galega ten de convertirse en satírico ou ironista».

A conseqüência imediata desta decisom é a especificaçom do riso como visom popular, já que para o autor, como temos dito, está fora de lugar o optimismo, enquanto se escuitem os lamentos de Galiza. Ele funda nesta circunstância a razom do seu pessimismo que deve actuar, até ao ponto de ser libertador e nom simplesmente passivo. Desta maneira recuperaria-se parte da força regeneracional.

---

(5) Alfonso R. Castelao, op. cit., p. 27.

Celtiga

CASCAVEL
PARANÁ
BRASIL

A unidade contraditória da concepçom tradicional do humor popular parece inverter-se ou redistribuir-se perante a situaçom objectiva. À confiança final do povo, periodizada temporalmente, junta-se a dúvida sobre um futuro feliz e a necessidade de fazer mais sério o humor que ajuíza a realidade. Daí a relevância da frase da Mark Twain e o papel da dor no seu conceito do riso. É preciso conferir-lhe a este umha seriedade de natureza mui peculiar que domine o festivo o que é expressom de umha mudança na maneira de conceber a realidade presente e futura. O humor adquire além do seu valor físico, umha funçom adestradora mui clara nos seus termos, porque assi o necessita a sociedade galega, onde nom pode existir o riso desbordante, confiado em si mesmo. É, por todo isto, significativo que a expressom do seu ideal de riso, que corresponderia a um mundo futuro sem opressons, se despregue numha série de imagens de bondade, pureza, felicidade, corroendo a simbologia ambivalente ou contraditória, tam conatural ao popular.

> «Po-lo que vai dito parece que eu non sou amigo de rir e trabucado estará quen tal pense. Eu ben quixera que o meu ente rise con esa risa dos meniños, dos bos, dos sans e dos felices, mais como humorista galego, fondamente e sinceramente galego, teño que afogar as miñas risas diante d'unha Verdade que chora» (6).

A interpretaçom parece estar mais fixada por umha dicotomia do que por umha unidade dual e é a urgência moral e ideológica de Castelao a que a provoca. É pois imprescindível ter presente o projecto, em que se inscreve o pensamento de Castelao, de consolidaçom de umha literatura nacional como parte do processo global de independência de Galiza e a selecçom e interpretaçom dos componentes que configuram o ser nacional e popular. Em último termo, a relaçom que ele estabelece entre o nacional e a universidalidade popular emancipadora.

Em *Um olho de vidro* reconhece-se umha intensa pegada popular, ainda que nom se pode exigir umha minuciosa ou ambiciosa representaçom da sua mundivisom, dado o carácter de obra breve e selectiva. Dos possíveis caminhos de penetraçom no conto podemos seleccionar inicialmente o próprio tema. É umha amostra clara de tratamento humorístico do mundo dos mortos, com umha notável fidelidade às crenças próprias do mundo cultural galego. O que resulta evidente é que a condiçom mesma deste espaço ultra-terreno se subtrai à classificaçom e qualificaçom que a religiom oficial lhe assinala. Carece da situaçom esperável: nom é céu nem purgatório, limbo nem inferno, nom participa de nengum dos espaços da geometria religiosa. É um Além quase do lado de aquém, é simplesmente o mundo dos mortos, segundo é imaginado na cultura popular: é o lugar sob terra, o cemitério, lugar vizinho dos vivos, tam próximo que é intrascendente; Além nom celeste, é o outro mundo situado ainda neste. Temos aqui um componente mui representativo do po-

(6) Alfonso R. Castelao, op. cit., p. 26.

pular no referente à morte: os mortos nom se vam, ficam para participarem em diferentes assuntos dos vivos; hai pois umha relaçom de comunicaçom (o pai do anónimo narrador irá a Santo André de Teixido). No conto tropeça-se com freqüentes notícias e contactos com a sociedade, quer sejam vítimas da repressom quer seja a figura do cacique sob a forma sobrenatural de vampiro, se bem este nom possui filiaçom popular algumha no mundo galego; mais ainda, pola tradiçom de literatura culta em que está inserida nom pode ter umha articulaçom frutífera, a razom da sua utilizaçom vem motivada pola intençom ideológica de Castelao.

O espaço do cemitério pom de manifesto umha direcçom mui característica do pensamento ideológico do autor. O adro de umha igreja possui um significativo mui particular em Galiza e é umha prova da atitude comunicativa do povo, já que aí se fala de infinidade de assuntos e tenhem lugar actos mui diversos, desde um baile a umha subasta. Nom é o adro (cemitério) lugar especializado mas compartilhado. Ora bem, Castelao, movido pola sua ideologia, vai introduzir um deslindamento, ao preferir, no fim do conto, o cemitério de aldeia ao de cidade. É o reflexo do ideário galeguista daqueles anos que considerava o campo como o núcleo do que é galego e estabelecia umha contraposiçom campo/cidade. Daí, as palavras e a aventura final do autor que fecham o conto e que tenhem o seu complemento quando o esqueleto expressa os seus desejos de estar num cemitério de aldeia. Neste que lhe correspondeu estar, de cidade, as atitudes som opostas às populares: estabelecem umha separaçom já que no cemitério as gentes falam só de mortos, fora falam das cousas dos vivos, quando em velórios ou em adros de aldeia nom hai esta especificaçom. Os cidadaos nom entendem a dualidade morte/vida como processo colectivo, nom fazem outras actividades e além disto o que dizem som «parvadas» porque estám a repetir os ensinamentos religiosos. As atitudes destes mortos de cidade resultam doestadas polo individualismo que os encerra na sua vida pessoal e polo mesmo vulgar, e numha moral miserável e curta; nom admitem a morte nem de mortos, para eles a vida é o exclusivo valor, com o que estabelecem umha dicotomia entre as duas. Alem disto, mostram umha atençom polo mais trivial, som posturas e forom vidas vazias. Assi pois, a diferença campo/cidade sobredetermina o planeamento ideologicamente.

Este mundo subterráneo oferece, aliás, a imagem de umha vida quotidiana em que se torna a reafirmar a continuidade com a realidade anterior, tanto polas lembranças e condutas que se prolongam como no próprio feito da quotidianeidade. Em linhas gerais é possível afirmar que em *Um olho de vidro* a concepçom popular galega do outro mundo aparece como reproduçom deste, os mortos continuam a ter características e actividades semelhantes (veremos a seguir como também estám invertidas, que é o importante); para Castelao e para o seu povo, alargando um pouco as cousas, nom hai que esperar o juízo final para recuperarem os corpos e almas que tiverom. Quer dizer, a morte nom se concebe mais que sob as formas da vida. A morte nom é, segundo quijo impor a Igreja católica, umha realidade hierática, séria, maniqueia, individual, mas um discorrer com a sua própria normalida-

de, «social», libertado do pesado aparato alegórico, feito de pequenas circunstancias, onde se continuam a manifestar de modo mui peculiar vícios e virtudes. A morte é o duplo da vida e ainda as crenças fantásticas (Santa Companha, Santo André de Teixido) encontram confirmaçom. Deste modo atenuado, como em parte cria que era o humor galego, Castelao neutraliza formas adustas e imagens atemorizadoras correspondentes à cosmogonia católica e expom umha clara superaçom do medo, umha gozosa, mas nom trivial, burla de todo o que tem de atemorizante. Assim, os símbolos medonhos de tumbas e esqueletos tornam-se inofensivos. O terrorífico resulta ridículo. Sem dúvida, este tratamento do mundo de Além é já umha subversom.

A conseqüência mais imediata a extrair é que Castelao lhe tira toda a transcendência à morte no sentido religioso e oficial e expom-na como um incidente comum. Ocorre, entom, como um acontecimento natural que nom se reprime nem se quer evitar a todo trance; polo contrário, o princípio moral que aqui rege é o da sua aceitaçom, sem lhe conceder umha importância absoluta. De umha maneira concisa e suficiente o autor mostra-nos esta atitude de naturalidade na sua personagem. As precisons comparativas e usos indicam que a sua morte foi umha de tantas. Nom hai umha insistência ou atençom especial ao aspecto individual da desapariçom. Noutras palavras, a morte do protagonista ou narrador está integrada numha colectividade, a morte é um assunto colectivo:

> «Morrin antre cobertores como morren a cotío os bos homes, e ben peiteado e co meu traxe dos días de festa... fun para debaixo dos terróns...».

Nom obstante, podemos submeter esta noçom de quotidianeidade a umha revisom para apreciar mais ajustadamente as eleiçons do autor, e, em concreto, pôr a ausência de outros aspectos pode ajudar nesta tarefa. O mundo de além-túmulo é, no ámbito literário a que nos referimos, profundamente grotesco e é por isto que Castelao o recolhe, só que na sua concepçom deste mundo imaginário nom o povoa de figuras carnais, como nos grandes textos do realismo grotesco; em conseqüência, priva-se da possibilidade de desenvolver plenamente o material orgánico, que só fugazmente aparece. Tampouco hai procissons nem actos multitudinários, nem banquetes, nem referências à fisiologia, ao comer ou ao beber. Polo contrário, a simbologia mantém um tom longe do abigarrado; é um mundo apaziguado no qual a grotesca dança dos esqueletos nom é desenvolvida em todas as suas possibilidades. Quer dizer, a vida nom se instala na morte mais que de maneira matizada: os esqueletos vivos, a morte-vida ou o princípio vital actuante na nom-vida nom alcança a complexa simbologia e numerosos motivos do realismo grotesco. Mas isso nom tira, como apontamos, que a destruiçom da imagem atemorizada por meio do quotidiano e da irreverência resulte especialmente crítica, pois fai que a morte nom seja algo cortado da vida.

Assi pois, os símbolos da dualidade morte-vida estám *encarnados* nos esqueletos, as imagens costumam carecer da ambigüidade, componente necessário da visom processual do realismo popular. Neste sentido, nom se en-

contram símbolos desapariçom/procriaçom (como a anciá grávida, tam comentada por Bakhtine) e o predomínio da simbologia do esqueleto fala-nos de umha reduçom das possibilidades do grotesco. Com a sua dureza e desnudez indica-nos umha compacticidade na qual é difícil imaginar a ideia de fluxo. No entanto, se esta perspectiva nom está mais que ligeiramente empregada, nom quer isto dizer que nom haja sinais atribuíveis a umha estética do realismo grotesco. A antedita dança dos esqueletos é um deles e tam evidente que ademais entronca com um dos componentes tradicionais desta literatura. (Apesar da referência culta a Saint-Saens que vem a ser umha interrupçom dentro da linha dominante do conto, mas que se recupera na comparaçom final dos esqueletos com os ossos). O baile é um topos constante do relato carnavalesco e popular. A imagem dos esqueletos, conduz-nos em si mesma ao gosto grotesco; nom já pola irreverência mas polo exagero, por se situar fora da norma, actua como umha clara deformaçom.

Polo mesmo, a descriçom da descomposiçom do corpo, dos «vermes que fan cóchegas» ou bem «os farrapos de carne fedenta apegados nos osos», incluem-se na estética do grotesco, da burla do sério e convencional. É a aceitaçom do *mau gosto,* da atracçom polo grosseiro e material, oposto ao refinado e delicado das classes altas. E ainda isto resulta mais evidente quando o escritor das memórias recorda que os esqueletos nom podem rir porque «Os esqueletos non rin a cachón. *O bandullo é a fonte da gargallada e sen bandullo non pode habere gargallada* (itálico nosso)». Aqui temos um dos instantes mais claramente pertencentes à tradiçom humorística popular no conto. O todo-poderoso riso está situado no lugar baixo do corpo, nom numha parte nobre; nasce do corporal e delicia-se na sua condiçom grosseira e orgánica. Este riso nom é cerebral nem requintado, surde do ventre, da cozinha do corpo, em contacto com a comida e o excremento. É um torniquete irónico que incide sobre a sociedade dos vivos, que enuncia um princípio básico do realismo grotesco. Vemos como Castelao em vez de recriar numha descriçom esta ideia do esqueleto com bandulho, entregado à gargalhada, prefere estilizar a situaçom e plasmá-la no texto num jogo de presença/ausência. Ele busca mais o golpe irónico que o desenrolo actual do motivo no conto. Temos que perguntar-nos em que medida há umha limitaçom sob a perspectiva do realista grotesco, porque é possível que deste modo o mundo recriado no texto nom adquira todo o seu vigor, ao privar a imagem de um esqueleto com bandulho.

De todas as maneiras a sociedade de além-túmulo exerce um efeito grotesco com respeito à dos seres vivos como conjunto ou posicionamento geral. Nesse quadro é que se deve interpretar outras situaçons, como a mençom de a sociedade ultra-terrena nom tolerar «farrapos» de carne fedorenta pegados aos ossos. Desta noçom da sociedade mortuória como reflexo partem outros componentes do conto. Em particular resulta necessário matizar a relaçom —e entidade— do narrador com essa sociedade de esqueletos, que se caracteriza pola distáncia. Embora oscile nalgum instante e efectue umha maior aproximaçom, noutros o comentário negativo estabelece a sua diferença ou nom participaçom. Poderia pensar-se que a causa disto vem a saber-se na parte final quando o narrador comenta que gostaria de estar num cemitério de al-

deia. Seria, entom, a rejeiçom da cidade a que explicasse essa atitude distinta. No entanto, ainda admitindo a importáncia desta ideia, poderia supor-se que a oposiçom narrador/esqueletos reflecte umha situaçom particular do intelectual galeguista naquela sociedade do primeiro terço do século. Certas pontualizaçons tenhem umha intençom clara:

> «Os esqueletes son tan parbos como as persoas. Abonda decir que non pensan mais que en beilar. Pra min todos os esqueletes son o mesmo... todos parecíanme iguales. En troques iles, antre si, coñécense moi ben».

Castelao parece ter preferido deixar mui clara a diferença entre a sua personagem e o resto da sociedade, baseada na necessidade de deslindar campos, e nom em criar umha comunidade dominada polo burlesco e satírico popular. Isto permite-nos imaginar se este facto estará em relaçom com o conceito de humor irónico, em surdina, que Castelao cria próprio dos galegos. Quiçá Castelao nesse momento histórico nom pudesse admitir como apropriado umha ideia de povo confiado, dado que a sua realidade era a de oprimido, e utilizasse as armas próprias de um povo nom emancipado. Por carácter do ser galego e por situaçom histórica Castelao elege esta soluçom solapada, circunscrita, antes que reflectir um amplo fresco de actuaçom popular dominante que nom estava em consonáncia com a realidade histórica do povo galego. O problema é que o humor retranqueiro é débil, pois nom supera a dominaçom; é um humor que parte do reconhecimento do seu submetimento.

Som estas condiçons históricas que estám na origem do planeamento remodelador da tradiçom popular. Por definiçom, no mundo carnavalesco e grotesco da festa popular, das visons do inferno ou de além-túmulo, nom hai espectadores que a umha certa distáncia contemplem; o próprio ser da festa popular é a participaçom de todos, assi que, se hai contemplaçom, este princípio perde-se. Como veremos a seguir, o símbolo do olho en si mesmo implica umha observaçom, embora tampouco haja que olvidar que o narrador manifesta um interesse que devém solidariedade nalgumhas ocasions.

Andando o relato o narrador mostra-se como porta-voz de um pensamento político concreto, por que entrará em discussom com outros esqueletos; é um dos procedimentos possíveis para poder expor os conteúdos ideológicos. É a funçom adoutrinadora ou propagandística que exprime postulados galeguistas acerca da língua nacional, do federalismo ou do caciquismo. Assi acontece que esta personagem se perfila como alguém interessado em conhecer, e em actuar nessa *sociedade* —nom é indiferente como os esqueletos—, em transmitir condutas e atitudes, em defender as suas próprias ideais. Analisador agudo, ao fio das palavras daqueles com que vai topando, constituindo estes encontros os episódios ou vinhetas.

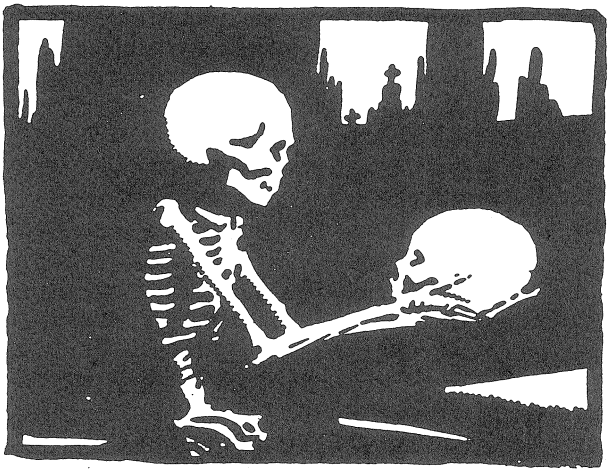
Por isto, *Um olho de vidro* será um compêndio de temas de ordem ideológica, cultural, humorística, etc. Nom é ocioso lembrar que o olho faz parte do título do livro e possui umha grande riqueza significativa. Assi, o conto é possível polos poderes insuspeitados do olho de vidro, que é o que ao permi tir ver no outro mundo sustém o significado de inversom da realidade: o que

nom via, e servia para enganar no terreno amoroso, debaixo da terra pode ver. A inversom, como antes a comunicaçom, actua como princípio fundador do conto e situa-o na ampla rota da tradiçom do realismo grotesco. Voltamos a encontrar este princípio inversor, se bem contrapesado pola resignaçom, no episódio da jovem, vítima do senhorito, que depois de ter sofrido no mundo, agora descansa; mas especialmente a seqüência dos «pataqueiros», a pomposa actividade do filántropo fica reduzida a nada:

> «O filántropo non fai nin di nada que merezca contarse. Sin diñeiro ten mortas todas as suas actividades»;

e o poeta é ridicularizado e descrito como umha personagem oca e fingida:

> «Anda sempre pidindo unha calivera emprestada para recitar o monólogo de Hamlet, e ainda fai outras tolerías».



O POETA

Exactamente em ambos a sua verdade expom-se na troca da sua actividade.

O facto de esse olho ver quer dizer que vai existir umha dilucidaçom do mundo real. A inversom que supom o olho inicialmente tem força: o inerte resulta vivificado na morte. O falso tornou-se verdadeiro. Encontramos aqui a ambivalência pola qual um olho cego vê ao mesmo tempo ou também, que ao contacto com a morte se vivifica. Ao princípio, nos actos que acompanham o descobrimento apreciam-se motivos grotescos no gosto polo exagerado de um gesto, como acontece com o beijo que lhe dá a caveira. No entanto, ainda tendo em conta todo isto, é preciso matizar outros aspectos do símbolo central do conto. Nom hai que esquecer que o olho é um órgao corporal e

de estendida utilizaçom na tradiçom popular mas no texto de Castelao é um objecto: aquele que olha e torna diferente ao seu dono mas nom pertence a umha esfera do carnal e vital, submetido à periodizaçom descomposiçom/regeneraçom. Só em medida limitada pode estar ligado com um processo do carnal como veremos a seguir. O olho como mediaçom que estabelece umha continuidade entre vida e morte, e se significa pola sua inversom, carece porém da materialidade orgánica presente no humor popular. Polo contrário, o própria tessitura, o cristalino, a sua compacticidade, o ser de vidro, umha matéria delicada, aponta a certa nobreza, leva-nos a pensar que Castelao interpretou o olho como um objecto mágico, como pedra preciosa ou bola de cristal que vê o desconhecido e neste aspecto o conto localiza-se no terreno do mágico ou maravilhoso.

A rastejar polos começos esta *história do olho* achamos que se nos relata como o olho natural adoeceu, quedou goro e posteriormente foi comido por um galo. Nesta seqüência Castelao engasta elementos da tradiçom humorística popular. Primeiro, o galo tem umha significaçom simbólica sexual, embora lhe chame Tenório, dando-lhe umha identificaçom culta e deslocando ligeiramente a sua vinculaçom popular (como antes ocorrera com Saint Saens). Segundo, o olho, ao ser comido introduze-o num processo em que a sua perda serve de alimento, de vida, ao galo. Por sua vez, este foi atraído polo olho doente, polos significados vitais do turvo. Tradicionalmente as suas doenças se originam em causas orgánicas.

Contodo, se o olho nublado é um órgao deforme e quiça desorbitado (7), ao ser subsituído polo de vidro esta característica desaparece. O protuberante é tradicionalmente sintoma de um impulso interno, mas este foi substituído aqui por um acto mecánico. O olho efectivamente *projecta-se* ainda para adiante, mas como resultado da acçom de ser tirado. Tornou-se, como quem di, desmontável, traço que já nom é próprio do ámbito da organicidade. Assi mesmo, o acto em que a caveira beija o olho tem um forte valor paródico. A boca (um dos grandes símbolos vitais da tradiçom grotesca, por mais que convertida aqui numha fileira de dentes) compartilha com o visual a importáncia do significado do episódio. A respeito disto Bakhtine aponta algo que nos parece esclarecedor:

> «Los ojos no juegan ningún rol: expresan la vida puramente *individual* (itálico do autor) y en algún modo interna, que tiene su existencia propia, la del hombre, que no cuenta mucho para lo grotesco» (8).

Remontando-nos um pouco mais até à introduçom do autor o motivo do olho leva-nos a outras implicaçons. Nesta altura resulta óbvio que o herói do conto é umha transposiçom do próprio Castelao, ao que se referirá ironicamente ao começo e ao fim da indicaçom ao leitor. Quando nos di como, em certa ocasión, umha vaca devia de estar a julgá-lo polos óculos, estabele-

---

(7) M. Bajtin, op. cit., p. 285.
(8) M. Bajtin, op. cit., p. 285.

ce a semelhança com o olho de cristal, corroborada pola vinculaçom estre esta cena e a do galo que olha ao protagonista do conto. Com o seu comentário irónico Castelao indica-lhe ao leitor que, depois de mortos, os óculos/olho de vidro som os que permitirám conhecer e definir-se. A referência final, tópico literário, de nom fazê-lo solidário das opinions do esqueleto sublinha a identificaçom.

Continuando com a significaçom do protagonista, víramos que era um curioso interessado nas história e condutas pessoais e que mantinha umha certa distáncia individual, mas ligadas a um fundo colectivo. No conto nom há umha informaçom concreta da sua localizaçom na sociedade, porém a sua identificaçom com os humildes e o seu sentido da honestidade (as palavras referentes à sua morte «entre cobertores» e considerar-se entre «os bos») nom deixam dúvidas. O significado da personagem nom termina aí, polo próprio feito de escrever uns papéis, está ligada à elaboraçom de um texto. O olho que observa e o «garabullo» que escreve som pegadas de umha configuraçom intelectual e non estritamente oral. Dada a concepçom do conto de se apoiar na tradiçom do humor popular completada com aspectos cultos, é necessária a figura de um mediador que acarreta os conteúdos ideológicos do momento histórico. É outra razom pola qual podemos deduzir ser o mesmo Castelao quem se está a pôr na pele, ou melhor, no esqueleto do narrador, e quem imprime um cunho mui próprio de um horizonte histórico-cultural polo sentido da sua atitude e comentários.

Polo mesmo comprendemos a relaçom estabelecida entre projectos mais gerais e mais específicos de umha realidade concreta. Nom existe no conto umha formulaçom global do futuro, falta um projecto utópico como integrante da mundivisom popular de que fala Bakhtine, mas nom está ausente a universidalidade do popular. Contodo, hai umha passagem em que umha ideia de totalidade aparece na noçom do cósmico ou do valor cósmico do corpo pola sua uniom com a terra. Quer dizer, pola condiçom de processo absoluto que estabelece umha continuidade entre homes e terra; outra vez o colectivo se impom sobre o particular. É um dos pontos do conto onde a ambivalência se mostra mais claramente:

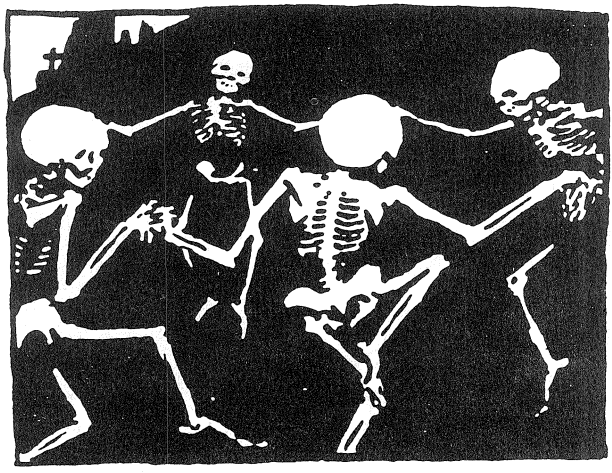
> «Eu penso que non morreríamos si a terra non precisase de nós pra botar herbiñas e floriñas e lucirse a conta dos apodrecidos».

O que morre é origem da vida, a morte nom é um feito individual, nom está cortada de um todo que é o que lhe dá a sua significaçom real. É também nesta seqüência que Castelao afirma a importáncia que lhe concede à paisagem, como um dos pontos do pensamento nacionalista. Torna a vincular um aspecto da tradiçom popular com outro da ideologia. A diferença entre terra e paisagem marca os termos geral e particular. Terra e paisagem formam um todo próprio. Nesta unidade contraditória, Castelao afirma o universal e exige o particular.

No que respeita à concepçom do tempo, de óbvia importáncia polo que afecta ao conceito de periodizaçom e de processo, o conto mostra umha certa

debilidade ou desleixo. Em concreto numha das exclamaçons o narrador di: «¡Ai! Eu xa morrín e non sou nada e ainda seréi menos cando a terra me coma de todo». Este tipo de reflexons son as que ocasionam um maior distanciamento da tradiçom popular, visto que a referência a ser «nada» depois de morto e ao acabamento absoluto e definitivo, ao ser comido pola terra, entra em contradiçom com passagens anteriores e situa o texto numha herança culta. Polo contrário, na tradiçom popular nom hai vazio nem fim, o conceito do nada nom existe. Como Castelao bem sabe o materialismo espontáneo popular nom concebe um acabamento definitivo já que o processo o é todo. É possível que o conceito de quotidiano, a que figemos referência antes, conduzisse Castelao a nom dotar à temporalidade de projecçons maiores.

Resulta impossível deixar sem um mínimo comentário as gravuras que acompanham o texto, por causa da dupla personalidade artística do autor quem já indicava na sua conferência que muitos contos partem de umha imagem ou desenho pensado, ou vice-versa (9), prática que é possível ser a origem de um género novo (10).



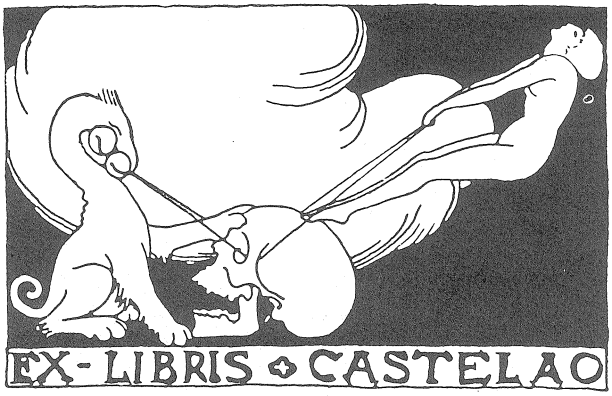
A DANZA

É indiscutível que desenho e texto tenhem umha complementariedade palpável, inclusive em traços de planeamento básico. Podemos partir da inteligente apreciaçom de V. Bozal (11), do choque entre texto (aqui, nomes) e imagem, e dirigir a atençom a como grotesco se dá na gravura, com umha decisi-

(9) Kathleen March, «Arte y arte de la narracción en el cuento «Sabela» de Castelao». *Cuadernos de Estudios Gallegos,* vol. XXXVI, n.º 101, 1986, pp. 367-76.
(10) Pilar García Negro: «A narrativa de Castelao», in *Castelao contra a manipulación.* Santiago, Ed. Xistral, 1984, pp. 61-83.
(11) Valeriano Bozal, *Sátira y tragedia: Las imágenes de Castelao.* Sada, Ediciós do Castro, 1987, pp. 28 e ss.

va presença do paródico e rebaixador, plasmados nuns fortíssimos contrastes entre tinta negra e brancos. No entanto, nesta ocasiom o tenebroso do desenho parece ceder a um princípio naturalista. O violento claro-escuro outorga-lhe umha ênfase especial que dissente dos traços que pareceriam mais próprios de um desenho grotesto. Na imagem do «oitocentista» com a sua grande dentadura exageradamente aberta ou na dança dos esqueletos, as linhas criam umha figura grotesca mas o *meio* comunica-lhe umha dimensom excessivamente enfática.

No Aviso de *Cincoenta homes por dez reás* Castelao indicava a brincar que ainda tinha muitos mais homes mas que deviam ficar para melhor ocasiom e concluía: «...Teño tantos!». O mesmo podíamos dizer das certeiras e ágeis percepçons que se acumulam nas escassas vinte e cinco páginas de *Un ollo de vidro.* Através de las Castelao mostra, na sua grande sensibilidade e conhecimento ajustado, por quê se converteu num dos mais destacados intelectuais do projecto galego de amancipaçom cultural e política.



O «direito» à informaçom mendaz (Algumhas consideraçons sobre a Jurisprudência Constitucional arredor das liberdades de informaçom)

José VILAS NOGUEIRA
Professor de Teoria de Estado
Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais
Universidade de Santiago de Compostela

1. *O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E A PROTECÇOM DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS.*

Tem-se sustentado que «o Tribunal Constitucional como ««intérprete supremo da Constituiçom»», é revestido dumha ampla e mesmo heterogénea sorte de funçons entre as quais a protecçom das liberdades públicas nom costuma ocupar um lugar primordial nem é, tampouco, a razóm de ser da criaçom deste órgao. O Tribunal Constitucional é, fundamentalmente, um juiz da correcçom da actuaçom do legislativo e até um árbitro da actuaçom dos poderes constitucionais, mas a sua actuaçom em matéria de protecçom de liberdades públicas é, a todas luzes, anexa e alheia ao seu labor fundamental» (Embid, 1981, 905-6).

Esta opiniom sobre a relaçom do Tribunal Constitucional com a sua funçom de protecçom das liberdades públicas, pola via do recurso de amparo, corresponde-se com a teoria geral que atribui a tal tipo de instituiçons, como funçons prevalentes, as numeradas na cita anterior. Mas, ainda com essa referência, declarar como funçom *«anexa e alheia»* ao labor fundamental do Tribunal a de protecçom das liberdades públicas, parece excessivamente rotunda. Em todo o caso, essa configuraçom nom acha base positiva no nosso ordenamento. O artigo 161.° da Constituiçom Espanhola (em adiante CE), que especifica as funçons do Tribunal Constitucional (em adiante TC), inclui o «recurso de amparo» pola violaçom dos direitos e liberdades junto com as outras competências, sem estabelecer nengumha jerarquizaçom entre elas. Na Lei Orgánica do Tribunal Constitucional (em adiante LOTC), define-se este órgao, efectivamente, como *«intérprete supremo da Constituiçom»* (art. 1.°),

mas este qualificativo nom exclui a sua referência à protecçom das liberdades individuais. Máxime, dado que a variedade e heterogeneidade das funçons que a CE atribui ao TC é ainda susceptível de ampliaçom, toda vez que a enumeraçom das suas competências termina com umha cláusula aberta: «as demais matérias que lhe atribuam a Constituiçom ou as leis orgánicas» (art. 161.°.1.d, CE), reiterada polo art. 2.°.1.h, LOTC, sistema que encontra precedente na Lei Fundamental de Bonn: «a Corte constitucional federal actuará assi mesmo nos demais casos que lhe forem conferidos por lei federal» (art. 93.°.2, cito por De Esteban, 1979, II, 187).

Se se quer encontrar umha base positiva de hierarquizaçom das funçons do TC haverá que acudir à distribuiçom de competências entre o Pleno e as Salas do Tribunal (arts. 10.° e 11.° LOTC) e aos diferentes procedimentos contemplados nos títulos II a VI LOTC. Isso nom exclui que a funçom de «amparo» ofereça singularidades a respeito da declaraçom de inconstitucionalidade ou da resoluçom de conflitos constitucionais, pois

> «o que nom se requer no amparo é que esses actos sejam lícitos (formal e materialmente), com o que, ao controlar-se qualquer tipo de actos da autoridade, sejam lícitos ou ilícitos, a instituiçom do amparo excede os limites estritos do controlo de constitucionalidade, ao menos tecnicamente, para entrar no campo da defesa da Constituiçom, sem que tampouco seja este o seu, pois o amparo, mais do que umha instituiçom de defesa da Constituiçom, é-o de defesa dos direitos dos particulares constitucionalmente consagrados» (Aragón, 1979, 176-7).

Em qualquer caso, a jurisprudência do TC tem insistido na vinculaçom entre direitos fundamentais e elementos jurídicos do ordenamento. Assim, o TC, na sentença 25/1981, declarou que os direitos fundamentais resultam ser *«elementos essenciais de um ordenamento objectivo da comunidade nacional»*. Em sentenças posteriores, o TC reiterou o destacado interesse público que se acha na base dos direitos fundamentais. E ultimamente (TC, na sentença 159/1986, de 12 de dezembro, fundamento jurídico 6.) sinala que

> «tanto as normas de liberdade como as chamadas normas limitadoras integram-se num único ordenamento inspirado polos mesmos princípios no que, em último termo, *resulta ficticia a contraposiçom entre o interesse público que, em certos supostos, aconselha a sua restriçom. Antes ao contrário, tanto os direitos individuais como as suas limitaçons, enquanto estas derivam do respeito à lei e aos direitos dos mais, som igualmente considerados polo art. 10.°.1 da Constituiçom como ««fundamento da ordem política e da paz social»»* (o itálico é meu).

2. *O DIREITO À LIBERDADE DE INFORMAÇOM.*

Se isto é assim a respeito das liberdades em geral, acha ainda um 'plus' com referência às liberdades de expressom e informaçom e, em geral, a todas as indicadas no art. 20.° CE, pois este artigo

> «garante o mantenimento dumha comunicaçom pública livre sem a qual ficariam vaziados de conteúdo real outros direitos que a Constituiçom consagra, reduzidas a formas vácuas as instituiçons representativas e absolutamente falseado o principio de legitimidade democrática» (TC, na sentença 6/1986, de 31 de março),

doutrina reiterada ultimamente pola sentença 104/1986, (de 31 de março, fundamento jurídico 5.) a concluir que esta circunstância «outorga às liberdades do art. 20.° umha valoraçom que trascende à que é comum e própria de todos os direitos fundamentais».

3. *O «DIREITO» À INFORMAÇOM MENDAZ.*

O art. 20.°.1.d, inciso primeiro, da CE reconhece e protege o direito *«a comunicar ou receber livremente informaçom veraz por qualquer meio de difusom»*. O TC (nas sentenças 105/1983, de 23 de novembro, fundamento jurídico 11., 13/1985, de 31 de janeiro, fundamento jurídico 2., e ultimamente 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 2.) tem insistido na individualizaçom dos direitos do apartado a) e do apartado d) do art. 20.°. 1. da CE e na particular relevância do elemento de garantia objectiva do direito à informaçom:

> «o texto do art. 20.°.1.d., da Constituiçom, distinto do que se refere à difusom de pensamentos, ideias e opinions (art. 20.°.1.a), reconhece dous direitos, intimamente conectados, que, em prol do interesse de todos em conhecer os factos de actualidade que podam ter trascendência pública, concretam-se na livre comunicaçom e recepçom de informaçom veraz, de tal modo que os sujeitos deste direito nom som só os titulares do [...] meio difusor da informaçom ou os profissionais do jornalismo ou os que, ainda sem o serem, comunicam umha informaçom através de tais meios, senom, primordialmente, ««a colectividade e cada um dos seus membros»». Ao incluir estes direitos no art. 20.°, a Constituiçom tem em conta [...] a posiçom jurídica subjectiva dos que comunicam a informaçom, mas protege também, com a garantia reforçada que lhe outorga os direitos fundamentais e liberdades públicas, a faculdade de cada persoa e da [...] colectividade de acceder livremente ao conhecimento, transmitido polos meios de comunicaçom, dos factos de relevância realmente ocorridos» (TC, na sentença 168/1986, fundamento jurídico 2.).

A minha tese é que este elemento de garantia da liberdade de comunicar e receber informaçom que, como se viu, o próprio TC considera suposto inescusável do governo representativo e do princípio de legitimidade democrática (TC, na sentença 6/1981, de 16 de março, citada), debilita o requisito da veracidade da informaçom, que poderia ter algum sentido desde a exclusiva perspectiva do direito subjectivo, convertendo-o num enunciado vazio (afortunadamente). De acordo com os princípios democráticos, a veracidade nom condiciona, em geral, a comunicaçom ou difusom de informaçom, mas, em termos gerais, pode ser un elemento justificativo que inerve a tipificaçom, como ilícitas, de aquelas actividades informativas que podam lesionar outros bens jurídicos protegidos, como a honra, a intimidade, a imagem pessoal e a protecçom da juventude e a infância. Como di o próprio TC «é claro que quando o acusado num processo alega como causa de justificaçom da sua conduta o ter obrado «no exercício legítimo dum direito» (art. 8.°.11 do Código Penal) o que se trata de justificar é a lesom de outro bem jurídico» (TC, na sentença 104/1986, de 31 de março, fundamento jurídico 6.). Voltando à questom central, o que realmente condiciona a liberdade de informaçom no art. 20.°.1.d, da CE é a concorrência informativa, nom a veracidade. Ainda mais,

poderia sentar-se que ambas as exigências, na maior parte dos casos, som antitéticas.

Por outra parte, tal subordinaçom em geral da liberdade de informaçom ao requisito da veracidade é de notável ingenuidade. Um cidadao tam respeitável como um Reitor da Sorbona enfatizava nom há muito sobre a pertinência do velho adagio *non turpe est mentiri in publicis rebus gerundis* (Polin, 1982). E, independentemente de posiçons antropológicas pessimistas, sujeitos nom menos respeitáveis fazem-se eco da relatividade da diferenciaçom entre opinions e comunicaçons de factos:

> «sob a expressom «opiniones» [...] só se compreendem, segundo umha doutrina ainda dominante, os juízos, quer dizer, as posiçons de conteúdo valorativo, nom as simples comunicaçons de factos. Contodo, isto nom é completamente claro, porque nom existem, do ponto de vista da teoria do conhecimento, meras comunicaçons de factos sem conteúdo valorativo, especialmente quando se trata de sucessos nos quais a audiência está interessada: quando se trata de sucessos coetâneos. Toda «mera comunicaçon de factos» contém sempre umha toma de posiçom sobre as fontes de informaçom e um juizo valorativo que consiste em declarar que os factos ocorreram assim e nom de outra maneira» (Stein, 1973, 128).

Com efeito, a mera selecçom dos factos e a sua forma de apresentá-los estám inevitavelmente presididos por apreciaçons e preferências subjectivas que acarretam umha particular valorizaçom; com isto a fronteira entre a notícia e a opiniom deixa freqüentemente de estar claramente definida. «Justamente porque o Estado democrático nom se funda sobre um dogma, senom sobre o pluralismo e o direito à livre procura da *Verdade,* esta, como categoria metafísica, nom pode ser limite do direito à informaçom» (Fernández Miranda, 1984, 531).

A ingenuidade do legislador constitucional, quando subordina em geral ao requisito da veracidade a liberdade de informaçom, tem sido reiterada por declaraçons do TC, nom muito afortunadas na sua literalidade a respeito da relaçom entre operadores judiciais e princípios de veracidade. Más, além dessa literalidade, o reconhecimento da necessidade de garantir a concorrência informativa tem levado o TC a minimizar, correctamente, o alcance do requisito da veracidade. Concorrem, assim, numha só sentença, fundamentaçons jurídicas que, omitindo a referência à questom da veracidade, insistem no princípio de concorrência informativa. Mas o falho corresponde-se com estas últimas e nom com as primeiras. Por exemplo:

> «o direito a receber umha informaçom veraz é [...] instrumento essencial de conhecimento dos asuntos que cobram importância na vida colectiva e que, polo mesmo, condiciona a participaçom de todos no bom funcionamento do sistema de relaçons democráticas auspiciado pola Constitución, assim como o exercício efectivo de outros direitos reconhecidos no art. 20.°.1.d, da Constituiçom tanto se se impede comunicar ou receber umha informaçom veraz como se se difunde, se impom ou se ampara a transmisom de notícias que nom respondem à verdade, sempre que isso suponha cercear o direito da colectividade a receber, sem restriçons ou deformaçons, aquelas que sejam verazes» (TC, na sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 2.).

Contrariamente, na evidência de o TC nom perceber a problematicidade da associaçom entre princípio de veracidade e princípio de concorrência informativas, diz a mesma sentença, pouco mais adiante:

> «o direito de informaçom, junto com o de livre expressom, garante a existência dumha opiniom pública livre, condiçom necessária também para o recto exercício de todos os demais direitos em que se fundamenta o sistema político democrático» (TC, na sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 3.).

Ora, desde o conceito aristotélico de verdade que parece inspirar ao TC *(«informaçom que [...] se adequa à realidade do acontecido»,* sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 5.) é de lógica que duas versons diversas nom podem ser simultaneamente e sob o mesmo respeito verazes; se umha é veraz, a outra nom pode sê-lo; se por acaso, nengumha das duas o será por inteiro, mas freqüentemente umha o será algo mais do que a outra *(«adequará-se mais à realidade do acontecido»).* Se tal construçom é lógica e útil para determinar os efeitos jurídicos que puderem derivar-se dumha informaçom, é no entanto contraditória com os princípios democráticos quando pretende aplicá-la nom à determinaçom de aqueles efeitos, senom ao momento anterior do exercício particular do direito a comunicar ou a receber informaçom, suposto inescusável da associaçom de conseqüências jurídicas a essa informaçom.

Podemos exemplificar esta tese pola referência à Lei Orgánica 2/1984, de 26 de março, reguladora do direito de rectificaçom (LO 2/1984). A *ratio legis* deste texto parece ser a protecçom do direito à honra face ao exercício do direito de informaçom, através dum procedimento «interdital». Em conseqüência, adiando conclusons, na minha opiniom o direito que articula a LO 2/1984, é um direito de «réplica», mas que nom de rectificaçom (apesar da denominaçom utilizada polo legislador), que deve conectar-se, portanto, nom com o requisito de veracidade do art. 20.°.1.d, CE, senom com o 20.°.4, porquanto o direito à honra é um limite à liberdade de informaçom, que se protege aqui provisoriamente, como em todo o procedimento «interdital», mediante o asseguramento da concorrência de versons diferentes. Só num procedimento ulterior se poderám determinar as conseqüências jurídicas das informaçons. É nesse procedimento que jogará o elemento de veracidade, por exemplo, como causa justificativa dumha lesom à honra alheia ou, em caso de mendacidade, como origem de responsabilidade civil ou criminal, segundo os casos. Portanto, na minha opiniom, o elemento de veracidade (ou nom) de umha informaçom só é pertinente num conflito jurídico concreto, qualquer que for, nom como condicionante geral do direito à informaçom; todo o contrário do que acontece com o elemento de concorrência informativa, que opera em termos gerais, independentemente da sua referência a um conflito jurídico concreto, apesar de aquela poder também dar-se.

O TC faz sentença de acordo, mais ou menos, com esta construçom, mas, vinculado pola literalidade do art. 20.°.1.d, da CE e renuente a plantejar-se a problematicidade da coexistência entre veracidade e concorrência informativas, mantém nos seus razoamentos a referência à veracidade, o que conduz

a razoamentos um tanto ambíguos. Assim, diz o TC que se a sentença no procedimento da LO 2/1984

> «tiver ordenado a publicaçom dumha informaçom ou relato fáctico cuja falsidade ou inexactitude lhe constasse ao órgao judicial ou for manifesta»

teria-se produzido infracçom do art. 20.°.1. d, da CE,

> «ou, com maior razom, se o Tribunal tiver imposto aos responsáveis do meio de comunicaçom afectado a obrigaçom de desdizer-se ou negar a veracidade da versom dos factos inicialmente publicada, sem ter contrastado previamente a sua falta de veracidade e exactitude, ou bem [...] se tiver outorgado carta de autenticidade à versom oferecida por quem solicita a rectificaçom, sem ter procedido a umha prévia e adequada investigaçom da verdade» (TC, na sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 3.).

Declaraçons deste estilo parecem estar subentendidas, como se dixo antes, por umha inadequada compreensom da relaçom entre operadores judiciais e princípio de veracidade. A missom dos juízes nom é pronunciar-se sobre a veracidade ou mendacidade de informaçons ou quaisquer outros factos, mas resolver um conflito entre pretensons jurídicas contrapostas. Decerto, para a resoluçom deste conflito é preciso estabelecer «factos provados» e deduzir juízos, de veracidade; o qual pode parecer o mesmo, mas nom o é. O juízo de veracidade deduzido polo operador judicial está constrangido por determinadas regras processais (diferentes segundo os tipos de processo) e o seu valor e eficácia acha-se, obviamente, limitado ao plano da resoluçom do conflito jurídico. Digo isto a propósito da hipótese contida no precedente razoamento do TC de que ao juíz que resolve sobre umha demanda de «rectificaçom» lhe conste a falsidade ou inexactitude da informaçom ou relato fáctico que se pretende publicar.

Que lhe conste, como? Por elementos alheios ao procedimento da LO 2/1984? Ora, legalmente é possível: «O Juiz, de ofício e sem audiência do demandado, ditará auto nom admitindo a trámite a demanda se [...] estimar a rectificaçom manifestamente improcedente» (art. 5, § 2, LO 2/1984). A lei nom exclui que esse juízo de improcedência da demanda poda fundar-se na constância da falsidade ou inexactitude da informaçom «de rectificaçom». Mas creio que um juiz só em casos extremos, mais freqüentes como hipóteses de escola do que na realidade, decretará a nom admissom de demanda por tal motivo. Antes parece que esta faculdade se concretará, na prática, no controlo do disposto no parágrafo 2. do art. 2.° da LO 2/1984: «a rectificaçom deverá limitar-se aos factos da informaçom que deseja rectificar».

Pode o juiz adquirir constância da falsidade ou inexactitude da informaçom de «rectificaçom» no juízo verbal que regula a LO 2/1984? Pode também, só em casos extremos, dada a sumariedade do procedimento, em particular a limitaçom da prova («só se admitirám as provas que, sendo pertinentes, podam praticar-se no acto», art. 6.°, b) e a extrema brevidade do prazo para ditar sentença («a sentença ditara-se no mesmo ou ao seguinte dia do juízo», art. 6.°. c, da LO 2/1982). Só umha informaçom muito grosseiramente mendaz pode ser excluída do direito de publicaçom, tendo em conta o jogo concertado do princípio de concorrência à honra. Por isso pode dizer o TC que a decisom de instância que ordena a publicaçom da sedicente «rectifica-

çom» nom impom ao meio de comunicaçom afectado a obriga de se desdizer ou negar a veracidade da versom dos factos inicialmente publicada nem implica outorgar carta de autenticidade à versom «rectificadora». Trata-se dum direito de réplica, nom de rectificaçom.

Por isso, se se abstrai a perturvadora referência à veracidade do art. 20.º 1.d, da CE nom há neste momento conflito entre o direito que consagra esse artigo e o do 18.º 1 da CE. Nom se trata de que «o conflito entre ambos os direitos fundamentais nom pode resolver-se outorgando prevalência ao proclamado no art. 18.º 1 da Constituiçom, senom que se impom sempre umha ponderaçom entre um e outro» (TC, sentença 168/1986, de 22 de Dezembro, fundamento jurídico 3.). É umha cousa diferente e mais: apesar da literalidade do art. 20.º 1.d, da CE, a mendacidade informativa nom constitui, por si só, um ilícito; a veracidade informativa, polo menos em regime democrático, nom é um bem juridicamente protegido. O que acontece é que a liberdade de informaçom pode concretar-se em factos atentatórios a outros bens jurídicos protegidos e, nalgum destes casos, a mendacidade faz parte do tipo social de ilícito penal e, noutros, a veracidade é causa de justificaçom que debilita a ilicitude civil ou penal.

Naturalmente, para isso,

> «o ordenamento jurídico estabelece as acçons penais e os procedimentos necessários para investigar a verdade dos factos publicados ou difundidos, assim como para obter a devida reparaçom dos prejuizos causados por informaçons inexactas ou falsas; acçons e procedimentos que os interessados podem exercitar em qualquer caso e dos que há de resultar, *também em benefício da colectividade* (o itálico é meu) a determinaçom dos factos como certos ou incertos, com os efeitos da cousa julgada» (TC, sentença 168/1986, fundamento jurídico 4.).

Com efeito, para terminar, conforme ao razoamento exposto, na minha opiniom, nom há nengum interesse da colectividade, salvo o muito genérico, presente em todo o caso, de que se cumpra o ordenamento. A colectividade está interessada na concorrência informativa, nom na veracidade, que, na maior parte dos casos, é um juízo que se estabelece numha perspectiva parcial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALZAGA, Oscar, ed., *Comentarios a las leyes políticas. Constitución Española de 1978.* Madrid, Ed. Revista de Derecho Privado/Eds. de Derecho Reunidas, T. II, 1984.

ARAGON, Manuel, «El control de constitucionalidad en la Constitución Española de 1978», in *Revista de Estudios Políticos,* n.º 7, Janeiro-Fevereiro 1979.

CONTENCIOSO DEL ESTADO, Dirección General de LO, *El Tribunal Constitucional.* Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1981.

CRANSTON, Maurice; MAIR, Peter, eds., *Langage et politique. Language and politics.* Bruxelles, Bruylant, 1982.

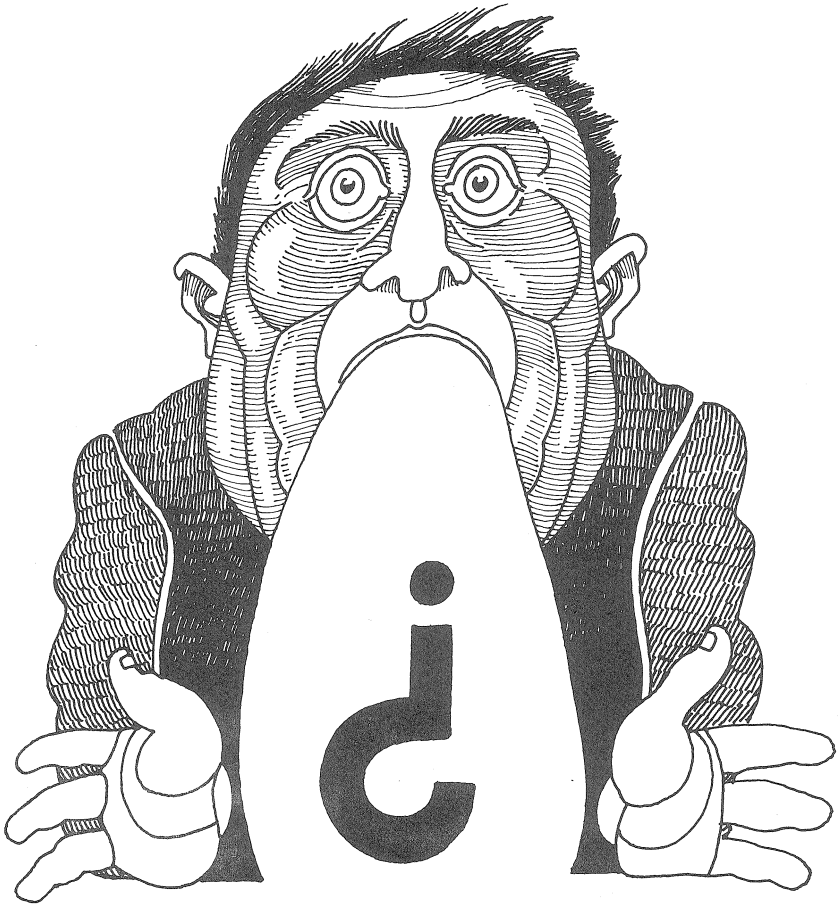
DE ESTEBAN, Jorge, ed., *Constituciones españolas y extranjeras,* (2 vols.) 2.ª ed. Madrid, Ed. Taurus, 1979.

EMBID, Antonio, «El Tribunal Constitucional y la protección de las libertades públicas en el ámbito privado», in CONTENCIOSO DEL ESTADO, 1981, I.

FERNANDEZ MIRANDA, Alfonso, «Libertad de expresión y derecho de la información», in ALZAGA, 1984, II.

POLIN, Raymond, «Non turpe est mentiri in publicis rebus gerundis», in CRANSTON y MAIR, 1982.

STEIN, Ekkehart, *Derecho Político.* Trad. española. Madrid, Ed. Aguilar, 1973.



PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CULTURA NO SÉCULO XVIII

Cinco notas de orientação e um balanço conclusivo

Manuel AFONSO COSTA
Universidade de Vila Real

1. *QUESTÃO NUCLEAR.*

O interesse metodológico do conhecimento dos mecanismos de produção e difusão da «cultura». Como diz Ehrard: «Seja em que caso for, a história das ideias só se torna verdadeiramente uma disciplina histórica quando se esforça por situar um objecto nas condições concretas em que ele apareceu».

O século XVIII é um século revolucionário. Nos mais diversos campos ele produz ideias novas. Ideias que pôem em causa todo o edifício tradicional. Sob os auspícios da *razão* tudo é levado a tribunal. Como diz Paul Hazard: «Estamos, sem dúvida, perante a crítica universal». Daqui irá resultar um novo direito em ruptura com o direito divino, uma nova moral sem teologia, assim como novas concepções políticas, religiosas e pedagógicas. Sem dúvida: Crítica e Razão são o suporte desta época de crise. Da sua acção irá resultar *um novo espírito.*

Ora em termos de uma história social, não interessa menos que o pensamento dos grandes homens, o reflexo desse pensamento nas massas; e daí a importância de se deslindarem os meandros da produção e «distribuição» das ideias. Trata-se em última análise de procurar saber da eficácia e do grau de penetração dos novos quadros filosóficos, científicos e culturais sobre e na sociedade em que deflagraram.

2. *INSTRUMENTOS.*

Instrumentos de difusão da cultura são então os livros, os periódicos, os salões, os cafés... Estes últimos que aparecem explícitos em obras de autores da época são talvez a grande novidade relativamente a épocas precedentes.

A importância deste tipo de estudo reside, por exemplo e a título de curiosidade, em podermos medir o significado epocal de publicistas com grande audiência social e que progressivamente se apagaram na história das ideias. É o caso de Mirabeau entre outros. Isto que dizemos, implica a já clássica questão de saber quem desempenhou papel mais relevante na sua época. Quem é mais representativo? O autor de primeiro plano ou o conjunto dos minores? Goldman por exemplo considera que só nos grandes autores se abandona a superfície e se vislumbram as tensões insuspeitadas, os conflitos latentes, as contradições insolúveis.

3. *O LIVRO.*

Não é tanto o seu conteúdo que interessa aqui, mas, e originando mesmo uma autêntica «Sociologia do Livro», toda uma série de dados com o livro relacionadas, tais como: a produção livreira, a censura, a repressão, o comércio, etc. Ainda é importante dar resposta a questões do tipo: o que se lê?; como se lê?; quem compra?; quanto se compra?

E esta última série de questões não é de resposta fácil. Escondem-se sob a sua aparente linearidade problemas, por vezes até irresolúveis. Já se pensou por exemplo no fenómeno que é o livro emprestado de controle tão difícil à distância de séculos, ou ainda, na determinação do sector que não lê o livro mas que é por ele influenciado. Determinação quase só hipotética.

Donde deve partir o historiador das ideias?: dos livros em si mesmos ou do público presumível a que os livros se destinaram? Mas como saber com rigor qual o público que foi atingido, se tantas vezes o público real não corresponde ao público virtual (1).

Relativamente à censura e à repressão, é importante conhecer a acção da Igreja como instância ideológica dominante ainda; assim como a acção do Rei através dos seus funcionários. (Ex. Chef du Maison du Roi).

A este propósito a organização da Librairie de France é exemplar, dado que a sua actividade regulamentadora se estendia a todos os níveis, até mesmo ao próprio comércio do livro. A censura funcionava com uma certa liberalidade até 1737, depois foi-se acentuando o seu peso ao longo do século, como se compreende aliás. De facto entre 1741 e 1763, por exemplo, o número de censores passou de 79 para 121. Pelas mãos destes censores passavam todos os escritos com mais de duas páginas. Escrito com menos de duas páginas não incomodavam o censor mas eram alvo de vistoria policial. Claro que

---

(1) Neste ponto Voltaire numa carta a D'Argenson dá ideia de uma hierarquia no consumo do livro onde se depreende uma nítida desproporção entre o livro sério e a obra de teatro. Algo como 40 para 200.

só chegavam à censura as obras alvo de privilégio, ou seja, aquelas que tinham tido já autorização prévia, que podia ser de três tipos: A permissão simples oral, a permissão do selo e a permissão táctica. Esta última bastante utilizada pois funcionava na prática como uma fuga aos meandros da permissão.

Ao nível da impressão as dificuldades eram igualmente sensíveis. Só os «Maître em Primeur» podiam imprimir e em 1720 o seu número está calculado em apenas 36. Bem, havia evidentemente a literatura clandestina que se insinuava através de vários processos. Dentre estes, são curiosas as invenções de editoras ou de cidades como lugar de publicação. E talvez ainda mais significativos culturalmente os manuscritos que circulavam de mão em mão, nalguns casos profusamente. Alguma desta literatura era certamente licenciosa. Põe-se então a questão de saber o que é ou não é clandestino, o que é ou não é licencioso. Pretensão difícil de satisfazer e que pressupõe um conhecimento bastante profundo da mentalidade da época, ou melhor, dos níveis de mentalidade dos vários estratos sociais.

Nota: Não esquecer a questão da libertinagem e da psicologia do libertino. Da sua evolução, desde o século XVII até finais do século XVIII. Desde Cirano de Bergerac até Sade.

4. *OS TEMAS.*

Apesar das grandes modificações mentais, cerca de um terço aproximadamente do que se publica é de carácter religioso. Nos outros dois terços de literatura os grandes temas reflectem as luzes do século: a crença no progresso, o optimismo pedagógico, etc. Neste domínio multiplicam-se os catecismos de fundo educativo ou científico assim como as obras do tipo «Make yourself» com alcance prático e técnico. São as preocupações do mundo burguês e os seus valores. Fortemente eivada deste espírito prático está a História Natural de Buffon que como sabemos foi condenado pela faculdade de Teologia.

5. *ENFIM.*

É ainda o problema das relações entre o autor e o editor, relação conflituosa que termina com a vitória dos autores. Estes, liberados por Beaumarchais, fazem reconhecer o direito à propriedade literária. Esta restrição tinha atirado para a miséria um Rousseau e um Diderot, entre outros, ao ponto deste último se ter visto obrigado a vender a sua vasta biblioteca por 100.000 libras a Catarina II.

BALANÇO CONCLUSIVO.

Que ensinamentos se podem recolher da especifidade setecentista relativamente à dinâmica de produção e difusão da cultura?

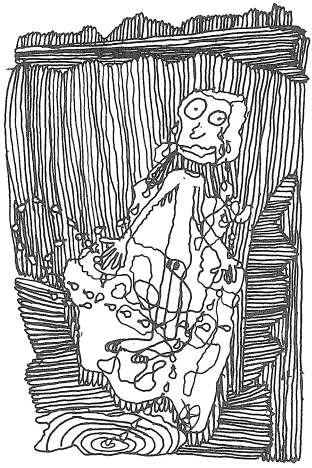
A) Que ela confirma a evolução da cultura sob as luzes.

B) Que se pode constatar uma atitude vincadamente repressiva por parte das ordens dominantes.

C) Que se assiste ao longo do século à arreigada luta pela propriedade literária.

D) Que as reivindicações neste domínio têm um carácter acentuadamente burguês.

Ao mesmo tempo (e isto é importante), que não há uma base impírica para provar os efeitos do livro na consciencialização ideológica do século XVIII.



NO NOME DA MAI...

In memoriam Rs. Lapa

José M.ª MONTERROSO DEVESA

da Associaçom Galega da Língua

No nome e apelidos do home actual confluem, por umha parte, o velho costume do ser humano de lhe dar nomes às cousas e actos para identificá-los (o que fai neste caso consigo mesmo) e, pola outra, a impronta da sua cultura natal e/ou ancestral (que podem nom coincidir).

Neste segundo matiz é a língua (natal e/ou ancestral) a que joga o seu papel determinante, até o ponto de podermos afirmar que, mesmo morto um idioma, perduraria na onomástica, ainda deturpada, dos indivíduos do povo que a criara. Eis por quê pensamos que, depois da fala, é polo apelido que melhor e dantes se pode identificar (e autoidentificar) um indivíduo na sua nacionalidade (ou, quando menos, na sua nacionalidade cultural ou ancestral).

Assi, um indivíduo apelidado Fernandes e nacido na França, será francês polo berço, mas individualmente hispánico (da velha Hispánia) polas raízes ou determinadas raízes paternas (nacionalidade ancestral), que, se som mui próximas (do próprio pai), podem mesmo determinar umha influência cultural (nacionalidade cultural).

Claro é que umha convençom mais que o apelido, na nossa como em todas as civilizaçons, o indivíduo ostenta um, dous e pode que até quatro apelidos, com inevitável desprezo do resto deles (resto que se estenderia até o infinito) e, ao recorrer a um ordenamento também convencional, dá preferência à linha paterna (a maioria das vezes em exclusiva).

Este ou outro qualquer ordenamento convencional leva a casos tam chocantes como semelharem mais parentes pessoas de um mesmo apelido com desvantage para outras de apelidos diferentes, inversamente ao que é real. Como escandalizar-se quando alguém desbota o apelido paterno, sem que se reaccione assi quando se fai isso, com tanta freqüência como se fai, com o materno? Mas é ainda bem mais chocante este sistema patriarcalista, se cairmos na conta de que os indivíduos ostentan, tam amiúde, apelidos que, em rigor, puderem nom corresponder-lhes, pois se algo é incontestável é unicamente a

ascendência uterina; noutras palavras: quantos que passam por pais nom o som mais que legalmente? Ou seja, um indivíduo Fernandes Rodrigues sabe fixo, sempre que nom for adoptado, que é filho da Rodrigues, mas nom pode ter a mesma segurança com respeito ao pai... Claro é que com a sua mai passa outro tanto (com o qual nem o mesmo Rodrigues do caso é seguro, pois esse tal Rodrigues pudera nom ter sido o pai dessa mai), e assi sucesivamente, resultando, embora, ser a mais segura a linha uterina dada polos apelidos mais recuados na orde convencional. Daí que estimemos mais justo a escolha do apelido materno à hora de dar preferências e de desbotar-se o resto.

Com todas as salvaguardas que acarreta problema tam complexo, dificilmente sistematizável, e fazendo abstracçom de momentos históricos e classes sociais —que já é abstrair—, podemos esboçar, para ilustraçom do leitor, o panorama seguinte, baseado em sistemas onomásticos do denominado *mundo ocidental.*

A) **Sistema maioritário:**

Priva o apelido paterno e, para a mulher casada, o paterno do marido; este *patriarcalismo* e *maritalismo,* segundo a nossa denominaçom, daria-se na Europa (excepto Portugal e, em determinados aspectos, a Espanha e as Ilhas Británicas) e nas Américas (agás o Brasil e, de algumha maneira, os EUA), onde poderíamos exemplificar, sem sairmo-nos da França, com Napoleon Bonaparte e umha qualquer Mme. *Michel* Hennequin (caso extremo, em que nom só se adopta o apelido, mas o nome-de-pia do marido!).

B) **Sistema minoritário:**

Priva o apelido materno e a mulher casada conserva o apelido próprio; este *matriarcalismo* limitaria-se a Portugal e ao Brasil, assi como, parcialmente, à Espanha e aos EUA; onde, para exemplificarmos, avondaria com citarmos um caso concreto do Brasil, com JJ. Baptista Tubino (pai), I. de Souza Tubino (mai) e A. de Souza Tubino (filho). Com a carga pitoresca que o caso acarreta, nom nos resistimos a citar aqui o sonado exemplo do neto maior do maior ditador espanhol a quem se lhe antepujo o apelido da mai, para que, com espúrios afans dinásticos, perpetuasse o Franco do avó materno.

Para a sua clarificaçom, considero útil ampliar este tema a seguido:

OS SISTEMAS ONOMÁSTICOS NALGUNS ESTADOS DA *ÁREA OCCIDENTAL* DO MUNDO MODERNO

HOME E MULHER SOLTEIRA	MULHER CASADA E CONJUTOS FAMILIARES
I. FRANÇA	
1. Napoleon Bonaparte (Ramolino)	
1. bis. Jean-Jacques Rousseau	
1. Maria Casares (Pérez)	
1. Geneviève Briand	2. Geneviève Hennequin, ou Mme. Hennequin, ou Mme. *Michel* Hennequin

II. GRAM BRETANHA

1. bis. Arthur Conan Doyle
2. Elisabeth Barrett ..... 3. Elisabeth Barrett Browning
2. Jane Baillie Walsh ..... 3. Jane Baillie Walsh Carlyle
2. Mary Godwin Wollstonecraft ..... 3. Mary Godwin Wollstonecraft Shelley

III. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1. Thomas S. Eliot (T. S. Eliot), ou
2. Thomas Stearns Eliot
1. bis. Dwight David Eisenhower
1. John F. Kennedy, ou
2. John Fitzgerald Kennedy
3. John F. Kennedy Jr.
2. Jacqueline Lee Bouvier ..... 4. Jacqueline Kennedy, ou
4. Mrs. Kennedy
1. Harriet Beecher ..... 5. Harriet Beecher-Stowe

IV. ESPANHA

1. Miguel de Unamuno, ou
2. Miguel de Unamuno y Jugo
1 bis. Benito Jerónimo Feijoo
1. María Barbeito, ou
2. María Barbeito y Cerviño ..... 3. Sra. de Martínez Morás
4. Manuel (Martínez) Murguía

V. PORTUGAL

1. (pai) Cabete *Loureiro*
(mai) Cordeiro Correia
(genro) Fernandes Pereira
(filha) Correia *Loureiro* Pereira

2. (pai) Barbosa Serrão *Marreiros*
(mai) Leite Serrão *Marreiros*
(genro 1) Homem de Oliveira Themudo
(filha 1) Leite *Marreiros* Homem Themudo
(genro 2) Duarte Silva Caseiro Alves
(filha 2) Leite *Marreiros* Caseiro Alves
(filho 3) Leite *Marreiros*
(nora 3) Mascarenhas Leite *Marreiros*
(filho 4) Leite *Marreiros*
(nora 4) Lisboa Leite *Marreiros*

3. (pai) de Valadares *Botelho* e Oliveira [Leite
(mai) Baptista dos Reis *Botelho* e Oli- [veira Leite
(filho) dos Reis *Botelho* e Oliveira Leite
(nora) Teixeira Alves Monteiro *Botelho*
(neto) Monteiro *Botelho*

VI. BRASIL

1. Alphonsus de Guimaraens
2. Alphonsus de Guimaraenes Filho

2 (pai) Correa *Chagas*
(mai) de Freitas *Chagas*
(filho) de Freitas *Chagas*

VII. URUGUAI

1. Jose Artigas
1. bis. José Gervasio Artigas
2. José Batlle y Ordóñez
1. Juana Fernández, ou
2. Juana Fernández Morales ..... 3. Juana Fernández de Ibarbourou, ou Juana Fernández Morales de Ibarbourou, ou
4. Juana F. de Ibarbourou, ou Juana de Ibarbourou, ou Sra. de Ibarbourou

1. bis. Luis Alberto Romero
5. Luis Alberto Romero, hijo,ou Luis Alberto Romero (h)

Comentemos agora estes supostos para tirarmos as conclusons pertinentes.

A) O que consideramos **sistema maioritário**, calificamo-lo de *patriarcalista* e *maritalista*. Nel, o indivíduo solteiro usa (caso extremo) só o apelido paterno (I.1, III.1, IV.1, VII.1): em casos, ao chamar-se igual do que o pai, engade, antes do apelido materno, o apêndice: *filho* (que joga como verdadeiro segundo apelido em VI.2), *hijo* ou *(h)* (VII.5) ou *junior* (III.3, que também se tem exportado a outras áreas). Ou, de usar dous, paterno e materno, vam por esta orde, dando preferência ao primeiro (IV.2, VII.2), ou ainda leva quatro apelidos, com o mesmo tratamento. Hai casos em que, como se quiger prolongar o onomástico, o indivíduo, no suposto de um apelido só, acode a usar dous nomes-de-pia (avondo corrente hoje no Ocidente, I.1 bis, II.1 bis, III.1 bis, IV.1 bis, VII.1 bis).

A respeito da mulher casada, perdendo o seu, ou, por vezes, limitando-o à inicial, usa só o apelido paterno do marido, o que é constante quase universal (e concretamente nos I.2, III.4, IV.3, VII.4), com o caso (extremo) francês em que mesmo aquela adopta o nome-de-pia deste (I.2).

B) Ao **sistema minoritário** chamamo-lo *matriarcalista,* e joga sempre com dous apelidos. Nel, o indivíduo solteiro leva anteposto o materno (típico de V e VI, também, por vezes, em III.2), mas nom o transmite, nem mesmo opera tal apelido materno à hora de relacionar indivíduos alfabeticamente (v.g. nos dicionários): trataria-se de outorgar-lhe ao apelido materno, e por mera cortesia, um cometido simplesmente decorativo, sem efeitos posteriores. Também hai casos em que, por excepçom, mesmo se usa, entre nós, o materno como único apelido, v.g., quando o paterno é mui vulgar (IV.4) e nom o é aquel, ou para chamarem o indivíduo na prática do serviço militar. E, curiosamente, na Galiza, a certa altura do século XVIII e começos do XIX, em que se usava geralmente um apelido só, as filhas levavam, frequentemente, o da mai (enquanto os filhos o do pai). (Ver quadros núms. 1 e 2).

Ampliando o exposto nos apartados V e VI anteriores, vejamos como, nestes países, se dá umha grande flexibilidade, até raiarem no caótico: se bem, por regra geral, os solteiros anteponhem o apelido materno, ao casarem as mulheres complica-se a questom: seguem a usar o/s seu/s apelido/s e engadem-lhe/s, sem preposiçom nengumha, o/s do home (como, às vezes, nos apartados II e III); assi, resulta que o filho solteiro levará, com freqüência, os apeli-

dos segundo o fai a mai (VI.2). No apartado V os apelidos que afinal se transmitem som os que vam em itálico: Loureiro, Marreiros (salvo as mulheres), Botelho... e no apartado VI é o Chagas. Mais hai casos de sumo caos, quando cada irmao escolhe ou se lhe impom, ao jeito medieval, apelido diferente —levando ao sumum o exemplo galego dos séculos XVIII-XIX, v.g.:

(pai) Coutinho *Gago*
(mai) Bernardo Soares *Gago*
(filha1) *Gago* Rolão (por casamento com Rolão)
(filha 2) Soares *Gago* Horta (por casamento com Horta)
(filha 3) *Gago* Pacheco (por casamento com Pacheco)
(filha 4) Dourado Eusébio (por casamento com Dorado Eusébio)...

família portuguesa onde a filha 2 assina com dous apelidos, o materno anteposto, as filhas 1 e 3 assinam com um, só o paterno, e a filha 4 renunciou aos seus dos apelidos.

Retomando o fio do sistema B), a respeito da mulher casada, nel conserva esta os seus apelidos, como já se adiantou nos páragrafos anteriores, *bem com, bem sem* a preposiçom *de* (IV, V e VI e no VII.3) e ainda, por vezes, nos II.3 e III.5. Sendo o caso extremo quando, como no Estado espanhol, só usa os próprios, prescindindo dos apelidos maritais, o que choca num país tam *machista,* na medida em que choca o contrário em país tam *feminista* como o Uruguai (do apartado VII.4). Outro suposto curioso foi o que temos detectado na antiga Galiza quando, ainda assumindo a filha o apelido paterno, o feminizava, v.g.: a filha de Chrespo era chamada Maria Chrespa, a filha de Prieto era Prieta, a de Rey era Reyna, etc.

É do caso pensar em por quê, levando este limitadíssimo feminismo hispano ao máximo, o home nom é aqui conhecido polo apelido da mulher, assi como esta o é polo do home; por exemplo: o indivíduo casado com Joana Ferreiro, por quê nom pode ser o Sr. de Ferreiro? Isto acontece com os títulos nobiliários, onde, v.g., aos esposos das marquesas de Pontejos e Valladares se lhes chamou marqueses de Pontejos e Valladares, embora fossem marqueses-consortes.

Como é de complicado o tema! Bem que nos gostaria ter ajudado ao seu conhecimento e comprensom através desta esquematizaçom tam relativa como limitada. Também nos alegraria saber que contribuímos a abrir a mente dos galegos para olharem o sistema luso-brasileiro, com as salvaguardas apontadas, como mais justo ou mais ajustado a natureza e digno de, mesmo neste aspecto, reintegrarmo-nos nesse campo cultural de que é mostra: mais umha volta o povo português dá, com tal proceder, testemunha da sua fineza espiritual.

Na Corunha, Abril de 1989.

QUADRO NÚM. 1

RELAÇOM CRONOLÓGICA DE ALGUNS CASOS DOCUMENTADOS
EM QUE A MULHER PORTA O APELIDO DA MAI (ENQUANTO O HOME O DO PAI)

DATA PARTIDA	CLASSE ID.	LIVRO/ FÓLIO	PARÓQUIA E MUNICÍPIO	DIÓCESE	FIGURA	FILIAÇOM
1706 II 2	c	I	Giá-Friol	Lugo	Gregoria Vidal	f Antonio do Bernadal e Isabel Vidal
1723 VI 29	b	I/70v	Prado-Friol	Lugo	Antonia do Folgar	f Juan Gil e Isabel do Folgar n Juan da Uzeira e María do Folgar
1723 X 3	c	I	Laje-Laje	Santiago	Gertrudis de Añón	f Joseph de Anido e Marta de Añón
1739 III 11	c	I/107v	Prado-Friol	Lugo	Antonia do Folgar	f Juan Gil e Isabel do Folgar
1747 I 22	b (filho)	II/90v	Prado-Friol	Lugo	Antonia do Folgar	f Juan Gil e Isabel do Folgar
1753 I 7	c	VI	S.Eufémia N. Ourens	Ourens	Josepha Pereyra y Soto	f Martín de Soto e María Pereyra
1791 X 13	b	II	Laje-Laje	Santiago	Fernando Cousillas	f Fernando Cousillas e Rosa de Pazos n Gregorio Vásquez e Andrea de Pazos
1794 — —	b	com. 1766/93	Valonga-Pol	Lugo	Josefa Sanjurjo (1)	f Pedro Fernández e Rosa Sanjurjo n Pedro Villamide e Josefa Sanjurjo
1805 I 8	c	II	Laje-Laje	Santiago	M.ª Josepha Vásquez	f Fernando Cousillas e Rosa Vásquez
1805 XII 31	b (filho)	II/182	Laje-Laje	Santiago	M.ª Josefa de Pazos	f Fernando Cousillas e Rosa de Pazos

Abreviaturas: c = casamento, b = baptismo, f = filho/a, n = neto/a, materno/a, v = fólio volto, com. = começa.
(1) mai do recentemente canonizado Sam José-Maria de Suegos.

QUADRO NÚM 2

ESQUEMA GENEALÓGICO DE ALGUNS DOS CASOS ANTERIORES

A) JUAN DA UZEIRA - MARIA DO FOLGAR JUAN GIL - ISABEL DO FOLGAR ANTONIA DO FOLGAR naceu em 1723	B) GREGORIO VASQUEZ - ANDREA DE PAZOS FERNANDO COUSILLAS - ROSA DE PAZOS FERNANDO COUSILLAS (filho) naceu em 1791 / M.ª JOSEFA PAZOS (filha) naceu em 1779

Apresentaçom da vida e da obra de Celso Emílio Ferreiro (1)

Henrique Manuel RABUNHAL CORGO

I. B. Misto. Arteixo (Corunha)

Celso Emílio pertence a umha geraçom de escritores formados política e culturalmente no tempo da II República e que vivêrom a experiência e a tragédia da guerra civil, facto que os vai condicionar individualmente e também de maneira colectiva. Umha geraçom repartida entre os que se vírom obrigados a um exílio demorado, os que deixárom a sua vida durante a contenda bélica e os que como no caso do nosso autor contribuírom para a recuperaçom cultural e política do galeguismo nas décadas de posguerra numha situaçom pessoal difícil e apurada.

Falar hoje de Celso Emílio constitui umha tarefa arriscada e problemática. E isto por múltiples razons. Em primeiro lugar, porque vive muita gente que o tratou e conheceu, gente que em qualquer momento pode aclarar um extremo biográfico ou literário. Em segundo lugar porque o nosso poeta foi um home tremendamente conflitivo e polémico quando nom desconcertante. De Celso Emílio discutiu-se praticamente todo: a sua conduta idiomática, a sua visom do mundo da emigraçom galega em América, as suas adesons políticas... Em terceiro lugar porque Celso Emílio sofreu um certo processo de mitificaçom, processo que no plano literário originou nom poucas imitaçons e que no plano pessoal provocou opinions contraditórias.

O que queremos fazer hoje aqui é apresentar a sua biografia e a sua bibliografia mas sen nengum tipo de paixom. Nom tivemos a sorte de tratá-lo

(1) Conferência pronunciada em Ordes, o 10 de Fevereiro de 1988, e organizada pola Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O.).

e nom fomos testemunhas do impacto que causou na vida política e cultural da Galiza em certa altura. Visto assim, Celso Emílio parece-nos em primeiro termo um grande escritor e antes do que isso um escritor, quer dizer, um home que se serviu da literatura para participar e participar-nos da sua própria existência e dalguns dos acontecimentos que nos afectam como naçom particular e concreta. Em segundo lugar esquecer agora a sua para nós militança idiomática ou a sua adscriçom às mocidades galeguistas na preguerra e à primeira upegá na posguerra seria decididamente falseador.

Organizaremos a nossa exposiçom em cinco grandes períodos referidos à vida e à obra do nosso autor: 1. 1912-1936; 2. 1936-1950; 3. 1950-1966; 4. 1966-1973; 5. 1973-1979.

1. *1912-1936*

Os primeiros vinte e cinco anos do poeta som determinantes para comprendermos a sua ulterior peripécia biográfica e sobretodo para desembrulhar importantes segmentos da sua produçom literária. Celso Emílio interioriza definitivamente a paisagem da sua Celanova natal, lê desde criança os poetas do XIX, em particular Curros, fala a língua do país porque lhe é útil e familiar, integra-se no galeguismo militante e começa, desde os 17 anos, a escrever poesia.

Celso Emílio Ferreiro Miguez naceu en Celanova o dia de reis de 1912 no ámbito de umha família de labregos acomodados. Foi o sétimo filho do casal formado por Venáncio e Obdúlia, sexagenário e cinqüentenária respectivamente ao nacer Celso Emílio. Por serem adultos seus irmaos, o poeta tem umha infáncia mais de filho único do que de membro de família numerosa. Os pais de Celso Emílio som gente sensível e cultivada. Na casa paterna há reunidos um grupo de livros cuja leitura polo meninho fomenta especialmente a mai. O pai, membro das Irmandades da Fala e amigo íntimo de Porteiro Garea, morre em 1928. O poeta tivo umha infáncia feliz, de contacto com a natureza em Celanova e em Azevedo do Rio, lugar este onde moravam seus avós maternos e onde Celso Emílio para alem de passar as férias escuita contos fabulosos, cheios de superstiçom e que provocam medo no cativo, medo que Obdúlia escorrenta com a sua «doce voz de mel». A obra de Celso Emílio está cheia de referências a estes primeiros anos na sua pátria primordial. Como muitos rapazes daquelas terras, o poeta estudou gratuitamente nos Escolápios instalados no século XIX em Celanova. Celanova e Azevedo vam-se converter depois da guerra nesse paraíso perdido que o poeta resgata nos seus poemas e narraçons.

A sua entrada na política data de 1930. Vinculado desde entom às Mocidades Galeguistas participa em actos políticos com oradores como Castelao, Bóveda, Risco ou Otero. Em 1934 participa na fundaçom da Federaçom das Mocidades Galeguistas com Castro Arines, Dónega, Fontenla, Galám, Álvarez Blázquez, Pinheiro, Taboada, Isla Couto, Pedreira, Ramos e o seu grande amigo Pepe Velo Mosquera. Em Ourense funda e dirige *Guieiro,* o periódico quincenal em que se expressavam os membros das Mocidades. Por um

artigo de Celso Emílio sobre Gil Robles é processado em 1935 e a seguir absolto. Na cidade das Burgas, assiste também às tertúlias no Café Roma onde se reuniam os homes da chamada geraçom Nós.

Em 1935 o nosso poeta entra na literatura galega com o célebre e misterioso *Cartafol de poesia* que foi mandado polos seus autores, Celso e Pepe Velo, a duaszentas pessoas. Despois do cartafol os poetas enviam vinte poemas, dez de cada autor. Celso Emílio acharia na Biblioteca Municipal de Celanova um exemplar com cinco poemas que podem ler-se no volume III das suas obras completas. A crítica literária coincide em afirmar o carácter premonitório e primeiriço de estes textos. Em 1936 Celso Emílio envia nove poemas para a Antologia de poesia que preparava Filgueira Valverde —algum texto pode ler-se também no citado volume das obras completas, e onde o nosso poeta reconhece a sua predilecçom por Ibsen, Wilde, Otero Pedrayo e Cunqueiro.

2. *1936-1950*

Os artistas, os da palavra também, tenhem o privilégio de exteriorizar e comunicar o que vivem e o que sofrem. Celso Emílio soubo transmitir-nos a brutalidade daquela guerra fraticida. Ferreiro, secretário da Federaçom de Mocidades Galeguistas, é obrigado a fazer, de soldado, a guerra em Astúrias e no bando franquista. De férias em Celanova e por umhas declaraçons atrevidas é condenado a morte polo Governador Militar de Ourense. A condena afinal nom se consumou mas o poeta passou três dias e quatro noites no cárcere do Mosteiro celanovês onde concebe alguns dos textos que tardarám mais de vinte anos em vir a lume. Já em Astúrias, convalescente no Hospital de Luarca, conhece Maria Luísa Moraima Loredo com quem casa em Gijóm em 1943.

Rematada a guerra reside por algum tempo em Astúrias, trabalhando de radiotelegrafista. Desde 1941 reside em Ponte-Vedra onde ocupa um posto na Fiscalia de Taxas. Também em 1941 publica *Al aire de tu vuelo* poemário de amor dedicado à sua noiva. Nos anos pontevedreses figura como redactor principal da revista Finisterre que dirigia Emílio Canda e colabora em Sonata Gallega que dirige Ramom Penha. Também em Pontevedra funda com Cunha Novás e Benito Torres a colecçom de poesia Benito Soto em que publicam Cunqueiro, Carvalho, Pimentel, Manuel Maria e os irmaos Álvarez Blázquez. Em 1947 edita *Bailadas, cantigas y donaires.*

Hoje parece admitido por todos que nesta época Ferreiro nom abandonara o cultivo literário do galego e que mesmo trabalha em livros que edita muitos anos mais tarde.

Na época pontevedresa o casal tem os três primeiros filhos: Luís, José Maria e Isabel, nacidos respectivamente em 1945, 1947 e 1948.

Depois da guerra, Celso Emílio cursara por livre as carreiras de magistério e direito que nunca exercerá mas que lhe som úteis em diferentes ocupaçons que desempenhou ao longo da sua vida.

3. *1950-1966*

Em 1950 Ferreiro traslada-se a Vigo onde trabalha como Procurador dos Tribunais e onde funda umha companhia de seguros com um sócio. Em 1950 nace o quarto e último filho do casal: Xavier. Ao ano seguinte publica em Benito Soto *Musa alemá,* um conjunto de textos alemáns traduzidos com António Blanco Freijeiro que era quem realmente conhecia a língua original. Os poetas traduzidos som Höderlin, Heine, Dehmel, Rilke, Mieguel e Werfel. No Faro de Vigo leva a secçom La jaula de los pajos raros e colabora também em Vieiros, Papeles de son Armadans e na revista Alba que dirige González Alegre e em que escrevem os principais poetas do momento (Cunqueiro, Iglésia Alvarinho, Pimentel, etc.).

Em 1954 publica Celso Emílio a sua biografia de Curros na Corunha. Um bissavó do poeta fora compadre do pai de Curros e a própria mai de Ferreiro tratara a Curros polo que muitos dos dados da biografia foram recolhidos oralmente. Ferreiro sentia-se atraído pola imagem de poeta cívico, anticlerical, inconformista e progressista que possuia Curros, cuja terrível infância fora abordada num texto de O sono sulagado.

Em 1955 publica Celso Emílio o seu primeiro poemário importante: *O sono sulagado.* Este livro forma parte já da obra original do poeta ao incorporar os traços definitórios da sua melhor poesia. Abundam textos de carácter existencial e confessional nos que o poeta refere nostalgicamente a sua infância celanovesa, aspecto que conecta com a reflexom sobre a passagem do tempo. Nesta linha quase auto-biográfica estám O medo, Falaréivos de min, Saudade, Olláime ben, O neno preguntaba, Os ollos, Moi lonxe, Nai, O val e outros. Outro grupo de textos pertencem ao que poderíamos denominar poesia beligerante, crítica, de intervençom. O poeta escreve sobre a tragédia da guerra, fazendo apologia do anti-belicismo, critica a energia nuclear, ridiculiza o mundo da burocracia e reclama aquel cosmos natural e primitivo em que nacera. A este grupo pertencem poemas como Dempois, Oración polos parvos, Cantiga de amor cicáis, Os fuxitivos, Palabras a un morto, O asasino, Poema nuclear e outros. Há também algum poema circunstancial como a Postal a Carmen Conde, Curros, neno, etc. O tema da emigraçom aparece em dous poemas: Historia dunha muller e Emigrantes. O primeiro está na linha rosaliana de reflectir sobre o que de tragédia afectiva provoca a emigraçom. Neste caso, Ferreiro refere a história de umha mulher, viúva de vivo, à que se lhe marcham os seus dous filhos, o legítimo e o «de achego». O segundo poema exprime a primeira teoria do autor sobre o fenómeno migratório. Ferreiro sente alegria ao ver marchar aos emigrantes em Vigo que assim se afastam do fascismo e da pobreza. Polo demais o livro, que passou quase desapercibido, exibe umha maturidade enorme e contém a particular imaginística de Ferreiro que se vai complementar e consolidar em poemários ulteriores.

Também em 1955 o nosso autor publica *Voz y voto* em Vigo (e nom em Montevideu como figura no volume) já na linha social de poemários ulteriores: Soy nieto de pechero y campesino,/ mi sangre no es azul, es sangre roja/. Os poemas de este livro escritos originariamente em galego vam formar parte

mais tarde de livros nesta língua. Assim Os honorábeles, Bautismo de sangue, Nunca poderei esquencelo e Os asoballados aparecem em *Longa noite de pedra,* dous poemas em *Viaxe ao país dos ananos* (os números 4 e 9) e Carta a Papai do Ceo em *Onde o mundo se chama Celanova.* O resto dos poemas podem ler-se no volume III das suas Obras Completas.

Por estas datas e com motivo da publicaçom do volume IV da *Escolma de poesía galega* (1955) de Fernández del Riego, Ferreiro expom as suas ideias poéticas criticando o neotrovadorismo (arqueologia estéril) e o ruralismo e propugnando que o poeta deve mergulhar-se no mundo social da Galiza, nos seus problemas vivos e nas angústias da gente. Mas para essa poesia comprometida Celso Emílio reclama «palavras de hoje» e «fórmulas novas».

Em 1959 Ferreiro acode a Formentor a um Encontro de Poetas e vive uns momentos de grande felicidade, recuperados, por exemplo, no poema Formentor de *Longa noite de pedra.*

Em 1962 vem a lume na colecçom Salnés da editora Galáxia um dos livros mais editados da nossa literatura e se calhar o mais lido do nosso autor: *Longa noite de pedra.* Trata-se de um poemário de lenta e esmerada elaboraçom. Do episódio autobiográfico, que existe, passamos à crítica contra o franquismo e de esta à censura contra qualquer agressom à liberdade e ao ser humano. Para além do alento político do volume, claríssimo, Celso Emílio recupera os motivos da sua infância e da sua pátria celanovesa. A oposiçom entre os símbolos da opressom e os da liberdade serve para estruturar internamente um poemário redigido numha língua coloquial e prosaica mas enormemente eficaz e coerente com os propósitos do emissor. A combinaçom de heptassílabos e hendecassílabos, o uso de imagens simbólicas e de estruturas paralelísticas som também recursos de que se serve o autor para denunciar a degradaçom do home, o conformismo, a injustiza e para exprimir umha terrível solidariedade com o mundo dos oprimidos. Mesmo a ironia é empregada como procedimento crítico. Anotemos finalmente que há poemas circunstanciais como Formentor e os dedicados a Carles Riba e a Joan Miró. Polo que se refere à história externa do livro devemos aclarar que os 750 exemplares da primeira ediçom se esgotárom aginha mas a definitiva difussom do livro vai ocorrer durante a estadia americana do nosso autor. Segundo Alonso Montero em 1962 Celso Emílio militava no Partido Comunista.

Em 1966 Celso Emílio decide marchar a Venezuela onde a Irmandade Galega lhe oferece trabalho como professor de língua e literatura, como director do boletim Irmandade e como responsável de umha emissom radiofónica semanal. Tenhem-se discutido as razons exactas dessa viagem. Alguns apontárom as estritamente económicas. O próprio Ferreiro tem aludido ao aburrimento e ao nojo vital. Seja como for, o certo é que o 15 de Maio de 1966 se lhe rende umha homenagem no Hotel Roma de Ourense. O acto aproveitou-se para fazer um protesto conjunto de intelectuais e labregos contra a decisom de FENOSA de assulagar o rico Val de Castrelo de Minho. Neste acto participam Otero Pedrayo, Blanco Amor, Alonso Montero, Méndez Ferrim, Antom Tovar, Emílio Álvarez Blázquez, Castroviejo, Arturo Reguera e Josefa Romám. O 22 de maio embarca o poeta e três meses depois tem con-

sigo o resto da família. Dous anos antes, o 25 de julho de 1964, Ferreiro tomara parte no acto de fundaçom da UPG, no merendeiro da Rocha, em Compostela.

4. *1966-1973*

Em 1967 a ediçom bilíngüe em El Bardo de Barcelona serve para que *Longa noite de pedra* se conheça de maneira definitiva em toda a Península. A partir de entom as ediçons do livro, visto como produto político e estético, sucedem-se e a sua popularidade na Galiza e em Espanha aumenta. O livro é cantado polos autores da Nova Cançom Galega, representado nos palcos, fotocopiado nos meios universitários, comentado polos críticos de mais prestígio.

Mas também em 1967 a sorte vital e laboral do nosso poeta cámbia drasticamente quando a directiva da Irmandade passa a ser controlada por elementos franquistas e reaccionários que pretendem a defenestraçom total de Celso Emílio. Este funda entom, em 1968, o Padroado da Cultura Galega e passa dificuldades económicas, parcialmente aliviadas com os seus trabalhos de professor de gramática e de corrector de provas de imprensa.

Esta etapa americana é porém mui intensa no plano literário. Em 1968 publica a sua *Viaxe ao país dos ananos* para combater os emigrantes despolitizados e pouco informados, partidários do franquismo. O livro está dividido em duas partes. Na primeira Gulliver Ferreiro fai umha proclama em contra da emigraçom. Os galegos como Anteo precisamos da terra e devemos ficar nela. Na segunda parte, Ferreiro volve à estética dos livros precedentes. Este livro vai-lhe provocar a Celso Emílio numerosos enfrentamentos pessoais com intelectuais galegos do exílio e também do interior. Na defesa do autor saiu Alonso Montero com um texto que formava parte da segunda ediçom do livro, aparecida em 1970 em El Bardo de Barcelona.

Nessa mesma linha crítica Ferreiro cria o heterónimo de Arístides Silveira, versom satírica de Celso Emílio, nacido em 1936 em Ourense. Silveira figura como autor das *Cantigas de escarnio e maldecir,* poemário publicado também em 1968 e dirigido contra a directiva da Irmande de Caracas.

Em 1969 publica Celso Emílio *Terra de ningures* na colecçom Val de Lemos que dirigia Manuel Maria. Som poemas de carácter popular, com presença de Neruda e Cardenal, assinados em diferentes pontos da geografia americana (Miami, Montevideu, Caracas, Mérida, Ciudad Bolívar, Rio de Janeiro, Buenos Aires, etc.) e em grande medida dedicados a amigos do autor. Os textos rematam por via de regra com coplas em espanhol, e neles Ferreiro descreve cousas dos países que conheceu ao tempo que sente e manifesta umha grande nostalgia pola sua terra.

Desde 1970 a situaçom laboral do poeta melhora ao formar parte do gabinete de imprensa do presidente da República de Venezuela, D. Rafael Caldera. Nesse ano de 1970 publica, em espanhol, os seus *13 poemas iracundos* e em galego o romance de cego *Paco Pixiñas.* Historia dun desleigado contada por il mesmo. Romance de Arístides Silveira cun limiar dos proverbios do

Conde de Vimioso (O vello) e un epílogo de Celso Emílio ferreiro, com música de Isidro B. Maiztegui e debuxos de Isaac Diaz Pardo. Nesta obra, como se sabe extensom do Monólogo do desertor, Paco Pixiñas conta-nos a sua história. Pobre e famento embarca para Venezuela onde depois de um lustro de vida difícil consegue a riqueza à margem da cultura e da política. Ferreiro ridiculiza a posiçom de este labrego que esqueceu falar a sua língua e nom quer saber nada de rebeldias e de protestos.

Em 1972 publica a editora portuguesa Razão Actual a *Autoescolha poética* de Ferreiro com um estudo de Alonso Montero. Nela Celso Emílio segue definindo a sua poesia como engagée, contestatária e beligerante, concebendo-a como um elemento que quer contribuir à transformaçom de umha sociedade com a que está em total controvérsia.

Também em 1972 publica em espanhol *Antipoemas.* Trata-se de um livro escrito originariamente em galego para vir a lume na colecçom Val de Lemos e que resultou ganhador do IV Prémio Internacional de Poesia Álamo celebrado em Salamanca em 1971. No volume II das Obras Completas podemos ler parcialmente este poemário em que Ferreiro insere material publicitário, periodístico e literário para criticar o tecnologismo e o consumismo desumanizadores. Neste ano de 1972 aparece igualmente o seu volume de narrativa breve *A fronteira infinda.* Trata-se de um conjunto de sete relatos de ambiente americano e onde nom faltam actantes galegos para a abordagem de temas fundamentais na vida dos homes daquel continente. Os relatos em questom som O galego Esteban, As raigames no aire, Mi pana bulda, A derradeira noticia de Pánfilo Sobreira, Estrano intermedio, A caza de bruxas, Sangue no rio, O filántropo e O emprego. No volume III das Obras Completas de Ferreiro pode ler-se também o relato intitulado O alcalde. A miséria dos índios, a actuaçom dos caciques, a vida dos emigrantes, as guerras contra os militares, o tribalismo, a questom religiosa, a tortura, o amor som alguns dos aspectos presentes no conjunto. Mi pana bulda, para nós dos melhores, narra a história de amor entre um funcionário de prisons (Candelário) e umha mulher (Lésbia). Esta mantém relaçons sexuais com aquel para libertar, cousa que consegue, a um hóspede da prisom. Estrano intermédio, para nós o melhor, conta as torturas e violências exercidas sobre Queirano Peres Padrón, acusado de comunista por umha mulher de quem tem um filho ilegítimo que nom aceita.

5. *1973-1979*

O 10 de maio de 1973 Celso Emílio volta à Península instalando-se em Madrid como redactor da revista Tribuna Médica. Na capital do Estado dirige a Cátedra de Língua e Literatura Galega do Ateneu madrilenho. As férias passa-as numha casa que tinha adquirido em Vigo. No mesmo ano da sua volta e com o pseudónimo de Alexis Vainacova publica *Os autentes* e *Cimenterio privado.* Neste último poemário o autor, em chave de epitáfio, vai expondo as suas ideias críticas sobre certas personagens: o cacique, o socialmente neutro, o poeta venal, etc.

Em 1975 Celso Emílio publica *Onde o mundo se chama Celanova;* neste poemário volve o autor à poesia intimista de apologia da sua terra natal e da sua infância concebida e escrita evidentemente desde a perspectiva do exílio. Há umha parte do livro que funciona a modo de homenagem a Moraima. Como se sabe, por este livro Ferreiro foi galardoado com o Prémio da Crítica em poesia galega.

Em 1977 Ferreiro publica a traduçom para o espanhol da poesia de Curros e em 1978 *A taberna do galo,* relato onde combina a memória autobiográfica com a imaginaçom e que formava parte de umha narraçom maior, *Memorias de nunca,* em que trabalhava quando morreu em Vigo, o 31 de agosto de 1979.

Já morto o autor publicou-se *O libro dos homenaxes* com poemas dedicados a Pablo Iglésias, Otero Pedrayo, Lutero King, Joám Miró, Carme Conde, Alberti, Lorca, Aleixandre, Neruda, Machado, Rosalia, Castelao, Guevara, etc.

Desde 1975 a editora Akal vem publicando as Obras Completas do nosso autor. Ainda nom se editou o volume IV em que aparecerám poemas, ensaios, cartas, entrevistas e o inédito *Memorias de nunca.*

Como terá observado o leitor, Ferreiro nom escreveu para o teatro. Tem-se declarado negado para essa arte. Mas o grupos de teatro galegos e é ocasiom de lembrá-lo tenhem utilizado textos do nosso autor para os seus espectáculos. Assim o Grupo de Teatro O Facho em *Longa noite de pedra* (1966), Histrión 70 em *Tempo de chorar. Arpexos da door e da saudade (1974) e em S.O.S. do estrelecer,* O Facho também em *Paco Pixiñas* e o Grupo Sarabela em *Poema nuclear.*

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO MONTERO, X. *Celso Emilio Ferreiro,* Ed. Júcar, Madrid, 1982, 2 vol.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, X. M.ª Ediçom comentada de *Longa noite de pedra,* Ed. do Castro, Sada, 1985.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, X. M.ª Limiar à obra de Celso Emílio no volume trilíngüe *Antología* de G. Aresti, S. Espriu e C.E. Ferreiro, Erein, Donostia, 1988.

ANTA ANTA, José. Celso Emilio Ferreiro en su Longa noite de pedra (Memória de licenciatura, 1977).

BORREGUERO, M.ª dos A. Galicia na poesia de Celso Emilio Ferreiro, em Grial, núm. 66, 1979.

BORREGUERO, M.ª dos A. *A poesia de Celso Emilio Ferreiro,* Galáxia, Vigo, 1981.

FREIXANES, V. *Unha ducia de galegos,* Galáxia, Vigo, 1976.

GONZÁLEZ GARCÉS, M. *Poesia gallega de posguerra (1939-1975),* Ed. do Castro, Sada, 1976.

LIÉNARD, Cynthia. *La poesía de Celso Emílio Ferreiro* (Memória de licenciatura, 1977).

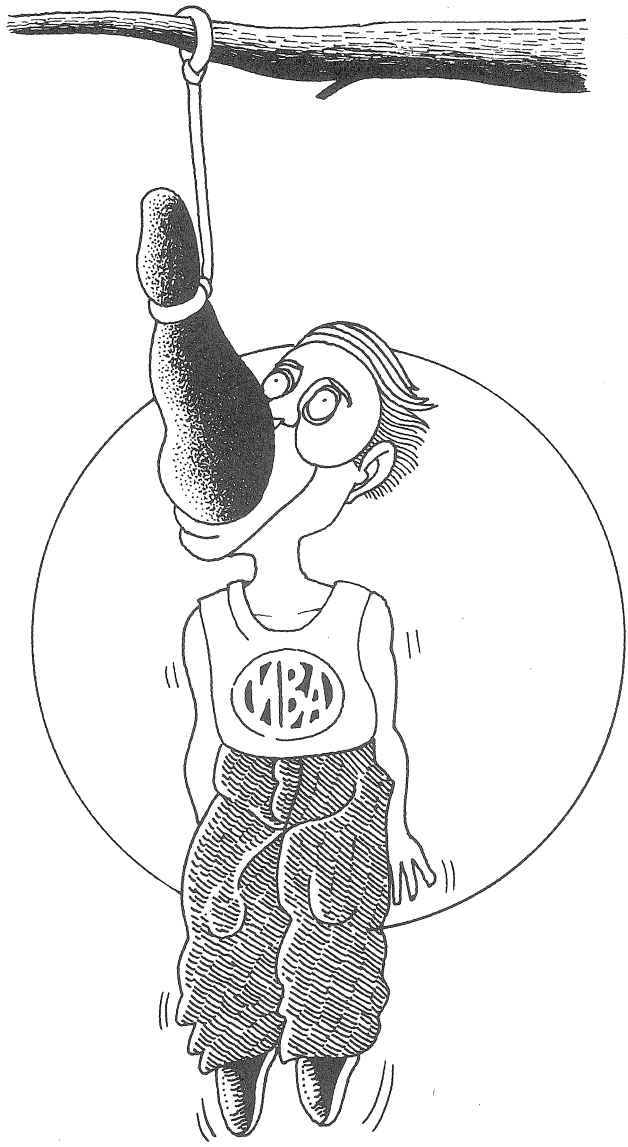
LOSADA, B. FERREIRO, Celso Emilio, na Gran Enciclopedia Gallega, vol. 12, 1980.

MARIA, Manuel. A poesia galega de Celso Emilio Ferreiro, em Grial, núm. 6, 1966.

MÉNDEZ FERRIN, X.M. *De Pondal o Novoneyra,* Ed. Xerais, Vigo, 1984.

PORTEIRO, M.X. e PEROZO, J.A. *Celso Emilio Ferreiro, compañeiro do vento e das estrelas,* Akal, Madrid, 1981.

VÁZQUEZ CUESTA, P. Literatura gallega em *Historia de las literaturas hispánicas no castellanas,* Taurus, Madrid, 1980.


CBA

ANTOLOGIA

A MEIGA DO LERES

Carlos FERREIRO

Um dia encontrei ao meu amigo Paulo Aguia perto da sua casa, junto ao mosteiro de Leres. Poda que no mesmo lugar por onde andavam os Pes. Sarmiento e Feijóo e vendo alá abaixo como o rio Leres caminhava para o mar.

Era um desses amigos que se vem de tempo em tempo, quando a casualidade nos ajunta. Nada mais vê-lo notei que lhe passava algo raro, como se tivesse algumha doença, tinha os olhos afundidos como da cor da farinha do milho miúdo; o cabelo que a última vez que o vira era preto como a noite, agora tinha muitas febras de prata. Eu sabía que gostava muito de sonhar desperto e deixar vogar a imaginaçom, quiçá por influência do seu apelido que el dizía que lhe vinha dos seus antergos, que eram de um povo que chamam Ninho de Aguia, alá em terras de Ourense, perto do Alto do Couso, entre Junqueira de Espadanhedo e Foirobal, deste último som os meus.

Diante de duas cuncas de bom vinho de Alvarinho, fresquinho qual umha noite de geada, que já foram enchidas e valeiradas nom sei quantas vezes, depois de falar-me dos seus trabalhos para organizar um partido político que quería que se chamasse «Irmandade Galega», onde se juntassem e coubessem todos os galegos que quigessem luitar por Galiza, desatou-se- -lhe a língua e contou-me umha estranha história que lhe passara à beira do Leres, o rio de verdejantes águas, a baixar desde o monte de Sam Bieito, na parróquia de Milheirada perto de Forcarei, com as beiras cheias de penedos e moínhos e amostrou-me um mangado de cabelos vermelhos, que a mim, me pareceram como os de muitas rapazas de A Piolha, O Couso, O Castelo...

Aconteceu —começou contando-me o meu amigo— umha tarde de outono, quando as folhas já amarelas escorregam das árvores e caem como folerpas, cobrindo o chao com umha alfombra rengente e mol.

Eu encontrava-me deitado na erva, na mesma beira do rio; naquela mistura de cores formada polas árvores, alguns com as suas folhas já esmorecentes, penduradas como farrapos humanos, que ía desde a verde escura dos loureiros, passando pola gris dos eucalitos, até a amarela dos carvalhos e amieiros, sem esquecer os castinheiros, a branca dos vidueiros e o negrume dos pinheiros. Todos eles reflectiam-se nas águas tranquilas e verdejantes do rio que caminhava, cara ao Atlántico, entre duas beiras cheias de vegetaçom e mistério.

No céu de um azul perfeito, só passava algumha nuve branca, que semelhava um monge da mercê caminhando polos claustros celestes, impelida polo ventinho mareiro.

O silêncio era majestoso, só se escuitava o rumor de água que caía de um pequeno cadoiro que chamam a Cauda do Cavalo, e o canto mais ou menos harmonioso dos páxaros, desde o formoso rechouchio dos sílgaros e verderolos ou dos merlos e reisenhores ao acocorar das pombas e o dessagradável das pegas e dos corvos que, em procura de carne podre, voavam por cima dos eucalitos que pareciam chegar ao céu. Nas pólas mais altas de algum carvalho quase sem folhas, via-se, quedo e imóvel, algum moucho com os olhos parece que despedindo lume.

No rio só as tranquilas águas eram turbadas por algum peixe que saía da água, dava um ou dos brincos e voltava-se a mergulhar como maravilhado de tanta formosura ou por algum martinho peixeiro que voava tam baixo que molhava as asas na água.

Eu, adorminhado, deixava que as horas transcorressem lentas, mentres a minha imaginaçom voava ao tempo dos celtas que adoravam a natureza como a umha deusa, e faziam-lhe sacrificios de sangue à luz branca da lua.

Já na igreja do antigo mosteiro bento de Leres os sinos tocaram a vésperas. A vermelha bola de fogo do sol começava a esconder-se e a claridade a fugir, quando na superfície do rio, perto de onde eu estava, um pequeno tremor da água chamou-me a atençom; crim que sería umha troita ou umha londra, quando de súbito vim sair de entre a água verdejante, umha cousa vermelha, quase no mesmo lugar, onde fai um intre se reflectia o sol. Ao início crim que os meus olhos nom viam bem. O estupor nom me deixava articular palavra, o que saía do mais fundo do rio era umha mulher de cabelos vermelhos como o fogo, que, caindo-lhes polas costas e os ombros, lhe cobriam todo o corpo até mais abaixo dos joenlhos, como umha coroça de palha que os nossos lavregos ponhem para nom se molhar quando chove. Os seus olhos brilhavam como duas estrelas em noite sem lua, eram de um verde que se confundia com a cor da água do rio e pareciam os de umha donzela polo olhar brincadeiro e ledo.

Ante o meu maior estupor, e caminhando por riba da água, achegou-se a mim e falou-me:

—Que fas aí?, Estás agardando-me?

A sua voz era doce e garimosa como a de um anjo; eu, como se perdesse

a fala, nom soubem que respostar e calei; parecía como se na garganta se me pugera umha mao gigante que me afogava.

Já tinha o pé posto na verde erva; era um pé pequeno e jeitoso como umha joia; já lhe distinguía a sua face, de umha formosura turbadora e sublime. Achegou-se mais a mim e sentou-se à minha beira, colheu as minhas maos entre as suas, eram de umha brancura marfilenha, de dedos longos e finos rematados por unhas de nácar. Os seus olhos brilhavam como se tivessem febre, o seu cabelo despedía lume; achegou a sua face á minha, sentim o seu alento ardente na minha boca, os seus lábios juntarom-se com os meus e queimavam como um ferro ardente; fortemente colhidos rolamos pola erva...

Quando voltei em mim, já a lua brilhava com a sua luz pálida e sobrenatural e as estrelas parecía que me chiscavam os seus olhos reluzentes fazendo-me burla.

O silêncio era tenebroso, só rachado polo ouvear a morto, alá longe, de algum cam e o asuviar arrepiante das curuxas. O rio continuava a sua carreira para o mar, e por enriba, com o seu voar quedo, passavam e repassavam os morcegos sem ver a ninguém.

Lembrei-me do que passara e crim que todo fora um sono; mas nom, na minha mao tinha um mangado de cabelos loiros. Lembrei-me da mulher e chamei-na, mais só o eco me respondeu como rindo-se de mim.

Voltei ali muitas vezes agardando vê-la de novo, chamei-na e o mais que me pareceu foi vê-la alá no fundo, sentada sobre de um penedo e fazendo-me senhas de que fosse junto a ela.

Umha manhá topou-no flutuando na água, um pescador e caçador ao mesmo tempo, chamado por mal nome o Filoxera. Grande amigo meu, contou-me que, ainda que tinha muita corrente o rio, el estava imóvel como se umha áncora invisível o tivesse sujeito ao fundo. Tinha os olhos desencaixados e na sua mao esquerda agarrava com força um mangado de cabelos vermelhos como o fogo.

Enterrarom-no no cimitério da Lomba, ali mui perto, e dim, que em noites de lua, tenhem visto baixar desde o campo-santo até o rio umha mulher que parecia resplandecente como se tivesse fogo, e que ao chegar a água mergulhava-se sem fazer ruido. Algumas rapazas das que guardam gando por ali tenhem topado pendurados dos tojos e bandeando ao vento, cabelos vermelhos como o sangue, longos como palha de centeio e cobertos de umha banha que cheirava a peixe.

Claro que o Filoxera, que nom lhe tem medo nem ao demo, di que essas som parvadas de velhas, e segue navegando com a sua gamela nas noites mais escuras, sendo o anjo exterminador das londras e raposos que caem nas suas trampas.

BREVIDADES*

José Ramom RODRIGUES FERNANDES
(Moncho de Fidalgo)

O Manoel Espeteira Gavela é um sujeito estranho. Mora nesta grande cidade sem quase fazer-se notar. Sem estudos específicos nem conhecimentos especiais da vida, nom vai além do que qualquer sujeito da classe trabalhadora. Mas o Gavela tem umha filosofia da vida própria do que poderíamos denominar «autodidacta». Jamais leu nada de Sartre ou Kant nem de Karl Jaspers ou Nietzsche... Contudo, ele sabe muito bem o que significa o «existencialismo» ou qualquer outra etiqueta filosófica. Diariamente toma o Metro em Diogo de Leom e vai até aos Quatro Caminhos estudando cada movimento das diferentes tribos urbanas. Em Novos Ministérios descem os burocratas da administraçom do Estado... Nos meses de calor as empregadas luzem os seus seios baixo transparentes e belos vestidos. Os modistos melhores da Europa transitam polo caminho de ferro subterrâneo acima de tam esquisitos bicos mamarios onde os filhos, legitimos e ilegitimos, da futura classe dominante tomarám o seu primeiro colostro materno.

Mas constata o Gavela que de um tempo para esta parte as joias que estas damas luzem som mais modestas e menos abundantes. Nos longos passadiços da estaçom do Metro de Novos Ministérios talvez lhes dado mais um susto!! É onde caça a presa o novo caçador da urbe desumanizada e insolidária. É outra tribo, outra vestimenta e outros valores polos que se regem estes sujeitos sem trabalho (decerto ainda que se lhes oferecesse nom o aceitariam), sem poder aquisitivo nem posibilidades de encher as apetências provocadas polo constante bombardeio televisivo. Os sujeitos desta tribo ignoram o nome dos grandes desenhadores de moda e as «movidas» modernas e após-moderas impulsadas pola «plebe progre» e governante no poder local.

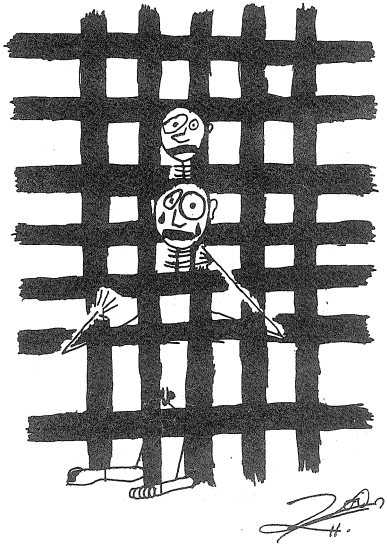
Nom é felix o Gavela; nom compartilha os novos modos de governar, nom compartilha as novas maneiras de criar riqueza só para os que já

(*) Este conto e o seguinte foram redigidos polo seu autor, José Ramom Rodrigues Fernandes, na Ortografia Simplificada do Acordo assinado no Rio de Janeiro em Maio de 1986.

tenhem mais fortuna que a que podem gastar. Nom compreende porque os pobres som cada dia mais pobres com um governo «socialista»? Nom comparte a insofrível frivolidade da televisom do Estado con mil concursos. Nom pode compreender porque uns governantes teoricamente progressistas e de esquerdas tenhem feito do Estado um casino abominável. Nom é feliz; é infinitamente desgraçado o Gavela... Um cidadao que nom é livre nem para se suicidar. Pensa diariamente em dar essa pancada que o liberte de tanta infelicidade, de tanta injustiça, de tanto clientelismo político... Nom compreende porque a mediocridade intelectual se tem apoderado dos subsídios de certos governos «autonómicos»... Lamenta que haja «governos» que só atendem ao sectarismo enquanto há outros, por sorte para esses povos, que mantenhem critérios de equidade e honradez.

O Gavela nom é livre para suicidar-se... Sua mulher ficaria numa situaçom de penalidade económica e seus três filhos passariam-no muito mal. Mas ainda assim, nom pode tirar do seu cérebro esse fatídico pensamento.

Recuperado da crise «suicida» volta a tomar o Metro o nosso personagem. Às seis da manhá aguarda-o, como todos os dias, na estaçom de Diogo de Leom —linha seis— e mais umha vez os mesmos representantes das tribos a bordo. Os privilegiados funcionários, os párias que vam e venhem no comboio —todo o dia— para nom passar frio. Os proletários —som a maioria— que já nom se consideram tais. As amas de casa que carecem de carro próprio... Enfim, os estudantes que já nom se solidarizam com quase nada, salvo com o seu egoismo! E também vai nosso filósofo, triste e abatido caminho de seu trabalho rotineiro e desconsiderado. Serve bebidas num «Burger-King» à nova juventude.



CONVERSAS DO NOSSO EXTERMÍNIO

O Xavier Loureiro Seixas tem um tormento interior que lhe vem roendo as estranhas mais de dez anos. Quase desde que retorna à sua terra umha vez por ano. É agora, que tem trinta e cinco anos... Mas da sua privada nom che vou falar, amigo porque ele é muito reservado nisso. Eu só coincido com ele polo mês do Agosto nos poucos dias que passo na Fonda Vide da Ferraria do Íncio.

Neste Agosto, como em todos os já ditos antes, de novo encontrei-me com o Xavier com sua mulher, a doutora Álvares, e seus filhos. Eles venhem desde Madrid: lá e onde moram. Eu venho de mais perto. No primeiro jantar coincidimos na mesma mesa. Ele estivo a comida inteira a falar do que o nosso país podia ser se tanta mediocridade e tan infamia nom tivessem assentado no escaso poder que o Governo galego e suas instituiçons possuem nesta nossa naçom avassalada. Falou-me na dor de coraçom que experimenta quando olha à gente sempre a falar espanhol com esse sotaque galaico que tam formoso é adornando a língua de Rosalia ou do Camões e que se torna tam impróprio e ridículo quando se usa para musicar o duro idioma da Castela invassora.

—Estou convencido, tristemente seguro de que ao idioma da Galiza só o pode salvar uma mudança radical e profunda de mentalidade nas futuras geraçons; mas, se as cousas continuam polo camino actual, amigo José, nom temos língua nem para noventa anos mais. É dramático, mas é assim.

—Eu quigera crer —dixem entom eu quando ia-mos polos cafés— que isso nom chegará a produzir-se; qué, se a Galiza resistiu quinhentos anos, nom vai agora morrer em noventa...

—Nom por certo: estás totalmente equivocado. Observa o léxico que agora empregam os falantes e o que utilizavam nossos avós. As ondas hertzianas matarom o nosso idioma...

—Mas da TVG que me dizes?

—Vai lá. E que estas de brincadeira? A onde vam eles com essa absurda, incoerente e vulgar norma-patois... Eles empregam «ata» por até, «preto» por *perto...;* entom, como é que é o segundo sinónimo galego de negro! Em espanhol é «prieto», em galego-português é de lei que seja *preto.* Isso arranjaria-se optando por *perto* para indicar «próximo». Que sei eu...! Nom sou linguista, mas olho nesse castrapo deles incoêrencia avondo como para resultar odioso.

—Bom, mas é que sempre ham de governar os actuais políticos? —Erguim entom eu a voz—. Como o nosso povo o nosso povo vai permitir o suicídio colectivo? Não o posso acreditar!

—Pois crê que está próximo. Olha para toda esta gente que cá come; quem é que fala galego? Nós e a conzinheira, e ningúem mais.

Escuitando o Xavier vinha-me à memória o poemario do Pondal quando amostrava a sua dor polas vozes castelhanas polas moças da Corunha. En-

tom, tanto sofrimento de balde? A morte do Alexandre ou o desterro de Castelao forom inúteis? Nom posso acreditar, nom quero crer que tanta ingratidom tenha este povo, que, nesse caso, seria povo cruel e mal nascido, ruim e suicida.

—Bom, se é certo o que tu afirmas, Xavier, o Lebrija e tanto outros «imperiais» estarám a revolverse de alegria nas suas tombas? Por fim lograriam impor o «espirito» da Castela à rebelde Galiza!

—Eles, os espanhois, —quem diz Castelha diz Espanha—, crem que, em morrendo o galego, eles ganham... Triste erro o deles. Se bem estamos a falar da indignidade da maioria deste povo, nom temos que esquecer aos quase cem mil galegos que votam partidos autodeterminacionistas. Desse verdadeiro povo galaico surgirám, quando a agoania seja palpável, legions de homens dispostos a tudo pola sua pátria.

—É que temos que chegar à proximidade do extermínio para que alguém mova umha mam por esta naçom.

—Desgraçadamente. Desgraçadamente os que matarom o Viriato ainda estám vivos! O que é pior, reproduziram-se como coelhos.

RUIVA MULHER DE ESPERANÇA

Alberto SUEIRO (Galiza)

O sol e as abafantes areias do deserto cobriam a sua cintura. Dunas e turbas de enlouquecido vento percorriam a superfície do país. Casas brancas, queimadas, ruas despidas e torradas, portas abertas, moradas sem alma, cans que ladram ao inexistente, doentes na fúria e ímpeto.

O amarelado pó rebulia entre os macilentos prédios, enquanto a luz do sol escoava por entre a levidade das areias. Na infinidade do tempo as gentes dormem. Dorme o povo inteiro. Só a presença dos cans denota vida. As ilusons som agora sonhos. As mentes nom descansam e reproduzem sombras de esperança na procura de pedaços de existência para crer e luitar por algo, libertá-los da incredulidade, do medo.

Chegou. As gentes forom acordando docemente, faces sorridentes, morenas, coiros enxuitos e enrugados, prendas ligeiras, pés descalços, cabelos pretos e riçados, olhos espectantes. Cumplicidade. Multidom de almas cingidas por um mesmo sentimento.

Acalmou o vento, e o sol, fraco, minguava em forças para dar tréguas a aquele histórico instante. As almas impertérritas aguardavam nas bocas das

suas moradias. Surgiu polo fundo das montanhas amarelas abrindo caminho com o seu presto passo, ruiva, o rosto povoado por um mesto mar de pintas, magra, vestida num formoso traje verde, subtil como o reflexo das águas do oásis ao amanhecer.

Entrou pola rua principal da povoaçom, resoluta, as gentes espreitantes. Falou umha língua estranha que ninguém sabia. No entanto conheciam tudo sobre ela, já a sonharam.

Nom demorou a tardinha e as primeiras luzes do sol-pôr começarom a tingir o horizonte. Os manjares estavam servidos e as longas mesas cobertas com os seus mantéis de melhores galas tecidos nas finas teias de cortiça de palmeira. Carne de cabra assada, copiosos condimentos de especiarias, saladas de tenros cardos, confeitadas de dáteis e riquíssimo licor de extracto de flores de laranjeira. O ritual banquete prolongou-se até à meia-noite, as lumieiras lampejando chamas de mil cores na noite estrelada e calma. Rostos risonhos, pandeiros soando ao compasso das flautas, braços entrelaçados abarcando talhes, pés brincadeiros subindo e baixando ao ritmo ardente.

A estrangeira presidia o alegre festim pousada sobre umha mole moreia de coxins de seda, calada, deleitante, olhando fixamente desde o fundo dos seus claros olhos a acompassada e monótona dança do deserto. Os lenços multicores recendiam a gostosos cheiros, às açucenas, às roseiras, a ungüentos

e azeites vegetais. Os dançarinos agitavam-nos, os coros faziam-se e desfaziam-se, os pandeiros repenicavam nos seus coiros, e os estridentes e agudos gritos dos músicos ficavam suspensos no morno ar da noite à luz do lume.

A inocente rapariga assistia alheia à simbologia, desconhecia o significado final daquele prazenteiro festejo. O singular ritual engaiolava o seu ser, turbava-o como um elixir de afrodisíacas propriedades. Subitamente ergueu o seu moço corpo e deixou cair o verdoso manto água de oásis. A sua pele era branca, suave, e as suas cadeiras moviam-se balanceantes e extasiadas sob o febril e indómito ritmo reflectido do ardoroso sol diurno. As dunas redondas dos seus peitos tremiam enredando com a brisa das notas, hirtos e túrgidos de vez, dona do baile, centro de olhadas virginais, púdicas. Púbis exalante de aromas terrenos, mais, subterraneidade, Gea metamorfoseada em deusa viva. Pupilas fitando a beldade materna, pele branca como túnica de sacros homes, gotas de claro café inundando a sua integridade, mata de ruivos e encaracolados abruptando a suavidade da doce pele pintada.

A dança cessou repentinamente e o êstaxe tornou em veloz e grácil carreira costa abaixo na procura das mornas águas cristalinas. O resplandor da lua guiava os seus passos, ágil até o denso vergel, floresta de palmeiras e roseiras, onde a pequena lagoa seduz ao banho espiritual a ruiva donzela. Penetrou nas escuras águas rachando a tona virginal do ventre do deserto, húmido, cálido também, plenitude do acto purificador que envolve o seu corpo.

Despertou entre lenes almofadas e sedas finas. Suspenso no ar cálido um gostoso recendo a incenso. A estáncia ampla, transparente, paredes de duro cristal. Apenas umha frágil escada de corda comunicava com o exterior. Abriu bem os seus grandes olhos para se assegurar daquilo que sonhava. Nom. Ergueu-se do seu leito e adiantou-se até a umha janela fechada. Desistiu. Estava encerrada e nada compreendia. Bateu contra o duro vidro, berrou, mas ali estava na vidrosa torre, no minarete, naquele hermetismo de tabiques de transparência.

Cativa contra vontade isolada num oceano de alfomadas e roupagens de seda, de suculentos manjares servidos por jovens donzelas. Vaporosos cheiros de plantas aromáticas espalhavam-se com a cadência que o vaivém do leque produzia abanado polo fiel eunuco.

Murchava o tempo o seu decurso. Entre etéreos lençóis e sedas, leituras de maravilhosas literaturas e paredes de vidro, transcorria a sua cativa vida. Mercadores de países longínquos, navegadores do alto mar, nómadas que provam novas rotas, gadeiros, gentes aos centos que se achegaram ali e observavam com olhos fascinados aquela beleza incomparável, a princesa-divina guardada em vida que trouxera a seiva, o sangue nutrício a aquele povo condenado à inexistência.

A tristeza foi desterrada para outras paragens, a regiom buliu em novas, chegarom milhares de pessoas que desejavam ver a divindade, a deusa viva. Achegavam-se às multitudes ao pé da torre de vidro e ficavam extasiadas, enleadas dos seus encantos, estáticas horas inteiras até que o entardecer as devolvia à realidade. O país mudou numha peregrinaçom constante. Vinham

homes e mulheres de toda a parte e condiçom, ricos e pobres, mercadores e infelizes escravos tentando achar um pedaço de felicidade para retê-lo na sua memória até a eternidade. À beira dos caminhos animosos viageiros contavam a sua história em cantos e romances como sortilégios que prendiam os caminhantes.

As jornadas decorriam lentamente compactadas em horas de calor, afogo incessante, raios de sol que inutilmente o leque e a água combatiam. Monotonia na estáncia. Melopeias das raparigas que desgranam em vozes harmoniosos acordes de violas, mentres a moça deidade escuita, e embelezada esquece o tempo perdido. A jovem tece madeixas num ábaco de tempo que os seus captores pretendem alongar, que escorrega manso, pinga a pinga, desfiando-se em segundos de frescura, de mocidade.

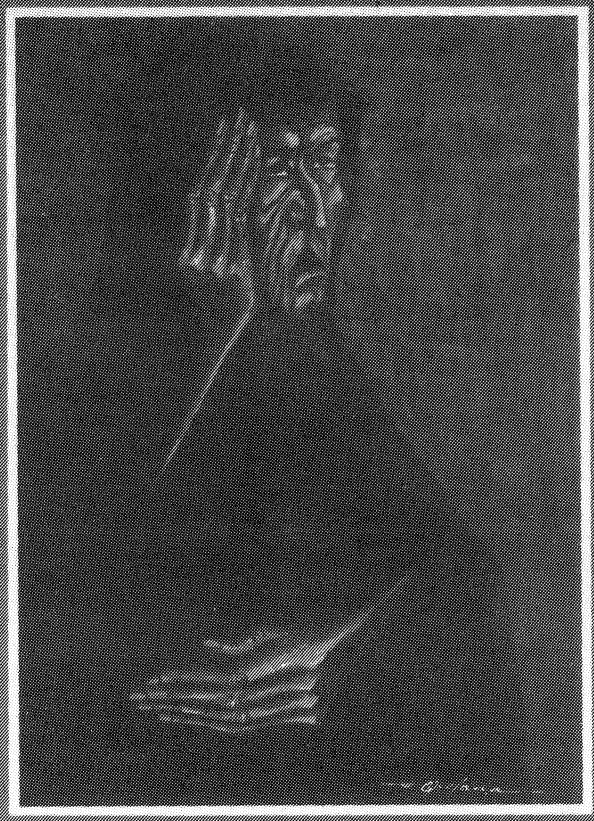
A ruiva esperança emagrece devagar, a velhice prematura nasce dos elixires, das poçons suministradas. A eterna juventude muda em breve. Os túrgidos peitos tornam-se flácidas peles, a tersa cute enruga-se em seca uva passa, o suave e doce ventre transforma-se num áspero e proeminente bandulho. Só ficam intactas as lindas pintas e o ruivo cabelo, apenas umha sombra da rapariga que conheceram.

As vagas de areia começam a varrer a povoaçom. Nuvens de poeira amarela e de tristeza envolvem o lugar. Silêncio. Somente os cans ouveiam e ladram na solidom e tempestade do deserto, frenéticos, loucos com o ar abafante que transporta as diminutas areias que golpeiam os seus corpos. As moradas pretas, mudas, dormidas.

Esvaecerom-se os comerciantes, os navegadores, os ricos, os pobres, os gadeiros, os escravos. Tudo. Erecta no meio da praça umha torre de cristal, quatro paredes e umha janela. umha ruiva e velha mulher nos seus estertores. Nom há jovens donzelas nem eunuco, solitária, esquecida das cantoras de melopeias que a embelezavam, dos seus elixires, feita um novelo nos seus cobertores, nas sedas finas. Entrementres já lembra, um caminho no deserto, umha linda e ruiva jovem, umha dunas, umha povoaçom. As ruas vazias, o chao varrido polo enfadado vento, as casas brancas por fora e mouras por dentro que assemelham caveiras. E a morte.

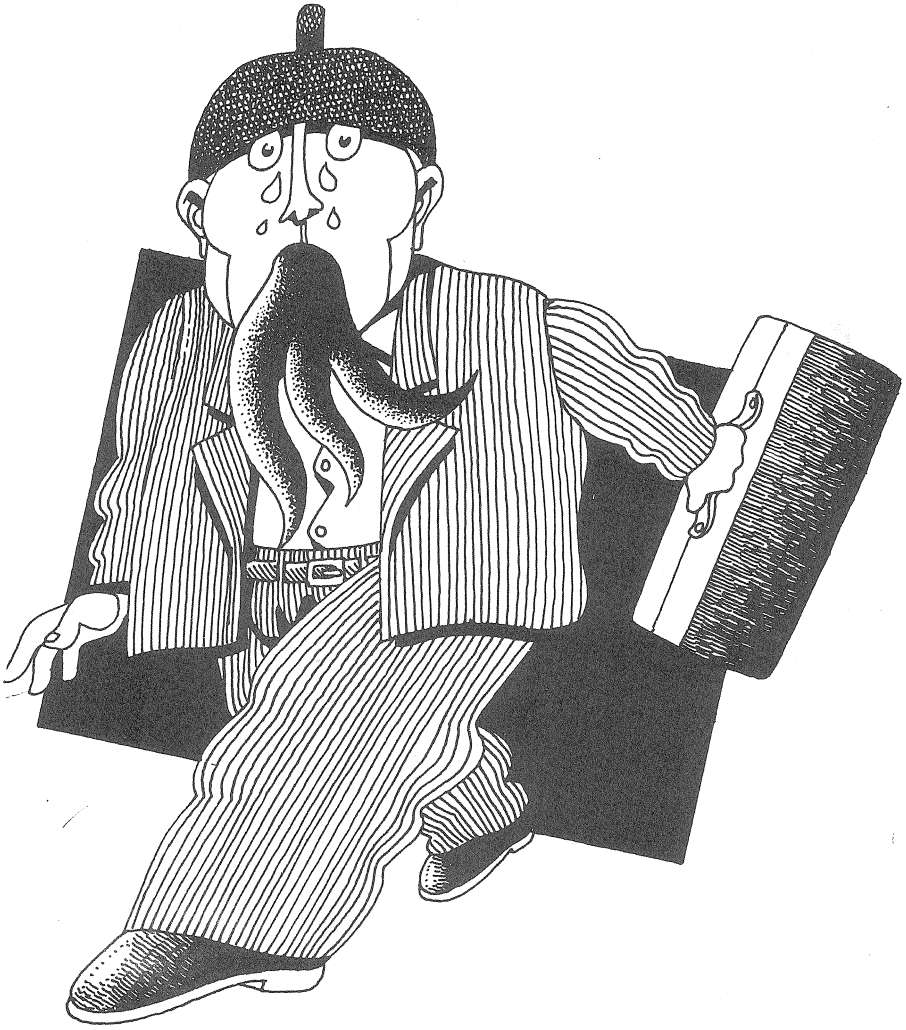
E o povo que um dia chegou a existir já nom existe, a ruiva esperança tampouco existe. Tudo com ela começou e findou.

A vida escura



Jenaro Marinhas del Valle

Ilustracións Carlos Casares



DOCUMENTAÇOM INFORMAÇOM

MAIS SOBRE DISCRIMINAÇONS
«por razón de la lengua» *(vide* EAG, *art. 5.º.4)*

O CASO DO PROF. LÓPEZ SUEVOS

No núm. 9 (Primavera de 1987) de AGÁLIA já tivemos de ocupar-nos, tristemente, da discriminaçom padecida polo Prof. López Suevos no concurso-oposiçom à Cátedra de Economia Aplicada da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Compostela.

O caso, desgraçadamente ainda continua; a proclamada nom discriminaçom cívica pola circunstáncia *língua* tanto na Declaraçom Universal dos Direitos do Homem, quanto nas Leis Fundamentais do Estado espanhol parece ser só simples e mera proclamaçom. Por isto o Conselho da Associaçom Galega da Língua viu-se na precisom de emitir mais um comunicado, com data 30 de Setembro de 1988, que, por certo, nom foi recolhido e nem sequer citado por nengum meio de comunicaçom a que se enviara (sigam também proclamando isso da liberdade de expressom...!):

Texto do comunicado

No mês de Abril de 1987, a «Associaçom Galega da Língua» já denunciou a discriminaçom lingüística manifesta na concessom de umha Cátedra de Estructura Económica da Universidade Galega e nomeadamente a atitude inaceitável a respeito da nossa língua de dous dos cinco membros do Júri, os professores Yabart Sterling e Fernández Díaz.

Nesta ocasiom, a AGAL tem conhecimento polos meios de comunicaçom que este concurso foi anulado polas arbitrariedades cometidas por parte do Júri e que o senhor Reitor, cedendo às pressons dos seus membros traslada a Madrid *a celebraçom deste concurso-oposiçom.*

Ante este feito, a AGAL tem que denunciar a agressom e prejuízo que se comete com um dos concursantes, o professor López Suevos, que exerce a sua docência e publica os seus trabalhos de investigaçom no idioma nacional da Galiza, enquanto se beneficia ao outro candidato, que ocupava e ocupa um posto político executivo em Madrid.

O traslado da Comissom fora do País Galego vai descontextualizar a praxe lingüística e a categoría científica da obra de um dos opositores, constituindo por isto um grave insulto e ofensa contra os direitos lingüísticos dos galegos. Por todo isto, a AGAL solicita da Reitoria da Universidade que revoque esta decisom e desatenda assi as pretensons de um Júri que, por certo, já tem dado abundantes provas de arbitrariedade e de desprezo polo idioma dos galegos.

Com efeito, o Prof. López Suevos, que apresentara recurso perante as autoridades académicas nom apenas contra a decisom da Comissom, mas antes de mais nada contra a composiçom da própria Comissom, nom conseguiu que se lhe figesse justiça, tanto a ele quanto à Comunidade Lingüística de que faz parte, com o afastamento da Prof.ª Yabart, confessa de ignorância do idioma galego, e com o estabelecimento administrativo de umhas condiçons mínimas de tratamento equitativo. A professora antedita, além de insistir por si e por outros, na legitimidade do seu nomeamento e exercício «imparcial» no Júri, declarava-se «amadora» e admiradora da língua galega (e na Galiza nengum dos «bempensantes» elevou nengum protesto pola burla e «cachondeo» da língua também oficial na Universidade de Compostela, antes a equipa reitoral parece *consentir* desvergonhentamente...).

Por outra parte, na «procura de imparcialidade» o Reitor trasladou unilateralmente a celebraçom das provas à capital do Reino, a Madrid. Ou tentou trasladá-la, porque ainda nom se pudo verificar. Houvo protestos desde instáncias e pessoas bem diversas, já que a «manobra» patenteava *descaradamente* a parcialidade do reitorado, controlado polo partido governante em Madrid, a favor do candidato desse mesmo partido, Sr. Pérez Touriño. Este, que, além de nom exercer hoje a docência, é subsecretário no Ministério de Transportes e Comunicaçons da Administraçom do Estado, permitiu-se desmentir «a existência de tráfico de influências neste concurso» e até assegurar «que a composiçom do Tribunal nom tem nada a ver com o seu cargo público»; inclusivamente aventurava «que nom o beneficia a presença de Ana Yabart já que nom pode aceitar que se deixe de emitir um juízo sobre o trabalho dum dos opositores porque esteja escrito em galego». E mesmo humildemente confessava que «o seu cargo público o limitava à hora de defender a sua posiçom, razom esta pola que mantivo silêncio até agora e que, se se decidia a fazer declaraçons, foi para que ninguém pensasse que carece de argumentos». Assim apareceu na imprensa do dia 1 de Novembro, Dia de Todos os Santos, como é sabido.

Por mor de sermos imparciais, simplesmente reproduzimos alguns dos textos jornalísticos aparecidos sobre o tema (estám tomados de diferentes jornais dos dias que se indicam):

23 de Setembro:

La Voz de Galicia, viernes, 23 de septiembre de 1988 GALICIA 23

UNIVERSIDAD

Según el investigador catalán y técnico del proyecto, César Coll

La reforma educativa no superará todo lo que ahora está mal, aunque lo transforme

Santiago (Redacción, por Concha Pino). «No hay que caer en el error de pensar que la reforma de las Enseñanzas Medias va a superar todo lo que ahora está mal, pero vale la pena intentarlo». César Coll, catedrático de Psicología de la Educación en la Universidad central de Barcelona y miembro de un grupo de investigación implicado en la parte técnica que prepara la reforma educativa, se mostraba en las declaraciones ofrecidas ayer a este diario tremendamente realista frente a lo que considera una necesidad «independientemente de que no sea la solución definitiva, porque será un proceso lento y renovador que exigirá la adecuación de todos, desde los profesores a los centros».

El catedrático e investigador catalán participa estos días en Compostela en las jornadas sobre Filosofía de la reforma que organizan la Facultad de Filosofía y la Conselleria de Educación, con el fin de discutir las características globales de los cambios educativos que se producirán, de manera especial, con relación a la Filosofía. La intervención de Cesar Coll se inscribió en el marco global de la primera jornada, con una conferencia sobre el proyecto de la reforma.

La filosofía de la reforma de las Enseñanzas Medias se reduce, de manera muy concreta y esencial para Coll, en tres principios. El primero de ellos es el de la comprensividad de los contenidos educativos y, para que esto funcione, los más avanzados. «Creo que nuestro sistema educativo no es tan malo ni los otros son tan buenos. El problema no es ese, sino que radica en plantearse la situación en relación al marco de uno mismo». Asegura que si bien nuestros problemas son muy gordos, «puedo decir que los de los otros países europeos también lo son. No tiene sentido resolverlos en ningún caso a partir de compararlos y buscar modelos. El reto está en resolverlos tal y como se plantean aquí, en nuestra realidad concreta».

Modelos revolucionarios

Por el mismo motivo, no cree en la revolución de los modelos educativos «porque se cambian también los contenidos. Cada materia tiene manera inevitable, surgirán otras distintas. Son medidas lentas, pero dirigidas a mejorar la calidad de la enseñanza obligatoria hasta los 16 años».

Coll reconoce la puesta al día del profesorado, su adecuación, como un paso igualmente inevitable y a medio-largo plazo: «todos tenemos que ir construyendo el nuevo sistema poco a poco, porque aparte de poner en marcha un proceso renovador y transformador, significa toda una movilización y una concienciación que necesita tiempo».

Frente a otras opiniones expuestas en Compostela en los últimos días en el sentido de que las innovaciones educativas no son bien aceptadas por parte de los poderes pú-

Los miembros del tribunal tenían problemas para viajar a Santiago

El rector alega «razones aceptables» para celebrar en Madrid el concurso de la cátedra de Economía Aplicada

Santiago (Redacción). La decisión de trasladar a Madrid la celebración del concurso para la cátedra de Economía Aplicada, a la que concurren los profesores López Suevos y Pérez Touriño, y que fue impugnado en su día por el primero de ellos, obedece a una serie de circunstancias que, según el rector de la Universidad, «non atentan contra a autonomía universitaria nen se trata dun feito escepcional». Las declaraciones de Carlos Pajares, tras las críticas del colectivo universitario Asduga y sus protestas por el traslado del concurso-oposición, se remiten a un proceso iniciado tras la impugnación, que ya rebasa los plazos establecidos legalmente «e que levaba camiño de dilatarse máis si non se determinaba unha data para a súa celebración inmediata».

La comisión de reclamaciones, según Pajares, «retrotouxo as actuacións do tribunal, polo que se deben repetir os dous exercicios do concurso. Esto siñifica que ten que ser o mesmo tribunal o que as xuzgue». Desde que se produjo esta decisión, los acontecimientos derivaron en una di-

del tribunal están en Madrid y alegaban sucesivamente los inconvenientes que les suponía el ponerse de acuerdo para venir a Santiago, relata el rector que el actual presidente le planteó la conveniencia de convocar el concurso en Madrid para no alargar más un proceso que ya rebasaba los plazos legales.

«O único de que se me pode culpar —puntualiza el rector— é de terlle otorgado o permiso, pero concedino porque as razóns alegadas polo presidente parecéronme aceptables». Añade a esto que su actitud es la de «seguir mantendo unha neutralidade no desenrolo deste concurso. O que me interesa é que a comisión me diga quen é o mellor e, dende logo, eu non vou influir para nada na súa decisión».

Dado que son los mismos miembros en el tribunal y que el problema surgió al negarse la doctora Yabar Sterling a considerar los trabajos de López Suevos escritos en gallego, Carlos Pajares asegura que no cree posible que se vuelva a producir una situación idéntica: «Non o admitiría si así sucede-

30 de Setembro:

El decanato de Filosofía exige la revocación del traslado a Madrid del concurso de la cátedra Suevos-Touriño

Santiago (Redacción). El equipo decanal de la Facultad de Filosofía y Ciencias de la Educación con el decano, Xosé Luis Barreiro Barreiro, a la cabeza, exige al rector la revocación de su decisión de trasladar a Madrid la celebración del concurso para la cátedra de Economía Aplicada a la que concurren los profesores López Suevos y Pérez Touriño.

Los términos de la carta son duros y explícitos a la hora de enumerar las razones de su

6 de Outubro:

Los miembros del tribunal se niegan a viajar a Santiago por los «insultos y amenazas» que recibieron antes de conocerse el informe de las pruebas

El rector afirma que, en las mismas circunstancias, volvería a convocar en Madrid la oposición a la cátedra de Economía

Santiago (Redacción). La cuestión del incremento de los presupuestos y la polémica de la cátedra de Economía Aplicada motivaron la convocatoria de una conferencia de prensa en la que el rector explicó ayer las posturas que mantiene al respecto, afirmando sobre la decisión de convocar el concurso de dicha cátedra en Madrid que «volvería a face-lo mesmo en idénticas circunstancias». La ordenación del tráfico en el campus y la adopción de medidas para averiguar las razones de las anacrónicas notas obtenidas en algunos centros por los estudiantes completaron la exposición ante los medios de comunicación de lo que constituyó el informe que Pajares ofreció poco antes a los miembros de la junta de gobierno.

La ratificación de lo adelantado en el discurso de inauguración del curso, en el sentido

tor repitió lo que ya declaraba a este diario días pasados. Fue más explícito a la hora de argu-

implantación de la ORA en Santiago, en base a que la zona conocida como la Residencia

12 de Outubro:

No desvela qué decisión adoptará si es desautorizado en el caso de la cátedra de Economía Aplicada

Carlos Pajares anuncia que el claustro será convocado para antes del día 21

Santiago (Redacción). En la reunión que celebrará a finales de esta misma semana la mesa del claustro se decidirá la fecha de celebración de la sesión del máximo órgano universitario, lo que se producirá con seguridad antes del día 21, según declaró el rector en la mañana de ayer, al término del acto de toma de posesión del nuevo vicerrector, en el que estuvieron presentes un gran número de profesores con cargos universitarios cuyas firmas apoyaron la petición de convocatoria del claustro. Carlos Pajares, que no quiso pronunciarse sobre la decisión que adoptaría en el caso de que la mayoría del claustro votase a favor de que revoque su acuerdo de celebrar en Madrid el concurso para la cátedra de Economía Aplicada, afirmó que, de cualquier manera, «o claustro é competente para tomar unha decisión. Outra cousa é a actitude que vou tomar e si ten execución ou non. Falará o claustro, pero eu, por propia iniciativa, non vou revocar nada. Por outra parte, os firmantes que avalan a convocatoria do claustro únicamente piden a 'discusión, e no seu caso revocación, da decisión', polo que ainda está por ver qué se vota».

Para el rector, tampoco está claro que la totalidad de los que firman la petición de convocar el claustro vayan a votar en contra de su decisión: «A mayoría deles están de acordo, que podrían introducirse más puntos que el de la discusión de la polémica convocatoria del concurso para la cátedra a la que optan los profesores López Suevos y Pérez Touriño.

rector del Departamento de Economía Aplicada, profesor Beiras, entregó con fecha de registro el mismo día de la pruebas, y que motivaron un contencioso al acuzar este pro-

25 de Outubro:

Acusan a Pajares de actuaciones irregulares y antidemocráticas

Aunque el rector anuló el concurso Económicas pide su dimisión

■ J.L. / Santiago

Pese a que el rector, Carlos Pajares, decidió a última hora de la mañana de ayer "suspender cautelarmente" la oposición que iba a celebrarse hoy en Madrid para cubrir la vacante en la cátedra de Economía Aplicada, la junta de la Facultad correspondiente decidió pedir su dimisión "para salvaguardar a dignidade da Universidade galega, da súa autonomía e do seu funcionamento democrático".

La causa directa de la suspensión de la convocatoria está en el recurso que uno de los aspirantes a la cátedra, el nacionalista Ramón López-Suevos Fernández, presentó a primera hora de la mañana de ayer en el registro del rectorado. En el es-

actuaciones posteriores, así como la retroacción de las mismas a la fase inmediatamente anterior a la del sorteo de los

1 de Novembro:

Nas súas primeiras declaracións, o opositor desminte o de tráfico de influencias

Touriño asegura que o conflicto en torno ó concurso de Economía é político

■ DdG / Santiago

A oposición para cubrir-la cátedra de Economía Aplicada na Universidade de Santiago estase a convertir nunha "trincheira de enfrentamentos políticos e ideolóxicos que nada teñen que ver co concurso", en opinión dun dos aspirantes á praza, Emilio Pérez Touriño. O profesor e subsecretario do

Ministerio de Transportes fixo onte por primeira vez manifestacións públicas sobre o conflicto xenerado polo traslado da oposición a Madrid, precisamente cando as probas están cautelarmente suspendidas pola presunta irregularidade na pertenencia ó tribunal xulgador da profesora Ana Yabart, que apoiara a Touriño na anterior convocatoria.

Emilio Pérez Touriño desmentiu a existencia de tráfico de influencias neste concurso e asegurou que a composición do tribunal non ten nada que ver co seu cargo público, xa que dous dos membros son nomeados polo director do departamento, neste caso o nacionalista Xosé Manuel Beiras, e os outros tres sorteanse entre tódolos catedráticos de España. "Estas protestas demostran o sentido patrimonial da vida universitaria, onde as creencias ideolóxicas son as únicas que pesan", declarou. O seu xuicio, ainda que non fose subsecretario de Transportes habería oposición cara a él porque non comparte a ideoloxía do departamento. Dixo tamén que a presencia no tribunal de Ana Yabart, que o apoiou nas probas de abril do 87, posteriormente anuladas, non lle beneficia, xa que non pode aceptar que se deixe de emitir un xuicio sobre o traballo dun dos opositores porque esté escrito en galego.

Pérez Touriño xustificou o seu silencio durante todo este tempo alegando que o seu cargo público no Goberno limitabao á hora de defende-la súa posición en torno ó conflicto e declarou que si finalmente se decidira a falar foi para que ninguén pensara que carece de argumentos. Manifestou o seu apoio á decisión da comisión examinadora sobre o lugar de celebración da oposición, ainda que amosou a súa preferencia pola Universidade de Santiago. "Se os membros do tribunal non se sinten en condicións mínimas de tranquilidade e normalidade académica para emitir un xuicio e valorar a uns candidatos, son eles os que teñen que pedir e plantexar o sitio de celebración".

Touriño asegurou que na primeira convocatoria do concurso foi testigo das "ameazas, coaccións, temores e feitos violentos" que alí tiveron lugar e dixo que nestes momentos o que menos parece importar e a valoración das traxectorias investigadoras e docentes dos dous opositores. "Estase entrando nun xogo que fai olvida-la esencia da oposición en favor dun enfrentamento alleo á Universidade", declarou.

Para Pérez Touriño a oposición simplificouse a unha batalla entre os defensores dun candidato galego contra outro que ven de fora e neste sesso aclarou que él forma parte da Universidade compostelana desde o ano 1968, que foi profesor desde o 73 e que tivo adicación exclusiva ata o 85, ano en que marchou con excedencia especial a Madrid, polo que, ó seu xuicio, carecen de base as acusacións de que traicionou ós principios que él mesmo defendera desde a coordenadora de PNNs, cando militaba no

24 de Novembro:

La penúltima batalla de la oposición al rector

Santiago (Por Federico Cocho). A cinco días de que el Claustro ordinario examine el informe anual del rector, todos los indicios hacen pensar que el cierre de filas de los profesores del grupo «Renovación», sobre el que se apoya el equipo de gobierno de la Universidad de Santiago, evitará la caída de Carlos Pajares. El *error Pajares* en el caso de la cátedra de Economía Aplicada desencadenó este verano las protestas de un amplio sector de la comunidad universitaria gallega, incluso en el seno de su propio grupo, parte del cual propició la derrota que el rector sufrió en el Claustro del 18 de octubre. Ahora, mientras algunos sectores sindicales (CXTG, ASDUGA y CSIF) y estudiantiles (CAF), así como la mayoría de los representantes del personal administrativo y de servicios, insisten en que el rector debe pagar sus culpas y dimitir por haber incumplido los acuerdos del Claustro, las *bases* del equipo rectoral (con amplia presencia en la órbita socialista y comunista, CC OO y UGT) intentan aislar la polémica actual del conjunto de la gestión desde 1984. Con este informe se abre hoy el primero de una serie de trabajos sobre la situación actual de la Universidad.

La oposición a Pajares duda estos días sobre la postura definitiva que adoptará ante el la reunión ordinaria del Claustro, máximo órgano representativo de la comunidad universitaria, el próximo día 26. El rector re-

Claustro».

El descontento de un importante sector de los estudiantes, representados por los Comités Abertos de Facultade (CAF) viene de más atrás. Para Xosé Manuel Munín, estudiante de 5º

Este dia, na mesma página que acima reproduzimos parcialmente, dizia-se sob o título *El «error Pajares»,* num «suelto» que traduzimos:

O reitor insiste em que fijo o que devia fazer, mas admite agora que cometeu um erro político. «O Claustro me dixo que me equivoquei. Doeu-me, mas aceitei e o reitor tem de saber 'encaixar' as cousas».

O conflito da Cátedra de Economía Aplicada da Faculdade de Económicas, a que concorriam os professores Pérez Touriño (PSOE), actual subsecretário do Ministério de Transportes, e López Suevos (próximo ao Bloco Nacionalista Galego), se suscitou em Abril de 1987. A Prof.ª Yabar, parlamentária liberal (do CDS) e membro do Tribunal, nom avalia a obra de López Suevos por estar escrita em galego. A tensom originada por esta decisom obriga a suspender o concurso e o reitor acede a trasladar a oposiçom a Madrid «para evitar coacçons ao tribunal em Santiago».

Esta decisom acende a polémica e o Claustro, integrado por quinhentos (500) representantes da Universidade, reprova o reitor e insta-o a que revoque aquela decisom. Pajares, o reitor, declara que nom é competente para o fazer e chega a celebrar-se em Madrid a apresentaçom de documentaçom, mas o decanato de Económicas da Universidade Complutense proíbe que se celebre a prova nas suas aulas. O reitor suspende cautelarmente o concurso. ASDUGA (aliança eleitoral representada no Claustro) solicita do Prof. Meilán Gil, catedrático de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade compostelana, um relatório, rebatido por Pajares, em que se indica que o reitor si pudo revocar a autorizaçom para trasladar o concurso a Madrid. *(LVG).*

A verdade é que a oposiçom tivo de suspender-se porque também está *sub iudice* a actuaçom da equipa reitoral e dos membros do tribunal; apesar de tudo, nem o reitor demite, nem a sua equipa, salvo umha vice-reitora, demite nem tenta solucionar a discriminaçom inferida a um cidadao de um Estado que se diz democrático; nem os membros do tribunal se questionam a procedência do seu role: no entanto, a Constituiçom espanhola diz que «todos somos iguales ante la Ley» e o Estatuto de Autonomia de Galiza, que «nadie será discriminado por razón de la lengua.

O CASO DO PROF. RODRÍGUEZ SÁNCHEZ

Entrementres, por essas mesmas datas, o Prof. Francisco Rodríguez, conhecido intelectual e dirigente do Bloco Nacionalista Galego, sofria outra grave discriminaçom. Aspirava a umha praça de Literatura Galego-Portuguesa, adscrita ao Departamento de Filologia Galega, de que faz parte um já catedrático, secretário do ILG, o também director deste instituto e quase todos os seus integrantes. O Prof. Rodríguez viu-se na precisom de recorrer a decisom da Comissom Qualificadora por entender que outougar a praça à esposa de aquele catedrático e secretário (e nom estritamente por estes motivos) fora nom conforme com o Direito. Basta com repassar as notícias sobre o caso publicadas pola imprensa aqueles dias.

O «caso» é que a professora-esposa, antes que a Comissom Avaliadora se reunisse, já aparecia como titular da praça para o curso 1988-89. Cousas da «política democrática» reinante em Espanha...

24 de Setembro:

Unha comisión otorga a plaza de literatura galega antes do fallo do concurso

■ DdG / Santiago

O profesor Francisco Rodriguez ven de presentar recurso contra a resolución da comisión xulgadora do concurso público para dota-la praza número 1.048 de literatura galego-portuguesa para quinto curso na Facultade de Filoloxía. Francisco Rodriguez Sánchez sostén que a praza foi irregularmente adxudicada alomenos oito días antes de que a comisión se pronunciara, por canto nos tabuleiros universitarios aparecía o nome da profesorea Rios Panisse como adxudicataria da devandita praza. O feito tamén foi denunciado polo Agrupamento Sindical Docente para unha Universidade Galega que anunciou que se reservaba o uso de accións legais nos órganos docentes.

Francisco Rodriguez indicou que además das irregularidades detectadas por unha universitaria membro da comisión, acontece que a plaza en cuestión, a cubrir de modo interino, sacaráse a concurso no plazo de ano e medio, cunha avantaxe desigual para quen dende agora ostente o posto.

"Antes de que a comisión avaliadora se reunira os días 14 e 20 —explicó— xa figuraba Rios Panisse, dona de Antón Santamarina, exposta como profesora, con horario e todo. Pero agora ca impugnación, vai chegar o día tres e os alumnos non terán profesora porque o rectorado non a pode nomear sin resolver antes o recurso. É conste que non protesto porque lle derán a praza a outro señón porque o procedimento é impresentable".

A comisión a formaban Ramón Lorenzo, Ramón Villares, Dario Villanueva, Rosario Alvarez e Anxo Tarrío, entre outros, pero moitos deles enviaron sustitutos "sospeitando o que se lles viría enriba". A representante do alumnado conseguiu que a comisión celebrara tres xuntanzas das cais non se fixo pública ningunha acta, polo que aquela negouse a firmar un documento no que somentes se facía constar a calificación.

7 de Outubro:

Apela ante el rectorado por una plaza de profesor de literatura gallega

■ DdG / Santiago

El profesor Francisco Rodriguez presentó ayer ante el vicerrector de profesorado un recurso de apelación contra la decisión de adjudicar la plaza de titular de literatura galega a la profesora Ríos Panisse, por entender que la comisión evaluadora violó los preceptos legales establecidos para la selección del profesorado.

Rodriguez Sánchez, que ya había recurrido ante la propia comisión, de la que obtuvo una respuesta "no razonada", alude al hecho de que uno de sus miembros no llegó a firmar las actas y a que no se le facilitó el contenido de las mismas.

En el recurso asegura que su "contrincante" recibió puntuaciones especialmente "xenerosas, discriminatórias e inxustificadas" y a que, sin conocerse la decisión de la comisión ya figuraba en los tablones de anuncios como propietaria de la plaza, asunto que fue denunciado al decanato "ao considerar que se violaba o principio de igualdade de oportunidades, pois se estaba prexulgando quen sería o adxudicatario da plaza".

Por lo que se refiere a la valoración de méritos, Francisco Rodríguez asegura que no se le tuvieron en cuenta sus 21 años de docente en literatura gallega, en régimen exclusivo, al calificárselo con un cero, "mentres se lle concedeu a máxima calificación a unha candidata que non tivo sempre esta exclusividade". En investigación, el recurrente denuncia el tratamiento recibido como de "auténtico agrávio comparativo" y hace referencia a sus 19 volumenes, entre libros y monografías, editados en Galaxia, Istmo, Grial, A Nosa Terra, Xiobral y en la propia Universidad.

Sobre el particular expresa su sorpresa de que sus trabajos analíticos sobre Curros y Rosalía se valoraran en 6 puntos frente a los 5 de la profesora Rios Panisse "que cáseque nada ten que aportar no relacionado coa asignatura".

23 de Novembro:

Francisco Rodríguez eleva al rector su reclamación sobre la plaza de literatura

■ DdG / Santiago

El profesor Francisco Rodríguez Sánchez dirigió ayer una instancia al rector de la Universidad, Carlos Pajares, para que tome las medidas oportunas conducentes a que se reuna la comisión de apelaciones del concurso de la plaza de literatura gallega en la Facultade de Filología. El profesor, uno de los que concursó a la referida plaza, reclama, asimismo que "se esixan responsabilidades polo trato discriminatorio", a los que impidieron el estudio de la reclamación presentada por él mismo.

Rodríguez Sánchez había recurrido el pasado 21 de setiembre contra el dictamen de la primera comisión y, en segunda instancia, ante la comisión de apelaciones. De esta última no recibió contestación alguna mes y medio después de haberla formulado. A pesar de ello señala que la comisión se reunió este mismo mes, para resolver las reclamaciones presentadas en relación con la provisión de plazas de profesorado contratado o interino, y añade que desconoce cuáles fueron los resultados en cuanto a su reclamación. Manifiesta, asimismo, ser conocedor de que se estudiaron seis reclamaciones pero no la suya.

A juicio del recurrente, este comportamiento conculca gravemente los principios de igualdad de oportunidades, le perjudica 'notoriamente', y dificulta sus actuaciones administrativas, "por cuanto están en posesión dese Reitorado —agrega— documentos orixinais imprescindibles".

Francisco Rodríguez inició sus accciones al sentirse discriminado en la puntuación de su curriculum, frente a la profesora Ríos Panisse.

El referido profesor alegó que tras 21 años de dedicación exclusiva a la literatura gallega resultaba 'paradóxico' que se lo valoraran con cero puntos, mientras se le concedía la máxima puntuación a la otra candidata "que non tivo sempre esta exlcusividade".

SOLIDARIEDADE COM O PROF. ALONSO NOZEDA

Em números anteriores de AGÁLIA démos conta das irregularidades administrativas cometidas contra o Prof. Alonso Nozeda. Organizaçons sindicais e outras entidades, também informadas do «caso», tiveram a bem emitir um comunicado que, redigido nos denominados *mínimos,* foi assinado pola Federaçom do Ensino de *Comisiones Obreras,* pola FETE da *Unión General de Trabajadores,* pola UTEG da *Intersindical Nacional de Trabalhadores Galegos* e pola *CXTG-IN* («Confederación Xeral de Trabalhadores Galegos-Intersindical Nacional»), polo SGATE, *(Sindicato Galego de Trabalhadores do Ensino),* a que aderiram a MNL («Mesa pola Normalización Lingüística») e ERGA *(Estudantes Revolucionários Galegos).*

O texto do comunicado era o seguinte, já na escrita galego-portuguesa:

As organizaçons abaixo assinantes, ante o feito acontecido o passado dia 21 de Março de 1988, às 11,30 horas, no Colégio Público de E.G.B., «Torre Ilha de Arousa» (Ponte-Vedra), no que a inspectora técnica de E.G.B., D.ª Paz Lamela Vilariño se apresentou na aula quando se encontrava impartindo galego o professor de E.G.B. de dito centro D. Mário Alonso Nozeda, sem prévio aviso,

querem fazer as consideraçons a seguir:

1.ª É totalmente denunciável a forma em que a inspectora se dirigiu ao professor, por entender que atenta aos mais elementares princípios de respeito polo mesmo, agravado porque poderia provocar um conflito no normal desenvolvimento do labor docente, com a pretensom de desautorizar o trabalho educativo deste professor.

2.ª Assim mesmo, consideram totalmente inadmissível a pretensom da Inspectora de interferir no planeamento educativo e pedagógico do centro com a sua indicaçom feita ao director no sentido de que no curso próximo o citado professor impartiria sexto, em lugar de oitavo, quando este tema é de competência exclusiva da programaçom pedagógica do centro, que só está autorizado a fazê-la o próprio Claustro de professores.

3.ª Resulta totalmente lamentável que a inspecçom técnica de E.G.B., em lugar de velar polo cumprimento da normativa legal vigente en matéria de ***normalizaçom lingüística,*** *se dedique a ameaçar, coaccionar e interferir no labor docente de um professor de galego.*

4.ª As organizaçons abaixo assinantes consideram que, dada a falta de legitimidade e consenso com que conta a denominada normativa lingüística oficial, porquanto que está sendo contestada por amplos sectores, urgem da Administraçom a reabertura de um debate democrático que permita conseguir um ambiente e clima de diálogo, para abrir vias de resoluçom deste conflito.

Algum jornal deu conta do comunicado, mas desde esse momento parece ter-se chegado a um parto de silêncio: nem os sindicatos, nem a parte oficial, nem outras instâncias habitualmente reivindicativas dixerom mais sobre este «caso», cuja *resoluçom democrática* nom apenas evitaria conflitos desnecessários, mas sobretodo procuraria a progressiva normalizaçom cultural da Galiza. Só a AGAL, desde a sua acçom cultural, continua a apoiar explícita e constantemente o professor represaliado por querer exercer os direitos cidadaos num Estado que se proclama democrático.

A ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA DIRIGE-SE AO PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA TERRITORIAL PARA SOLICITAR A MÁXIMA PRUDÊNCIA E NEUTRALIDADE QUANTO À NORMATIVA DO GALEGO

Excmo. Sr. D. José Cora Rodríguez
Presidente da Audiência Territorial
A Corunha (Galiza)

Excmo. Sr.

Em nome da Associaçom Galega da Língua com o máximo respeito dirijo-me a Va. Exa. por motivo de solicitar a *máxima prudência e neutralidade* polo máximo órgao jurídico da Galiza, em questons relativas ao processo da construçom e elaboraçom da língua padrom da nossa Comunidade.

Esta prudência e neutralidade poderia estar concretizada em actuaçons como:

1.ª Nos cursos dirigidos a funcionários da Administraçon de Justiça a presença de professores que garantam o conhecimento dos modelos normativos presentes hoje na Galiza, nomeadamente, o defendido pola *AGAL,* modelo já utilizado numha sentença dita por esse alto Tribunal. O professorado deveria ser seleccionado por concurso público de méritos entre licenciados em galego-português e com preferência para os que estiverem na situaçom de desemprego.

2.ª Ter muito presente que a questom da precisom terminológica no campo do Direito é de suma importáncia. A este respeito, lembro com o máximo respeito, que já está em grande medida recolhido no Direito português.

3.ª A competéncia para regularizar juridicamente a língua nacional da Galiza *nom é do Governo galego,* mas do Parlamento. A Junta carece de competência tanto pola razom de hierarquia como por razom de matéria. Por razom de matéria, declarar oficiais umhas normas de um idioma ultrapassa a matéria de natureza administrativa. Um governo, neste caso o galego, nom pode pronunciar-se sobre *as próprias essências do idioma,* como é o tema da «norma lingüística», tema de alta política, pois afecta a um dos elementos do país como tal.

4.ª Lembro, com o máximo respeito, a esse alto Tribunal o que se recolhe nos artigos 3, 10, 14 e 20 (especificamente 20.2)* que o exercício destes direitos nom pode restringir-se mediante nengum tipo de censura prévia, censura que poderia estar presente e ser manifesta ao conceder cursos de galego para *um determinado grupo de professores, para uns determinados tradutores ou normativizadores,* para um modelo determinado de língua, etc. em detrimento de outros professores, outros tradutores ou normativizadores, outro modelo de língua, etc.

5.ª Ponho de manifesto como todos os respeitos a esse alto tribunal que nom hai um único critério de autoridade ortográfica na Galiza e que os direitos lingüísticos dos cidadaos galegos estám sendo conculcados pola Admnistraçom galega pois suprimem a liberdade, esnaquizam a igualdade, obstaculizam a integraçom social e impedem positivamente a participaçom dos cidadados na movimentaçom cultural.

---

* Constituiçom espanhola.

O que com o máximo respeito, ponho no seu conhecimento com o ánimo de solicitar, mais umha vez, a máxima *prudência e imparcialidade e/ou neutralidade* desse alto Tribunal.

É de justiça.

Em Ourense, a vinte e um de Fevereiro de 1989.

Ass. Maria do Carmo Henríquez
(Presidenta da AGAL)

AGAL exige «neutralidade» no referido às normativas da língua galega

Com este ou parecido encabeçamento dava-se notícia, polo 24 de Fevereiro, de um escrito elevado à Presidência da Audiência Territorial da Galiza, hoje Tribunal Superior de Justiça, pola Presidência da Associaçom Galega da Língua.

24 El Correo Gallego
Viernes, 24 de febrero de 1989

AGAL esixe «neutralidade» no referido ás normativas da lingua galega

SANTIAGO. Redacción

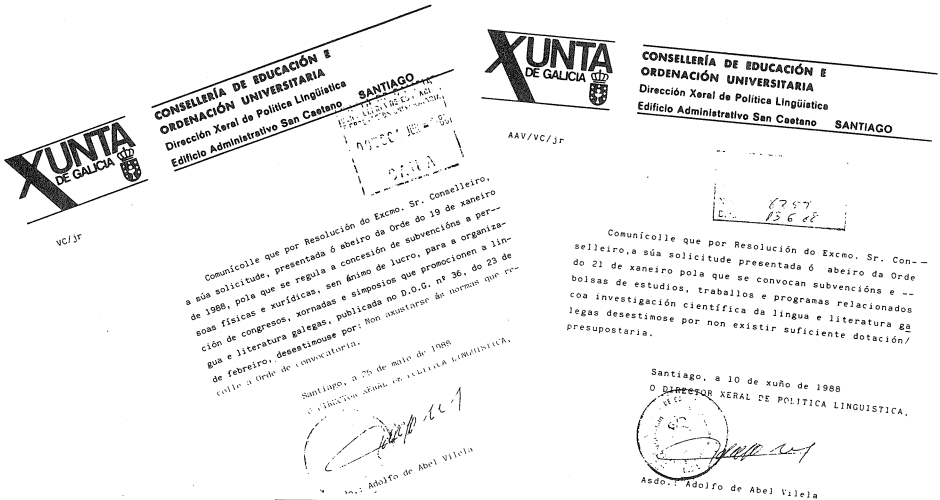
A "Associacom Galega da Lingua" —AGAL— tense dirixido por escrito á Audiencia Territorial galega solicitando a "máxima prudencia e neutralidade quanto á normativa do galego", prudencia que podería estar concretizada, entre outros casos, no feito de que nos cursos dirixidos a funcionarios da Administración de Xusticia estean impartidos por profesores "que garantam o conhecimento dos modelos normativos presentes na Galiza".

Segundo AGAL, a "censura" en concursos, certames ou calquera tipo de convocatoria polo simple feito de non seguir a normativa considerada como ficial é contrario a varios artigos da Constitución española, nos que se garanten os dereitos "lingüísticos dos cidadaos galegos". Estes dereitos, segundo a "Associacom da Lingua", están a ser conculcados pola Administración galega "pois suprimen a liberdade, esnaquizam a igualdade, obstaculizam a integracom social e impeden positivamente a participacom dos cidadaos na movimentacom cultural".

AGAL lembra que en Galicia non hai un "único critério de autoridade ortográfica", ó tempo que suliña a súa consideración de que a regulamentación xurídica da lingua non é competencia do Goberno galego senón do Parlamento.

A ADMINISTRAÇOM DENEGA SUBSÍDIOS SISTEMATICAMENTE À *AGAL*

Reproduzimos a seguir alguns dos *ofícios* recebidos das autoridades administrativas da «Xunta» dedicadas a «fomentar» a cultura galega. Considerem-se as «razons de peso» por que se denegam sistematicamente quaisquer ajudas ou subsídios a Associaçom Galega da Língua:



XUNTA DE GALICIA

CONSELLERÍA DE EDUCACIÓN E ORDENACIÓN UNIVERSITARIA
Dirección Xeral de Política Lingüística
Edificio Administrativo San Caetano SANTIAGO

VC/jr

Comunícolle que por Resolución do Excmo. Sr. Conselleiro, a súa solicitude, presentada ó abeiro da Orde do 19 de xaneiro de 1988, pola que se regula a concesión de subvencións a persoas físicas e xurídicas, sen ánimo de lucro, para a organización de congresos, xornadas e simposios que promocionen a lingua e literatura galegas, publicada no D.O.G. nº 36, do 23 de febreiro, desestímaose por: Non axustarse ás normas que rexe a convocatoria.

Santiago, a 25 de maio de 1988

O Director Xeral de Política Lingüística,

Asdo.: Adolfo de Abel Vilela

XUNTA DE GALICIA

CONSELLERÍA DE EDUCACIÓN E ORDENACIÓN UNIVERSITARIA
Dirección Xeral de Política Lingüística
Edificio Administrativo San Caetano SANTIAGO

AAV/VC/jr

Comunícolle que por Resolución do Excmo. Sr. Conselleiro,a súa solicitude presentada ó abeiro da Orde do 21 de xaneiro pola que se convocan subvencións e bolsas de estudios, traballos e programas relacionados coa investigación científica da lingua e literatura galegas desestímose por non existir suficiente dotación/ presupostaria.

Santiago, a 10 de xuño de 1988

O DIRECTOR XERAL DE POLITICA LINGUISTICA,

Asdo.: Adolfo de Abel Vilela

XUNTA DE GALICIA

CONSELLERIA DE CULTURA E DEPORTES
Dirección Xeral de Cultura
Edificio Administrativo San Caetano - Bloque 3 - SANTIAGO - Teléfono 56 60 00

DORA Mª FIO CABRO

CIACIÓN GALEGA DA LINGUA

OURENSE

Vistas as propostas da Comisión Avaliadora, constituida para o estudio das solicitudes presentadas ó abeiro da Orde de 14 de marzo de 1988, "Pola que se convocaba a concesión de axudas e subvencións de promoción e cooperación cultural, para persoas físicas e xurídicas" e máis a ampliación desta (Orde de 14 de xuño de 1988), a que se incorporan as solicitudes non subvencionadas na primeira, ademáis das novas presentadas, a Conselleria de Cultura e Deportes, non pode nesta ocasión, considerar / favorablemente a súa petición polos motivos seguintes: FALTA DE DISPONIBILIDADE PRESUPOSTARIA SUFICIENTE.

Santiago, 17 de Novembro de 1988

O XEFE DE SERVICIO DE RELACIONS CULTURAIS

CONSELLERIA DE CULTURA E DEPORTES
SANTIAGO DE COMPOSTELA
Rexistro Xeral SAIDA
Núm. 8715
Data 16 NOV. 1988

ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA. OURENSE

Saberám as «nossas» autoridades o que é cultura galega? Saberám, simplesmente, o que é democracia e tratamento democrático aos cidados?

Folhas Novas E *Guia prático de verbos,* LIVROS BEM VENDIDOS

Segundo se lê em jornal corunhês o dia 26 de Março de 1989, os volumes editados pola Associaçom Galega da Língua *Folhas novas* e *Guia prático de verbos galegos conjugados* acham-se entre os des livros mais vendidos nas livrarias da Galiza. Os dados foram fornecidos polas livrarias Couceiro e Folhas Novas (de Santiago), Arenas e Nós (da Corunha), Hélios (de Ferrol), Alonso (de Lugo), Queixumes e Malheira (de Ourense), Lafer, Bertrand e Nóbel (de Vigo) e Michelena (de Ponte-Vedra).

Apesar da beligerância «antilusista» de autoridades académicas e administrativas, os cidadaos seguem a procurar as publicaçons escritas em bom galaico-português. Seguimos a ter esperança no futuro da Galiza!

LIBROS MAIS VENDIDOS EN GALEGO

TITULO	AUTOR	EDITORIAL
1. Don Hamlet	Alvaro Cunqueiro	Galaxia
2. A ceo aberto	X. Fernández Ferreiro	Do Castro
3. Fumes de papel	Xavier Docampo	Via Láctea
4. Ilustrísima	Carlos Casares	Galaxia
5. O ollo pecho e outras historias desagradables	Anxo L. Barranga e J.A.R.	Sotelo Blanco
6. Polaroid	Suso de Toro	Xerais
7. A fuxida	X.M. Martínez Oca	Xerais
8. Remuiños en coiro	Ursula Heinze	Xerais
9. Verbos galegos conxugados. Guía práctica	Varios	Agal
10. Follas Novas	Varios	Agal

Lista elaborada por la Federación de Libreiros de Galicia con datos facilitados por las siguientes librerías: Couceiro, Follas Novas (Santiago de Compostela); Arenas, Nós (La Coruña); Helios (Ferrol); Alonso (Lugo); Queixumes, Malleira (Orense); Lafer, Bertrand, Nóbel (Vigo); Michelena (Pontevedra).

Clásicos e novos autores compoñen unha lista de ventas pedagóxica

Os clásicos da literatura galega como «Don Hamlet» de Alvaro Cunqueiro mistúranse na lista de «máis vendidos» con autores contemporáneos que están a ter cada vez máis aceptación para os lectores. Carlos Casares con «Ilustrísima», Xosé Fernández Ferreiro con «A ceo aberto» ou Xosé Manuel Martínez Oca con «A fuxida» son algúns deles. O curioso é que as obras destes autores amosadas no cadro de «máis vendidos» non sexan as máis recentes da sua producción. A razón delo pode atoparse en que son libros recomendados nos institutos e nos colexios de toda Galicia. O mesmo acontece con «Don Hamlet» ou as dúas obras derradeiras do cadro que son máis libros de texto ca literatura propiamente dita. A conclusión de todo elo no é precisamente positiva para as letras galegas. Non embargantes, quedan mostras «minimalistas» como «Polaroid» de Suso de Toro ou «Ollo pecho e outras historias desagradables»

Agal edita una guía que enseña a conjugar más de 8.000 verbos gallegos

Santiago (Redacción). La Asociación Galega da Lingua (Agal) ha publicado un diccionario-guia de verbos gallegos, en la que se enseña a conjugar más de ocho mil.

La obra, titulada «Guia práticO de verbos galegos», informa asimismo de las diferencias y semejanzas de las formas gallegas con las brasileñas y portuguesas. Los autores lo califican como «un vademécum agil en que se evita o exceso de paradigmas».

Se ofrecen un total de 55 modelos, entre regulares, irregulares, y pronominales, así como de aquellos de conjugación más complicada, como los que tienen raíz que termina en vocal, y los que presentan problemas gráficos y radical alternante.

La autoría de esta obra, única de su estilo existente en Galicia, es de la comisión lingüística de dicha asociación cultural, en la que figuran profesionales de la Universidad y de otros niveles de la enseñanza, así como miembros de la Asociación de Profesores de Lingua e Literatura. En concreto, son José Antonio Souto Cabo, Isaac Alonso Estravis, Joan José Costa Casas, Julio Diéguez Gonzalez, Alberto García Bessada, António Gil Hernández, Luis Gonzalez Blasco, Maria do Carmo Henríquez Salido, Joan Carlos Rábade Castinheira, Henrique Rabunhal Corgo, José Luis Rodríguez, Felisindo Rodríguez Vilarinho y Paulo Valério Arias.

AS DEPUTAÇONS NA GALIZA PREMIAM OS «SEUS COLABORADORES»

A «Associaçom Galega da Língua (AGAL) já tem denunciado em várias ocasions o circuíto de prémios e auto-bombos e o clientelismo retro-alimentado apoiado nas estruturas do poder e nos fundos públicos de todos os galegos. Por motivo da concessom dos prémios *Otero Pedraio,* a AGAL tem que denunciar, mais umha vez, perante a opiniom pública:

1. Resulta verdadeiramente surpreendente que a uns prémios de tal quantidade económica se apresentam tam poucos candidatos, o que demonstra o grande desprestígio subjazente nesta modalidade de prémios.

O júri em nengum modo cumpriu o que se estabelecia nas bases (ver Boletim da Província de Ourense de 6 de Outubro), pois:

a) O «persoeiro» premiado nom se tem distinguido polo seu trabalho em defesa da *identidad nacional da Galiza,* e os seus trabalhos sobre língua e cultura nom som «sobranceiros».

b) Outro dos premiados tampouco se ajusta às bases, pois a obra «A Divina Comédia», entendemos a obra do Dante, já está traduzida desde hai muito tempo para o galego-português. Polo qual nom ten contribuído a exaltar o nosso único idioma nacional. Por outra parte, esta obra só é e vai ser lida por umha minoria ilustrada que pode lê-la na versom original, muito mais rica, ou na versom em galego-português. Neste caso tampouco se promocionam os valores «enxebres» da Galiza nem se prestígia aos seus homes e instituiçons.

3. Perante o obscurantismo manifesto na decisom do júri, a AGAL tem que perguntar-se que entidades culturais ou académicas, que presidente da Deputaçom ou que Conselharia tivo a ocorrência de propor ao senhor premiado, havendo na Galiza personalidades com muitos mais méritos para receber dito prémio.

4. Por último, a AGAL tem que lamentar que na Galiza se esteja instrumentalizando a cultura galega com finalidade clientelar, resultando premiados assi pessoas que, apesar das suas declaraçons públicas contra o sistema, nom tenhem o menor escrúpulo em receber e recolher o dinheiro público de todos os galegos.

Compostela, 28 Fevereiro 1989

As duas pessoas premiadas fôrom Jesus Alonso Montero e Dario Xohán Cabana.

Agal critica la concesión del «Otero Pedrayo» a dos de los premiados

Orense (Redacción). La asociación reintegracionista Agal hace una dura crítica a la concesión de los premios «Otero Pedrayo 1988» a dos de los galardonados, señalando que resulta sorprendente que a unos premios de tal cuantía económica se presenten tan pocos candidatos, lo que demustra el gran desprestigio subyacente en esta modalidad.

Aga l indica que el «persoeiro» premido no se ha distinguido por su trabajo en defensa de la identidad nacional de Galicia y que sus trabajaos sobre la lengua y cultura no son sobresalientes.

Otra de las obras premiadas tampoco se ajusta a las bases, según la asociación lusista, que entiende que la obra de Dante «La Divina Comedia» ya fue traducida hace mucho tiempo al «galego-portugués». Por otra parte, dice, esta obra va a ser leida por una minoría ilustrada, que puede hacerlo en la versión original o en «galego-portugués», por lo que estima que no se promocionan los valores «enxebres» de Galicia, ni a sus hombres e instituciones.

Se pregunta la Agal, ante el obscurantismo en la decisión del jurado, qué entidades académicas o culturales, o que autoridad provincial o autonómica, tuvo la ocurrencia de proponer al premiado, habiendo en Galicia personalidades con más méritos para recibir dicho premio. Lamenta, por último, que en se esté instrumentalizando la cultura gallega con finalidad clientelar.

AGAL ACUSA A LAS DIPUTACIONES DE PREMIAR LA ENDOGAMIA CULTURAL

OURENSE. Corresponsal

La Asociación Galega da Lingua, AGAL, hizo ayer público un comunicado en el que, bajo el título "Las diputaciones gallegas premian a dos colaboradoes de la camarilla endogámica cultural", critica abiertamente la concesión de los premios Otero Pedrayo de este año.

En el comunicado se afirma que la Asociación Galega da Lingua ya había anunciado en varias ocasiones el circuito "de premios y autobombos y el clientelismo retro-alimentado" apoyado en las estructuras del poder y en los fondos públicos de todos los gallegos. El comunicado de AGAL denuncia que, con motivo de la concesión de los premios Otero Pedrayo, "resulta verdaderamente sorprendente que a unos premios de tal cantidad económica se presenten ya pocos candidatos, lo que demuestra el gran desprestigio subyacente en esta modalidad de premios". Asimismo, AGAL denuncia que el jurado no cumplió lo establecido en las bases del premio, ya que el "persoeiro" premiado no se ha distinguido por su trabajo en defensa de la identidad nacional de Galicia, y sus trabajos sobre la lengua gallega y su cultura son "sobranceiros".

AGAL critica la designación de los premiados en el Otero Pedrayo

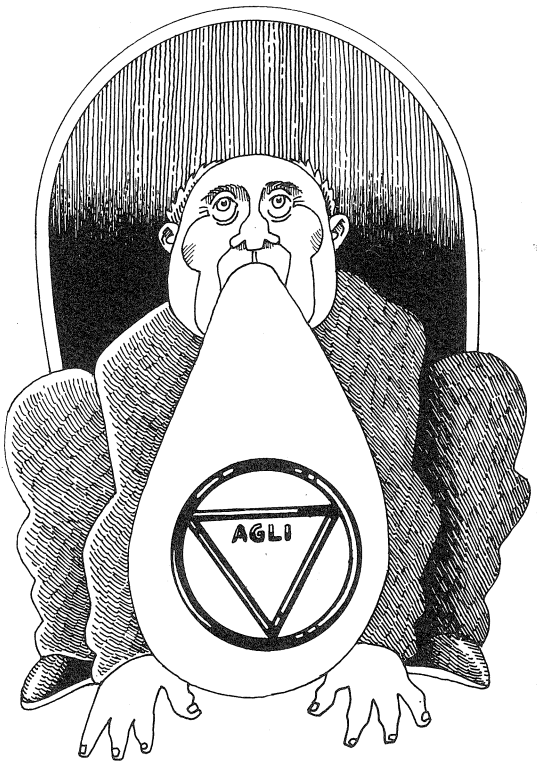
Redacción

Orense

La Asociación Galega da Língua denuncia lo que considera circuito de premios y "auto bombos y el clientelismo retroalimentado que se apoya en las estructuras del poder y en los fondos públicos". Las críticas se centran en el último Otero Pedrayo, entre otros motivos, por la presencia de tan pocos candidatos.

AGAL recuerda que el jurado no cumplió con las bases, puesto que el "persoeiro" premiado, Xesús Alonso Montero, no se distingue por su trabajo en defensa de la identidad nacional de Galicia. Sobre los otros premiados opina que tampoco se ajustan a las bases, caso de la traducción de la "Divina Comedia", puesto que no se promocionan los valores "enxebres de Galicia ni se prestigia a sus hombres e instituciones".

Pregunta AGAL quién tuvo la idea de proponer al premiado, habiendo personalidades "con más méritos", y lamenta que en Galicia se instrumentalice "la cultura gallega con finalidad clientelar,. resultando premiadas personas que,a pesar de sus declaraciones públicas contra el sistema, no tienen el menor escrúpulo en recibir y recoger el dinero público de todos los gallegos".


AGLI

MAIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

O dia 2 de Janeiro de 1989 dirigia a Presidência da AGAL um escrito à Mesa de Petiçons do Parlamento da Galiza nos seguintes termos:

Maria do Carmo Henríquez Salido, Presidenta da Associaçom Galega da Língua (AGAL) e no seu nome e representaçom, perante quem corresponder formula as seguintes perguntas:

1.ª Se os Directores ou Responsáveis dos Serviços de Normalizaçom Lingüística, que funcionam nas quatro Delegaçons Provinciais da Conselharia de Educaçom, ocupam praças convocadas a concurso público de méritos entre funcionários: quais som as bases da convocatória e em que D.O.G. se publicarom?

2.ª Se nom é assi, som cargos de *livre designaçom?*

Se a resposta é afirmativa: que *partido político* dos representados no Governo, avaliou ou considerou da *sua confiança* cada um dos quatro Directores Provinciais do Serviço de Normalizaçom Lingüística?

O que solicito para que exista maior transparência perante os cidadaos da Galiza e porque é de justiça.

Em Ourense a trinta e um de Dezembro de 1988.

Mesa de petiçons do Parlamento Galego. Santiago de Compostela (Galiza).

Por essas mesmas datas organizaçons políticas e sindicais faziam-se eco do mesmo tipo de irregularidades a que se referia o escrito da Associaçom Galega da Língua.

Eis a notícia dada pola imprensa diaria:

Varias organizaciones denuncian irregularidades en cursos de gallego

Orense (Redacción). Representantes de los sindicatos de enseñanza de CC OO, INTG y SGTE y de los partidos políticos PCG, FPG, PCLN y MCG firman un escrito en el que denuncian lo que consideran irregularidades cometidas por responsables del servicio de política lingüística de la delegación de Educación, al formentar el pluriempleo y discriminar a los desempleados en los cursos de gallego y discriminar a profesores por razones de norma ortográfica.

Los firmantes del escrito consideran lamentable que los responsables de la dirección general de política lingüística en la delegación, estén contrantando a pluriempleados, que ya tienen un salario digno, y no se atienda a personas tituladas en situación de desempleo para los cursos de gallego. Denuncia igualmente el escrito que no se puede consentir que las autoridades empleen sus despachos «para calumniar e difamar» a personas comprometidas con la cultura gallega y al mismo tiempo hagan «examen» de consciencia a los solicitantes de cursos de gallego.

Por ello, al organizaciones firmantes del escrito consideran necesario que se convoquen publicamente las plazas de profesores de los cursos de gallego, dando preferencia a los desempleados que presenten el correspondiente titulo y exigen que se repseten los acuerdos del Parlamento gallego en materia de normalización lingüística.

As Organizaçons abaixo assinantes ante certas irregularidades cometidas polos responsaveis da delegaçom provincial da Direcçom Geral de Política Lingüística na cidade de Ourense == QUEREM FAZER AS CONSIDERAÇONS QUE SEGUE;

1º.- NESTA DELEGAÇOM FOMENTA-SE O PLURIEMPREGO E DESCRIMINA-SE AOS DESEMPREGADOS

É lamentável que os responsáveis desta Direcçom Geral, para impartir cursos de língua, estejam contratando a pluriempregados, = que já tenhem um salário digno, e se deixe na rua a pessoas titula das em situaçom de desemprego.

2º.- EMPREGAM OS DESPACHOS PARA FAZER AMEAÇAS

Nom se pode consentir que as autoridades empreguem os seus despachos para caluniar e difamar pessoas comprometidas com a cultura galega e, ao mesmo tempo, fazer um "EXAME" de consciência aos solicitante de cursos de galego, sentindo-se estes coaccionados. É esta umha atitude que atenta contra o artigo 14 da constituiçom.

3º.- AS ORGANIZAÇONS ABAIXO ASSINANTES CONSIDERAMOS QUE, DADA A UTILIZAÇOM DE FUNDOS PUBLICOS PARA REALIZAR OS CURSOS DE LÍNGUA É= NECESSÁRIO QUE SE CONVOQUEM PUBLICAMENTE AS PRAÇAS DANDO-LHE PREFERÊNCIA AOS DESEMPREGADOS QUE APRESENTEM A TITULACOM CORRESPONDENTE.

4º.- EXIGIMOS QUE SE RESPEITEM OS ACORDOS DO PARLAMENTO EM MATÈRIA DE NORMALIZAÇOM LINGUÍSTICA e QUE PORTANTO NOM HAJA DISCRIMINAÇOM= POR RAZONS DE NORMA ORTOGRÁFICA.

Federación do Ensino de CC.OO
D.N.I. 34608.040

Partido Comunista de Galicia
Manuel Peñalva DNI 34.434.121.

Sindicato do Ensino VTEG-INTG
DNI 34719936

FRENTE POPULAR GALEGA
DNI 34.902.006

PCLN
34603916

U.P.G. (União do Povo Galego)

M.ª P. Gato MCG

SGTE
35.434.901

APRESENTAÇOM DO NÚMERO 15 DA REVISTA *AGÁLIA*

O dia 31 de Janeiro, às 20,30 da tarde, na Galeria «Sargadelos» da cidade de Ourense, sita na Av. da Havana, tivo lugar o acto de apresentaçom do número 15 da revista *Agália,* por Nemésio Barxa (Advogado), Pedro Fernández-Velho (Professor), Ramom Nogueira (Médico) e Maria do Carmo Henríquez, Presidenta da AGAL.

Neste número incluem-se estudos como o do professor do Colégio Universitário de Ourense, Dr. José Manuel Cid Fernández, sobre «Nova educaçom republicana e propostas de galeguizaçom educativa em Ourense (1929-36)», em que se explica com rigor o significado de pessoas da cultura de Ourense e mestres, alguns deles mortos recentemente. Um trabalho do professor da Universidade de Gröningen, Dr. Domingos Prieto, sobre «O rotacismo galego», com abundantes exemplos desta particularidade fonética em referência a várias localidades da província.

Na secçom de «Documentaçom e Informaçom» insere-se abundante material sobre o conflito lingüístico na Galiza e o tratamento que tiverom nos meios de comunicaçom galegos, diversos comunicados elaborados pola AGAL, sendo fácil verificar as divergências presentes entre o original e os titulares dos jornais galegos em que se publicou a notícia ou também onde se silenciou.

Com Notas sobre «Um vilancico mindoniense de 1825 conservado em Toro (Çamora)» da autoria de José Martinho Montero Santalha, recensons sobre *Vida escura,* do escritor de A Corunha Jenaro Marinhas e outros livros recentemente publicados, textos de Antologia da autoria de Manuel Lourenço e Vergílio Alberto Vieira completa-se este número, correspondente ao «Outono de 1988».

RENOVAÇÃO EMBAIXADA GALEGA DA CULTURA. MADRID

A *Renovação* (Embaixada Galega da Cultura), associação cultural integrada fundamentalmente por galegos residentes em Madrid, informa à opinião pública que, apresentada toda a documentação no registo do Ministério correspondente para sua legalização, acaba de eleger o primeiro Conselho de Governo que está formado polas seguintes pessoas:

Presidência: D. José Ramom Rodrigues Fernandes (Escritor); *secretaria:* Dna. M.ª Dolores Alonso Paio (Professora); *tesouraria:* D. José Ramom Alvarez do Bairro; *vogais:* D. José Luis Galego Rolam (Professor de Arte), D. Crisanto Veiguela Martins (Estudante), D. Tomé Martins Rodriguez (Estudante).

Esta Associação empregará como idioma oficial o Galego-Português nos seus comunicados e publicações. Tirará uma revista com o mesmo nome da Associação e, num futuro próximo, aspiramos sacar a lume livros de temática diversa.

Trabalharemos sem descanso para que o galego atinja condição de idioma internacional que por direito lhe corresponde; sucederá isso no momento em que deixe de escrever-se nessa «sub-norma» do castelhano a que ficou reducido polos oficialistas dos sucessivos governos da Galiza.

Madrid, 19 de Janeiro de 1989

A direcção:

Renovação
Embaixada Galega da Cultura
Aptdo 40.047. 28080 Madrid

ACTIVIDADES DA ASSOCIAÇOM REINTEGRACIONISTA DE ORDES (A.R.O.)

A Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O) fundou-se nesta vila no mês de Junho de 1988. Nos seus estatutos define, como objectivo fundamental, a normalizaçom do galego-português na Galiza e sinala como ámbito de trabalho para desenvolver as suas actividades a vila e comarca de Ordes. Até o dia de hoje a A.R.O. tem trabalhado sem descanso pola consecuçom do fim proposto, com notável êxito porquanto as actividades da Associaçom tivérom eco e acolhida favorável na sociedade de Ordes e do seu entorno.

Entre as actividades desenvolvidas destacam as seguintes:

—Realizaçom de um *curso de galego-português* (normativa de AGAL) para membros da A.R.O., que durou desde o 3 de Setembro ao 12 de Novembro de 1988, com grande aproveitamento. Aos assistentes foi-lhes entregado un diploma acreditativo, expedido pola AGAL.

—Organizaçom de um *magosto popular,* o dia 12 de Novembro de 1988, com numerosa assistência de gente jovem da comarca e vila de Ordes.

—Colaboraçom na *campanha de apoio ao professor Mário Alonso Nozeda,* represaliado por impartir as suas aulas em normativa reintegrada.

—*Apresentaçom pública da A.R.O.* aos vizinhos de Ordes que tivo lugar o 13 de Janeiro de 1989. Nesse acto, celebrado no salom de actos da Cámara Agrária e que contou com numerosa afluência de público, membros do Conselho Directivo da A.R.O. explicarom os objectivos da Associaçom, assi como as actividades projectadas.

—*Ciclo de conferências.* Tivo lugar nos locais do Instituto de Bacharelato e na Cámara Agrária de Ordes. Participárom os seguintes conferencistas: Bernardo Penabade Rei, professor de língua e literatura e membro do Conselho da AGAL, que pronunciou a conferência intitulada «Análise global do conflito lingüístico na Galiza». O professor António Gil Hernández, filólogo e sócio-lingüista, cuja conferência versou sobre «Diglossia: conceito ajeitado à Galiza?». O professor Enrique Rabunhal Corgo, escritor e membro do Conselho da AGAL, que falou sobre «A vida e obra de C. Emílio Ferreiro«. E por último fechou o ciclo o professor Isaac Alonso Estravis, filólogo e lingüista, que falou sobre «O reintegracionismo em Otero Pedraio, Risco, Castelao e Viqueira». As conferências tivérom lugar o 20 e 27 de Janeiro e o 10 e 17 de Fevereiro.

—Apresentaçom ao concelho duns *escritos* solicitando a criaçom de umha Blibioteca Municipal e a recuperaçom dos nomes tradicionais e populares das ruas e praças do povo.

—Actividades de base como pegada de cartazes, contacto com outras associaçons para prováveis actividades conjuntas, etc.

Além de todos estes actos, a Associaçom tem publicado três números da sua revista, do mesmo nome, e tem-se financiado com a venda de auto-colantes, lotaria de Natal e a própria revista.

Para o futuro a Associaçom tem projectadas também outras actividades como:

—Realizaçom de um curso de galego-português para os vizinhos do concelho.

—Criaçom de um grupo de teatro.

—Organizaçom de um concerto de Rock.

—Apresentaçom ao Concelho de um projecto para um concurso literário.

—Continuaçom no labor de normalizaçom da nossa língua centrando-nos em todos aqueles colectivos culturais, desportivos e recreativos que convivem com nós na vila.

Quanto ao financiamento da Associaçom, a começos deste ano foi-lhe concedido um subsídio de 35.000 pesetas polo Patronato de Cultura Municipal de Ordes, organismo no qual A.R.O. conta com um representante.

A.R.O. considera que o desenvolvimento das actividades citadas tivérom grande êxito tanto pola participaçom entusiasta dos sócios como pola acolhida do público, ao que se

fijo chegar umha grande quantidade de informaçom sobre o reintegracionismo. Boa prova disto é que o número de membros da A.R.O. continua crescendo, e aumenta também o número das pessoas que simpatizam e colaboram. Considera também o Conselho Directivo que A.R.O., como a primeira associaçom reintegracionista de ámbito local que surgiu na Galiza, tem direito, com toda a humildade até, a propor-se como exemplo do que se pode fazer, mesmo desde a mais absoluta precariedade de meios, quando há vontade decidida de trabalhar polo nosso idioma. Convidamos às pessoas e grupos que podam fazê-lo a criar por toda a Galiza associaçons como a nossa, que sejam capazes de incorporar ao labor de normalizaçom lingüística um grande número de pessoas sem necessidade de que estas sejam lingüistas profissionais nem técnicos na matéria. Cremos que neste ámbito é necessário pôr um maior esforço com o fim de alargarmos o campo de trabalho e de que cada vez colaborem mais pessoas.

O Conselho Directivo da A.R.O. quer fazer público o seu agradecimento aos membros de AGAL que nos dêrom o seu apoio e a sua valiosa e desinteressada colaboraçom.

Conselho Directivo da A.R.O.

Ordes, 12 de Março de 1989

Acordo ortográfico para a lusofonia: Mais umha vez

A *Comissão para a integração da Língua da Galiza no Acordo da Ortografia Unificada,* que preside o Membro de Honra da A.GA.L., Excm.º Sr. Dr. D. Ernesto Guerra da Cal, tivo conhecimento das «Bases» e documentos correlativos por que se reforma o *Acordo Ortográfico* de 1986, assinado no Rio de Janeiro o 12 de Maio polas Delegaçons e Observadores de todas as naçons e entidades internacionais interessadas na vertebraçom da Comunidade Lusófona Transcontinental. (Deste Acordo figera-se eco a *Comissom Lingüística* da A.GA.L. e emitira um «parecer» oficioso, recolhido no núm. 8 (Inverno de 1986) da revista *Agália,* pp. 457-461).

As «Bases» reformadas reintroduzem os acentos gráficos, mantenhem a supressom extensa dos grupos cultos e reformulam as regras para o emprego do hífen. Afora decisons pontuais, sempre nalgumha medida discutíveis, a citada *Comissão* especifica «que as propostas das 'Bases de 1988' da Academia das Ciencias permitem a unificação gráfica da nossa lingua numa só norma padrão e reforçam a sua unidade estrutural, atendendo tanto à história, quanto aos estados atuais da lingua, evitando assim a sua desagregação». Esse é o sentido fundamental do «Parecer» enviado à Academia das Ciências de Lisboa pola antedita Comissom o 30 de Janeiro de 1989.

SOCIALIZAÇOM DO REINTEGRACIONISMO

Apesar dos atrancos administrativos, continuamos os «lusistas» a progredir (som os outros os que persistem em recuar...). Comprove-se:

No futebol:

No humor:

XAQUÍN MARÍN

Na Administraçom Local:

Concelho de S. Cristovo de Cea (Ourense)

EDITAL

Dando cumprimento ao disposto no art. 42 b) da Lei 11/1985, de adaptaçom da do Solo à Galiza, polo presente fai-se público que este Concelho tramita expediente para a seguinte autorizaçom:

Construcçom de local para forno, nas proximidades de Cea, no ponto conhecido como "O lameiro de Arriba", kilómetro 28,9 da estrada OR-204, solicado por Dª Maria Jesus Rodriguez Sarmiento e Dª Josefa Barrosa Pérez.

Este expediente poderá ser objecto de exame no escritório municipal durante o plazo de quinze dias a contar da inserçom do presente anúncio no diario **La Región**

Em Cea, a 22 de fevreiro de 1989
O ALCALDE,

Nos negócios:

«Este país está cada día más desvertebrado, roto, sin valores comunes, sin unas élites que lo articulen y dirijan, pues son de una ineptitud pavorosa»

Adolfo Domínguez, un lusista votante del PSOE que cree que la etiqueta «moda de Galicia» es un anacronismo

Orense (Redacción, por Pepe Seoane). Adolfo Domínguez nació en Trives, en 1950. Está casado y tiene tres hijas: Adriana, Andrea y Tiziana. Es, hoy por hoy, el diseñador de moda que más pesa en España, aunque su apariencia física no sea, precisamente, la de un peso pesado. Tras varios años de silencio, ha vuelto a hablar. No cree que la etiqueta Moda de Galicia tenga el más mínimo futuro, se manifiesta especialmente crítico con «la derecha» y dice ser, en el plano estrictamente lingüístico, lusista. «¿Qué se puede ser, si no? La única posibilidad de supervivencia del gallego es su identificación con el portugués, que es el mismo idioma, pero evolucionado. A los no lusistas, una postura provinciana y poco lúcida, los barrerá el tiempo». Sin necesidad de que se le pregunte por ello, matiza inmediatamente que su identificación con los lusistas se limita al plano lingüístico. De la misma forma, dice que Felipe González es el político más lúcido de España y, en otro plano, que Gómez Franqueira fue el único líder con categoría que ha producido la derecha orensana.

O GALEGO, «ASIGNATURA» PENDENTE NA JUSTIÇA

Nos começos do mês de Fevereiro apareceram, mais umha vez, referências à normalizaçom lingüística, ainda pendente, nos ámbitos judiciários. O dia 5 deste mês a imprensa publicava umhas declaraçons do Magistrado Sr. de la Huerga Fidalgo, nado na província de León: «Sempre permitim que se declarasse na própria língua. O autêntico muro é a escrita. Há um par de anos ditei umha sentença *publicada no núm. 7 (Outono de 1986)* de AGÁLIA, *pp. 351-4)* neste idioma. A atitude da Audiência nom foi virulenta nem muito menos. Ninguém dixo nada; em todo o caso, forom os comentários próprios da novidade». E continua explicando o jornalista: «Coincidiu com outra em que foi ponente Claudio Movilla *(actual presidente da Audiência de Sevilha)* que emitiu o seu falho em galego normativo (?). De la Huerga fijo-o em reintegrado *(galaico-português)*. «A Sala aceitou que se figesse assim. A Audiência deu, inclusivamente neste caso, liberdade de actuaçom.

La próxima edición del Código Penal en este idioma, empleado sólo en media docena de sentencias, síntoma del lento camino de la normalización lingüística

Gallego, asignatura pendiente en la Justicia

La Coruña (Redacción, por María do Carme Cotelo). La lengua gallega vive en la actualidad una situación plena de anormalidades. Mientras para la mayoría de los ciudadanos de este país es el idioma corriente de expresión, en ciertos ámbitos sociales sufre una veda indefinida que lentamente se va venciendo. Una de las parcelas en las que más claramente se percibe es la Administración de Justicia, a pesar de que no faltan leyes que protejan este derecho. Pero, según franca confesión de un magistrado, «se se cumplira, dábame cun canto nos dentes». De todas formas, recogiendo el sentir de varios jueces, en estos momentos la situación es moderadamente optimista ya que, por lo menos, la andadura ha comenzado: media docena de sentencias dictadas en gallego, la próxima salida del Código Penal en este idioma y la posible creación de un gabinete de traducciones en la Audiencia Territorial son factores que avalan esta opinión. Afirman con convencimiento que la actitud del colectivo judicial no es el rechazo al gallego; en todo caso, hay una inercia generada por la comodidad a adaptarse a nuevas fórmulas. Las posturas abiertamente enfrentadas no pasan de dos o tres en toda Galicia.

La justicia en Galicia se administra en castellano

El presidente de la Audiencia Territorial alega que no tienen traductores

■ DdG / A Coruña

La justicia en Galicia se administra en castellano. Es igual que el juicio reúna a filólogos latinos, ultraderechistas o labregos que jamás practicaron la gramática del imperio. Delante del juez hay que hablar como Dios mandaba hace años, en el mismo español rancio que sigue usándose para redactar las sentencias. Ningún documento nacido en las audiencias gallegas va escrito en el que debiera ser su idioma natural. En realidad, es cuestión de pura ignorancia. El presidente de la Audiencia Territorial de Galicia, José Cora Rodríguez, ilustró perfectamente la situación: "Si no escribimos los documentos en gallego, es porque aquí no contamos con un equipo de traductores".

Hasta ahora no ha habido ningún tipo de comunicación oficial entre la Xunta y las audiencias gallegas en este sentido. En opinión de José Cora, la iniciativa debe partir del Gobierno gallego, que todavía no ha remitido ninguna 'recomendación' a los titulares de los juzgados.

La opinión del primer juez de Galicia no es del todo compartida por el director xeral de Política Lingüística, Adolfo de Abel Vilela: "Iso é un dicir. A normalización é cousa de todos e as iniciativas tamén deberían partir deles". Sin embargo, el propio Abel Vilela reconoció que la lentitud con que el idioma gallego va infiltrándose en la administración de justicia es la normal en estos casos: "Non lle debe extrañar a ninguén porque estas cousas non se fan en dous días".

De la misma opinión es José Luis Meilán Gil, catedrático de Derecho Administrativo y político de centro, que definió como "una operación de tiempo" el acercamiento del gallego a las salas de justicia. "Creo muy poco en las normalizaciones por decreto", dijo Meilán, "pero tampoco creo que exista una determinada postura en contra de la utilización del idioma gallego".

El abogado coruñés publicó hace dos meses cuatrocientas páginas bajo el título 'Dereito estatutario galego'.

El ritmo es lento, pero poco a poco va dando muestras de seguridad. El próximo otoño, las librerías pondrán a la venta las primeras traducciones al gallego de los códigos civil y penal, una medida "fundamentalísima", en palabras de Abel Vilela. Actualmen-

O «BILINGÜISMO» TAMBÉM NA U.R.S.S.

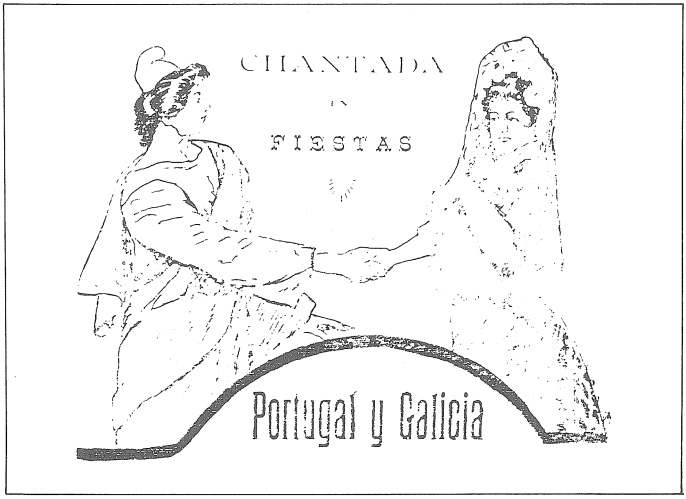
A Prof.ª Helena Mikhailovna, da Universidade de Leninegrado, convidada polo Departamento de Filologia Galega, explicou numha das suas intervençons públicas «o estado actual da situaçom lingüística da Uniom Soviética —onde coexistem quatrocentas línguas diferentes— e mais a problemática particular das Repúblicas bálticas e caucásicas *(em que se estám a padecer os denominados pola imprensa espanhola «conflitos nacionalistas»)*.

«Segundo expujo a especialista soviética, a teoria mais defendida na actualidade naquele Estado (URSS) é a defesa de um 'bilingüismo bilateral', mantendo-se o ruso como idioma nacional e fortalecendo-se todas as outras línguas das diferentes Repúblicas. Neste ponto, Helena Mikhailovna lembrou a existência de territórios em que chegam a conviver quatro ou mais línguas, o que exige que as diferentes problemáticas sejam atendidas de maneira individual e com base no conhecimento exacto e científico das particularidades de cada área».

Recolhemos da imprensa diária. Nom pudemos recolher informaçom pontual sobre o moldávio, por exemplo, ou sobre a rusificaçom progressiva da sociedade soviética em todo o território da URSS: a imprensa diária nom dizia nada destes «episódios»... Nom «soa» a exposiçom da professora a cançom já sabida?

MEMÓRIA DA HISTÓRIA

Em pleno coraçom da Galiza, no primeiro terço do século, com o ensejo da visita à vila de umha banda de música lusitana, aparecia no programa das festas locais a ilustraçom que se reproduz.



Ela, com o seu grafismo, reflecte, melhor que muitas expressons literárias, a visom que um galego —a autovisom da maioria dos galegos?— tinha do seu país em relaçom com o irmao.

Duas mulheres a darem-se a mao: —«Región gallega» colonizada, sem nada que a identifique como galega!— com cursis acenos espanholeiros, a luzir a clássica «mantilla»: a outra, toda umha Dona República Portuguesa, barrete frígio incluído, e atitude bem mais digna.

E ainda é de agradecer que, de fronte ao folclorismo alheio da «Galicia» —GAL. y CIA, que poderia sugerir um humorista— nom se apresente um Portugal «portuxés» e miserável como o vem tantos «ignorantes, imbecis e obscuros» indígenas desta banda da raia!

SOBRE OS IRMANDINOS

O 8 de Janeiro deste ano, em *El Correo Gallego,* publicava-se um artigo sobre o tema, da autoria de David González Castro. Nele diz-se: «No ano 1474, ao produzir-se a morte de Henrique IV, depois de vários intentos sobre os possíveis sucessores no reinado, proclamou-se herdeira a irmá dona Isabel, casada com dom Fernando de Aragom. Entrementres, o arcebispo de Santiago, dom Alonso de Fonseca, e o conde de Monterrei pretendêrom anexionar o reino de Galiza ao de Portugal. Mas os Reis Católicos, ao conhecerem tam disparatado propósito, embora a sua actividade nom lhes permitia acudir a todas as partes de vez, designárom dous magistrados de grande zelo na justiça, dom Fernando Acuña, filho do conde de Buendía, como viçorrei com plenos poderes, e o lincenciado dom Garci-López de Chinchilla, como corregidor».

Sem comentários.

IN MEMORIAM

Na morte de Rodrigues Lapa

José-Martinho MONTERO SANTALHA

No 28 de Março do presente ano de 1989 faleceu em Anadia o professor Rodrigues Lapa, a quem tanto deve a Galiza. Apresentamos aqui, em homenagem de urgência, um sucinto escorço bio-bibliográfico, restringido àqueles aspectos que fazem mais directamente referência à Galiza e às relaçons lingüístico-literárias galego-portuguesas (1).

Manuel Rodrigues Lapa nasceu na vila beiroa de Anadia, no distrito de Aveiro, o dia 22 de Abril de 1897.

A publicaçom em 1930 da sua tese de doutoramento *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média,* que ia tornar-se umha obra clássica e fundamental sobre o nosso lirismo medieval, ganharia para o seu autor um precoz prestígio de mestre sobre antiga língua e literatura galego-portuguesa.

O estudo das origens da nossa poesia medieval conduziu-no naturalmente a descobrir este pequeno país de língua portuguesa que é a Galiza, cujo desconhecimento em Portugal ele tantas vezes lamentou e procurou corrigir. Desde entom a Galiza ia arreigar tam profundamente no seu coraçom que já nunca na sua longa vida deixaria de estar presente na sua obra e nas suas actividades, como umha espécie de necessidade interior mas também por um sentido de dever moral, segundo o seu próprio testemunho. Até, por ter nascido uns 25 quilómetros ao norte do rio Mondego, limite meridional da antiga Gallaecia, Lapa sentirá orgulho em declarar-se galego.

---

(1) Quem desejar conhecer mais profundamente estes e outros aspectos da biografia de Lapa pode consultar os seguintes trabalhos nossos: «Os 80 anos de Rodrigues Lapa», em: *Teima* (Santiago de Compostela), núm. 24 (26 de Maio / 2 de Junho de 1977), pp. 30-31; «Rodrigues Lapa, mestre de galeguidade», em: *La Región* (Ourense), 14 de Maio de 1983, pág. 3; «Rodrigues Lapa e a Galiza (Crónica de um longo amor)» em: VÁRIOS, *Colectánea de Estudos em Homenagem a Rodrigues Lapa,* Anadia 1984, pp. 77-93 (com ulterior bibliografia); «RODRIGUES LAPA, Manuel», em: *Gran Enciclopedia Gallega* (Santiago-Gijón), tomo 27; («Río» - «Santa»), s.d. (1985), pp. 39-40 (com breve nota bibliográfica final); «Rodrigues Lapa, um galego de Anadia», em: *A Nosa Terra* (Vigo), núm. 381 (6 de Abril de 1989), pp. 16-17 (com falta de várias linhas, completadas na rectificaçom publicada no número seguinte; núm. 382 (13 de Abril de 1989), pág. 17); «Rodrigues Lapa: In Memoriam», em: *Nós: Revista internacional galaicoportuguesa de cultura, Revista da Lusofonia* (Pontevedra/Braga), núms. 13-18 (Janeiro-Dezembro 1989), pp. 529-534. Para determinados capítulos da biografia de Lapa é fundamental o seu livro *As minhas razoes: «Memórias de um idealista que quiso indireitar o mundo...»,* Coimbra Editora, Coimbra 1983, colectánea de artigos de índole auto-biográfica.

Também em 1930 aparece o seu opúsculo *Os vilancicos: o vilancico galego nos séculos XVII e XVIII,* onde saca à luz 20 vilancicos postos em boca de personagens galegas, que foram cantados em Portugal entre 1640 e 1705 e se conservam em arquivos portugueses.

Em Agosto de 1932 realiza a sua primeira viagem à Galiza com ocasiom de celebrar-se em Lugo umha homenagem a Castelao, de cuja figura ficará cativado. Das suas vivências nesta viagem deixou Lapa um emotivo relato na revista *Seara Nova* (núm. 309), logo reproduzido em *Nós* (núm. 105, Setembro de 1932).

Em 1934 publica outra obra clássica: as *Lições de Literatura Portuguesa: Época Medieval,* reeditada depois ininterruptamente (10ª ediçom em 1981).

Em 1935 coordina um número especial de *Seara Nova* (núm. 425) dedicado ao poeta galego Eduardo Pondal no centenário do seu nascimento, com colaboraçons de escritores galegos. Anos mais tarde, em Fevereiro de 1951, será Castelao o objecto de homenagem num quádruplo número especial da mesma revista (núms. 1204-1207), em que se inclui umha estensa antologia do escritor e debuxante galego falecido. (Por sinal, Castelao cita as investigaçons medievalistas de Lapa na sua conhecida obra *Sempre em Galiza).*

Em Abril de 1964 imparte em Santiago um breve curso sobre o trovador Dom Lopo Lias. Com esta ocasiom, a revista *Grial* —na qual havia de colaborar repetidamente— dedicou-lhe o seu número 4 (Abril-Junho de 1964).

Em 1965 a Editorial Galaxia, de Vigo, publica umha obra de envergadura de Lapa: a ediçom crítica das *Cantigas d' escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses,* obra monumental que o autor abre com umha carinhosa dedicatória à Galiza. em 1970 será necessária já umha segunda ediçom, corrigida e aumentada.

Em 1971 Lapa participa na organizaçom de umha Semana Cultural Galego-Portuguesa em Coimbra, na qual pronuncia umha conferência sobre *A Galiza, o Galego e Portugal.*

Na sua *Estilística da língua portuguesa* inclui a partir da sétima ediçom (1973) exemplos literários de autores galegos, que irám aumentando nas ediçons sucessivas.

O ano 1973 ia resultar decisivo nas relaçons de Lapa com o galeguismo. No número 13 da revista lisboeta *Colóquio/Letras* publica o seu artigo «A recuperação literária do galego», que *Grial* reproduziria pouco depois (núm. 41). Lapa defronta aqui com franqueza a situaçom lingüística da Galiza embocando o último quartel do século; e conclui que o idioma da Galiza nom poderá sobreviver isolado da sua área natural e originária, ou, noutras palavras, da sua seiva vital, que é hoje o português culto.

Como o mesmo autor esperava já, este artigo provocou entre a intelectualidade galega reacçons diversas. Umha parte (em geral, o grupo de Galaxia, liderado especialmente por Ramom Pinheiro, mas com excepçons tam qualificadas como Carvalho Calero e Valentim Paz Andrade) entendeu que a proposta de Lapa era como umha tentativa de «anexionismo» lingüístico; assim, o citado Ramom Pinheiro (que escreveu umha réplica ao artigo de Lapa no seguinte número da mesma revista *Grial,* núm 42) e, mais matizadamente, Álvaro Cunqueiro e Otero Pedraio, estes seguramente mais arrastados polo grupo dominante do que convencidos nessa atitude. Outra parte do galeguismo (na qual devemos destacar, além dos citados Carvalho Calero e Paz Andrade a Ernesto Guerra da Cal e a Genaro Marinhas) achou substancialmente correctas as apreciaçons de Lapa (fora talvez dalguns aspectos de secundária importância), por corresponderem tanto à melhor tradiçom galeguista (Murguia, Viqueira, Antom Vilar Ponte, Risco, Castelao) como à visom científica dos grandes mestres da Filologia Românica.

Realmente, nom eram propostas que Lapa enunciava por primeira vez; esta conclusom resultará obvia para quem examinar os seus abundantes escritos anteriores sobre a problemática galega. De resto, essas ideias de unidade lingüística galego-portuguesa que Lapa propunha eram, como fica dito, clássicas tanto do pensamento galeguista como da Filologia Românica desde havia mais de un século. Simplesmente, o seu artigo acertou a formular, num tom franco de sinceridade quase brutal, umha inquietude e umha aspiraçom difundidas já em diversos sectores da intelectualidade galega, sentimentos esses que a previsom de umha próxima mudança política com a agonia do regime franquista tornava cada dia mais prementes.

Para compreender a situaçom de fundo desta dupla reaccçom e do seu desenvolvimento posterior, cumpre ter em conta que desde uns anos antes existia em Santiago o Instituto da Língua Galega, cuja ideia difusamente inspiradora, sobre umha base explícita de investigaçom dialectológica, era a de fazer do «galego» umha língua própria da Galiza e, portanto, independente do português.

Entretanto, o labor «apostólico» de Lapa em prol da cultura galega nom se detém. Ainda no mesmo ano 1974 cuida a publicaçom na *Seara Nova,* que dirigia, do «Manifesto para a supervivência da cultura galega» elaborado por um grupo de galegos residentes em Roma.

Nos anos seguintes Lapa insistiu repetidamente sobre a sua proposta integradora em trabalhos diversos, alguns publicados em jornais da Galiza. Em 1979 vários dos seus estudos sobre o problema lingüístico da Galiza foram recolhidos num livro, intitulado *Estudos galego-portugueses: por umha Galiza renovada,* que constitui o primeiro volume da colecçom «Noroeste» da editora lisboeta Sa da Costa.

Em 1980 é convidado a participar num colóquio sobre a língua da Galiza, a celebrar na Universidade alemá de Tréveris; depois de aceitar o convite e de enviar um resumo do que seria a sua comunicaçom, ao comprovar finalmente que entre os participantes nom se incluía nenhum dos filólogos galegos defensores da unidade lingüística galego-portuguesa, renuncia a assistir, em parte porque o seu estado de saúde nom aconselhava grandes esforços mas sobretudo como protesto polo que considerava umha discriminaçom indigna de um acto científico. No mesmo resumo enviado, e depois publicado nas actas, nom deixa de censurar severamente o sectarismo anti-reintegracionista que começava a prevalecer no «galeguismo» oficial.

Em Junho de 1981 realizou a que seria a sua derradeira viagem à Galiza; acudiu a Santiago para intervir na apresentaçom pública de um livro de Carvalho Calero, *Problemas da língua galega,* segundo volume da citada colecçom «Noroeste».

A Associaçom Galega da Língua (AGAL), que em grande medida se sente devedora às suas ideias, nomeou-no membro de honra logo depois da sua fundaçom. No I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, que a AGAL organizou em Ourense em Setembro de 1984, Rodrigues Lapa foi um dos seis presidentes honorários (juntamente com Carvalho Calero, Guerra da Cal, Óscar Lopes, Leodegário de Azevedo Filho e Celso Cunha), e para o congresso, a que nom pôde assistir por motivos de saúde, enviou a sua comunicaçom sobre «Álvaro das Casas e a reintegração lingüística galego-portuguesa».

Também no II Congresso, celebrado na mesma cidade de Ourense três anos mais tarde, em Setembro de 1987, ostentou novamente a presidência de honra, embora desta vez a sua debilitada saúde nom lhe permitisse nem sequer elaborar umha comunicaçom.

A revista *Agália* reimprimiu três trabalhos seus: «Homenagem a Castelao» (núm. 1, primavera 1985, pp. 65-68), «Relações culturais entre Portugal e Espanha» (núm. 3, outono 1985, pág. 354), «Os vilancicos. A tradição do vilancico galego nos séculos XVII e XVIII» (núm. 11, outono 1987, pp. 351-363).

Quando faleceu, na madrugada do dia 28 de Março de 1989, estava próximo a cumprir os 92 anos.

A Associaçom Galega da Língua está a preparar um volume de homenagem ao distinto Professor, que nalgun modo, recupere e publicite o seu pensamento, aprofundando-o seriosamente.

MORREU AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA

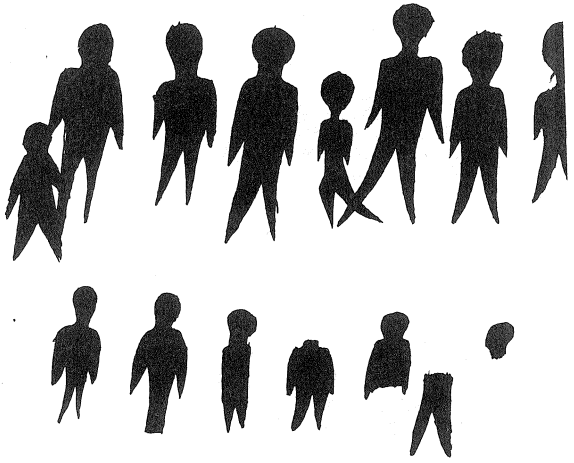
Alagoas, 1910 - Rio Janeiro, 1989. Apesar de se licenciar em Direito, preteriu a advocacia em favor da filologia. Entre nós é conhecido fundamentalmente como lexicógrafo, mais ainda, como autor do *Novo dicionário da língua portuguesa* (2.ª ediçom, 1986), O «Aurélio», e do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* 11.ª ed., 1983), acaso os dicionários «brasileiros» mais divulgados em Galiza, e cuja importáncia nem cumpre salientar-se, visto a americana ser umha das *vertentes* da *nossa* língua comum mais destinada a expandir-se. No entanto, Aurélio Buarque de Holanda deve ser também lembrado por obras como *Linguagem e estilo de Eça de Queirós* (1945), *O romance brasileiro* (1952), ou, de autoria compartilhada com Álvaro Lins, *Roteiro literário do Brasil e de Portugal* (1956).

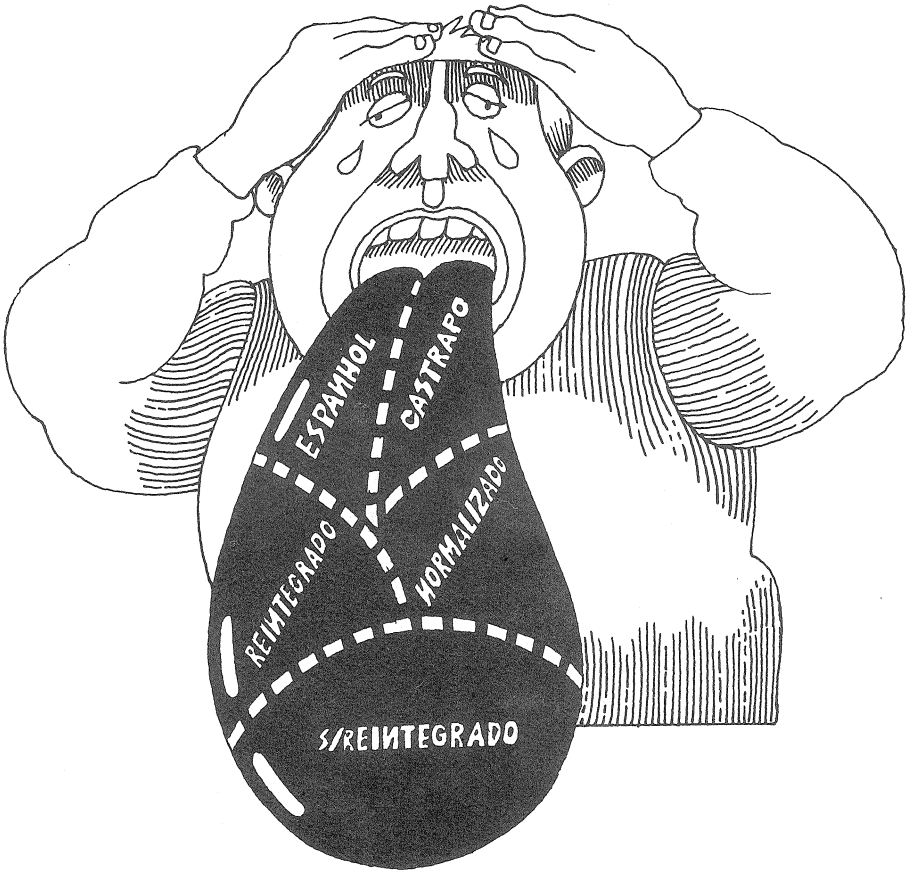
NA MORTE DE FERNANDO NAMORA

Morreu o 31 de Janeiro do presente ano Fernando Namora, um dos escritores mais representativos da literatura portuguesa, e da *nossa* língua, nesta segunda metade do século XX. Como sempre, os meios de difusom galegos nom apontarom, nem sequer minimamente, o facto, mau grado ter conferenciado na Galiza, mau grado o nome de Namora extravasar o espaço luso-brasileiro e ganhar autêntica repercussom internacional. Membro da Academia das Ciências de Lisboa e correspondente da Academia Brasileira de Letras, foi proposto pola primeira e polo PEN Clube em 1981 para o Prémio Nobel. As suas obras, com freqüentes adaptaçons ao cinema e à televisom, merecerom ser traduzidas para os idiomas da terra: espanhol *(Retalhos da vida de um médico,* em 1954, com prólogo de Gregorio Marañón), inglês, francês, italiano, russo, japonês..., sueco, finlandês, norueguês, polaco, holandês, búlgaro, checo, eslovaco, croata, ucraniano, lituano, estoniano..., catalám, mesmo esperanto. Namora foi, pois, um excelente embaixador das letras portuguesas, e um dos primeiros em conferir-lhes essa dimensom extra-fronteiras de que goza na actualidade.

Nascido nas proximidades de Coimbra (Condeixa) em 1919, e médico pola Universidade da Capital do Mondego em 1942, em Fernando Gonçalves Namora cumpre nom dissociar-se o home, de raizame campesino («Nasci camponês, camponês morrerei»), o médico, com longa experiência rural aliás (em povoaçons da Beira e do Alentejo), e o escritor, cujos temas, provenientes dessa dupla faceta, se orientam a um fim: a luita pola desalienaçom. Personalidade de acusado sentido ético, para quem «Todo o homem verdadeiro traz da juventude uma direcção. Depois, só lhe resta ter vergonha a manter-se-lhe fiel; ou, então, apodrecer«, Fernando Namora nom podia «apodrecer»; antes, a sua vida e obra foi, como aponta J. C. de Vasconcelos *(Jornal de Letras,* n.º 344), toda umha liçom de dignidade, e, decerto, de fraternidade.

A produçom de Namora, vasta e multifacetada, de romancista nomeadamente, mas também de novelista-contista, poeta, ensaísta..., nom poderá, assim mesmo, *apodrecer* (noutras acepçons) facilmente. Partindo do *presencismo* epocal, com *As sete partidas do mundo* (1938), e sobretodo com *Fogo na noite escura* (1942), que contribui, ao lado de outras iniciativas e autores, à afirmaçom do neo-realismo, neo-realista mesmo paradigmático ele próprio para alguns críticos, o autor de *O trigo e o joio* (1954), assumidas e integradas experiências do romance existencial *(O homem disfarçado,* 1957; *Domingo à tarde,* 1960) propujo-se levantar um quadro de meio século de vida portuguesa (última obra, *Jornal sem data,* 1988), rural e urbana, assim como, em crónicas romanceadas *(Diálogo em Setembro,* 1965; *Um sino na montanha,* 1968; *Os adoradores do sol,* 1971; *A nave de pedra,* 1975; *Cavalgada cinzenta,* 1977) desvendar problemáticas de outras terras e outros homes, aproximando-se das do seu próprio contexto. Afinal, nom tam diferentes, pois para o autor de *Rio triste* (1982) a alienaçom e a solidom ou solidade som, desgraçadamente, universais. E este universalismo humanista, atingido desde a própria raiz lusitana, é um dos alicerces em que se firma a permanência da obra de Namora. Umha obra, decerto, já clássica na literatura irmá.




ESPANHOL
CASTRAPO
REINTEGRADO
NORMALIZADO
S/REINTEGRADO

RECENSONS

A ESCRITA DA HISTÓRIA. TEORIA E MÉTODOS*

Francisco COBO

Catedrático de História Medieval na Universidade Nova de Lisboa e presidente do Instituto Português de Arquivos, o Prof. Mattoso é velho conhecido no nosso país, onde participou noutrora nas «I Jornadas de Metodologia Aplicada das Ciências Históricas», a começos dos anos setenta, em Santiago. Pola sua actividade como medievalista, nalgumha ocasiom se tem mergulhado ainda no passado galego, bem que quase sempre com um tom marxista e só no que atinge ao esclarecimento das próprias raízes da história portuguesa.

No livro que apresentamos recolhem-se umha série de artigos e conferências que abrangem um período de elaboraçom desde o ano 1985 até 1988 e submetidos a um labor de reagrupamento temático que lhes outorgue coerência. Aparecem assi como umha obra escrita dirigida para o campo da teoria e a metologia da história.

É para o campo da teoria, precisamente, que redige a primeira parte do livro com o título de «A Escrita». Através da sua reflexom o prof. Mattoso monstra-se como um afervorado defensor da «Nova História» (p. 49), que decerto, é bem sabido, representa umha simples transfiguraçom da velha escola dos «Annales» e, portanto, de umha «história total», que tenta estabelecer umha completa relaçom entre todas as ciências humanas. Porém, a eiva maior desta escola é a falta de umha *teoria* do homem que legitime o seu esforço científico, que explique a realidade humana. Esta carência nom é assumida polo autor. Há, em troca, o que poderíamos denominar umha teoria da história como transcendência, encarregada de explicar o mundo —concebido como um caos—, de ordená-lo, nom menos que qualquer outra ciência:

> «A representação mental que conduz ao texto histórico resulta da apreensão da realidade como harmonia, e como harmonia dizível. Como se existisse um Verbo eterno, imanente na realidade, e que apenas espera ser reconhecido para se revelar através da nossa voz. Da comunhão com ele resultam todas as linguagens, tanto as poéticas como as científicas. Os textos que elas constroem são como que as diversas interpretações de uma mesma partitura» (p. 24).

Isto situa a história nos antípodas da ciência, para se converter num sistema de crenças, num fideísmo. Embora todo isto nom seja gratuíto e carente de intencionalidade. Como o prof. Fontana demonstrara, a escola dos «Annales», desde a morte de Bloch, tentaria reconstruir a história sobre alicerces pouco comprometidos para os poderes dominantes, de jeito que nom submetesse a juízo a ordem estabelecida. Eis que o prof. Mattoso nem tan sequer exprima a velha teoria do Agostinho de Hipona, com a sua ideia da luta das duas cidades, senom que se achega ao Bossuet: «Desde o mais alto dos ceus Deus leva as rédeas de todos os reinos».

Nom é de estranhar, portanto, que, ao se debruçar noutra parte do livro sobre os problemas de*Portugal e a Europa* (págs. 129-141), se venha a propor o cristianismo (e ainda a Igreja Católica) como o esteo sobre o que construir umha nova Europa; todo um novo programa de educaçom das consciências que nom poderíamos dizer que nunca fora provado no passado com resultados muito conhecidos, tanto mais surpreendentemente quando se querem fornecer tais remédios como antídoto frente à *concentraçom de poder* e ao *desenvolvimento incontrolado da ciência* (págs. 135-136), sem reparar em que ambas as cousas quiça tenham muito a ver no seu desenvolvimento histórico com o cristianismo como ideologia do homem europeu. Mas o pior é que há um apelo para o medo como fautor desta nova (?) ideologia: «...o consequente medo que o homem tem do seu próprio poder podem, então, contribuir para recuperar o referencial de base da civilização europeia...». Sem dúvida isto pode reconhecer-se como o medo à liberdade de que nos falara Fromm, algo já muito conhecido nas sociedades peninsulares, e sem ter em conta que é precisamente esse mesmo medo o que travou as sociedades do Ocidente na busca de umha sociedade evoluída que pudesse frear essa concentraçom de poder que o prof. Mattoso deixa de explicar.

Nos temas 11 e 12 da parte III aborda pontos que puderam ter interesse para nós os galegos. Trata-se de dous trabalhos sobre *História nacional e nacionalismo* e *A formação de uma identidade nacional.* Esse interesse logo se traduz em desilusom relativamente ao intento de resolver os nossos próprios problemas. O prof. Mattoso alinha-se com o grupo de estudiosos que identificam naçom e estado, identificaçom que nasce de alguns dos gestores da revoluçom francesa (v.g. Sieyès), quando ao tempo que os ideais da mesma se expandem, espalha-se o nacionalismo entre povos sem estado, até dar-se o paradoxo que a Polónia que nunca se pensara a ela própria como naçom, começara a fazê-lo justo quando perde o seu estado a fins do século XVIII. Porém, nas origens desta conceptualizaçom está implícito um tremendo erro de partida: a identificaçom do estado, que é a expressom do poder de umha classe, com a naçom, que nesse momento essa classe cria como umha ideologia que suprime idealmente os antagonismos de classes. De aí que o mesmo autor tenha dúvidas se nom há «um exercício abusivo ou totalitário do poder» para manter essa situaçom (p. 160), e isso num país em aparência tam coesionado culturalmente como o português. De aí também a impossibilidade de explicar o nosso mundo contemporáneo, ou o passado, com umhas bases de partida tam restringidas às que se quer dotar de validez universal, e que se utilizam para justificar a ordem estabelecida sem tratar de explicá-la: «A História é aquilo que o tempo nos impõe» (p. 166), mesmo se isto se fai inconscientemente ou nom, até poder chegar-se a falar da repugnáncia dos historiadores pola história nacional e pola história política por situar-se num terreno «demasiado sujeito às armadilhas da ideologia».

A chave das noces, de Xabier P. Docampo*

Por Vicente MONTENEGRO

No objectivo sempre difícil, por vezes apaixonante, de irmos constituindo umha criaçom própria, sem mais dependências que aquelas de que nos queiramos dotar e das que venhem determinadas polo espaço cultural em que nos inserimos, é boa causa de satisfa-

* Via Láctea, Narrativa, A Corunha, 1987, 136 pp.

çom que apareçam romances como o presente; e isto nom por seguir esse critério, utilizado com freqüência, que pretende ver coberta a nossa História Literária de todos os géneros, temas e motivos que outros países produziram e produzem, por entender que assi e só assi esta se dignifica; tal crença, que ratifica a dependência referida, esquece que a principal responsabilidade da obra literária se situa, é a nossa consideraçom, nas relaçons do autor com a sua realidade e as mediaçons que pretenda estabelecer com o seu potencial público. Eis onde tem lugar a nossa saudaçom a *A chave das noces,* romance policíaco com aspectos interessantes; nom por apresentar inovaçons extraordinárias ou por dispor de um acabamento perfeito, mas por responder de seu a um horizonte de leitores com escassas oportunidades de desfrutar no seu idioma de um tema como o que nos ocupa.

E o romance nom é de leitura difícil ou pesada. Tem um ritmo ben construído, onde a distribuiçom e interrelaçom dos episódios está trabalhada, com umha boa dosificaçom do mistério, aliás nom mui abundante, e acertada articulaçom do caso principal que o protagonista tenta resolver. Observa-se porém, algum erro no manejo de perspectivas, (Cfr. pág. 75), sem grande relevância. Textos de cançons que este escuta, de Mick Jagger e Leonard Cohen, (música possivelmente nom mui de acordo com o 'decoro poético' num detective moço), e que vam sendo citadas ao longo da obra, relacionadas com o desenvolvimento das circunstáncias, sustentam esse ritmo, e mesmo lhe conferem certo carácter de incógnita, especialmente para um leitor nom mui instruído na língua inglesa, caso de quem isto escreve.

Manqueja o romance de excessivos lugares comuns, justificáveis, nom por beneplácito, mas polo facto de ser autor novel, e nom dispor tampouco de tradiçom própria que o sustente e informe; nom obstante som criticáveis episódios topicamente sentimentais e de escasso suspense, como a apariçom do cadáver de Henrique, um rapaz que Mauro, o detective protagonista, conhece na rua e que será o ponto de partida da trama; ou a história de amor deste com a sua companheira Inés, cujo desenvolvimento se ajusta ao igualmente tópico noutras literaturas e meios.

Nom escapam da mesma maneira as diferentes personages a estes moldes, o que tem vantages na recepçom, mas das quais o romance se ressente, podendo suscitar em algum leitor umha certa sensaçom de inverosimilhança. Possivelmente seja Mauro, para quem o narrador logicamente reserva atençom preferente, o carácter mais perfilado, e onde a introspecçom narrativa revela maior rendimento. Nom esquece nele o autor os 'pequenos detalhes', a sua sagacidade, a valentia, a dúvida ou o fastio; através dele exerce aquele a sua crítica da sociedade que pretende configurar, com referente, nom expresso, em algumha cidade portuária galega.

Devemos fazer referência à língua, reflexom triste mas necessária enquanto persista a situaçom que vivemos; e devemos louvar o cuidado observado por Xabier P. Docampo, e o seu bom uso; hai certas imprecisons léxicas ou escolhas discutíveis como o leitor verificará; mas comprovará de jeito parelho a tentativa em muitas ocasions conseguida de fixar a língua com rigor e altura; as transcriçons da variante portuguesa ou do inglês apresentam porém bastantes gralhas.

Renovamos pois a saudaçom a *A chave das noces,* romance para os amantes do género, seguramente muitos, no público juvenil em especial, e tamém para aqueles menos interessados, mas com o desejo de conhecer o estado da nossa produçom literária e o seu caminho de consolidaçom.

Val de Ramirás, de Anxo Angueira Viturro*

Vicente MONTENEGRO

Bem poderíamos definir o presente poemário, accésit do VIII Prémio Esquio de Poesia, como umha cançom da e à Natureza, 'locus amoenus' onde se projectam os sentimentos e vivências do seu jovem autor; cançom que com o suporte da tradiçom medieval manifesta ao tempo umha pretensom de originalidade muitas vezes conseguida. Hai em *Val de Ramirás* ritmo e rima que prende no leitor, fácil e ágil, poesia para ser cantada, poesia que reclama o adjectivo 'singela', quando o simples ganha categoria de arte. Complementa-se em ocasions o antedito com umha maneira acertada de contar, umha espécie de 'fabula ex poesia' que atrai, e que lembra poetas como o próprio Celso Emílio, por exemplo em «Ave nocturna».

Hai equilíbrio na obra; nom um equilíbrio entendido como compensaçom, mas umha expressom directa e sem excessos desnecessários; devemos criticar porém algumhas reiteraçons e interrogaçons retóricas que 'desnaturam' a autenticidade inequívoca que o autor possui; e acontece isto em poemas onde Angueira revela poderosas images, tam sugestivas que nos induzem a pensar que sobeja algum verso, («Agua de Trevón» e característico do comentado). Tem este feito um grande interesse na nossa opiniom; porque um poeta trabalhar com mestria a palavra e depois explicá-la, por temor a nom ser entendido, parecenos um sintoma gratificante; reafirma-nos na crença de que se apresenta um bom poeta, que, com o lógico esforço que toda arte demanda, pode conseguir a construçom justa e, daí, perfeita; no poema dedicado a Eusébio Lourenzo temos evidências que verificam a qualidade comunicativa do premiado: «verás con transparéncia as nosas barcas / ancoraren na sombra que deixaste /». Angueira tem beleza e autenticidade na palavra.

De poesia certa, autêntica, califica Manuel Forcadela a obra no magnífico prólogo que a acompanha; nom temos nós a menor dúvida. Esta 'poesia da natureza' amplifica-se, irradia e absorve os motivos que dam razom à expressom, que a solicitam. O tema da paisage nom se esgota em si mesmo, nom produz no autor a mera ensonhaçom; está presente o canto solidário (em «Casas», p.ex., com um certo tom decimonónico): a vivência do tempo; a elegia polo amigo desaparecido; a nostalgia o amor; todo, como antes indicávamos, projectado, inserido no meio natural de Angueira; e atravessam estes temas um longo caminho de tradiçom e intertextualidade, como com acerto sublinha Forcadela no prólogo de que fazíamos mençom. É curioso neste sentido o poema «Aqui», subintitulado 'Resposta que Hossain delega nun aprendiz de aluno', clara alusom a um poema de *A Caneiro Cheo,* de Luís G. Tosar, ganhador do último Esquio; encontrará o leitor que nom falta na poesia actual quem conteste efectivamente certas tendências, que nom estamos carentes de ironia necessária; (qual será, perguntamo-nos quase retoricamente, a 'acepçom' de versos como 'aqui tosar non quero'...?).

Nom está Angueira Viturro por umha poesia que cai no ruralismo ou no lirismo vácuos; opta por falar de si, que por extensom de círculos concêntricos na identificaçom de quem lê com o escrito, é igualmente falar de nós, galegos. A questom da vacuidade, do alheamento, digamo-lo mais umha vez, à custa de ser óbvios de mais, nom remete ao tema, mas

---

* Colecçom Esquio. Ferrol, 1989, pp. ??

ao seu tratamento. O autor mostra neste *Val de Ramirás* que dispom da força e consciência precisas para 'mallar habilmente na palavra'; agradecemos-lhe que reitere, através da sua criaçom, que a nossa História Literária nom é relíquia de um passado que só serve para recorrências retóricas. Angueira parece possuir a autenticidade, o compromisso e o trabalho paciente que conduz à grande poesia que dele se pode esperar.

Bibliografia de Lingüística Portuguesa*

Por Rui de VILAMOR

O trabalho realizado polo Núcleo de Estudos de Lingüística Contrastiva da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa é oportuno, e sempre necessário. Como se adverte na «Introdução», a *Bibliografia* tem umha finalidade prática; daí que, visando a facilidade de consulta, se tenha obviado umha excessiva pormenorizaçom na catalogaçom. Quanto a isto, «considerou-se como ponto de partida os diferentes ramos da Lingüística (Lingüística Geral, Lingüística Histórica, Lingüística Românica, Sociolingüística, Psicolingüística, Gramáticas, etc.) e os diferentes níveis de análise (Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, etc.)». Cada título registado figura numha única entrada, remetendo-se no fim de cada alínea a outras afins para fazer justiça ao carácter polivalente de certas obras. Inserem-se ainda «trabalhos que se situam na charneira da Lingüística com a Literatura como é o caso dos que se ocupam de Estilística e da Filologia», faltando livros didácticos de português (tanto língua materna quanto estrangeira). Indica-se a data da primeira ediçom, se possível, e as datas das ediçons subseqüentes. Para a recolha bibliográfica, seriam-se mais de 200 publicaçons periódicas, entre as quais nom se encontra, infelizmente, *Agália.* Também nom se aproveitam as *Actas* do *I Congresso da Língua Galaico-Portuguesa na Galiza (Ourense, 1984),* o que se deve, con certeza, a desconhecimento, porque a equipa autoral, com critério que aplaudimos, e que tem precedentes já nas Universidades lisboetas[1], inclui dentro da Lingüística Portuguesa (ou Galego-Portuguesa, rubricas à margem) os estudos efectuados, na Galiza ou noutra parte, sobre a modalidade galega do idioma comum, e assim figuram, v.gr., trabalhos como o do Prof. Carvalho Calero, *Gramática elemental del gallego común,* (1966), do Prof. García Gondar, *O infinitivo conjugado em galego* (1978), de R. Lorenzo, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português* (1968), da Prof.ª Vásquez C., «Situação e perspectivas do galego na Galiza» (1983) e de N. Ares V., «Tradiciones de Santa Eulalia de Bóveda-Lugo» (1970).

A *Bibliografia de Lingüística Portuguesa* supom, como antecipam os autores, *um marco num constante começar.* E assim é, com efeito. Há falhas que haverá que corrigir, v.gr., a citada obra de R. Lorenzo aparece incluída em dous parágrafos (pp. 32 e 140), contra o critério que se estabelece na introduçom, ou na p. 33, onde nom se insere a editora (Presença), número de ediçons (3 polo menos) e datas (1.ª 1952, 2.ª 1977), do *Manual de Filologia Portuguesa* de Serafim da Silva Neto. Nom obstante, é na parte galega que a obra é manifestamente insuficiente, em tal grau que nom tem sentido apontar as lacunas. Esperemos que se remediem, estas e outras, em posteriores ediçons, indubitavelmente próximas, como o trabalho decerto merece.

---

* Litoral Edições, Lisboa (1987). 147 pp.

(1) Assim, por exemplo, a *Bibliografia Dialectal Galego-Portuguesa,* elaborada, em 1976, polo Centro de Lingüística das Universidades de Lisboa; vol. 3 das «Publicações do Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal *e da Galiza*» (itálico nosso).

Publicaçons recebidas e de interesse

AJA, Boletim da Associação José Afoso, núm. 3 (Janeiro-Fevereiro-Março de 1989). Inclui um trabalhinho de G. Luca de Tena, «Resistir de poeta en poeta», e umha entrevista concedida por Zeca em Março de 1985, «Quanto mais pessimista é a visão que eu tenho do mundo, das coisas, mais vontade tenho de me envolver nelas». Pode solicitar-se ao Aptdo. 237. *2000 Setúbal* (Portugal).

Vicent Bello, *La pesta blava,* Eds. 3 i 4, València, 1988. Lúcida análise crítica da terceira via proposta no País Valenciano, de proveitosa leitura para os interessados polo que acontece na Galiza: as circunstâncias, sendo diferentes, parecem-se muito.

A. Vicente Campinas, *Ciladas de amor e raiva,* ediçom do autor, Lousã, 1987. Poemário dividido em duas partes (I. «Jogos na sombra imperfeita»; II. «Caminhos por recorrer»), do autor de *Fronteiriços.* Esperançador.

Contact Bulletin, do «Buereau Européen pour les langues moins répandues», Vol. 5, núm. 3 (Inverno 1988-1989) fai umha referência ao Colóquio EMU (Riis, Frísia) sobre o ensino de línguas «moins répandues» na primária assim como reproduz a declaraçom emitida.

Iskreiro, publicaçom independentista, núm. 4 (Março de 1989). Vale salientar o trabalho de Ivaro J. Vidal Boução, intitulado «De que concórdia falais?», de grande actualidade e digno de continuar um debate aprofundado.

John Earl Joseph, *Eloquence and power. The Rise of language Standards and Standard Languages,* Frances Pinter, London, 1987. A respeito do galego, o autor diz: «Galician is also the vehicle of a considerable literature; in fact, the early phases of its Ausbau are shared with Portuguese. But only regional chauvinists would of the 'Galician language'. In common parlance, Galician is a Spanish dialect, and not for lack of Abstand or Ausbau, but because of political dominion» (p. 3).

José do Carmo Francisco, *Jogos olímpicos,* Espiral/Poesia, 1988. Distribuido em «Dez poemas pessoais» e «Outros poemas», o poemário *liriza* o desporto, mais bem os desportos. Delicioso.

Maria Natália Miranda, *Uma rosa em cada gesto,* Espiral/Poesia, 1988. A autora, além de poeta, tem obras didácticas e de literatura infanto-juvenil. O poemário, bem ilustrado, é umha reflexom delicada sobre as vivências mais íntimas do ser humano.

Toni Mollà - Amadeu Viana, *Curs de Sociolingüística, 2.,* Eds. Bromera, Alzira, 1989. Continua o temário, iniciado no vol. 1, com os seguintes apartados: A comunidade lingüística, Sistemas de memória social, Regras e significados, As leis das línguas e Introduçom aos processos de cámbio sociolingüístico. Recomendável para entender a situaçom minorizada da Galiza.

A nosa Terra, em particular o núm. 372 (26 de Janeiro de 1989), em que se dá conta, mais umha vez, de umha nova chamada a um «consenso normativo do galego». Num *totum revolutum* (que beneficiará aos pescadores de sempre) aparecem consultados o Director Geral de Política Lingüística, que só diz verdades a médias, o director da editorial Galáxia, o presidente da *Mesa pola Normalización,* o secretário do ILG, etc. Também foi consultada a Presidenta da A.GA.L.; a Dra. Henríquez Salido dizia, entre outras razons: «O eixo fundamental para nós seria respeitar e ter presente a história do nosso idioma, a história inteira, pois é bem evidente que o galego nom nasce no XIX com Rosalia». Quando entenderá *a gente* que «la questione della lingua» sempre ultrapassou a grafia estrita e a gramática prescritiva, porque alicerça na concepçom prévia que se tenha sobre o Povo que há de usar a escrita e a gramática?

José R. Rodrigues Fernandez, *Luzia ou o canto das sereias,* Cadernos do Povo, 1989. O autor, depois de *O sereno* (1983), *Seguindo o caminho do vento* (1985) e *Contos de fada em do maior* (1987), publica este novo relato em que «mistura o real e imaginário de um país submetido em que o autor e os protagonistas pretendem fazer reflectir ao leitor sobre o necessário processo de libertação dem país nessas condições».

Amélia Vieira, *Poema,* Labirinto lírico, Barca Nova Ed., Lisboa, 1988. Reflexom poética em prosa sobre o ser e a vida do mundo.

«O traço de uniom entre o verbo e o pronome»

Meus amigos integracionistas (incluidos os lusófonos):

Acabo de ler um trabalhinho sobre o assunto enunciado no encabeçamento e vejo-me na obriga de vos escrever para comentá-lo.

O autor desse artigo redigiu-no decerto com o intuito de justificar a doutrina das *Normas ILG (RAG),* que a «Xunta» de Alianza Popular «oficializou» (sem as declarar oficiais) polo *Decreto Filgueira* em Novembro de 1982, publicado em Abril de 1983; nom obstante, pretende amostrar imparcialidade e mesmo «cientificidade», apesar de cair nas simplificaçons habituais dos adictos ao «oficialismo». Vale a pena, portanto, declarar quer a ideologia latente, quer os propósitos objectiváveis.

Esse autor, sem dúvida de boa fé, proclama no corpo do artigo que a Galiza é «nación» *[sic];* mas o só facto de bradar arreu 'Galicia, nación!, Galicia, nación!' *[sic]* nom constitui garantia de nacionalismo. Cumpre, porém, fornecer aos futuros cidadaos da futura entidade nacional galega um instrumento eficaz para conseguirmos a verificaçom nacional da Galiza. Refiro-me aqui ao *instrumento* lingüístico que, devendo ser *eficaz,* tem de ser também simbolicamente *identificador.* Os «oficialistas» acostumam preterir tais funcionalidades; neste aspecto o autor preenche generosametne os requisitos caracterizadores do «oficialismo».

Com efeito, nesse trabalhinho X. H. Costas González «razoa» obediente aos pressupostos que as Instituiçons académicas espanholas «legitimam» como científicos para o galego, ainda que nom sejam válidos para o castelhano, a sua *lingua nacional.* Podem reduzir-se a estes dous:

a) *A escrita ha de ser* fiel *à fala,* se bem nem este autor nem o «oficialismo» determinem ajeitadamente nem o grau nem as «razons» dessa fidelidade. Quiçá nesta indefiniçom radical estribe a «versatilidade» sucessiva das propostas oficializadas, mesmo depois de «oficializadas».

b) Porque *som fonicamente diversos até divergentes,* o galego e o português som línguas diversas, ainda que irmás.

Digo que esses pressupostos nom valem para o castelhano. Com efeito, apesar da diversidade fónica das falas, evidente e indiscutida, as Instituiçons espanholas sustentam o princípio da *unidade da língua* para além de territórios e divisons político-administrativas; nesse princípio justamente fundamentam a necessidade da *Ortografia unificada.* Por outro lado, baseando-se nessa *unidade lingüística necessária,* explicam e até «justificam» as impropriedades e desajustamentos da escrita comum em relaçom às divergentes falas do castelhano. Convém lembrar nesta altura que as Instituiçons espanholas, entre elas o ILG, a RAE, a RAG, a Universidade, quando dizem do castelhano, estám a dizer da sua *lingua nacional;* porém, quando dizem do galego, pontificam sobre umha língua, para eles, «autonómica» ou simplesmente «regional».

Portanto, desde os pressupostos acima enunciados cabe quer *argalhar* qualquer tipo de explicaçom, quer rejeitar, por «infiel» à fala, qualquer grafia, que admitir, por «fiel» à deri-

va do galego, qualquer escolha; e, ao dizer «qualquer», entendo qualquer, ainda as mais disparatadas. Por exemplo, quando o X. H. Costas afirma que a representaçom 'fan-no' ou 'visiten-na' «provocaría —provoca xa agora— unha lectura errónea e, deste xeito, o trazo xeraría unha alteración fonética e morfolóxica estéril e improductiva», parece conceber apenas o leitor de textos galegos ignorantes deste idioma, de modo a requerer, por ter só competência gráfica em castelhano, que se lhe forneçam exclusivamente textos escritos «fieis» à ortografia castelhana. Se, nom obstante, fosse certo aquilo de 'a escrita haver de ser fiel à fala', escrever «lectura», «alteración» ou «improductiva» (por exemplo) 'provoca já agora umha leitura errónea e está a gerar umha alteraçom fonética e morfológica' porque os galegofalantes pronuncian «letura», «alteraciong» e «improdutiva»; salvo que se procure, como processo produtivo, a castelhanizaçom do idioma galego.

O autor ousa também afirmar com desmesura. Por exemplo, acerca da «base histórica que xustifique o devandito trazo», diz impertérrito: «Facéndomos un pouco de historia, e buscándomos nos antigos textos galego-portugueses orixinais, non achamos rastro ningún deste grafema».

Ponhamos de parte se o termo *grafema,* aplicado ao hífen, é o adequado e consideremos a pertinência desse redondo asserto. Assim como existe rasto da acentuaçom e da palatalizaçom, também nos textos originais existe rasto da funcionalidade procurada polo hífen. De um lado, a sílaba tónica assinalava-se, com relativa freqüência, por meio da duplicaçom da vogal, como, aliás, a palatalizaçom de *L* e *N,* antes de marcar-se polo *H,* se indicava, também com relativa freqüência, por meio do *I* longo *(J),* anteposto ou posposto. De outro lado, a dupla funcionalidade do hífen (evidenciar elementos *diferentes* mas fortemente *relacionados)* é cumprida, também com relativa freqüência, polo *H,* signo-cuinga ou signo-complemento, que tanto reforça palavras de mínima letragem, como *é* (he), *um* (hũ), indicando assim a fronteira vocabular, quanto funge como hífen, cumprindo também a funçom precedente (do tipo *mandouhos),* quanto mesmo assinala a palatalizaçom.

Justamente porque a seqüência *'verbo + pronome átono'* é muito reiterada no galego-português é que se deve adoptar o signo (-), que separando ambos os elementos evidencia a sua forte relaçom, até ao ponto de o pronome compartilhar, na oralidade, o acento do verbo que o precede, precisamente o contrario do que acontece na seqüência *'artigo + nome',* em que é aquela a compartilhar o acento deste. Reveja o leitor as pp. 62-63 e 84-86 do *Estudio crítico,* publicado pola AGAL; explica-se nesses lugares que, por primarem o critério de oralidade ['escrever *como* se fala' (?)], os «oficialistas» teriam de transpor a seqüência *comer o caldo* destarte, «come-lo-caldo», con dous hífenes, e a seqüência *comê-lo* justamente assim «comê-lo».

Mas a congruência nom é qualidade que distinga o isolacionismo do ILG, como nom adoita distinguir as manobras dos políticos.

Polas razons aduzidas, «unidade da língua galego-luso-africano-brasileira», «suficiente correspondência entre as falas e a escrita» e «respeito pola tradiçom gráfica», tem de usar-se o hífen no galego. Além disto, vale lembrar que o francês e o catalám usam também este signo com a funcionalidade descrita.

Nom apenas a *incoerência* caracteriza o isolacionismo, mas também a *ocultaçom* de dados e até a *manipulaçom* dos textos. É o modo habitual de se conduzir a Notabilidade espanhola, quer a académica, quer a política, para levar adiante o seu projecto nacional; assim o fazem com os textos relativos à entidade nacional galega, segundo o comprovaremos imediatamente.

Com efeito, num outro artigo da mesma revista M. C. Noia trata dos «Usos e actitudes lingüísticas na 'Epoca Nós'»; nele cita trabalhos de Vilar Ponte, mas nas citaçons justamente **suprime** as frases mais substanciosas, que assinalo em **preto.** Vejamos dous simples exemplos:

Exemplo primeiro:

> «Galicia, *[quando Vilar Ponte escre* **Galiza]** espritoalmente é máis escrava aínda, pois non ten, xa non unha cultura propia en fala allea, que nen siguer unha cultura allea en fala propia. **Dun lado o traballo propio, que emprega a lingua nativa, esmagado polas aduanas e dirixido pola tralla de maioraes estranos, dentro**

dun atraso material fondísimo. Doutro lado unha cultura allea, en fala allea ó campo i á mariña, que non chega á Galiza, traballadora, rifada con tódalas arelas da raza. Dun lado o distanzamento do veciño Portugal, doutro lado o abandono da Terra por os millores».

(in *Pensamento e sementeira,* p. 70)

Exemplo segundo:

«[...] **Ahí representantes do 'Seminario** *[de Estudos Galegos]',* **da Academia Galega e da 'Irmandade da Fala' son os chamados a esculcaren no tema para concruir asinalando unha fórmula armónica. Coidamos que non hai estudo galego máis interesante de momento, nin orgaísmos de maor idoneidade para tratalo.** A loita ortográfica entre os partidarios da J e a G e os partidarios da X, **na citada xuntanza,** deberíase resolvérese sentando as bases preparatorias dun futuro 'abrazo de Vergara' *[normativa de concordia u acordo ortográfico lusófono?].* **Que neste caso chamaríamola 'aperta de Pontevedra'.**

«Emporiso, compre dicir —xa que moitos parecen iñoralo— que o Diccionario da Academia Galega axéitase a J e a G. O que ha é unha orientación. Mais non seríamos xustos si non manifestásemos que tanto como ós teóricos hai que ouvir ós práticos no preito de referenza. Porque en teoría, coidamos que cáseque todos imos convencidos da necesidade de unificar o linguaxe. Pro a práitic tamén ten as súas esixencias. Quenes pubricaron revistas e editan libros en galego, saben perfeitamente que o criterio do 'gran público' é de incompatibilidade co emprego da J e da G» (iab. p. 243).

O primeiro fragmento pertence ao artigo intitulado «Decatadevos do que é o nazonalismo galego»; o segundo, ao intitulado «Da loita ortográfica». A só constataçom dos temas «elididos» é indicio suficiente do discurso em que a autora se acha instalada; reveja-se. À sua luz concluir-se-á que M. C. Noia nunca citaria o parágrafo final do último trabalho:

«Porén, temos que pensar sempre 'que o Miño e o Douro gardan a vella irmandade galaica e manteñen a tradición do noso pobo'. E temos que pensar inda máis: que na América eisiste un país, de grande porvir, de corenta millóns de habitantes, que fala a la lingua que foi común nas dúas bandas do Miño ata o século XV. Tódolos países de idioma castelán, do Novo Mundo, son coitadiños enanos após de aquel. Cousa da que non queren decatarse os hispanoamericanistas. Sendo tan fundamental» (ibidem).

Amaro Doce

Marantes, Outubro de 1988

P.S. Os artigos contestados aqui publicaram-se no núm. 100 de *Grial.*

Galiza: tupi or not tupi

NOTA DA REDACÇOM: Como é costume em *Agália,* mas também com o intuito de promover um debate, necessário, a esclarecer o que o correspondente denomina «reintegracionismo político». Aliás, sabe-se bem que A.GA.L. *só* foi legalizada como «asociación cultural» e como tal, dentro da legalidade, desenvolve o seu labor.

Nom sei se AGAL está preparada para receber críticas profundas. Tal suspeita tem pouco a ver com pensar que o reintegracionismo seja maniqueu ou intransigente. Tampouco acho nessa Associaçom —eu nom formo parte dela— atitudes lingüísticas sem legitimidade, já que parto da base de que galego e português compartilham um mesmo diasistema.

A minha crítica, pois, trata de ser prudente. Por várias razons: tenho colaborado com AGAL, reconheço o trabalho importante feito até agora e considero científicos de relevância muitos inspiradores do projecto. Decerto, com mais relevância que o autor desta pequena intromissom. Espero, contodo, que as minhas opinions se ponderem na justa medida: polo conteúdo e nom polo nome, como simpatizante e nom como agressor. Tenho fe em que AGAL aprécie este esforço, porque sei que alguns havedes de coincidir nos fundamentos.

REINTEGRACIONISMO LINGÜÍSTICO, REINSERÇOM SOCIAL

A verdade existe, dim os iluminados. Quando começou a sério o dever de fazer do galego umha língua de cultura, quiçá nom havia outra alternativa que possuir essa verdade como um castelo firme. Nel tinham de entrar conceiçons diversas; assi o exigiam as circunstâncias tam peculiares dum país invadido polo sucursalismo.

A história do reintegracionismo é igual de velha que o nosso ressurgimento nacional. A história da verdade apresenta-se algo mais complexa, por isso nos estranha que alguém esteja seguro de tê-la findado precisamente agora. Avançar numha situaçom adversa cria a ilusom nom só de seguir o caminho correcto, senom de ir polo único possível. Porém, de vez em quando cumpre reflectir.

Hoje AGAL recolhe muitas tendências na ânsia comum por recuperar o galego. Os objectivos iniciais da Associaçom fôrom ampliados em várias frentes, em distintas estratégias. O debate enriquece, a divergência aviva o pensamento. Sem embargo, a sensaçom actual é que existe medo em certos sectores: medo por dizer com sinceridade o que se persegue, medo por escuitá-lo face a face.

E deixemos já as reviravoltas. Dentro do reintegracionismo lingüístico nasceu outro de significaçom política. A idea nom é nova. Desde o próprio Pondal até o heterodoxo Castelao respíra-se um afám, nunca além da poesia, por se achegar a Portugal com mais ou menos entusiasmo. O desenvolvimento da nossa cultura a partir da morte de Franco, a entrada na CEE, os contactos co além-Minho... Todo indica umha necessária olhada ao Sul. Nem sequer o empresário galego descuida esse movimento que recupera a comunicaçom e destrui umha época absurda. A santa cruzada do dinheiro segue a mandar.

Galiza foi lanhada, no sentido nortenho do termo, hai centos de anos. Transcorrerom séculos sem alento entre as duas terras da raia, pero o passado doloroso ensina bem a liçom. O povo que nom apreende a sua história, dizia Isaac Diaz Pardo recentemente, está condenado a repeti-la.

O nacionalismo galego tivo que elaborar de novo a crónica dumha repressom, que no caso da Galiza norte atingiu todos os terrenos, agás os relacionados cumha valiosíssima cultura popular. O atraso económico em que nos mergulhou Espanha salvou em grande medida os distintivos nacionais, mentres o norte de Portugal sofria outro império que falava a sua mesma língua, mas agia coa mesma indiferença que Madrid. Nom hai tal «Galiza livre» que alguns lusistas idealizam: só umha regiom triste, abandonada, que os tecnócratas da CEE descobrem sob a óptica da economia subdesenvolvida.

Plantejar a uniom política com Portugal oculta um trágico complexo de inferioridade, ou, ainda pior, umha absoluta falta de confiança na vontade colectiva do nosso povo. Rodrigues Lapa argumenta que os nacionalismos de *pátrias pequenas* levam a nengures, sem reparar em que Galiza revive de puro nacionalismo, pois Portugal nunca se interessou por nós como Estado. Nom falo com ressentimento, senom como memória. A relaçom cultural cos portugueses resulta urgente, positiva; como respirar o exterior desde dentro. Umha das primeiras cousas que eles devem assimilar de nós é o nojo polo imperialismo. Umha das primeiras aulas que nos devem recitar é a do orgulho, a da independência.

Gostaria de refutar ponto por ponto a teoria de «reintegraçom política», mas o facto de que nom fosse enunciada polos seus defensores preocupa-me em maior grau. Por acaso se teme a definitiva marginalidade?

O independentismo galego nom precisa reinserçom social, nem arrependimento, nem muito menos licença dum glorioso Estado colonizador. Por fortuna, certos nacionalistas sabemos distinguir as pessoas das instituiçons. Isso possibilita que reconheçamos quando um espanhol ou um português som capazes de falar como se nom fôssemos de províncias.

A SÍNDROMA DO NEÓFITO: DE ELITES, ILUMINADOS E OUTRAS PROEZAS

Começou-se pola *ortographia.* Todos queríamos dignificar o que a Constituiçom espanhola e o Estatuto autonómico chamavam na prática dialecto. A seguir, a *ortophonia,* fruto de viajar demasiado a Lisboa e descuidar Coristanco e Burela, fruto de desconhecer de jeito alarmante qualquier manual de fonética peninsular.

Ao final será a *ortodontia,* sob o pretexto de que o nacionalismo galego tem os dentes mui botados para diante. Sintomas da doença: exigir, por exemplo, que o nosso património léxico seja imediatamente incorporado aos dicionários, quendo nem sequer se admite ao nível das vozes tupis. Essa barbárie filológica denota umha carência de sensibilidade cercana à ignorância. A soluçom, sem dúvida, está num diálogo rápido e fértil.

Porém, nada se avança quando neste país alguns perdem a perspectiva histórica. Nas excelentes *Actas do I Congresso Internacional da Língua* propom Montero Santalha umha substancial muda: *«À língua portuguesa falada na Galiza nós, galegos, chamamos mais freqüentemente «galego» ou «galego-português», ou mesmo «língua galega» ou «idioma galego», mais por extrapolaçom inconsciente... do que por chovinismo idiomático. No entanto, a denominaçom mais satisfatória deverá ser «português da Galiza», seguindo o exemplo dos brasileiros, que chamam à língua do seu país «português do Brasil»».*

Estamos perante umha autêntica alfaia para a análise de discurso, mas traçaremos apenas o esqueleto desta declaraçom. Comparasse a Galiza —naçom moderna, filha da colonizaçom portuguesa—. Equipara-se em sincronia umha língua nacional por substrato —o galego— cumha língua imposta mediante aquela rapina colonial que muitos espanhois e portugueses denominam alegremente «descoberta».

Equiparam-se duas colónias, enfim? Decerto, nom do ponto de vista que nos interessa. A língua portuguesa do Brasil, como realidade, agasalha-nos a todos. Mas Galiza tem o privilégio histórico de chamar *galego* ao que fala, pois ela o forjou, e na sua palavra segue a viver, apesar do castelhano.

Se mal nom lembro, o empenho era recuperar a língua e ceivá-la do alheo: quer dizer, elevar o galego-português da Galiza à categoria de expressom normalizada. O rigor filológico garante a pureza, o contacto co povo a frescura, pero o galego perde terreno porque a língua dista de ser umha leituga preparada por universitários. Na salada, e desculpade

o símil, falta ainda consciência de pertencer a um colectivo nacional. É a única maneira de devolver dignidade, e sobretodo vida própria, ao veículo de comunicaçom dos galegos.

Por quê plantejar a uniom política com Portugal reflecte um complexo de inferioridade? Se cadra, pensei mais nas pessoas que na idea mesma, a qual acho umha simples traiçom. Sempre hai que conservar o respeito polos indivíduos, normalmente portadores de filantropia e interesse comum, por muito que se equivoquem.

Ora bem, quando se prescinde da gente em nome da ideologia, está o campo semeado para atitudes totalitárias. O *nacionalismo português* —fóra ambiguidade— olha para Lisboa buscando algo mais que o intercâmbio necessário entre as duas terras irmás. Nel acho desprezo por um país ainda rural e marinheiro, por um proletariado urbano em agonia, por umha fala vivente que o elitismo qualifica de *vulgar...* quiçá somos tamém um país vulgar.

A síndroma do neófito manifesta-se em indícios típicos: passado pouco comprometido com Galiza, vida na cidade, iluminaçom inesperada, radicalizaçom verbal, raçoamento monolítico e teima por levar a Razom às pessoas em vez de levar as pessoas à Razom. O Neófito olvida com facilidade que a ideologia é umha pirámide onde a cúpula culmina as experiências. Julga, ao contrário, que todos pensam mediante premissas formais (como Aristóteles) e que por tanto basta com desmontar as conclusons para ganhar adeptos à Causa.

A primeira vítima de mudar com excesso de velocidade é o próprio neófito. Abonda-lhe dizer «Portugal» ali onde figuráva «Espanha»; critica independentistas curtidos porque ignora que na cadea sofrem os revolucionários, nom os que desejam um mundo melhor substituindo a língua do Estado e o protocolo da cultura regional. Ignora, aliàs, que a sua iluminaçom política nasce já filha bastarda de quem dedicou o peito por esta *regiom* e a sua *língua vulgar.*

Portugal merece a nossa atençom admirada, a nossa paciência quando a inércia imperial contamina o seu delicioso sotaque. Devemos comunicar-nos sem demora. Viver de costas aos portugueses mostraria umha enfermidade mais maligna do que a xenofobia: o medo. Temor por contemplar-se no curioso espelho duns estrangeiros que nom som exactamente isso, senom o oposto, ao passarmos de Tui a Valença. Pânico por fazer adulta a cultura do nosso país sem o beneplácito espanhol, e poder assi sair de Coimbra a Dublim coa vontade da Europa verdadeira, a que se escreve longe dos governos.

TROCAR A MOINHEIRA POLO FADO; ESPERAMOS CONTESTAÇOM

Ao nacionalismo português da Galiza urge-lhe tirar o disfarce. Inicialmente, pola singela mecânica de oferecer umha alternativa aos galegos. Em segundo lugar, para que outros galegos nom estejam a trabalhar por outra história contada na mesma língua. Os que ostentam a limpa e rechamante verdade nom terám reparo em ensiná-la.

Di o subtítulo «trocar a moinheira polo fado». Se calhar, a proposta interpreta-se de jeito erróneo. O correcto seria «trocar o flamenco polo fado». Nom recordo que molestem especialmente os bailes regionais, e menos se integram a comitiva para dar a bemvinda a presidentes ou caudilhos.

No caso de alguém sentir-se ofendido por esta traduçom de tendências incipientes, é óptimo o caminho do ensaio, do programa eleitoral, mas, por favor, nom o da inconcreçom. Tempos tam pouco democráticos, onde quase toda a informaçom vém manipulada, pedem coerência na definiçom de objectivos finais. O nosso é a libertaçom dum país farto de ser Noroeste da Espanha, Norte de Portugal, Bretanha espanhola e Baviera ibérica: a independência, a dignidade, movem este nacionalismo. Quê é o que move o vosso?

Saberedes já os motivos que alguns aduzimos para bem distinguir reintegraçom lingüística de reinserçom política. A responsabilidade tem-na AGAL, agora e no futuro: *ser ou nom ser* a matriz dum solapado projecto. Aguardamos debate e linhas firmes e claras, porque muitos querem(os) participar numha associaçom galega da língua.

Xavier EIRIM

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro numeros): Membros da AGAL ..... 2.000 ptas.
Península Ibérica ..... 2.800 ptas.
Europa ..... 3.200 ptas.
Resto do Mundo ..... 3.500 ptas.

NOME.....

MORADA.....

.....

LOCALIDADE _____ PAÍS _____

DATA _____/_____/_____ **ASSINATURA**

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número _____ inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- ☐ Transferência bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.
- ☐ Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.
- ☐ Giro postal ou giro urgente n.º _____.

A G A L — ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos _____

D.N.I. _____ Profissom _____

Endereço (Rua, Praça) _____

Vila, Cidade _____ País _____ Ttno.(_____) _____

Data de nacimento _____/_____/_____ **Quota Anual/Trimestral/Mensal**

Modo de pago: Ingresso directo na c/c núm. 06566121 (Caixa Postal de Ourense). Quando se verifique o pagamento anual (3.600 ptas./600 ptas/300 ptas.) pode domiciliar-se. A tal efeito roga-se juntar a este boletim notificaçom do número de c/c, Banco ou Caixa, Sucursal e localidade.

Quotas: **Normal:** 3.600 ptas./ano (300 ptas./mês).
Estudante e desempregado: 600 ptas./ano (50 ptas./mês).
Menores de idade: 300 ptas./ano (25 ptas./mês).

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Redacçom: Aptdo. 560 - 15080-Corunha.
Aptdo. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Aptdo. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Aptdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Núm. 17

Primavera 1989

SUMÁRIO

PÁG.

Aos nossos leitores 3

ESTUDOS

Questionário de História contemporánea, *por Lluís V. Aracil* 5

O «Congreso Pedagógico» de Barcelona (1888) e a reivindicaçom didáctica da língua galega, *por Narciso de Gabriel* 17

O popular em *Um olho de vidro,* de Afonso R. Castelao, *por Luís Martul Tobio* 33

O «direito» a informaçom mendaz (Algumhas consideraçons sobre a Jurisprudência Constitucional arredor das liberdades de informaçom), *por José Vilas Nogueira* 47

NOTAS

Produção e difusão de cultura no século XVIII (Cinco notas de orientação e um balanço conclusivo), *por Manuel Afonso Costa* 55

No nome da mai..., *por José M.ª Monterroso Devesa* 59

Apresentaçom da vida e da obra de Celso Emílio Ferreiro, *por Henrique Manuel Rabunhal Corgo* 65

ANTOLOGIA

A meiga do Leres, *por Carlos Ferreiro* 75

Brevidades e Conversas do nosso extermínio, *por José R. Rodrigues Fernandes* 78

Ruiva mulher de esperança, *por Alberto Sueiro* 81

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

Mais sobre discriminaçons «por razón de la lengua» 87

Solidariedade com o Prof. Alonso Nozeda 92

A Associaçom Galega da Língua dirige-se ao Presidente da Audiência Territorial para solicitar a máxima prudência e neutralidade 93

A Administraçom denega subsídios sistematicamente à A.Ga.L. 95

Folhas Novas e *Guia prático de verbos,* livros bem vendidos 96

As Deputaçons na Galiza premiam os «seus colaboradores» 97

Mais irregularidades administrativas 100

Apresentaçom do número 12 da revista *Agália* 102

Renovação, Embaixada Galega da Cultura. Madrid 102

Actividades da Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O) 103

Acordo Ortográfico para a lusofonia: mais umha vez 104

Socializaçom do reintegracionismo 105

O galego, «asignatura» pendente na Justiça 106

O «bilingüismo» também na U.R.S.S. 107

Memória da história 108

Sobre os Irmandinos 108

IN MEMORIAM

Na morte de Rodrigues Lapa, *por José Martinho Montero Santalha* 109
Morreu Aurélio Buarque de Holanda 112
Na morte de Fernando Namora 112

RECENSONS

A escrita da História. Teoria e métodos, *por Francisco Cobo* 115
A chave das noces, de Xabier P. Docampo, *por Vicente Montenegro* 116
Val de Ramirás, de Anxo Angueira Viturro, *por Vicente Montenegro* 118
Bibliografia de Lingüística Portuguesa, por Rui de Vilamor 119
Publicaçons recebidas e de interesse 120

CORREIO

«O traço de uniom entre o verbo e o pronome», *por Amaro Doce* 121
«Galiza, tupi ou nom tupi», *por Xavier Eirim* 123

DESENHOS: Xaquín Marín
BROCHES ILUSTRATIVOS: Castelao *(Um olho de vidro)* e Roi Gil Lourenço (11 anos)
CAPA: Júlio Gaioso

AOS NOSSOS LEITORES

Iniciamos com este número o quinto ano da revista *AGÁLIA*. Atrás ficam dezasseis volumes mais dous monográficos que já fazem parte da história, nom apenas da história modesta da nossa Associaçom, mas sobretudo da História nova em que bem diferentes colectivos estamos a organizar a Galiza.

Temos de reconhecer, com alegria intensa, que é mercê aos colaboradores, aos redactores e designadamente aos assinantes e leitores de *AGÁLIA* que a revista se acha nos princípios valiosos da sua consolidaçom tanto na Galiza quanto na Comunidade Lusófona. O objectivo, contudo, requer ainda um grande esforço de maneira que, entre todos, colaboradores, redactores e nomeadamente assinantes e leitores, firmemos definitivamente a continuidade frutuosa de *AGÁLIA*.

Cumpre-nos a honra de proclamarmos que, tanto onte, quando começávamos a nossa caminhada, quanto hoje, que a prosseguimos animosos, os ideais que nos movem nom variárom substancialmente: mantemo-nos no compromisso de impulsarmos o processo normalizador do idioma galego, a nossa *língua nacional,* e insistimos, porque ainda por bastante tempo será necessário, na mesma linha estandardizadora que provocou a constituiçom da Associaçom Galega da Língua e que vimos defendendo desde aquele ano de 1981, já relativamente longínquo.

Quanto à organizaçom interna da revista, o leitor pode comprovar algumhas novidades: abre-se, como secçom isenta, a que denominamos *«In memoriam»,* destinada a lembrar a pessoa e actividades dos vultos que notabilizarom em vida a nossa Comunidade Lingüístico-Cultural; seguimos a reforçar as secçons *«Documentaçom e Informaçom», «Livros recebidos e de interesse«* e *«Correio»,* que estimamos de muita utilidade para conhecer os acontecimentos presentes e em particular para possibilitar que no futuro, quando a Galiza goze da dignidade que procuramos também por meio de *AGÁLIA,* as novas geraçons podam julgar o labor dos autênticos galeguistas e o «deslabor» dos outros. Porque de facto todos aqueles que militamos precariamente na organizaçom cultural da Galiza estamos a erigir para o Povo galego a dignidade que na história certos indivíduos e instituiçons lhe estám a substrair sem piedade. A tal fim, continuando a melhor tradiçom galeguista trabalhamos, livre e decidamente, nom por umha glória efêmera, como a que as entidades espanholas rendem a publicaçons e escritores da sua parcialidade nesta Galiza ainda nom dignificada, mas aquela, séria e decente, que caracteriza os nossos associados e simpatizantes: é glória consistente compartilharmos, também desde as páginas de *AGÁLIA,* as tarefas solidárias da construçom nacional da Galiza segundo a desenharam os nossos predecessores das *Irmandades da Fala,* do Grupo *Nós* e do *Seminário de Estudos Galegos.*

QUESTIONÁRIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÁNEA

Lluís V. Aracil

(Apresentaçom, adaptaçom e notas por
C. C. MORÁM FRAGA e J. MATO FONDO)

«E saiban os da perguiza
Qeu sin traballo e sin tempo
Ninguén fixo nunca nada
Nin se fará sin comenzo».
(Joám M. Pintos)

Apresentamos um texto inédito do notável sócio-lingüista catalám, que foi no seu dia ponência no *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza,* celebrado na cidade de Ourense em Setembro de 1984.

Quantos naqueles dias participámos activamente numhas reunions sem precedentes para a nossa história, nuns debates que julgávamos altamente esclarecedores e que, sem dúvida, o fôrom, tivemos a feliz oportunidade de perceber em Lluís V. Aracil umha das análises mais rigorosas a respeito da situaçom lingüística e do problema nacional: rigorosa na sua brevidade, precisa sa sua focagem e especialmente desmitificadora polo procedimento discursivo empregado. Por causas diversas nom foi possível que a ponência aparecesse publicada nas Actas, mas felizmente tinhamo-la recolhido íntegra em fita magnetofónica e conservamo-la até hoje.

Transcorridos quatro anos e meio das jornadas anteditas, e quando a AGAL já tem organizado e celebrado um II Congresso, a situaçom política, cultural e lingüística nom mudou substancialmente, embora se podam registar factos susceptíveis de análise em diferentes planos, factos a que nom vamos fazer referência. Seja como for, o texto aqui reproduzido mantém toda

a vigência do primeiro dia, toda a força dinamizadora, toda a luz, e também toda a sua carga de possível «incomodidade» em tantos e tam diversos potenciais receptores.

Nom é este o lugar para fazer um comentário do texto que, aliás, pudesse condicionar os leitores. Cumpre, no entanto, explicar o critério aplicado nesta publicaçom.

Os leitores devem saber, em primeiro termo, que nom se parte de umha conferência «lida», mas de umha dissertaçom mais ou menos improvisada, submetida —é claro— a umha organizaçom prévia. Isto deixava aberta umha possibilidade: adaptar o «texto oral» até convertê-lo num «texto escrito» mais «formalizado» ou «académico», despossuído assim de certas brincadeiras e pretendidos desajustamentos próprios da oralidade. Porém, pareceu mais oportuno —e científico— respeitar integramente o fio do discurso por manter umha total fidelidade à expressom dos conteúdos.

Se este proceder for válido em qualquer caso, aqui atinge umha validez singular, pois é precisamente no fluir da linguagem discursiva onde se manifesta, talvez, o maior interesse que apresenta o discurso de Lluís V. Aracil. Quer dizer, deixando de parte —e fora de dúvida— a importância do *significado,* achamos que tem um valor especialmente apreciável o *significante,* isto é, o procedimento analítico, a imagem humorística carregada de ironia, a linguagem ilusiva ou a redundância consciente, o paradoxo ou a tautologia, etc., como meios efectivos sempre utilizados, para chegar a um tema, polo autor de *Dir la realitat* ou *Papers de Sociolingüística.*

Eis a justificaçom do critério empregado. Mas isso nom impediu algumha modificaçom necessária sem alterar em absoluto o sentido original: tais variantes atingem apenas a algumhas expressons cuja redundância era inútil na escrita, à supressom de brevíssimos comentários marginais (quase imperceptíveis na gravaçom) ou determinadas interjeiçons (nom todas), nomeadamente algumha de carácter onomatopeico.

Além disso, cumpre assinalar que, para facilitar a compreensom sintética dos diferentes pontos, optámos por apresentar o texto de maneira seqüencial, responsabilizando-nos portanto das epígrafes, restringidas —isso sim— ao mínimo possível, pois quando há subdivisons recorre-se apenas à numeraçom arábica e às letras do alfabeto para nom interferir a linearidade expositiva. Contudo, e por respeito ao fio do discurso, algumhas epígrafes pode-se dizer que fam parte de outras ou estas estám superpostas a aquelas.

Finalmente, assumimos a responsabilidade de empregarmos diferentes tipos de letra (negra, cursiva, maiúsculas), o qual, se por um lado pode influir (isso se pretende!) no leitor, por outro tenta reflectir no plano da escrita as pertinências fónicas e gestuais próprias da oralidade.

César-Carlos Morám Fraga
José Mato Fondo

A Corunha, Primavera de 1989

Introduçom

«Umha consideraçom interessante, talvez nom bem sabida, é que o sentido etimológico da palavra HISTÓRIA é **investigaçom.** Isto pode surpreender, mas é assim. *História, «historía»* (1), é *investigaçom.* Pesquisa, inquérito, e só secundariamente «informe», «narraçom», sobre os resultados do inquérito. Digo-o porque realmente é importante diferenciar estes dous sentidos da palavra HISTÓRIA: a *história questom,* a *história resposta.* E é importante fazermos esta diferenciaçom porque na História achamos **perguntas sem resposta** —e algumhas que eu plantejarei som assim— e achamos também, sem dúvida, **respostas sem pergunta.** Som o que se costuma chamar «questons retóricas» ou de «catecismo», e o catecismo é um exemplo flagrante de respostas sem pergunta: inventa-se umha pergunta a algo para justificar como pretexto a resposta que nos perguntam.

«...de *História CONTEMPORÁNEA:* limitaçom, a meu ver, esclarecedora: «História contemporánea» é o que os livros de texto chamam *História contemporánea* (2). Por algo cumpre começar, e isso quer dizer que me limitaria a falar dos dous últimos séculos grosso modo, e entre meados do século XVIII (ou fins) e nós: portanto dous séculos.

História sócio-lingüística da Galiza

Umha primeira cousa a fazer seria um inventário de que história sociolingüística da Galiza existe, o que é que há, o que se tem produzido.

1. Descobriríamos, em primeiro termo, que quanto a «história-narraçom» **(história-resposta)** —e acho que sairám algumhas soluçons, talvez já saírom (3)— fundamentalmente há dous tipos de «história-resposta», dous tipos de «história narraçom» (a que é mais ou menos institucionalizada): umha chama-se «História do Espanhol» (com «h» diante de «História», nom de «Espanhol») e outra diríamos que é «auto-história», «auto-crónica» «do Rexurdimento» (4). Som duas histórias típicas que respondem a perguntas que realmente, creio, ninguém se planteja, e é um exemplo bastante claro o «catecismo» (o qual me recorda a época em que havia catecismos e um neno perguntava ao mes-

---

(1) Trata-se do termo grego *(historía),* que significava simplesmente um conhecimento adquirido por busca ou investigaçom, sem referência expressa ao passado. Com efeito, na antigüidade clássica, como conseqüência da busca da verosimilitude, procura-se umha compreensom humana dos acontecimentos restando validez à intervençom divina. Assim mesmo rejeitam a história concebida de modo literário e introduzem o rigor científico mercê ao confronto das fontes, o enquadramento geográfico e o estabelecimento da cronologia, com o qual ponhem os alicerces da erudiçom moderna. Porém, na Idade Média desaparece o espírito crítico na historiografia, ao se admitirem sem nengum reparo como verdadeiros factos fantásticos e mitológicos: abandona-se o enquadramento dos acontecimentos narrados num espaço e num tempo bem definidos e debilita-se a individualizaçom das personagens.

(2) A *tautologia* é um recurso freqüente em Aracil, que contribui, pola via humorística, a incidir sobre o receptor no sentido de partir de zero e nom dar nunca nada por sabido.

(3) *«talvez já saírom»:* refere-se ao ambiente do Congresso, neste caso às sessons anteriores ao acto. É importante porque reflecte umha visom de tais jornadas como umha unidade em processo ascendente.

(4) *«Rexurdimento»* ou «Ressurgimento». Respeita-se o vocábulo utilizado na conferência, que está matizado foni-camente a modo de cita.

tre: «conte-me a Criaçom», pergunta absolutamente espontánea e própria do neno).

2. Em troca, brilha mais pola sua ausência a «**história-questionário**». Eu limitarei-me a isso. E a este respeito tenho a impressom de nom se poder alegar falta de dados. Os dados existem, eu próprio espero assinalar alguns, e na realidade o que falta nom som os dados mas a curiosidade. O que faltou, até agora mesmo, fôrom as perguntas, até o ponto de parecer que os dados sobrem. É o que costuma acontecer nos países pobres: o limite da pobreza é que já lhes sobram os recursos, porque nom sabem como utilizá-los.

Umha primeira questom global, mas que só nos serve para acedermos à matéria, seria perguntarmo-nos «QUE TEM FALADO, QUEM, NA GALIZA NA HISTÓRIA CONTEMPORÁNEA». Quer dizer, «COMO TEM FALADO» a gente na Galiza na História Contemporánea. Trata-se de umha pergunta muito geral que cumpriria esmiuçar, analisar. QUEM?, ONDE?, PARA QUE?, QUANDO? Cumpriria nom apenas esmiuçá-la, mas também acrescentar algumhas precisons como, por exemplo, o que é que se tem dito e se tem feito nos diferentes idiomas que se usárom. Bem, isso só nos facilita o acesso à matéria.

As duas direcçons, os dous níveis de investigaçom que, por analogia com casos semelhantes, julgo especialmente produtivos, seriam, por um lado, indagar o que chamaríamos **tendências demográficas** —quantitativas— e por outro lado o que chamaríamos o «**multidiscurso**». (Prefiro chamá-lo *«multi*-discurso» para reconhecer, desde o prefixo, que nom é simples).

Tendências demográficas

Falarei de *«tendências demográficas quantitativas»,* tendências de um certo volume. Que tendências tem havido na História Contemporánea na Galiza? Globalmente haveria umha resposta, bastante brutal, que por sua vez nos leva à pergunta. A resposta brutal e simples seria que na História Contemporánea —e o que de la fica— poderia-se dizer: *a História da Galiza é a história de como retrocede umha língua.* Mas esmiucemos: quais fôrom as tendências mais volumosas e mais significativas?

1. Nom há dúvida de terem sido duas, mas principalmente umha: a «umha» tendência foi a **bilingüizaçom,** isto é, a generalizaçom da competência num idioma que nom por açar era umha *língua nacional* e que foi unida a cousas como a *alfabetizaçom.* Facto curioso: quando na Galiza se plantejou o problema de difundir o saber de letras, nom se questionou em que idioma, pois os que sabiam e exerciam de letras já tinham claro em que idioma o faziam. A *bilingüizaçom* dos falantes do galego, o facto de umha proporçom mais e mais grande da gente falante do galego ter adquirido —e nom apenas adquirido mas também coloquializado, e nom só coloquilizado más também à longa«nativizado»— o outro idioma, é sem dúvida, creio, a tendência mais grande da História Contemporánea da Galiza, sociolingüisticamente falando. Sem dúvida e a muita distáncia. O impressionante é que se umha pessoa pudesse voltar ao mundo após douscentos anos —e nom digo douscentos se-

nom talvez cinqüenta, mas polo menos douscentos com segurança— ficaria abraiada ao ver que, por exemplo, o argumento típico para se dirigir em público em galego era *antes* o de ser o único idioma que entendia todo o mundo, argumento típico empregado *agora* para usar o castelhano. Isso é um cámbio, e a História, em parte ao menos, consiste em cámbios.

a) Porém, essa tendência, que alguns acham tam natural e que parece imemorial, foi a **minorizaçom** mesma. Quer dizer, esta tendência chegou a um ponto no qual praticamente se extinguírom os falantes unilíngües do galego. (Nesta altura pode-se dizer que se extinguírom, e se nom for assim estám para se extinguir. Antes de desaparecerem já há muito tempo que nom contam! O menosprezo absoluto do falante unilíngüe do galego no seu próprio país é um dos aspectos mais sinistros e desagradáveis desta história: como foi maltratado, como foi pisado, como foi ignorado, em fim, é desagradável). E reparai bem: a desapariçom dos falantes unilíngües do galego significa ter chegado a umha situaçom em que, na prática, todo o falante do galego é falante do castelhano, até tal ponto que saber galego implica saber castelhano, até tal ponto que a comunidade ou subcomunidade lingüística galega é um subconjunto da castelhana: **relaçom de inclusom** (e portanto é minoria, pois umha parte é sempre menor do que a totalidade). Isto é: a *minorizaçom.*

b) Outro aspecto que me limito a assinalar é o seguinte: neste processo, por razons que vocês já imaginárom, *tem sido mais forte a* ***adesom*** *da comunidade ou subcomunidade lingüística galega à castelhana do que a* ***coesom*** *da própria comunidade lingüística galega ou galego-portuguesa.* Precisamente um fenómeno típico das situaçons minoritárias nos processos de minorizaçom é que, amiúde, a *adesom* a outra comunidade é mais forte do que a *coesom* da própria comunidade.

2. É, pois, umha tendência, e agora assinalo outra que foi consecutiva e portanto tem um desfasamento, um «décalage», um atraso, embora seja também digna de ser estudada. É consecutiva: é a **unilingüizaçom.** Se a bilingüizaçom fora a adquisiçom de um idioma (o castelhano neste caso), a *unilingüizaçom* foi o abandono do galego. Evidentemente ulterior, evidentemente posterior por razons que nom expliço. Como se produziu a *unilingüizaçom?* Como se abandonou o galego? Som questons a plantejarmos e eu, dispondo de mui pouco tempo, limitar-me-ei a recordar em público e aqui umha anedota, umha anedota que acho insuperável: um amigo galego que fala em galego aos seus filhos contava-me que os vizinhos galegos, lhe perguntavam: «E entendem-vos?» (5). Fim do chiste. O chiste nom tem apéndice, o chiste

---

(5) *«E entendem-vos?».* Observe-se que a pergunta verificada em tais «vizinhos galegos» é tam possível formulada em galego como em espanhol: *«¿Y os entienden?».* Seria interessante experimentarem os leitores se em ambos os casos se trata do mesmo «discurso» e da mesma consciência (ou inconsciência). Poderiam-se detectar as seguintes possibilidades: a) pergunta formulada em galego por um vizinho que fala habitualmente em galego, embora nom o faga com os filhos; b) pergunta formulada em espanhol por esse mesmo indivíduo ou outro das mesmas características; c) pergunta formulada em espanhol por um vizinho que fala habitualmente em espanhol; d) pergunta formulada em galego por esse mesmo indivíduo ou outro das mesmas características (raro, mas possível). Haveria ainda mais duas possibilidades: e) pergunta formulada em galego por um vizinho que fala também em galego aos seus filhos, mas com um grau de notável inconsciência; f) pergunta formulada em espanhol por esse mesmo indivíduo ou outro das mesmas características.

acaba aqui: «E entendem-vos?». Nada mais! Poderia ser que este tipo de gracejo fosse difícil de compreender em Portugal, pois —nom se sabe por que— as crianças em Portugal nom brincam em castelhano, e cumpriria realizar um inquérito internacional para esclarecer este fenómeno e até que ponto a água do Minho a partir de umha certa altura ou baixura produz estes efeitos. Nom nos equivoquemos. A *unilingüizaçom,* o abandono do galego, é perfeitamente compreensível num contexto cujo esquema seria este:

Há douscentos anos neste país havia dous idiomas, ambos os dous **necessários** para viver umha vida normal, e os dous, conseqüentemente, eram **insuficientes.** Era necessário o galego para a gente em geral se entender e para qualquer viver normalmente, e o castelhano era necessário talvez nom para isso, mas sim para muitas cousas. Entom, os dous eram *necessários* e portanto os dous eram *insuficientes.* Pois bem, hoje chegámos a umha situaçom na qual um idioma continuou a ser *insuficiente* e ademais chegou a ser *desnecessário* (o galego), mentres o outro continuou a ser *necessário* e ademais fixo-se *suficiente.* (O castelhano, nom é?). Mesmo um filósofo poderia detectar umha lógica neste sentido! Mesmo um filósofo... ajudado por um analfabeto insistente.

Tais tendências podem ser detectadas, podem ser quantificadas, e a falta de dados censais é umha vergonha. A falta de dados censais deve-se a que as autoridades estatísticas desta parte do mundo pensárom com razom que «ojos que no ven corazón que no siente». E nisso tenhem toda a razom: como nom há estatísticas, aqui nom se tem passado nada!

Porém, embora fosse assim, quero dizer —e darei umha pista elementar— que é possível entendermos isto bastante bem. Eis o truque mais elementar: num momento dado os diferentes níveis de idade correspondem, «coeteris paribus», a épocas sucessivas. Há umha correlaçom brutal. Por conseqüência, se quigermos ter umha perspectiva diacrónica a partir de um panorama sincrónico, cumpre repararmos nos contrastres de idade. Elementar, querido Watson!... Justamente por isso mencionei as crianças. É o primeiro nível de idade que mencionei nesta história. Isto é, se comparávamos níveis de idade, compararíamos que se ainda há gente que nom sabe castelhano serám mais bem os velhos; que nom saber galego é mais bem próprio dos nenos..., etc. Evidentemente.

As interferências

Falei até aqui de umhas tendências que podem ser estudadas demograficamente —devem sê-lo—, que podem e devem ser estudadas geograficamente (A geografia, de facto, é sumamente interessante. Nom há dúvida de existirem desfasagens, atrasos, fortes desnivelamentos dentro da Galiza entre umhas zonas e outras. Nem há dúvida que estes fenómenos som significativos). Assinalarei, aliás, outro tipo de tendências para serem estudadas: as **interferências.** Todos sabemos que as interferências entre os dous idiomas em contacto fôrom enormemente unilaterais. Sabemos também que as inteferências do castelhano sobre o galego a esta altura nom som já umha infiltraçom,

mas umha *invasom.* Todos sabemos isso. Sem dúvida produziu-se num contexto. Poderíamos chamá-lo a «castrapizaçom» ou como se quiger, mas para umha pessoa que nisto —sou eu— tem a vantagem de nom ser galego, isso representa-se de umha maneira terrivelmente patética. Poderíamos dizer: qualquer cousa que for castelhano pode pasar por galego. A única condiçom é ser castelhano. Se nom, pode ser, por exemplo. «estrangeiro» ou português!

Pois bem. Aqui introduziria outro ponto de investigaçom com o qual assinalo um abismo, um abismo de ignorância, um abismo de «incuriosidade»: qual é o fenómeno sociológico mais interessante que há na Galiza? Poderemo-lo adivinhar entre todos? Nom digo o mais interessante do mundo, mas sim o mais interessante da Galiza, a meu ver:

A RAIA, A RAIA, A RAIA! (Primeiro prémio, segundo e terceiro do concurso, pois merece-os todos). A RAIA (6). Bem, e que cousa é «A RAIA»? Nom o vou descrever. No entanto recordarei, por exemplo, que as fronteiras tenhem a ver com o senso da realidade. Cousas fantásticas! As fronteiras som, na verdade, umha sorte de laboratório super-realista. Tenhem a ver com o senso da realidade, tenhem a ver com o que é, com o que nom é, com o que deve ser, com o que pode ser, como o que nom pode ser, com o que se vê, com o que nom se vê... Mas centremo-nos. Indubitavelmente a RAIA é anterior à idade contemporánea. Porém, na idade contemporánea —e precisamente nela— adquiriu uns caracteres inéditos e terrivelmente novos. Eu proporia um tipo de inquérito que ainda nom foi, ao que parece, nem concebido e que poderia ser maravilhosamente revelador: fazer simplesmente um inquérito dialectal, a banda e banda, a lado e lado da RAIA, a diferentes níveis de idade. Arrisco umha orelha —felizmente tenho duas— a que se observaria que a gente mais velha fala mais semelhante; os jovens mais apartado. Já nom digo porque uns *«falam»* português e outros *«hablan»* espanhol! Isso, creio, deveria-se incluir no inquérito. Seria «o limite»...

Quer dizer, que efeito fijo a RAIA? A RAIA, na realidade, é um fenómeno que assinalo como catalám, fenómeno ao qual sou singularmente sensível. A RAIA é, por um lado, um fenómeno local, que podemos estudar «in situ», aqui mesmo. Podemo-nos instalar e depois olharmos o que se passa, quanto passa, quando passa, quem passa, quem os deixa passar ou nom os deixa passar, por que dianho os deixa pasar, com que cara os deixa passar ou nom os deixa passar... Todos estes fenómenos podemos estudá-los «in situ» e som muito interessantes. Como argumento sociológico número 1, A RAIA. Isso é certo.

Ora bem, nem todos os fenómenos som locais. Eis outro ponto mais interessante: afinal *seria ridículo pensar que a RAIA separa Tui de Valença do Minho.* Pois que separa a RAIA? Nom nos equivoquemos. A RAIA separa a Espanha de Portugal. E também nom separa a Galiza de Portugal. Nom. Nom fagamos chistes. A RAIA separa a Espanha de Portugal como o seu

---

(6) Aqui, como noutros casos, conservamos a brincadeira, embora seja índice da oralidade, por contribuir a reforçar (como procedimento «tautológico») a evidência do que deveria ser óbvio.

nome indica ou como as suas bandeiras indicam de umha maneira avondo clara. Entom, que quer isto dizer? Que quer dizer a RAIA? Que importáncia tivo na História Contemporánea a RAIA? Daria umha pista também: o facto de as fronteiras serem essencialmente filtros por definiçom, e portanto serem substancialmente discriminatórias (ou nom serem nada. Também pode ser que nom sejam nada, mas entom significa que nom som fronteiras, obviamente).

Destarte, surgem as questons: o que é que discriminou! O que é que filtrou a RAIA? O que é que deixou passar? O que é que nom deixou passar? A RAIA é um fabuloso quantificador, um fabuloso discriminador. É permeável ou impermeável segundo de que e de quem e de como e quando se tratar. A RAIA é um analisador fabuloso de fenómenos sociais. Umhas cousas coam-se sem ninguém o perceber, as outras detenhem-se absolutamente e nom passam em mil anos...

Aliás, a nível dialectal de coloquiais locais eu nom sei qual seria o resultado do inquérito, pois parece nem ter sido concebido. O típico é que os mapas dialectais do português providencialmente chegam até a RAIA, os mapas galegos-espanhóis providencialmente chegam até a RAIA, e providencialmente os uns com os outros encaixam simplesmente porque a RAIA anterior é a mesma. É óbvio, ao ser a mesma encaixam, mas nom há imbricaçom. Porém um facto é bem sabido: a **língua nacional** a um lado e a outro sim coincide perfeitamente com a RAIA. Eis outra prova da providência. Com efeito, há muitas provas da providência. Suponho que o sabedes: umha das provas da providência é que a abertura das pálpebras coincide justamente diante dos olhos e nom no cogote. Pois o facto de a língua nacional espanhola e a língua nacional portuguesa terem a sua fronteira justamente na RAIA é umha das provas da providência. Isso coincide com exactitude. Nom há um pelo de diferença. Coincide com os uniformes, coincide com a moeda. Alá onde houver um tipo de uniforme, um tipo de moeda, um tipo de comboios, por exemplo..., isso sim coincide. Curioso!

Nom sei se os companheiros portugueses terám reparado num fenómeno bem esclarecedor (7). Realmente a RAIA nom foi ainda —embora poda chegar a sê-lo— umha raia entre duas gentes. *É a RAIA entre dous estados,* a RAIA entre duas naçons, o qual é muito mais complexo. Nom se trata apenas de gente. Um estado, umha naçom, implica umha organizaçom, implica outras cousas, nom é? E um aspecto dessa organizaçom é o facto elementar de essa língua de comunicaçom moderna, de comunicaçom intelectual, de comunicaçom pública... ter sido neste lado o castelhano. E foi o castelhano porque a gente deste país que sabia, a gente deste país que importava, que contava, estava de acordo em que fosse o castelhano, e avonda. Em troca isso nom foi assim em Portugal: eis a diferença que explica, diria eu, o noventa por cento das demais diferenças. Tam simples como isso. O povo falava mais ou

---

(7) Alude, naturalmente, aos congressistas vindos de Portugal, num claro intento de amplificar a focagem mercê ao troco do ponto de vista. Tal perspectiva (a portuguesa) seria de grande interesse no Congresso, e talvez susceptível de umha análise esmiuçada.

menos o mesmo, mas o povo, felizmente, nom contava. O povo era feliz, o povo nom contava. E os outros, os que nom eram povo, ah, os que nom eram povo! Os que nom eram povo, alguns eram espanhóis e os outros eram portugueses, e estes contavam e contam. Contarám, mas...

O multidiscurso

Espero que se fale também (8) do «**multidiscurso**». Do *multidiscurso* daria eu assim mesmo pistas muito elementares para começar a indagar. Assinalaria a existência de, polo menos, dous discursos principais:

1. Um **discurso da necessidade,** por chamá-lo assim, que vai unido ao espalhamento da língua nacional. Curiosamente esse discurso aqui, a este lado da RAIA, vai anterior ao espalhamento do castelhano. A gente há de saber de letras em que língua? A dúvida ofende! Ham-se civilizar! Cumpre pôr a RAIA! Em que língua falará a RAIA? (...!) Bem, curiosamente, e felizmente, ao outro lado da RAIA também nom o questionavam. Uns e outros o tinham igualmente claro, salvo que nom coincidiam. Por que? Um *discurso da necessidade* de promoçom de umha língua nacional, e de resto a língua nacional significava o saber de letras, significava a vida moderna, significava as luzes, significava a comunicaçom, a discussom, etc., etc. TEM HAVIDO A ESTE LADO DA RAIA A PROPOSTA DE O GALEGO SER LÍNGUA NACIONAL? Questiono. Deixo a questom como questom. A minha impressom é que nom. Um dos fenómenos estranhos da Galiza contemporánea é ter chegado a pulular um certo nacionalismo galego centrado num idioma, o qual (idioma) nom foi concebido como *língua nacional.* Cousa, aliás, bastante absurda. Quer dizer, o nacionalismo galego baseava-se na língua galega, a qual (língua galega) (9) nom era concebida como língua nacional!... Ao que parece, o chiste continua! Um fenómeno muito estranho! Parece que continua! Umha língua que nem sequer sabem como escrever! Umha língua na qual é «natural» ser analfabeto, como suponho o é o Senhor Reitor da Universidade de Santiago! E nom é umha indirecta. Eu sou sociólogo: isso supom que sei certas cousas. Se nom seria um néscio, um impostor. Portanto é essa a minha obrigaçom: supor que o Reitor da Universidade de Santiago é analfabeto em galego, porque se nom eu seria incompetente.

2. Há, pois, um *discurso da necessidade,* que invoca a necessidade como promoçom da língua nacional (aqui o castelhano unicamente, no outro lado o português), e há também outro que poderíamos —e deveríamos— chamar o **discurso da boa vontade.** O *discurso da boa vontade* é muito difícil de descrever, pois estamos tam afeitos a ele que nem caímos na conta, e como nom caímos na conta já nom sabemos a quem identificamos. Eu ponho por exemplo umhas palavras pronunciadas por Frédéric Mistral o 25 de Maio de 1884

---

(8) Manifesta, com esta expressom, a esperança em que saiam à luz este e outros temas em sessons posteriores. Tem, pois, o mesmo sentido do já comentado na nota 3.

(9) Polos possíveis valores que podam apresentar, respeitamos as redundáncias («idioma», «língua galega»), que escrevemos, no entanto, entre parénteses.

no parque de Sceaux, perto de Paris, há justamente cem anos (10), e portanto merece esta lembrança. Trata-se de umha frase que condensa, a meu ver, o *discurso da boa vontade.* Umha frase que vocês acharám familiar, e eu lereina em francês precisamente. E nom a traduzirei, pois justamente nom a traduzindo será como vós próprios a acharedes familiar. Ei-la:

«Oh France, mère France,
laisse-lui donc à ta Provence,
à ton joli midi, la langue si douce
dans laquelle elle étudie, ma mère.
Et puis à notre langue
qu'ont parlé nos aïeux,
que parlaient là-bas tes paysants et
[tes marins,
tes soldats et tes (...),
à notre langue de famille
fais-lui dans tes écoles
une petite place à côté du français».

O *discurso da boa vontade* é, pois, um discurso ao qual estamos afeitos. Eu dei-vos umha mostra que suponho vos terá evocado —a quantos conhecedes este país— toneladas de papel impresso onde se diz o mesmo. E é o programa geral de todas as partes e o programa geral de todos os pontos da Galiza, etc., como vós bem sabedes. Nom é?

Bem, e com isso acabei de assinalar pontos e questons de História Contemporánea. Espero ter sido polo menos bastante provocativo —é o meu dever—, e para rematar quereria fazê-lo com umha cita, um dos poucos textos polos quais se poderia dizer que alguém concebeu o galego como *língua nacional.* E pois o texto mesmo é a mesma atitude, eu leio-vo-lo, respeitosamente, a apresento-o à vossa atençom. Trata-se de *A gaita gallega tocada polo gaiteiro, ou sea Carta de Cristus para ir deprendendo a ler, escribir e falar ben a lengua gallega* (11). Inimaginável! Para que é apreender a ler e escrever a língga galega? Este homem estava louco! Em todo o caso esse homem era de Ponte-Vedra, tanto se estava louco como sen nom, e chamava-se Joám M. Pintos.

As passagens que eu acho pertinentes som as que seguem, passagens de verdadeiro interesse. Lerei no meu galego (12):

---

(10) Recordamos que a ponência data de 1984. Também agradecemos à professora Maria Sánchez Seoane a sua ajuda na transcriçom do texto de Mistral.

(11) Com efeito, a obra de Pintos —citada freqüentemente como *A gaita gallega*— tem por título completo *A gaita gallega tocada po lo gaiteiro, ou sea Carta de Cristus para ir deprendendo a ler, escribir e falar ben a lengua gallega, e ainda mais,* e foi publicada pola imprensa de «José y Primitivo Vilas», Pontevedra, 1853. Por diferentes razons é verdadeiramente revelador o facto de Aracil eleger esta obra, da qual Cabanillas dixera ser —nom por acaso— a pedra de alicerce da nossa renascença.

(12) Citamos pola antedita ediçom, a original, para que o leitor veja nom só os erros, mas também as virtudes lingüísticas de Pintos. Porém, na pronúncia de Aracil apreciam-se as variantes *se* (versos 1, 11), *Galiza* (v. 1), *galego* (vv. 2, 30), *quatro* (vv. 3, 11, 12), *galeguinhos* (v. 11), *Deus* (v. 19), *dizer* (v. 19), *gosto* (v. 20), *sem* (vv. 26, 28), *nem* (vv. 28, 31, 32, 33, 34), *começo* (v. 28), *declaraçons* (v. 33), *pobres* (v. 35). Os interessados em cotejar o texto, podem achá-lo na página 37.

«Si non se imprime en Galicia
Un triste libro en gallego
E catro farafulliñas
Se gaban de non sabelo,
Poida que non tarde muito
En andar o idioma impreso
E que se lle suba às barbas
A outros que andan mui tesos.
E aposto cento por un
E mais poño o que non teño
Que si catro galleguiños
Das catro esquinas do reino
Se sacoden, co él abrochan
Con patriótico empeño
Po las aldeas é vilas,
E cuiden de recollelo,
De compolo e arrombalo,
E facer un todo inteiro,
Juro a Dios volvo a decire,
Que ha de ser un gusto velo
Chegar a donde chegaron
Os outros, e en anos menos,
E mais inda rebasalos,
E deixalos ben arredro.
E saiban os perguiza
Que sin traballo e sin tempo
Ninguén fixo nunca nada
Nin se fará sin comenzo.
E verdá que hoje non usan
O noso idioma gallego
Para leis, nin escrituras,
Nas oficinas, nin tempros,
Nin poñen declaracios
Nin estenden testamentos,
De maneira que a mil probes
Lles meten gato por coello.
Mais isto ten outro rabo
Que enrrosca asoballamento,
E ten conta desfolalo
E desroscalo con tempo».

Estou perfeitamente de acordo com o autor. Muito obrigado pola vossa atençom» (13).

---

(13) Som de grande interesse as intervençons de Lluís V. Aracil no posterior colóquio, as quais ficárom assim mesmo gravadas, mas que nom transcrevemos aqui por nom romper a unidade estrutural da publicaçom.

R. 780

Actas

del

Congreso Nacional Pedagógico

iniciado por la

Asociación de Maestros públicos

de la

provincia de Barcelona

celebrado en dicha ciudad

desde el día 5 al 12 inclusive del mes de Agosto de 1888.

Barcelona

Tipografía de la Casa Provincial de Caridad

1889

O «Congreso Pedagógico» de Barcelona (1888) e a reivindicaçom didáctica da língua galega

Narciso DE GABRIEL
Universidade de Santiago de Compostela

INTRODUÇOM

Um dos temas abordados no «Congreso Pedagógico» que tivo lugar em Barcelona no ano 1888 dizia assim: «En las provincias del Norte y del Este de España, donde no es la nativa la lengua castellana, ¿qué procedimientos deben emplearse para enseñarla a los niños?»[1]. Enunciado nestes termos, o problema que se submetia à consideraçom dos congressistas nom contradizia em absoluto as directrices oficiais, segundo as quais o castelhano era o único idioma que devía ensinar-se e empregar-se nas aulas. Se nos cingimos à literalidade do tema proposto a debate, nom se tratava de fomentar o desenvolvimento escolar das línguas periféricas, senom de investigar os procedimentos mais ajeitados para o ensino dos castelhano naqueles territórios que tinham um idioma diferente do oficial.

Cabe pensar, nom obstante, que os convocantes desta reuniom pedagógica nom só estavam interessados em achar as melhores fórmulas para a apredizagem do castelhano; mas, se enunciarom assim a questom, foi para respeitar os limites da legalidade vigente. Com efeito, um dos propósitos que parece presidir a presença deste tema no Congresso, e assim o demonstra o curso dos debates, nom era outro que o de reivindicar a incorporaçom dos idiomas catalám, basco e galego às escolas, ainda que tal medida se justificasse como necessária enquanto favoreceria a inculcaçom do castelhano aos nenos que non tinham este idioma como própio. Além disto, era esta a primeira vez que num congresso pedagógico se debatia a problemática lingüística e as suas im-

(1) *Actas del Congreso Nacional Pedagógico iniciado por la Asociación de Maestros públicos de la provincia de Barcelona, celebrado en dicha ciudad desde el día 5 al 12 inclusive del mes de Agosto de 1888,* Barcelona, Tipografía de la Casa Provincial de Caridad, 1889, p. 137. Em adiante, *Actas.*

plicaçons escolares. E nom é de estranhar que fosse justamente em Barcelona onde se abordase esta questom, dado o importante desenvolvimento alcançado polo regionalismo em Catalunya[2].

Os debates centraram-se na problemática catalá, ainda que os oradores adoitavam fazer extensivos os seus diagnósticos e soluçons a Euskádi e Galiza. No Congresso participou também um representante galego, o mestre José Soto Campos, ao que prestaremos umha especial atençom neste trabalho. A intervençom deste mestre defendendo a presença do idioma galego nas aulas foi impugnada na imprensa por José Núñez Sarmiento, segundo veremos nas páginas que seguem. Mas antes de entrarmos nestas consideraçons, examinaremos o conteúdo e a dinámica das discussons que se produzirom no Congresso.

1. *UM DEBATE CONFLITIVO*

Ivonne Turin tem escrito que no Congresso Pedagógico de Barcelona «se abordó serenamente la cuestión de la enseñanza en catalán»[3]. Ora bem, se revisamos as actas desta assembleia poderemos comprovar que a serenidade nom sempre presidiu os debates. Ainda mais, registarom-se momentos de umha forte tensom, como nom podia ser menos ao discutir-se um assunto destas características.

O conferenciante encarregado de desenvolver o tema foi o mestre barcelonês Inácio Ferrer y Carrió, que começou declarando a sua vontade de defrontar o problema desde umha óptica estritamente pedagógica, desentendendo-se, por conseguinte, das suas implicaçons políticas. De seguido, expujo as directrizes teóricas que se deviam seguir na aprendizagem de umha língua estrangeira.

Em primeiro lugar, «es necesario que el profesor sea de la nación a la cual pertenecemos o que entienda nuestra lengua no siéndolo, y que ambos [professor e aluno] se expliquen en ella» *(Actas,* p. 139). Este principio, na opiniom do conferencista, nom precisa de umha especial justificaçom, já que vem ditado por critérios lógicos: um dos requisitos do processo de ensino-aprendizagem é que o mestre e os seus discípulos podam entender-se através da palavra.

Em segundo lugar, o procedimento que deve seguir-se para o ensino de um idioma estranho é o teórico-prático-comparativo, tomando «como término de comparación en primer lugar la lengua nativa, y en segundo, cualesquiera otra por profesor y alumno conocida» *(Actas,* p. 140). Nem a aprendizagem puramente teórica nem a meramente práctica produzem resultados satisfatórios, sendo necessário, portanto, um ensino teórico-prático, que se beneficie, além disso, das avantagens que fornece o recurso comparativo.

---

(2) «Aquest congrés, és bo recordar-ho, se celebrava en una època propícia perque començava a manifestar-se públicament, almenys entre alguns sectors, un cert interès envers l'oficialització de la llengua catalana i, consegüentment, un corrent a favor de la legalització del català com a llengua educativa». (Jordi Monés i Pujol-Busquets, *La llengua a l'escola (1714-1939),* Barcelona, Editorial Barcanova, 1984, p. 92).

(3) Yvonne Turin, *La educación y la escuela en España de 1874 a 1902. Liberalismo y tradición,* Madrid, Editorial Aguilar, 1967, p. 262.

Em terceiro lugar, «en la enseñanza de una lengua extraña a la nuestra ha de preceder el conocimiento o estudio de la lengua que hablamos, o aquella que nos sirve de medio de comunicación o de inteligencia» *(Actas,* p. 140). Este postulado é umha conseqüência do anterior, já que o método comparativo exige um conhecimento prévio da língua que ha de funcionar como ponto de referência.

Umha vez formulados estes princípios básicos, Inácio Ferrer i Carrió aplicou-nos à situaçom concreta que se debatía no Congresso. Esta aplicaçom justifica-se porque o catalám, o basco e o galego nom som dialectos do castelhano, mas idiomas dotados de entidade própria e perfeitamente diferenciada[4]. Mais concretamente, o castelhano é umha língua estranha em Galiza, Euskádi e Catalunya, tam estranha como poda sê-lo o francês no conjunto do Estado espanhol (cfr. *Actas,* p. 141). Portanto, para ensinar o castelhano aos meninhos instalados no catalám, basco e galego cumpre seguir as directrices que som usuais na apredizagem de idiomas estrangeiros.

A proposta do conferencista é que na escola de párvulos[5] o mestre se expresse na língua própria dos nenos pois, em caso contrário, estes nom o entenderiam, e que lhes ensine oralmente o castelhano, de forma que quando se incorporem à escola elementar podam seguir as explicaçons neste idioma. A aprendizagem da leitura realizará-se nom obstante em castelhano, traduzindo o mestre todas aquelas expressons que os alunos nom fossem capazes de compreender (cfr. *Actas,* p. 142). O próprio Inácio Ferrer i Carrió pergunta-se se isto nom está em contradiçom com um dos princípios básicos anteriormente enunciado, o que postulava a necessidade de estudar a língua nativa antes que a estranha:

> «A esto debemos contestar que aquí no se trata de la enseñanza plena y por escrito del castellano, sino de la oral, y por lo tanto, como el conocimiento oral de la lengua nativa lo suponemos, de ahí que no haya inconveniente en que desde luego se inicie al niño en la lectura de la lengua castellana, sin que esto obste para que cuando el niño se encuentre en disposición se le hagan notar las diferencias fónicas que hay entre el castellano y la lengua nativa, siendo conveniente para ello el que el libro destinado para enseñar a leer, contenga algunas páginas en las cuales en la una haya el texto en castellano y en la otra en lengua nativa» *Actas,* p. 142).

Argumento escassamente convincente, polo menos tal e como aparece recolhido nas *Actas* do Congresso. Com efeito, afirma o conferencista que

---

(4) Esta era a opiniom do conferencista sobre o idioma galego: «El gallego, aunque similar al castellano, y muy similar, es lengua diferente, no sólo por su vocabulario, mas también por su fónica, por la representación de la misma, y por su sintaxis, caracteres todos que contribuyen a singularizar un idioma y a distinguirle de los demás. De origen igual al del castellano, pues como él es hijo de la transformación del latín, no aplicó al verificarla los mismos principios, y de ahí la similitud por una parte y la diferencia por otra. Encontrándose en tales circunstancias constituye una lengua propia, y por tanto una lengua que en manera alguna puede confundirse con la castellana, lo cual significa que el gallego comparado con él, es lengua extraña, ni más ni menos que el vasco». *(Actas,* p. 140).

(5) No século XIX havia vários tipos de escolas destinadas à populaçom infântil: as de párvulos, que estavam muito pouco generalizadas, as elementares, que eram as mais numerosas e podiam serem completas, incompletas ou de temporada, e as superiores, que também tinham um escasso peso.

no parvulário se trata apenas de aprender oralmente o castelhano, e dá por suposto que os nenos galegos, bascos e cataláns ja possuem esse conhecimento dos seus respectivos idiomas. Ora, de tais premissas nom se deduz em absoluto que a aprendizagem da leitura deva realizar-se em castelhano, senom que, polo contrário, se efectivamente o estudo da língua própria ha de preceder ao da alheia, parece claro que os escolares cataláns, bascos e galegos deveriam aprender a ler nos seus idiomas particulares. Desta forma obviariam-se ademais as dificuldades adicionais que implica aprender umha nova destreza, a de ler, num idioma que se ignora. Como pode apreciar-se, nom som directrizes pedagógicas as que ditam que a aprendizagem da leitura se verifique em castelhano, senom que tal medida está inspirada em consideraçons político-ideológicas.

Na escola elementar, e tendo em conta que os meninhos já foram capacitados no parvulário para comprenderem o castelhano, este seria o idioma no que se produziriam as explicaçons do mestre e no que se redigiriam os livros de texto. O ensino do castelhano realizaria-se segundo o método teórico-prático-comparativo já assinalado, o que implicava tomar como ponto de referência à língua nativa (cfr. *Actas,* pp. 142-43). Os idiomas galego, basco e catalám nom seriam objecto de umha aprendizagem específica, senom que se estudariam na medida em que assim o requerisse o ensino do castelhano: «La enseñanza de la lengua nativa se simultaneará en lo posible con la de la lengua castellana, esto es, siempre que lo exija la naturaleza particular de la comparación» *(Actas,* p. 143).

Inácio Ferrer i Carrió rematou a sua exposiçom afirmando que o procedimento por ele defendido nom estava mediatizado por tendências regionalistas, senom que respondia a critérios exclusivamente pedagógicos. Em todo o caso, se o uso da língua nativa no parvulário fomentava o afecto «a la región o a la comarca», tal circunstância nom seria em absoluto censurável, porque «¿desde cuándo no hemos de querer ese amor, ese afecto, ese cariño, que es el que hace grandes a las comarcas todas y por tanto a la nación en general?» *(Actas,* p. 143). Além disto, o emprego escolar do catalám, basco e galego, nos termos propostos na conferência, justifica-se para conseguir assim umha melhor assimilaçom do castelhano por parte dos nenos instalados naqueles idiomas. Para dizê-lo com palavras do conferencista, «en lengua nativa se habla siempre a todo el mundo cuando de él se pretende obtener alguna utilidad, ventaja, modificación o transformación» *(Actas,* p. 143), e cita a este respeito um exemplo sumamente significativo, o dos missionários que aprendem a expressarem-se na língua dos «nativos» para poder assim comunicar-se com eles e ganhá-los para a sua causa.

A posiçom sustentada polo conferencista foi considerada excessivamente moderada por alguns congressistas e avançada demais por outros. Entre estes últimos achava-se o mestre barcelonês Rafael Sancho, que entendia desnecessário utilizar a língua nativa para ensinar o castelhano, propondo, polo contrário, que o mestre se exprimisse constantemente no idioma oficial e que impidesse aos seus discípulos falarem qualquer outro. Duas som as razons que aduz para excluir o basco, catalám e galego dos recintos escolares. A pri-

meira consiste en argumentar que o meninho, quando ingressa na escola, «no habla, balbucea» *(Actas,* p. 148). Argumento absolutamente falaz, pois o 67,59 por 100 dos nenos se incoporavam às escolas depois de cumpridos os seis anos, mentres a maioria dos que o faziam antes superavam os quatro[6], idades nas que já se possui um domínio considerável da língua de socializaçom. A segunda razom é que, se os mestres empregam na prática docente procedimentos intuitivos, que garantam a compreensom dos objectos por parte dos nenos, se tornaria supérfluo dirigir-se a eles na sua língua nativa:

> «[...] usad los ejercicios de traducción al al dar lecciones sobre objetos, y holgará una de las dos cosas, o la traducción o la intuición; porque al detallar las cualidades y propiedades de un objeto y decir después el nombre del mismo, el trabajo ya está hecho, la percepción ya es clara y distinta, y tanto monta entonces dar nombre a la cosa en idioma regional como en el nacional» *(Actas,* p. 148).

Este argumento é mais inteligente que o anterior, ainda que também nom sirva para justificar a exclusom escolar das línguas periféricas, porque as necessidades de comunicaçom entre o professor e os seus discípulos desbordam amplamente as possibilidades que oferecem os procedimentos intuitivos, que por outra banda também requerem o emprego da palavra.

Mas se a intuiçom é insuficiente, a comunicaçom do mestre com os seus alunos canalizaria-se através do afecto que aquele deve professar a estes, porque, afinal, a língua materna nom tem pátria, é a linguagem universal e eterna do amor[7].

Se acaso as razons expostas nom forem suficientes para convencer os congressistas da bondade das suas ideias, Rafael Sancho nom dúvida em apelar ao corporativismo dos mestres castelhanos para que assuman as conclusons por ele defendidas, advertindo-os de que, em caso contrário, se condenariam ao ostracismo profissional, «porque no podríais ejercer vuestra noble profesión en las regiones donde no fuera nativa la lengua castellana por el grave delito de hablar en el rítmico, sonoro idioma de Cervantes, siendo como extranjeros en vuestra misma patria» *(Actas,* p. 150).

Esta oposiçom frontal à presença do catalám nas escolas, nom impede ao mestre barcelonês professar um acentuado sentimentalismo regionalista:

> «Jamás he de olvidarte, ¡amada Cataluña! ¡Muera el ingrato!, diremos con Aribau, ¡muera el ingrato, que al sonar en su oído el acento de la lengua nativa no llora y se consume de nostalgia!» *Actas,* p. 150).

Em consonáncia com tal sentimentalismo, admite que se ensinem nas escolas as chamadas literaturas regionais, lembrando porém aos seus colegas

---

(6) Segundo dados correspondentes à estatística de 1885, o 32,41 por 100 dos alunos matriculados nas escolas primárias espanholas ingressaram nelas antes dos seis anos, o 40,53 por 100 entre os seis e os nove e 27,06 despois de cumprir os nove (cfr. *Estadística general de primera enseñanza correspondiente al quinquenio que terminó en 31 de diciembre de 1885,* Madrid, Imprenta y Fundición de Manuel Tello, 1888, cadros 36 e 45).

(7) «¡La lengua materna! ¡Si la lengua materna no tiene patria, señores! ¡Si el lenguaje de las madres es el universal, el eterno lenguaje del amor! ¡Madre! ¡nombre santo! ¡mi madre, mi primera educadora! la que después de haberme dado la vida del cuerpo me dio la vida del alma con el inmenso tesoro de su cariño inmenso! ¡Bendita seas, madre mía! ¡Benditas sean todas las madres!» *(Actas,* p. 149).

que toda a tarefa educadora deve ter um norte bem preciso: «la unidad de esta patria tan amada» *(Actas,* p. 149).

Bem diferente foi a postura adoptada polo advogado e jornalista barcelonês Sebastiám Farnès. Este começou declarando que se considerava com direito a dirigir-se aos congressistas em catalám por ser esta língua tam nacional como a castelhana, renunciando nom obstante a ele por deferência com os forasteiros presentes na sala (cfr. *Actas,* p. 150). De seguido questionou a formulaçom do problema que se propunha a debate:

> «[...] este problema presupone la necesidad de que a los niños se les enseñe una lengua distinta de la que les es propia, y ante todo deberíamos averiguar si esta necesidad existe, o mejor, si es conveniente, si es útil que a los niños se les enseñe no sólo una lengua extraña, sino en una lengua que no entienden» *(Actas,* p. 151).

Nom culpava Sebastiám Farnès os organizadores de formular o tema nos termos propostos, porque era conhecedor dos condicionantes legais aos que tiveram de defrontar-se para inclui-lo no Congresso. Ora, estes condicionantes legais punha justamente de manifesto que o problema objecto de debate nom podia analisar-se «prescindiendo del aspecto político y social que envuelve» *(Actas,* p. 151). Com efeito, a imposiçom do castelhano como única língua escolar é umha decisom política encaminhada a conseguir que em todo o Estado se fale um único idioma (Vide *Actas,* p. 152). Decisom adoptada contra os postulados da Pedagogia, vulnerados por um legislador que, se figesse acto de presença no Congresso, deveria ser castigado por «desaplicado e incorregible en asuntos pedagógicos» *(Actas,* p. 151):

> «Porque es un acto doblemente criminal la imposición del castellano a los niños de Cataluña, imposición que rechaza la educación a que tienen derecho, y el desarrollo natural de sus facultades que queda perjudicado al pretender que aprendan una lengua extraña en la edad en que únicamente deberían perfeccionar la propia» *(Actas,* p. 152).

Por outra banda, a recuperaçom escolar das línguas periféricas havia de fazer-se em funçom de exigências pedagógicas, agora si, mas também políticas: «Es preciso que todas esas regiones hagan causa común: lo reclaman la ciencia y el patriotismo» *(Actas,* p. 152).

Atendendo a tais exigências científicas e patrióticas, Sebastiám Farnès propujo ao Congresso a seguinte conclusom: «En las escuelas primarias se enseñará en una sola lengua, y una sola lengua, la materna de los niños» *(Actas,* p. 152). O castelhano ficaria excluido das escolas elementares, reservando-se o seu estudo para as superiores, «cuando los niños tengan la necesaria aptitud para aprender una lengua extraña» *(Actas,* p. 152).

Na mesma linha que Sebastiám Farnès, se bem num tom menos agressivo, inscreve-se a intervençom de José Franquesa, professor de ensino secundário. Este congressista defendeu que o galego, o basco e o catalám eram idiomas, contra os que pretendiam reduzi-los à condiçom de simples dialectos, «pues el ser uno u otro depende de causas internas y cualidades propias que

subsisten a pesar de quien se oponga a reconocerlas» *(Actas,* p. 157)[8]. Também criticou na sua exposiçom que se impugera o castelhano como único idioma oficial em todas as escolas do Estado, conculdando-se assim o «axioma» pedagógico segundo o qual «para enseñar a los niños es preciso hablarles de manera que nos entiendan» *(Actas,* p. 155). A imposiçom do castelhano como único idioma escolar produzia ademais umha aprendizagem deficiente desta língua por parte dos meninhos que foram socializados em outra:

> «lengua ruin y repulsiva o mejor rara, esa informe mescolanza de dos lenguas heterogéneas, liga infeliz y contubernio inverosímil, con que resulta en lugar de un nuevo idioma, una menguada parodia de los dos, una vestidura de arlequín, objeto de rechifla en nuestros sainetes y objeto de aversión y repugnancia para todos los moradores de nuestros campos y aldeas. A esto, sí, señores, que yo le llamo dialecto, a la corrupción torpe y miserable de las lenguas» *(Actas,* p. 158).

Finalmente, solicitou que o Congresso reivindicasse nas suas conclusons que nos territórios onde se falasse um idioma diferente do castelhano, este se ensinasse empregando como língua veicular a materna (vide *Actas,* p. 159).

O debate adquiriu a sua maior tensom com motivo da intervençom de Castro y Legua. Este mestre valenciano que exercia em Madrid fijo uso da palavra para lamentar que as discussons discorressem por roteiros políticos, desviando-se do carácter estritamente pedagógico que as devia presidir. Também censurou algumhas expressons vertidas no Congresso, que consideraba ofensivas para o magisterio castelhano: «[...] se ha dicho con poco miramiento que la enseñanza de la lengua castellana es un crimen (protestas), que esa enseñanza, obligatoria por la fuerza, es preciso que desaparezca por la fuerza también (fuertes rumores), y estas expresiones hay que retirarlas» *(Actas,* p. 162). Alude-se aqui à intervençom de Sebastiám Farnès, que é responsabilizado de imprimir ao debate umha direcçom netamente política. No caso de nom se retirarem as expressons estimadas como ofensivas, ameaça Castro y Legua com abandonar o Congresso e o desacreditar perante a opiniom pública: «Si estos conceptos y otros que no recuerdo en este momento no se retiran, los maestros no catalanes abandonaríamos este local y diríamos en nuestras provincias, que en Barcelona no habíamos encontrado hospitalidad; que se nos había llamado a Cataluña a discutir temas pedagógicos y luego estos temas se habían trocado por temas políticos y regionales» *(Actas,* p. 162). Destarte, para conseguir os seus propósitos, nom duvida o mestre valenciano em acudir à chantagem, e para a exercer apela a um dos tópicos mais manuseados: o pressumível exclusivismo dos cataláns.

---

(8) Um dos argumentos utilizados por José Franquesa para demostrar que o galego, o basco e o catalám som idiomas, consiste em salientar a sua riqueza literária. No tocante ao galego, afirma que «de algo serviría la lengua gallego-portuguesa que es dulce como un arrullo, y melancólica como la oración de la tarde, cuando el Rey Sabio la rindió tributo y la vio elevarse al rango de idioma oficial de la poesía de Castilla, y los trovadores la encontraron apta para tejer con ella una perenne guirnalda de armonías [...]». Mas nom se trata somente de umha riqueza histórica, senom também actual: «[...] no son tan dignos de desprecio *dialectos* que producen poesías tan varoniles como las que cada día aparecen en las Vascongadas, estrofas tan valientes como las de Rosalía de Castro, de Pondal, de García Ferreiro y de Curros Enríquez en Galicia, o poetas y prosistas por centenares, como los que enriquecen portentosamente la literatura catalana» *(Actas,* p. 157).

No tocante aos procedimentos mais ajeitados para o ensino do castelhano aos nenos que falarem outra língua, entendia Castro y Legua que podiam reduzir-se a três: «prohibición del uso del dialecto en todo lo posible», traducçom de umha a outra língua e exercicios gramaticais (cfr. *Actas,* p. 163). Para aplicar estes procedimentos nada mais indicado que recorrer a mestres castelhanos, pois tenhem um melhor conhecimento da língua a ensinar «y nunca se dejarán arrastrar por su aficción al dialecto, la cual, unida a la necesidad de comunicación rápida con los niños, nos hace abandonar la lengua nacional y acudir al lenguaje que más pronto responda a la necesidad de un momento, que en las escuelas es continuo e interminable» *(Actas,* pp. 162-63). Os problemas que teriam os mestres castelhanos para se entenderem com os escolares bascos, cataláns e galegos seriam de pouca entidade, dado que «esta dificultad se vence forzosamente a los ocho días» *(Actas,* p. 163). Ora bem, tendo em conta que esta medida atentaria contra os direitos de muitos mestres, propujo-se umha soluçom menos radical:

> «Todo maestro que no sea castellano y que ejerza en un pueblo en que se habla dialecto, deberá prestar tres años de servicios en pueblo castellano, aunque sea en comisión y con reserva del derecho de su escuela. (Rumores)» *(Actas,* p. 163).

Com a finalidade de restablecer a calma no Congresso, vários mestres cataláns elaborarom un escrito, cuja leitura foi seguida de grandes aplausos; nele rejeitava-se qualquer frase vertida nas discussons que pudesse ter ferido a sensibilidade dos seus colegas de Castela (cfr. *Actas,* p. 163). O próprio Sebastiám Farnès tomou a palavra para se rearfirmar nas suas posiçons e protestar contra algumhas tergiversaçons que Castro y Legua fijera da sua intervençom. Sobretudo insistiu em que considerava efectivamente «un crimen la imposición de una lengua extraña en las escuelas, cuando los niños carecen del necesario desarrollo de sus facultades intelectuales» *(Actas,* p. 163). Nom obstante, tendo em conta que esta expressom produzira reacçoms alporizadas nalguns congressistas, manifesta-se presto a retirá-la, «haciendo este sacrificio personal en aras de la buena armonía y de la tolerancia que deben reinar en las asambleas de la índole de la que estamos celebrando» *(Actas,* p. 163). Outros mestres intervirom animados polo mesmo espírito de harmonía e tolerância, rematando a sessom com vivas a España e a Catalunya (cfr. *Actas,* pp. 163-64).

Os congressistas forom parcos quando chegou a hora de extrair conclusons a respeito do tema que nos ocupa. Com efeito, das quarenta e três submetidas a votaçom, somente duas fazem referência à relaçom entre escolarizaçom e práctica lingüística, dedicando-se as restantes aos outros cinco temas objecto do debate. Eis o conteúdo das duas conclusons:

> «La ciencia pedagógica reclama que a los niños se les instruya en la lengua que conocen.
>
> »El mejor procedimiento para enseñar a los niños la lengua castellana, donde no es ésta la nativa, consiste en la práctica y comparación de aquélla con la suya propia» *(Actas,* p. 222).

Estas conclusons recolhem, como pode observar-se, as posiçons mais avançadas do Congresso. Convém sinalar porém que forom aprovadas por maioria, mentres que as mais delas resultarom ratificadas por unanimidade ou recebidas com aplausos.

2. *JOSÉ SOTO CAMPOS RECLAMA A INCORPORAÇOM DO IDIOMA GALEGO À ESCOLA*

Possuimos escassos dados biográficos acerca de José Soto Campos, que, como já antecipamos, foi um dos oradores que intervirom no Congresso de Barcelona. Sabemos que em 1867 dirigia a escola pública incompleta de Taboadela (Ponte-Caldelas) e que posteriormente exerceu noutras escolas da provincia de Ponte-Vedra, entre elas a de Barro. A finais do século XIX foi nomeado inspector provincial de primeiro ensino, desempenhando este cargo primeiro em Málaga e mais tarde em Lugo, província esta em que permaneu desde 1900 até 1904[9].

José Soto Campos participou activamente nas associaçons do magistério pontevedrês, como ele próprio declarou no Congresso de Barcelona[10], ao que acudiu em representaçom da Associaçom de Mestres de Caldas de Reis. Também interveu nos principais congressos pedagógicos que tivérom lugar no século XIX: Madrid (1882), Pontevedra (1887) e Barcelona (1888). No Congresso Pedagógico de Ponte-Vedra dissertou sobre a intuiçom e os procedimentos intuitivos[11], tema que já tinha tratado noutras ocasions. Provavelmente fosse no Congresso Pedagógico de Madrid quando entrasse em contacto com a *Institución Libre de Enseñanza,* que aproveitou esta assembleia para difundir o seu ideário entre o magistério. Em qualquer caso, Soto Campos converteu-se num defensor das ideias sustentadas pola *Institución,* e nomeadamente dos passeios escolares, escrevendo um artigo em *El Magisterio Gallego* intitulado «La Institución Libre de Enseñanza y los paseos escolares»[12]. As colaboraçons na imprensa é justamente outra das dimensons que cumpre destacar na trajectória de Soto Campos, já que os seus escritos aparecerom com relativa freqüência tanto nos jornais do magistério *(La Luz* ou *El Magisterio Gallego)* como nos de informaçom geral *(El Anunciador, Diario de Pontevedra,* etc.).

A primeira intervençom de José Soto Campos defendendo a presença do idioma galego nas escolas produziu-se, que nós saibamos, nas páginas de *La Luz,* especificamente no número correspondente ao 20 de dezembro de 1878. Este escrito foi contestado polo *Boletín de Primera Enseñanza* de Gerona, iniciando-se assim umha disputa da que desgraçadamente nom conhecemos

---

(9) Cfr. Arquivo Histórico Universitario de Santiago, expedientes pessoais, leg. 385. O expediente de José Soto Campos conserva-se incompleto.

(10) «[...] yo he hecho cuanto pude en la creación de algunas asociaciones en la provincia de Pontevedra, que por cierto funcionan con bastante regularidad». *(Actas,* p. 159).

(11) Este discurso foi publicado em *El Anunciador,* 14 e 15-IX-1887.

(12) Neste artigo di-se que a *Institución* constitui «una gloria tan grande para España como grandes son los beneficios que presta a la causa de la civilización y del progreso de nuestro país». *El Magisterio Gallego,* 25-IV-1878.

mais que um artigo. O *Boletín* catalám opunha-se ao ensino do galego argumentando que se os mestres careciam de tempo para aprenderem o castelhano, dificilmente o teriam para fazer o próprio com o galego; também considerava o idioma galego responsável da «santa ignorancia» em que se achavam grandes camadas populacionais na Galiza; finalmente, a pobreza da literatura galega era outro dos factores que desaconselhava a incorporaçom da língua galega à escola. Soto Campos rebateu cada um destes argumentos, que considerava escassamente convincentes, e reafirmou-se na conveniência de que nas escolas se ensinassem simultaneamente o galego e o castelhano. Eis alguns exemplos do jeito como poderia discorrer o estudo comparativo das duas línguas:

> «Un maestro observa que un niño dice a otro: *¿No es verdad que tú y mas yo tomamos ayer mucho leche?* Al momento el profesor interrumpe al alumno diciéndole: niño, a ver como pronuncia V. en buen gallego lo que acaba de decir en mal castellano. El chico contesta sin vacilar: *non é verdade que ti amais eu tomamos onte muito leite.* Esta bien, prosigue el Maestro, pero ¿cómo diremos en buen castellano eso acaba V. de hablar en gallego? El niño, después de meditar un poco, traduce, como es natural que suceda, literalmente, y vuelve a pronunciar en castellano lo que antes. Y el maestro entonces le advierte que la conjunción gallega *amais* no puede traducirse por *y mas* sino solamente por *y,* de suerte que en castellano no podemos decir *tú y mas yo* sino *tú y yo.* Además el sustantivo leche en gallego lleva el género masculino, como hemos visto, y así decimos: *ó leite preso, ó leite bó, o leite callado,* y sin duda por esto da V. en castellano el mismo género al tal sustantivo, lo que no es admisible porque no podemos decir *el leche bueno, el leche cuajado,* sino *la leche buena, la leche cuajada,* etc.
>
> De esta manera el niño aprende castellano y perfecciona el gallego»[13].

O discurso pronunciado por José Soto Campos no Congresso de Barcelona tivo de ser improvisado, porque, segundo ele mesmo confessou, desconhecia as bases desta reuniom pedagógica antes de chegar à capital catalá. Animou-se, nom obstante, a intervir quer polas alusons que alguns congressistas figeram à Galiza quer polo encargo de saudar ao Congresso que lhe encomendara a Associaçom de Mestres de Caldas de Reis. A primeira parte da sua intervençom dedicou-na tanto a salientar a importáncia das associaçons de mestres e dos congressos pedagógicos, que contribuíam a complementar a deficiente formaçom que os professores adquiriam nas Escolas normais, quanto a cantar as excelências dos procedimentos intuitivos, prestando particular atençom às aplicaçons educativas dos passeios ou excursons escolares. Também aproveitou a ocasiom para se laiar de que a sua participaçom no Congresso Pedagógico de Madrid (1882) nom tivera nengum eco na imprensa, que, porém, recolhera generosamente a presença nesta acontecimento de dous catedráticos da Escola normal de Ponte-Vedra. Além disto, os catedráticos foram subsidiados pola Deputaçom provincial para acudir a Madrid, enquanto ele nom recebera nengum tipo de ajuda económica (cfr. *Actas,* pp. 159-60).

---

(13) José Soto Campos, «Al 'Boletín de Primera Enseñanza' de Gerona», *La Luz,* 24-III-1878.

Entrando já na matéria, pronunciou-se quer contra os que propugnavam o ensino e o uso exclusivos do catalám nas escolas quer contra os que reivindicavam essa exclusividade para o castelhano. Tais tendências extremas estavam representadas no Congresso por Sebastiám Farnès e por Castro y Legua, respectivamente, autores a que Soto Campos aludiu em termos críticos, ainda que sem os citar expressamente. A posiçom sustentada por Soto Campos ao respeito era conciliadora, pois entendia que a escola devia acolher tanto a língua oficial quanto as periféricas: «En aquellas regiones como Cataluña, Galicia y Vascongadas y demás provincias donde se hable otra lengua además de la oficial, se enseñarán las dos» *(Actas,* p. 160). Para justificar esta recomendaçom pedagógica insiste nas avantagens que fornece o método comparativo na aprendizagem das línguas, segundo figera o conferencista encarregado de desenvolver este tema. Argumenta também que nas escolas da Galiza em que os mestres permitiam o emprego do galego, os meninhos aprendiam melhor o castelhano que naqueloutras onde se proscrevia o idioma do país:

> «En corroboración de estas afirmaciones, se ha observado la poca corrección con que hablan el castellano y aun el gallego mismo los niños de las escuelas de mi país cuyos maestros no permiten hablar una sola palabra en la lengua materna a sus discípulos. Así como se observa la propiedad y hasta la soltura con que se expresan los alumnos de aquellas escuelas donde alternan el castellano y el gallego, como acontece en la vida íntima, con sólo el cuidado de no mezclar voces de una a otra lengua, lo que es muy común en los niños poco adelantados» *(Actas,* p. 161).

Esta intervençom de José Soto Campos no Congresso Pedàgógico de Barcelona, assim como os seus escritos em *La Luz,* resultam particularmente interessantes porque foi a primeira vez, que saibamos (e cumpre sublinhar que as investigaçons históricas sobre escolarizaçom e pfatica lingüística na Galiza se achan ainda muito pouco desenvolvidas), em que um mestre reclamou publicamente a incorporaçom da língua galega à escola. O conjunto do magistério galego decimonónico nom parecia, porém, muito sensível a esta reivindicaçom, que será asumida polos mais egrégios representantes do regionalismo, como é o caso de Manuel Murguia e Alfredo Branhas[14]. Esta falta de sintonia do magistério com as aspiraçons regionalistas reflexou-se no Congresso Pedagógico celebrado em Ponte-Vedra no ano 1887, em que nom se incluiu nengum tema relativo à problemática lingüística. Em 1894 tivo lugar nesta mesma cidade umha «Asamblea Pedagógica» durante a qual se tratou o ensino do idioma na escola primária, mas as poucas referências que se figeram à língua galega tiveram carácter negativo. O mestre García Díaz afirmou que os «dialectos» constituiam um atranco para que «el idioma patrio se conserve en toda su pureza», mentres que Federico García, mestre de Ginzo de

(14) Acerca das reivindicaçons pedagógicas do diferencialismo galego, pode consultar-se o trabalho de Antón Costa Rico e Narciso de Gabriel, «O galeguismo e o debate escolar (1853-1936)», *II Xornadas da língua galega no ensino,* Santiago, Xunta de Galicia, 1985, pp. 193-212.

Limia, declarava que «el dialecto es causa grave que se opone grandemente al aprendizaje del armonioso, rico, inimitable, melodioso idioma de nuestra hermosa España»[15].

3. *RESISTÊNCIAS AO ENSINO DO GALEGO*

O discurso pronunciado por José Soto Campos em Barcelona foi publicado em *El Diario de Pontevedra*[16] e duramente criticado desde as páginas de *El Magisterio Gallego* por um indivíduo que firmava com o pseudónimo de *Lamparilla.* Este pseudónimo correspondia a Eduardo Núñez Sarmiento (1865-1905)[17], mestre, jornalista e autor de vários ensaios científicos e composiçons literárias, algumhas delas redigidas em galego. Eduardo Núñez Sarmiento publicou três artigos combatendo as teses e a pessoa de José Soto Campos. Os dous primeiros, intitulados «Sotos y Campos», tenhem escasso interesse, já que consistem basicamente numha desqualificaçom pessoal do mestre pontevedrês[18]. O terceiro, intitulado «Regionalismo y obcecación», merece ser considerado com mais atençom, porque os argumentos que nele se exponhem para justificar a exclusom escolar de qualquer idioma que nom seja o castelhano gozarám de grande audiência e longa persistência.

Año VIII — Santiago 5 de Noviembre de 1888. — Núm. 224

EL MAGISTERIO GALLEGO

REVISTA DE INSTRUCCIÓN PRIMARIA,

DESTINADA Á DEFENDER LOS INTERESES Y DERECHOS DE LOS MAESTROS DEL DISTRITO UNIVERSITARIO DE GALICIA.

ORGANO OFICIAL DE LA ASOCIACIÓN DE SOCORROS DEL MISMO,

PRECIOS DE SUSCRICION.

Un año... 5 pesetas.
Un Semestre. 3 id.
Un trimestre. 1'50 id.

El pago se hará siempre adelantado.

Se publica los dias 5, 15 y 25.

PUNTOS DE SUSCRICION.

En Santiago: calle de la Senra, 25, pral.; y en Orense D. Del fin Verdin, auxiliar de la Junta.

EL REGIONALISMO Y LA OBCECACIÓN.

También soy regionalista á carta cabal.

Veo á las venerandas tradiciones de los antiguos reinos y condados españoles, surgir como núcleos de gloria de los cuales brotan raudales de patriotismo y torrentes de amorosas afecciones; veo en pugna eterna al peculiar carácter del regionalista con los ruegos, siquier exigencias ó alusiones, del que impelido por los lazos invulnerables de un loable unitarismo, proclama el abolengo de nacionalidad como al verdadero punto de convergencia á que nuestras visuales deben dirigirse; veo en vertiginosa baluinba y en confusa precisión involucrar la supremacía histórica y

destinados á cualquiera parte de la Peninsula, lo mismo que á sus posesiones. Y ¿qué haria ese catalán sin mas conocimientos que los de su idioma, en Galicia? ¿qué haria en otra región cualquiera en la cual se entendiese aunque someramente el castellano á parte de hablarse el idioma regional? Esto prueba de un modo contundente la necesidad de enseñar el castellano, tanto en Galicia y en Cataluña, como en las Vascongadas, pues siendo partes integrantes de una nacion, deben corresponderse mútuamente y relacionarse por medio de un lenguaje comun.

Hablese en buen hora el catalán en Cataluña, el gallego en Galicia, el vasco en las Provincias, promuévanse asambleas y certámenes que refinen y pulan el espíritu regional; pre-

cuelas puramente gallegas, puramente vascas, puramente catalanas, y sin embargo los gallegos hablan el gallego, los vascos el vascuence y los catalanes el catalán; hasta hoy no existieron maestros puramente gallegos, vascos, ni catalanes, y sin embargo, el gallego se escribe, el vascuence se escribe y el catalán se escribe; Galicia tiene su literatura, rica, viril y si se quiere propia é independiente; Cataluña la suya; vivaracha, salpimentada, propia y á veces con repulgos de adolescente pulcela; las Provincias la suya, magestuosa como las escarpadas montañas que las defienden, fresca como las auras que del Cántabro se lanzan á los flancos, melancólica y sombria como los valientes puestos y escarpes que las adornan: allí en contacto con el Valter Scot de la mouluña cruje la cimi-

(15) *Crónica de la Asamblea Pedagógica y Exposición Escolar,* 18-VIII-1894, p. 19 e 24-VIII-1894, p. 66, respectivamente.

(16) Cfr. *El Diario de Pontevedra,* 30-VIII-1888. Aproveito a ocasiom para agradecer a localizaçom deste trabalho ao bibliófilo e erudito Antonio Odriozola, recentemente desaparecido.

(17) Cfr. *Gran Enciclopedia Gallega,* t. XXII, p. 254.

(18) Cfr. *El Magisterio Gallego,* 15 e 25-XI-1888.

Eduardo Núñez Sarmiento começa a exposiçom manifestando a sua adscriçom ao regionalismo: «También soy regionalista a carta cabal»[19]. Seguidamente reconhece o direito ao cultivo literário das línguas regionais, às que lhes concede categoria de idioma. Estas línguas tenhem, porém, uns limites bem precisos que cumpre nom desbordar:

> «[...] mas por Dios, encerremos el gallego en Galicia, al catalán en Cataluña y al vasco en las provincias, sin que puedan penetrar dentro de las Escuelas Primarias. Para los idiomas regionales la Escuela principal, la mejor escuela está en el hogar doméstico. [...] Maestro, pues, del idioma regional lo será el hogar doméstico; maestro del idioma nacional, seralo cada mentor en su escuela»[20].

A distribuiçom funcional de ambos os dous idiomas aparece aqui perfeitamente delimitada: o castelhano é o idioma público, e como tal debe ser aprendido nos centros de ensino, mentres que o galego reduzese ao ámbito privado, sobretudo ao familiar, adquirindo-se da mao dos progenitores, e nomeadamente da mai, à que ficará definitivamente vinculado: «es la voz del alma de la madre amorosa y el grito de reconvención del padre»[21]. Esta identificaçom da língua com a figura materna fai que os dous termos participem de um mesmo campo semántico: amorosas, doces, tenras, sentimentais, etc.

As virtualidades que o galego tem no lar, e mesmo no campo literário, nom se podem fazer extensivas à escola, já que para este ámbito lhe faltaria «riqueza», e além disto carecia-se do material didáctico necessário: «¿dónde están esas obras exclusivamente escritas para ser leídas y estudiadas en una escuela?»[22]. Ora, esta circunstáncia nom se torna alarmante, dado que os idiomas regionais permanecem vivos, tanto ao nivel oral quanto na escrita, apesar de nunca terem existido escolas «puramente gallegas, puramente vascas, puramente catalanas»[23]. O ensino institucionalizado destas línguas seria, portanto, supérfluo.

Se a escola puramente galega é inviável e supérflua, polas razons assinaladas, e, acima, indesejável, polo «exclusivismo y aislamiento ridículos» que acarretaria, umha escola em que coexistissem o galego e o castelhano também nom seria recomendável, dado o confusionismo que se produziria entre os nenos. Em fim, as línguas regionais na escola ham de limitar-se a funcionar como simples recurso analógico para a aprendizagem do idioma oficial: «El idioma regional debe darse como conocido y debe ser empleado como simple auxiliar para la distinción análoga de las palabras»[24].

Nom foi esta a única ocasiom em que umha proposta favorável ao ensino do nosso idioma suscitou contestaçons negativas em certos sectores da sociedade galega decimonónica. Vejamos, a título de exemplo, a reacçom pro-

---

(19) *El Magisterio Gallego*, 5-XI-1888.
(20) *Ibidem*.
(21) *Ibidem*.
(22) *Ibidem*.
(23) *Ibidem*.
(24) *Ibidem*.

vocada por um chamamento que *El Heraldo Gallego* fijo em 1876 aos seus colegas demandando colaboraçom para a difusom da língua galega. A revista ourensana, funda e dirigida por Valentín Lamas Carvajal, expressava-se nestes termos:

> «Consagrando cada periódico semanalmente una sección destinada a la inserción de composiciones en prosa y verso, escritos en nuestro melodioso lenguaje, y a la publicación de refranes y cantares populares de nuestro país, mucho podríamos adelantar en la noble y honrosa tarea a que estamos consagrados»[25].

Esta proposta emitia-se atendendo ao Ressurgimento literário produzido na Galiza desde meados do século XIX. Além disto, a experiência de *O Tio Marcos da Portela,* fundado e dirigido igualmente por Valentín Lamas Carvajal, demostrou que o jornalismo em galego despertava interesse nom só na populaçom urbana, mas também na rural[26].

O projecto apresentado por *El Heraldo Gallego* aos seus colegas nom se caracterizava precisamente polo seu radicalismo. Isto nom impediu, porém, que alguns jornais reaccionassem alporizadamente perante o mesmo. Tal foi o caso de *El Diario de Lugo*[27], cuja contestaçom tem de qualificar-se, cuando menos, como desmesurada. Examinemos a linha argumental despregada por este jornal, que exemplifica o posicionamento de certo tipo de imprensa em relaçom com o tema.

Depois de louvar a actuaçom de *El Heraldo Gallego* em defesa dos interesses da Galiza e de afirmar que «somos gallegos ante todo», declaraçom que, como tivemos ocasiom de comprovar, também encabeçaba outros escritos beligerantes com os postulados galeguistas, numera *El Diario de Lugo* as razons que determinan a sua discrepáncia com a revista ourensana. A sua oposiçom realiza-se, em primeiro lugar, em nome do progresso, já que este implica a «unificación» dos povos em geral e das suas línguas em particular[28]. E se o jornal lucense reclama para si a sintonia com o «progreso», aos regionalistas nom lhes resta mais opçom que a de serem caracterizados como retrógrados. Em segundo lugar, e sempre nesta linha de «progreso», no caso de que se propagasse o galego *«puro»,* acentuariam-se as dificuldades para estabelecer relaçons comerciais com os foráneos, que já existem, apesar de se usar um «dialecto mixto en la generalidad». O isolamento do resto do Estado, de que a miúdo se laiam os galegos, veria-se igualmente acentuado a prospera-

---

(25) «A la prensa de Galicia», *El Heraldo Gallego,* 20-XII-1876.

(26) Cfr. *Ibidem.*

(27) Cfr. *«A 'El Heraldo Gallego'»,* artigos publicados em *El Diario de Lugo* os dias 31-XII-1876, 3, 6 e 10-I-1877 e 22-II-1877.

(28) «En el movimiento progresivo de la humanidad; en la revolución que en el mundo se verifica para intimar más y más los lazos que unen a pueblos y pueblos, tienden precisamente las razas a su fusión, las naciones a su fraternidad y, por ende, los idiomas a su unificación» («A 'El Heraldo Gallego' II», *El Diario de Lugo,* 3-I-1877). O termo unificaçom nom se emprega aqui com muita propriedade, funcionando de facto como sinónimo de substituiçom lingüística.

rem os anseios regionalistas. Alén disto, e este já é o argumento definitivo, «o somos o no españoles: o debemos ocupar un puesto en el concierto de las cuarenta y nueve provincias o vivimos sólo para nosotros»[29]. Por todas estas razons, *El Diario de Lugo* decanta-se em prol do ensino do espanhol:

> «Nosotros creemos que lo que debe enseñarse es el idioma español (no *castellano* como impropiamente se le llama) porque es el idioma de la nación, el idioma oficial y del que debemos servirnos y nos servimos en nuestras relaciones sociales y comerciales»[30].

Esta opçom, entende o articulista, nom impede que se faga propaganda do galego, sempre e quando non exceda do ámbito «puramente literario». Ora, «cuando su enseñanza quiera hacerse oficial; cuando se prefiera a la del español [...], perdónenos el colega orensano, pero nos opondremos a ello [...]»[31].

Apesar de o seu projecto ser objecto de críticas tam radicais no fundo, ainda mantendo as formas, segundo acabamos de comprovar, nom por isso deixou de insistir Lamas Carvajal na necessidade de favorecer o desenvolvimento do idioma galego. Doze anos mais adiante, quer dizer, no 1888, e esta vez desde as páginas de *O Tio Marcos da Portela,* apela-se de novo a todos os jornais para que, quando menos, e mentres nom chegue o momento em que a maior parte deles se escrevam inteiramente em galego, redactem umha das suas secçons neste idioma. Assim se combateriam os principais problemas com os que se defronta a língua galega: o facto de grande parte da populaçom possuir competéncia lingüística deficiente quer para falar o seu próprio idioma, quer para o ler, e a vergonha que os galegos sentem a fazer uso da sua fala:

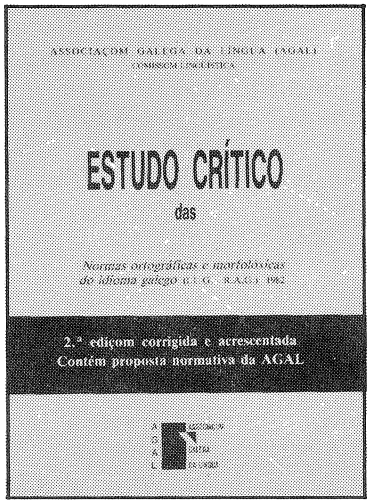
> «Aproveitarse d'os diarios para esta empresa é a cousa máis natural, porque son muy poucos os que non se ven n-a precisión de ler algún, e d'esta maneira conseguirase que todos se vayan afacendo ó lenguaxe que usan os enxebres d'a terra, e que dando a prensa o exempro pra que se perda a inxusta vergonza que pol-a falta de costume teñen moitos, chegue pronto o día de que os galegos non falemos máis que a propea e verdadeira fal, que non sei cometese ningún pecado pr'andar por ahí medosa e derreganda»[32].

Em resumo, na sociedade galega do passado século reivindicou-se em diferentes ocasions o ensino da língua galega. Esta reivindicaçom foi protagonizada nalguns casos por indivíduos que ainda permanecem no anonimato histórico (José Soto Campos) e noutros por personalidades suficientemente conhecidas (Valentín Lamas Carvajal). As instáncias através das quais se pretendia difundir o conhecimento do galego eram fundamentalmente duas: a escola e a imprensa. E merece salientar-se o facto de essas tentativas serem combatidas desde posiçons pretensamente regionalistas. As limitaçons do regionalismo literário e folclórico ponhem-se nidiamente de manifesto quando se enfrenta com projectos que implicam umha certa normalizaçom social do idioma.

---

(29) *Ibidem.*
(30) *Ibidem.*
(31) «A 'El Heraldo Gallego' IV», *El Diario de Lugo,* 10-I-1877.
(32) «Fora vergonza», *O Tio Marcos da Portela,* 1-VII-1888.

DE IMEDIATA APARIÇOM:



O popular em *Um olho de vidro,* de Afonso R. Castelao

Luís MARTUL TOBIO
Faculdade de Filologia
Universidade de Santiago de Compostela

A Natacha Michel

Neste trabalho pretende-se realizar umha interpretaçom, seguindo as contribuiçons de Mijail Bajtin —ou Mikhail Bakhtine— sobre a cultura popular (1), de um conto de Afonso R. Castelao. Antes de prosseguir é preciso apontar que nesta ocasiom nos limitaremos a um só aspecto praticamente dos muitos de possível desenvolvimento: o da morte e o mundo de além-túmulo. Prescindimos, portanto, de obras como *Os dous de sempre,* narraçom carregada de componentes populares burlescos (2) que ampliariam em excesso o projecto presente. Polo mesmo, nom foi a nossa intençom realizar um estudo exaustivo do tema, o que implicitamente está nas páginas que seguem, mas dar umha orientaçom alicerçada em bases teóricas novas.

Na área das literaturas europeias poucas como a galega se tenhem constituído sobre os seus próprios domínios, à margem das imposiçons da cultura oficial de estado que chegavam por múltiplas vias. Os narradores do primeiro terço deste século encontrarom a sua inspiraçom artística nos modelos culturais populares polo seu contacto com umha literatura tradicional popular, amiúde oral. No quadro da evoluçom histórica daqueles anos esta literatura faz parte do processo de construçom da naçom galega.

---

(1) Mijail Bajtin, *La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento. El contexto de François Rabelais.* Barcelona, Barral editores, 1974.
(2) Sobre cultura popular galega chamamos a atençom para trabalhos, infelizmente inéditos, de Emílio Araújo Iglésias, v.gr., a este respeito, o que intitula «Varela Bujám, umha estética campesina».

Ao aproximarmo-nos a *Um olho de vidro* parece um bom ponto de partida referir-nos ao acto que tivo lugar na Academia Galega, no ano 1920. Como é sabido Castelao leu naquela altura umha primeira versom (3) do conto, que estivo acompanhada de umha breve e valiosa dissertaçom sobre o humorismo e Galiza. Postula aqui a sua firme conviçom de que todo humor tem de ser nacional (e, portanto, acrescentemos, popular, embora seja evidente): «...que toda Arte, como todo idioma, é movimento que non escacha nunca as suas carauterísticas nacionaes». A orientaçom do seu pensamento a respeito disto fica perfeitamente clara. Na mesma ocasiom Castelao acarreta mais precisons sobre o seu conceito do humor e da criaçom artística e literária. A partir da noçom de compromisso com Galiza, da responsabilidade do intelectual para com a sua pátria e língua, no quadro mencionado de formaçom da naçom galega ele efectua umha rectificaçom do riso popular. Castelao nom se entrega de cheio ao domínio do riso popular, exerce umha reformulaçom do absoluto do seu poder, e outorga-lhe ao conteúdo satírico um sentimento tenso de responsabilidade. Dada a evoluçom do pensamento na Europa e o momento histórico concreto nom é possível ver o mundo desde o riso e as suas implicaçons de maneira dominante, mas encarrilá-lo numha visom abertamente ética de dimensom colectiva e nacional. A cita de Mark Twain que preside o conto, qualificando o humor, é sintomática:

> «Debaixo do humorismo hai sempre unha grande dolor; por iso no ceo non hai humoristas».

A selecçom destas palavras dizem muito sobre o cámbio pessoal que Castelao introduz na tradiçom popular. O facto de um escritor, vinculado conscientemente ao povo, caracterizar o humor com umha referência à dor, situa-o depois do grande corte que exerceu o romantismo também neste terreno. Castelao efectua umha ligeira separaçom do material e desenvolve simultaneamente umha operaçom de abstracçom que se liga com a evoluçom do humor na Europa ao longo do séc. XIX (4). Por esta evoluçom cinde-se o humor do riso popular.

No autor galego o espaço do riso deve estar ocupado polo satírico, o irónico e o paródico, por serem formas de humor responsável, igualmente de raiz popular, de inerente visom desde abaixo, e que necessariamente implica umha presença do trágico e do triste porque a arte humorística se articula directamente com a sua sociedade e deve ser verdadeira e útil. A sua posiçom é rotunda; o humor possui a densidade da ideia e tem de ser justo nas suas duas acepçons de acertado e exigente de justiça contra os opressores.

---

(3) Alfonso R. Castelao, *Humorismo. Dibuxo humorísteco. Caricatura. Conferencia. Marzo. 1920.* Publicaciós da Real Academia Gallega. A Cruña, Litografía e Imprenta Roel, S. A., 1961.
Cfr. o trabalho em processo de realizaçom de José Maria Dobarro e Maria Teresa López sobre as variantes textuais na obra de Castelao.

(4) M. Bajtin, op. cit., pp. 39 e ss.

«O humorismo interpret'a Vida d'unha maneira sinxela e forte, non somente plástica senón ideolóxica, e así coma no dibuxo puro a forma é o fin, no humorismo é un medeo para eispresar ideas.

«Os dibuxos humorísticos teñen un outo valore pra Estoria, pois debaixo da risa ou da sonrisa repousa un comentario xusto á Realidade» (5).

Dado o seu planeamento sem concessons, Castelao promove umha cisom entre o que seria o humor, identificado com o festivo e intrascendental, e a sátira, que é possível, nota, que já nom entre na categoria do humor. É bem significativo que Castelao vacile pola sua suspicácia face às formas de riso optimista, às quais Rabelais se entregara sem reservas, mas que para o tempo de Castelao os efeitos de reinterpretaçom da burguesia tinham já vaziado de conteúdo ou reduzido aos seus aspectos formais. No entanto, cumpre destacar a aguda distinçom do escritor rianjeiro entre grotesco, dotado de força autêntica, e deforme, com vacuidade formalista.

Em conseqüência, parece que para Castelao existe umha primazia da responsabilidade sobre aquele império do riso (optimismo, regeneraçom, confiança própria + sátira, paródia, subversom). O optimismo como componente do riso entende-o como frivolidade ou simplificaçom, nom admite que se poda ser optimista e satírico, ao mesmo tempo. O riso como regeneraçom contraditoriamente marcando-se com a sátira e a ironia, desenvolvendo portanto umha funçom ideológica de envergadura, cede perante a urgência e a exclusividade da responsabilidade, a honestidade e a preocupaçom. Nom se vê que o riso *solicitado* pola dominaçom e os temores seja capaz de dar umha resposta própria que os supere com base nas qualidades antes apontadas, de optimismo e crítica. O autor efectua umha dicotomia drástica pola qual o humor se cinde em termos de constituiçom simples; a um país «ben gobernado» corresponde um humor alegre; o contrário acontece num país magoado. Em conclusom, a situaçom real de Galiza é tam árdua que o escritor humorista tem que adoptar um tom fortemente moral que se expressa unicamente naquelas formas privilegiadas:

«...mais con todo coido que diante das mágoas da Terra asoballada, calquera humorista de boa cepa galega ten de convertirse en satírico ou ironista».

A conseqüência imediata desta decisom é a especificaçom do riso como visom popular, já que para o autor, como temos dito, está fora de lugar o optimismo, enquanto se escuitem os lamentos de Galiza. Ele funda nesta circunstância a razom do seu pessimismo que deve actuar, até ao ponto de ser libertador e nom simplesmente passivo. Desta maneira recuperaria-se parte da força regeneracional.

---

(5) Alfonso R. Castelao, op. cit., p. 27.

Céltiga

CASCUAO
PIRONIO
DE VIDRIO

A unidade contraditória da concepçom tradicional do humor popular parece inverter-se ou redistribuir-se perante a situaçom objectiva. À confiança final do povo, periodizada temporalmente, junta-se a dúvida sobre um futuro feliz e a necessidade de fazer mais sério o humor que ajuíza a realidade. Daí a relevância da frase da Mark Twain e o papel da dor no seu conceito do riso. É preciso conferir-lhe a este umha seriedade de natureza mui peculiar que domine o festivo o que é expressom de umha mudança na maneira de conceber a realidade presente e futura. O humor adquire além do seu valor físico, umha funçom adestradora mui clara nos seus termos, porque assi o necessita a sociedade galega, onde nom pode existir o riso desbordante, confiado em si mesmo. É, por todo isto, significativo que a expressom do seu ideal de riso, que corresponderia a um mundo futuro sem opressons, se despregue numha série de imagens de bondade, pureza, felicidade, corroendo a simbologia ambivalente ou contraditória, tam conatural ao popular.

> «Po-lo que vai dito parece que eu non sou amigo de rir e trabucado estará quen tal pense, Eu ben quixera que o meu ente rise con esa risa dos meniños, dos bos, dos sans e dos felices, mais como humorista galego, fondamente e sinceramente galego, teño que afogar as miñas risas diante d'unha Verdade que chora» (6).

A interpretaçom parece estar mais fixada por umha dicotomia do que por umha unidade dual e é a urgência moral e ideológica de Castelao a que a provoca. É pois imprescindível ter presente o projecto, em que se inscreve o pensamento de Castelao, de consolidaçom de umha literatura nacional como parte do processo global de independência de Galiza e a selecçom e interpretaçom dos componentes que configuram o ser nacional e popular. Em último termo, a relaçom que ele estabelece entre o nacional e a universidalidade popular emancipadora.

Em *Um olho de vidro* reconhece-se umha intensa pegada popular, ainda que nom se pode exigir umha minuciosa ou ambiciosa representaçom da sua mundivisom, dado o carácter de obra breve e selectiva. Dos possíveis caminhos de penetraçom no conto podemos seleccionar inicialmente o próprio tema. É umha amostra clara de tratamento humorístico do mundo dos mortos, com umha notável fidelidade às crenças próprias do mundo cultural galego. O que resulta evidente é que a condiçom mesma deste espaço ultra-terreno se subtrai à classificaçom e qualificaçom que a religiom oficial lhe assinala. Carece da situaçom esperável: nom é céu nem purgatório, limbo nem inferno, nom participa de nengum dos espaços da geometria religiosa. É um Além quase do lado de aquém, é simplesmente o mundo dos mortos, segundo é imaginado na cultura popular: é o lugar sob terra, o cemitério, lugar vizinho dos vivos, tam próximo que é intrascendente; Além nom celeste, é o outro mundo situado ainda neste. Temos aqui um componente mui representativo do po-

(6) Alfonso R. Castelao, op. cit., p. 26.

pular no referente à morte: os mortos nom se vam, ficam para participarem em diferentes assuntos dos vivos; hai pois umha relaçom de comunicaçom (o pai do anónimo narrador irá a Santo André de Teixido). No conto tropeça-se com freqüentes notícias e contactos com a sociedade, quer sejam vítimas da repressom quer seja a figura do cacique sob a forma sobrenatural de vampiro, se bem este nom possui filiaçom popular algumha no mundo galego; mais ainda, pola tradiçom de literatura culta em que está inserida nom pode ter umha articulaçom frutífera, a razom da sua utilizaçom vem motivada pola intençom ideológica de Castelao.

O espaço do cemitério pom de manifesto umha direcçom mui característica do pensamento ideológico do autor. O adro de umha igreja possui um significativo mui particular em Galiza e é umha prova da atitude comunicativa do povo, já que aí se fala de infinidade de assuntos e tenhem lugar actos mui diversos, desde um baile a umha subasta. Nom é o adro (cemitério) lugar especializado mas compartilhado. Ora bem, Castelao, movido pola sua ideologia, vai introduzir um deslindamento, ao preferir, no fim do conto, o cemitério de aldeia ao de cidade. É o reflexo do ideário galeguista daqueles anos que considerava o campo como o núcleo do que é galego e estabelecia umha contraposiçom campo/cidade. Daí, as palavras e a aventura final do autor que fecham o conto e que tenhem o seu complemento quando o esqueleto expressa os seus desejos de estar num cemitério de aldeia. Neste que lhe corrrespondeu estar, de cidade, as atitudes som opostas às populares: estabelecem umha separaçom já que no cemitério as gentes falam só de mortos, fora falam das cousas dos vivos, quando em velórios ou em adros de aldeia nom hai esta especificaçom. Os cidadaos nom entendem a dualidade morte/vida como processo colectivo, nom fazem outras actividades e além disto o que dizem som «parvadas» porque estám a repetir os ensinamentos religiosos. As atitudes destes mortos de cidade resultam doestadas polo individualismo que os encerra na sua vida pessoal e polo mesmo vulgar, e numha moral miserável e curta; nom admitem a morte nem de mortos, para eles a vida é o exclusivo valor, com o que estabelecem umha dicotomia entre as duas. Alerń disto, mostram umha atençom polo mais trivial, som posturas e forom vidas vazias. Assi pois, a diferença campo/cidade sobredetermina o planeamento ideologicamente.

Este mundo subterráneo oferece, aliás, a imagem de umha vida quotidiana em que se torna a reafirmar a continuidade com a realidade anterior, tanto polas lembranças e condutas que se prolongam como no próprio feito da quotidianeidade. Em linhas gerais é possível afirmar que em *Um olho de vidro* a concepçom popular galega do outro mundo aparece como reproduçom deste, os mortos continuam a ter características e actividades semelhantes (veremos a seguir como também estám invertidas, que é o importante); para Castelao e para o seu povo, alargando um pouco as cousas, nom hai que esperar o juízo final para recuperarem os corpos e almas que tiverom. Quer dizer, a morte nom se concebe mais que sob as formas da vida. A morte nom é, segundo quijo impor a Igreja católica, umha realidade hierática, séria, maniqueia, individual, mas um discorrer com a sua própria normalida-

de, «social», libertado do pesado aparato alegórico, feito de pequenas circunstancias, onde se continuam a manifestar de modo mui peculiar vícios e virtudes. A morte é o duplo da vida e ainda as crenças fantásticas (Santa Companha, Santo André de Teixido) encontram confirmaçom. Deste modo atenuado, como em parte cria que era o humor galego, Castelao neutraliza formas adustas e imagens atemorizadoras correspondentes à cosmogonia católica e expom umha clara superaçom do medo, umha gozosa, mas nom trivial, burla de todo o que tem de atemorizante. Assim, os símbolos medonhos de tumbas e esqueletos tornam-se inofensivos. O terrorífico resulta ridículo. Sem dúvida, este tratamento do mundo de Além é já umha subversom.

A conseqüência mais imediata a extrair é que Castelao lhe tira toda a transcendência à morte no sentido religioso e oficial e expom-na como um incidente comum. Ocorre, entom, como um acontecimento natural que nom se reprime nem se quer evitar a todo trance; polo contrário, o princípio moral que aqui rege é o da sua aceitaçom, sem lhe conceder umha importância absoluta. De umha maneira concisa e suficiente o autor mostra-nos esta atitude de naturalidade na sua personagem. As precisons comparativas e usos indicam que a sua morte foi umha de tantas. Nom hai umha insistência ou atençom especial ao aspecto individual da desapariçom. Noutras palavras, a morte do protagonista ou narrador está integrada numha colectividade, a morte é um assunto colectivo:

> «Morrin antre cobertores como morren a cotío os bos homes, e ben peiteado e co meu traxe dos días de festa... fun para debaixo dos terróns...».

Nom obstante, podemos submeter esta noçom de quotidianeidade a umha revisom para apreciar mais ajustadamente as eleiçons do autor, e, em concreto, pôr a ausência de outros aspectos pode ajudar nesta tarefa. O mundo de além-túmulo é, no ámbito literário a que nos referimos, profundamente grotesco e é por isto que Castelao o recolhe, só que na sua concepçom deste mundo imaginário nom o povoa de figuras carnais, como nos grandes textos do realismo grotesco; em conseqüência, priva-se da possibilidade de desenvolver plenamente o material orgánico, que só fugazmente aparece. Tampouco hai procissons nem actos multitudinários, nem banquetes, nem referências à fisiologia, ao comer ou ao beber. Polo contrário, a simbologia mantém um tom longe do abigarrado; é um mundo apaziguado no qual a grotesca dança dos esqueletos nom é desenvolvida em todas as suas possibilidades. Quer dizer, a vida nom se instala na morte mais que de maneira matizada: os esqueletos vivos, a morte-vida ou o princípio vital actuante na nom-vida nom alcança a complexa simbologia e numerosos motivos do realismo grotesco. Mas isso nom tira, como apontamos, que a destruiçom da imagem atemorizada por meio do quotidiano e da irreverência resulte especialmente crítica, pois fai que a morte nom seja algo cortado da vida.

Assi pois, os símbolos da dualidade morte-vida estám *encarnados* nos esqueletos, as imagens costumam carecer da ambigüidade, componente necessário da visom processual do realismo popular. Neste sentido, nom se en-

contram símbolos desapariçom/procriaçom (como a anciá grávida, tam comentada por Bakhtine) e o predomínio da simbologia do esqueleto fala-nos de umha reduçom das possibilidades do grotesco. Com a sua dureza e desnudez indica-nos umha compacticidade na qual é difícil imaginar a ideia de fluxo. No entanto, se esta perspectiva nom está mais que ligeiramente empregada, nom quer isto dizer que nom haja sinais atribuíveis a umha estética do realismo grotesco. A antedita dança dos esqueletos é um deles e tam evidente que ademais entronca com um dos componentes tradicionais desta literatura. (Apesar da referência culta a Saint-Saens que vem a ser umha interrupçom dentro da linha dominante do conto, mas que se recupera na comparaçom final dos esqueletos com os ossos). O baile é um topos constante do relato carnavalesco e popular. A imagem dos esqueletos, conduz-nos em si mesma ao gosto grotesco; nom já pola irreverência mas polo exagero, por se situar fora da norma, actua como umha clara deformaçom.

Polo mesmo, a descriçom da descomposiçom do corpo, dos «vermes que fan cóchegas» ou bem «os farrapos de carne fedenta apegados nos osos», incluem-se na estética do grotesco, da burla do sério e convencional. É a aceitaçom do *mau gosto,* da atracçom polo grosseiro e material, oposto ao refinado e delicado das classes altas. E ainda isto resulta mais evidente quando o escritor das memórias recorda que os esqueletos nom podem rir porque «Os esqueletos non rin a cachón. *O bandullo é a fonte da gargallada e sen bandullo non pode habere gargallada* (itálico nosso)». Aqui temos um dos instantes mais claramente pertencentes à tradiçom humorística popular no conto. O todo-poderoso riso está situado no lugar baixo do corpo, nom numha parte nobre; nasce do corporal e delicia-se na sua condiçom grosseira e orgánica. Este riso nom é cerebral nem requintado, surde do ventre, da cozinha do corpo, em contacto com a comida e o excremento. É um torniquete irónico que incide sobre a sociedade dos vivos, que enuncia um princípio básico do realismo grotesco. Vemos como Castelao em vez de recriar numha descriçom esta ideia do esqueleto com bandulho, entregado à gargalhada, prefere estilizar a situaçom e plasmá-la no texto num jogo de presença/ausência. Ele busca mais o golpe irónico que o desenrolo actual do motivo no conto. Temos que perguntar-nos em que medida há umha limitaçom sob a perspectiva do realista grotesco, porque é possível que deste modo o mundo recriado no texto nom adquira todo o seu vigor, ao privar a imagem de um esqueleto com bandulho.

De todas as maneiras a sociedade de além-túmulo exerce um efeito grotesco com respeito à dos seres vivos como conjunto ou posicionamento geral. Nesse quadro é que se deve interpretar outras situaçons, como a mençom de a sociedade ultra-terrena nom tolerar «farrapos» de carne fedorenta pegados aos ossos. Desta noçom da sociedade mortuória como reflexo partem outros componentes do conto. Em particular resulta necessário matizar a relaçom —e entidade— do narrador com essa sociedade de esqueletos, que se caracteriza pola distáncia. Embora oscile nalgum instante e efectue umha maior aproximaçom, noutros o comentário negativo estabelece a sua diferença ou nom participaçom. Poderia pensar-se que a causa disto vem a saber-se na parte final quando o narrador comenta que gostaria de estar num cemitério de al-

deia. Seria, entom, a rejeiçom da cidade a que explicasse essa atitude distinta. No entanto, ainda admitindo a importância desta ideia, poderia supor-se que a oposiçom narrador/esqueletos reflecte umha situaçom particular do intelectual galeguista naquela sociedade do primeiro terço do século. Certas pontualizaçons tenhem umha intençom clara:

> «Os esqueletes son tan parbos como as persoas. Abonda decir que non pensan mais que en beilar. Pra min todos os esqueletes son o mesmo... todos parecíanme iguales. En troques iles, antre si, coñécense moi ben».

Castelao parece ter preferido deixar mui clara a diferença entre a sua personagem e o resto da sociedade, baseada na necessidade de deslindar campos, e nom em criar umha comunidade dominada polo burlesco e satírico popular. Isto permite-nos imaginar se este facto estará em relaçom com o conceito de humor irónico, em surdina, que Castelao cria próprio dos galegos. Quiçá Castelao nesse momento histórico nom pudesse admitir como apropriado umha ideia de povo confiado, dado que a sua realidade era a de oprimido, e utilizasse as armas próprias de um povo nom emancipado. Por carácter do ser galego e por situaçom histórica Castelao elege esta soluçom solapada, circunscrita, antes que reflectir um amplo fresco de actuaçom popular dominante que nom estava em consonáncia com a realidade histórica do povo galego. O problema é que o humor retranqueiro é débil, pois nom supera a dominaçom; é um humor que parte do reconhecimento do seu submetimento.

Som estas condiçons históricas que estám na origem do planeamento remodelador da tradiçom popular. Por definiçom, no mundo carnavalesco e grotesco da festa popular, das visons do inferno ou de além-túmulo, nom hai espectadores que a umha certa distáncia contemplem; o próprio ser da festa popular é a participaçom de todos, assi que, se hai contemplaçom, este princípio perde-se. Como veremos a seguir, o símbolo do olho en si mesmo implica umha observaçom, embora tampouco haja que olvidar que o narrador manifesta um interesse que devém solidariedade nalgumhas ocasions.

Andando o relato o narrador mostra-se como porta-voz de um pensamento político concreto, por que entrará em discussom com outros esqueletos; é um dos procedimentos possíveis para poder expor os conteúdos ideológicos. É a funçom adoutrinadora ou propagandística que exprime postulados galeguistas acerca da língua nacional, do federalismo ou do caciquismo. Assi acontece que esta personagem se perfila como alguém interessado em conhecer, e em actuar nessa *sociedade* —nom é indiferente como os esqueletos—, em transmitir condutas e atitudes, em defender as suas próprias ideais. Analisador agudo, ao fio das palavras daqueles com que vai topando, constituindo estes encontros os episódios ou vinhetas.

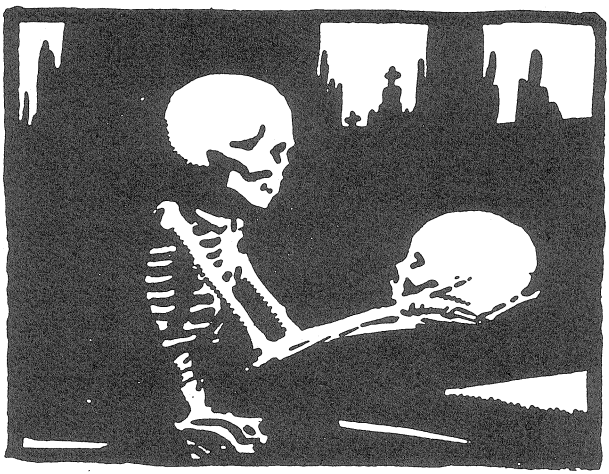
Por isto, *Um olho de vidro* será um compêndio de temas de ordem ideológica, cultural, humorística, etc. Nom é ocioso lembrar que o olho faz parte do título do livro e possui umha grande riqueza significativa. Assi, o conto é possível polos poderes insuspeitados do olho de vidro, que é o que ao permi tir ver no outro mundo sustém o significado de inversom da realidade: o que

nom via, e servia para enganar no terreno amoroso, debaixo da terra pode ver. A inversom, como antes a comunicaçom, actua como princípio fundador do conto e situa-o na ampla rota da tradiçom do realismo grotesco. Voltamos a encontrar este princípio inversor, se bem contrapesado pola resignaçom, no episódio da jovem, vítima do senhorito, que depois de ter sofrido no mundo, agora descansa; mas especialmente a seqüência dos «pataqueiros», a pomposa actividade do filántropo fica reduzida a nada:

> «O filántropo non fai nin di nada que merezca contarse. Sin diñeiro ten mortas todas as suas actividades»;

e o poeta é ridicularizado e descrito como umha personagem oca e fingida:

> «Anda sempre pidindo unha calivera emprestada para recitar o monólogo de Hamlet, e ainda fai outras tolerías».



O POETA

Exactamente em ambos a sua verdade expom-se na troca da sua actividade.

O facto de esse olho ver quer dizer que vai existir umha dilucidaçom do mundo real. A inversom que supom o olho inicialmente tem força: o inerte resulta vivificado na morte. O falso tornou-se verdadeiro. Encontramos aqui a ambivalência pola qual um olho cego vê ao mesmo tempo ou também, que ao contacto com a morte se vivifica. Ao princípio, nos actos que acompanham o descobrimento apreciam-se motivos grotescos no gosto polo exagerado de um gesto, como acontece com o beijo que lhe dá a caveira. No entanto, ainda tendo em conta todo isto, é preciso matizar outros aspectos do símbolo central do conto. Nom hai que esquecer que o olho é um órgao corporal e

de estendida utilizaçom na tradiçom popular mas no texto de Castelao é um objecto: aquele que olha e torna diferente ao seu dono mas nom pertence a umha esfera do carnal e vital, submetido à periodizaçom descomposiçom/regeneraçom. Só em medida limitada pode estar ligado com um processo do carnal como veremos a seguir. O olho como mediaçom que estabelece umha continuidade entre vida e morte, e se significa pola sua inversom, carece porém da materialidade orgánica presente no humor popular. Polo contrário, o própria tessitura, o cristalino, a sua compacticidade, o ser de vidro, umha matéria delicada, aponta a certa nobreza, leva-nos a pensar que Castelao interpretou o olho como um objecto mágico, como pedra preciosa ou bola de cristal que vê o desconhecido e neste aspecto o conto localiza-se no terreno do mágico ou maravilhoso.

A rastejar polos começos esta *história do olho* achamos que se nos relata como o olho natural adoeceu, quedou goro e posteriormente foi comido por um galo. Nesta seqüência Castelao engasta elementos da tradiçom humorística popular. Primeiro, o galo tem umha significaçom simbólica sexual, embora lhe chame Tenório, dando-lhe umha identificaçom culta e deslocando ligeiramente a sua vinculaçom popular (como antes ocorrera com Saint Saens). Segundo, o olho, ao ser comido introduze-o num processo em que a sua perda serve de alimento, de vida, ao galo. Por sua vez, este foi atraído polo olho doente, polos significados vitais do turvo. Tradicionalmente aŝ suas doenças se originam em causas orgánicas.

Contodo, se o olho nublado é um órgao deforme e quiça desorbitado (7), ao ser subsituído polo de vidro esta característica desaparece. O protuberante é tradicionalmente sintoma de um impulso interno, mas este foi substituído aqui por um acto mecánico. O olho efectivamente *projecta-se* ainda para adiante, mas como resultado da acçom de ser tirado. Tornou-se, como quem di, desmontável, traço que já nom é próprio do ámbito da organicidade. Assi mesmo, o acto em que a caveira beija o olho tem um forte valor paródico. A boca (um dos grandes símbolos vitais da tradiçom grotesca, por mais que convertida aqui numha fileira de dentes) compartilha com o visual a importáncia do significado do episódio. A respeito disto Bakhtine aponta algo que nos parece esclarecedor:

> «Los ojos no juegan ningún rol: expresan la vida puramente *individual* (itálico do autor) y en algún modo interna, que tiene su existencia propia, la del hombre, que no cuenta mucho para lo grotesco» (8).

Remontando-nos um pouco mais até à introduçom do autor o motivo do olho leva-nos a outras implicaçons. Nesta altura resulta óbvio que o herói do conto é umha transposiçom do próprio Castelao, ao que se referirá ironicamente ao começo e ao fim da indicaçom ao leitor. Quando nos di como, em certa ocasión, umha vaca devia de estar a julgá-lo polos óculos, estabele-

---

(7) M. Bajtin, op. cit., p. 285.
(8) M. Bajtin, op. cit., p. 285.

ce a semelhança com o olho de cristal, corroborada pola vinculaçom estre esta cena e a do galo que olha ao protagonista do conto. Com o seu comentário irónico Castelao indica-lhe ao leitor que, depois de mortos, os óculos/olho de vidro som os que permitirám conhecer e definir-se. A referência final, tópico literário, de nom fazê-lo solidário das opinions do esqueleto sublinha a identificaçom.

Continuando com a significaçom do protagonista, víramos que era um curioso interessado nas história e condutas pessoais e que mantinha umha certa distáncia individual, mas ligadas a um fundo colectivo. No conto nom há umha informaçom concreta da sua localizaçom na sociedade, porém a sua identificaçom com os humildes e o seu sentido da honestidade (as palavras referentes à sua morte «entre cobertores» e considerar-se entre «os bos») nom deixam dúvidas. O significado da personagem nom termina aí, polo próprio feito de escrever uns papéis, está ligada à elaboraçom de um texto. O olho que observa e o «garabullo» que escreve som pegadas de umha configuraçom intelectual e non estritamente oral. Dada a concepçom do conto de se apoiar na tradiçom do humor popular completada com aspectos cultos, é necessária a figura de um mediador que acarreta os conteúdos ideológicos do momento histórico. É outra razom pola qual podemos deduzir ser o mesmo Castelao quem se está a pôr na pele, ou melhor, no esqueleto do narrador, e quem imprime um cunho mui próprio de um horizonte histórico-cultural polo sentido da sua atitude e comentários.

Polo mesmo comprendemos a relaçom estabelecida entre projectos mais gerais e mais específicos de umha realidade concreta. Nom existe no conto umha formulaçom global do futuro, falta um projecto utópico como integrante da mundivisom popular de que fala Bakhtine, mas nom está ausente a universidalidade do popular. Contodo, hai umha passagem em que umha ideia de totalidade aparece na noçom do cósmico ou do valor cósmico do corpo pola sua uniom com a terra. Quer dizer, pola condiçom de processo absoluto que estabelece umha continuidade entre homes e terra; outra vez o colectivo se impom sobre o particular. É um dos pontos do conto onde a ambivalência se mostra mais claramente:

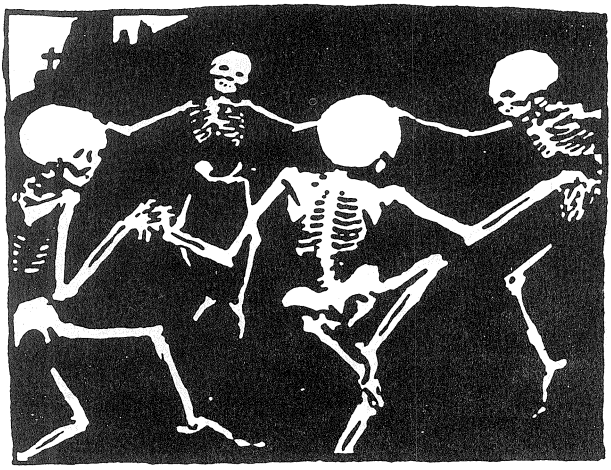
> «Eu penso que non morreríamos si a terra non precisase de nós pra botar herbiñas e floriñas e lucirse a conta dos apodrecidos».

O que morre é origem da vida, a morte nom é um feito individual, nom está cortada de um todo que é o que lhe dá a sua significaçom real. É também nesta seqüência que Castelao afirma a importáncia que lhe concede à paisagem, como um dos pontos do pensamento nacionalista. Torna a vincular um aspecto da tradiçom popular com outro da ideologia. A diferença entre terra e paisagem marca os termos geral e particular. Terra e paisagem formam um todo próprio. Nesta unidade contraditória, Castelao afirma o universal e exige o particular.

No que respeita à concepçom do tempo, de óbvia importáncia polo que afecta ao conceito de periodizaçom e de processo, o conto mostra umha certa

debilidade ou desleixo. Em concreto numha das exclamaçons o narrador di: «¡Ai! Eu xa morrín e non sou nada e ainda seréi menos cando a terra me coma de todo». Este tipo de reflexons son as que ocasionam um maior distanciamento da tradiçom popular, visto que a referência a ser «nada» depois de morto e ao acabamento absoluto e definitivo, ao ser comido pola terra, entra em contradiçom com passagens anteriores e situa o texto numha herança culta. Polo contrário, na tradiçom popular nom hai vazio nem fim, o conceito do nada nom existe. Como Castelao bem sabe o materialismo espontáneo popular nom concebe um acabamento definitivo já que o processo o é todo. É possível que o conceito de quotidiano, a que figemos referência antes, conduzisse Castelao a nom dotar à temporalidade de projecçons maiores.

Resulta impossível deixar sem um mínimo comentário as gravuras que acompanham o texto, por causa da dupla personalidade artística do autor quem já indicava na sua conferência que muitos contos partem de umha imagem ou desenho pensado, ou vice-versa (9), prática que é possível ser a origem de um género novo (10).



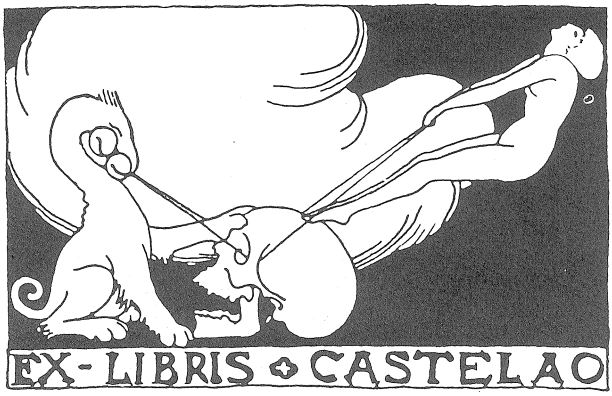
A DANZA

É indiscutível que desenho e texto tenhem umha complementariedade palpável, inclusive em traços de planeamento básico. Podemos partir da inteligente apreciaçom de V. Bozal (11), do choque entre texto (aqui, nomes) e imagem, e dirigir a atençom a como grotesco se dá na gravura, com umha decisi-

(9) Kathleen March, «Arte y arte de la narracción en el cuento «Sabela» de Castelao». *Cuadernos de Estudios Gallegos,* vol. XXXVI, n.º 101, 1986, pp. 367-76.
(10) Pilar García Negro: «A narrativa de Castelao», in *Castelao contra a manipulación.* Santiago, Ed. Xistral, 1984, pp. 61-83.
(11) Valeriano Bozal, *Sátira y tragedia: Las imágenes de Castelao.* Sada, Ediciós do Castro, 1987, pp. 28 e ss.

va presença do paródico e rebaixador, plasmados nuns fortíssimos contrastes entre tinta negra e brancos. No entanto, nesta ocasiom o tenebroso do desenho parece ceder a um princípio naturalista. O violento claro-escuro outorga-lhe umha ênfase especial que dissente dos traços que pareceriam mais próprios de um desenho grotesto. Na imagem do «oitocentista» com a sua grande dentadura exageradamente aberta ou na dança dos esqueletos, as linhas criam umha figura grotesca mas o *meio* comunica-lhe umha dimensom excessivamente enfática.

No Aviso de *Cincoenta homes por dez reás* Castelao indicava a brincar que ainda tinha muitos mais homes mas que deviam ficar para melhor ocasiom e concluía: «...Teño tantos!». O mesmo podíamos dizer das certeiras e ágeis percepçons que se acumulam nas escassas vinte e cinco páginas de *Un ollo de vidro.* Através de las Castelao mostra, na sua grande sensibilidade e conhecimento ajustado, por quê se converteu num dos mais destacados intelectuais do projecto galego de amancipaçom cultural e política.



O «direito» à informaçom mendaz (Algumhas consideraçons sobre a Jurisprudência Constitucional arredor das liberdades de informaçom)

José VILAS NOGUEIRA
Professor de Teoria de Estado
Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais
Universidade de Santiago de Compostela

1. *O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E A PROTECÇOM DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS.*

Tem-se sustentado que «o Tribunal Constitucional como ««intérprete supremo da Constituiçom»»», é revestido dumha ampla e mesmo heterogénea sorte de funçons entre as quais a protecçom das liberdades públicas nom costuma ocupar um lugar primordial nem é, tampouco, a razóm de ser da criaçom deste órgao. O Tribunal Constitucional é, fundamentalmente, um juiz da correcçom da actuaçom do legislativo e até um árbitro da actuaçom dos poderes constitucionais, mas a sua actuaçom em matéria de protecçom de liberdades públicas é, a todas luzes, anexa e alheia ao seu labor fundamental» (Embid, 1981, 905-6).

Esta opiniom sobre a relaçom do Tribunal Constitucional com a sua funçom de protecçom das liberdades públicas, pola via do recurso de amparo, corresponde-se com a teoria geral que atribui a tal tipo de instituiçons, como funçons prevalentes, as numeradas na cita anterior. Mas, ainda com essa referência, declarar como funçom *«anexa e alheia»* ao labor fundamental do Tribunal a de protecçom das liberdades públicas, parece excessivamente rotunda. Em todo o caso, essa configuraçom nom acha base positiva no nosso ordenamento. O artigo 161.° da Constituiçom Espanhola (em adiante CE), que especifica as funçons do Tribunal Constitucional (em adiante TC), inclui o «recurso de amparo» pola violaçom dos direitos e liberdades junto com as outras competências, sem estabelecer nengumha jerarquizaçom entre elas. Na Lei Orgánica do Tribunal Constitucional (em adiante LOTC), define-se este órgao, efectivamente, como *«intérprete supremo da Constituiçom»* (art. 1.°),

mas este qualificativo nom exclui a sua referência à protecçom das liberdades individuais. Máxime, dado que a variedade e heterogeneidade das funçons que a CE atribui ao TC é ainda susceptível de ampliaçom, toda vez que a enumeraçom das suas competências termina com umha cláusula aberta: «as demais matérias que lhe atribuam a Constituiçom ou as leis orgánicas» (art. 161.º.1.d, CE), reiterada polo art. 2.º.1.h, LOTC, sistema que encontra precedente na Lei Fundamental de Bonn: «a Corte constitucional federal actuará assi mesmo nos demais casos que lhe forem conferidos por lei federal» (art. 93.º.2, cito por De Esteban, 1979, II, 187).

Se se quer encontrar umha base positiva de hierarquizaçom das funçons do TC haverá que acudir à distribuiçom de competências entre o Pleno e as Salas do Tribunal (arts. 10.º e 11.º LOTC) e aos diferentes procedimentos contemplados nos títulos II a VI LOTC. Isso nom exclui que a funçom de «amparo» ofereça singularidades a respeito da declaraçom de inconstitucionalidade ou da resoluçom de conflitos constitucionais, pois

> «o que nom se requer no amparo é que esses actos sejam lícitos (formal e materialmente), com o que, ao controlar-se qualquer tipo de actos da autoridade, sejam lícitos ou ilícitos, a instituiçom do amparo excede os limites estritos do controlo de constitucionalidade, ao menos tecnicamente, para entrar no campo da defesa da Constituiçom, sem que tampouco seja este o seu, pois o amparo, mais do que umha instituiçom de defesa da Constituiçom, é-o de defesa dos direitos dos particulares constitucionalmente consagrados» (Aragón, 1979, 176-7).

Em qualquer caso, a jurisprudência do TC tem insistido na vinculaçom entre direitos fundamentais e elementos jurídicos do ordenamento. Assim, o TC, na sentença 25/1981, declarou que os direitos fundamentais resultam ser *«elementos essenciais de um ordenamento objectivo da comunidade nacional»*. Em sentenças posteriores, o TC reiterou o destacado interesse público que se acha na base dos direitos fundamentais. E ultimamente (TC, na sentença 159/1986, de 12 de dezembro, fundamento jurídico 6.) sinala que

> «tanto as normas de liberdade como as chamadas normas limitadoras integram-se num único ordenamento inspirado polos mesmos princípios no que, em último termo, *resulta ficticia a contraposiçom entre o interesse público que, em certos supostos, aconselha a sua restriçom. Antes ao contrário, tanto os direitos individuais como as suas limitaçons, enquanto estas derivam do respeito à lei e aos direitos dos mais, som igualmente considerados polo art. 10.º.1 da Constituiçom como ««fundamento da ordem política e da paz social»»* (o itálico é meu).

2. *O DIREITO À LIBERDADE DE INFORMAÇOM.*

Se isto é assim a respeito das liberdades em geral, acha ainda um 'plus' com referência às liberdades de expressom e informaçom e, em geral, a todas as indicadas no art. 20.º CE, pois este artigo

> «garante o mantenimento dumha comunicaçom pública livre sem a qual ficariam vaziados de conteúdo real outros direitos que a Constituiçom consagra, reduzidas a formas vácuas as instituiçons representativas e absolutamente falseado o principio de legitimidade democrática» (TC, na sentença 6/1986, de 31 de março),

doutrina reiterada ultimamente pola sentença 104/1986, (de 31 de março, fundamento jurídico 5.) a concluir que esta circunstância «outorga às liberdades do art. 20.° umha valoraçom que trascende à que é comum e própria de todos os direitos fundamentais».

3. *O «DIREITO» À INFORMAÇOM MENDAZ.*

O art. 20.°.1.d, inciso primeiro, da CE reconhece e protege o direito *«a comunicar ou receber livremente informaçom veraz por qualquer meio de difusom»*. O TC (nas sentenças 105/1983, de 23 de novembro, fundamento jurídico 11., 13/1985, de 31 de janeiro, fundamento jurídico 2., e ultimamente 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 2.) tem insistido na individualizaçom dos direitos do apartado a) e do apartado d) do art. 20.°. 1. da CE e na particular relevância do elemento de garantia objectiva do direito à informaçom:

> «o texto do art. 20.°.1.d., da Constituiçom, distinto do que se refere à difusom de pensamentos, ideias e opinions (art. 20.°.1.a), reconhece dous direitos, intimamente conectados, que, em prol do interesse de todos em conhecer os factos de actualidade que podam ter trascendência pública, concretam-se na livre comunicaçom e recepçom de informaçom veraz, de tal modo que os sujeitos deste direito nom som só os titulares do [...] meio difusor da informaçom ou os profissionais do jornalismo ou os que, ainda sem o serem, comunicam umha informaçom através de tais meios, senom, primordialmente, ««a colectividade e cada um dos seus membros»». Ao incluir estes direitos no art. 20.°, a Constituiçom tem em conta [...] a posiçom jurídica subjectiva dos que comunicam a informaçom, mas protege também, com a garantia reforçada que lhe outorga os direitos fundamentais e liberdades públicas, a faculdade de cada persoa e da [...] colectividade de acceder livremente ao conhecimento, transmitido polos meios de comunicaçom, dos factos de relevância realmente ocorridos» (TC, na sentença 168/1986, fundamento jurídico 2.).

A minha tese é que este elemento de garantia da liberdade de comunicar e receber informaçom que, como se viu, o próprio TC considera suposto inescusável do governo representativo e do princípio de legitimidade democrática (TC, na sentença 6/1981, de 16 de março, citada), debilita o requisito da veracidade da informaçom, que poderia ter algum sentido desde a exclusiva perspectiva do direito subjectivo, convertendo-o num enunciado vazio (afortunadamente). De acordo com os princípios democráticos, a veracidade nom condiciona, em geral, a comunicaçom ou difusom de informaçom, mas, em termos gerais, pode ser un elemento justificativo que inerve a tipificaçom, como ilícitas, de aquelas actividades informativas que podam lesionar outros bens jurídicos protegidos, como a honra, a intimidade, a imagem pessoal e a protecçom da juventude e a infância. Como di o próprio TC «é claro que quando o acusado num processo alega como causa de justificaçom da sua conduta o ter obrado «no exercício legítimo dum direito» (art. 8.°.11 do Código Penal) o que se trata de justificar é a lesom de outro bem jurídico» (TC, na sentença 104/1986, de 31 de março, fundamento jurídico 6.). Voltando à questom central, o que realmente condiciona a liberdade de informaçom no art. 20.°.1.d, da CE é a concorrência informativa, nom a veracidade. Ainda mais,

poderia sentar-se que ambas as exigências, na maior parte dos casos, som antitéticas.

Por outra parte, tal subordinaçom em geral da liberdade de informaçom ao requisito da veracidade é de notável ingenuidade. Um cidadao tam respeitável como um Reitor da Sorbona enfatizava nom há muito sobre a pertinência do velho adagio *non turpe est mentiri in publicis rebus gerundis* (Polin, 1982). E, independentemente de posiçons antropológicas pessimistas, sujeitos nom menos respeitáveis fazem-se eco da relatividade da diferenciaçom entre opinions e comunicaçons de factos:

> «sob a expressom «opiniones» [...] só se compreendem, segundo umha doutrina ainda dominante, os juízos, quer dizer, as posiçons de conteúdo valorativo, nom as simples comunicaçons de factos. Contodo, isto nom é completamente claro, porque nom existem, do ponto de vista da teoria do conhecimento, meras comunicaçons de factos sem conteúdo valorativo, especialmente quando se trata de sucessos nos quais a audiência está interessada: quando se trata de sucessos coetâneos. Toda «mera comunicaçon de factos» contém sempre umha toma de posiçom sobre as fontes de informaçom e um juizo valorativo que consiste em declarar que os factos ocorreram assim e nom de outra maneira» (Stein, 1973, 128).

Com efeito, a mera selecçom dos factos e a sua forma de apresentá-los estám inevitavelmente presididos por apreciaçons e preferências subjectivas que acarretam umha particular valorizaçom; com isto a fronteira entre a notícia e a opiniom deixa freqüentemente de estar claramente definida. «Justamente porque o Estado democrático nom se funda sobre um dogma, senom sobre o pluralismo e o direito à livre procura da *Verdade,* esta, como categoria metafísica, nom pode ser limite do direito à informaçom» (Fernández Miranda, 1984, 531).

A ingenuidade do legislador constitucional, quando subordina em geral ao requisito da veracidade a liberdade de informaçom, tem sido reiterada por declaraçons do TC, nom muito afortunadas na sua literalidade a respeito da relaçom entre operadores judiciais e princípios de veracidade. Más, além dessa literalidade, o reconhecimento da necessidade de garantir a concorrência informativa tem levado o TC a minimizar, correctamente, o alcance do requisito da veracidade. Concorrem, assim, numha só sentença, fundamentaçons jurídicas que, omitindo a referência à questom da veracidade, insistem no princípio de concorrência informativa. Mas o falho corresponde-se com estas últimas e nom com as primeiras. Por exemplo:

> «o direito a receber umha informaçom veraz é [...] instrumento essencial de conhecimento dos asuntos que cobram importância na vida colectiva e que, polo mesmo, condiciona a participaçom de todos no bom funcionamento do sistema de relaçons democráticas auspiciado pola Constitución, assim como o exercício efectivo de outros direitos reconhecidos no art. 20.°.1.d, da Constituiçom tanto se se impede comunicar ou receber umha informaçom veraz como se se difunde, se impom ou se ampara a transmisom de notícias que nom respondem à verdade, sempre que isso suponha cercear o direito da colectividade a receber, sem restriçons ou deformaçons, aquelas que sejam verazes» (TC, na sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 2.).

Contrariamente, na evidência de o TC nom perceber a problematicidade da associaçom entre princípio de veracidade e princípio de concorrência informativas, diz a mesma sentença, pouco mais adiante:

> «o direito de informaçom, junto com o de livre expressom, garante a existência dumha opiniom pública livre, condiçom necessária também para o recto exercício de todos os demais direitos em que se fundamenta o sistema político democrático» (TC, na sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 3.).

Ora, desde o conceito aristotélico de verdade que parece inspirar ao TC *(«informaçom que [...] se adequa à realidade do acontecido»,* sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 5.) é de lógica que duas versons diversas nom podem ser simultaneamente e sob o mesmo respeito verazes; se umha é veraz, a outra nom pode sê-lo; se por acaso, nengumha das duas o será por inteiro, mas freqüentemente umha o será algo mais do que a outra *(«adequará-se mais à realidade do acontecido»).* Se tal construçom é lógica e útil para determinar os efeitos jurídicos que puderem derivar-se dumha informaçom, é no entanto contraditória com os princípios democráticos quando pretende aplicá-la nom à determinaçom de aqueles efeitos, senom ao momento anterior do exercício particular do direito a comunicar ou a receber informaçom, suposto inescusável da associaçom de conseqüências jurídicas a essa informaçom.

Podemos exemplificar esta tese pola referência à Lei Orgánica 2/1984, de 26 de março, reguladora do direito de rectificaçom (LO 2/1984). A *ratio legis* deste texto parece ser a protecçom do direito à honra face ao exercício do direito de informaçom, através dum procedimento «interdital». Em conseqüência, adiando conclusons, na minha opiniom o direito que articula a LO 2/1984, é um direito de «réplica», mas que nom de rectificaçom (apesar da denominaçom utilizada polo legislador), que deve conectar-se, portanto, nom com o requisito de veracidade do art. 20.°.1.d, CE, senom com o 20.°.4, porquanto o direito à honra é um limite à liberdade de informaçom, que se protege aqui provisoriamente, como em todo o procedimento «interdital», mediante o asseguramento da concorrência de versons diferentes. Só num procedimento ulterior se poderám determinar as conseqüências jurídicas das informaçons. É nesse procedimento que jogará o elemento de veracidade, por exemplo, como causa justificativa dumha lesom à honra alheia ou, em caso de mendacidade, como origem de responsabilidade civil ou criminal, segundo os casos. Portanto, na minha opiniom, o elemento de veracidade (ou nom) de umha informaçom só é pertinente num conflito jurídico concreto, qualquer que for, nom como condicionante geral do direito à informaçom; todo o contrário do que acontece com o elemento de concorrência informativa, que opera em termos gerais, independentemente da sua referência a um conflito jurídico concreto, apesar de aquela poder também dar-se.

O TC faz sentença de acordo, mais ou menos, com esta construçom, mas, vinculado pola literalidade do art. 20.°.1.d, da CE e renuente a plantejar-se a problematicidade da coexistência entre veracidade e concorrência informativas, mantém nos seus razoamentos a referência à veracidade, o que conduz

a razoamentos um tanto ambíguos. Assim, diz o TC que se a sentença no procedimento da LO 2/1984

> «tiver ordenado a publicaçom dumha informaçom ou relato fáctico cuja falsidade ou inexactitude lhe constasse ao órgao judicial ou for manifesta»

teria-se produzido infracçom do art. 20.°.1. d, da CE,

> «ou, com maior razom, se o Tribunal tiver imposto aos responsáveis do meio de comunicaçom afectado a obrigaçom de desdizer-se ou negar a veracidade da versom dos factos inicialmente publicada, sem ter contrastado previamente a sua falta de veracidade e exactitude, ou bem [...] se tiver outorgado carta de autenticidade à versom oferecida por quem solicita a rectificaçom, sem ter procedido a umha prévia e adequada investigaçom da verdade» (TC, na sentença 168/1986, de 22 de dezembro, fundamento jurídico 3.).

Declaraçons deste estilo parecem estar subentendidas, como se dixo antes, por umha inadequada compreensom da relaçom entre operadores judiciais e princípio de veracidade. A missom dos juízes nom é pronunciar-se sobre a veracidade ou mendacidade de informaçons ou quaisquer outros factos, mas resolver um conflito entre pretensons jurídicas contrapostas. Decerto, para a resoluçom deste conflito é preciso estabelecer «factos provados» e deduzir juízos, de veracidade; o qual pode parecer o mesmo, mas nom o é. O juízo de veracidade deduzido polo operador judicial está constrangido por determinadas regras processais (diferentes segundo os tipos de processo) e o seu valor e eficácia acha-se, obviamente, limitado ao plano da resoluçom do conflito jurídico. Digo isto a propósito da hipótese contida no precedente razoamento do TC de que ao juíz que resolve sobre umha demanda de «rectificaçom» lhe conste a falsidade ou inexactitude da informaçom ou relato fáctico que se pretende publicar.

Que lhe conste, como? Por elementos alheios ao procedimento da LO 2/1984? Ora, legalmente é possível: «O Juiz, de ofício e sem audiência do demandado, ditará auto nom admitindo a trámite a demanda se [...] estimar a rectificaçom manifestamente improcedente» (art. 5, § 2, LO 2/1984). A lei nom exclui que esse juízo de improcedência da demanda poda fundar-se na constância da falsidade ou inexactitude da informaçom «de rectificaçom». Mas creio que um juiz só em casos extremos, mais freqüentes como hipóteses de escola do que na realidade, decretará a nom admissom de demanda por tal motivo. Antes parece que esta faculdade se concretará, na prática, no controlo do disposto no parágrafo 2. do art. 2.° da LO 2/1984: «a rectificaçom deverá limitar-se aos factos da informaçom que deseja rectificar».

Pode o juiz adquirir constância da falsidade ou inexactitude da informaçom de «rectificaçom» no juízo verbal que regula a LO 2/1984? Pode também, só em casos extremos, dada a sumariedade do procedimento, em particular a limitaçom da prova («só se admitirám as provas que, sendo pertinentes, podam praticar-se no acto», art. 6.°, b) e a extrema brevidade do prazo para ditar sentença («a sentença ditara-se no mesmo ou ao seguinte dia do juízo», art. 6.°. c, da LO 2/1982). Só umha informaçom muito grosseiramente mendaz pode ser excluída do direito de publicaçom, tendo em conta o jogo concertado do princípio de concorrência à honra. Por isso pode dizer o TC que a decisom de instância que ordena a publicaçom da sedicente «rectifica-

çom» nom impom ao meio de comunicaçom afectado a obriga de se desdizer ou negar a veracidade da versom dos factos inicialmente publicada nem implica outorgar carta de autenticidade à versom «rectificadora». Trata-se dum direito de réplica, nom de rectificaçom.

Por isso, se se abstrai a perturvadora referência à veracidade do art. 20.º 1.d, da CE nom há neste momento conflito entre o direito que consagra esse artigo e o do 18.º 1 da CE. Nom se trata de que «o conflito entre ambos os direitos fundamentais nom pode resolver-se outorgando prevalência ao proclamado no art. 18.º 1 da Constituiçom, senom que se impom sempre umha ponderaçom entre um e outro» (TC, sentença 168/1986, de 22 de Dezembro, fundamento jurídico 3.). É umha cousa diferente e mais: apesar da literalidade do art. 20.º 1.d, da CE, a mendacidade informativa nom constitui, por si só, um ilícito; a veracidade informativa, polo menos em regime democrático, nom é um bem juridicamente protegido. O que acontece é que a liberdade de informaçom pode concretar-se em factos atentatórios a outros bens jurídicos protegidos e, nalgum destes casos, a mendacidade faz parte do tipo social de ilícito penal e, noutros, a veracidade é causa de justificaçom que debilita a ilicitude civil ou penal.

Naturalmente, para isso,

> «o ordenamento jurídico estabelece as acçons penais e os procedimentos necessários para investigar a verdade dos factos publicados ou difundidos, assim como para obter a devida reparaçom dos prejuizos causados por informaçons inexactas ou falsas; acçons e procedimentos que os interessados podem exercitar em qualquer caso e dos que há de resultar, *também em benefício da colectividade* (o itálico é meu) a determinaçom dos factos como certos ou incertos, com os efeitos da cousa julgada» (TC, sentença 168/1986, fundamento jurídico 4.).

Com efeito, para terminar, conforme ao razoamento exposto, na minha opiniom, nom há nengum interesse da colectividade, salvo o muito genérico, presente em todo o caso, de que se cumpra o ordenamento. A colectividade está interessada na concorrência informativa, nom na veracidade, que, na maior parte dos casos, é um juízo que se estabelece numha perspectiva parcial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALZAGA, Oscar, ed., *Comentarios a las leyes políticas. Constitución Española de 1978.* Madrid, Ed. Revista de Derecho Privado/Eds. de Derecho Reunidas, T. II, 1984.

ARAGON, Manuel, «El control de constitucionalidad en la Constitución Española de 1978», in *Revista de Estudios Políticos,* n.º 7, Janeiro-Fevereiro 1979.

CONTENCIOSO DEL ESTADO, Dirección General de LO, *El Tribunal Constitucional.* Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1981.

CRANSTON, Maurice; MAIR, Peter, eds., *Langage et politique. Language and politics.* Bruxelles, Bruylant, 1982.

DE ESTEBAN, Jorge, ed., *Constituciones españolas y extranjeras,* (2 vols.) 2.ª ed. Madrid, Ed. Taurus, 1979.

EMBID, Antonio, «El Tribunal Constitucional y la protección de las libertades públicas en el ámbito privado», in CONTENCIOSO DEL ESTADO, 1981, I.

FERNANDEZ MIRANDA, Alfonso, «Libertad de expresión y derecho de la información», in ALZAGA, 1984, II.

POLIN, Raymond, «Non turpe est mentiri in publicis rebus gerundis», in CRANSTON y MAIR, 1982.

STEIN, Ekkehart, *Derecho Político.* Trad. española. Madrid, Ed. Aguilar, 1973.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CULTURA NO SÉCULO XVIII

Cinco notas de orientação e um balanço conclusivo

Manuel AFONSO COSTA
Universidade de Vila Real

1. *QUESTÃO NUCLEAR.*

O interesse metodológico do conhecimento dos mecanismos de produção e difusão da «cultura». Como diz Ehrard: «Seja em que caso for, a história das ideias só se torna verdadeiramente uma disciplina histórica quando se esforça por situar um objecto nas condições concretas em que ele apareceu».

O século XVIII é um século revolucionário. Nos mais diversos campos ele produz ideias novas. Ideias que pôem em causa todo o edifício tradicional. Sob os auspícios da *razão* tudo é levado a tribunal. Como diz Paul Hazard: «Estamos, sem dúvida, perante a crítica universal». Daqui irá resultar um novo direito em ruptura com o direito divino, uma nova moral sem teologia, assim como novas concepções políticas, religiosas e pedagógicas. Sem dúvida: Crítica e Razão são o suporte desta época de crise. Da sua acção irá resultar *um novo espírito.*

Ora em termos de uma história social, não interessa menos que o pensamento dos grandes homens, o reflexo desse pensamento nas massas; e daí a importância de se deslindarem os meandros da produção e «distribuição» das ideias. Trata-se em última análise de procurar saber da eficácia e do grau de penetração dos novos quadros filosóficos, científicos e culturais sobre e na sociedade em que deflagraram.

2. *INSTRUMENTOS.*

Instrumentos de difusão da cultura são então os livros, os periódicos, os salões, os cafés... Estes últimos que aparecem explícitos em obras de autores da época são talvez a grande novidade relativamente a épocas precedentes.

A importância deste tipo de estudo reside, por exemplo e a título de curiosidade, em podermos medir o significado epocal de publicistas com grande audiência social e que progressivamente se apagaram na história das ideias. É o caso de Mirabeau entre outros. Isto que dizemos, implica a já clássica questão de saber quem desempenhou papel mais relevante na sua época. Quem é mais representativo? O autor de primeiro plano ou o conjunto dos minores? Goldman por exemplo considera que só nos grandes autores se abandona a superfície e se vislumbram as tensões insuspeitadas, os conflitos latentes, as contradições insolúveis.

3. *O LIVRO.*

Não é tanto o seu conteúdo que interessa aqui, mas, e originando mesmo uma autêntica «Sociologia do Livro», toda uma série de dados com o livro relacionadas, tais como: a produção livreira, a censura, a repressão, o comércio, etc. Ainda é importante dar resposta a questões do tipo: o que se lê?; como se lê?; quem compra?; quanto se compra?

E esta última série de questões não é de resposta fácil. Escondem-se sob a sua aparente linearidade problemas, por vezes até irresolúveis. Já se pensou por exemplo no fenómeno que é o livro emprestado de controle tão difícil à distância de séculos, ou ainda, na determinação do sector que não lê o livro mas que é por ele influenciado. Determinação quase só hipotética.

Donde deve partir o historiador das ideias?: dos livros em si mesmos ou do público presumível a que os livros se destinaram? Mas como saber com rigor qual o público que foi atingido, se tantas vezes o público real não corresponde ao público virtual (1).

Relativamente à censura e à repressão, é importante conhecer a acção da Igreja como instância ideológica dominante ainda; assim como a acção do Rei através dos seus funcionários. (Ex. Chef du Maison du Roi).

A este propósito a organização da Librairie de France é exemplar, dado que a sua actividade regulamentadora se estendia a todos os níveis, até mesmo ao próprio comércio do livro. A censura funcionava com uma certa liberalidade até 1737, depois foi-se acentuando o seu peso ao longo do século, como se compreende aliás. De facto entre 1741 e 1763, por exemplo, o número de censores passou de 79 para 121. Pelas mãos destes censores passavam todos os escritos com mais de duas páginas. Escrito com menos de duas páginas não incomodavam o censor mas eram alvo de vistoria policial. Claro que

---

(1) Neste ponto Voltaire numa carta a D'Argenson dá ideia de uma hierarquia no consumo do livro onde se depreende uma nítida desproporção entre o livro sério e a obra de teatro. Algo como 40 para 200.

só chegavam à censura as obras alvo de privilégio, ou seja, aquelas que tinham tido já autorização prévia, que podia ser de três tipos: A permissão simples oral, a permissão do selo e a permissão táctica. Esta última bastante utilizada pois funcionava na prática como uma fuga aos meandros da permissão.

Ao nível da impressão as dificuldades eram igualmente sensíveis. Só os «Maître em Primeur» podiam imprimir e em 1720 o seu número está calculado em apenas 36. Bem, havia evidentemente a literatura clandestina que se insinuava através de vários processos. Dentre estes, são curiosas as invenções de editoras ou de cidades como lugar de publicação. E talvez ainda mais significativos culturalmente os manuscritos que circulavam de mão em mão, nalguns casos profusamente. Alguma desta literatura era certamente licenciosa. Põe-se então a questão de saber o que é ou não é clandestino, o que é ou não é licencioso. Pretensão difícil de satisfazer e que pressupõe um conhecimento bastante profundo da mentalidade da época, ou melhor, dos níveis de mentalidade dos vários estratos sociais.

Nota: Não esquecer a questão da libertinagem e da psicologia do libertino. Da sua evolução, desde o século XVII até finais do século XVIII. Desde Cirano de Bergerac até Sade.

4. *OS TEMAS.*

Apesar das grandes modificações mentais, cerca de um terço aproximadamente do que se publica é de carácter religioso. Nos outros dois terços de literatura os grandes temas reflectem as luzes do século: a crença no progresso, o optimismo pedagógico, etc. Neste domínio multiplicam-se os catecismos de fundo educativo ou científico assim como as obras do tipo «Make yourself» com alcance prático e técnico. São as preocupações do mundo burguês e os seus valores. Fortemente eivada deste espírito prático está a História Natural de Buffon que como sabemos foi condenado pela faculdade de Teologia.

5. *ENFIM.*

É ainda o problema das relações entre o autor e o editor, relação conflituosa que termina com a vitória dos autores. Estes, liberados por Beaumarchais, fazem reconhecer o direito à propriedade literária. Esta restrição tinha atirado para a miséria um Rousseau e um Diderot, entre outros, ao ponto deste último se ter visto obrigado a vender a sua vasta biblioteca por 100.000 libras a Catarina II.

BALANÇO CONCLUSIVO.

Que ensinamentos se podem recolher da especifidade setecentista relativamente à dinâmica de produção e difusão da cultura?

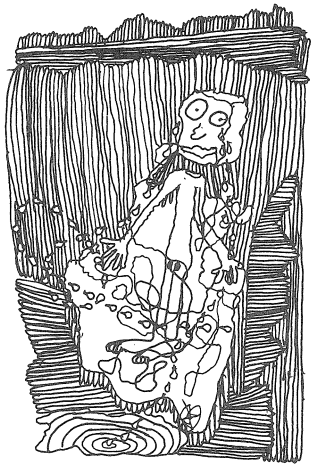
A) Que ela confirma a evolução da cultura sob as luzes.

B) Que se pode constatar uma atitude vincadamente repressiva por parte das ordens dominantes.

C) Que se assiste ao longo do século à arreigada luta pela propriedade literária.

D) Que as reivindicações neste domínio têm um carácter acentuadamente burguês.

Ao mesmo tempo (e isto é importante), que não há uma base impírica para provar os efeitos do livro na consciencialização ideológica do século XVIII.



NO NOME DA MAI...

In memoriam Rs. Lapa

José M.ª MONTERROSO DEVESA

da Associaçom Galega da Língua

No nome e apelidos do home actual confluem, por umha parte, o velho costume do ser humano de lhe dar nomes às cousas e actos para identificá-los (o que fai neste caso consigo mesmo) e, pola outra, a impronta da sua cultura natal e/ou ancestral (que podem nom coincidir).

Neste segundo matiz é a língua (natal e/ou ancestral) a que joga o seu papel determinante, até o ponto de podermos afirmar que, mesmo morto um idioma, perduraria na onomástica, ainda deturpada, dos indivíduos do povo que a criara. Eis por quê pensamos que, depois da fala, é polo apelido que melhor e dantes se pode identificar (e autoidentificar) um indivíduo na sua nacionalidade (ou, quando menos, na sua nacionalidade cultural ou ancestral).

Assi, um indivíduo apelidado Fernandes e nacido na França, será francês polo berço, mas individualmente hispánico (da velha Hispánia) polas raízes ou determinadas raízes paternas (nacionalidade ancestral), que, se som mui próximas (do próprio pai), podem mesmo determinar umha influência cultural (nacionalidade cultural).

Claro é que umha convençom mais que o apelido, na nossa como em todas as civilizaçons, o indivíduo ostenta um, dous e pode que até quatro apelidos, com inevitável desprezo do resto deles (resto que se estenderia até o infinito) e, ao recorrer a um ordenamento também convencional, dá preferência à linha paterna (a maioria das vezes em exclusiva).

Este ou outro qualquer ordenamento convencional leva a casos tam chocantes como semelharem mais parentes pessoas de um mesmo apelido com desvantage para outras de apelidos diferentes, inversamente ao que é real. Como escandalizar-se quando alguém desbota o apelido paterno, sem que se reaccione assi quando se fai isso, com tanta freqüência como se fai, com o materno? Mas é ainda bem mais chocante este sistema patriarcalista, se cairmos na conta de que os indivíduos ostentan, tam amiúde, apelidos que, em rigor, puderem nom corresponder-lhes, pois se algo é incontestável é unicamente a

ascendência uterina; noutras palavras: quantos que passam por pais nom o som mais que legalmente? Ou seja, um indivíduo Fernandes Rodrigues sabe fixo, sempre que nom for adoptado, que é filho da Rodrigues, mas nom pode ter a mesma segurança com respeito ao pai... Claro é que com a sua mai passa outro tanto (com o qual nem o mesmo Rodrigues do caso é seguro, pois esse tal Rodrigues pudera nom ter sido o pai dessa mai), e assi sucesivamente, resultando, embora, ser a mais segura a linha uterina dada polos apelidos mais recuados na orde convencional. Daí que estimemos mais justo a escolha do apelido materno à hora de dar preferências e de desbotar-se o resto.

Com todas as salvaguardas que acarreta problema tam complexo, dificilmente sistematizável, e fazendo abstracçom de momentos históricos e classes sociais —que já é abstrair—, podemos esboçar, para ilustraçom do leitor, o panorama seguinte, baseado em sistemas onomásticos do denominado *mundo ocidental.*

A) **Sistema maioritário:**

Priva o apelido paterno e, para a mulher casada, o paterno do marido; este *patriarcalismo* e *maritalismo,* segundo a nossa denominaçom, daria-se na Europa (excepto Portugal e, em determinados aspectos, a Espanha e as Ilhas Británicas) e nas Américas (agás o Brasil e, de algumha maneira, os EUA), onde poderíamos exemplificar, sem sairmo-nos da França, com Napoleon Bonaparte e umha qualquer Mme. *Michel* Hennequin (caso extremo, em que nom só se adopta o apelido, mas o nome-de-pia do marido!).

B) **Sistema minoritário:**

Priva o apelido materno e a mulher casada conserva o apelido próprio; este *matriarcalismo* limitaria-se a Portugal e ao Brasil, assi como, parcialmente, à Espanha e aos EUA; onde, para exemplificarmos, avondaria com citarmos um caso concreto do Brasil, com JJ. Baptista Tubino (pai), I. de Souza Tubino (mai) e A. de Souza Tubino (filho). Com a carga pitoresca que o caso acarreta, nom nos resistimos a citar aqui o sonado exemplo do neto maior do maior ditador espanhol a quem se lhe antepujo o apelido da mai, para que, com espúrios afans dinásticos, perpetuasse o Franco do avó materno.

Para a sua clarificaçom, considero útil ampliar este tema a seguido:

OS SISTEMAS ONOMÁSTICOS NALGUNS ESTADOS DA *ÁREA OCCIDENTAL* DO MUNDO MODERNO

HOME E MULHER SOLTEIRA	MULHER CASADA E CONJUTOS FAMILIARES
I. FRANÇA	
1. Napoleon Bonaparte (Ramolino)	
1. bis. Jean-Jacques Rousseau	
1. Maria Casares (Pérez)	
1. Geneviève Briand	2. Geneviève Hennequin, ou Mme. Hennequin, ou Mme. *Michel* Hennequin

II. GRAM BRETANHA

1. bis. Arthur Conan Doyle
2. Elisabeth Barrett ..... 3. Elisabeth Barrett Browning
2. Jane Baillie Walsh ..... 3. Jane Baillie Walsh Carlyle
2. Mary Godwin Wollstonecraft ..... 3. Mary Godwin Wollstonecraft Shelley

III. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1. Thomas S. Eliot (T. S. Eliot), ou
2. Thomas Stearns Eliot
1. bis. Dwight David Eisenhower
1. John F. Kennedy, ou
2. John Fitzgerald Kennedy
3. John F. Kennedy Jr.
2. Jacqueline Lee Bouvier ..... 4. Jacqueline Kennedy, ou
4. Mrs. Kennedy
1. Harriet Beecher ..... 5. Harriet Beecher-Stowe

IV. ESPANHA

1. Miguel de Unamuno, ou
2. Miguel de Unamuno y Jugo
1 bis. Benito Jerónimo Feijoo
1. María Barbeito, ou
2. María Barbeito y Cerviño ..... 3. Sra. de Martínez Morás
4. Manuel (Martínez) Murguía

V. PORTUGAL

1. (pai) Cabete *Loureiro*
(mai) Cordeiro Correia
(genro) Fernandes Pereira
(filha) Correia *Loureiro* Pereira

2. (pai) Barbosa Serrão *Marreiros*
(mai) Leite Serrão *Marreiros*
(genro 1) Homem de Oliveira Themudo
(filha 1) Leite *Marreiros* Homem Themudo
(genro 2) Duarte Silva Caseiro Alves
(filha 2) Leite *Marreiros* Caseiro Alves
(filho 3) Leite *Marreiros*
(nora 3) Mascarenhas Leite *Marreiros*
(filho 4) Leite *Marreiros*
(nora 4) Lisboa Leite *Marreiros*

3. (pai) de Valadares *Botelho* e Oliveira [Leite
(mai) Baptista dos Reis *Botelho* e Oli- [veira Leite
(filho) dos Reis *Botelho* e Oliveira Leite
(nora) Teixeira Alves Monteiro *Botelho*
(neto) Monteiro *Botelho*

VI. BRASIL

1. Alphonsus de Guimaraens
2. Alphonsus de Guimaenes Filho

2 (pai) Correa *Chagas*
(mai) de Freitas *Chagas*
(filho) de Freitas *Chagas*

VII. URUGUAI

1. Jose Artigas
1. bis. José Gervasio Artigas
2. José Batlle y Ordóñez
1. Juana Fernández, ou
2. Juana Fernández Morales ..... 3. Juana Fernández de Ibarbourou, ou
Juana Fernández Morales de Ibarbourou, ou
4. Juana F. de Ibarbourou, ou
Juana de Ibarbourou, ou
Sra. de Ibarbourou

1. bis. Luis Alberto Romero
5. Luis Alberto Romero, hijo,ou
Luis Alberto Romero (h)

Comentemos agora estes supostos para tirarmos as conclusons pertinentes.

A) O que consideramos **sistema maioritário**, calificamo-lo de *patriarcalista* e *maritalista*. Nel, o indivíduo solteiro usa (caso extremo) só o apelido paterno (I.1, III.1, IV.1, VII.1): em casos, ao chamar-se igual do que o pai, engade, antes do apelido materno, o apêndice: *filho* (que joga como verdadeiro segundo apelido em VI.2), *hijo* ou *(h)* (VII.5) ou *junior* (III.3, que também se tem exportado a outras áreas). Ou, de usar dous, paterno e materno, vam por esta orde, dando preferência ao primeiro (IV.2, VII.2), ou ainda leva quatro apelidos, com o mesmo tratamento. Hai casos em que, como se quiger prolongar o onomástico, o indivíduo, no suposto de um apelido só, acode a usar dous nomes-de-pia (avondo corrente hoje no Ocidente, I.1 bis, II.1 bis, III.1 bis, IV.1 bis, VII.1 bis).

A respeito da mulher casada, perdendo o seu, ou, por vezes, limitando-o à inicial, usa só o apelido paterno do marido, o que é constante quase universal (e concretamente nos I.2, III.4, IV.3, VII.4), com o caso (extremo) francês em que mesmo aquela adopta o nome-de-pia deste (I.2).

B) Ao **sistema minoritário** chamamo-lo *matriarcalista,* e joga sempre com dous apelidos. Nel, o indivíduo solteiro leva anteposto o materno (típico de V e VI, também, por vezes, em III.2), mas nom o transmite, nem mesmo opera tal apelido materno à hora de relacionar indivíduos alfabeticamente (v.g. nos dicionários): trataria-se de outorgar-lhe ao apelido materno, e por mera cortesia, um cometido simplesmente decorativo, sem efeitos posteriores. Também hai casos em que, por excepçom, mesmo se usa, entre nós, o materno como único apelido, v.g., quando o paterno é mui vulgar (IV.4) e nom o é aquel, ou para chamarem o indivíduo na prática do serviço militar. E, curiosamente, na Galiza, a certa altura do século XVIII e começos do XIX, em que se usava geralmente um apelido só, as filhas levavam, frequentemente, o da mai (enquanto os filhos o do pai). (Ver quadros núms. 1 e 2).

Ampliando o exposto nos apartados V e VI anteriores, vejamos como, nestes países, se dá umha grande flexibilidade, até raiarem no caótico: se bem, por regra geral, os solteiros anteponhem o apelido materno, ao casarem as mulheres complica-se a questom: seguem a usar o/s seu/s apelido/s e engadem-lhe/s, sem preposiçom nengumha, o/s do home (como, às vezes, nos apartados II e III); assi, resulta que o filho solteiro levará, com freqüência, os apeli-

dos segundo o fai a mai (VI.2). No apartado V os apelidos que afinal se transmitem som os que vam em itálico: Loureiro, Marreiros (salvo as mulheres), Botelho... e no apartado VI é o Chagas. Mais hai casos de sumo caos, quando cada irmao escolhe ou se lhe impom, ao jeito medieval, apelido diferente —levando ao sumum o exemplo galego dos séculos XVIII-XIX, v.g.:

(pai) Coutinho *Gago*
(mai) Bernardo Soares *Gago*
(filha1) *Gago* Rolão (por casamento com Rolão)
(filha 2) Soares *Gago* Horta (por casamento com Horta)
(filha 3) *Gago* Pacheco (por casamento com Pacheco)
(filha 4) Dourado Eusébio (por casamento com Dorado Eusébio)...

família portuguesa onde a filha 2 assina com dous apelidos, o materno anteposto, as filhas 1 e 3 assinam com um, só o paterno, e a filha 4 renunciou aos seus dos apelidos.

Retomando o fio do sistema B), a respeito da mulher casada, nel conserva esta os seus apelidos, como já se adiantou nos páragrafos anteriores, *bem com, bem sem* a preposiçom *de* (IV, V e VI e no VII.3) e ainda, por vezes, nos II.3 e III.5. Sendo o caso extremo quando, como no Estado espanhol, só usa os próprios, prescindindo dos apelidos maritais, o que choca num país tam *machista,* na medida em que choca o contrário em país tam *feminista* como o Uruguai (do apartado VII.4). Outro suposto curioso foi o que temos detectado na antiga Galiza quando, ainda assumindo a filha o apelido paterno, o feminizava, v.g.: a filha de Chrespo era chamada Maria Chrespa, a filha de Prieto era Prieta, a de Rey era Reyna, etc.

É do caso pensar em por quê, levando este limitadíssimo feminismo hispano ao máximo, o home nom é aqui conhecido polo apelido da mulher, assi como esta o é polo do home; por exemplo: o indivíduo casado com Joana Ferreiro, por quê nom pode ser o Sr. de Ferreiro? Isto acontece com os títulos nobiliários, onde, v.g., aos esposos das marquesas de Pontejos e Valladares se lhes chamou marqueses de Pontejos e Valladares, embora fossem marqueses-consortes.

Como é de complicado o tema! Bem que nos gostaria ter ajudado ao seu conhecimento e comprensom através desta esquematizaçom tam relativa como limitada. Também nos alegraria saber que contribuímos a abrir a mente dos galegos para olharem o sistema luso-brasileiro, com as salvaguardas apontadas, como mais justo ou mais ajustado a natureza e digno de, mesmo neste aspecto, reintegrarmo-nos nesse campo cultural de que é mostra: mais umha volta o povo português dá, com tal proceder, testemunha da sua fineza espiritual.

Na Corunha, Abril de 1989.

QUADRO NÚM. 1

RELAÇOM CRONOLÓGICA DE ALGUNS CASOS DOCUMENTADOS
EM QUE A MULHER PORTA O APELIDO DA MAI (ENQUANTO O HOME O DO PAI)

DATA PARTIDA	CLASSE ID.	LIVRO/ FÓLIO	PARÓQUIA E MUNICÍPIO	DIÓCESE	FIGURA	FILIAÇOM
1706 II 2	c	I	Giá-Friol	Lugo	Gregoria Vidal	f Antonio do Bernadal e Isabel Vidal
1723 VI 29	b	I/70v	Prado-Friol	Lugo	Antonia do Folgar	f Juan Gil e Isabel do Folgar n Juan da Uzeira e María do Folgar
1723 X 3	c	I	Laje-Laje	Santiago	Gertrudis de Añón	f Joseph de Anido e Marta de Añón
1739 III 11	c	I/107v	Prado-Friol	Lugo	Antonia do Folgar	f Juan Gil e Isabel do Folgar
1747 I 22	b (filho)	II/90v	Prado-Friol	Lugo	Antonia do Folgar	f Juan Gil e Isabel do Folgar
1753 I 7	c	VI	S.Eufémia N. Ourens	Ourens	Josepha Pereyra y Soto	f Martín de Soto e María Pereyra
1791 X 13	b	II	Laje-Laje	Santiago	Fernando Cousillas	f Fernando Cousillas e Rosa de Pazos n Gregorio Vásquez e Andrea de Pazos
1794 — —	b	com. 1766/93	Valonga-Pol	Lugo	Josefa Sanjurjo (1)	f Pedro Fernández e Rosa Sanjurjo n Pedro Villamide e Josefa Sanjurjo
1805 I 8	c	II	Laje-Laje	Santiago	M.ª Josepha Vásquez	f Fernando Cousillas e Rosa Vásquez
1805 XII 31	b (filho)	II/182	Laje-Laje	Santiago	M.ª Josefa de Pazos	f Fernando Cousillas e Rosa de Pazos

Abreviaturas: c = casamento, b = baptismo, f = filho/a, n = neto/a, materno/a, v = fólio volto, com. = começa.
(1) mai do recentemente canonizado Sam José-Maria de Suegos.

QUADRO NÚM 2

ESQUEMA GENEALÓGICO DE ALGUNS DOS CASOS ANTERIORES

A) JUAN DA UZEIRA - MARIA DO FOLGAR	B) GREGORIO VASQUEZ - ANDREA DE PAZOS
JUAN GIL - ISABEL DO FOLGAR	FERNANDO COUSILLAS - ROSA DE PAZOS
ANTONIA DO FOLGAR naceu em 1723	FERNANDO COUSILLAS (filho) naceu em 1791 / M.ª JOSEFA PAZOS (filha) naceu em 1779

Apresentaçom da vida e da obra de Celso Emílio Ferreiro [1]

Henrique Manuel RABUNHAL CORGO

I. B. Misto. Arteixo (Corunha)

Celso Emílio pertence a umha geraçom de escritores formados política e culturalmente no tempo da II República e que vivêrom a experiência e a tragédia da guerra civil, facto que os vai condicionar individualmente e também de maneira colectiva. Umha geraçom repartida entre os que se vírom obrigados a um exílio demorado, os que deixárom a sua vida durante a contenda bélica e os que como no caso do nosso autor contribuírom para a recuperaçom cultural e política do galeguismo nas décadas de posguerra numha situaçom pessoal difícil e apurada.

Falar hoje de Celso Emílio constitui umha tarefa arriscada e problemática. E isto por múltiples razons. Em primeiro lugar, porque vive muita gente que o tratou e conheceu, gente que em qualquer momento pode aclarar um extremo biográfico ou literário. Em segundo lugar porque o nosso poeta foi um home tremendamente conflitivo e polémico quando nom desconcertante. De Celso Emílio discutiu-se praticamente todo: a sua conduta idiomática, a sua visom do mundo da emigraçom galega em América, as suas adesons políticas... Em terceiro lugar porque Celso Emílio sofreu um certo processo de mitificaçom, processo que no plano literário originou nom poucas imitaçons e que no plano pessoal provocou opinions contraditórias.

O que queremos fazer hoje aqui é apresentar a sua biografia e a sua bibliografia mas sen nengum tipo de paixom. Nom tivemos a sorte de tratá-lo

---

(1) Conferência pronunciada em Ordes, o 10 de Fevereiro de 1988, e organizada pola Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O.).

e nom fomos testemunhas do impacto que causou na vida política e cultural da Galiza em certa altura. Visto assim, Celso Emílio parece-nos em primeiro termo um grande escritor e antes do que isso um escritor, quer dizer, um home que se serviu da literatura para participar e participar-nos da sua própria existência e dalguns dos acontecimentos que nos afectam como naçom particular e concreta. Em segundo lugar esquecer agora a sua para nós militança idiomática ou a sua adscriçom às mocidades galeguistas na preguerra e à primeira upegá na posguerra seria decididamente falseador.

Organizaremos a nossa exposiçom em cinco grandes períodos referidos à vida e à obra do nosso autor: 1. 1912-1936; 2. 1936-1950; 3. 1950-1966; 4. 1966-1973; 5. 1973-1979.

1. *1912-1936*

Os primeiros vinte e cinco anos do poeta som determinantes para comprendermos a sua ulterior peripécia biográfica e sobretodo para desembrulhar importantes segmentos da sua produçom literária. Celso Emílio interioriza definitivamente a paisagem da sua Celanova natal, lê desde criança os poetas do XIX, em particular Curros, fala a língua do país porque lhe é útil e familiar, integra-se no galeguismo militante e começa, desde os 17 anos, a escrever poesia.

Celso Emílio Ferreiro Miguez naceu en Celanova o dia de reis de 1912 no ámbito de umha família de labregos acomodados. Foi o sétimo filho do casal formado por Venáncio e Obdúlia, sexagenário e cinqüentenária respectivamente ao nacer Celso Emílio. Por serem adultos seus irmaos, o poeta tem umha infáncia mais de filho único do que de membro de família numerosa. Os pais de Celso Emílio som gente sensível e cultivada. Na casa paterna há reunidos um grupo de livros cuja leitura polo meninho fomenta especialmente a mai. O pai, membro das Irmandades da Fala e amigo íntimo de Porteiro Garea, morre em 1928. O poeta tivo umha infáncia feliz, de contacto com a natureza em Celanova e em Azevedo do Rio, lugar este onde moravam seus avós maternos e onde Celso Emílio para alem de passar as férias escuita contos fabulosos, cheios de superstiçom e que provocam medo no cativo, medo que Obdúlia escorrenta com a sua «doce voz de mel». A obra de Celso Emílio está cheia de referências a estes primeiros anos na sua pátria primordial. Como muitos rapazes daquelas terras, o poeta estudou gratuitamente nos Escolápios instalados no século XIX em Celanova. Celanova e Azevedo vam-se converter depois da guerra nesse paraíso perdido que o poeta resgata nos seus poemas e narraçons.

A sua entrada na política data de 1930. Vinculado desde entom às Mocidades Galeguistas participa em actos políticos com oradores como Castelao, Bóveda, Risco ou Otero. Em 1934 participa na fundaçom da Federaçom das Mocidades Galeguistas com Castro Arines, Dónega, Fontenla, Galám, Álvarez Blázquez, Pinheiro, Taboada, Isla Couto, Pedreira, Ramos e o seu grande amigo Pepe Velo Mosquera. Em Ourense funda e dirige *Guieiro,* o periódico quincenal em que se expressavam os membros das Mocidades. Por um

artigo de Celso Emílio sobre Gil Robles é processado em 1935 e a seguir absolto. Na cidade das Burgas, assiste também às tertúlias no Café Roma onde se reuniam os homes da chamada geraçom Nós.

Em 1935 o nosso poeta entra na literatura galega com o célebre e misterioso *Cartafol de poesia* que foi mandado polos seus autores, Celso e Pepe Velo, a duaszentas pessoas. Despois do cartafol os poetas enviam vinte poemas, dez de cada autor. Celso Emílio acharia na Biblioteca Municipal de Celanova um exemplar com cinco poemas que podem ler-se no volume III das suas obras completas. A crítica literária coincide em afirmar o carácter premonitório e primeiriço de estes textos. Em 1936 Celso Emílio envia nove poemas para a Antologia de poesia que preparava Filgueira Valverde —algum texto pode ler-se também no citado volume das obras completas, e onde o nosso poeta reconhece a sua predilecçom por Ibsen, Wilde, Otero Pedrayo e Cunqueiro.

2. *1936-1950*

Os artistas, os da palavra também, tenhem o privilégio de exteriorizar e comunicar o que vivem e o que sofrem. Celso Emílio soubo transmitir-nos a brutalidade daquela guerra fraticida. Ferreiro, secretário da Federaçom de Mocidades Galeguistas, é obrigado a fazer, de soldado, a guerra em Astúrias e no bando franquista. De férias em Celanova e por umhas declaraçons atrevidas é condenado a morte polo Governador Militar de Ourense. A condena afinal nom se consumou mas o poeta passou três dias e quatro noites no cárcere do Mosteiro celanovês onde concebe alguns dos textos que tardarám mais de vinte anos em vir a lume. Já em Astúrias, convalescente no Hospital de Luarca, conhece Maria Luísa Moraima Loredo com quem casa em Gijóm em 1943.

Rematada a guerra reside por algum tempo em Astúrias, trabalhando de radiotelegrafista. Desde 1941 reside em Ponte-Vedra onde ocupa um posto na Fiscalia de Taxas. Também em 1941 publica *Al aire de tu vuelo* poemário de amor dedicado à sua noiva. Nos anos pontevedreses figura como redactor principal da revista Finisterre que dirigia Emílio Canda e colabora em Sonata Gallega que dirige Ramom Penha. Também em Pontevedra funda com Cunha Novás e Benito Torres a colecçom de poesia Benito Soto em que publicam Cunqueiro, Carvalho, Pimentel, Manuel Maria e os irmaos Álvarez Blázquez. Em 1947 edita *Bailadas, cantigas y donaires.*

Hoje parece admitido por todos que nesta época Ferreiro nom abandonara o cultivo literário do galego e que mesmo trabalha em livros que edita muitos anos mais tarde.

Na época pontevedresa o casal tem os três primeiros filhos: Luís, José Maria e Isabel, nacidos respectivamente em 1945, 1947 e 1948.

Depois da guerra, Celso Emílio cursara por livre as carreiras de magistério e direito que nunca exercerá mas que lhe som úteis em diferentes ocupaçons que desempenhou ao longo da sua vida.

3. *1950-1966*

Em 1950 Ferreiro traslada-se a Vigo onde trabalha como Procurador dos Tribunais e onde funda umha companhia de seguros com um sócio. Em 1950 nace o quarto e último filho do casal: Xavier. Ao ano seguinte publica em Benito Soto *Musa alemá,* um conjunto de textos alemáns traduzidos com António Blanco Freijeiro que era quem realmente conhecia a língua original. Os poetas traduzidos som Höderlin, Heine, Dehmel, Rilke, Mieguel e Werfel. No Faro de Vigo leva a secçom La jaula de los pajos raros e colabora também em Vieiros, Papeles de son Armadans e na revista Alba que dirige González Alegre e em que escrevem os principais poetas do momento (Cunqueiro, Iglésia Alvarinho, Pimentel, etc.).

Em 1954 publica Celso Emílio a sua biografia de Curros na Corunha. Um bissavó do poeta fora compadre do pai de Curros e a própria mai de Ferreiro tratara a Curros polo que muitos dos dados da biografia foram recolhidos oralmente. Ferreiro sentia-se atraído pola imagem de poeta cívico, anticlerical, inconformista e progressista que possuia Curros, cuja terrível infância fora abordada num texto de O sono sulagado.

Em 1955 publica Celso Emílio o seu primeiro poemário importante: *O sono sulagado.* Este livro forma parte já da obra original do poeta ao incorporar os traços definitórios da sua melhor poesia. Abundam textos de carácter existencial e confessional nos que o poeta refere nostalgicamente a sua infáncia celanovesa, aspecto que conecta com a reflexom sobre a passagem do tempo. Nesta linha quase auto-biográfica estám O medo, Falaréivos de min, Saudade, Olláime ben, O neno preguntaba, Os ollos, Moi lonxe, Nai, O val e outros. Outro grupo de textos pertencem ao que poderíamos denominar poesia beligerante, crítica, de intervençom. O poeta escreve sobre a tragédia da guerra, fazendo apologia do anti-belicismo, critica a energia nuclear, ridiculiza o mundo da burocracia e reclama aquel cosmos natural e primitivo em que nacera. A este grupo pertencem poemas como Dempois, Oración polos parvos, Cantiga de amor cicáis, Os fuxitivos, Palabras a un morto, O asasino, Poema nuclear e outros. Há também algum poema circunstancial como a Postal a Carmen Conde, Curros, neno, etc. O tema da emigraçom aparece em dous poemas: Historia dunha muller e Emigrantes. O primeiro está na linha rosaliana de reflectir sobre o que de tragédia afectiva provoca a emigraçom. Neste caso, Ferreiro refere a história de umha mulher, viúva de vivo, à que se lhe marcham os seus dous filhos, o legítimo e o «de achego». O segundo poema exprime a primeira teoria do autor sobre o fenómeno migratório. Ferreiro sente alegria ao ver marchar aos emigrantes em Vigo que assim se afastam do fascismo e da pobreza. Polo demais o livro, que passou quase desapercibido, exibe umha maturidade enorme e contém a particular imaginística de Ferreiro que se vai complementar e consolidar em poemários ulteriores.

Também em 1955 o nosso autor publica *Voz y voto* em Vigo (e nom em Montevideu como figura no volume) já na linha social de poemários ulteriores: Soy nieto de pechero y campesino,/ mi sangre no es azul, es sangre roja/. Os poemas de este livro escritos originariamente em galego vam formar parte

mais tarde de livros nesta língua. Assim Os honorábeles, Bautismo de sangue, Nunca poderei esquencelo e Os asoballados aparecem em *Longa noite de pedra,* dous poemas em *Viaxe ao país dos ananos* (os números 4 e 9) e Carta a Papai do Ceo em *Onde o mundo se chama Celanova.* O resto dos poemas podem ler-se no volume III das suas Obras Completas.

Por estas datas e com motivo da publicaçom do volume IV da *Escolma de poesía galega* (1955) de Fernández del Riego, Ferreiro expom as suas ideias poéticas criticando o neotrovadorismo (arqueologia estéril) e o ruralismo e propugnando que o poeta deve mergulhar-se no mundo social da Galiza, nos seus problemas vivos e nas angústias da gente. Mas para essa poesia comprometida Celso Emílio reclama «palavras de hoje» e «fórmulas novas».

Em 1959 Ferreiro acode a Formentor a um Encontro de Poetas e vive uns momentos de grande felicidade, recuperados, por exemplo, no poema Formentor de *Longa noite de pedra.*

Em 1962 vem a lume na colecçom Salnés da editora Galáxia um dos livros mais editados da nossa literatura e se calhar o mais lido do nosso autor: *Longa noite de pedra.* Trata-se de um poemário de lenta e esmerada elaboraçom. Do episódio autobiográfico, que existe, passamos à crítica contra o franquismo e de esta à censura contra qualquer agressom à liberdade e ao ser humano. Para além do alento político do volume, claríssimo, Celso Emílio recupera os motivos da sua infância e da sua pátria celanovesa. A oposiçom entre os símbolos da opressom e os da liberdade serve para estruturar internamente um poemário redigido numha língua coloquial e prosaica mas enormemente eficaz e coerente com os propósitos do emissor. A combinaçom de heptassílabos e hendecassílabos, o uso de imagens simbólicas e de estruturas paralelísticas som também recursos de que se serve o autor para denunciar a degradaçom do home, o conformismo, a injustiza e para exprimir umha terrível solidariedade com o mundo dos oprimidos. Mesmo a ironia é empregada como procedimento crítico. Anotemos finalmente que há poemas circunstanciais como Formentor e os dedicados a Carles Riba e a Joan Miró. Polo que se refere à história externa do livro devemos aclarar que os 750 exemplares da primeira ediçom se esgotárom aginha mas a definitiva difussom do livro vai ocorrer durante a estadia americana do nosso autor. Segundo Alonso Montero em 1962 Celso Emílio militava no Partido Comunista.

Em 1966 Celso Emílio decide marchar a Venezuela onde a Irmandade Galega lhe oferece trabalho como professor de língua e literatura, como director do boletim Irmandade e como responsável de umha emissom radiofónica semanal. Tenhem-se discutido as razons exactas dessa viagem. Alguns apontárom as estritamente económicas. O próprio Ferreiro tem aludido ao aburrimento e ao nojo vital. Seja como for, o certo é que o 15 de Maio de 1966 se lhe rende umha homenagem no Hotel Roma de Ourense. O acto aproveitou-se para fazer um protesto conjunto de intelectuais e labregos contra a decisom de FENOSA de assulagar o rico Val de Castrelo de Minho. Neste acto participam Otero Pedrayo, Blanco Amor, Alonso Montero, Méndez Ferrim, Antom Tovar, Emílio Álvarez Blázquez, Castroviejo, Arturo Reguera e Josefa Romám. O 22 de maio embarca o poeta e três meses depois tem con-

sigo o resto da família. Dous anos antes, o 25 de julho de 1964, Ferreiro tomara parte no acto de fundaçom da UPG, no merendeiro da Rocha, em Compostela.

4. *1966-1973*

Em 1967 a ediçom bilíngüe em El Bardo de Barcelona serve para que *Longa noite de pedra* se conheça de maneira definitiva em toda a Península. A partir de entom as ediçons do livro, visto como produto político e estético, sucedem-se e a sua popularidade na Galiza e em Espanha aumenta. O livro é cantado polos autores da Nova Cançom Galega, representado nos palcos, fotocopiado nos meios universitários, comentado polos críticos de mais prestígio.

Mas também em 1967 a sorte vital e laboral do nosso poeta cámbia drasticamente quando a directiva da Irmandade passa a ser controlada por elementos franquistas e reaccionários que pretendem a defenestraçom total de Celso Emílio. Este funda entom, em 1968, o Padroado da Cultura Galega e passa dificuldades económicas, parcialmente aliviadas com os seus trabalhos de professor de gramática e de corrector de provas de imprensa.

Esta etapa americana é porém mui intensa no plano literário. Em 1968 publica a sua *Viaxe ao país dos ananos* para combater os emigrantes despolitizados e pouco informados, partidários do franquismo. O livro está dividido em duas partes. Na primeira Gulliver Ferreiro fai umha proclama em contra da emigraçom. Os galegos como Anteo precisamos da terra e devemos ficar nela. Na segunda parte, Ferreiro volve à estética dos livros precedentes. Este livro vai-lhe provocar a Celso Emílio numerosos enfrentamentos pessoais com intelectuais galegos do exílio e também do interior. Na defesa do autor saiu Alonso Montero com um texto que formava parte da segunda ediçom do livro, aparecida em 1970 em El Bardo de Barcelona.

Nessa mesma linha crítica Ferreiro cria o heterónimo de Arístides Silveira, versom satírica de Celso Emílio, nacido em 1936 em Ourense. Silveira figura como autor das *Cantigas de escarnio e maldecir,* poemário publicado também em 1968 e dirigido contra a directiva da Irmande de Caracas.

Em 1969 publica Celso Emílio *Terra de ningures* na colecçom Val de Lemos que dirigia Manuel Maria. Som poemas de carácter popular, com presença de Neruda e Cardenal, assinados em diferentes pontos da geografia americana (Miami, Montevideu, Caracas, Mérida, Ciudad Bolívar, Rio de Janeiro, Buenos Aires, etc.) e em grande medida dedicados a amigos do autor. Os textos rematam por via de regra com coplas em espanhol, e neles Ferreiro descreve cousas dos países que conheceu ao tempo que sente e manifesta umha grande nostalgia pola sua terra.

Desde 1970 a situaçom laboral do poeta melhora ao formar parte do gabinete de imprensa do presidente da República de Venezuela, D. Rafael Caldera. Nesse ano de 1970 publica, em espanhol, os seus *13 poemas iracundos* e em galego o romance de cego *Paco Pixiñas.* Historia dun desleigado contada por il mesmo. Romance de Arístides Silveira cun limiar dos proverbios do

Conde de Vimioso (O vello) e un epílogo de Celso Emílio ferreiro, com música de Isidro B. Maiztegui e debuxos de Isaac Diaz Pardo. Nesta obra, como se sabe extensom do Monólogo do desertor, Paco Pixiñas conta-nos a sua história. Pobre e famento embarca para Venezuela onde depois de um lustro de vida difícil consegue a riqueza à margem da cultura e da política. Ferreiro ridiculiza a posiçom de este labrego que esqueceu falar a sua língua e nom quer saber nada de rebeldias e de protestos.

Em 1972 publica a editora portuguesa Razão Actual a *Autoescolha poética* de Ferreiro com um estudo de Alonso Montero. Nela Celso Emílio segue definindo a sua poesia como engagée, contestatária e beligerante, concebendo-a como um elemento que quer contribuir à transformaçom de umha sociedade com a que está em total controvérsia.

Também em 1972 publica em espanhol *Antipoemas.* Trata-se de um livro escrito originariamente em galego para vir a lume na colecçom Val de Lemos e que resultou ganhador do IV Prémio Internacional de Poesia Álamo celebrado em Salamanca em 1971. No volume II das Obras Completas podemos ler parcialmente este poemário em que Ferreiro insere material publicitário, periodístico e literário para criticar o tecnologismo e o consumismo desumanizadores. Neste ano de 1972 aparece igualmente o seu volume de narrativa breve *A fronteira infinda.* Trata-se de um conjunto de sete relatos de ambiente americano e onde nom faltam actantes galegos para a abordagem de temas fundamentais na vida dos homes daquel continente. Os relatos em questom som O galego Esteban, As raigames no aire, Mi pana bulda, A derradeira noticia de Pánfilo Sobreira, Estrano intermedio, A caza de bruxas, Sangue no rio, O filántropo e O emprego. No volume III das Obras Completas de Ferreiro pode ler-se também o relato intitulado O alcalde. A miséria dos índios, a actuaçom dos caciques, a vida dos emigrantes, as guerras contra os militares, o tribalismo, a questom religiosa, a tortura, o amor som alguns dos aspectos presentes no conjunto. Mi pana bulda, para nós dos melhores, narra a história de amor entre um funcionário de prisons (Candelário) e umha mulher (Lésbia). Esta mantém relaçons sexuais com aquel para libertar, cousa que consegue, a um hóspede da prisom. Estrano intermédio, para nós o melhor, conta as torturas e violências exercidas sobre Queirano Peres Padrón, acusado de comunista por umha mulher de quem tem um filho ilegítimo que nom aceita.

5. *1973-1979*

O 10 de maio de 1973 Celso Emílio volta à Península instalando-se em Madrid como redactor da revista Tribuna Médica. Na capital do Estado dirige a Cátedra de Língua e Literatura Galega do Ateneu madrilenho. As férias passa-as numha casa que tinha adquirido em Vigo. No mesmo ano da sua volta e com o pseudónimo de Alexis Vainacova publica *Os autentes* e *Cimenterio privado.* Neste último poemário o autor, em chave de epitáfio, vai expondo as suas ideias críticas sobre certas personagens: o cacique, o socialmente neutro, o poeta venal, etc.

Em 1975 Celso Emílio publica *Onde o mundo se chama Celanova;* neste poemário volve o autor à poesia intimista de apologia da sua terra natal e da sua infância concebida e escrita evidentemente desde a perspectiva do exílio. Há umha parte do livro que funciona a modo de homenagem a Moraima. Como se sabe, por este livro Ferreiro foi galardoado com o Prémio da Crítica em poesia galega.

Em 1977 Ferreiro publica a traduçom para o espanhol da poesia de Curros e em 1978 *A taberna do galo,* relato onde combina a memória autobiográfica com a imaginaçom e que formava parte de umha narraçom maior, *Memorias de nunca,* em que trabalhava quando morreu em Vigo, o 31 de agosto de 1979.

Já morto o autor publicou-se *O libro dos homenaxes* com poemas dedicados a Pablo Iglésias, Otero Pedrayo, Lutero King, Joám Miró, Carme Conde, Alberti, Lorca, Aleixandre, Neruda, Machado, Rosalia, Castelao, Guevara, etc.

Desde 1975 a editora Akal vem publicando as Obras Completas do nosso autor. Ainda nom se editou o volume IV em que aparecerám poemas, ensaios, cartas, entrevistas e o inédito *Memorias de nunca.*

Como terá observado o leitor, Ferreiro nom escreveu para o teatro. Tem-se declarado negado para essa arte. Mas o grupos de teatro galegos e é ocasiom de lembrá-lo tenhem utilizado textos do nosso autor para os seus espectáculos. Assim o Grupo de Teatro O Facho em *Longa noite de pedra* (1966), Histrión 70 em *Tempo de chorar. Arpexos da door e da saudade (1974) e em S.O.S. do estrelecer,* O Facho também em *Paco Pixiñas* e o Grupo Sarabela em *Poema nuclear.*

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO MONTERO, X. *Celso Emilio Ferreiro,* Ed. Júcar, Madrid, 1982, 2 vol.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, X. M.ª Ediçom comentada de *Longa noite de pedra,* Ed. do Castro, Sada, 1985.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, X. M.ª Limiar à obra de Celso Emílio no volume trilíngüe *Antologia* de G. Aresti, S. Espriu e C.E. Ferreiro, Erein, Donostia, 1988.

ANTA ANTA, José. Celso Emilio Ferreiro en su Longa noite de pedra (Memória de licenciatura, 1977).

BORREGUERO, M.ª dos A. Galicia na poesia de Celso Emilio Ferreiro, em Grial, núm. 66, 1979.

BORREGUERO, M.ª dos A. *A poesia de Celso Emilio Ferreiro,* Galáxia, Vigo, 1981.

FREIXANES, V. *Unha ducia de galegos,* Galáxia, Vigo, 1976.

GONZÁLEZ GARCÉS, M. *Poesia gallega de posguerra (1939-1975),* Ed. do Castro, Sada, 1976.

LIÉNARD, Cynthia. *La poesía de Celso Emílio Ferreiro* (Memória de licenciatura, 1977).

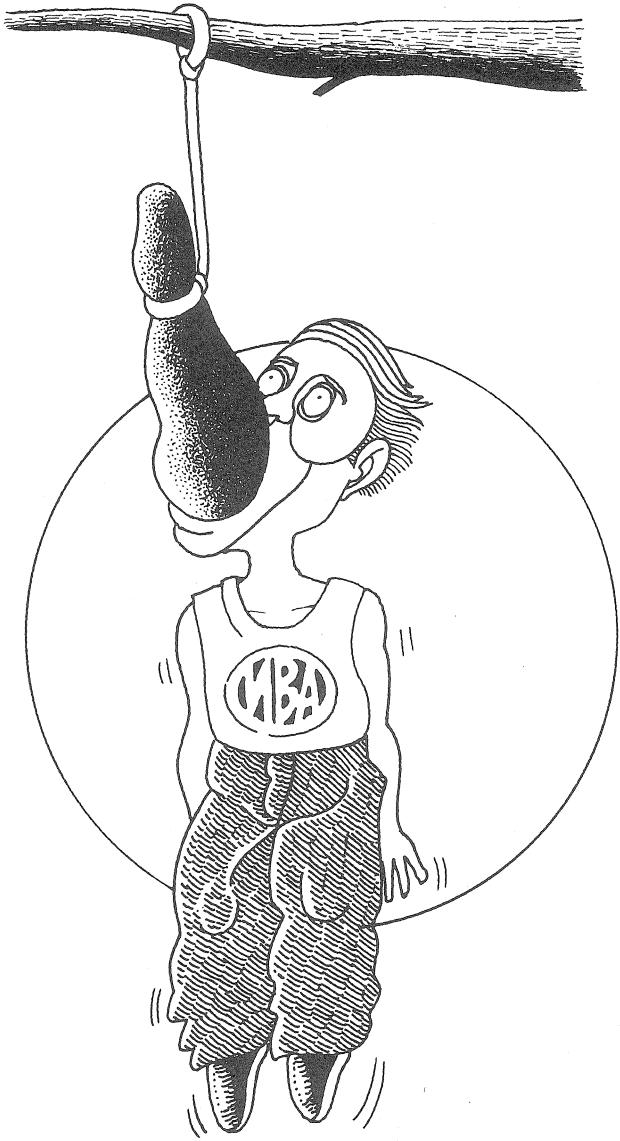
LOSADA, B. FERREIRO, Celso Emilio, na Gran Enciclopedia Gallega, vol. 12, 1980.

MARIA, Manuel. A poesia galega de Celso Emilio Ferreiro, em Grial, núm. 6, 1966.

MÉNDEZ FERRIN, X.M. *De Pondal o Novoneyra,* Ed. Xerais, Vigo, 1984.

PORTEIRO, M.X. e PEROZO, J.A. *Celso Emilio Ferreiro, compañeiro do vento e das estrelas,* Akal, Madrid, 1981.

VÁZQUEZ CUESTA, P. Literatura gallega em *Historia de las literaturas hispánicas no castellanas,* Taurus, Madrid, 1980.


CUBA

A MEIGA DO LERES

Carlos FERREIRO

Um dia encontrei ao meu amigo Paulo Aguia perto da sua casa, junto ao mosteiro de Leres. Poda que no mesmo lugar por onde andavam os Pes. Sarmiento e Feijóo e vendo alá abaixo como o rio Leres caminhava para o mar.

Era um desses amigos que se vem de tempo em tempo, quando a casualidade nos ajunta. Nada mais vê-lo notei que lhe passava algo raro, como se tivesse algumha doença, tinha os olhos afundidos como da cor da farinha do milho miúdo; o cabelo que a última vez que o vira era preto como a noite, agora tinha muitas febras de prata. Eu sabía que gostava muito de sonhar desperto e deixar vogar a imaginaçom, quiçá por influência do seu apelido que el dizía que lhe vinha dos seus antergos, que eram de um povo que chamam Ninho de Aguia, alá em terras de Ourense, perto do Alto do Couso, entre Junqueira de Espadanhedo e Foirobal, deste último som os meus.

Diante de duas cuncas de bom vinho de Alvarinho, fresquinho qual umha noite de geada, que já foram enchidas e valeiradas nom sei quantas vezes, depois de falar-me dos seus trabalhos para organizar um partido político que quería que se chamasse «Irmandade Galega», onde se juntassem e coubessem todos os galegos que quigessem luitar por Galiza, desatou-se- -lhe a língua e contou-me umha estranha história que lhe passara à beira do Leres, o rio de verdejantes águas, a baixar desde o monte de Sam Bieito, na parróquia de Milheirada perto de Forcarei, com as beiras cheias de penedos e moínhos e amostrou-me um mangado de cabelos vermelhos, que a mim, me pareceram como os de muitas rapazas de A Piolha, O Couso, O Castelo...

Aconteceu —começou contando-me o meu amigo— umha tarde de outono, quando as folhas já amarelas escorregam das árvores e caem como folerpas, cobrindo o chao com umha alfombra rengente e mol.

Eu encontrava-me deitado na erva, na mesma beira do rio; naquela mistura de cores formada polas árvores, alguns com as suas folhas já esmorecentes, penduradas como farrapos humanos, que ía desde a verde escura dos loureiros, passando pola gris dos eucalitos, até a amarela dos carvalhos e amieiros, sem esquecer os castinheiros, a branca dos vidueiros e o negrume dos pinheiros. Todos eles reflectiam-se nas águas tranquilas e verdejantes do rio que caminhava, cara ao Atlántico, entre duas beiras cheias de vegetaçom e mistério.

No céu de um azul perfeito, só passava algumha nuve branca, que semelhava um monge da mercê caminhando polos claustros celestes, impelida polo ventinho mareiro.

O silêncio era majestoso, só se escuitava o rumor de água que caía de um pequeno cadoiro que chamam a Cauda do Cavalo, e o canto mais ou menos harmonioso dos páxaros, desde o formoso rechouchio dos sílgaros e verderolos ou dos merlos e reisenhores ao acocorar das pombas e o dessagradável das pegas e dos corvos que, em procura de carne podre, voavam por cima dos eucalitos que pareciam chegar ao céu. Nas pólas mais altas de algum carvalho quase sem folhas, via-se, quedo e imóvel, algum moucho com os olhos parece que despedindo lume.

No rio só as tranquilas águas eram turbadas por algum peixe que saía da água, dava um ou dos brincos e voltava-se a mergulhar como maravilhado de tanta formosura ou por algum martinho peixeiro que voava tam baixo que molhava as asas na água.

Eu, adorminhado, deixava que as horas transcorressem lentas, mentres a minha imaginaçom voava ao tempo dos celtas que adoravam a natureza como a umha deusa, e faziam-lhe sacrificios de sangue à luz branca da lua.

Já na igreja do antigo mosteiro bento de Leres os sinos tocaram a vésperas. A vermelha bola de fogo do sol começava a esconder-se e a claridade a fugir, quando na superfície do rio, perto de onde eu estava, um pequeno tremor da água chamou-me a atençom; crim que sería umha troita ou umha londra, quando de súbito vim sair de entre a água verdejante, umha cousa vermelha, quase no mesmo lugar, onde fai um intre se reflectia o sol. Ao início crim que os meus olhos nom viam bem. O estupor nom me deixava articular palavra, o que saía do mais fundo do rio era umha mulher de cabelos vermelhos como o fogo, que, caindo-lhes polas costas e os ombros, lhe cobriam todo o corpo até mais abaixo dos joenlhos, como umha coroça de palha que os nossos lavregos ponhem para nom se molhar quando chove. Os seus olhos brilhavam como duas estrelas em noite sem lua, eram de um verde que se confundia com a cor da água do rio e pareciam os de umha donzela polo olhar brincadeiro e ledo.

Ante o meu maior estupor, e caminhando por riba da água, achegou-se a mim e falou-me:

—Que fas aí?, Estás agardando-me?

A sua voz era doce e garimosa como a de um anjo; eu, como se perdesse

a fala, nom soubem que respostar e calei; parecía como se na garganta se me pugera umha mao gigante que me afogava.

Já tinha o pé posto na verde erva; era um pé pequeno e jeitoso como umha joia; já lhe distinguía a sua face, de umha formosura turbadora e sublime. Achegou-se mais a mim e sentou-se à minha beira, colheu as minhas maos entre as suas, eram de umha brancura marfilenha, de dedos longos e finos rematados por unhas de nácar. Os seus olhos brilhavam como se tivessem febre, o seu cabelo despedía lume; achegou a sua face á minha, sentim o seu alento ardente na minha boca, os seus lábios juntarom-se com os meus e queimavam como um ferro ardente; fortemente colhidos rolamos pola erva...

Quando voltei em mim, já a lua brilhava com a sua luz pálida e sobrenatural e as estrelas parecía que me chiscavam os seus olhos reluzentes fazendo-me burla.

O silêncio era tenebroso, só rachado polo ouvear a morto, alá longe, de algum cam e o asuviar arrepiante das curuxas. O rio continuava a sua carreira para o mar, e por enriba, com o seu voar quedo, passavam e repassavam os morcegos sem ver a ninguém.

Lembrei-me do que passara e crim que todo fora um sono; mas nom, na minha mao tinha um mangado de cabelos loiros. Lembrei-me da mulher e chamei-na, mais só o eco me respondeu como rindo-se de mim.

Voltei ali muitas vezes agardando vê-la de novo, chamei-na e o mais que me pareceu foi vê-la alá no fundo, sentada sobre de um penedo e fazendo-me senhas de que fosse junto a ela.

Umha manhá topou-no flutuando na água, um pescador e caçador ao mesmo tempo, chamado por mal nome o Filoxera. Grande amigo meu, contou-me que, ainda que tinha muita corrente o rio, el estava imóvel como se umha áncora invisível o tivesse sujeito ao fundo. Tinha os olhos desencaixados e na sua mao esquerda agarrava com força um mangado de cabelos vermelhos como o fogo.

Enterrarom-no no cimitério da Lomba, ali mui perto, e dim, que em noites de lua, tenhem visto baixar desde o campo-santo até o rio umha mulher que parecia resplandecente como se tivesse fogo, e que ao chegar a água mergulhava-se sem fazer ruido. Algumas rapazas das que guardam gando por ali tenhem topado pendurados dos tojos e bandeando ao vento, cabelos vermelhos como o sangue, longos como palha de centeio e cobertos de umha banha que cheirava a peixe.

Claro que o Filoxera, que nom lhe tem medo nem ao demo, di que essas som parvadas de vélhas, e segue navegando com a sua gamela nas noites mais escuras, sendo o anjo exterminador das londras e raposos que caem nas suas trampas.

BREVIDADES*

José Ramom RODRIGUES FERNANDES
(Moncho de Fidalgo)

O Manoel Espeteira Gavela é um sujeito estranho. Mora nesta grande cidade sem quase fazer-se notar. Sem estudos específicos nem conhecimentos especiais da vida, nom vai além do que qualquer sujeito da classe trabalhadora. Mas o Gavela tem umha filosofia da vida própria do que poderíamos denominar «autodidacta». Jamais leu nada de Sartre ou Kant nem de Karl Jaspers ou Nietzsche... Contudo, ele sabe muito bem o que significa o «existencialismo» ou qualquer outra etiqueta filosófica. Diariamente toma o Metro em Diogo de Leom e vai até aos Quatro Caminhos estudando cada movimento das diferentes tribos urbanas. Em Novos Ministérios descem os burocratas da administraçom do Estado... Nos meses de calor as empregadas luzem os seus seios baixo transparentes e belos vestidos. Os modistos melhores da Europa transitam polo caminho de ferro subterrâneo acima de tam esquisitos bicos mamarios onde os filhos, legitimos e ilegitimos, da futura classe dominante tomarám o seu primeiro colostro materno.

Mas constata o Gavela que de um tempo para esta parte as joias que estas damas luzem som mais modestas e menos abundantes. Nos longos passadiços da estaçom do Metro de Novos Ministérios talvez lhes dado mais um susto!! É onde caça a presa o novo caçador da urbe desumanizada e insolidária. É outra tribo, outra vestimenta e outros valores polos que se regem estes sujeitos sem trabalho (decerto ainda que se lhes oferecesse nom o aceitariam), sem poder aquisitivo nem posibilidades de encher as apetências provocadas polo constante bombardeio televisivo. Os sujeitos desta tribo ignoram o nome dos grandes desenhadores de moda e as «movidas» modernas e após-moderas impulsadas pola «plebe progre» e governante no poder local.

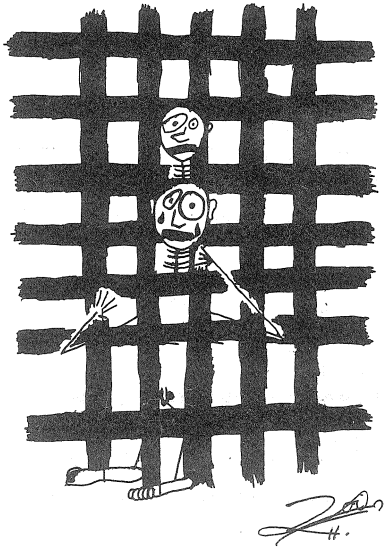
Nom é felix o Gavela; nom compartilha os novos modos de governar, nom compartilha as novas maneiras de criar riqueza só para os que já

(*) Este conto e o seguinte foram redigidos polo seu autor, José Ramom Rodrigues Fernandes, na Ortografia Simplificada do Acordo assinado no Rio de Janeiro em Maio de 1986.

tenhem mais fortuna que a que podem gastar. Nom compreende porque os pobres som cada dia mais pobres com um governo «socialista»? Nom comparte a insofrível frivolidade da televisom do Estado con mil concursos. Nom pode compreender porque uns governantes teoricamente progressistas e de esquerdas tenhem feito do Estado um casino abominável. Nom é feliz; é infinitamente desgraçado o Gavela... Um cidadao que nom é livre nem para se suicidar. Pensa diariamente em dar essa pancada que o liberte de tanta infelicidade, de tanta injustiça, de tanto clientelismo político... Nom compreende porque a mediocridade intelectual se tem apoderado dos subsídios de certos governos «autonómicos»... Lamenta que haja «governos» que só atendem ao sectarismo enquanto há outros, por sorte para esses povos, que mantenhem critérios de equidade e honradez.

O Gavela nom é livre para suicidar-se... Sua mulher ficaria numa situaçom de penalidade económica e seus três filhos passariam-no muito mal. Mas ainda assim, nom pode tirar do seu cérebro esse fatídico pensamento.

Recuperado da crise «suicida» volta a tomar o Metro o nosso personagem. Às seis da manhá aguarda-o, como todos os dias, na estaçom de Diogo de Leom —linha seis— e mais umha vez os mesmos representantes das tribos a bordo. Os privilegiados funcionários, os párias que vam e venhem no comboio —todo o dia— para nom passar frio. Os proletários —som a maioria— que já nom se consideram tais. As amas de casa que carecem de carro próprio... Enfim, os estudantes que já nom se solidarizam com quase nada, salvo com o seu egoismo! E também vai nosso filósofo, triste e abatido caminho de seu trabalho rotineiro e desconsiderado. Serve bebidas num «Burger-King» à nova juventude.



CONVERSAS DO NOSSO EXTERMÍNIO

O Xavier Loureiro Seixas tem um tormento interior que lhe vem roendo as estranhas mais de dez anos. Quase desde que retorna à sua terra umha vez por ano. É agora, que tem trinta e cinco anos... Mas da sua privada nom che vou falar, amigo porque ele é muito reservado nisso. Eu só coincido com ele polo mês do Agosto nos poucos dias que passo na Fonda Vide da Ferraria do Íncio.

Neste Agosto, como em todos os já ditos antes, de novo encontrei-me com o Xavier com sua mulher, a doutora Álvares, e seus filhos. Eles venhem desde Madrid: lá e onde moram. Eu venho de mais perto. No primeiro jantar coincidimos na mesma mesa. Ele estivo a comida inteira a falar do que o nosso país podia ser se tanta mediocridade e tan infamia nom tivessem assentado no escaso poder que o Governo galego e suas instituiçons possuem nesta nossa naçom avassalada. Falou-me na dor de coraçom que experimenta quando olha à gente sempre a falar espanhol com esse sotaque galaico que tam formoso é adornando a língua de Rosalia ou do Camões e que se torna tam impróprio e ridículo quando se usa para musicar o duro idioma da Castela invassora.

—Estou convencido, tristemente seguro de que ao idioma da Galiza só o pode salvar uma mudança radical e profunda de mentalidade nas futuras geraçons; mas, se as cousas continuam polo camino actual, amigo José, nom temos língua nem para noventa anos mais. É dramático, mas é assim.

—Eu quigera crer —dixem entom eu quando ia-mos polos cafés— que isso nom chegará a produzir-se; qué, se a Galiza resistiu quinhentos anos, nom vai agora morrer em noventa...

—Nom por certo: estás totalmente equivocado. Observa o léxico que agora empregam os falantes e o que utilizavam nossos avós. As ondas hertzianas matarom o nosso idioma...

—Mas da TVG que me dizes?

—Vai lá. E que estas de brincadeira? A onde vam eles com essa absurda, incoerente e vulgar norma-patois... Eles empregam «ata» por até, «preto» por *perto...;* entom, como é que é o segundo sinónimo galego de negro! Em espanhol é «prieto», em galego-português é de lei que seja *preto.* Isso arranjaria-se optando por *perto* para indicar «próximo». Que sei eu...! Nom sou linguista, mas olho nesse castrapo deles incoêrencia avondo como para resultar odioso.

—Bom, mas é que sempre ham de governar os actuais políticos? —Erguim entom eu a voz—. Como o nosso povo o nosso povo vai permitir o suicídio colectivo? Não o posso acreditar!

—Pois crê que está próximo. Olha para toda esta gente que cá come; quem é que fala galego? Nós e a conzinheira, e ningúem mais.

Escuitando o Xavier vinha-me à memória o poemario do Pondal quando amostrava a sua dor polas vozes castelhanas polas moças da Corunha. En-

tom, tanto sofrimento de balde? A morte do Alexandre ou o desterro de Castelao forom inúteis? Nom posso acreditar, nom quero crer que tanta ingratidom tenha este povo, que, nesse caso, seria povo cruel e mal nascido, ruim e suicida.

—Bom, se é certo o que tu afirmas, Xavier, o Lebrija e tanto outros «imperiais» estarám a revolverse de alegria nas suas tombas? Por fim lograriam impor o «espirito» da Castela à rebelde Galiza!

—Eles, os espanhois, —quem diz Castelha diz Espanha—, crem que, em morrendo o galego, eles ganham... Triste erro o deles. Se bem estamos a falar da indignidade da maioria deste povo, nom temos que esquecer aos quase cem mil galegos que votam partidos autodeterminacionistas. Desse verdadeiro povo galaico surgirám, quando a agoania seja palpável, legions de homens dispostos a tudo pola sua pátria.

—É que temos que chegar à proximidade do extermínio para que alguém mova umha mam por esta naçom.

—Desgraçadamente. Desgraçadamente os que matarom o Viriato ainda estám vivos! O que é pior, reproduziram-se como coelhos.

RUIVA MULHER DE ESPERANÇA

Alberto SUEIRO (Galiza)

O sol e as abafantes areias do deserto cobriam a sua cintura. Dunas e turbas de enlouquecido vento percorriam a superfície do país. Casas brancas, queimadas, ruas despidas e torradas, portas abertas, moradas sem alma, cans que ladram ao inexistente, doentes na fúria e ímpeto.

O amarelado pó rebulia entre os macilentos prédios, enquanto a luz do sol escoava por entre a levidade das areias. Na infinidade do tempo as gentes dormem. Dorme o povo inteiro. Só a presença dos cans denota vida. As ilusons som agora sonhos. As mentes nom descansam e reproduzem sombras de esperança na procura de pedaços de existência para crer e luitar por algo, libertá-los da incredulidade, do medo.

Chegou. As gentes forom acordando docemente, faces sorridentes, morenas, coiros enxuitos e enrugados, prendas ligeiras, pés descalços, cabelos pretos e riçados, olhos espectantes. Cumplicidade. Multidom de almas cingidas por um mesmo sentimento.

Acalmou o vento, e o sol, fraco, minguava em forças para dar tréguas a aquele histórico instante. As almas impertérritas aguardavam nas bocas das

suas moradias. Surgiu polo fundo das montanhas amarelas abrindo caminho com o seu presto passo, ruiva, o rosto povoado por um mesto mar de pintas, magra, vestida num formoso traje verde, subtil como o reflexo das águas do oásis ao amanhecer.

Entrou pola rua principal da povoaçom, resoluta, as gentes espreitantes. Falou umha língua estranha que ninguém sabia. No entanto conheciam tudo sobre ela, já a sonharam.

Nom demorou a tardinha e as primeiras luzes do sol-pôr começarom a tingir o horizonte. Os manjares estavam servidos e as longas mesas cobertas com os seus mantéis de melhores galas tecidos nas finas teias de cortiça de palmeira. Carne de cabra assada, copiosos condimentos de especiarias, saladas de tenros cardos, confeitadas de dáteis e riquíssimo licor de extracto de flores de laranjeira. O ritual banquete prolongou-se até à meia-noite, as lumieiras lampejando chamas de mil cores na noite estrelada e calma. Rostos risonhos, pandeiros soando ao compasso das flautas, braços entrelaçados abarcando talhes, pés brincadeiros subindo e baixando ao ritmo ardente.

A estrangeira presidia o alegre festim pousada sobre umha mole moreia de coxins de seda, calada, deleitante, olhando fixamente desde o fundo dos seus claros olhos a acompassada e monótona dança do deserto. Os lenços multicores recendiam a gostosos cheiros, às açucenas, às roseiras, a ungüentos

e azeites vegetais. Os dançarinos agitavam-nos, os coros faziam-se e desfaziam-se, os pandeiros repenicavam nos seus coiros, e os estridentes e agudos gritos dos músicos ficavam suspensos no morno ar da noite à luz do lume.

A inocente rapariga assistia alheia à simbologia, desconhecia o significado final daquele prazenteiro festejo. O singular ritual engaiolava o seu ser, turbava-o como um elixir de afrodisíacas propriedades. Subitamente ergueu o seu moço corpo e deixou cair o verdoso manto água de oásis. A sua pele era branca, suave, e as suas cadeiras moviam-se balanceantes e extasiadas sob o febril e indómito ritmo reflectido do ardoroso sol diurno. As dunas redondas dos seus peitos tremiam enredando com a brisa das notas, hirtos e túrgidos de vez, dona do baile, centro de olhadas virginais, púdicas. Púbis exalante de aromas terrenos, mais, subterraneidade, Gea metamorfoseada em deusa viva. Pupilas fitando a beldade materna, pele branca como túnica de sacros homes, gotas de claro café inundando a sua integridade, mata de ruivos e encaracolados abruptando a suavidade da doce pele pintada.

A dança cessou repentinamente e o êstaxe tornou em veloz e grácil carreira costa abaixo na procura das mornas águas cristalinas. O resplandor da lua guiava os seus passos, ágil até o denso vergel, floresta de palmeiras e roseiras, onde a pequena lagoa seduz ao banho espiritual a ruiva donzela. Penetrou nas escuras águas rachando a tona virginal do ventre do deserto, húmido, cálido também, plenitude do acto purificador que envolve o seu corpo.

Despertou entre lenes almofadas e sedas finas. Suspenso no ar cálido um gostoso recendo a incenso. A estância ampla, transparente, paredes de duro cristal. Apenas umha frágil escada de corda comunicava com o exterior. Abriu bem os seus grandes olhos para se assegurar daquilo que sonhava. Nom. Ergueu-se do seu leito e adiantou-se até a umha janela fechada. Desistiu. Estava encerrada e nada compreendia. Bateu contra o duro vidro, berrou, mas ali estava na vidrosa torre, no minarete, naquele hermetismo de tabiques de transparência.

Cativa contra vontade isolada num oceano de alfomadas e roupagens de seda, de suculentos manjares servidos por jovens donzelas. Vaporosos cheiros de plantas aromáticas espalhavam-se com a cadência que o vaivém do leque produzia abanado polo fiel eunuco.

Murchava o tempo o seu decurso. Entre etéreos lençóis e sedas, leituras de maravilhosas literaturas e paredes de vidro, transcorria a sua cativa vida. Mercadores de países longínquos, navegadores do alto mar, nómadas que provam novas rotas, gadeiros, gentes aos centos que se achegaram ali e observavam com olhos fascinados aquela beleza incomparável, a princesa-divina guardada em vida que trouxera a seiva, o sangue nutrício a aquele povo condenado à inexistência.

A tristeza foi desterrada para outras paragens, a regiom buliu em novas, chegarom milhares de pessoas que desejavam ver a divindade, a deusa viva. Achegavam-se às multitudes ao pé da torre de vidro e ficavam extasiadas, enleadas dos seus encantos, estáticas horas inteiras até que o entardecer as devolvia à realidade. O país mudou numha peregrinaçom constante. Vinham

homes e mulheres de toda a parte e condiçom, ricos e pobres, mercadores e infelizes escravos tentando achar um pedaço de felicidade para retê-lo na sua memória até a eternidade. À beira dos caminhos animosos viageiros contavam a sua história em cantos e romances como sortilégios que prendiam os caminhantes.

As jornadas decorriam lentamente compactadas em horas de calor, afogo incessante, raios de sol que inutilmente o leque e a água combatiam. Monotonia na estância. Melopeias das raparigas que desgranam em vozes harmoniosos acordes de violas, mentres a moça deidade escuita, e embelezada esquece o tempo perdido. A jovem tece madeixas num ábaco de tempo que os seus captores pretendem alongar, que escorrega manso, pinga a pinga, desfiando-se em segundos de frescura, de mocidade.

A ruiva esperança emagrece devagar, a velhice prematura nasce dos elixires, das poçons suministradas. A eterna juventude muda em breve. Os túrgidos peitos tornam-se flácidas peles, a tersa cute enruga-se em seca uva passa, o suave e doce ventre transforma-se num áspero e proeminente bandulho. Só ficam intactas as lindas pintas e o ruivo cabelo, apenas umha sombra da rapariga que conheceram.

As vagas de areia começam a varrer a povoaçom. Nuvens de poeira amarela e de tristeza envolvem o lugar. Silêncio. Somente os cans ouveiam e ladram na solidom e tempestade do deserto, frenéticos, loucos com o ar abafante que transporta as diminutas areias que golpeiam os seus corpos. As moradas pretas, mudas, dormidas.

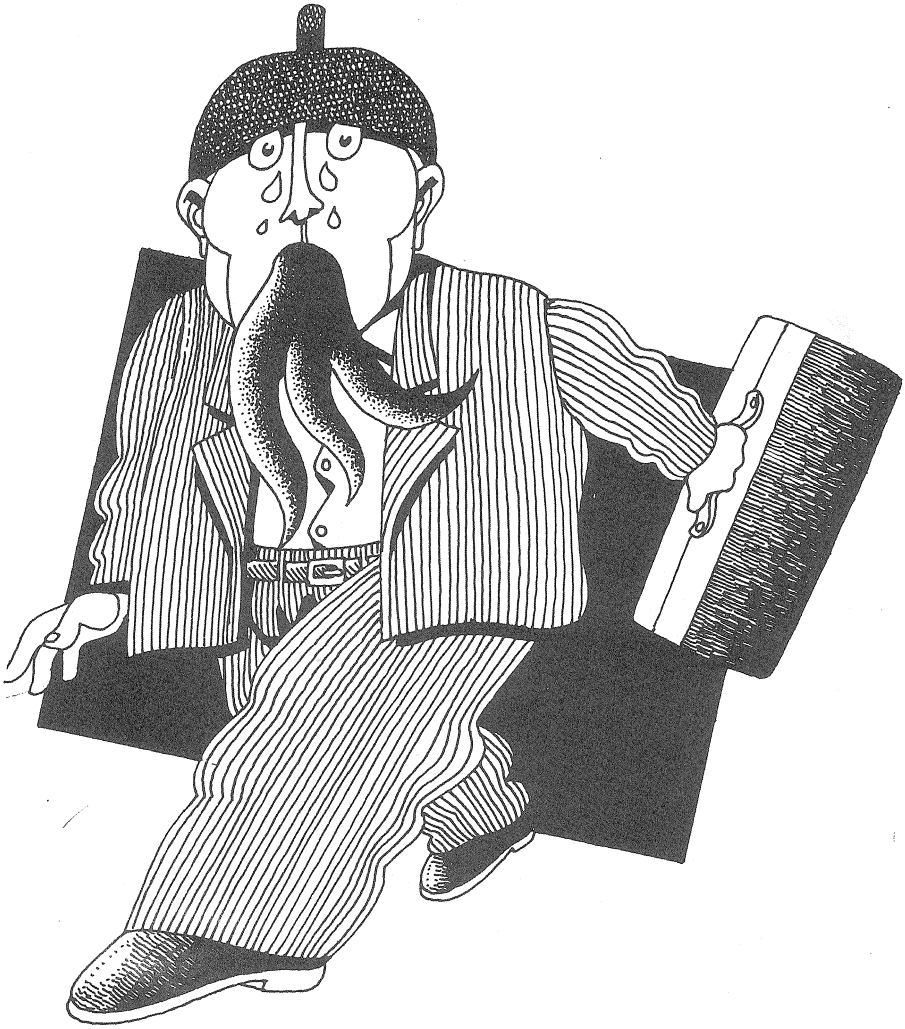
Esvaecerom-se os comerciantes, os navegadores, os ricos, os pobres, os gadeiros, os escravos. Tudo. Erecta no meio da praça umha torre de cristal, quatro paredes e umha janela. umha ruiva e velha mulher nos seus estertores. Nom há jovens donzelas nem eunuco, solitária, esquecida das cantoras de melopeias que a embelezavam, dos seus elixires, feita um novelo nos seus cobertores, nas sedas finas. Entrementres já lembra, um caminho no deserto, umha linda e ruiva jovem, umha dunas, umha povoaçom. As ruas vazias, o chao varrido polo enfadado vento, as casas brancas por fora e mouras por dentro que assemelham caveiras. E a morte.

E o povo que um dia chegou a existir já nom existe, a ruiva esperança tampouco existe. Tudo com ela começou e findou.

A vida escura

Xenaro Marinhas del Valle

Ilustracións Carlos Quesada



DOCUMENTAÇOM INFORMAÇOM

MAIS SOBRE DISCRIMINAÇONS
«por razón de la lengua» *(vide* EAG, *art. 5.º.4)*

O CASO DO PROF. LÓPEZ SUEVOS

No núm. 9 (Primavera de 1987) de AGÁLIA já tivemos de ocupar-nos, tristemente, da discriminaçom padecida polo Prof. López Suevos no concurso-oposiçom à Cátedra de Economia Aplicada da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Compostela.

O caso, desgraçadamente ainda continua; a proclamada nom discriminaçom cívica pola circunstância *língua* tanto na Declaraçom Universal dos Direitos do Homem, quanto nas Leis Fundamentais do Estado espanhol parece ser só simples e mera proclamaçom. Por isto o Conselho da Associaçom Galega da Língua viu-se na precisom de emitir mais um comunicado, com data 30 de Setembro de 1988, que, por certo, nom foi recolhido e nem sequer citado por nengum meio de comunicaçom a que se enviara (sigam também proclamando isso da liberdade de expressom...!):

Texto do comunicado

No mês de Abril de 1987, a «Associaçom Galega da Língua» já denunciou a discriminaçom lingüística manifesta na concessom de umha Cátedra de Estructura Económica da Universidade Galega e nomeadamente a atitude inaceitável a respeito da nossa língua de dous dos cinco membros do Júri, os professores Yabart Sterling e Fernández Díaz.

Nesta ocasiom, a AGAL tem conhecimento polos meios de comunicaçom que este concurso foi anulado polas arbitrariedades cometidas por parte do Júri e que o senhor Reitor, cedendo às pressons dos seus membros traslada a Madrid *a celebraçom deste concurso-oposiçom.*

Ante este feito, a AGAL tem que denunciar a agressom e prejuízo que se comete com um dos concursantes, o professor López Suevos, que exerce a sua docência e publica os seus trabalhos de investigaçom no idioma nacional da Galiza, enquanto se beneficia ao outro candidato, que ocupava e ocupa um posto político executivo em Madrid.

O traslado da Comissom fora do País Galego vai descontextualizar a praxe lingüística e a categoria científica da obra de um dos opositores, constituindo por isto um grave insulto e ofensa contra os direitos lingüísticos dos galegos. Por todo isto, a AGAL solicita da Reitoria da Universidade que revoque esta decisom e desatenda assi as pretensons de um Júri que, por certo, já tem dado abundantes provas de arbitrariedade e de desprezo polo idioma dos galegos.

Com efeito, o Prof. López Suevos, que apresentara recurso perante as autoridades académicas nom apenas contra a decisom da Comissom, mas antes de mais nada contra a composiçom da própria Comissom, nom conseguiu que se lhe figesse justiça, tanto a ele quanto à Comunidade Lingüística de que faz parte, com o afastamento da Prof.ª Yabart, confessa de ignorância do idioma galego, e com o estabelecimento administrativo de umhas condiçons mínimas de tratamento equitativo. A professora antedita, além de insistir por si e por outros, na legitimidade do seu nomeamento e exercício «imparcial» no Júri, declarava-se «amadora» e admiradora da língua galega (e na Galiza nengum dos «bempensantes» elevou nengum protesto pola burla e «cachondeo» da língua também oficial na Universidade de Compostela, antes a equipa reitoral parece *consentir* desvergonhentamente...).

Por outra parte, na «procura de imparcialidade» o Reitor trasladou unilateralmente a celebraçom das provas à capital do Reino, a Madrid. Ou tentou trasladá-la, porque ainda nom se pudo verificar. Houvo protestos desde instáncias e pessoas bem diversas, já que a «manobra» patenteava *descaradamente* a parcialidade do reitorado, controlado polo partido governante em Madrid, a favor do candidato desse mesmo partido, Sr. Pérez Touriño. Este, que, além de nom exercer hoje a docência, é subsecretário no Ministério de Transportes e Comunicaçons da Administraçom do Estado, permitiu-se desmentir «a existência de tráfico de influências neste concurso» e até assegurar «que a composiçom do Tribunal nom tem nada a ver com o seu cargo público»; inclusivamente aventurava «que nom o beneficia a presença de Ana Yabart já que nom pode aceitar que se deixe de emitir um juízo sobre o trabalho dum dos opositores porque esteja escrito em galego». E mesmo humildemente confessava que «o seu cargo público o limitava à hora de defender a sua posiçom, razom esta pola que mantivo silêncio até agora e que, se se decidia a fazer declaraçons, foi para que ninguém pensasse que carece de argumentos». Assim apareceu na imprensa do dia 1 de Novembro, Dia de Todos os Santos, como é sabido.

Por mor de sermos imparciais, simplesmente reproduzimos alguns dos textos jornalísticos aparecidos sobre o tema (estám tomados de diferentes jornais dos dias que se indicam):

23 de Setembro:

La Voz de Galicia, viernes, 23 de septiembre de 1988 GALICIA 23

UNIVERSIDAD

Según el investigador catalán y técnico del proyecto, César Coll

La reforma educativa no superará todo lo que ahora está mal, aunque lo transforme

Santiago (Redacción, por Concha Pino). «No hay que caer en el error de pensar que la reforma de las Enseñanzas Medias va a superar todo lo que ahora está mal, pero vale la pena intentarlo». César Coll, catedrático de Psicología de la Educación en la Universidad central de Barcelona y miembro de un grupo de investigación implicado en la parte técnica que prepara la reforma educativa, se mostraba en las declaraciones ofrecidas ayer a este diario tremendamente realista frente a lo que considera una necesidad «independientemente de que no sea la solución definitiva, porque será un proceso lento y renovador que exigirá la adecuación de todos, desde los profesores a los centros».

El catedrático e investigador catalán participa estos días en Compostela en las jornadas sobre Filosofía de la reforma que organizan la Facultad de Filosofía y la Consellería de Educación, con el fin de discutir las características globales de los cambios educativos que se producirán, de manera especial, con relación a la Filosofía. La intervención de Cesar Coll se inscribió en el marco global de la primera jornada, con una conferencia sobre el proyecto de la reforma.

La filosofía de la reforma de las Enseñanzas Medias se reduce, de manera muy concreta y esencial para Coll, en tres principios. El primero de ellos es el de la comprensividad de los contenidos educativos y, para que esto funcionepeos más avanzados. «Creo que nuestro sistema educativo no es tan malo ni los otros son tan buenos. El problema no es ese, sino que radica en plantearse la situación en relación al marco de uno mismo». Asegura que si bien nuestros problemas son muy gordos, «puedo decir que los de los otros países europeos también lo son. No tiene sentido resolverlos en ningún caso a partir de compararlos y buscar modelos. El reto está en resolverlos tal y como se plantean aquí, en nuestra realidad concreta».

Modelos revolucionarios

Por el mismo motivo, no cree en la revolución de los modelos educativos «porque se cambian también los contenidos. Cada materia tiene manera inevitable, surgirán otras distintas. Son medidas lentas, pero dirigidas a mejorar la calidad de la enseñanza obligatoria hasta los 16 años».

Coll reconoce la puesta al día del profesorado, su adecuación, como un paso igualmente inevitable y a mediolargo plazo: «todos tenemos que ir construyendo el nuevo sistema poco a poco, porque aparte de poner en marcha un proceso renovador y transformador, significa toda una movilización y una concienciación que necesita tiempo».

Frente a otras opiniones expuestas en Compostela en los últimos días en el sentido de que las innovaciones educativas no son bien aceptadas por parte de los poderes pú-

Los miembros del tribunal tenían problemas para viajar a Santiago

El rector alega «razones aceptables» para celebrar en Madrid el concurso de la cátedra de Economía Aplicada

Santiago (Redacción). La decisión de trasladar a Madrid la celebración del concurso para la cátedra de Economía Aplicada, a la que concurren los profesores López Suevos y Pérez Touriño, y que fue impugnado en su día por el primero de ellos, obedece a una serie de circunstancias que, según el rector de la Universidad, «non atentan contra a autonomía universitaria nen se trata dun feito escepcional». Las declaraciones de Carlos Pajares, tras las críticas del colectivo universitario Auduga y sus protestas por el traslado del concurso-oposición, se remiten a un proceso iniciado tras la impugnación, que ya rebasa los plazos establecidos legalmente «e que levaba camiño de dilatarse máis si non se determinaba unha data para a súa celebración inmediata».

La comisión de reclamaciones, según Pajares, «retrotouxo as actuacións do tribunal, polo que se deben repetir os dous exercicios do concurso. Esto sinifica que ten que ser o mesmo tribunal o que as xuzgue». Desde que se produjo esta decisión, los acontecimientos derivaron en una di-

del tribunal están en Madrid y alegaban sucesivamente los inconvenientes que les suponía el ponerse de acuerdo para venir a Santiago, relata el rector que el actual presidente le planteó la conveniencia de convocar el concurso en Madrid para no alargar más un proceso que ya rebasaba los plazos legales.

«O único de que se me pode culpar —puntualiza el rector— é de terlle otorgado o permiso, pero concedino porque as razóns alegadas polo presidente parecéronme aceptables». Añade a esto que su actitud es la de «seguir mantendo unha neutralidade no desenrolo deste concurso. O que me interesa é que a comisión me diga quen é o mellor e, dende logo, eu non vou influir para nada na súa decisión».

Dado que son los mismos miembros en el tribunal y que el problema surgió al negarse la doctora Yabar Sterling a considerar los trabajos de López Suevos escritos en gallego, Carlos Pajares asegura que no cree posible que se vuelva a producir una situación idéntica: «Non o admitiría si así sucede-

30 de Setembro:

El decanato de Filosofía exige la revocación del traslado a Madrid del concurso de la cátedra Suevos-Touriño

Santiago (Redacción). El equipo decanal de la Facultad de Filosofía y Ciencias de la Educación con el decano, Xosé Luis Barreiro Barreiro, a la cabeza, exige al rector la revocación de su decisión de trasladar a Madrid la celebración del concurso para la cátedra de Economía Aplicada a la que concurren los profesores López Suevos y Pérez Touriño.

Los términos de la carta son duros y explícitos a la hora de enumerar las razones de su

6 de Outubro:

Los miembros del tribunal se niegan a viajar a Santiago por los «insultos y amenazas» que recibieron antes de conocerse el informe de las pruebas

El rector afirma que, en las mismas circunstancias, volvería a convocar en Madrid la oposición a la cátedra de Economía

Santiago (Redacción). La cuestión del incremento de los presupuestos y la polémica de la cátedra de Economía Aplicada motivaron la convocatoria de una conferencia de prensa en la que el rector explicó ayer las posturas que mantiene al respecto, afirmando sobre la decisión de convocar el concurso de dicha cátedra en Madrid que «volvería a face-lo mesmo en idénticas circunstancias». La ordenación del tráfico en el campus y la adopción de medidas para averiguar las razones de las anacrónicas notas obtenidas en algunos centros por los estudiantes completaron la exposición ante los medios de comunicación de lo que constituyó el informe que Pajares ofreció poco antes a los miembros de la junta de gobierno.

La ratificación de lo adelantado en el discurso de inauguración del curso, en el sentido

tor repitió lo que ya declaraba a este diario días pasados. Fue más explícito a la hora de argu-

implantación de la ORA en Santiago, en base a que la zona conocida como la Residencia

12 de Outubro:

No desvela qué decisión adoptará si es desautorizado en el caso de la cátedra de Economía Aplicada

Carlos Pajares anuncia que el claustro será convocado para antes del día 21

Santiago (Redacción). En la reunión que celebrará a finales de esta misma semana la mesa del claustro se decidirá la fecha de celebración de la sesión del máximo órgano universitario, lo que se producirá con seguridad antes del día 21, según declaró el rector en la mañana de ayer, al término del acto de toma de posesión del nuevo vicerrector, en el que estuvieron presentes un gran número de profesores con cargos universitarios cuyas firmas apoyaron la petición de convocatoria del claustro. Carlos Pajares, que no quiso pronunciarse sobre la decisión que adoptaría en el caso de que la mayoría del claustro votase a favor de que revoque su acuerdo de celebrar en Madrid el concurso para la cátedra de Economía Aplicada, afirmó que, de cualquier manera, «o claustro é competente para tomar unha decisión. Outra cousa é a actitude que vou tomar e si ten execución ou non. Falará o claustro, pero eu, por propia iniciativa, non vou revocar nada. Por outra parte, os firmantes que avalan a convocatoria do claustro únicamente piden a 'discusión, e no seu caso revocación, da decisión', polo que ainda está por ver qué se vota».

Para el rector, tampoco está claro que la totalidad de los que firman la petición de convocar el claustro vayan a votar en contra de su decisión: «A mayoría deles están de acordo,

que podrían introducirse más puntos que el de la discusión de la polémica convocatoria del concurso para la cátedra a la que optan los profesores López Suevos y Pérez Touriño.

rector del Departamento de Economía Aplicada, profesor Beiras, entregó con fecha de registro el mismo día de la pruebas, y que motivaron un contencioso al acusar este pro-

25 de Outubro:

Acusan a Pajares de actuaciones irregulares y antidemocráticas

Aunque el rector anuló el concurso Económicas pide su dimisión

■ J.L. / Santiago

Pese a que el rector, Carlos Pajares, decidió a última hora de la mañana de ayer "suspender cautelarmente" la oposición que iba a celebrarse hoy en Madrid para cubrir la vacante en la cátedra de Economía Aplicada, la junta de la Facultad correspondiente decidió pedir su dimisión "para salvaguardar a dignidade da Universidade galega, da súa autonomía e do seu funcionamento democrático".

La causa directa de la suspensión de la convocatoria está en el recurso que uno de los aspirantes a la cátedra, el nacionalista Ramón López-Suevos Fernández, presentó a primera hora de la mañana de ayer en el registro del rectorado. En el es-

actuaciones posteriores, así como la retroacción de las mismas a la fase inmediatamente anterior a la del sorteo de los

1 de Novembro:

Nas súas primeiras declaracións, o opositor desminte o de tráfico de influencias

Touriño asegura que o conflicto en torno ó concurso de Economía é político

■ DdG / Santiago

A oposición para cubri-la cátedra de Economía Aplicada na Universidade de Santiago estase a convertir nunha "trincheira de enfrentamentos políticos e ideolóxicos que nada teñen que ver co concurso", en opinión dun dos aspirantes á praza, Emilio Pérez Touriño. O profesor e subsecretario do Mi.isterio de Transportes fixo ante por primeira vez manifestacións públicas sobre o conflicto xenerado polo traslado da oposición a Madrid, precisamente cando as probas están cautelarmente suspendidas pola presunta irregularidade na pertenencia ó tribunal xulgador da profesora Ana Yabart, que apoiara a Touriño na anterior convocatoria.

Emilio Pérez Touriño desmentiu a existencia de tráfico de influencias neste concurso e asegurou que a composición do tribunal nón ten nada que ver co seu cargo público, xa que dous dos membros son nomeados polo director do departamento, neste caso o nacionalista Xosé Manuel Beiras, e os outros tres sortéanse entre títdolos catedráticos de España. "Estas protestas demostran o sentido patrimonial da vida universitaria, onde as creencias ideolóxicas son as únicas que pesan", declarou. O seu xuicio, ainda que non fose subsecretario de Transportes habería oposición cara a él porque non comparte a ideoloxía do departamento. Dixo tamén que a presencia no tribunal de Ana Yabart, que o apoiou nas probas de abril do 87, posteriormente anuladas, non lle beneficia, xa que non pode aceptar que se deixe de emitir un xuicio sobre o traballo dun dos opositores porque esté escrito en galego.

Pérez Touriño xustificou o seu silencio durante todo este tempo alegando que o seu cargo público no Goberno limitabao á hora de defende-la súa posición en torno ó conflicto e declarou que si finalmente se decidira a falar foi para que ninguén pensara que carece de argumentos. Manifestou o seu apoio á decisión da comisión examinadora sobre o lugar de celebración da oposición, ainda que amosou a súa preferencia pola Universidade de Santiago. "Se os membros do tribunal non se sinten en condicións mínimas de tranquilidade e normalidade académica para emitir un xuicio e valorar a uns candidatos, son eles os que teñen que pedir e plantexar o sitio de celebración".

Touriño asegurou que na primeira convocatoria do concurso foi testigo das "ameazas, coaccións, temores e feitos violentos" que alí tiveron lugar e dixo que nestes momentos o que menos parece importar e a valoración das traxectorias investigadoras e docentes dos dous opositores. "Estase entrando nun xogo que fai olvida-la esencia da oposición en favor dun enfrentamento alleo á Universidade", declarou.

Para Pérez Touriño a oposición simplificouse a unha batalla entre os defensores dun candidato galego contra outro que ven de fora e neste senso aclarou que él forma parte da Universidade compostelana desde o ano 1968, que foi profesor desde o 73 e que tivo adicación exclusiva ata o 85, ano en que marchou con excedencia especial a Madrid, polo que, ó seu xuicio, carecen de base as acusacións de que traicionou os principios que él mesmo defendera desde a coordenadora de PNNs, cando militaba no

24 de Novembro:

La penúltima batalla de la oposición al rector

Santiago (Por Federico Cocho). A cinco días de que el Claustro ordinario examine el informe anual del rector, todos los indicios hacen pensar que el cierre de filas de los profesores del grupo «Renovación», sobre el que se apoya el equipo de gobierno de la Universidad de Santiago, evitará la caída de Carlos Pajares. El *error Pajares* en el caso de la cátedra de Economía Aplicada desencadenó este verano las protestas de un amplio sector de la comunidad universitaria gallega, incluso en el seno de su propio grupo, parte del cual propició la derrota que el rector sufrió en el Claustro del 18 de octubre. Ahora, mientras algunos sectores sindicales (CXTG, ASDUGA y CSIF) y estudiantiles (CAF), así como la mayoría de los representantes del personal administrativo y de servicios, insisten en que el rector debe pagar sus culpas y dimitir por haber incumplido los acuerdos del Claustro, las *bases* del equipo rectoral (con amplia presencia en la órbita socialista y comunista, CC OO y UGT) intentan aislar la polémica actual del conjunto de la gestión desde 1984. Con este informe se abre hoy el primero de una serie de trabajos sobre la situación actual de la Universidad.

La oposición a Pajares duda estos días sobre la postura definitiva que adoptará ante el la reunión ordinaria del Claustro, máximo órgano representativo de la comunidad universitaria, el próximo día 26. El rector re-

Claustro».

El descontento de un importante sector de los estudiantes, representados por los Comités Abertos de Facultade (CAF) viene de más atrás. Para Xosé Manuel Munín, estudiante de 5º

Este dia, na mesma página que acima reproduzimos parcialmente, dizia-se sob o título *El «error Pajares»,* num «suelto» que traduzimos:

O reitor insiste em que fijo o que devia fazer, mas admite agora que cometeu um erro político. «O Claustro me dixo que me equivoquei. Doeu-me, mas aceitei e o reitor tem de saber 'encaixar' as cousas».

O conflito da Cátedra de Economía Aplicada da Faculdade de Económicas, a que concorriam os professores Pérez Touriño (PSOE), actual subsecretário do Ministério de Transportes, e López Suevos (próximo ao Bloco Nacionalista Galego), se suscitou em Abril de 1987. A Prof.ª Yabar, parlamentária liberal (do CDS) e membro do Tribunal, nom avalia a obra de López Suevos por estar escrita em galego. A tensom originada por esta decisom obriga a suspender o concurso e o reitor acede a trasladar a oposiçom a Madrid «para evitar coacçons ao tribunal em Santiago».

Esta decisom acende a polémica e o Claustro, integrado por quinhentos (500) representantes da Universidade, reprova o reitor e insta-o a que revoque aquela decisom. Pajares, o reitor, declara que nom é competente para o fazer e chega a celebrar-se em Madrid a apresentaçom de documentaçom, mas o decanato de Económicas da Universidade Complutense proíbe que se celebre a prova nas suas aulas. O reitor suspende cautelarmente o concurso. ASDUGA (aliança eleitoral representada no Claustro) solicita do Prof. Meilán Gil, catedrático de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade compostelana, um relatório, rebatido por Pajares, em que se indica que o reitor si pudo revocar a autorizaçom para trasladar o concurso a Madrid. *(LVG).*

A verdade é que a oposiçom tivo de suspender-se porque também está *sub iudice* a actuaçom da equipa reitoral e dos membros do tribunal; apesar de tudo, nem o reitor demite, nem a sua equipa, salvo umha vice-reitora, demite nem tenta solucionar a discriminaçom inferida a um cidadao de um Estado que se diz democrático; nem os membros do tribunal se questionam a procedência do seu role: no entanto, a Constituiçom espanhola diz que «todos somos iguales ante la Ley» e o Estatuto de Autonomia de Galiza, que «nadie será discriminado por razón de la lengua.

O CASO DO PROF. RODRÍGUEZ SÁNCHEZ

Entrementres, por essas mesmas datas, o Prof. Francisco Rodríguez, conhecido intelectual e dirigente do Bloco Nacionalista Galego, sofria outra grave discriminaçom. Aspirava a umha praça de Literatura Galego-Portuguesa, adscrita ao Departamento de Filologia Galega, de que faz parte um já catedrático, secretário do ILG, o também director deste instituto e quase todos os seus integrantes. O Prof. Rodríguez viu-se na precisom de recorrer a decisom da Comissom Qualificadora por entender que outougar a praça à esposa de aquele catedrático e secretário (e nom estritamente por estes motivos) fora nom conforme com o Direito. Basta com repassar as notícias sobre o caso publicadas pola imprensa aqueles dias.

O «caso» é que a professora-esposa, antes que a Comissom Avaliadora se reunisse, já aparecia como titular da praça para o curso 1988-89. Cousas da «política democrática» reinante em Espanha...

24 de Setembro:

Unha comisión otorga a plaza de literatura galega antes do fallo do concurso

■ DdG / Santiago

O profesor Francisco Rodríguez ven de presentar recurso contra a resolución da comisión xulgadora do concurso público para dota-la praza número 1.048 de literatura galego-portuguesa para quinto curso na Facultade de Filoloxía. Francisco Rodríguez Sánchez sostén que a praza foi irregularmente adxudicada alomenos oito dias antes de que a comisión se pronunciara, por canto nos tabuleiros universitarios aparecía o nome da profesorea Ríos Panisse como adxudicataria da devandita praza. O feito tamén foi denunciado polo Agrupamento Sindical Docente para unha Universidade Galega que anunciou que se reservaba o uso de accións legais nos órganos docentes.

Francisco Rodríguez indicou que ademáis das irregularidades detectadas por unha universitaria membro da comisión, acontece que a plaza en cuestión, a cubrir de modo interino, sacaráse a concurso no plazo de ano e medio, cunha avantaxe desigual para quen dende agora ostente o posto.

"Antes de que a comisión avaliadora se reunira os días 14 e 20 —explicó— xa figuraba Ríos Panisse, dona de Antón Santamarina, exposta como profesora, con horario e todo. Pero agora ca impugnación, vai chegar o día tres e os alumnos non terán profesora porque o rectorado non a pode nomear sin resolver antes o recurso. E conste que non protesto porque lle derán a praza a outro señón porque o procedimento é impresentable".

A comisión a formaban Ramón Lorenzo, Ramón Villares, Darío Villanueva, Rosario Alvarez e Anxo Tarrío, entre outros, pero moitos deles enviaron sustitutos "sospeitando o que se lles viría enriba". A representante do alumnado conseguiu que a comisión celebrara tres xuntanzas das cais non se fixo pública ningunha acta, polo que aquela negouse a firmar un documento no que somentes se facía constar a calificación.

7 de Outubro:

Apela ante el rectorado por una plaza de profesor de literatura gallega

■ DdG / Santiago

El profesor Francisco Rodríguez presentó ayer ante el vicerrector de profesorado un recurso de apelación contra la decisión de adjudicar la plaza de titular de literatura galega a la profesora Ríos Panisse, por entender que la comisión evaluadora violó los preceptos legales establecidos para la selección del profesorado.

Rodríguez Sánchez, que ya había recurrido ante la propia comisión, de la que obtuvo una respuesta "no razonada", alude al hecho de que uno de sus miembros no llegó a firmar las actas y a que no se le facilitó el contenido de las mismas.

En el recurso asegura que su "contrincante" recibió puntuaciones especialmente "xenerosas, discriminatórias e inxustificadas" y a que, sin conocerse la decisión de la comisión ya figuraba en los tablones de anuncios como propietaria de la plaza, asunto que fue denunciado al decanato "ao considerar que se violaba o principio de igualdade de oportunidades, pois se estaba prexulgando quen sería o adxudicatario da plaza".

Por lo que se refiere a la valoración de méritos, Francisco Rodríguez asegura que no se le tuvieron en cuenta sus 21 años de docente en literatura gallega, en régimen exclusivo, al calificárselo con un cero, "mentres se lle concedeu a máxima calificación a unha candidata que non tivo sempre esta exclusividade". En investigación, el recurrente denuncia el tratamiento recibido como de "auténtico agrávio comparativo" y hace referencia a sus 19 volumenes, entre libros y monografías, editados en Galaxia, Istmo, Grial, A Nosa Terra, Xiobral y en la propia Universidad.

Sobre el particular expresa su sorpresa de que sus trabajos analíticos sobre Curros y Rosalía se valoraran en 6 puntos frente a los 5 de la profesora Ríos Panisse "que cáseque nada ten que aportar no relacionado coa asignatura".

23 de Novembro:

Francisco Rodríguez eleva al rector su reclamación sobre la plaza de literatura

■ DdG / Santiago

El profesor Francisco Rodríguez Sánchez dirigió ayer una instancia al rector de la Universidad, Carlos Pajares, para que tome las medidas oportunas conducentes a que se reuna la comisión de apelaciones del concurso de la plaza de literatura gallega en la Facultade de Filología. El profesor, uno de los que concursó a la referida plaza, reclama, asimismo que "se esixan responsabilidades polo trato discriminatorio", a los que impidieron el estudio de la reclamación presentada por él mismo.

Rodríguez Sánchez había recurrido el pasado 21 de setiembre contra el dictamen de la primera comisión y, en segunda instancia, ante la comisión de apelaciones. De esta última no recibió contestación alguna mes y medio después de haberla formulado. A pesar de ello señala que la comisión se reunió este mismo mes, para resolver las reclamaciones presentadas en relación con la provisión de plazas de profesorado contratado o interino, y añade que desconoce cuáles fueron los resultados en cuanto a su reclamación. Manifiesta, asimismo, ser conocedor de que se estudiaron seis reclamaciones pero no la suya.

A juicio del recurrente, este comportamiento conculca gravemente los principios de igualdad de oportunidades, le perjudica 'notoriamente', y dificulta sus actuaciones administrativas, "por cuanto están en posesión dese Reitorado —agrega— documentos orixinais imprescindibles".

Francisco Rodríguez inició sus accciones al sentirse discriminado en la puntuación de su curriculum, frente a la profesora Ríos Panisse.

El referido profesor alegó que tras 21 años de dedicación exclusiva a la literatura gallega resultaba 'paradóxico' que se lo valoraran con cero puntos, mientras se le concedía la máxima puntuación a la otra candidata "que non tivo sempre esta exlcusividade".

SOLIDARIEDADE COM O PROF. ALONSO NOZEDA

Em números anteriores de AGÁLIA démos conta das irregularidades administrativas cometidas contra o Prof. Alonso Nozeda. Organizaçons sindicais e outras entidades, também informadas do «caso», tiveram a bem emitir um comunicado que, redigido nos denominados *mínimos,* foi assinado pola Federaçom do Ensino de *Comisiones Obreras,* pola FETE da *Unión General de Trabajadores,* pola UTEG da *Intersindical Nacional de Trabalhadores Galegos* e pola *CXTG-IN* («Confederación Xeral de Trabalhadores Galegos-Intersindical Nacional»), polo SGATE, *(Sindicato Galego de Trabalhadores do Ensino),* a que aderiram a MNL («Mesa pola Normalización Lingüística») e ERGA *(Estudantes Revolucionários Galegos).*

O texto do comunicado era o seguinte, já na escrita galego-portuguesa:

As organizaçons abaixo assinantes, ante o feito acontecido o passado dia 21 de Março de 1988, às 11,30 horas, no Colégio Público de E.G.B., «Torre Ilha de Arousa» (Ponte-Vedra), no que a inspectora técnica de E.G.B., D.ª Paz Lamela Vilariño se apresentou na aula quando se encontrava impartindo galego o professor de E.G.B. de dito centro D. Mário Alonso Nozeda, sem prévio aviso,

querem fazer as consideraçons a seguir:

1.ª É totalmente denunciável a forma em que a inspectora se dirigiu ao professor, por entender que atenta aos mais elementares princípios de respeito polo mesmo, agravado porque poderia provocar um conflito no normal desenvolvimento do labor docente, com a pretensom de desautorizar o trabalho educativo deste professor.

2.ª Assim mesmo, consideram totalmente inadmissível a pretensom da Inspectora de interferir no planeamento educativo e pedagógico do centro com a sua indicaçom feita ao director no sentido de que no curso próximo o citado professor impartiria sexto, em lugar de oitavo, quando este tema é de competência exclusiva da programaçom pedagógica do centro, que só está autorizado a fazê-la o próprio Claustro de professores.

3.ª Resulta totalmente lamentável que a inspecçom técnica de E.G.B., em lugar de velar polo cumprimento da normativa legal vigente en matéria de ***normalizaçom lingüística,*** *se dedique a ameaçar, coaccionar e interferir no labor docente de um professor de galego.*

4.ª As organizaçons abaixo assinantes consideram que, dada a falta de legitimidade e consenso com que conta a denominada normativa lingüística oficial, porquanto que está sendo contestada por amplos sectores, urgem da Administraçom a reabertura de um debate democrático que permita conseguir um ambiente e clima de diálogo, para abrir vias de resoluçom deste conflito.

Algum jornal deu conta do comunicado, mas desde esse momento parece ter-se chegado a um parto de silêncio: nem os sindicatos, nem a parte oficial, nem outras instâncias habitualmente reivindicativas dixerom mais sobre este «caso», cuja *resoluçom democrática* nom apenas evitaria conflitos desnecessários, mas sobretodo procuraria a progressiva normalizaçom cultural da Galiza. Só a AGAL, desde a sua acçom cultural, continua a apoiar explícita e constantemente o professor represaliado por querer exercer os direitos cidadaos num Estado que se proclama democrático.

A ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA DIRIGE-SE AO PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA TERRITORIAL PARA SOLICITAR A MÁXIMA PRUDÊNCIA E NEUTRALIDADE QUANTO À NORMATIVA DO GALEGO

Excmo. Sr. D. José Cora Rodríguez
Presidente da Audiência Territorial
A Corunha (Galiza)

Excmo. Sr.

Em nome da Associaçom Galega da Língua com o máximo respeito dirijo-me a Va. Exa. por motivo de solicitar a *máxima prudência e neutralidade* polo máximo órgao jurídico da Galiza, em questons relativas ao processo da construçom e elaboraçom da língua padrom da nossa Comunidade.

Esta prudência e neutralidade poderia estar concretizada em actuaçons como:

1.ª Nos cursos dirigidos a funcionários da Administraçon de Justiça a presença de professores que garantam o conhecimento dos modelos normativos presentes hoje na Galiza, nomeadamente, o defendido pola *AGAL,* modelo já utilizado numha sentença dita por esse alto Tribunal. O professorado deveria ser seleccionado por concurso público de méritos entre licenciados em galego-português e com preferência para os que estiverem na situaçom de desemprego.

2.ª Ter muito presente que a questom da precisom terminológica no campo do Direito é de suma importância. A este respeito, lembro com o máximo respeito, que já está em grande medida recolhido no Direito português.

3.ª A competência para regularizar juridicamente a língua nacional da Galiza *nom é do Governo galego,* mas do Parlamento. A Junta carece de competência tanto pola razom de hierarquia como por razom de matéria. Por razom de matéria, declarar oficiais umhas normas de um idioma ultrapassa a matéria de natureza administrativa. Um governo, neste caso o galego, nom pode pronunciar-se sobre *as próprias essências do idioma,* como é o tema da «norma lingüística», tema de alta política, pois afecta a um dos elementos do país como tal.

4.ª Lembro, com o máximo respeito, a esse alto Tribunal o que se recolhe nos artigos 3, 10, 14 e 20 (especificamente 20.2)* que o exercício destes direitos nom pode restringir-se mediante nengum tipo de censura prévia, censura que poderia estar presente e ser manifesta ao conceder cursos de galego para *um determinado grupo de professores, para uns determinados tradutores ou normativizadores,* para um modelo determinado de língua, etc. em detrimento de outros professores, outros tradutores ou normativizadores, outro modelo de língua, etc.

5.ª Ponho de manifesto como todos os respeitos a esse alto tribunal que nom hai um único critério de autoridade ortográfica na Galiza e que os direitos lingüísticos dos cidadaos galegos estám sendo conculcados pola Admnistraçom galega pois suprimem a liberdade, esnaquizam a igualdade, obstaculizam a integraçom social e impedem positivamente a participaçom dos cidadados na movimentaçom cultural.

---

* Constituiçom espanhola.

O que com o máximo respeito, ponho no seu conhecimento com o ánimo de solicitar, mais umha vez, a máxima *prudência e imparcialidade e/ou neutralidade* desse alto Tribunal.

É de justiça.

Em Ourense, a vinte e um de Fevereiro de 1989.

Ass. Maria do Carmo Henríquez
(Presidenta da AGAL)

AGAL exige «neutralidade» no referido às normativas da língua galega

Com este ou parecido encabeçamento dava-se notícia, polo 24 de Fevereiro, de um escrito elevado à Presidência da Audiência Territorial da Galiza, hoje Tribunal Superior de Justiça, pola Presidência da Associaçom Galega da Língua.

24 El Correo Gallego
Viernes, 24 de febrero de 1989

AGAL esixe «neutralidade» no referido ás normativas da lingua galega

SANTIAGO. Redacción

A "Associacom Galega da Lingua" —AGAL— tense dirixido por escrito á Audiencia Territorial galega solicitando a "máxima prudencia e neutralidade quanto á normativa do galego", prudencia que podería estar concretizada, entre outros casos, no feito de que nos cursos dirixidos a funcionarios da Administración de Xusticia estean impartidos por profesores "que garantam o conhecimento dos modelos normativos presentes na Galiza".

Segundo AGAL, a "censura" en concursos, certames ou calquera tipo de convocatoria polo simple feito de non seguir a normativa considerada como ficial é contrario a varios artigos da Constitución española, nos que se garanten os dereitos "lingüísticos dos cidadaos galegos". Estes dereitos, segundo a "Associacom da Lingua", están a ser conculcados pola Administración galega "pois suprimen a liberdade, esnaquizam a igualdade, obstaculizam a integracom social e impeden positivamente a participacom dos cidadaos na movimentacom cultural".

AGAL lembra que en Galicia non hai un "único critério de autoridade ortográfica", ó tempo que suliña a súa consideración de que a regulamentación xurídica da lingua non é competencia do Goberno galego senón do Parlamento.

A ADMINISTRAÇOM DENEGA SUBSÍDIOS SISTEMATICAMENTE À *AGAL*

Reproduzimos a seguir alguns dos *ofícios* recebidos das autoridades administrativas da «Xunta» dedicadas a «fomentar» a cultura galega. Considerem-se as «razons de peso» por que se denegam sistematicamente quaisquer ajudas ou subsídios a Associaçom Galega da Língua:

XUNTA DE GALICIA

CONSELLERÍA DE EDUCACIÓN E ORDENACIÓN UNIVERSITARIA
Dirección Xeral de Política Lingüística
Edificio Administrativo San Caetano SANTIAGO

VC/jr

Comunícolle que por Resolución do Excmo. Sr. Conselleiro, a súa solicitude, presentada ó abeiro da Orde do 19 de xaneiro de 1988, pola que se regula a concesión de subvencións a persoas físicas e xurídicas, sen ánimo de lucro, para a organización de congresos, xornadas e simposios que promocionen a lingua e literatura galegas, publicada no D.O.G. nº 36, do 23 de febreiro, desestimouse por: Non axustarse ás normas que re-
collle a Orde de convocatoria.

Santiago, a 25 de maio de 1988

Asdo.: Adolfo de Abel Vilela

XUNTA DE GALICIA

CONSELLERÍA DE EDUCACIÓN E ORDENACIÓN UNIVERSITARIA
Dirección Xeral de Política Lingüística
Edificio Administrativo San Caetano SANTIAGO

AAV/VC/jr

Comunícolle que por Resolución do Excmo. Sr. Conselleiro,a súa solicitude presentada ó abeiro da Orde do 21 de xaneiro pola que se convocan subvencións e bolsas de estudios, traballos e programas relacionados coa investigación científica da lingua e literatura galegas desestimose por non existir suficiente dotación/ presupostaria.

Santiago, a 10 de xuño de 1988
O DIRECTOR XERAL DE POLITICA LINGUISTICA,

Asdo.: Adolfo de Abel Vilela

XUNTA DE GALICIA

CONSELLERIA DE CULTURA E DEPORTES
Dirección Xeral de Cultura
Edificio Administrativo San Caetano - Bloque 3 · SANTIAGO · Teléfono 56 60 00

DONA Mª DO CARMO

CIACION GALEGA DA LINGUA
OURENSE

Vistas as propostas da Comisión Avaliadora, constituida para o estudio das solicitudes presentadas ó abeiro da Orde de 14 de marzo de 1988, "Pola que se convocaba a concesión de axudas e subvencións de promoción e cooperación cultural, para persoas físicas e xurídicas" e máis a ampliación desta (Orde de 14 de xuño de 1988), a que se incorporan as solicitudes non subvencionadas na primeira, además das novas presentadas, a Consellería de Cultura e Deportes, non pode nesta ocasión, considerar / favorablemente a súa petición polos motivos seguintes: FALTA DE DISPONIBILIDADE PRESUPOSTARIA SUFICIENTE.

Santiago, 17 de Novembro de 1988
O XEFE DE SERVICIO DE RELACIONS CULTURAIS

CONSELLERIA DE CULTURA E DEPORTES
SANTIAGO DE COMPOSTELA
Rexistro Xeral SAIDA
Núm. 8736
Data 16 NOV. 1988

ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA. OURENSE

Saberám as «nossas» autoridades o que é cultura galega? Saberám, simplesmente, o que é democracia e tratamento democrático aos cidados?

Folhas Novas E *Guia prático de verbos,* LIVROS BEM VENDIDOS

Segundo se lê em jornal corunhês o dia 26 de Março de 1989, os volumes editados pola Associaçom Galega da Língua *Folhas novas* e *Guia prático de verbos galegos conjugados* acham-se entre os des livros mais vendidos nas livrarias da Galiza. Os dados foram fornecidos polas livrarias Couceiro e Folhas Novas (de Santiago), Arenas e Nós (da Corunha), Hélios (de Ferrol), Alonso (de Lugo), Queixumes e Malheira (de Ourense), Lafer, Bertrand e Nóbel (de Vigo) e Michelena (de Ponte-Vedra).

Apesar da beligerância «antilusista» de autoridades académicas e administrativas, os cidadaos seguem a procurar as publicaçons escritas em bom galaico-português. Seguimos a ter esperança no futuro da Galiza!

LIBROS MAIS VENDIDOS EN GALEGO

TITULO	AUTOR	EDITORIAL
1. Don Hamlet	Alvaro Cunqueiro	Galaxia
2. A ceo aberto	X. Fernández Ferreiro	Do Castro
3. Fumes de papel	Xavier Docampo	Via Láctea
4. Ilustrísima	Carlos Casares	Galaxia
5. O ollo pecho e outras historias desagradables	Anxo L. Barranga e J.A.R.	Sotelo Blanco
6. Polaroid	Suso de Toro	Xerais
7. A fuxida	X.M. Martínez Oca	Xerais
8. Remuiños en coiro	Ursula Heinze	Xerais
9. Verbos galegos conxugados. Guía práctica	Varios	Agal
10. Follas Novas	Varios	Agal

Lista elaborada por la Federación de Libreiros de Galicia con datos facilitados por las siguientes librerías: Couceiro, Follas Novas (Santiago de Compostela); Arenas, Nós (La Coruña); Helios (Ferrol); Alonso (Lugo); Queixumes, Malleira (Orense); Lafer, Bertrand, Nóbel (Vigo); Michelena (Pontevedra).

Clásicos e novos autores compoñen unha lista de ventas pedagóxica

Os clásicos da literatura galega como «Don Hamlet» de Alvaro Cunqueiro mistúranse na lista de «máis vendidos» con autores contemporáneos que están a ter cada vez máis aceptación para os lectores. Carlos Casares con «Ilustrísima», Xosé Fernández Ferreiro con «A ceo aberto» ou Xosé Manuel Martínez Oca con «A fuxida» son algúns deles. O curioso é que as obras destes autores amosadas no cadro de «máis vendidos» non sexan as máis recentes da sua producción. A razón delo pode atoparse en que son libros recomendados nos institutos e nos colexios de toda Galicia. O mesmo acontece con «Don Hamlet» ou as dúas obras derradeiras do cadro que son máis libros de texto ca literatura propiamente dita. A conclusión de todo elo no é precisamente positiva para as letras galegas. Non embargantes, quedan mostras «minimalistas» como «Polaroid» de Suso de Toro ou «Ollo pecho e outras historias desagradables»

Agal edita una guía que enseña a conjugar más de 8.000 verbos gallegos

Santiago (Redacción). La Asociación Galega da Língua (Agal) ha publicado un diccionario-guía de verbos gallegos, en la que se enseña a conjugar más de ocho mil.

La obra, titulada «Guia práticO de verbos galegos», informa asimismo de las diferencias y semejanzas de las formas gallegas con las brasileñas y portuguesas. Los autores lo califican como «un vademécum agil en que se evita o exceso de paradigmas».

Se ofrecen un total de 55 modelos, entre regulares, irregulares, y pronominales, así como de aquellos de conjugación más complicada, como los que tienen raiz que termina en vocal, y los que presentan problemas gráficos y radical alternante.

La autoría de esta obra, única de su estilo existente en Galicia, es de la comisión lingüística de dicha asociación cultural, en la que figuran profesionales de la Universidad y de otros niveles de la enseñanza, así como miembros de la Asociación de Profesores de Língua e Literatura. En concreto, son José Antonio Souto Cabo, Isaac Alonso Estravis, Joan José Costa Casas, Julio Diéguez Gonzalez, Alberto García Bessada, António Gil Hernández, Luis Gonzalez Blasco, Maria do Carmo Henríquez Salido, Joan Carlos Rábade Castinheira, Henrique Rabunhal Corgo, José Luis Rodríguez, Felisindo Rodríguez Vilarinho y Paulo Valério Arias.

AS DEPUTAÇONS NA GALIZA PREMIAM OS «SEUS COLABORADORES»

A «Associaçom Galega da Língua (AGAL) já tem denunciado em várias ocasions o circuíto de prémios e auto-bombos e o clientelismo retro-alimentado apoiado nas estruturas do poder e nos fundos públicos de todos os galegos. Por motivo da concessom dos prémios *Otero Pedraio,* a AGAL tem que denunciar, mais umha vez, perante a opiniom pública:

1. Resulta verdadeiramente surpreendente que a uns prémios de tal quantidade económica se apresentam tam poucos candidatos, o que demonstra o grande desprestígio subjazente nesta modalidade de prémios.

O júri em nengum modo cumpriu o que se estabelecia nas bases (ver Boletim da Província de Ourense de 6 de Outubro), pois:

a) O «persoeiro» premiado nom se tem distinguido polo seu trabalho em defesa da *identidad nacional da Galiza,* e os seus trabalhos sobre língua e cultura nom som «sobranceiros».

b) Outro dos premiados tampouco se ajusta às bases, pois a obra «A Divina Comédia», entendemos a obra do Dante, já está traduzida desde hai muito tempo para o galego-português. Polo qual nom ten contribuído a exaltar o nosso único idioma nacional. Por outra parte, esta obra só é e vai ser lida por umha minoria ilustrada que pode lê-la na versom original, muito mais rica, ou na versom em galego-português. Neste caso tampouco se promocionam os valores «enxebres» da Galiza nem se prestígia aos seus homes e instituiçons.

3. Perante o obscurantismo manifesto na decisom do júri, a AGAL tem que perguntar-se que entidades culturais ou académicas, que presidente da Deputaçom ou que Conselharia tivo a ocorrência de propor ao senhor premiado, havendo na Galiza personalidades com muitos mais méritos para receber dito prémio.

4. Por último, a AGAL tem que lamentar que na Galiza se esteja instrumentalizando a cultura galega com finalidade clientelar, resultando premiados assi pessoas que, apesar das suas declaraçons públicas contra o sistema, nom tenhem o menor escrúpulo em receber e recolher o dinheiro público de todos os galegos.

Compostela, 28 Fevereiro 1989

As duas pessoas premiadas fôrom Jesus Alonso Montero e Dario Xohán Cabana.

Agal critica la concesión del «Otero Pedrayo» a dos de los premiados

Orense (Redacción). La asociación reintegracionista Agal hace una dura crítica a la concesión de los premios «Otero Pedrayo 1988» a dos de los galardonados, señalando que resulta sorprendente que a unos premios de tal cuantía económica se presenten tan pocos candidatos, lo que demustra el gran desprestigio subyacente en esta modalidad.

Aga l indica que el «persoeiro» premido no se ha distinguido por su trabajo en defensa de la identidad nacional de Galicia y que sus trabajaos sobre la lengua y cultura no son sobresalientes.

Otra de las obras premiadas tampoco se ajusta a las bases, según la asociación lusista, que entiende que la obra de Dante «La Divina Comedia» ya fue traducida hace mucho tiempo al «galego-portugués». Por otra parte, dice, esta obra va a ser leida por una minoría ilustrada, que puede hacerlo en la versión original o en «galego-portugués», por lo que estima que no se promocionan los valores «enxebres» de Galicia, ni a sus hombres e instituciones.

Se pregunta la Agal, ante el obscurantismo en la decisión del jurado, qué entidades académicas o culturales, o que autoridad provincial o autonómica, tuvo la ocurrencia de proponer al premiado, habiendo en Galicia personalidades con más méritos para recibir dicho premio. Lamenta, por último, que en se esté instrumentalizando la cultura gallega con finalidad clientelar.

AGAL ACUSA A LAS DIPUTACIONES DE PREMIAR LA ENDOGAMIA CULTURAL

OURENSE. Corresponsal

La Asociación Galega da Lingua, AGAL, hizo ayer público un comunicado en el que, bajo el título "Las diputaciones gallegas premian a dos colaboradoes de la camarilla endogámica cultural", critica abiertamente la concesión de los premios Otero Pedrayo de este año.

En el comunicado se afirma que la Asociación Galega da Lingua ya había anunciado en varias ocasiones el circuito "de premios y autobombos y el clientelismo retro-alimentado" apoyado en las estructuras del poder y en los fondos públicos de todos los gallegos. El comunicado de AGAL denuncia que, con motivo de la concesión de los premios Otero Pedrayo, "resulta verdaderamente sorprendente que a unos premios de tal cantidad económica se presenten ya pocos candidatos, lo que demuestra el gran desprestigio subyacente en esta modalidad de premios". Asimismo, AGAL denuncia que el jurado no cumplió lo establecido en las bases del premio, ya que el "persoeiro" premiado no se ha distinguido por su trabajo en defensa de la identidad nacional de Galicia, y sus trabajos sobre la lengua gallega y su cultura son "sobranceiros".

AGAL critica la designación de los premiados en el Otero Pedrayo

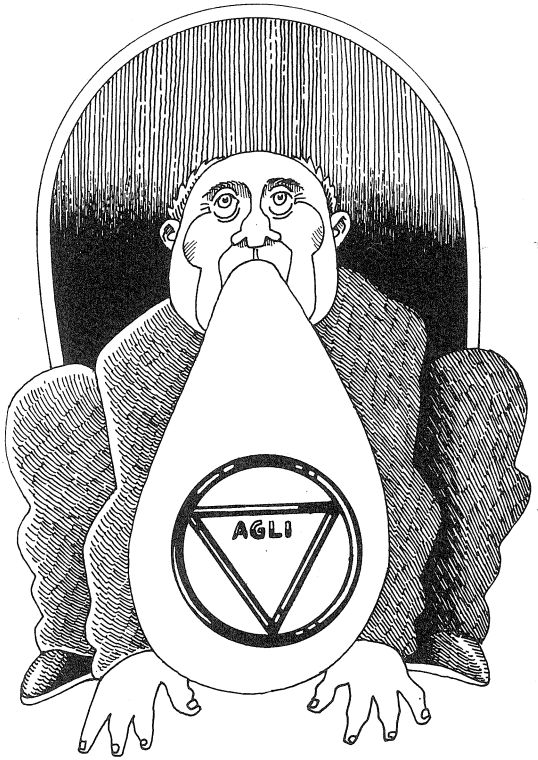
Redacción

Orense

La Asociación Galega da Língua denuncia lo que considera circuito de premios y "auto bombos y el clientelismo retroalimentado que se apoya en las estructuras del poder y en los fondos públicos". Las críticas se centran en el último Otero Pedrayo, entre otros motivos, por la presencia de tan pocos candidatos.

AGAL recuerda que el jurado no cumplió con las bases, puesto que el "persoeiro" premiado, Xesús Alonso Montero, no se distingue por su trabajo en defensa de la identidad nacional de Galicia. Sobre los otros premiados opina que tampoco se ajustan a las bases, caso de la traducción de la "Divina Comedia", puesto que no se promocionan los valores "enxebres de Galicia ni se prestigia a sus hombres e instituciones".

Pregunta AGAL quién tuvo la idea de proponer al premiado, habiendo personalidades "con más méritos", y lamenta que en Galicia se instrumentalice "la cultura gallega con finalidad clientelar,. resultando premiadas personas que,a pesar de sus declaraciones públicas contra el sistema, no tienen el menor escrúpulo en recibir y recoger el dinero público de todos los gallegos".


AGLI

MAIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

O dia 2 de Janeiro de 1989 dirigia a Presidência da AGAL um escrito à Mesa de Petiçons do Parlamento da Galiza nos seguintes termos:

Maria do Carmo Henríquez Salido, Presidenta da Associaçom Galega da Língua (AGAL) e no seu nome e representaçom, perante quem corresponder formula as seguintes perguntas:

1.ª Se os Directores ou Responsáveis dos Serviços de Normalizaçom Lingüística, que funcionam nas quatro Delegaçons Provinciais da Conselharia de Educaçom, ocupam praças convocadas a concurso público de méritos entre funcionários: quais som as bases da convocatória e em que D.O.G. se publicarom?

2.ª Se nom é assi, som cargos de *livre designaçom?*

Se a resposta é afirmativa: que *partido político* dos representados no Governo, avaliou ou considerou da *sua confiança* cada um dos quatro Directores Provinciais do Serviço de Normalizaçom Lingüística?

O que solicito para que exista maior transparência perante os cidadaos da Galiza e porque é de justiça.

Em Ourense a trinta e um de Dezembro de 1988.

Mesa de petiçons do Parlamento Galego. Santiago de Compostela (Galiza).

Por essas mesmas datas organizaçons políticas e sindicais faziam-se eco do mesmo tipo de irregularidades a que se referia o escrito da Associaçom Galega da Língua.

Eis a notícia dada pola imprensa diaria:

Varias organizaciones denuncian irregularidades en cursos de gallego

Orense (Redacción). Representantes de los sindicatos de enseñanza de CC OO, INTG y SGTE y de los partidos políticos PCG, FPG, PCLN y MCG firman un escrito en el que denuncian lo que consideran irregularidades cometidas por responsables del servicio de política lingüística de la delegación de Educación, al formentar el pluriempleo y discriminar a los desempleados en los cursos de gallego y discriminar a profesores por razones de norma ortográfica.

Los firmantes del escrito consideran lamentable que los responsables de la dirección general de política lingüística en la delegación, estén contrantando a pluriempleados, que ya tienen un salario digno, y no se atienda a personas tituladas en situación de desempleo para los cursos de gallego. Denuncia igualmente el escrito que no se puede consentir que las autoridades empleen sus despachos «para calumniar e difamar» a personas comprometidas con la cultura gallega y al mismo tiempo hagan «examen» de consciencia a los solicitantes de cursos de gallego.

Por ello, al organizaciones firmantes del escrito consideran necesario que se convoquen publicamente las plazas de profesores de los cursos de gallego, dando preferencia a los desempleados que presenten el correspondiente titulo y exigen que se repseten los acuerdos del Parlamento gallego en materia de normalización lingüística.

As Organizaçons abaixo assinantes ante certas irregularidades cometidas polos responsaveis da delegaçom provincial da Direcçom Geral de Política Lingüística na cidade de Ourense == QUEREM FAZER AS CONSIDERAÇOMS QUE SEGUE;

1º.- NESTA DELEGAÇOM FOMENTA-SE O PLURIEMPREGO E DESCRIMINA-SE AOS DESEMPREGADOS

É lamentável que os responsáveis desta Direcçom Geral, para impartir cursos de língua, estejam contratando a pluriempregados, = que já tenhem um salário digno, e se deixe na rua a pessoas titula das em situaçom de desemprego.

2º.- EMPREGAM OS DESPACHOS PARA FAZER AMEAÇAS

Nom se pode consentir que as autoridades empreguem os seus despachos para caluniar e difamar pessoas comprometidas com a cultura galega e, ao mesmo tempo, fazer um "EXAME" de consciência aos solicitante de cursos de galego, sentindo-se estes coaccionados. É esta umha atitude que atenta contra o artigo 14 da constituiçom.

3º.- AS ORGANIZAÇONS ABAIXO ASSINANTES CONSIDERAMOS QUE, DADA A UTILIZAÇOM DE FUNDOS PUBLICOS PARA REALIZAR OS CURSOS DE LÍNGUA É= NECESSÁRIO QUE SE CONVOQUEM PUBLICAMENTE AS PRAÇAS DANDO-LHE PREFERÊNCIA AOS DESEMPREGADOS QUE APRESENTEM A TITULACOM CORRESPONDENTE.

4º.- EXIGIMOS QUE SE RESPEITEM OS ACORDOS DO PARLAMENTO EM MATÉRIA DE NORMALIZAÇOM LINGUÍSTICA e QUE PORTANTO NOM HAJA DISCRIMINAÇOM= POR RAZONS DE NORMA ORTOGRÁFICA.

Federación do Ensino de CC.OO
D.N.I. 36608.040

Partido Comunista de Galicia
Manuel Peñalva DNI 34.434.121-

Sindicato do Ensino UTEG-INTG
DNI 34719936

FRENTE POPULAR GALEGA
DNI 34.902.006

PCLN
34603916

U.P.G. (União do Povo Galego)

M.ª P. Gato HCG

SGTE
35.434.901

APRESENTAÇOM DO NÚMERO 15 DA REVISTA *AGÁLIA*

O dia 31 de Janeiro, às 20,30 da tarde, na Galeria «Sargadelos» da cidade de Ourense, sita na Av. da Havana, tivo lugar o acto de apresentaçom do número 15 da revista *Agália,* por Nemésio Barxa (Advogado), Pedro Fernández-Velho (Professor), Ramom Nogueira (Médico) e Maria do Carmo Henríquez, Presidenta da AGAL.

Neste número incluem-se estudos como o do professor do Colégio Universitário de Ourense, Dr. José Manuel Cid Fernández, sobre «Nova educaçom republicana e propostas de galeguizaçom educativa em Ourense (1929-36)», em que se explica com rigor o significado de pessoas da cultura de Ourense e mestres, alguns deles mortos recentemente. Um trabalho do professor da Universidade de Gröningen, Dr. Domingos Prieto, sobre «O rotacismo galego», com abundantes exemplos desta particularidade fonética em referência a várias localidades da província.

Na secçom de «Documentaçom e Informaçom» insere-se abundante material sobre o conflito lingüístico na Galiza e o tratamento que tiverom nos meios de comunicaçom galegos, diversos comunicados elaborados pola AGAL, sendo fácil verificar as divergências presentes entre o original e os titulares dos jornais galegos em que se publicou a notícia ou também onde se silenciou.

Com Notas sobre «Um vilancico mindoniense de 1825 conservado em Toro (Çamora)» da autoria de José Martinho Montero Santalha, recensons sobre *Vida escura,* do escritor de A Corunha Jenaro Marinhas e outros livros recentemente publicados, textos de Antologia da autoria de Manuel Lourenço e Vergílio Alberto Vieira completa-se este número, correspondente ao «Outono de 1988».

RENOVAÇÃO EMBAIXADA GALEGA DA CULTURA. MADRID

A *Renovação* (Embaixada Galega da Cultura), associação cultural integrada fundamentalmente por galegos residentes em Madrid, informa à opinião pública que, apresentada toda a documentação no registo do Ministério correspondente para sua legalização, acaba de eleger o primeiro Conselho de Governo que está formado polas seguintes pessoas:

Presidência: D. José Ramom Rodrigues Fernandes (Escritor); *secretaria:* Dna. M.ª Dolores Alonso Paio (Professora); *tesouraria:* D. José Ramom Alvarez do Bairro; *vogais:* D. José Luis Galego Rolam (Professor de Arte), D. Crisanto Veiguela Martins (Estudante), D. Tomé Martins Rodriguez (Estudante).

Esta Associação empregará como idioma oficial o Galego-Português nos seus comunicados e publicações. Tirará uma revista com o mesmo nome da Associação e, num futuro próximo, aspiramos sacar a lume livros de temática diversa.

Trabalharemos sem descanso para que o galego atinja condição de idioma internacional que por direito lhe corresponde; sucederá isso no momento em que deixe de escrever-se nessa «sub-norma» do castelhano a que ficou reducido polos oficialistas dos sucessivos governos da Galiza.

Madrid, 19 de Janeiro de 1989

A direcção:

Renovação
Embaixada Galega da Cultura
Aptdo 40.047. 28080 Madrid

ACTIVIDADES DA ASSOCIAÇOM REINTEGRACIONISTA DE ORDES (A.R.O.)

A Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O) fundou-se nesta vila no mês de Junho de 1988. Nos seus estatutos define, como objectivo fundamental, a normalizaçom do galego-português na Galiza e sinala como ámbito de trabalho para desenvolver as suas actividades a vila e comarca de Ordes. Até o dia de hoje a A.R.O. tem trabalhado sem descanso pola consecuçom do fim proposto, com notável êxito porquanto as actividades da Associaçom tivérom eco e acolhida favorável na sociedade de Ordes e do seu entorno.

Entre as actividades desenvolvidas destacam as seguintes:

—Realizaçom de um *curso de galego-português* (normativa de AGAL) para membros da A.R.O., que durou desde o 3 de Setembro ao 12 de Novembro de 1988, com grande aproveitamento. Aos assistentes foi-lhes entregado un diploma acreditativo, expedido pola AGAL.

—Organizaçom de um *magosto popular,* o dia 12 de Novembro de 1988, com numerosa assistência de gente jovem da comarca e vila de Ordes.

—Colaboraçom na *campanha de apoio ao professor Mário Alonso Nozeda,* represaliado por impartir as suas aulas em normativa reintegrada.

—*Apresentaçom pública da A.R.O.* aos vizinhos de Ordes que tivo lugar o 13 de Janeiro de 1989. Nesse acto, celebrado no salom de actos da Cámara Agrária e que contou com numerosa afluência de público, membros do Conselho Directivo da A.R.O. explicarom os objectivos da Associaçom, assi como as actividades projectadas.

—*Ciclo de conferências.* Tivo lugar nos locais do Instituto de Bacharelato e na Cámara Agrária de Ordes. Participárom os seguintes conferencistas: Bernardo Penabade Rei, professor de língua e literatura e membro do Conselho da AGAL, que pronunciou a conferência intitulada «Análise global do conflito lingüístico na Galiza». O professor António Gil Hernández, filólogo e sócio-lingüista, cuja conferência versou sobre «Diglossia: conceito ajeitado à Galiza?». O professor Enrique Rabunhal Corgo, escritor e membro do Conselho da AGAL, que falou sobre «A vida e obra de C. Emílio Ferreiro«. E por último fechou o ciclo o professor Isaac Alonso Estravis, filólogo e lingüista, que falou sobre «O reintegracionismo em Otero Pedraio, Risco, Castelao e Viqueira». As conferências tivérom lugar o 20 e 27 de Janeiro e o 10 e 17 de Fevereiro.

—Apresentaçom ao concelho duns *escritos* solicitando a criaçom de umha Blibioteca Municipal e a recuperaçom dos nomes tradicionais e populares das ruas e praças do povo.

—Actividades de base como pegada de cartazes, contacto com outras associaçons para prováveis actividades conjuntas, etc.

Além de todos estes actos, a Associaçom tem publicado três números da sua revista, do mesmo nome, e tem-se financiado com a venda de auto-colantes, lotaria de Natal e a própria revista.

Para o futuro a Associaçom tem projectadas também outras actividades como:

—Realizaçom de um curso de galego-português para os vizinhos do concelho.

—Criaçom de um grupo de teatro.

—Organizaçom de um concerto de Rock.

—Apresentaçom ao Concelho de um projecto para um concurso literário.

—Continuaçom no labor de normalizaçom da nossa língua centrando-nos em todos aqueles colectivos culturais, desportivos e recreativos que convivem com nós na vila.

Quanto ao financiamento da Associaçom, a começos deste ano foi-lhe concedido um subsídio de 35.000 pesetas polo Patronato de Cultura Municipal de Ordes, organismo no qual A.R.O. conta com um representante.

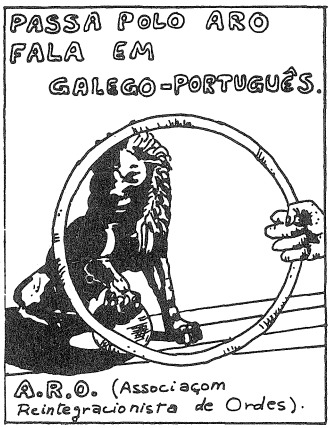
A.R.O. considera que o desenvolvimento das actividades citadas tivérom grande êxito tanto pola participaçom entusiasta dos sócios como pola acolhida do público, ao que se

fijo chegar umha grande quantidade de informaçom sobre o reintegracionismo. Boa prova disto é que o número de membros da A.R.O. continua crescendo, e aumenta também o número das pessoas que simpatizam e colaboram. Considera também o Conselho Directivo que A.R.O., como a primeira associaçom reintegracionista de ámbito local que surgiu na Galiza, tem direito, com toda a humildade até, a propor-se como exemplo do que se pode fazer, mesmo desde a mais absoluta precariedade de meios, quando há vontade decidida de trabalhar polo nosso idioma. Convidamos às pessoas e grupos que podam fazê-lo a criar por toda a Galiza associaçons como a nossa, que sejam capazes de incorporar ao labor de normalizaçom lingüística um grande número de pessoas sem necessidade de que estas sejam lingüistas profissionais nem técnicos na matéria. Cremos que neste ámbito é necessário pôr um maior esforço com o fim de alargarmos o campo de trabalho e de que cada vez colaborem mais pessoas.

O Conselho Directivo da A.R.O. quer fazer público o seu agradecimento aos membros de AGAL que nos dêrom o seu apoio e a sua valiosa e desinteressada colaboraçom.

Conselho Directivo da A.R.O.

Ordes, 12 de Março de 1989



Acordo ortográfico para a lusofonia: Mais umha vez

A *Comissão para a integração da Língua da Galiza no Acordo da Ortografia Unificada,* que preside o Membro de Honra da A.GA.L., Excmº Sr. Dr. D. Ernesto Guerra da Cal, tivo conhecimento das «Bases» e documentos correlativos por que se reforma o *Acordo Ortográfico* de 1986, assinado no Rio de Janeiro o 12 de Maio polas Delegaçons e Observadores de todas as naçons e entidades internacionais interessadas na vertebraçom da Comunidade Lusófona Transcontinental. (Deste Acordo figera-se eco a *Comissom Lingüística* da A.GA.L. e emitira um «parecer» oficioso, recolhido no núm. 8 (Inverno de 1986) da revista *Agália,* pp. 457-461).

As «Bases» reformadas reintroduzem os acentos gráficos, mantenhem a supressom extensa dos grupos cultos e reformulam as regras para o emprego do hífen. Afora decisons pontuais, sempre nalgumha medida discutíveis, a citada *Comissão* especifica «que as propostas das 'Bases de 1988' da Academia das Ciencias permitem a unificação gráfica da nossa lingua numa só norma padrão e reforçam a sua unidade estrutural, atendendo tanto à história, quanto aos estados atuais da lingua, evitando assim a sua desagregação». Esse é o sentido fundamental do «Parecer» enviado à Academia das Ciências de Lisboa pola antedita Comissom o 30 de Janeiro de 1989.

SOCIALIZAÇOM DO REINTEGRACIONISMO

Apesar dos atrancos administrativos, continuamos os «lusistas» a progredir (som os outros os que persistem em recuar...). Comprove-se:

No futebol:

No humor:

Na Administraçom Local:

Concelho de S. Cristovo de Cea (Ourense)

E D I T A L

Dando cumprimento ao disposto no art. 42 b) da Lei 11/1985, de adaptaçom da do Solo à Galiza, polo presente fai-se público que este Concelho tramita expediente para a seguinte autorizaçom:

Construcçom de local para forno, nas proximidades de Cea, no ponto conhecido como "O lameiro de Arriba", kilómetro 28,9 da estrada OR-204, solicado por Dª Maria Jesus Rodriguez Sarmiento e Dª Josefa Barrosa Pérez.

Este expediente poderá ser objecto de exame no escritório municipal durante o plazo de quinze dias a contar da inserçom do presente anúncio no diario **La Región**

Em Cea, a 22 de fevreiro de 1989
O ALCALDE,

Nos negócios:

«Este país está cada día más desvertebrado, roto, sin valores comunes, sin unas élites que lo articulen y dirijan, pues son de una ineptitud pavorosa»

Adolfo Domínguez, un lusista votante del PSOE que cree que la etiqueta «moda de Galicia» es un anacronismo

Orense (Redacción, por Pepe Seoane). Adolfo Domínguez nació en Trives, en 1950. Está casado y tiene tres hijas: Adriana, Andrea y Tiziana. Es, hoy por hoy, el diseñador de moda que más pesa en España, aunque su apariencia física no sea, precisamente, la de un peso pesado. Tras varios años de silencio, ha vuelto a hablar. No cree que la etiqueta Moda de Galicia tenga el más mínimo futuro, se manifiesta especialmente crítico con «la derecha» y dice ser, en el plano estrictamente lingüístico, lusista. «¿Qué se puede ser, si no? La única posibilidad de supervivencia del gallego es su identificación con el portugués, que es el mismo idioma, pero evolucionado. A los no lusistas, una postura provinciana y poco lúcida, los barrerá el tiempo». Sin necesidad de que se le pregunte por ello, matiza inmediatamente que su identificación con los lusistas se limita al plano lingüístico. De la misma forma, dice que Felipe González es el político más lúcido de España y, en otro plano, que Gómez Franqueira fue el único líder con categoría que ha producido la derecha orensana.

O GALEGO, «ASIGNATURA» PENDENTE NA JUSTIÇA

Nos começos do mês de Fevereiro apareceram, mais umha vez, referências à normalizaçom lingüística, ainda pendente, nos ámbitos judiciários. O dia 5 deste mês a imprensa publicava umhas declaraçons do Magistrado Sr. de la Huerga Fidalgo, nado na província de León: «Sempre permitim que se declarasse na própria língua. O autêntico muro é a escrita. Há um par de anos ditei umha sentença *publicada no núm. 7 (Outono de 1986)* de AGÁLIA, *pp. 351-4)* neste idioma. A atitude da Audiência nom foi virulenta nem muito menos. Ninguém dixo nada; em todo o caso, forom os comentários próprios da novidade». E continua explicando o jornalista: «Coincidiu com outra em que foi ponente Claudio Movilla *(actual presidente da Audiência de Sevilha)* que emitiu o seu falho em galego normativo (?). De la Huerga fijo-o em reintegrado *(galaico-português)*. «A Sala aceitou que se figesse assim. A Audiência deu, inclusivamente neste caso, liberdade de actuaçom.

La próxima edición del Código Penal en este idioma, empleado sólo en media docena de sentencias, síntoma del lento camino de la normalización lingüística

Gallego, asignatura pendiente en la Justicia

La Coruña (Redacción, por Maria do Carme Cotelo). La lengua gallega vive en la actualidad una situación plena de anormalidades. Mientras para la mayoría de los ciudadanos de este país es el idioma corriente de expresión, en ciertos ámbitos sociales sufre una veda indefinida que lentamente se va venciendo. Una de las parcelas en las que más claramente se percibe es la Administración de Justicia, a pesar de que no faltan leyes que protejan este derecho. Pero, según franca confesión de un magistrado, «se se cumplira, dábame cun canto nos dentes». De todas formas, recogiendo el sentir de varios jueces, en estos momentos la situación es moderadamente optimista ya que, por lo menos, la andadura ha comenzado: media docena de sentencias dictadas en gallego, la próxima salida del Código Penal en este idioma y la posible creación de un gabinete de traducciones en la Audiencia Territorial son factores que avalan esta opinión. Afirman con convencimiento que la actitud del colectivo judicial no es el rechazo al gallego; en todo caso, hay una inercia generada por la comodidad a adaptarse a nuevas fórmulas. Las posturas abiertamente enfrentadas no pasan de dos o tres en toda Galicia.

La justicia en Galicia se administra en castellano

El presidente de la Audiencia Territorial alega que no tienen traductores

■ DdG / A Coruña

La justicia en Galicia se administra en castellano. Es igual que el juicio reúna a filólogos latinos, ultraderechistas o labregos que jamás practicaron la gramática del imperio. Delante del juez hay que hablar como Dios mandaba hace años, en el mismo español rancio que sigue usándose para redactar las sentencias. Ningún documento nacido en las audiencias gallegas va escrito en el que debiera ser su idioma natural. En realidad, es cuestión de pura ignorancia. El presidente de la Audiencia Territorial de Galicia, José Cora Rodríguez, ilustró perfectamente la situación: "Si no escribimos los documentos en gallego, es porque aquí no contamos con un equipo de traductores".

Hasta ahora no ha habido ningún tipo de comunicación oficial entre la Xunta y las audiencias gallegas en este sentido. En opinión de José Cora, la iniciativa debe partir del Gobierno gallego, que todavía no ha remitido ninguna 'recomendación' a los titulares de los juzgados.

La opinión del primer juez de Galicia no es del todo compartida por el director xeral de Política Lingüística, Adolfo de Abel Vilela: "Iso é un dicir. A normalización é cousa de todos e as iniciativas tamén deberían partir deles". Sin embargo, el propio Abel Vilela reconoció que la lentitud con que el idioma gallego va infiltrándose en la administración de justicia es la normal en estos casos: "Non lle debe extrañar a ninguén porque estas cousas non se fan en dous días".

De la misma opinión es José Luis Meilán Gil, catedrático de Derecho Administrativo y exprolítico de centro, que definió como "una operación de tiempo" el acercamiento del gallego a las salas de justicia. "Creo muy poco en las normalizaciones por decreto", dijo Meilán, "pero tampoco creo que exista una determinada postura en contra de la utilización del idioma gallego".

El abogado coruñés publicó hace dos meses cuatrocientas páginas bajo el título 'Dereito estatutario galego'.

El ritmo es lento, pero poco a poco va dando muestras de seguridad. El próximo otoño, las librerías pondrán a la venta las primeras traducciones al gallego de los códigos civil y penal, una medida "fundamentalísima", en palabras de Abel Vilela. Actualmen-

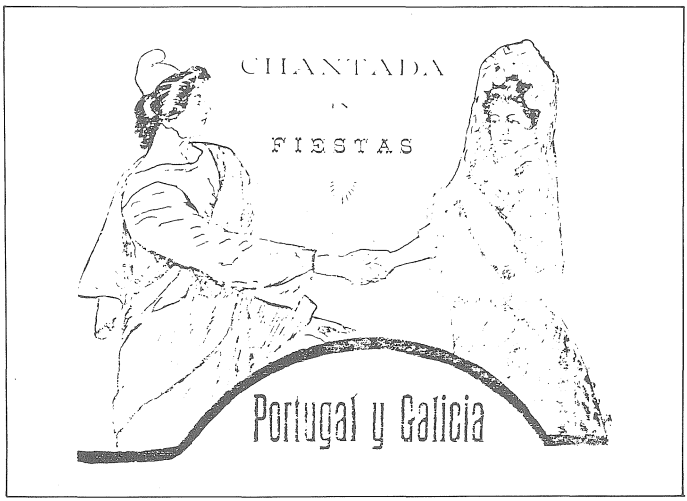
O «BILINGÜISMO» TAMBÉM NA U.R.S.S.

A Prof.ª Helena Mikhailovna, da Universidade de Leninegrado, convidada polo Departamento de Filologia Galega, explicou numha das suas intervençons públicas «o estado actual da situaçom lingüística da Uniom Soviética —onde coexistem quatrocentas línguas diferentes— e mais a problemática particular das Repúblicas bálticas e caucásicas *(em que se estám a padecer os denominados pola imprensa espanhola «conflitos nacionalistas»).*

«Segundo expujo a especialista soviética, a teoria mais defendida na actualidade naquele Estado (URSS) é a defesa de um 'bilingüismo bilateral', mantendo-se o ruso como idioma nacional e fortalecendo-se todas as outras línguas das diferentes Repúblicas. Neste ponto, Helena Mikhailovna lembrou a existência de territórios em que chegam a conviver quatro ou mais línguas, o que exige que as diferentes problemáticas sejam atendidas de maneira individual e com base no conhecimento exacto e científico das particularidades de cada área».

Recolhemos da imprensa diária. Nom pudemos recolher informaçom pontual sobre o moldávio, por exemplo, ou sobre a rusificaçom progressiva da sociedade soviética em todo o território da URSS: a imprensa diária nom dizia nada destes «episódios»... Nom «soa» a exposiçom da professora a cançom já sabida?

Em pleno coraçom da Galiza, no primeiro terço do século, com o ensejo da visita à vila de umha banda de música lusitana, aparecia no programa das festas locais a ilustraçom que se reproduz.



Ela, com o seu grafismo, reflecte, melhor que muitas expressons literárias, a visom que um galego —a autovisom da maioria dos galegos?— tinha do seu país em relaçom com o irmao.

Duas mulheres a darem-se a mao: —«Región gallega» colonizada, sem nada que a identifique como galega!— com cursis acenos espanholeiros, a luzir a clássica «mantilla»: a outra, toda umha Dona República Portuguesa, barrete frígio incluído, e atitude bem mais digna.

E ainda é de agradecer que, de fronte ao folclorismo alheio da «Galicia» —GAL. y CIA, que poderia sugerir um humorista— nom se apresente um Portugal «portuxés» e miserável como o vem tantos «ignorantes, imbecis e obscuros» indígenas desta banda da raia!

SOBRE OS IRMANDINOS

O 8 de Janeiro deste ano, em *El Correo Gallego,* publicava-se um artigo sobre o tema, da autoria de David González Castro. Nele diz-se: «No ano 1474, ao produzir-se a morte de Henrique IV, depois de vários intentos sobre os possíveis sucessores no reinado, proclamou-se herdeira a irmá dona Isabel, casada com dom Fernando de Aragom. Entrementres, o arcebispo de Santiago, dom Alonso de Fonseca, e o conde de Monterrei pretendêrom anexionar o reino de Galiza ao de Portugal. Mas os Reis Católicos, ao conhecerem tam disparatado propósito, embora a sua actividade nom lhes permitia acudir a todas as partes de vez, designárom dous magistrados de grande zelo na justiça, dom Fernando Acuña, filho do conde de Buendía, como viçorrei com plenos poderes, e o lincenciado dom Garci-López de Chinchilla, como corregidor».

Sem comentários.

IN MEMORIAM

Na morte de Rodrigues Lapa

José-Martinho MONTERO SANTALHA

No 28 de Março do presente ano de 1989 faleceu em Anadia o professor Rodrigues Lapa, a quem tanto deve a Galiza. Apresentamos aqui, em homenagem de urgência, um sucinto escorço bio-bibliográfico, restringido àqueles aspectos que fazem mais directamente referência à Galiza e às relaçons lingüístico-literárias galego-portuguesas (1).

Manuel Rodrigues Lapa nasceu na vila beiroa de Anadia, no distrito de Aveiro, o dia 22 de Abril de 1897.

A publicaçom em 1930 da sua tese de doutoramento *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média,* que ia tornar-se umha obra clássica e fundamental sobre o nosso lirismo medieval, ganharia para o seu autor um precoz prestígio de mestre sobre antiga língua e literatura galego-portuguesa.

O estudo das origens da nossa poesia medieval conduziu-no naturalmente a descobrir este pequeno país de língua portuguesa que é a Galiza, cujo desconhecimento em Portugal ele tantas vezes lamentou e procurou corrigir. Desde entom a Galiza ia arreigar tam profundamente no seu coraçom que já nunca na sua longa vida deixaria de estar presente na sua obra e nas suas actividades, como umha espécie de necessidade interior mas também por um sentido de dever moral, segundo o seu próprio testemunho. Até, por ter nascido uns 25 quilómetros ao norte do rio Mondego, limite meridional da antiga Gallaecia, Lapa sentirá orgulho em declarar-se galego.

---

(1) Quem desejar conhecer mais profundamente estes e outros aspectos da biografia de Lapa pode consultar os seguintes trabalhos nossos: «Os 80 anos de Rodrigues Lapa», em: *Teima* (Santiago de Compostela), núm. 24 (26 de Maio / 2 de Junho de 1977), pp. 30-31; «Rodrigues Lapa, mestre de galeguidade», em: *La Región* (Ourense), 14 de Maio de 1983, pág. 3; «Rodrigues Lapa e a Galiza (Crónica de um longo amor)» em: VÁRIOS, *Colectánea de Estudos em Homenagem a Rodrigues Lapa,* Anadia 1984, pp. 77-93 (com ulterior bibliografia); «RODRIGUES LAPA, Manuel», em: *Gran Enciclopedia Gallega* (Santiago-Gijón), tomo 27; («Río» - «Santa»), s.d. (1985), pp. 39-40 (com breve nota bibliográfica final); «Rodrigues Lapa, um galego de Anadia», em: *A Nosa Terra* (Vigo), núm. 381 (6 de Abril de 1989), pp. 16-17 (com falta de várias linhas, completadas na rectificaçom publicada no número seguinte; núm. 382 (13 de Abril de 1989), pág. 17); «Rodrigues Lapa: In Memoriam», em: *Nós: Revista internacional galaicoportuguesa de cultura, Revista da Lusofonia* (Pontevedra/Braga), núms. 13-18 (Janeiro-Dezembro 1989), pp. 529-534. Para determinados capítulos da biografia de Lapa é fundamental o seu livro *As minhas razoes: «Memórias de um idealista que quiso indireitar o mundo...»,* Coimbra Editora, Coimbra 1983, colectánea de artigos de índole auto-biográfica.

Também em 1930 aparece o seu opúsculo *Os vilancicos: o vilancico galego nos séculos XVII e XVIII,* onde saca à luz 20 vilancicos postos em boca de personagens galegas, que foram cantados em Portugal entre 1640 e 1705 e se conservam em arquivos portugueses.

Em Agosto de 1932 realiza a sua primeira viagem à Galiza com ocasiom de celebrar-se em Lugo umha homenagem a Castelao, de cuja figura ficará cativado. Das suas vivências nesta viagem deixou Lapa um emotivo relato na revista *Seara Nova* (núm. 309), logo reproduzido em *Nós* (núm. 105, Setembro de 1932).

Em 1934 publica outra obra clássica: as *Lições de Literatura Portuguesa: Época Medieval,* reeditada depois ininterruptamente (10.ª ediçom em 1981).

Em 1935 coordina um número especial de *Seara Nova* (núm. 425) dedicado ao poeta galego Eduardo Pondal no centenário do seu nascimento, com colaboraçons de escritores galegos. Anos mais tarde, em Fevereiro de 1951, será Castelao o objecto de homenagem num quádruplo número especial da mesma revista (núms. 1204-1207), em que se inclui umha estensa antologia do escritor e debuxante galego falecido. (Por sinal, Castelao cita as investigaçons medievalistas de Lapa na sua conhecida obra *Sempre em Galiza).*

Em Abril de 1964 imparte em Santiago um breve curso sobre o trovador Dom Lopo Lias. Com esta ocasiom, a revista *Grial* —na qual havia de colaborar repetidamente— dedicou-lhe o seu número 4 (Abril-Junho de 1964).

Em 1965 a Editorial Galaxia, de Vigo, publica umha obra de envergadura de Lapa: a ediçom crítica das *Cantigas d' escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses,* obra monumental que o autor abre com umha carinhosa dedicatória à Galiza. em 1970 será necessária já umha segunda ediçom, corrigida e aumentada.

Em 1971 Lapa participa na organizaçom de umha Semana Cultural Galego-Portuguesa em Coimbra, na qual pronuncia umha conferência sobre *A Galiza, o Galego e Portugal.*

Na sua *Estilística da língua portuguesa* inclui a partir da sétima ediçom (1973) exemplos literários de autores galegos, que irám aumentando nas ediçons sucessivas.

O ano 1973 ia resultar decisivo nas relaçons de Lapa com o galeguismo. No número 13 da revista lisboeta *Colóquio/Letras* publica o seu artigo «A recuperação literária do galego», que *Grial* reproduziria pouco depois (núm. 41). Lapa defronta aqui com franqueza a situaçom lingüística da Galiza embocando o último quartel do século; e conclui que o idioma da Galiza nom poderá sobreviver isolado da sua área natural e originária, ou, noutras palavras, da sua seiva vital, que é hoje o português culto.

Como o mesmo autor esperava já, este artigo provocou entre a intelectualidade galega reacçons diversas. Umha parte (em geral, o grupo de Galaxia, liderado especialmente por Ramom Pinheiro, mas com excepçons tam qualificadas como Carvalho Calero e Valentim Paz Andrade) entendeu que a proposta de Lapa era como umha tentativa de «anexionismo» lingüístico; assim, o citado Ramom Pinheiro (que escreveu umha réplica ao artigo de Lapa no seguinte número da mesma revista *Grial,* núm 42) e, mais matizadamente, Álvaro Cunqueiro e Otero Pedraio, estes seguramente mais arrastados polo grupo dominante do que convencidos nessa atitude. Outra parte do galeguismo (na qual devemos destacar, além dos citados Carvalho Calero e Paz Andrade a Ernesto Guerra da Cal e a Genaro Marinhas) achou substancialmente correctas as apreciaçons de Lapa (fora talvez dalguns aspectos de secundária importância), por corresponderem tanto à melhor tradiçom galeguista (Murguia, Viqueira, Antom Vilar Ponte, Risco, Castelao) como à visom científica dos grandes mestres da Filologia Românica.

Realmente, nom eram propostas que Lapa enunciava por primeira vez; esta conclusom resultará obvia para quem examinar os seus abundantes escritos anteriores sobre a problemática galega. De resto, essas ideias de unidade lingüística galego-portuguesa que Lapa propunha eram, como fica dito, clássicas tanto do pensamento galeguista como da Filologia Românica desde havia mais de un século. Simplesmente, o seu artigo acertou a formular, num tom franco de sinceridade quase brutal, umha inquietude e umha aspiraçom difundidas já em diversos sectores da intelectualidade galega, sentimentos esses que a previsom de umha próxima mudança política com a agonia do regime franquista tornava cada dia mais prementes.

Para compreender a situaçom de fundo desta dupla reaccçom e do seu desenvolvimento posterior, cumpre ter em conta que desde uns anos antes existia em Santiago o Instituto da Língua Galega, cuja ideia difusamente inspiradora, sobre umha base explícita de investigaçom dialectológica, era a de fazer do «galego» umha língua própria da Galiza e, portanto, independente do português.

Entretanto, o labor «apostólico» de Lapa em prol da cultura galega nom se detém. Ainda no mesmo ano 1974 cuida a publicaçom na *Seara Nova,* que dirigia, do «Manifesto para a supervivência da cultura galega» elaborado por um grupo de galegos residentes em Roma.

Nos anos seguintes Lapa insistiu repetidamente sobre a sua proposta integradora em trabalhos diversos, alguns publicados em jornais da Galiza. Em 1979 vários dos seus estudos sobre o problema lingüístico da Galiza foram recolhidos num livro, intitulado *Estudos galego-portugueses: por umha Galiza renovada,* que constitui o primeiro volume da colecçom «Noroeste» da editora lisboeta Sa da Costa.

Em 1980 é convidado a participar num colóquio sobre a língua da Galiza, a celebrar na Universidade alemá de Tréveris; depois de aceitar o convite e de enviar um resumo do que seria a sua comunicaçom, ao comprovar finalmente que entre os participantes nom se incluía nenhum dos filólogos galegos defensores da unidade lingüística galego-portuguesa, renuncia a assistir, em parte porque o seu estado de saúde nom aconselhava grandes esforços mas sobretudo como protesto polo que considerava umha discriminaçom indigna de um acto científico. No mesmo resumo enviado, e depois publicado nas actas, nom deixa de censurar severamente o sectarismo anti-reintegracionista que começava a prevalecer no «galeguismo» oficial.

Em Junho de 1981 realizou a que seria a sua derradeira viagem à Galiza; acudiu a Santiago para intervir na apresentaçom pública de um livro de Carvalho Calero, *Problemas da língua galega,* segundo volume da citada colecçom «Noroeste».

A Associaçom Galega da Língua (AGAL), que em grande medida se sente devedora às suas ideias, nomeou-no membro de honra logo depois da sua fundaçom. No I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, que a AGAL organizou em Ourense em Setembro de 1984, Rodrigues Lapa foi um dos seis presidentes honorários (juntamente com Carvalho Calero, Guerra da Cal, Óscar Lopes, Leodegário de Azevedo Filho e Celso Cunha), e para o congresso, a que nom pôde assistir por motivos de saúde, enviou a sua comunicaçom sobre «Álvaro das Casas e a reintegração lingüística galego-portuguesa».

Também no II Congresso, celebrado na mesma cidade de Ourense três anos mais tarde, em Setembro de 1987, ostentou novamente a presidência de honra, embora desta vez a sua debilitada saúde nom lhe permitisse nem sequer elaborar umha comunicaçom.

A revista *Agália* reimprimiu três trabalhos seus: «Homenagem a Castelao» (núm. 1, primavera 1985, pp. 65-68), «Relações culturais entre Portugal e Espanha» (núm. 3, outono 1985, pág. 354), «Os vilancicos. A tradição do vilancico galego nos séculos XVII e XVIII» (núm. 11, outono 1987, pp. 351-363).

Quando faleceu, na madrugada do dia 28 de Março de 1989, estava próximo a cumprir os 92 anos.

A Associaçom Galega da Língua está a preparar um volume de homenagem ao distinto Professor, que nalgun modo, recupere e publicite o seu pensamento, aprofundando-o seriosamente.

MORREU AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA

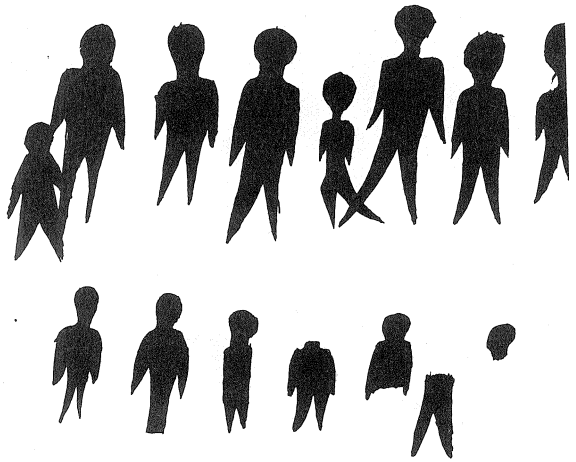
Alagoas, 1910 - Rio Janeiro, 1989. Apesar de se licenciar em Direito, preteriu a advocacia em favor da filologia. Entre nós é conhecido fundamentalmente como lexicógrafo, mais ainda, como autor do *Novo dicionário da língua portuguesa* (2.ª ediçom, 1986), O «Aurélio», e do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* 11.ª ed., 1983), acaso os dicionários «brasileiros» mais divulgados em Galiza, e cuja importáncia nem cumpre salientar-se, visto a americana ser umha das *vertentes* da *nossa* língua comum mais destinada a expandir-se. No entanto, Aurélio Buarque de Holanda deve ser também lembrado por obras como *Linguagem e estilo de Eça de Queirós* (1945), *O romance brasileiro* (1952), ou, de autoria compartilhada com Álvaro Lins, *Roteiro literário do Brasil e de Portugal* (1956).

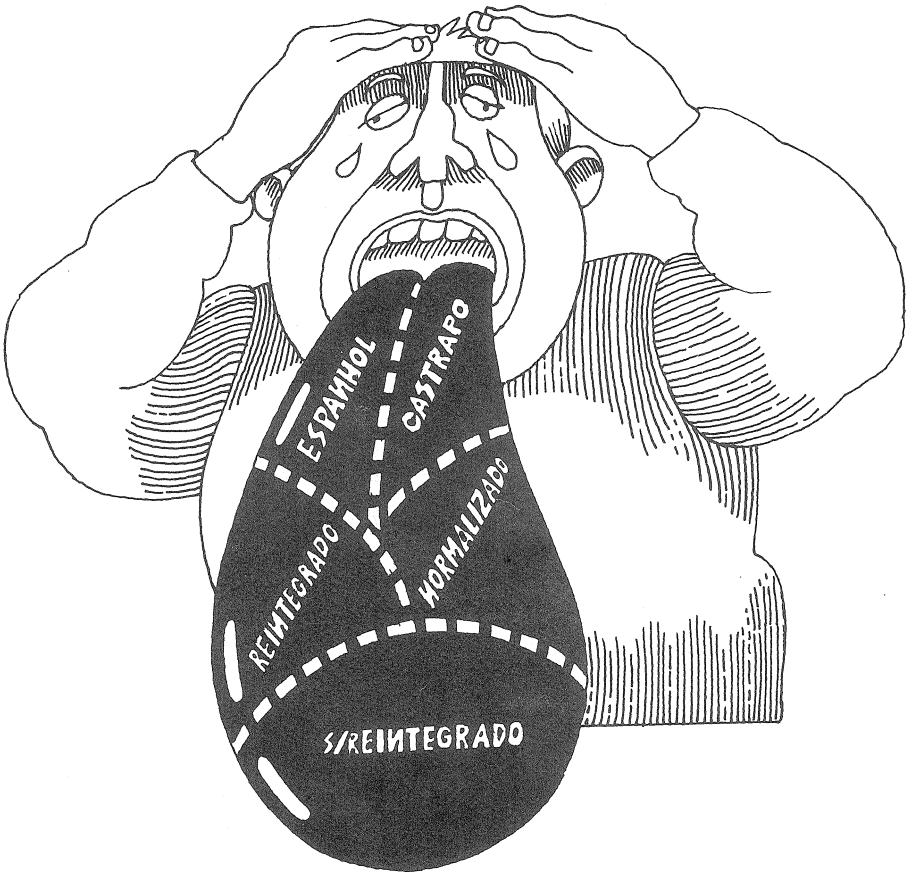
NA MORTE DE FERNANDO NAMORA

Morreu o 31 de Janeiro do presente ano Fernando Namora, um dos escritores mais representativos da literatura portuguesa, e da *nossa* língua, nesta segunda metade do século XX. Como sempre, os meios de difusom galegos nom apontarom, nem sequer minimamente, o facto, mau grado ter conferenciado na Galiza, mau grado o nome de Namora extravasar o espaço luso-brasileiro e ganhar autêntica repercussom internacional. Membro da Academia das Ciências de Lisboa e correspondente da Academia Brasileira de Letras, foi proposto pola primeira e polo PEN Clube em 1981 para o Prémio Nobel. As suas obras, com freqüentes adaptaçons ao cinema e à televisom, merecerom ser traduzidas para os idiomas da terra: espanhol *(Retalhos da vida de um médico,* em 1954, com prólogo de Gregorio Marañón), inglês, francês, italiano, russo, japonês..., sueco, finlandês, norueguês, polaco, holandês, búlgaro, checo, eslovaco, croata, ucraniano, lituano, estoniano..., catalám, mesmo esperanto. Namora foi, pois, um excelente embaixador das letras portuguesas, e um dos primeiros em conferir-lhes essa dimensom extra-fronteiras de que goza na actualidade.

Nascido nas proximidades de Coimbra (Condeixa) em 1919, e médico pola Universidade da Capital do Mondego em 1942, em Fernando Gonçalves Namora cumpre nom dissociar-se o home, de raizame campesino («Nasci camponês, camponês morrerei»), o médico, com longa experiência rural aliás (em povoaçons da Beira e do Alentejo), e o escritor, cujos temas, provenientes dessa dupla faceta, se orientam a um fim: a luita pola desalienaçom. Personalidade de acusado sentido ético, para quem «Todo o homem verdadeiro traz da juventude uma direcção. Depois, só lhe resta ter vergonha a manter-se-lhe fiel; ou, então, apodrecer«, Fernando Namora nom podia «apodrecer»; antes, a sua vida e obra foi, como aponta J. C. de Vasconcelos *(Jornal de Letras,* n.º 344), toda umha liçom de dignidade, e, decerto, de fraternidade.

A produçom de Namora, vasta e multifacetada, de romancista nomeadamente, mas também de novelista-contista, poeta, ensaísta..., nom poderá, assim mesmo, *apodrecer* (noutras acepçons) facilmente. Partindo do *presencismo* epocal, com *As sete partidas do mundo* (1938), e sobretodo com *Fogo na noite escura* (1942), que contribui, ao lado de outras iniciativas e autores, à afirmaçom do neo-realismo, neo-realista mesmo paradigmático ele próprio para alguns críticos, o autor de *O trigo e o joio* (1954), assumidas e integradas experiências do romance existencial *(O homem disfarçado,* 1957; *Domingo à tarde,* 1960) propujo-se levantar um quadro de meio século de vida portuguesa (última obra, *Jornal sem data,* 1988), rural e urbana, assim como, em crónicas romanceadas *(Diálogo em Setembro,* 1965; *Um sino na montanha,* 1968; *Os adoradores do sol,* 1971; *A nave de pedra,* 1975; *Cavalgada cinzenta,* 1977) desvendar problemáticas de outras terras e outros homes, aproximando-se das do seu próprio contexto. Afinal, nom tam diferentes, pois para o autor de *Rio triste* (1982) a alienaçom e a solidom ou solidade som, desgraçadamente, universais. E este universalismo humanista, atingido desde a própria raiz lusitana, é um dos alicerces em que se firma a permanência da obra de Namora. Umha obra, decerto, já clássica na literatura irmá.




ESPANHOL
CASTRAPO
REINTEGRADO
NORMALIZADO
S/REINTEGRADO

A ESCRITA DA HISTÓRIA. TEORIA E MÉTODOS*

Francisco COBO

Catedrático de História Medieval na Universidade Nova de Lisboa e presidente do Instituto Português de Arquivos, o Prof. Mattoso é velho conhecido no nosso país, onde participou noutrora nas «I Jornadas de Metodologia Aplicada das Ciências Históricas», a começos dos anos setenta, em Santiago. Pola sua actividade como medievalista, nalgumha ocasiom se tem mergulhado ainda no passado galego, bem que quase sempre com um tom marxista e só no que atinge ao esclarecimento das próprias raízes da história portuguesa.

No livro que apresentamos recolhem-se umha série de artigos e conferências que abrangem um período de elaboraçom desde o ano 1985 até 1988 e submetidos a um labor de reagrupamento temático que lhes outorgue coerência. Aparecem assi como umha obra escrita dirigida para o campo da teoria e a metologia da história.

É para o campo da teoria, precisamente, que redige a primeira parte do livro com o título de «A Escrita». Através da sua reflexom o prof. Mattoso monstra-se como um afervorado defensor da «Nova História» (p. 49), que decerto, é bem sabido, representa umha simples transfiguraçom da velha escola dos «Annales» e, portanto, de umha «história total», que tenta estabelecer umha completa relaçom entre todas as ciências humanas. Porém, a eiva maior desta escola é a falta de umha *teoria* do homem que legitime o seu esforço científico, que explique a realidade humana. Esta carência nom é assumida polo autor. Há, em troca, o que poderíamos denominar umha teoria da história como transcendência, encarregada de explicar o mundo —concebido como um caos—, de ordená-lo, nom menos que qualquer outra ciência:

> «A representação mental que conduz ao texto histórico resulta da apreensão da realidade como harmonia, e como harmonia dizível. Como se existisse um Verbo eterno, imanente na realidade, e que apenas espera ser reconhecido para se revelar através da nossa voz. Da comunhão com ele resultam todas as linguagens, tanto as poéticas como as científicas. Os textos que elas constroem são como que as diversas interpretações de uma mesma partitura» (p. 24).

Isto situa a história nos antípodas da ciência, para se converter num sistema de crenças, num fideísmo. Embora todo isto nom seja gratuíto e carente de intencionalidade. Como o prof. Fontana demonstrara, a escola dos «Annales», desde a morte de Bloch, tentaria reconstruir a história sobre alicerces pouco comprometidos para os poderes dominantes, de jeito que nom submetesse a juízo a ordem estabelecida. Eis que o prof. Mattoso nem tan sequer exprima a velha teoria do Agostinho de Hipona, com a sua ideia da luta das duas cidades, senom que se achega ao Bossuet: «Desde o mais alto dos ceus Deus leva as rédeas de todos os reinos».

Nom é de estranhar, portanto, que, ao se debruçar noutra parte do livro sobre os problemas de*Portugal e a Europa* (págs. 129-141), se venha a propor o cristianismo (e ainda a Igreja Católica) como o esteo sobre o que construir umha nova Europa; todo um novo programa de educaçom das consciências que nom poderíamos dizer que nunca fora provado no passado com resultados muito conhecidos, tanto mais surpreendentemente quando se querem fornecer tais remédios como antídoto frente à *concentraçom de poder* e ao *desenvolvimento incontrolado da ciência* (págs. 135-136), sem reparar em que ambas as cousas quiça tenham muito a ver no seu desenvolvimento histórico com o cristianismo como ideologia do homem europeu. Mas o pior é que há um apelo para o medo como fautor desta nova (?) ideologia: «...o consequente medo que o homem tem do seu próprio poder podem, então, contribuir para recuperar o referencial de base da civilização europeia...». Sem dúvida isto pode reconhecer-se como o medo à liberdade de que nos falara Fromm, algo já muito conhecido nas sociedades peninsulares, e sem ter em conta que é precisamente esse mesmo medo o que travou as sociedades do Ocidente na busca de umha sociedade evoluída que pudesse frear essa concentraçom de poder que o prof. Mattoso deixa de explicar.

Nos temas 11 e 12 da parte III aborda pontos que puderam ter interesse para nós os galegos. Trata-se de dous trabalhos sobre *História nacional e nacionalismo* e *A formação de uma identidade nacional.* Esse interesse logo se traduz em desilusom relativamente ao intento de resolver os nossos próprios problemas. O prof. Mattoso alinha-se com o grupo de estudiosos que identificam naçom e estado, identificaçom que nasce de alguns dos gestores da revoluçom francesa (v.g. Sieyès), quando ao tempo que os ideais da mesma se expandem, espalha-se o nacionalismo entre povos sem estado, até dar-se o paradoxo que a Polónia que nunca se pensara a ela própria como naçom, começara a fazê-lo justo quando perde o seu estado a fins do século XVIII. Porém, nas origens desta conceptualizaçom está implícito um tremendo erro de partida: a identificaçom do estado, que é a expressom do poder de umha classe, com a naçom, que nesse momento essa classe cria como umha ideologia que suprime idealmente os antagonismos de classes. De aí que o mesmo autor tenha dúvidas se nom há «um exercício abusivo ou totalitário do poder» para manter essa situaçom (p. 160), e isso num país em aparência tam coesionado culturalmente como o português. De aí também a impossibilidade de explicar o nosso mundo contemporáneo, ou o passado, com umhas bases de partida tam restringidas às que se quer dotar de validez universal, e que se utilizam para justificar a ordem estabelecida sem tratar de explicá-la: «A História é aquilo que o tempo nos impõe» (p. 166), mesmo se isto se fai inconscientemente ou nom, até poder chegar-se a falar da repugnáncia dos historiadores pola história nacional e pola história política por situar-se num terreno «demasiado sujeito às armadilhas da ideologia».

A chave das noces, de Xabier P. Docampo*

Por Vicente MONTENEGRO

No objectivo sempre difícil, por vezes apaixonante, de irmos constituindo umha criaçom própria, sem mais dependências que aquelas de que nos queiramos dotar e das que venhem determinadas polo espaço cultural em que nos inserimos, é boa causa de satisfa-

* Via Láctea, Narrativa, A Corunha, 1987, 136 pp.

çom que apareçam romances como o presente; e isto nom por seguir esse critério, utilizado com freqüência, que pretende ver coberta a nossa História Literária de todos os géneros, temas e motivos que outros países produziram e produzem, por entender que assi e só assi esta se dignifica; tal crença, que ratifica a dependência referida, esquece que a principal responsabilidade da obra literária se situa, é a nossa consideraçom, nas relaçons do autor com a sua realidade e as mediaçons que pretenda estabelecer com o seu potencial público. Eis onde tem lugar a nossa saudaçom a *A chave das noces,* romance policíaco com aspectos interessantes; nom por apresentar inovaçons extraordinárias ou por dispor de um acabamento perfeito, mas por responder de seu a um horizonte de leitores com escassas oportunidades de desfrutar no seu idioma de um tema como o que nos ocupa.

E o romance nom é de leitura difícil ou pesada. Tem um ritmo ben construído, onde a distribuiçom e interrelaçom dos episódios está trabalhada, com umha boa dosificaçom do mistério, aliás nom mui abundante, e acertada articulaçom do caso principal que o protagonista tenta resolver. Observa-se porém, algum erro no manejo de perspectivas, (Cfr. pág. 75), sem grande relevância. Textos de cançons que este escuta, de Mick Jagger e Leonard Cohen, (música possivelmente nom mui de acordo com o 'decoro poético' num detective moço), e que vam sendo citadas ao longo da obra, relacionadas com o desenvolvimento das circunstáncias, sustentam esse ritmo, e mesmo lhe conferem certo carácter de incógnita, especialmente para um leitor nom mui instruído na língua inglesa, caso de quem isto escreve.

Manqueja o romance de excessivos lugares comuns, justificáveis, nom por beneplácito, mas polo facto de ser autor novel, e nom dispor tampouco de tradiçom própria que o sustente e informe; nom obstante som criticáveis episódios topicamente sentimentais e de escasso suspense, como a apariçom do cadáver de Henrique, um rapaz que Mauro, o detective protagonista, conhece na rua e que será o ponto de partida da trama; ou a história de amor deste com a sua companheira Inés, cujo desenvolvimento se ajusta ao igualmente tópico noutras literaturas e meios.

Nom escapam da mesma maneira as diferentes personages a estes moldes, o que tem vantages na recepçom, mas das quais o romance se ressente, podendo suscitar em algum leitor umha certa sensaçom de inverosimilhança. Possivelmente seja Mauro, para quem o narrador logicamente reserva atençom preferente, o carácter mais perfilado, e onde a introspecçom narrativa revela maior rendimento. Nom esquece nele o autor os 'pequenos detalhes', a sua sagacidade, a valentia, a dúvida ou o fastio; através dele exerce aquele a sua crítica da sociedade que pretende configurar, com referente, nom expresso, em algumha cidade portuária galega.

Devemos fazer referência à língua, reflexom triste mas necessária enquanto persista a situaçom que vivemos; e devemos louvar o cuidado observado por Xabier P. Docampo, e o seu bom uso; hai certas imprecisons léxicas ou escolhas discutíveis como o leitor verificará; mas comprovará de jeito parelho a tentativa em muitas ocasions conseguida de fixar a língua com rigor e altura; as transcriçons da variante portuguesa ou do inglês apresentam porém bastantes gralhas.

Renovamos pois a saudaçom a *A chave das noces,* romance para os amantes do género, seguramente muitos, no público juvenil em especial, e tamém para aqueles menos interessados, mas com o desejo de conhecer o estado da nossa produçom literária e o seu caminho de consolidaçom.

Val de Ramirás, de Anxo Angueira Viturro*

Vicente MONTENEGRO

Bem poderíamos definir o presente poemário, accésit do VIII Prémio Esquio de Poesia, como umha cançom da e à Natureza, 'locus amoenus' onde se projectam os sentimentos e vivências do seu jovem autor; cançom que com o suporte da tradiçom medieval manifesta ao tempo umha pretensom de originalidade muitas vezes conseguida. Hai em *Val de Ramirás* ritmo e rima que prende no leitor, fácil e ágil, poesia para ser cantada, poesia que reclama o adjectivo 'singela', quando o simples ganha categoria de arte. Complementa-se em ocasions o antedito com umha maneira acertada de contar, umha espécie de 'fabula ex poesia' que atrai, e que lembra poetas como o próprio Celso Emílio, por exemplo em «Ave nocturna».

Hai equilíbrio na obra; nom um equilíbrio entendido como compensaçom, mas umha expressom directa e sem excessos desnecessários; devemos criticar porém algumhas reiteraçons e interrogaçons retóricas que 'desnaturam' a autenticidade inequívoca que o autor possui; e acontece isto em poemas onde Angueira revela poderosas images, tam sugestivas que nos induzem a pensar que sobeja algum verso, («Agua de Trevón» e característico do comentado). Tem este feito um grande interesse na nossa opiniom; porque um poeta trabalhar com mestria a palavra e depois explicá-la, por temor a nom ser entendido, parecenos um sintoma gratificante; reafirma-nos na crença de que se apresenta um bom poeta, que, com o lógico esforço que toda arte demanda, pode conseguir a construçom justa e, daí, perfeita; no poema dedicado a Eusébio Lourenzo temos evidências que verificam a qualidade comunicativa do premiado: «verás con transparéncia as nosas barcas / ancoraren na sombra que deixaste /». Angueira tem beleza e autenticidade na palavra.

De poesia certa, autêntica, califica Manuel Forcadela a obra no magnífico prólogo que a acompanha; nom temos nós a menor dúvida. Esta 'poesia da natureza' amplifica-se, irradia e absorve os motivos que dam razom à expressom, que a solicitam. O tema da paisage nom se esgota em si mesmo, nom produz no autor a mera ensonhaçom; está presente o canto solidário (em «Casas», p.ex., com um certo tom decimonónico): a vivência do tempo; a elegia polo amigo desaparecido; a nostalgia o amor; todo, como antes indicávamos, projectado, inserido no meio natural de Angueira; e atravessam estes temas um longo caminho de tradiçom e intertextualidade, como com acerto sublinha Forcadela no prólogo de que fazíamos mençom. É curioso neste sentido o poema «Aqui», subintitulado 'Resposta que Hossain delega nun aprendiz de aluno', clara alusom a um poema de *A Caneiro Cheo,* de Luís G. Tosar, ganhador do último Esquio; encontrará o leitor que nom falta na poesia actual quem conteste efectivamente certas tendências, que nom estamos carentes de ironia necessária; (qual será, perguntamo-nos quase retoricamente, a 'acepçom' de versos como 'aqui tosar non quero'...?).

Nom está Angueira Viturro por umha poesia que cai no ruralismo ou no lirismo vácuos; opta por falar de si, que por extensom de círculos concêntricos na identificaçom de quem lê com o escrito, é igualmente falar de nós, galegos. A questom da vacuidade, do alheamento, digamo-lo mais umha vez, à custa de ser óbvios de mais, nom remete ao tema, mas

---

* Colecçom Esquio. Ferrol, 1989, pp. ??

ao seu tratamento. O autor mostra neste *Val de Ramirás* que dispom da força e consciência precisas para 'mallar habilmente na palavra'; agradecemos-lhe que reitere, através da sua criaçom, que a nossa História Literária nom é relíquia de um passado que só serve para recorrências retóricas. Angueira parece possuir a autenticidade, o compromisso e o trabalho paciente que conduz à grande poesia que dele se pode esperar.

Bibliografia de Lingüística Portuguesa*

Por Rui de VILAMOR

O trabalho realizado polo Núcleo de Estudos de Lingüística Contrastiva da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa é oportuno, e sempre necessário. Como se adverte na «Introdução», a *Bibliografia* tem umha finalidade prática; daí que, visando a facilidade de consulta, se tenha obviado umha excessiva pormenorizaçom na catalogaçom. Quanto a isto, «considerou-se como ponto de partida os diferentes ramos da Lingüística (Lingüística Geral, Lingüística Histórica, Lingüística Românica, Sociolingüística, Psicolingüística, Gramáticas, etc.) e os diferentes níveis de análise (Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, etc.)». Cada título registado figura numha única entrada, remetendo-se no fim de cada alínea a outras afins para fazer justiça ao carácter polivalente de certas obras. Inserem-se ainda «trabalhos que se situam na charneira da Lingüística com a Literatura como é o caso dos que se ocupam de Estilística e da Filologia», faltando livros didácticos de português (tanto língua materna quanto estrangeira). Indica-se a data da primeira ediçom, se possível, e as datas das ediçons subseqüentes. Para a recolha bibliográfica, seriam-se mais de 200 publicaçons periódicas, entre as quais nom se encontra, infelizmente, *Agália.* Também nom se aproveitam as *Actas* do *I Congresso da Língua Galaico-Portuguesa na Galiza (Ourense, 1984),* o que se deve, con certeza, a desconhecimento, porque a equipa autoral, com critério que aplaudimos, e que tem precedentes já nas Universidades lisboetas[1], inclui dentro da Lingüística Portuguesa (ou Galego-Portuguesa, rubricas à margem) os estudos efectuados, na Galiza ou noutra parte, sobre a modalidade galega do idioma comum, e assim figuram, v.gr., trabalhos como o do Prof. Carvalho Calero, *Gramática elemental del gallego común,* (1966), do Prof. García Gondar, *O infinitivo conjugado em galego* (1978), de R. Lorenzo, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português* (1968), da Prof.ª Vásquez C., «Situação e perspectivas do galego na Galiza» (1983) e de N. Ares V., «Tradiciones de Santa Eulalia de Bóveda-Lugo» (1970).

A *Bibliografia de Lingüística Portuguesa* supom, como antecipam os autores, *um marco num constante começar.* E assim é, com efeito. Há falhas que haverá que corrigir, v.gr., a citada obra de R. Lorenzo aparece incluída em dous parágrafos (pp. 32 e 140), contra o critério que se estabelece na introduçom, ou na p. 33, onde nom se insere a editora (Presença), número de ediçons (3 polo menos) e datas (1.ª 1952, 2.ª 1977), do *Manual de Filologia Portuguesa* de Serafim da Silva Neto. Nom obstante, é na parte galega que a obra é manifestamente insuficiente, em tal grau que nom tem sentido apontar as lacunas. Esperemos que se remediem, estas e outras, em posteriores ediçons, indubitavelmente próximas, como o trabalho decerto merece.

---

* Litoral Edições, Lisboa (1987). 147 pp.

(1) Assim, por exemplo, a *Bibliografia Dialectal Galego-Portuguesa,* elaborada, em 1976, polo Centro de Lingüística das Universidades de Lisboa; vol. 3 das «Publicações do Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal *e da Galiza*» (itálico nosso).

Publicaçons recebidas e de interesse

AJA, Boletim da Associação José Afoso, núm. 3 (Janeiro-Fevereiro-Março de 1989). Inclui um trabalhinho de G. Luca de Tena, «Resistir de poeta en poeta», e umha entrevista concedida por Zeca em Março de 1985, «Quanto mais pessimista é a visão que eu tenho do mundo, das coisas, mais vontade tenho de me envolver nelas». Pode solicitar-se ao Aptdo. 237. *2000 Setúbal* (Portugal).

Vicent Bello, *La pesta blava,* Eds. 3 i 4, València, 1988. Lúcida análise crítica da terceira via proposta no País Valenciano, de proveitosa leitura para os interessados polo que acontece na Galiza: as circunstâncias, sendo diferentes, parecem-se muito.

A. Vicente Campinas, *Ciladas de amor e raiva,* ediçom do autor, Lousã, 1987. Poemário dividido em duas partes (I. «Jogos na sombra imperfeita»; II. «Caminhos por recorrer»), do autor de *Fronteiriços.* Esperançador.

Contact Bulletin, do «Buereau Européen pour les langues moins répandues», Vol. 5, núm. 3 (Inverno 1988-1989) fai umha referência ao Colóquio EMU (Riis, Frísia) sobre o ensino de línguas «moins répandues» na primária assim como reproduz a declaraçom emitida.

Iskreiro, publicaçom independentista, núm. 4 (Março de 1989). Vale salientar o trabalho de Ivaro J. Vidal Boução, intitulado «De que concórdia falais?», de grande actualidade e digno de continuar um debate aprofundado.

John Earl Joseph, *Eloquence and power. The Rise of language Standards and Standard Languages,* Frances Pinter, London, 1987. A respeito do galego, o autor diz: «Galician is also the vehicle of a considerable literature; in fact, the early phases of its Ausbau are shared with Portuguese. But only regional chauvinists would of the 'Galician language'. In common parlance, Galician is a Spanish dialect, and not for lack of Abstand or Ausbau, but because of political dominion» (p. 3).

José do Carmo Francisco, *Jogos olímpicos,* Espiral/Poesia, 1988. Distribuido em «Dez poemas pessoais» e «Outros poemas», o poemário *liriza* o desporto, mais bem os desportos. Delicioso.

Maria Natália Miranda, *Uma rosa em cada gesto,* Espiral/Poesia, 1988. A autora, além de poeta, tem obras didácticas e de literatura infanto-juvenil. O poemário, bem ilustrado, é umha reflexom delicada sobre as vivências mais íntimas do ser humano.

Toni Mollà - Amadeu Viana, *Curs de Sociolingüística, 2.,* Eds. Bromera, Alzira, 1989. Continua o temário, iniciado no vol. 1, com os seguintes apartados: A comunidade lingüística, Sistemas de memória social, Regras e significados, As leis das línguas e Introduçom aos processos de cámbio sociolingüístico. Recomendável para entender a situaçom minorizada da Galiza.

A nosa Terra, em particular o núm. 372 (26 de Janeiro de 1989), em que se dá conta, mais umha vez, de umha nova chamada a um «consenso normativo do galego». Num *totum revolutum* (que beneficiará aos pescadores de sempre) aparecem consultados o Director Geral de Política Lingüística, que só diz verdades a médias, o director da editorial Galáxia, o presidente da *Mesa pola Normalización,* o secretário do ILG, etc. Também foi consultada a Presidenta da A.GA.L.; a Dra. Henríquez Salido dizia, entre outras razons: «O eixo fundamental para nós seria respeitar e ter presente a história do nosso idioma, a história inteira, pois é bem evidente que o galego nom nasce no XIX com Rosalia». Quando entenderá *a gente* que «la questione della lingua» sempre ultrapassou a grafia estrita e a gramática prescritiva, porque alicerça na concepçom prévia que se tenha sobre o Povo que há de usar a escrita e a gramática?

José R. Rodrigues Fernandez, *Luzia ou o canto das sereias,* Cadernos do Povo, 1989. O autor, depois de *O sereno* (1983), *Seguindo o caminho do vento* (1985) e *Contos de fada em do maior* (1987), publica este novo relato em que «mistura o real e imaginário de um país submetido em que o autor e os protagonistas pretendem fazer reflectir ao leitor sobre o necessário processo de libertação dem país nessas condições».

Amélia Vieira, *Poema,* Labirinto lírico, Barca Nova Ed., Lisboa, 1988. Reflexom poética em prosa sobre o ser e a vida do mundo.

«O traço de uniom entre o verbo e o pronome»

Meus amigos integracionistas (incluidos os lusófonos):

Acabo de ler um trabalhinho sobre o assunto enunciado no encabeçamento e vejo-me na obriga de vos escrever para comentá-lo.

O autor desse artigo redigiu-no decerto com o intuito de justificar a doutrina das *Normas ILG (RAG),* que a «Xunta» de Alianza Popular «oficializou» (sem as declarar oficiais) polo *Decreto Filgueira* em Novembro de 1982, publicado em Abril de 1983; nom obstante, pretende amostrar imparcialidade e mesmo «cientificidade», apesar de cair nas simplificaçons habituais dos adictos ao «oficialismo». Vale a pena, portanto, declarar quer a ideologia latente, quer os propósitos objectiváveis.

Esse autor, sem dúvida de boa fé, proclama no corpo do artigo que a Galiza é «nación» *[sic];* mas o só facto de bradar arreu 'Galicia, nación!, Galicia, nación!' *[sic]* nom constitui garantia de nacionalismo. Cumpre, porém, fornecer aos futuros cidadaos da futura entidade nacional galega um instrumento eficaz para conseguirmos a verificaçom nacional da Galiza. Refiro-me aqui ao *instrumento* lingüístico que, devendo ser *eficaz,* tem de ser também simbolicamente *identificador.* Os «oficialistas» acostumam preterir tais funcionalidades; neste aspecto o autor preenche generosametne os requisitos caracterizadores do «oficialismo».

Com efeito, nesse trabalhinho X. H. Costas González «razoa» obediente aos pressupostos que as Instituiçons académicas espanholas «legitimam» como científicos para o galego, ainda que nom sejam válidos para o castelhano, a sua *lingua nacional.* Podem reduzir-se a estes dous:

a) *A escrita ha de ser* fiel *à fala,* se bem nem este autor nem o «oficialismo» determinem ajeitadamente nem o grau nem as «razons» dessa fidelidade. Quiçá nesta indefiniçom radical estribe a «versatilidade» sucessiva das propostas oficializadas, mesmo depois de «oficializadas».

b) Porque *som fonicamente diversos até divergentes,* o galego e o português som línguas diversas, ainda que irmás.

Digo que esses pressupostos nom valem para o castelhano. Com efeito, apesar da diversidade fónica das falas, evidente e indiscutida, as Instituiçons espanholas sustentam o princípio da *unidade da língua* para além de territórios e divisons político-administrativas; nesse princípio justamente fundamentam a necessidade da *Ortografia unificada.* Por outro lado, baseando-se nessa *unidade lingüística necessária,* explicam e até «justificam» as impropriedades e desajustamentos da escrita comum em relaçom às divergentes falas do castelhano. Convém lembrar nesta altura que as Instituiçons espanholas, entre elas o ILG, a RAE, a RAG, a Universidade, quando dizem do castelhano, estám a dizer da sua *lingua nacional;* porém, quando dizem do galego, pontificam sobre umha língua, para eles, «autonómica» ou simplesmente «regional».

Portanto, desde os pressupostos acima enunciados cabe quer *argalhar* qualquer tipo de explicaçom, quer rejeitar, por «infiel» à fala, qualquer grafia, que admitir, por «fiel» à deri-

va do galego, qualquer escolha; e, ao dizer «qualquer», entendo qualquer, ainda as mais disparatadas. Por exemplo, quando o X. H. Costas afirma que a representaçom 'fan-no' ou 'visiten-na' «provocaría —provoca xa agora— unha lectura errónea e, deste xeito, o trazo xeraría unha alteración fonética e morfolóxica estéril e improductiva», parece conceber apenas o leitor de textos galegos ignorantes deste idioma, de modo a requerer, por ter só competência gráfica em castelhano, que se lhe forneçam exclusivamente textos escritos «fieis» à ortografia castelhana. Se, nom obstante, fosse certo aquilo de 'a escrita haver de ser fiel à fala', escrever «lectura», «alteración» ou «improductiva» (por exemplo) 'provoca já agora umha leitura errónea e está a gerar umha alteraçom fonética e morfológica' porque os galegofalantes pronuncian «letura», «alteracionɡ» e «improdutiva»; salvo que se procure, como processo produtivo, a castelhanizaçom do idioma galego.

O autor ousa também afirmar com desmesura. Por exemplo, acerca da «base histórica que xustifique o devandito trazo», diz impertérrito: «Facéndomos un pouco de historia, e buscándomos nos antigos textos galego-portugueses orixinais, non achamos rastro ningún deste grafema».

Ponhamos de parte se o termo *grafema,* aplicado ao hífen, é o adequado e consideremos a pertinência desse redondo asserto. Assim como existe rasto da acentuaçom e da palatalizaçom, também nos textos originais existe rasto da funcionalidade procurada polo hífen. De um lado, a sílaba tónica assinalava-se, com relativa freqüência, por meio da duplicaçom da vogal, como, aliás, a palatalizaçom de *L* e *N,* antes de marcar-se polo *H,* se indicava, também com relativa freqüência, por meio do *I* longo *(J),* anteposto ou posposto. De outro lado, a dupla funcionalidade do hífen (evidenciar elementos *diferentes* mas fortemente *relacionados)* é cumprida, também com relativa freqüência, polo *H,* signo-cuinga ou signo-complemento, que tanto reforça palavras de mínima letragem, como *é* (he), *um* (hũ), indicando assim a fronteira vocabular, quanto funge como hífen, cumprindo também a funçom precedente (do tipo *mandouhos),* quanto mesmo assinala a palatalizaçom.

Justamente porque a seqüência *'verbo + pronome átono'* é muito reiterada no galego-português é que se deve adoptar o signo (-), que separando ambos os elementos evidencia a sua forte relaçom, até ao ponto de o pronome compartilhar, na oralidade, o acento do verbo que o precede, precisamente o contrario do que acontece na seqüência *'artigo + nome',* em que é aquela a compartilhar o acento deste. Reveja o leitor as pp. 62-63 e 84-86 do *Estudio crítico,* publicado pola AGAL; explica-se nesses lugares que, por primarem o critério de oralidade ['escrever *como* se fala' (?)], os «oficialistas» teriam de transpor a seqüência *comer o caldo* destarte, «come-lo-caldo», con dous hífenes, e a seqüência *comê-lo* justamente assim «comê-lo».

Mas a congruência nom é qualidade que distinga o isolacionismo do ILG, como nom adoita distinguir as manobras dos políticos.

Polas razons aduzidas, «unidade da língua galego-luso-africano-brasileira», «suficiente correspondência entre as falas e a escrita» e «respeito pola tradiçom gráfica», tem de usar-se o hífen no galego. Além disto, vale lembrar que o francês e o catalám usam também este signo com a funcionalidade descrita.

Nom apenas a *incoerência* caracteriza o isolacionismo, mas também a *ocultaçom* de dados e até a *manipulaçom* dos textos. É o modo habitual de se conduzir a Notabilidade espanhola, quer a académica, quer a política, para levar adiante o seu projecto nacional; assim o fazem com os textos relativos à entidade nacional galega, segundo o comprovaremos imediatamente.

Com efeito, num outro artigo da mesma revista M. C. Noia trata dos «Usos e actitudes lingüísticas na 'Epoca Nós'»; nele cita trabalhos de Vilar Ponte, mas nas citaçons justamente **suprime** as frases mais substanciosas, que assinalo em **preto.** Vejamos dous simples exemplos:

Exemplo primeiro:

> «Galicia, *[quando Vilar Ponte escre* **Galiza]** espritoalmente é máis escrava aínda, pois non ten, xa non unha cultura propia en fala allea, que nen siguer unha cultura allea en fala propia. **Dun lado o traballo propio, que emprega a lingua nativa, esmagado polas aduanas e dirixido pola tralla de maioraes estranos, dentro**

dun atraso material fondísimo. Doutro lado unha cultura allea, en fala allea ó campo i á mariña, que non chega á Galiza, traballadora, rifada con tódalas arelas da raza. Dun lado o distanzamento do veciño Portugal, doutro lado o abandono da Terra por os millores».

(in *Pensamento e sementeira,* p. 70)

Exemplo segundo:

«[...] **Ahí representantes do 'Seminario** *[de Estudos Galegos]',* **da Academia Galega e da 'Irmandade da Fala' son os chamados a esculcaren no tema para concruir asinalando unha fórmula armónica. Coidamos que non hai estudo galego máis interesante de momento, nin orgaísmos de maor idoneidade para tratalo.** A loita ortográfica entre os partidarios da J e a G e os partidarios da X, **na citada xuntanza,** deberíase resolvérese sentando as bases preparatorias dun futuro 'abrazo de Vergara' *[normativa de concordia u acordo ortográfico lusófono?].* **Que neste caso chamaríamola 'aperta de Pontevedra'.**

«Emporiso, compre dicir —xa que moitos parecen iñoralo— que o Diccionario da Academia Galega axéitase a J e a G. O que ha é unha orientación. Mais non seríamos xustos si non manifestásemos que tanto como ós teóricos hai que ouvir ós práticos no preito de referenza. Porque en teoría, coidamos que cáseque todos imos convencidos da necesidade de unificar o linguaxe. Pro a práitic tamén ten as súas esixencias. Quenes pubricaron revistas e editan libros en galego, saben perfeitamente que o criterio do 'gran público' é de incompatibilidade co emprego da J e da G» (iab. p. 243).

O primeiro fragmento pertence ao artigo intitulado «Decatadevos do que é o nazonalismo galego»; o segundo, ao intitulado «Da loita ortográfica». A só constataçom dos temas «elididos» é indicio suficiente do discurso em que a autora se acha instalada; reveja-se. À sua luz concluir-se-á que M. C. Noia nunca citaria o parágrafo final do último trabalho:

«Porén, temos que pensar sempre 'que o Miño e o Douro gardan a vella irmandade galaica e manteñen a tradición do noso pobo'. E temos que pensar inda máis: que na América eisiste un país, de grande porvir, de corenta millóns de habitantes, que fala a la lingua que foi común nas dúas bandas do Miño ata o século XV. Tódolos países de idioma castelán, do Novo Mundo, son coitadiños enanos após de aquel. Cousa da que non queren decatarse os hispanoamericanistas. Sendo tan fundamental» (ibidem).

Amaro Doce

Marantes, Outubro de 1988

P.S. Os artigos contestados aqui publicaram-se no núm. 100 de *Grial.*

Galiza: tupi or not tupi

NOTA DA REDACÇOM: Como é costume em *Agália,* mas também com o intuito de promover um debate, necessário, a esclarecer o que o correspondente denomina «reintegracionismo político». Aliás, sabe-se bem que A.GA.L. *só* foi legalizada como «asociación cultural» e como tal, dentro da legalidade, desenvolve o seu labor.

Nom sei se AGAL está preparada para receber críticas profundas. Tal suspeita tem pouco a ver com pensar que o reintegracionismo seja maniqueu ou intransigente. Tampouco acho nessa Associaçom —eu nom formo parte dela— atitudes lingüísticas sem legitimidade, já que parto da base de que galego e português compartilham um mesmo diasistema.

A minha crítica, pois, trata de ser prudente. Por várias razons: tenho colaborado com AGAL, reconheço o trabalho importante feito até agora e considero científicos de relevância muitos inspiradores do projecto. Decerto, com mais relevância que o autor desta pequena intromissom. Espero, contodo, que as minhas opinions se ponderem na justa medida: polo conteúdo e nom polo nome, como simpatizante e nom como agressor.[1] Tenho fe em que AGAL aprécie este esforço, porque sei que alguns havedes de coincidir nos fundamentos.

REINTEGRACIONISMO LINGÜÍSTICO, REINSERÇOM SOCIAL

A verdade existe, dim os iluminados. Quando começou a sério o dever de fazer do galego umha língua de cultura, quiçá nom havia outra alternativa que possuir essa verdade como um castelo firme. Nel tinham de entrar conceiçons diversas; assi o exigiam as circunstâncias tam peculiares dum país invadido polo sucursalismo.

A história do reintegracionismo é igual de velha que o nosso ressurgimento nacional. A história da verdade apresenta-se algo mais complexa, por isso nos estranha que alguém esteja seguro de tê-la findado precisamente agora. Avançar numha situaçom adversa cria a ilusom nom só de seguir o caminho correcto, senom de ir polo único possível. Porém, de vez em quando cumpre reflectir.

Hoje AGAL recolhe muitas tendências na ânsia comum por recuperar o galego. Os objectivos iniciais da Associaçom fôrom ampliados em várias frentes, em distintas estratégias. O debate enriquece, a divergência aviva o pensamento. Sem embargo, a sensaçom actual é que existe medo em certos sectores: medo por dizer com sinceridade o que se persegue, medo por escuitá-lo face a face.

E deixemos já as reviravoltas. Dentro do reintegracionismo lingüístico nasceu outro de significaçom política. A idea nom é nova. Desde o próprio Pondal até o heterodoxo Castelao respíra-se um afám, nunca além da poesia, por se achegar a Portugal com mais ou menos entusiasmo. O desenvolvimento da nossa cultura a partir da morte de Franco, a entrada na CEE, os contactos co além-Minho... Todo indica umha necessária olhada ao Sul. Nem sequer o empresário galego descuida esse movimento que recupera a comunicaçom e destrui umha época absurda. A santa cruzada do dinheiro segue a mandar.

Galiza foi lanhada, no sentido nortenho do termo, hai centos de anos. Transcorrerom séculos sem alento entre as duas terras da raia, pero o passado doloroso ensina bem a liçom. O povo que nom apreende a sua história, dizia Isaac Diaz Pardo recentemente, está condenado a repeti-la.

O nacionalismo galego tivo que elaborar de novo a crónica dumha repressom, que no caso da Galiza norte atingiu todos os terrenos, agás os relacionados cumha valiosíssima cultura popular. O atraso económico em que nos mergulhou Espanha salvou em grande medida os distintivos nacionais, mentres o norte de Portugal sofria outro império que falava a sua mesma língua, mas agia coa mesma indiferença que Madrid. Nom hai tal «Galiza livre» que alguns lusistas idealizam: só umha regiom triste, abandonada, que os tecnócratas da CEE descobrem sob a óptica da economia subdesenvolvida.

Plantejar a uniom política com Portugal oculta um trágico complexo de inferioridade, ou, ainda pior, umha absoluta falta de confiança na vontade colectiva do nosso povo. Rodrigues Lapa argumenta que os nacionalismos de *pátrias pequenas* levam a nengures, sem reparar em que Galiza revive de puro nacionalismo, pois Portugal nunca se interessou por nós como Estado. Nom falo com ressentimento, senom como memória. A relaçom cultural cos portugueses resulta urgente, positiva; como respirar o exterior desde dentro. Umha das primeiras cousas que eles devem assimilar de nós é o nojo polo imperialismo. Umha das primeiras aulas que nos devem recitar é a do orgulho, a da independência.

Gostaria de refutar ponto por ponto a teoria de «reintegraçom política», mas o facto de que nom fosse enunciada polos seus defensores preocupa-me em maior grau. Por acaso se teme a definitiva marginalidade?

O independentismo galego nom precisa reinserçom social, nem arrependimento, nem muito menos licença dum glorioso Estado colonizador. Por fortuna, certos nacionalistas sabemos distinguir as pessoas das instituiçons. Isso possibilita que reconheçamos quando um espanhol ou um português som capazes de falar como se nom fôssemos de províncias.

A SÍNDROMA DO NEÓFITO: DE ELITES, ILUMINADOS E OUTRAS PROEZAS

Começou-se pola *ortographia.* Todos queríamos dignificar o que a Constituiçom espanhola e o Estatuto autonómico chamavam na prática dialecto. A seguir, a *ortophonia,* fruto de viajar demasiado a Lisboa e descuidar Coristanco e Burela, fruto de desconhecer de jeito alarmante qualquier manual de fonética peninsular.

Ao final será a *ortodontia,* sob o pretexto de que o nacionalismo galego tem os dentes mui botados para diante. Sintomas da doença: exigir, por exemplo, que o nosso património léxico seja imediatamente incorporado aos dicionários, quendo nem sequer se admite ao nível das vozes tupis. Essa barbárie filológica denota umha carência de sensibilidade cercana à ignorância. A soluçom, sem dúvida, está num diálogo rápido e fértil.

Porém, nada se avança quando neste país alguns perdem a perspectiva histórica. Nas excelentes *Actas do I Congresso Internacional da Língua* propom Montero Santalha umha substancial muda: *«À língua portuguesa falada na Galiza nós, galegos, chamamos mais freqüentemente «galego» ou «galego-português», ou mesmo «língua galega» ou «idioma galego», mais por extrapolaçom inconsciente... do que por chovinismo idiomático. No entanto, a denominaçom mais satisfatória deverá ser «português da Galiza», seguindo o exemplo dos brasileiros, que chamam à língua do seu país «português do Brasil»».*

Estamos perante umha autêntica alfaia para a análise de discurso, mas traçaremos apenas o esqueleto desta declaraçom. Comparasse a Galiza —naçom moderna, filha da colonizaçom portuguesa—. Equipara-se em sincronia umha língua nacional por substrato —o galego— cumha língua imposta mediante aquela rapina colonial que muitos espanhois e portugueses denominam alegremente «descoberta».

Equiparam-se duas colónias, enfim? Decerto, nom do ponto de vista que nos interessa. A língua portuguesa do Brasil, como realidade, agasalha-nos a todos. Mas Galiza tem o privilégio histórico de chamar *galego* ao que fala, pois ela o forjou, e na sua palavra segue a viver, apesar do castelhano.

Se mal nom lembro, o empenho era recuperar a língua e ceivá-la do alheo: quer dizer, elevar o galego-português da Galiza à categoria de expressom normalizada. O rigor filológico garante a pureza, o contacto co povo a frescura, pero o galego perde terreno porque a língua dista de ser umha leituga preparada por universitários. Na salada, e desculpade

o símil, falta ainda consciência de pertencer a um colectivo nacional. É a única maneira de devolver dignidade, e sobretodo vida própria, ao veículo de comunicaçom dos galegos.

Por quê plantejar a uniom política com Portugal reflecte um complexo de inferioridade? Se cadra, pensei mais nas pessoas que na idea mesma, a qual acho umha simples traiçom. Sempre hai que conservar o respeito polos indivíduos, normalmente portadores de filantropia e interesse comum, por muito que se equivoquem.

Ora bem, quando se prescinde da gente em nome da ideologia, está o campo semeado para atitudes totalitárias. O *nacionalismo português* —fóra ambiguidade— olha para Lisboa buscando algo mais que o intercâmbio necessário entre as duas terras irmás. Nel acho desprezo por um país ainda rural e marinheiro, por um proletariado urbano em agonia, por umha fala vivente que o elitismo qualifica de *vulgar...* quiçá somos tamém um país vulgar.

A síndroma do neófito manifesta-se em indícios típicos: passado pouco comprometido com Galiza, vida na cidade, iluminaçom inesperada, radicalizaçom verbal, raçoamento monolítico e teima por levar a Razom às pessoas em vez de levar as pessoas à Razom. O Neófito olvida com facilidade que a ideologia é umha pirámide onde a cúpula culmina as experiências. Julga, ao contrário, que todos pensam mediante premissas formais (como Aristóteles) e que por tanto basta com desmontar as conclusons para ganhar adeptos à Causa.

A primeira vítima de mudar com excesso de velocidade é o próprio neófito. Abonda-lhe dizer «Portugal» ali onde figuráva «Espanha»; critica independentistas curtidos porque ignora que na cadea sofrem os revolucionários, nom os que desejam um mundo melhor substituindo a língua do Estado e o protocolo da cultura regional. Ignora, aliàs, que a sua iluminaçom política nasce já filha bastarda de quem dedicou o peito por esta *regiom* e a sua *língua vulgar.*

Portugal merece a nossa atençom admirada, a nossa paciência quando a inércia imperial contamina o seu delicioso sotaque. Devemos comunicar-nos sem demora. Viver de costas aos portugueses mostraria umha enfermidade mais maligna do que a xenofobia: o medo. Temor por contemplar-se no curioso espelho duns estrangeiros que nom som exactamente isso, senom o oposto, ao passarmos de Tui a Valença. Pânico por fazer adulta a cultura do nosso país sem o beneplácito espanhol, e poder assi sair de Coimbra a Dublim coa vontade da Europa verdadeira, a que se escreve longe dos governos.

TROCAR A MOINHEIRA POLO FADO; ESPERAMOS CONTESTAÇOM

Ao nacionalismo português da Galiza urge-lhe tirar o disfarce. Inicialmente, pola singela mecânica de oferecer umha alternativa aos galegos. Em segundo lugar, para que outros galegos nom estejam a trabalhar por outra história contada na mesma língua. Os que ostentam a limpa e rechamante verdade nom terám reparo em ensiná-la.

Di o subtítulo «trocar a moinheira polo fado». Se calhar, a proposta interpreta-se de jeito erróneo. O correcto seria «trocar o flamenco polo fado». Nom recordo que molestem especialmente os bailes regionais, e menos se integram a comitiva para dar a bemvinda a presidentes ou caudilhos.

No caso de alguém sentir-se ofendido por esta traduçom de tendências incipientes, é óptimo o caminho do ensaio, do programa eleitoral, mas, por favor, nom o da inconcreçom. Tempos tam pouco democráticos, onde quase toda a informaçom vém manipulada, pedem coerência na definiçom de objectivos finais. O nosso é a libertaçom dum país farto de ser Noroeste da Espanha, Norte de Portugal, Bretanha espanhola e Baviera ibérica: a independência, a dignidade, movem este nacionalismo. Quê é o que move o vosso?

Saberedes já os motivos que alguns aduzimos para bem distinguir reintegraçom lingüística de reinserçom política. A responsabilidade tem-na AGAL, agora e no futuro: *ser ou nom ser* a matriz dum solapado projecto. Aguardamos debate e linhas firmes e claras, porque muitos querem(os) participar numha associaçom galega da língua.

Xavier EIRIM

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro numeros):

Membros da AGAL	2.000 ptas.
Península Ibérica	2.800 ptas.
Europa	3.200 ptas.
Resto do Mundo	3.500 ptas.

NOME.....

MORADA.....

.....

LOCALIDADE _____ PAÍS _____

DATA _____/_____/_____ **ASSINATURA**

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número _____ inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- ☐ Transferência bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.
- ☐ Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.
- ☐ Giro postal ou giro urgente n.º _____

A G A L ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos _____

D.N.I. _____ Profissom _____

Endereço (Rua, Praça) _____

Vila, Cidade _____ País _____ Tfno.(_____) _____

Data de nacimento _____/_____/_____ **Quota Anual/Trimestral/Mensal**

Modo de pago: Ingresso directo na c/c núm. 06566121 (Caixa Postal de Ourense). Quando se verifique o pagamento anual (3.600 ptas./600 ptas/300 ptas.) pode domiciliar-se. A tal efeito roga-se juntar a este boletim notificaçom do número de c/c, Banco ou Caixa, Sucursal e localidade.

Quotas: **Normal:** 3.600 ptas./ano (300 ptas./mês).
Estudante e desempregado: 600 ptas./ano (50 ptas./mês).
Menores de idade: 300 ptas./ano (25 ptas./mês).

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Redacçom: Aptdo. 560 - 15080-Corunha.
Aptdo. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Aptdo. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Aptdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA